

Filosofia da Linguagem e da Lógica

Coleção XVI Encontro ANPOF

Organizadores

Marcelo Carvalho

Celso Braidá

João Carlos Salles

Marcelo Esteban Coniglio



ANPOF

ANPOF - Associação Nacional de Pós-Graduação em Filosofia

Diretoria 2015-2016

Marcelo Carvalho (UNIFESP)
Adriano N. Brito (UNISINOS)
Alberto Ribeiro Gonçalves de Barros (USP)
Antônio Carlos dos Santos (UFS)
André da Silva Porto (UFG)
Ernani Pinheiro Chaves (UFPA)
Maria Isabel de Magalhães Papaterra Limongi (UPFR)
Marcelo Pimenta Marques (UFMG)
Edgar da Rocha Marques (UERJ)
Lia Levy (UFRGS)

Diretoria 2013-2014

Marcelo Carvalho (UNIFESP)
Adriano N. Brito (UNISINOS)
Ethel Rocha (UFRJ)
Gabriel Pancera (UFMG)
Hélder Carvalho (UFPI)
Lia Levy (UFRGS)
Érico Andrade (UFPE)
Delamar V. Dutra (UFSC)

Equipe de Produção

Daniela Gonçalves
Fernando Lopes de Aquino

Diagramação e produção gráfica

Maria Zélia Firmino de Sá

Capa

Cristiano Freitas

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Filosofia da linguagem e da lógica / Organizadores Marcelo Carvalho,
Celso Braidá, João Carlos Salles, Marcelo Estevan Coniglio
São Paulo : ANPOF, 2015.
554 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-88072-41-1

1. Lógica 2. Linguagem 3. Wittgenstein. I. Carvalho, Marcelo
II. Braidá, Celso III. Salles, João Carlos IV. Coniglio, Marcelo
Estevan V. Série

COLEÇÃO ANPOF XVI ENCONTRO

Comitê Científico da Coleção: Coordenadores de GT da ANPOF

Alexandre de Oliveira Torres Carrasco (UNIFESP)

André Medina Carone (UNIFESP)

Antônio Carlos dos Santos (UFS)

Bruno Guimarães (UFOP)

Carlos Eduardo Oliveira (USP)

Carlos Tourinho (UFF)

Cecília Cintra Cavaleiro de Macedo (UNIFESP)

Celso Braidá (UFSC)

Christian Hamm (UFSM)

Claudemir Roque Tossato (UNIFESP)

Cláudia Murta (UFES)

Cláudio R. C. Leivas (UFPel)

Emanuel Angelo da Rocha Fragoso (UECE)

Daniel Arruda Nascimento (UFF)

Déborah Danowski (PUC-RJ)

Dirce Eleonora Nigro Solis (UERJ)

Dirk Greimann (UFF)

Edgar Lyra (PUC-RJ)

Emerson Carlos Valcarenghi (UnB)

Enéias Júnior Forlin (UNICAMP)

Fátima Regina Rodrigues Évora (UNICAMP)

Gabriel José Corrêa Mograbi (UFMT)

Gabriele Cornelli (UNB)

Gisele Amaral (UFRN)

Guilherme Castelo Branco (UFRJ)

Horacio Luján Martínez (PUC-PR)

Jacira de Freitas (UNIFESP)

Jadir Antunes (UNIOESTE)

Jarlee Oliveira Silva Salviano (UFBA)

Jelson Roberto de Oliveira (PUCPR)

João Carlos Salles Pires da Silva (UFBA)

Jonas Gonçalves Coelho (UNESP)

José Benedito de Almeida Junior (UFU)

José Pinheiro Pertille (UFRGS)
Jovino Pizzi (UFPEL)
Juvenal Savian Filho (UNIFESP)
Leonardo Alves Vieira (UFMG)
Lucas Angioni (UNICAMP)
Luís César Guimarães Oliva (USP)
Luiz Antonio Alves Eva (UFPR)
Luiz Henrique Lopes dos Santos (USP)
Luiz Rohden (UNISINOS)
Marcelo Esteban Coniglio (UNICAMP)
Marco Aurélio Oliveira da Silva (UFBA)
Maria Aparecida Montenegro (UFC)
Maria Constança Peres Pissarra (PUC-SP)
Maria Cristina Theobaldo (UFMT)
Marilena Chauí (USP)
Mauro Castelo Branco de Moura (UFBA)
Milton Meira do Nascimento (USP)
Osvaldo Pessoa Jr. (USP)
Paulo Ghiraldelli Jr (UFFRJ)
Paulo Sérgio de Jesus Costa (UFSM)
Rafael Haddock-Lobo (PPGF-UFRJ)
Ricardo Bins di Napoli (UFSM)
Ricardo Pereira Tassinari (UNESP)
Roberto Hofmeister Pich (PUC-RS)
Sandro Kobol Fornazari (UNIFESP)
Thadeu Weber (PUCRS)
Wilson Antonio Frezzatti Jr. (UNIOESTE)

Apresentação da Coleção XVI Encontro Nacional ANPOF

A publicação dos 24 volumes da Coleção XVI Encontro Nacional ANPOF tem por finalidade oferecer o acesso a parte dos trabalhos apresentados em nosso XVI Encontro Nacional, realizado em Campos do Jordão entre 27 e 31 de outubro de 2014. Historicamente, os encontros da ANPOF costumam reunir parte expressiva da comunidade de pesquisadores em filosofia do país; somente em sua última edição, foi registrada a participação de mais de 2300 pesquisadores, dentre eles cerca de 70% dos docentes credenciados em Programas de Pós-Graduação. Em decorrência deste perfil plural e vigoroso, tem-se possibilitado um acompanhamento contínuo do perfil da pesquisa e da produção em filosofia no Brasil.

As publicações da ANPOF, que tiveram início em 2013, por ocasião do XV Encontro Nacional, garantem o registro de parte dos trabalhos apresentados por meio de conferências e grupos de trabalho, e promovem a ampliação do diálogo entre pesquisadores do país, processo este que tem sido repetidamente apontado como condição ao aprimoramento da produção acadêmica brasileira.

É importante ressaltar que o processo de avaliação das produções publicadas nesses volumes se estruturou em duas etapas. Em primeiro lugar, foi realizada a avaliação dos trabalhos submetidos ao XVI Encontro Nacional da ANPOF, por meio de seu Comitê Científico, composto pelos Coordenadores de GTs e de Programas de Pós-Graduação filiados, e pela diretoria da ANPOF. Após o término do evento, procedeu-se uma nova chamada de trabalhos, restrita aos pesquisadores que efetivamente se apresentaram no encontro. Nesta etapa, os textos foram avaliados pelo Comitê Científico da Coleção ANPOF XVI Encontro Nacional. Os trabalhos aqui publicados foram aprovados nessas duas etapas. A revisão final dos textos foi de responsabilidade dos autores.

A Coleção se estrutura em volumes temáticos que contaram, em sua organização, com a colaboração dos Coordenadores de GTs que participaram da avaliação dos trabalhos publicados. A organização temática não tinha por objetivo agregar os trabalhos dos diferentes GTs. Esses trabalhos foram mantidos juntos sempre que possível, mas com frequência privilegiou-se evitar a fragmentação das publicações e garantir ao leitor um material com uma unidade mais clara e relevante.

Esse trabalho não teria sido possível sem a contínua e qualificada colaboração dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação em Filosofia, dos Coordenadores de GTs e da equipe de apoio da ANPOF, em particular de Fernando L. de Aquino e de Daniela Gonçalves, a quem reiteramos nosso reconhecimento e agradecimento.

Diretoria da ANPOF

Títulos da Coleção ANPOF XVI Encontro

Estética e Arte

Ética e Filosofia Política

Ética e Política Contemporânea

Fenomenologia, Religião e Psicanálise

Filosofia da Ciência e da Natureza

Filosofia da Linguagem e da Lógica

Filosofia do Renascimento e Século XVII

Filosofia do Século XVIII

Filosofia e Ensinar Filosofia

Filosofia Francesa Contemporânea

Filosofia Grega e Helenística

Filosofia Medieval

Filosofia Política Contemporânea

Filosofias da Diferença

Hegel

Heidegger

Justiça e Direito

Kant

Marx e Marxismo

Nietzsche

Platão

Pragmatismo, Filosofia Analítica e Filosofia da Mente

Temas de Filosofia

Teoria Crítica

Sumário

A estética e o olhar <i>Sub Specie Aeterni</i> na filosofia do primeiro Wittgenstein <i>Edimar Inocência Brígido</i>	10
O solipsismo do <i>Tractatus Logico-Philosophicus</i> como resultado de sua lógica <i>Bruno Senoski do Prado</i>	24
Russell, Wittgenstein e o atomismo lógico <i>Murilo Garcia de Matos Amaral</i>	35
Wittgenstein: O <i>Tractatus</i> e a possibilidade das Ciências Sociais <i>Jonathan Elizondo Orozco</i>	44
A intencionalidade nos parágrafos §20 a §38 das <i>Observações Filosóficas</i> de Wittgenstein <i>Marcio Rodrigo Mello</i>	56
A teoria do número cardinal nas <i>Philosophische Bemerkungen</i> de Wittgenstein em oposição à teoria fregiana: contrastes e consequências <i>Anderson Luis Nakano</i>	62
Por que cores são relevantes para a filosofia da lógica? <i>Marcos Antonio da Silva Filho</i>	69
A morfologia do uso de uma expressão – estética e filosofia no pensamento de Wittgenstein <i>Nuno Ribeiro</i>	81
“Uma imagem da linguagem humana”: os parágrafos 1-65 das <i>Investigações filosóficas</i> e suas possíveis interlocuções <i>Fernando Lopes de Aquino</i>	95
Da possibilidade de fazer descrições de atos e estados anímicos <i>Wagner Teles de Oliveira</i>	109
Necessidade e pragmática no segundo Wittgenstein <i>André de Jesus Nascimento</i>	126
Wittgenstein e o idealismo kantiano <i>Marcelo Carvalho</i>	132

O Contextualismo de Wittgenstein envolve um Ceticismo Semântico? <i>Vinicius de Faria dos Santos</i>	149
Wittgenstein e a prática de seguir regras <i>Antonio Ianni Segatto</i>	160
A estrutura da frase não pode ser a estrutura da proposição <i>Vasileios Tsompanidis</i>	174
A metáfora como caso de borda entre semântica e pragmática <i>Diogo de França Gurgel</i>	187
A metáfora entre as fronteiras da semântica e da pragmática <i>Daniel Schiochett</i>	205
Dois níveis de aquisição da linguagem: ensino e definição das palavras <i>Tatiane Boechat</i>	220
La actualidad de la distinción entre analíticos y continentales para la praxis filosófica: una reflexión a partir de la situación de la filosofía analítica en la academia filosófica chilena <i>Rodrigo López Orellana</i>	230
Linguagem e Pensamento <i>Cid Rodrigo Lourenço Barbosa Leite</i>	242
Linguagem, método e realidade: algumas considerações ontológicas <i>Vanice Ribeiro da Silva</i>	250
A centralidade da linguagem na filosofia sistemático-estrutural de Lorenz Puntel <i>Ednilson Gomes Matias</i>	261
As diferentes noções de analiticidade no pensamento de Quine <i>Leonardo Gomes de Soutello Videira</i>	270
Internismo e Externismo Semântico <i>Bruno Fernandes de Oliveira</i>	281
O Contextualismo Relevantista de David k. Lewis <i>Luis Fernando dos Santos Souza</i>	298
Propriedades naturais e mundos possíveis <i>Renato Mendes Rocha</i>	313
Álgebras não-determinísticas e algebrização de lógicas <i>Ana Cláudia de Jesus Golzio</i> <i>Marcelo Esteban Coniglio</i>	327

Completude algébrica da lógica do quantificador “muitos” <i>Luiz Henrique da Cruz Silvestrini</i> <i>Hércules de Araujo Feitosa</i> <i>Camila Augusta Vaine</i>	347
Composição e Identidade são equivalentes? <i>Rhamon de Oliveira Nunes</i>	352
Ficcionalismo e aplicabilidade da matemática <i>Aline da Silva Dias</i>	360
Grafos Existenciais e Dedução Natural: Uma Análise Comparativa de Sistemas Lógicos para Cálculo Proposicional <i>José Renato Salatier</i>	370
O paradoxo do Mentiroso e lacunas de valores de verdade <i>Ederson Safra Melo</i>	384
O Paradoxo do Mentiroso: uma comparação de hierarquias semânticas <i>Guilherme Araújo Cardoso</i>	403
Por detrás do Problema das Reduções <i>Antonio Marmo da Cunha Oliveira</i>	421
Sobre a quase-verdade de Newton da Costa e a teoria pragmática de Peirce <i>Roque Pires Vercesi</i>	451

A estética e o olhar *Sub Specie Aeterni* na filosofia do jovem Wittgenstein

Edimar Inocêncio Brígido
UNICURITIBA

INTRODUÇÃO

Poucos temas do pensamento wittgensteiniano granjearam tão pouca estima como a questão estética. A análise feita por Hans-Johann Glock parece reunir bem a opinião de boa parte dos comentadores de Wittgenstein: “a estética não figurava entre os interesses filosóficos centrais de Wittgenstein; em sua vida, entretanto, a arte, em especial a música, ocupou um lugar de primeira grandeza” (GLOCK, 1998, p. 139). Se se levar em consideração as afirmações de Glock, a estética só ocuparia um centro de interesse periférico na obra do autor vienense, uma vez que ela é citada apenas uma única vez na única obra publicada em vida por Wittgenstein, o *Tractatus Logico-Philosophicus*. Mesmo mantendo uma relação profunda com a arte¹, grande parte da crítica se limitou a identificar Wittgenstein como sendo o pioneiro de um antiesencialismo estético e artístico.

No chamado “primeiro Wittgenstein”, a estética e os problemas da arte ficam em suspenso: o mundo lógico e com sentido do *Tractatus* não admite objetos ou ações diferentes uns dos outros e a ação ética e a

¹ Entre outros elementos, sabemos que o filósofo projetou a casa de sua irmã em um estilo modernista, que criou um prêmio de poesia e que, além disso, mantinha uma intensa relação com a música, para a qual parecia especialmente capacitado.

obra de arte são a apresentação de uma diferença e um excesso relativamente aos objetos e aos fatos mundanos descritos pela lógica. Ainda que esta paisagem seja árida, trata-se do local onde se aprende que, como Wittgenstein vai afirmar na *Conferência sobre Ética* (1930), não existe nada essencialmente bom ou belo e os valores e os problemas que designamos como éticos e estéticos resultam de uma experiência humana com os limites do mundo, da linguagem, da representação e do sentido. Na moldura do *Tractatus*, o estético e o ético significam um excesso que não pode ser suportado. Por isso, a partir de um dado momento, no *Tractatus*, surge o importante conceito *sub specie aeterni* (sob a forma do eterno), o qual designa uma forma de visão e contemplação que implica a suspensão do tempo. Trata-se da descrição do olhar sobre o mundo que transforma os objetos percebidos, os fatos e os estados de coisas em obras de arte. É por isso que Wittgenstein diz que a ética e a estética transformam o mundo. O percurso pelo *Tractatus* tem como finalidade mostrar que do ponto de vista lógico, científico e matemático não há valor, arte, ética ou, como diz Wittgenstein na mesma conferência, *milagre*. O modo de ver da ciência não permite reconhecer essas regiões mais importantes da vida humana.

O OLHAR SUB SPECIE AETERNI

A assimilação realizada por Wittgenstein entre ética e estética não foi bem compreendida por muitos dos seus leitores, gerando até mesmo uma aparente falta de interesse. É possível que este aparente desinteresse oscile entre a atitude de indiferença de uns e a indignação de outros. A falta de popularidade da questão não é de todo infundada, mas parte da dificuldade de compreender a enigmática tese tractariana que afirma: “[...] ética e estética são um” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 277).

Em todo o caso, mesmo as dificuldades inerentes ao próprio tema, não podem ser entendidos como barreira ou impedimento para a análise que nos propomos a realizar. Os próprios textos de Wittgenstein não podem deixar de conter a chave ou, ao menos, de indicar algum caminho seguro que, de algum modo, ofereça uma pista a partir da qual seja possível sua correta interpretação.

Uma análise mais demorada da tradição filosófica pode indicar um nítido afastamento entre Ética e Estética, ou seja, uma relevante heterogeneidade entre ambas. Não parece evidente, a primeira vista, o que um estudo da questão ética² pode ter em comum com uma pesquisa de ordem estética. Isto é, não parece claro o que a indagação ética poderá ter em comum com a análise estética que, grosso modo, tem como objeto questões relativa à apreciação do belo, das obras de arte, ou ainda, faz referência a própria atividade artística³. Assim, sem uma análise mediata a respeito do enunciado citado (Ética e Estética), não se consegue entender a identificação, tampouco, se consegue chegar ao lugar que a Estética ocupa no pensamento e, sobretudo, na atividade filosófica de Wittgenstein, pois, o que a tradição sugere, como vimos, é um contínuo afastamento entre ambas.

É preciso lembrar que uma das atitudes típicas que caracterizam a produção intelectual de Wittgenstein é a característica de fazer emergir os temas mais relevantes de forma súbita e inesperada no corpo do texto. Certamente, é possível considerar que a questão estética não se encontra alheia a esta possível “regra”. Em geral, o surgimento inesperado de uma informação acarreta como consequência a falta de observação por parte do interlocutor, o que pode gerar graves equívocos, uma vez que, no caso de Wittgenstein, essa característica é uma forma de alerta, chamando a atenção do leitor para a existência de um problema significativo, de grande relevância, o qual não pode ser negligenciado.

Fica manifesto, desde já, que Wittgenstein trata da temática da ética de maneira original, rompendo com os recursos de análise utilizados pela filosofia ao longo da tradição. Porém, é mais surpreendente perceber, e esta é uma informação de grande importância, que ele trata dos mesmos problemas na esfera tanto da Ética quanto da Estética, conforme assegura em dois momentos: O primeiro, na proposição 6.421, onde afirmar que “é evidente que a Ética não se pode expressar. A Ética

² Uma análise de ordem ética que, grosso modo, procure determinar uma complexa rede de questões ligadas ao dever ser, ao bem e ao mal, à liberdade, à voluntariedade, ao estabelecimento de leis capazes de servir de medida às ações e ao apuramento de princípios de orientação na vida prática.

³ Se resgatarmos a raiz etimológica da palavra “estética”, é possível perceber que, originalmente, o termo não faz referência à ideia de beleza, mas acabou sendo associada tanto ao belo, quanto às artes em geral. Foi a partir do idealismo alemão, que se passou a utilizar o termo estética para identificar a arte (HUISMAN, 1984, p. 09).

é Transcendental. (Ética e Estética são um)” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 277). O segundo momento que permite aplicar a mesma análise para ambos os casos (Ética e Estética), é oriundo da *Conferência sobre ética*, onde, anos mais tarde, Wittgenstein declara: “Agora vou usar o termo ética num sentido ligeiramente mais amplo, num sentido que, de fato, inclui aquilo que acredito ser a parte mais essencial do que geralmente é chamado estética” (WITTGENSTEIN, 1995, p.38). Seguindo as considerações de Crespo: “Declaração esta que, em conjunto com a identificação de ética com a estética declarada pelo *Tractatus*, autoriza fazer transições entre o que Wittgenstein diz sobre ética e a esfera da estética” (CRESPO, 2011, p. 223). Esta informação é de fundamental importância para a correta compreensão do papel desempenhado pela estética no pensamento wittgensteiniano, bem como para o êxito deste trabalho.

A proposição tractariana 6.421, afirma categoricamente que ética e estética são um. Antes desta afirmação, Wittgenstein anunciou de forma clara, como se fossem premissas derivadas de um silogismo, que não existem proposições de ética e que a ética pertence a dimensão do inefável, sendo transcendental. Ora, diante do exposto é possível concluir que o argumento também se aplica a estética, se uma e outra são o mesmo (são um), é de admitir também que a estética é transcendental e, portanto, não passível de qualquer enunciação por meio da linguagem. É comum encontrar em diversos momentos de sua atividade filosófica, confirmações que defendem a impossibilidade de enunciados éticos e, portanto, também, a impossibilidade de enunciados estéticos e religiosos. É este o caso, por exemplo, da proposição 6.42 que afirma: “É por isso que tampouco pode haver proposições na ética. Proposições não podem exprimir nada de mais alto” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 275), ou ainda, fazendo referência a estética, afirma na obra *Cultura e Valor* que “em arte é difícil dizer-se algo tão bom como: nada dizer” (1980, p. 42).

Quando Wittgenstein emprega o termo Estética, no *Tractatus*, ele se refere a uma forma peculiar de olhar, de observar o mundo e de mergulhar de forma contemplativa em sua beleza. Trata-se de admirar o mundo de modo correto, ou seja, como uma verdadeira obra de arte. Pois, cada vez que Wittgenstein invoca o ponto de vista da estética, está pensando na beleza da natureza (CRESPO, 2011), em relação a

qual a grandiosidade da produção artística representa apenas uma ínfima parcela:

Em sus notas y observaciones, Wittgenstein establece una distinción básica entre el campo de *la arte*, mucho más restringido que el anterior. Mientras que el concepto de 'arte' se refiere a un dominio específico de objetos – las obras de arte – o de prácticas – las artes –, el término 'estética' designa un conjunto mucho más amplio de manifestaciones y actitudes, no sólo respecto a las obras artísticas, sino también respecto al mundo y a la vida humana. (MARRADES, 2013, p. 11-12)

Ao dizer respeito ao mundo e a vida humana, Wittgenstein entende que só existe uma maneira possível de ver o mundo como obra de arte: se ele for visto *sub specie aeternitatis*⁴, ou seja, “sob a forma da eternidade”. “Esta visão é a forma mais alta de perceber as coisas e difere de uma adequada percepção própria de uma opinião e da imaginação” (SOMAVILLA, 2013, p. 51). Isso corresponde a dizer que o ponto de vista estético se atinge mediante um distanciamento dos objetos em geral, uma interrupção temporal, cuja finalidade consiste na abolição de todo o mecanismo conceitual que sobre eles pesa enquanto objetos do entendimento. Quer dizer, o ponto de vista estético desconsidera a apreensão dos objetos enquanto fenômenos, tratando de contemplá-los como verdadeiras obras de arte⁵, o que não significa anular o fenômeno, pois,

este movimento de destacar algo, (...) permanece preso ao fenômeno, não o anula (como na cabeça C-P o desenho permanece o mesmo, mesmo que de cada vez se veja coisas diferentes), por isso é que esta maneira de olhar o mundo é um combate contra a cegueira que restitui o mundo. (CRESPO, 2011, p. 268)

A consequência dessa atitude reflete uma transformação no próprio olhar, através do qual o expectador capta o objeto e o próprio mundo de um determinado *modo*. “No se trata de ver algo más sino

⁴ Termo utilizado por Wittgenstein, mas derivado da expressão latina cunhado por Spinoza: *sub specie aeternitatis*.

⁵ O que não precisa ser, necessariamente, peças de 'belas artes', como: escultura, pintura, partitura, arquitetura, etc.

de ver de *otramanera*” (ARENAS, 2013, p. 108). A questão central consiste em compreender como é possível efetuar essa mudança, de que maneira é possível olhar para os objetos e para o mundo e vê-los, segundo Wittgenstein, com um olhar estético. Ora, captar o mundo e os objetos deste modo consiste em apreendê-los, *sub specieaeterni*. “A visão estética corresponde a uma experiência com dois aspectos principais: é uma experiência de excesso e é uma experiência de transformação dos limites do mundo” (CRESPO, 2011, p. 221).

De tal modo que o mundo se transforma em sua totalidade e, nesta perspectiva, também as coisas singulares assumem uma importância impar como partes componentes do todo. Assim, quem contempla os objetos desta maneira retira-lhes as formas regulares que emolduram a sua compreensão a partir de finalidades de conhecimento.

Mas trata-se de uma transformação particular, porque aquele que reconhece valor no mundo afasta-se do mundo não o perdendo de vista: os factos continuam a existir e o mundo, enquanto totalidade daquilo que acontece, permanece. Este movimento de transformação é descrito por Wittgenstein como se o sujeito, no caso da ética, pudesse pôr-se no exterior do mundo, o que significa uma saída do sujeito para fora de si próprio. (CRESPO, 2011, p. 227-228)

Como que, nas palavras de Crespo, a apreensão dos objetos fosse feito a partir do exterior e sem qualquer interesse ou outra motivação a não ser o prazer que a contemplação proporciona. Estar no espaço e no tempo significa ser atingido por eles. Recusar a influência sobre os fatos é o mesmo que suspender o tempo, não estar no tempo, mas viver no presente: “[...] vive eternamente quem vive no presente” (WITTGENSTEIN, 2010, p. 277). O que permite concluir que, de acordo com as considerações de Somavilla (2013, p. 51), “elpunto de vista *sub specieaeternitatis* transcende el tempo y elespacio.

Assim, a apreensão estética traduz uma maneira particular de o observador ser atingido pelos objetos enquanto meras aparições que agradam ao sujeito por ocasião da sua contemplação. “O mundo me é dado”, escreve Wittgenstein nos *Diários* (8.7.1916), “isto é, a minha vontade alcança o mundo todo do exterior como se ele fosse um todo limitado”. Essa transformação que acontece com um objeto qualquer,

quando contemplado com o olhar *sub specieaeterni*, é a mesma que a obra de arte realiza na esfera artística⁶. Diferentemente de Spinoza que compreendia a visão *sub specieaeternitatis* como a percepção contingente da razão que conduz a uma vida virtuosa, “Wittgenstein sostiene que el punto de vista *sub specieaeternitatis* se dirige hacia cualquier esfera de espíritu y la cultura humana, especialmente netelos campos del lenguaje, de la filosofía y del arte” (SOMAVILLA, 2013, p. 53).

Mas esta mudança na forma de olhar só é possível se as coisas forem olhadas como obras de “Deus”⁷, descobrindo em cada coisa o reflexo do *milagre* que o mundo, e tudo o que há nele, revelam. Ou seja, é como se a beleza das coisas se impusessem a partir do fato, da ruptura ontológica, de existirem como são. O ponto de vista estético manifesta o singular enquanto tal e, atira para um plano de completa irrelevância as formas categoriais a partir das quais as coisas são objetos classificados. Tudo isso é assegurado da seguinte forma:

A obra de arte é o objeto visto *sub specieaeternitatis*, e a vida boa é o mundo visto *sub specieaeternitatis*. Este é o elo entre arte e ética. A maneira usual de olhar vê os objetos quase de dentro; a visão *sub specieaeternitatis* é de fora. De tal maneira que eles têm por fundo o mundo inteiro. (WITTGENSTEIN, 1971, p. 154)

Assim, é possível destacar desta nota ao menos dois elementos relevantes, os quais contribuem para a análise da questão estética em Wittgenstein. O primeiro faz referência a semelhança entre Ética e Estética. O segundo, por sua vez, situa o objeto no espaço lógico, enquanto visto como obra de arte e enquanto visto como algo comum.

É importante salientar que a conversão de um objeto ordinário em objeto artístico anuncia uma revolução relativa ao habitual modo

⁶ Os girassóis representados pelos quadros de Van Gogh resistem a temporalidade, eles não murçam, nem morrem. Trata-se de uma transformação do olhar onde a imagem continua sendo a mesma para todos os expectadores, porém cada qual a observa de uma determinada maneira.

⁷ Wittgenstein não aborda a ideia de Deus em sentido teológico, mas entende Deus como a maneira que tudo se comporta. Não é possível precisar com exatidão que tipo de Deus é o de Wittgenstein, mas parece ser uma forma de expressar aquilo que é impossível descrever por meio da linguagem. Ao utilizar o conceito Deus, Wittgenstein não está professando uma espécie de religião, mas é como se Deus fosse invocado para expressar um sentimento de admiração e de harmonia, com relação ao mundo (CRESCO, 2011, p. 238).

de ver. Ou seja, o ponto de vista estético não considera o objeto à luz dos conceitos do entendimento em conexão com as formas puras da intuição⁸. O modo de vista estético prescinde das condições gerais a partir das quais os fenômenos acontecem no plano empírico. Esta alteração das formas puras da intuição e das categorias do entendimento origina uma compreensão completamente nova do objeto. Consoante às considerações de Crespo (2011, p. 257),

esta mutação das coisas em obra de arte, implica o reconhecimento que a mais vulgar de todas as coisas, ou ações, pode assumir um aspecto estético ou divino, o qual resulta não de uma transformação do mundo, mas do olhar.

É o olhar que se altera e não o objeto. Trata-se, portanto, de uma questão de interpretação: “Mas podemos também *vera* ilustração (ou o objeto) ora como uma, ora como outra coisa. – Portanto, nós a interpretamos e a *vemos* como a *interpretamos*” (WITTGENSTEIN, 1999, p. 178). O olhar estético retira dos objetos toda a sua consistência fática, ou seja, todas as determinações objetivas, que o isolam, para fixar o aspecto peculiar da forma de ver que é próprio disso a que ele, o autor, chama de estético. Trata-se, de acordo com o vocabulário de Wittgenstein, de um olhar *milagroso*.

Cabe lembrar que, o conceito de milagre não tem nenhuma referência com o seu sentido empregado na forma corrente, ou seja, como um acontecimento que contraria as leis naturais ou mesmo as categorias racionais.

Um milagre é, por assim dizer, um *gesto* feito por Deus. Tal como um homem tranquilamente sentado faz um gesto impressivo, Deus deixa o mundo seguir suavemente o seu curso e, em seguida, acompanha as palavras de um santo com uma ocorrência simbólica, um gesto da natureza. Um exemplo seria, ao falar um santo, as árvores à sua volta curvarem-se numa névia. Ora, será que eu acredito que tal acontece? Não. (WITTGENSTEIN, 1980, p. 71)

⁸ Para usar um termo kantiano, o ponto de vista estético não considera o objeto à luz dos conceitos do entendimento em ligação com as formas puras da intuição, com vista ao seu agrupamento em classes ou categorias.

Milagre, para Wittgenstein, tem o sentido de admiração, de espanto por isto que está aí, por isto que existe, e nada pode ser mais espantoso do que a existência do próprio mundo. Tanto no que tange o milagre quanto a arte⁹, o que é decisivo é ser impressionado de um *certomodo*. É como no caso da música, quando diz que: “para mim esta frase musical é um gesto. Ela penetra na minha vida. Eu faço-a minha” (WITTGENSTEIN, 1980, p. 109). Por conseguinte, esta forma de olhar se desvia da finalidade habitual de apreender os objetos enquanto subordinado por conceitos com vista ao conhecimento e, aquilo que se evidencia é a alegria, o prazer que é proporcionado a quem assim vê: “A vida é séria, a arte é alegre” (WITTGENSTEIN, 1961, p. 159).

Apenas aqueles que conseguem contemplar o mundo como uma obra de “Deus”, portanto, com um olhar de admiração, é capaz de sentir a felicidade, a alegria e a paz que Wittgenstein se refere: “ser feliz significa dedicar lapropria vida al espíritu, libre de losdeseos de lavoluntad, y, em términos de Schopenhauer, em contemplar simplemente como un ‘claro ojodel mundo’. Ello se consigue gracias a lacontemplación estética” (SOMAVILLA, 2013, p. 52). Contemplar um objeto qualquer como obra de arte é resultado de uma maneira específica de ver, de uma modificação no olhar. O objeto contemplado é o mesmo para todas as pessoas, porém, para aquele que alterou sua maneira de *ver*, conseguiu encontrar ali uma expressão do belo. É importante salientar que a beleza não existe enquanto propriedade essencial nem accidental no objeto: a beleza é transcendental, é de responsabilidade do sujeito que observa. No entanto, é como se o belo se destacasse dos fenômenos quando estes são observados de um determinado modo, que lhes é favorável¹⁰.

O que faz o sujeito feliz não são os acontecimentos do mundo ou umacontecimento específico, no sentido de ser uma alteração dos fatos

⁹ Em outros diversos momentos Wittgenstein retoma a relação entre arte e milagre, podemos citar, por exemplo, *Cultura e Valor*, onde escreve: “Os milagres da natureza. Poderia dizer-se: a arte *mostra-nos* os milagres da natureza. Baseia-se no *conceito* de milagres da natureza (O desabrochar da flor. Que tem ele de *maravilhoso*?) Dizemos: ‘olha, ela já está a desabrochar!’” (WITTGENSTEIN, 1980, p. 87).

¹⁰ Quando há uma espécie de adequação que favorece o próprio objeto e causa prazer a quem assim desfruta dele, seja ao observar uma pintura, ao ler um poema ou a ouvir uma sinfonia, isso tem relação com a forma que o sujeito se desprende do uso ou de relações puramente funcionais com o objeto.

do mundo, mas a felicidade é resultante de uma transformação do modo de ver, da intuição ou contemplação. “A felicidade”, salienta Crespo (2011, p. 233), “é o que liga a ética e a estética, ambas entendidas como modos particulares de ver o mundo, os objetos e a vida”. Logo, se os fatos continuam os mesmos, então é possível concluir que a vontade altera o mundo na medida em que acrescenta sentido ao que acontece.

Aquele que consegue apreender o mundo a partir do exterior, como alguém que consegue sair dele e é capaz de contemplá-lo de fora, está em condições de alcançar uma satisfação desinteressada, uma alegria e uma felicidade sem motivo específico. Essa pessoa contempla o mundo, mas não se confunde com ele, de modo que esta atitude estabelece uma conexão entre o horizonte estético e o horizonte ético, no ponto preciso de que contemplar o mundo esteticamente significa viver a obra de Deus como obra de Deus. Desta forma se torna de fácil compreensão a identificação entre ética e estética como sendo “um”. É esta a abordagem que Wittgenstein pretende apresentar quando utiliza o amigo Paul Engelmann como exemplo:

Engelmann disse-me que em casa, ao mexer uma gaveta cheia de manuscritos seus, estes lhe parece tão excelentes que pensa que valeria a pena dá-los a conhecer a outras pessoas. (Diz que o mesmo se passa ao ler cartas dos seus parentes já falecidos.) mas quando pensa em publicar uma seleção desses manuscritos, as coisas perdem o seu encanto e valor, o projeto torna-se impossível. Eu disse que tal se assemelhava o caso seguinte: nada há de mais extraordinário do que ver um homem, que pensa não estar a ser observado, a levar a cabo uma atividade vulgar e muito simples. Imaginemos um teatro; o pano sobe e vemos um homem sozinho num quarto, a andar para frente e para trás, a acender um cigarro, a sentar-se, etc., de modo que, subitamente, estamos a observar um ser humano do exterior, de um modo como, normalmente, nunca podemos observar-nos a nós mesmos; seria como observar com os nossos próprios olhos um capítulo de uma biografia – isto poderia, sem dúvida, ser ao mesmo tempo inquietante e maravilhoso. Estaríamos a observar algo mais admirável do que qualquer coisa que um dramaturgo pudesse arranjar para ser representado ou dito num palco: a própria vida. – mas isso é o que vemos todos os dias, sem que tal nos provoque a mais ligeira impressão! Sim, mas não o vemos *nessa* perspectiva. – Bem, quando Engelmann olha para o que

escreveu e o acha extraordinário (embora não se preocupe com a publicação de qualquer dos seus escritos), vê a sua vida como uma obra de arte feita por Deus e, como tal, merecendo decerto ser contemplada, assim como qualquer vida e tudo o mais. Mas só o artista é capaz de apresentar assim uma coisa individual de modo que ela nos apareça como uma obra de arte; é *verdade* que esses manuscritos perderiam o seu valor se fossem examinados um a um e, especialmente, se fossem olhados *desinteressadamente*, isto é, por alguém que não sente por eles, à partida, qualquer entusiasmo. A obra de arte obriga-nos – por assim dizer – a vê-la da perspectiva correcta; mas na ausência da arte, o objeto é apenas um fragmento da natureza, como outro qualquer; *podemos* enaltece-lo com o nosso entusiasmo, mas isso não dá a ninguém o direito de com ele nos confrontar. (continuo a pensar num desses insípidos instantâneos fotográficos de um fragmento de paisagem que tem interesse para quem os atirou porque estava lá e sentiu algo; mas qualquer pessoa olhará para eles com frieza de um modo inteiramente justificado, até ao ponto em que é justificável olhar friamente para uma coisa.)

Mas parece também que há outra maneira de apreender o mundo *sub specieaeterni*, para além do trabalho do artista. É o caminho do pensamento que, por assim dizer, voa sobre o mundo e o deixa tal como é – observando-o de cima, em voo. (WITTGENSTEIN, 1980, p. 17-18)

Esta longa citação faz referência a uma experiência que, assim como a atividade filosófica, é uma experiência do homem consigo próprio, “com a sua compreensão, com o modo como vê as coisas” (CRESCO, 2011, p. 246). Além disso, o relato oferece ainda outro modo de captar o mundo que vai além do modo *sub specieaeterni*, o modo de captar pela via do pensamento. Trata-se do pensamento filosófico pela aplicação do modelo descritivo, ou seja, o modelo que deixa as coisas serem aquilo que são e estar como estão. É um método característico, que não deixa acrescentar nada, antes proíbe toda e qualquer interpretação apoiada em critérios científicos. Wittgenstein faz questão de deixar claro que não se trata de uma teoria, o que ele mesmo assegura quando afirma: “se me expusessem qualquer coisa que fosse uma *teoria*, eu diria: Não, não! Isso não me interessa – Não é aquilo que estou procurando” (WITTGENSTEIN *apud* MONK, 1995, p. 278). O que está em causa aqui é a recusa a qualquer tipo de *teoria*, qualquer que seja, que force os objetos a serem percebidos de acordo com critérios me-

ramente especulativos – como no exemplo, citado anteriormente, dos girassóis pintados por Van Gogh. Quem assim consegue olhar as coisas ao seu redor, vive como se visse o desenrolar de sua própria vida.

A apreensão artística da vida e do mundo em geral, acontece quando o olhar neutraliza todo gênero de interpretação a partir de critérios fixados nas próprias coisas do mundo, e se liberta para assistir a tudo na percepção do seu milagre – do milagre no sentido absoluto que tratamos anteriormente.

Nas palavras de Wittgenstein, “o milagre artístico é que o mundo exista. Que exista o que existe. Se é a essência do modo de considerar artístico que considere o mundo com olhos felizes?” (WITTGENSTEIN, 1961, p. 145). É importante notar que a expressão “milagre artístico” conjuga os dois componentes que estão em análise na identificação da Ética e da Estética. Ou seja, a ideia de “milagre” está relacionada diretamente com a ética, com o bem, cuja fonte é Deus; e a noção de “artístico”, por sua vez, encontra representação no estético, que contempla o mundo. A finalidade da arte, de acordo com Wittgenstein, é a beleza e a finalidade da vida é a felicidade. Não existe uma sem existir a outra. E o alcançar de uma pressupõe e obriga, necessariamente, alcançar a outra.

De tudo isso, o que realmente sobressai, como síntese da relação entre Ética e Estética, é o recurso a um conceito muito caro à filosofia do filósofo: é a partir da consciência da unidade da vida do sujeito que se torna possível unificar o diverso, o diverso que parece não unificável – não só o Ético e o Estético, mas isso que está em causa neles – ou seja, tudo. “Só a partir da consciência da unicidade da minha vida nascem religião – conhecimento – e arte. (WITTGENSTEIN, 1961, p. 145). É importante salientar que o aspecto religioso¹¹ aparece como uma espécie de atracadouro onde se prende a concepção de Ética e Estética em Wittgenstein.

¹¹ No que diz respeito à relação existente entre Wittgenstein e a religião, além dos elementos já apresentados, considerados relevantes para este estudo, não pretendemos aprofundar a discussão. Apenas, destacamos que, conforme assegura Wittgenstein, sua relação com a religião sofreu uma significativa transformação. De acordo com Monk (1995, p. 60), “sua atitude anteriormente insolente perante a religião modificara-se depois de assistir à peça *Die kreuzelscheiber* [Os que se firmam pela cruz], do dramaturgo e romancista austríaco Ludwig Anzengruber. É uma peça medíocre, mas uma das personagens expressa a ideia de que, não importa o que pudesse acontecer com o mundo, nada de ruim aconteceria com *ele*, pois era independente do destino e das circunstâncias. Essa idéia estética tocou Wittgenstein profundamente e ele comentou com Malcon que, pela primeira vez, via a possibilidade da religião”.

Em suma, é possível considerar que a estética se apresenta como um *motivo* que perpassa a totalidade do conjunto da obra de Wittgenstein, não podendo ser ignorado por seus leitores. Neste sentido, o olhar *sub specieaeterni* se destaca, sobretudo nos primeiros escritos do autor, como sendo o olhar que transforma o mundo, trata-se, portanto, do olhar do homem feliz, o qual contempla o mundo como uma verdadeira obra de arte.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos primeiros escritos, tanto no *Tractatus* quanto nos *Diários*, o ponto de vista estético se atinge mediante um afastamento dos objetos em geral, trata-se, portanto, de uma interrupção temporal e espacial. É preciso ver os objetos como verdadeiras obras de arte, e não simplesmente como fenômenos, o que não significa anular o fenômeno. Wittgenstein defende uma transformação do olhar, mediante o qual o espectador capta o objeto de um determinado modo. A questão fundamental consiste em compreender como é possível efetuar esta mudança, ou seja, de que maneira é possível olhar para os objetos e para o mundo e vê-los com um olhar estético, como uma obra de arte.

Captar o mundo e os objetos deste modo consiste em apreendê-los *sub specieaeterni*, de tal modo que o mundo se transforma em sua totalidade. Trata-se de contemplar o mundo e os objetos a partir do exterior, fora do espaço e do tempo. Estar no espaço e no tempo significa, para Wittgenstein, ser atingido por eles, ser impotente frente à vida. O que ele sugere é suspender o tempo, não estar no tempo, mas no presente, afinal, “vive eternamente quem vive no presente”. Porém, esta mudança de visão só é possível se as coisas forem contempladas como verdadeiras obras de “Deus”, descobrindo em cada coisa o reflexo do “milagre” que o mundo revela.

O olhar estético retira dos objetos toda a sua consistência fática, ou seja, todas as determinações objetivas para fixar o modo peculiar de ver que Wittgenstein chama de estético. Trata-se, de acordo com o vocabulário wittgensteiniano, do olhar “milagroso”. Esta forma de olhar se desvia da finalidade habitual de apreender os objetos enquanto subordinados por conceitos com vista ao conhecimento e, aquilo que se

evidencia é a alegria, o prazer que é proporcionado a quem assim vê: “a vida é séria, a arte é alegre”, diz Wittgenstein. Apenas quem consegue contemplar o mundo como uma obra de “Deus”, portanto, com um olhar de admiração, é capaz de sentir a felicidade, a alegria e a paz a que Wittgenstein se refere. O que faz o homem feliz não são os acontecimentos do mundo, mas a felicidade é resultante de uma transformação do modo de ver. Por isso a análise estética é tão importante para a vida e para toda a filosofia.

REFERÊNCIAS

- ARENAS, LUIS. A lo que el arte debe apuntar: el Tractatus y el ideal de la obra de arte en el joven Wittgenstein. In: MARRADES, Julián. *Wittgenstein Arte e Filosofia*. Madrid: Plaza y Valdes editores, 2013
- CRESPO, Nuno. *Wittgenstein e a estética*. Lisboa. Assírio e Alvim, 2011.
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Dicionários de Filosofia. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.
- MARRADES, Julián. *Wittgenstein arte y filosofía*. Madrid: Plaza y Valdes editores, 2013
- MONK, Ray. *Wittgenstein: o dever do gênio*. Tradução de Carlos Afonso Malferari. Companhia das Letras, São Paulo, 1990.
- SOMAVILLA, Ilse. Las dimensiones de las sombras em la filosofía de Wittgenstein. In: MARRADES, Julián. *Wittgenstein Arte e Filosofia*. Madrid: Plaza y Valdes editores, 2013
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Lógico-Philosophicus*. São Paulo. USP. 2010.
- _____. *Conferência sobre ética: com dos comentários sobre la teoria del valor*. Barcelona: Ed. Paidós, 1995.
- _____. *Cultura e Valor*. Lisboa. Edições 70, 1980.

O solipsismo do *Tractatus Logico-Philosophicus* como resultado de sua lógica

Bruno Senoski do Prado

Universidade Estadual de Londrina

O problema acerca de uma possível defesa do solipsismo feita por Ludwig Wittgenstein em seu *Tractatus Logico-Philosophicus* (TLP) tem incitado várias discussões e interpretações. O presente texto é parte de uma pesquisa que ainda está em seu estágio inicial e cujo objetivo é compreender em que medida o filósofo austríaco em questão pode ser considerado um solipsista em sua primeira obra e de que forma essa questão se insere na lógica e proposta da já referida obra, a saber, delimitar os limites da linguagem com sentido. Para que possamos cumprir essa tarefa iremos, em um primeiro momento, apresentar rapidamente a questão da teoria da figuração; em um segundo momento, a diferenciação entre dizer e mostrar e a concepção de sujeito para, em um terceiro momento, adentrarmos na discussão acerca do problema do solipsismo e onde tal problema entra na proposta do TLP.

Seguindo a ideia de que a tarefa da filosofia consiste, basicamente, na análise lógica da proposição, no TLP, Wittgenstein, apresenta a sua teoria da figuração, segundo a qual através da linguagem o sujeito pode figurar, representar o mundo. Para compreender tal teoria é necessário que, antes, demonstramos o conceito tractatiano de mundo. Já no primeiro aforismo, o autor afirma que “o mundo é tudo que é o caso”¹; e, em seguida, complementa dizendo que o “mundo é a totalidade dos

¹ TLP, 1

fatos”². O mundo, para Wittgenstein, se constitui da totalidade dos fatos. Os fatos se compõem de estado de coisas que, por sua vez, são ligações de objetos (ou coisas). O mundo é, portanto, “os fatos no espaço lógico”. Em uma aforismo do TLP, Wittgenstein afirma que “figuramos os fatos”³. Como fazemos isso? Segundo a teoria wittgensteiniana, o fazemos através da linguagem, pois ela tem o poder de figurar os fatos.

Entender os conceitos de “fato” e “espaço lógico” é de suma importância para entender a forma como Wittgenstein concebe “mundo”. A compreensão da noção de espaço lógico torna possível entender o motivo pelo qual o mundo é a totalidade dos fatos e não das coisas. Nada que ocorre no mundo, que é o caso, é necessário, mas sim contingente. Por exemplo, consideremos as seguintes proposições: “*x* está quente” e “*y* está frio”. Não há nenhuma necessidade lógica em *x* estar quente e *y* estar frio, mas apenas uma possibilidade que estejam assim. Porém, isso não significa que, na lógica, existam acidentes, existem possibilidades. “Na lógica, nada é casual: se a coisa *pode* aparecer no estado de coisas, a possibilidade do estado de coisas já deve estar prejudgada na coisa”⁴. O termo “estado de coisas” é entendido como a combinação ordenada entre objetos simples, que são os últimos constituintes do mundo. “O estado de coisas é uma ligação de objetos (coisas)”⁵. Os objetos são os últimos constituintes do mundo, sem os quais não seria possível sua existência. Tais constituintes possuem propriedade internas e propriedades externas. As propriedades internas correspondem à necessidade de um objeto (coisa) se ligar a outro objeto; por sua vez, as propriedades externas fazem com que um determinado objeto se una a outro determinado objeto e não a um objeto qualquer. Dessa forma, vemos que a união de objetos não se dá de forma aleatória, mas articulada, sempre respeitando leis lógicas.

A lógica do mundo é, assim, mostrada por Wittgenstein. Os constituintes últimos do mundo são os objetos que, ao se ligarem formam os estados de coisas (possíveis). Tais estados de coisas se ligam e constituem os fatos – que podem ou não ocorrer – mas que estão no espaço lógico; e a totalidade dos fatos constitui o mundo.

² TLP, 1.1

³ TLP, 2.1

⁴ TLP, 2.012

⁵ TLP, 2.01

Passemos agora explicitação do que é a noção de figuração. E para isso é necessário retomarmos outro conceito de suma importância para compreender o *Tractatus*, o conceito de linguagem. Segundo Wittgenstein, a “totalidade das proposições é a linguagem”⁶. As proposições constituem-se de proposições elementares, por sua vez formada da união de nomes. Ele define as proposições elementares como proposições que não se pode subdividir em outras proposições; são compostas por nomes e, com o auxílio de conectivos, podem ser encadeadas em proposições. Os nomes são “signos simples” que não possuem sentido fora da proposição, mas formam uma condição de possibilidade da linguagem; contudo, o nome só tem referencia no contexto da proposição elementar.

Como mundo e linguagem se ordenam logicamente, é através da análise lógica que é possível, segundo as reflexões de Wittgenstein no TLP, perceber de que forma é possível a linguagem figurar o mundo. Ao decorrer da obra, o autor mostra que a linguagem possui uma forma lógica e como é essa forma. Da mesma maneira, mostra que o mundo possui uma forma lógica. Através disso, estabelece uma relação entre ambos; relação esta que torna possível à proposição ir até o mundo e figurá-lo. Linguagem e mundo possuem uma forma lógica comum e ela que permite aquela figurar este. Vale aqui ressaltar que não figuramos objetos, mas figuramos fatos do mundo; quanto aos objetos, apenas os nomeamos. Ao pensarmos em uma figuração, não pensamos nela isoladamente, mas como tendo uma relação que representa um estado de coisas possível. Segundo Ramsey:

Quando dizemos que uma figuração representa certos objetos que estão combinados de uma certa maneira, significamos meramente que os elementos da figuração estão combinadas desta forma, e estão coordenados com os objetos pela relação representante que pertence à figuração.⁷

Dessa forma, na linguagem, Wittgenstein afirma que “um nome toma o lugar de uma coisa, um outro, o de uma outra coisa, e estão

⁶ TLP, 4.001

⁷ RAMSEY, Frank P. Rewiew of ‘Tractatus’. In: COPI, Irving M. & BEARD, Robert W. (orgs.), *Essays on Wittgenstein’s Tractatus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966. pp. 9- 23. p. 10. (tradução nossa)

ligados entre si, e assim o todo representa – como um quadro vivo – o estado de coisas”⁸. A ideia de figuração desenvolvida por Wittgenstein está diretamente ligada aos conceitos de linguagem e mundo, no TLP. As condições de sentido da linguagem, ou seja, que seja bipolar e seja uma articulação de nomes infere diretamente no seu terceiro critério de sentido, que é poder representar fatos. A figuração, portanto, contém em si a forma lógica do figurado, a forma lógica do mundo; por isso, mesmo que uma determinada proposição não seja o caso, ela ainda assim continuará sendo uma figuração. É devido ao fato de a linguagem não poder figurar a forma lógica que a compõe e a relação existente entre ela e o mundo, Wittgenstein faz uma de suas, talvez, mais importantes distinções no *Tractatus*, a distinção entre *dizer* e *mostrar*.

Já no prefácio do *Tractatus* Wittgenstein deixa claro, seu objetivo, a saber, traçar um limite para a linguagem com sentido. A crítica tractatiana da linguagem leva às condições de possibilidade da linguagem com sentido e, conseqüentemente, aos seus limites.

Somente aquilo que faz parte do mundo dos fatos é que pode ser figurado pela linguagem, devido a forma lógica que ambos possuem. Essa forma lógica, no entanto, não pode ser figurada pela linguagem, mas se *mostra* na figuração do mundo.

Também é evidente que a conseqüência mais importante da idéia da linguagem como meio universal no *Tractatus* consiste na oposição entre o que pode ser *dito* e o que pode apenas ser *mostrado*. O que talvez não esteja claro é que tudo que, segundo o *Tractatus*, só pode ser mostrado envolve, em última análise, relações semânticas. Basicamente, são, portanto, os vínculos mundo-linguagem, e estes vínculos somente, que não podem ser ditos, mas mostrados.⁹

Fiel à sua noção de filosofia como crítica da linguagem, Wittgenstein diz que não cabe à ela tentar provar que existem objetos no mundo, ou investigar a essência das coisas, ou ainda a forma lógica do mundo, pois isso se mostra. Através de suas reflexões, Wittgenstein diz que não podemos dizer as condições de possibilidade da linguagem,

⁸ TLP 4.0311

⁹ HINTIKKA, Jaakko. HINTIKKA, Merrill B. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus Editora, 1994. p.27.

pois, caso contrário, cairíamos em contra-senso. As condições de possibilidade da linguagem se mostram quando dizemos o mundo, quando figuramos um estado de coisas.

Quando nós filosofamos, nós tentamos ocupar um lugar fora da lógica, onde a lógica é através do que podemos dizer todas as coisas que normalmente dizemos, todas as coisas que podem ser ditas.¹⁰

A crítica da linguagem faz Wittgenstein estabelecer as condições de possibilidade de uma linguagem com sentido e afirmar que somente esta linguagem pode figurar o mundo. No entanto, a linguagem que figura, que diz o mundo não pode figurar, não pode dizer a forma lógica que a permite figurar o mundo. Tal forma, no entanto, é mostrada pela linguagem, da mesma forma que uma situação no mundo é mostrada.

Wittgenstein afirma que todas as proposições em filosofia são absurdas, pois tentam, por exemplo, dizer que as coisas existem – o seu aspecto ontológico – mas a existência não pode ser dita, ela mostra-se. A existência de coisas assim como a existência de nomes que se liguem um ao outro para formar uma proposição é condição necessária para o mundo.

Percebemos, assim, o que pode ser dito, no TLP, a saber, proposições que, devido ao seu caráter de ter sentido, figuram a mundo, portanto proposições que podem ser comparadas à realidade para estabelecermos seu caráter de verdadeira ou falsa. Dessa forma, percebemos que é esse o campo da linguagem com sentido. Aquilo que pode ser dito constitui a totalidade das proposições que tem a possibilidade de serem verdadeiras ou falsas, ou seja, que são bipolares. No entanto, existe também, além do que pode ser dito, o que pode apenas ser mostrado. O que pode ser *dito* está estabelecido pelo limite da função descritiva da linguagem, a saber: pelos limites lógicos de vinculação dos nomes que a constituem e que formam as proposições que descrevem o mundo afigurado pelo pensamento. Entretanto, nem tudo pode ser *dito*; e, além da estrutura comum entre a linguagem e o mundo – a forma de afiguração –, há um conjunto de

¹⁰ DIAMOND, C. Throwing Away the Ladder: How to Read the *Tractatus*. In: DIAMOND, C. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the mind*. Cambridge/ Massachusetts: The MIT Press, 1991, pp. 179-204. p.185. (tradução nossa)

coisas que, segundo Wittgenstein, só podem ser *mostradas*. Segundo o filósofo, existem coisas que se encontram no campo do *inefável*¹¹. É nesse campo do inefável, do *Místico*, onde o autor do TLP situa as proposições da lógica, da matemática, da Ética, da Estética, o sentido da vida, e também, o que nos interessa na presente pesquisa, a verdade do solipsismo.

Para adentrarmos a discussão acerca do solipsismo, precisamos compreender a noção de sujeito para Wittgenstein em seu *Tractatus*. A noção de sujeito para Wittgenstein recebe influência da ideia do sujeito possuidor de vontade e portador do bem e do mal defendida por Schopenhauer em sua obra *O mundo como vontade e representação*¹², por isso, chamamos o sujeito do TLP de “sujeito volitivo”. Seguindo a ideia tractatiana, o sujeito não está no mundo, mas fora dele, não faz parte do mundo e, por esse motivo, não é um fato e, assim, não faz parte da ciência. Não se refere, dessa forma, ao corpo, pois este é um fato no mundo simplesmente e, portanto, a ciência pode descrevê-lo. Para Wittgenstein, o sujeito se estabelece como um limite do mundo e não como uma parte dele¹³, o mundo só existe enquanto mundo de um sujeito.

A influência schopenhauriana fica clara e evidente nessa noção, pois para o autor de MVR, o sujeito conhece a tudo sem conhecer a si mesmo e tudo que existe, existe para o sujeito, que é uma condição de possibilidade do mundo. Primeiramente, o mundo existe como representação e, em um segundo momento, como vontade do sujeito que o representa. No entanto, o *eu* só existe porque há um mundo, no qual ele pode ver sua ação e perceber seu próprio limite. Segundo o próprio Schopenhauer “o sujeito acaba onde começa o objeto¹⁴”.

O sujeito como limite do mundo não pode ser figurado, representado pela linguagem com sentido, pois não está no mundo, mas fora dele. Porém, isso não quer dizer que ele não exista. A linguagem não pode figurar aquilo que se coloca como sua condição, da mesma forma que não pode figurar a forma de afiguração. Segundo Wittgenstein, “o sujeito não pertence ao mundo, mas é um limite do mundo¹⁵”.

¹¹ Cf TLP 6.522

¹² Ao decorrer do texto faremos referência à obra apenas como as iniciais MVR

¹³ Cf. TLP 5.641

¹⁴ SCHOPENHAUER. A. *O mundo como vontade e representação*. São Paulo: Contraponto, 2001. p. 12.

¹⁵ TLP 5.632

Para explicar essa noção, ele utiliza a metáfora do olho que vê o mundo, mas não vê a si mesmo.

Onde *no* mundo se há de notar um sujeito metafísico? Você diz que tudo se passa aqui como no caso do olho e do campo visual. Mas o olho você realmente *não vê*. E nada *no campo visual* permite concluir que é visto a partir de um olho.¹⁶

Para que as figurações do mundo sejam feitas alguém precisa fazê-las. O sujeito volitivo é o que existe e faz as figurações do mundo. No entanto, ele não pode ser figurado pela linguagem, mas mostra-se nela. O sujeito no TLP é transcendental, pois é uma condição de possibilidade. Segundo Cuter “o sujeito transcendental do *Tractatus* não pode ser descrito, nem nomeado, mas é responsável por essa atividade que, associando nomes e objetos, permite a projeção do pensamento a respeito do mundo¹⁷”. Seguindo esse raciocínio, percebemos que o sujeito, no TLP, se apresenta como limite do mundo. Isso abre espaço para a discussão acerca do solipsismo no TLP que é o foco de nossa pesquisa.

A ideia do solipsismo aparece no TLP, pela primeira vez, quando Wittgenstein afirma que “os limites de minha linguagem significam os limites de meu mundo¹⁸”. Parece-nos que a abordagem tractatiana do solipsismo tem como objetivo reforçar a ideia desenvolvida no livro a respeito da diferenciação entre o que pode ser *dito* e o que apenas pode ser *mostrado*, pois segundo Wittgenstein:

O que o solipsismo *quer significar* é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode *dizer*, mas que se mostra. Que o mundo seja *meu mundo*, é o que se mostra nisso: os limites *da* linguagem (a linguagem que, só ela, eu entendo) significam os limites de *meu mundo*¹⁹.

O fato de que o mundo é meu mundo é o segredo para entender o eu filosófico que, para Wittgenstein, não pode ser dito pela linguagem, mas mostra-se nela. O sujeito é o limite do mundo e é ele quem dá sentido ao mundo. Além daquilo que o sujeito pode signifi-

¹⁶ TLP 5.633

¹⁷ CUTER, J.V.G. *A ética do Tractatus*. In.: *Analytica*. Vol 7, No 2. São Paulo, 2003. pp. 43-58. p. 49

¹⁸ TLP 5.6

¹⁹ TLP 5.62

car linguisticamente como mundo, não há mais mundo. No entanto, isso não significa que não exista um mundo exterior ao sujeito, mas é uma forma de colocá-lo como transcendental. Seguindo essa linha de pensamento, porém, não podemos cometer o erro de afirmar que Wittgenstein defende a ideia da existência de uma linguagem privada e cair em um possível subjetivismo. Quando o autor do TLP diz em 5.62 “a linguagem que, só ela, eu entendo”, não está se dizendo que cada sujeito possui uma linguagem, mas que ela (a linguagem) só pode ser entendida pelo “sujeito volitivo”.

O tipo de solipsismo que aparece no TLP não deve ser entendido como aquilo que comumente foi entendido pela tradição. Ele admite a existência de um mundo que é exterior ao sujeito. No entanto, esse mundo apenas adquire significado a partir do sujeito que impõe sua lógica nele. Segundo Peter Hacker, o sujeito significa o mundo, colocando suas formas de pensamento nesse mundo²⁰. A realidade existe de forma externa ao sujeito, mas é só através dele que ela adquire forma e significado. É o sujeito transcendental que se coloca como limite do mundo, através de suas significações linguísticas. A linguagem exprime a necessidade lógica e a contingência dos fatos do mundo.

Dessa forma, alguns autores afirmam que no TLP existe uma espécie de solipsismo transcendental e, como já afirmamos antes, tem o objetivo de expor a ideia do *dizer e mostrar*. Segundo Anscombe, por exemplo a apresentação do problema do solipsismo no *Tractatus* é a mais importante das coisas que Wittgenstein diz que devem ser *mostradas*²¹. Para a estudiosa, a discussão do solipsismo no TLP representa o auge dos esforços wittgensteinianos para distinguir as chamadas verdades lógicas, que podem ser *ditas* e as verdades que devem apenas *se mostram*.

Em contrapartida à Anscombe, uma segunda interpretação sobre a questão é feita por Max Black. Para Black²², Wittgenstein usa a discussão sobre o solipsismo no *Tractatus* com o único objetivo de ilustrar o tipo de problema que pode ser gerado quando não se entende a

²⁰ Cf. HACKER, Peter. M. S. *Insight and Illusion: Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford: Clarendon Press, 1972. p.70.

²¹ Cf. ANSCOMBE, G. E. M. *An introduction to Wittgenstein's Tractatus: themes in the philosophy of Wittgenstein*. London: Hutchinson, 1971. (Wittgenstein studies). p. 166.

²² BLACK, Max. *A Companion Wittgenstein's Tractatus*. Cambridge: Cambridge University Press, 1971. p. 308.

diferença entre o que pode ser *dito*, e o que deve apenas ser *mostrado*. Dessa forma, Wittgenstein usaria a complexidade da questão do solipsismo apenas com um fim didático, com o objetivo de exemplificar o que pode ser ocorrer quando não se entende a distinção, que é um das mais importantes feita no TLP. Portanto, para Black essa questão levantada no TLP não possui nenhum conteúdo significativo relevante, pois é usada apenas como exemplo para se entender a obra.

Outra interpretação dessa questão, é feita por H. O. Mounce. O estudioso em questão não concorda com o posicionamento de Black, pois afirma que a discussão acerca do solipsismo no TLP não pode ter sido usada meramente como um exemplo. Para justificar isso, afirma que Wittgenstein, destaca conceitos no livro e, para Mounce, caso esses conceitos fossem apenas uma mera ilustração, conforme afirmou Black, isso não ocorreria. Conceitos importantes, como os de: vida, limites do mundo, mundo, sujeito e até mesmo a analogia do olho e do campo visual, que são citados e utilizados por Wittgenstein quando trata sobre o solipsismo, também são usados pelo autor em proposições posteriores, e estão no centro do pensamento chamado *Místico* do autor do *Tractatus*. Para discordar de Black, Mounce usa o seguinte aforismo:

A morte não é um evento da vida. A morte não se vive. Se por eternidade não se entende a duração temporal infinita, mas a atemporalidade, então vive eternamente quem vive no presente. Nossa vida é sem fim, como nosso campo visual é sem limite²³

Nessa passagem, Wittgenstein salienta que a vida não tem um fim, porém é única, dada, significada pela *minha linguagem*; e tem um *limite*, que é o mesmo de meu *mundo*, que também é limitado pelo eu, pelo sujeito. Com esse aforismo, percebemos que vários conceitos tractatianos, em alguns momentos afastados, são retomados; e isso ocorre porque eles se constituem conceitos importantes para o pensamento wittgensteiniano do TLP e não porque eles são simplesmente exemplos e ilustrações. As considerações feitas por Anscombe e Mounce parecem ser razoáveis e de acordo com o próprio texto tractatiano. A razão disso se evidencia pelo fato de que podemos constatar que o solipsismo, ou melhor, a sua verdade, é utilizada no *Tractatus* como o

²³ TLP 6.4311

primeiro exemplo das questões importantes que devem ser *mostradas*. Em outras palavras, quando Wittgenstein insere a questão do solipsismo adianta e prepara seus leitores para o assunto que posteriormente ele irá desenvolver, a saber, o que apenas pode ser mostrado.

Diante dessas questões levantamos a seguinte hipótese: o sujeito transcendental significa o mundo e encontra seu limite (o limite do mundo) através do limite da linguagem, linguagem que possui uma forma lógica comum com o mundo. No entanto, por estar no limite, o sujeito não pode ser figurado. Sendo assim, parece-nos que o solipsismo tractatiano não é apenas um solipsismo transcendental, mas um solipsismo lógico do sujeito transcendental. Afirmamos isso por dois motivos. Primeiramente, pelo fato de que o sujeito tractatiano é uma condição de possibilidade do mundo, por isso, transcendental; a ideia de “que o mundo é meu mundo” não significa que cada sujeito possui um mundo próprio, mas que o mundo é sempre o mundo de um sujeito – o sujeito volitivo – que o significa linguisticamente. O sujeito possui limitações próprias, no sentido de não ser ele próprio que se limita, a lógica o limita, assim como limita a linguagem. Em segundo lugar, porque, tendo em vista a distinção entre *dizer* e *mostrar*, o solipsismo apresenta-se, por um sentido lógico do TLP, como uma verdade que não pode ser dita, mas se mostra. Portanto, o solipsismo presente no TLP é resultado da lógica do próprio *Tractatus*, ou seja, é consequência da lógica da obra como um todo.

REFERÊNCIAS

- ANSCOMBE, G. E. M. *An introduction to Wittgenstein's Tractatus: themes in the philosophy of Wittgenstein*. London: Hutchinson, 1971. (*Wittgenstein studies*).
- CONANT, James. Elucidation and Nonsense in Frege and Early Wittgenstein. In.: CRAY, A.& READ, R. (eds.). *The New Wittgenstein*. London: Routledge, 2000, pp.174-217.
- CUTER, J.V.G. *A ética do Tractatus*. In.: *Analytica*. Vol 7, No 2. São Paulo, 2003. pp 43-58,
- DIAMOND, Cora. *The Realistic Spirit: Wittgenstein, Philosophy, and the Mind*. Cambridge; London, 1991.

DIAMOND, Cora. Ethics, Imagination and the Method of Wittgenstein's *Tractatus*. In.: CRAY, A. & READ, R. (eds.). *The New Wittgenstein*. London: Routledge, 2000, pp.149-173.

GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Rio de Janeiro: Zahar, 1996.

HACKER, Peter. M. S. *Insight and Illusion: Wittgenstein on Philosophy and the Metaphysics of Experience*. Oxford: Clarendon Press, 1972.

HACKER, Peter M. S. Wittgenstein and the autonomy of humanistic understanding. In.: HACKER, Peter M. S. *Wittgenstein: Connections and Controversies*. Oxford: Clarendon Press, 2001, pp. 34-73.

HINTIKKA, Jaakko. *On Wittgenstein's Solipsism*. In: COPI, Irving M. & BEARD, Robert W. (orgs.). *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966. pp. 157 – 161.

HINTIKKA, Jaakko. HINTIKKA, Merrill B. *Uma investigação sobre Wittgenstein*. Campinas: Papirus Editora, 1994.

KENNY, A. *Wittgenstein*. Oxford: Blackwell Publishing, 2006..

MOUNCE, H. O. *Wittgenstein's Tractatus: an introduction*. Oxford: Basil Blackwell Publisher, 1981.

PEARS, D. F. *Wittgenstein's Treatment of Solipsism in the Tractatus*. In.: *Crítica: Revista Hispanoamericana de Filosofia*. Vol 6, No. 16/17 (Jan. – May 1972), pp. 57- 84.

RAMSEY, Frank P. Review of 'Tractatus'. In: COPI, Irving M. & BEARD, Robert W. (orgs.), *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. London: Routledge & Kegan Paul, 1966.

SPICA, Marciano A. *A concepção de sujeito volitivo no Tractatus de Wittgenstein*. *Revista Paradigmas, Santos*, v. 25, p. 4-7, 2005.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Diário Filosófico (1914-1916)*. Barcelona: Ariel, 1982.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus-Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2010.

Russell, Wittgenstein e o atomismo lógico

Murilo Garcia de Matos Amaral

Universidade Federal da Bahia - UFBA

Neste trabalho, apresentamos o atomismo lógico de Russell em *A Filosofia do Atomismo Lógico*¹ e o atomismo lógico que se faz presente no *Tractatus* de Wittgenstein. Dedicamos especial atenção à argumentação de Wittgenstein sobre a simplicidade dos objetos e à argumentação de Russell sobre a simplicidade dos átomos lógicos. Russell desenvolve um atomismo lógico inserido no contexto de uma investigação epistemológica e defende que o átomo lógico é conhecido empiricamente quando se alcança o ponto limite do processo de análise da proposição, enquanto Wittgenstein empreende uma investigação estritamente a priori e defende que o objeto é antes uma condição de possibilidade do carácter determinado do sentido da proposição. Portanto, o nosso objetivo é comparar as duas propostas; e fazemos isso a partir das leituras de Paul Livingston e David Pears. Como metodologia de comparação, adotamos uma definição de atomismo lógico que é comum à Russell e à Wittgenstein e, a partir desta definição, buscamos compreender os aspectos peculiares de cada proposta.

Entendemos que o atomismo lógico constitui uma teoria filosófica sobre a estrutura fundamental da realidade a partir de um método de análise lógica de proposições. Assim, o atomismo lógico considera que a análise lógica nos mostra, como resultado, os constituintes ló-

¹ Doravante *PLA*.

gicos mais simples da proposição – os átomos lógicos – e que estes correspondem exatamente aos constituintes da realidade. Pensamos que ao menos três ideias estão aqui subtendidas: (i) há uma correspondência geral entre linguagem e realidade, e isso garante que a análise completa das palavras irá coincidir com a análise completa das coisas², (ii) a realidade não é única e indivisível, mas sim composta por uma multiplicidade de coisas separadas e (iii) os átomos lógicos não podem ser analisados em partes mais simples.

Mas o que são os átomos lógicos? Que provas há de que a realidade é constituída por átomos? Como se sabe que um átomo lógico não poderia ser analisado em partes mais simples? Aqui, encontramos divergências entre Russell e Wittgenstein, uma vez que estes apresentam abordagens distintas para estas questões.

Sobre os átomos resultantes do processo de análise lógica proposto por Russell, devemos primeiramente entender que eles não são átomos *físicos*, mas sim átomos *lógicos*. Russell diz:

A razão pela qual eu chamo minha doutrina de atomismo lógico é por que os átomos que eu desejo alcançar como o tipo de resíduo último na análise são átomos lógicos, e não átomos físicos.³

Em sentido positivo, Russell diz que os átomos lógicos são particulares, qualidades e relações. Dessa maneira, para Russell, a realidade seria constituída por uma multiplicidade de particulares exibindo qualidades e sustentando relações. Russell diz:

Alguns deles [os átomos lógicos] serão o que eu chamo de “particulares” – coisas como pequenas manchas de cores, sons, coisas momentâneas – e alguns deles serão predicados e relações e assim por diante.⁴

Russell diz que a nossa linguagem ordinária comporta palavras que se referem diretamente aos átomos lógicos. Os exemplos que ele traz são as palavras “isto” e “aquilo”, que apontam para objetos momentâneos dos dados dos sentidos, ou seja, que apontam para objetos

² Pears (1985), p. viii.

³ *PLA*, p. 3.

⁴ *PLA*, p. 3.

que conhecemos diretamente, por *familiaridade*, sem que haja qualquer inferência a partir de um conhecimento prévio. Sobre os nomes de pessoas ou de objetos como cadeira, mesa, etc., Russel entende que estes não são nomes simples em sentido lógico, mas sim *descrições* que remetem a séries de classes de particulares.

Uma cadeira apresenta uma aparência diferente a cada momento. Cada aparência que ela apresenta em cada momento determina certa classe. Todos estes conjuntos de aparências variam periodicamente. Se eu pego a cadeira e a quebro, ela apresentará todo um conjunto de aparências diferente do que ela apresentava antes e, sem ir tão longe, ela sempre seguirá mudando conforme as mudanças de iluminação, e assim por diante. Então você tem agora uma série de diferentes conjuntos de aparências, e isso é o que eu quero dizendo que uma cadeira é uma série de classes.⁵

Sobre as aparências particulares da cadeira, devemos entender que Russell não está interessado em estabelecer *a que* uma aparência particular da cadeira corresponde, ou se ela corresponde mesmo a algo no *mundo exterior*. Na verdade, este tipo de indagação não interessa à Russell. Russell diz que não há qualquer entidade que você possa apontar e dizer “esta entidade é física, e não mental”⁶. Assim, na filosofia de Russell, a realidade não é definida – ou melhor, não pode ser definida – a partir da demarcação de um mundo exterior composto por objetos físicos que independem da nossa subjetividade. O ponto de partida da filosofia do atomismo lógico é a epistemologia, e o campo de investigação sobre a *crença* e o *fato*, sobre a *linguagem* e a *realidade*, é justamente o campo da subjetividade. Por isso, a realidade, para Russell, não é o mundo exterior, objetivo e permanente⁷, mas sim todo o campo da subjetividade e, por isso, Russell diz que fantasmas e alucinações estão no mesmo plano que os dados dos sentidos quando falamos em realidade. Ou seja, a realidade não é o objeto físico em contraposição à mera aparência dos dados dos sentidos, mas sim os próprios dados dos sentidos, mais tudo aquilo que pertence ao campo da subjetividade.

⁵ PLA, p. 117.

⁶ PLA, p. 122.

⁷ “I think it is very important to remove out of one’s instincts any disposition to believe that the real is the permanent.” PLA, p. 116.

Uma vez que esboçamos a noção de realidade que interessa à filosofia do atomismo lógico, podemos agora seguir à argumentação de Russell sobre esta realidade ser composta por entidades simples, a saber, os átomos lógicos. Livingston (2001) propõe que o átomo lógico tem três sentidos diferentes: um sentido lógico, um sentido epistemológico e um sentido ontológico. Até aqui, vimos Russell fazer uma arguição epistemológica na definição do átomo lógico. Vimos que alguns átomos lógicos são *particulares*, ou seja, entidades que conhecemos de forma imediata, por *familiaridade*, sem a inferência a partir de um conhecimento prévio. Livingston (2001) diz que, quando definimos o átomo lógico desta maneira, devemos entender que, na verdade, esta definição é de um átomo *epistemológico*. Quanto ao átomo *lógico*, propriamente, ele define-se por ser portador de um nome em uma proposição completamente analisada. Ora, ao perceber que há duas definições em jogo, precisamos saber se o átomo epistemológico coincide com o átomo lógico. Ou seja, precisamos saber se, de fato, as entidades que conhecemos de forma imediata são portadoras de um nome em uma proposição completamente analisada. Se isso não fosse o caso, então a epistemologia de Russell deixaria de cumprir uma função na fundamentação do atomismo lógico; pois, no limite, não poderíamos dizer se as entidades que conhecemos de forma imediata são as partes logicamente mais simples da realidade. Assim, Russell teria de abrir mão da epistemologia e propor uma investigação tão somente a priori, o que, pelo contrário, é recusado por ele, como veremos mais adiante.

De fato, átomo lógico e átomo epistemológico coincidem, diz Livingston (2001)⁸. O argumento é o seguinte: suponhamos que x não é um átomo epistemológico. Então o nosso conhecimento de x não é imediato, não é dado por familiaridade. Dessa maneira, o nosso conhecimento de x é justificado por uma inferência a partir do conhecimento de entidades epistemologicamente anteriormente, que chamaremos agora de E 's. Então uma sentença sobre x deveria poder ser substituída por uma sentença formalmente equivalente que menciona apenas E 's. Mas se isso é o caso, então x não pode ser portador de um nome, pois nomes só aparecem em proposições completamente analisadas; ou seja, x não é um átomo lógico. Isso mostra que se x não é um átomo

⁸ Livingston (2001), p. 33.

epistemológico, então x não é um átomo lógico. Ora, por equivalência lógica, temos que se x é um átomo lógico, então x é um átomo epistemológico. Também podemos dizer que todo átomo epistemológico é átomo lógico. Basta considerar que, se nós estamos familiarizados com algum objeto, então nós podemos dar um nome y a este objeto por ostensão; e uma vez que o nosso conhecimento deste objeto não depende de nenhum conhecimento anterior, então este nome não pode ser analisado em partes mais simples. Destarte, conclui-se que y é um átomo lógico.

Átomo lógico e átomo epistemológico coincidem, portanto; e, quanto a esse ponto, Russell pode seguramente se valer da epistemologia na fundamentação de seu atomismo lógico. Embora Russell tenha medido esforços para evitar uma investigação estritamente a priori sobre a análise lógica de proposições e sobre a estrutura da realidade, veremos agora que há também esta via de investigação, colocada por Wittgenstein no *Tractatus*.

Pears (1985) classifica duas formas de abordar o atomismo lógico. Ele diz que há a (i) abordagem empírica e a (ii) abordagem *a priori*⁹. A abordagem empírica é a defesa de que o átomo lógico é o ponto limite do processo de análise. Ou seja, a abordagem empírica defende que nós *encontramos* os átomos lógicos no momento em que *percebemos* que os constituintes da proposição já não podem ser divididos em partes logicamente mais simples. Quanto a abordagem *a priori*, esta leva em conta que *não pode haver* uma análise lógica da proposição *ad infinitum*, uma vez que isso implicaria na indeterminação do sentido da proposição; e como evidentemente sabemos que há proposições significativas, somos, portanto, obrigados a considerar que a análise *deve* parar em algum momento.

Russell faz uma abordagem empírica e recusa a possibilidade de uma abordagem a priori. Na primeira conferência do PLA, quando alguém lhe questiona se “há várias coisas” seria um postulado que constituiria o ponto de partida de sua filosofia¹⁰, ele diz que não:

⁹ Pears (1985), p. xi.

¹⁰ “Do you take your starting-point ‘That there are many things’ as a postulate which is to be carried along all through, or has to be proved afterwards?” PLA, 14.

Eu não entendo “Há várias coisas” como um postulado. Eu deveria entender que, na medida em que isso pode ser provado, a prova é empírica, e que as refutações que têm sido feitas são a priori. O sujeito empírico diria naturalmente que há várias coisas. (...) Eu não considero que há necessidade lógica para que há várias coisas, nem para que não há.¹¹

O ponto é que Russell espera *encontrar* o átomo lógico como *resultado* da análise lógica. A análise lógica de uma proposição chega ao fim quando *percebemos* que estamos diante das partes logicamente mais simples da proposição, os nomes, que se referem a entidades as quais conhecemos de forma imediata. Algumas dificuldades se colocam aqui: como sabemos que a análise irá em algum momento esbarrar nos átomos lógicos?; como sabemos se a análise de uma proposição está completa?; como sabemos se aquilo que *percebemos* como nomes lógicos são, de fato, nomes lógicos? Curiosamente, Russell não dá *garantias* de que os nomes lógicos serão mesmo encontrados em algum momento da análise e nem fornece *critérios definitivos* para decidir sobre o fim do processo de análise da proposição. Russell apenas argumenta que é muito *provável* que encontremos nomes lógicos e que a análise possivelmente tem um fim; ou melhor, ele diz que é *mais razoável* pensar que os nomes serão encontrados ao final da análise se comparamos esta hipótese com hipóteses contrárias, como, por exemplo, a hipótese de que a análise poderia proceder ao infinito e a hipótese de que a análise poderia terminar em um complexo¹².

Wittgenstein, por outro lado, apresenta um atomismo lógico onde estas dificuldades não se colocam e fornece uma resposta que se pretende definitiva sobre o fim do processo de análise lógica da proposição. Ao contrário de Russell, Wittgenstein não esperar encontrar as partes logicamente simples da proposição, mas diz que devemos admitir que a análise tem um fim, pois, caso contrário, o sentido da proposição seria indeterminado. Wittgenstein apresenta, portanto,

¹¹ PLA, 14.

¹² Russell diz que um princípio muito caro à sua filosofia é inspirado pela *Navalha de Occam*. Russell entende que se uma hipótese se apresenta mais simples e compreensível do que outras, evitando cláusulas *ad hoc* e demandando menos explicações sobre outros aspectos do corpo de uma teoria filosófica, então esta hipótese deve ser adotada em detrimento das demais. PLA, p. 53.

uma abordagem a priori do atomismo lógico. Primeiramente, devemos considerar que, embora Wittgenstein não utilize a expressão “atomismo lógico” no *Tractatus*, a sua doutrina é notavelmente atomista. Em síntese, o atomismo lógico no *Tractatus* se coloca da seguinte maneira:

- i) Toda proposição tem uma análise final que revela que a proposição é uma função de verdade das proposições elementares (3.25, 4.221, 4.51, 5);
- ii) Estas proposições elementares afirmam a existência de estados de coisas (3.25, 4.21);
- iii) Proposições elementares são mutuamente independentes, ou seja, uma proposição elementar pode ser verdadeira ou falsa independentemente da verdade ou falsidade das outras proposições elementares (4.211);
- iv) Proposições elementares são símbolos simples – ou nomes – em ligação imediata (4.221);
- v) Os nomes se referem a coisas totalmente desprovidas de complexidade, ou seja, se referem aos objetos (2.02, 3.22);
- vi) Os estados de coisas são combinações de objetos (2.01).¹³

Diferente de Russell, Wittgenstein não pensa que haja exemplos de nomes lógicos em nossa linguagem ordinária e também não põe em questão se os objetos lógicos podem ser conhecidos empiricamente. Wittgenstein não dá exemplos de nomes e diz que a tarefa de encontrar nomes e objetos não compete à filosofia. Tudo o que Wittgenstein faz é dizer que os nomes e os objetos são exigências lógicas do *Tractatus* e que, ainda que não tenhamos exemplos, devemos admiti-los. Eis o argumento apresentado no *Tractatus*:

(2.021) Os objetos constituem a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos. – (2.0211) Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição. – (2.0212) Seria então impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa).

O argumento tem a seguinte forma: uma vez que podemos fazer figurações do mundo (F), então a proposição não deve depender da verdade de outra proposição para ter sentido, ou seja, as proposições

¹³ Esta exposição do atomismo lógico de Wittgenstein, tal como aqui está, deve-se ao verbete da Stanford Encyclopedia, *Wittgenstein's logical atomism*. Proops (2013).

devem ser independentes entre si (I); e, assim, tomando como premissa o aforismo 2.0211, o mundo tem substância (S). Formalizando:

$$\begin{array}{cc}
 \text{(i)} & \sim I \rightarrow \sim F & \text{(ii)} & \sim S \rightarrow \sim I \\
 & F & & I \\
 \hline
 & I & & S
 \end{array}$$

O argumento é válido; porém, Livingston (2001) aponta que não é imediatamente claro que as suas premissas sejam verdadeiras. Ele questiona: “Por que deveria ser o caso que a não-existência de objetos simples faria o sentido de uma proposição depender da verdade de uma outra proposição?”¹⁴ Ou seja, por que “ $\sim S \rightarrow \sim I$ ”? A resposta é que, se não houvesse objetos simples, então nomes poderiam se referir a complexos. Mas se um nome se referisse a um complexo, isto poderia equivaler à asserção de que os constituintes de um complexo estão relacionados de certa maneira. Esta asserção poderia ser tanto verdadeira, quanto falsa (chamemos esta asserção de n). Portanto, neste caso, se a proposição que contém n tivesse um sentido, isso dependeria do “valor de verdade” de n . Isso quer dizer que “Se o mundo não tivesse substância, ter ou não ter sentido uma proposição dependeria de ser ou não verdadeira uma outra proposição.”¹⁵

O argumento enfim se completa quando consideramos o aforismo 3.23: “O postulado da possibilidade dos sinais simples é o postulado do caráter determinado do sentido.”¹⁶ Ora, se as partes da proposição são tomadas como complexas, não podemos evitar que estes complexos sejam também compostos por partes complexas e assim por diante. Ou seja, incorremos em regressão ao infinito. Por isso, devemos admitir, *a priori*, que há nomes e que há objetos. Admitimos, portanto, que há nomes e objetos. Agora, o que podemos dizer sobre a estrutura da realidade? A realidade é composta por objetos? No *Tractatus*, a realidade não é a mera coleção de todos os objetos. Na verdade, a realidade é a existência e inexistência de estados de coisas¹⁷; ou seja, a

¹⁴ Livingston (2001), p. 35.

¹⁵ TLP, 2.0211.

¹⁶ TLP, 3.23.

¹⁷ TLP, 2.06.

realidade é a totalidade das possibilidades combinatórias dos objetos, que determina o campo do que pode ser afigurado e que determina, portanto, o campo do significativo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vimos duas abordagens distintas do atomismo lógico: uma abordagem empírica, e uma abordagem a priori. Embora o atomismo lógico possa ser definido, em termos gerais, como uma teoria filosófica sobre a estrutura fundamental da realidade a partir de um método de análise lógica de proposições, vimos que há consequências diferentes sobre a noção de realidade e sobre a natureza dos átomos lógicos quando partimos de abordagens diferentes. Russell apresenta uma abordagem empírica; Wittgenstein, uma abordagem a priori. Russell entende que a realidade é o campo da subjetividade empírica, o que inclui, p. ex., imagens mentais e os dados dos sentidos; Wittgenstein entende que a realidade é o campo do significativo. Russell recorre a uma epistemologia; Wittgenstein recorre às condições de possibilidade do discurso significativo. Russell diz que os constituintes últimos da realidade são entidades logicamente simples que podem ser conhecidas empiricamente; Wittgenstein também diz que os constituintes últimos da realidade são entidades logicamente simples, mas diz que estas devem ser postuladas e que a questão sobre se elas podem ou não ser conhecidas empiricamente não deve ser decidida pela filosofia.

REFERÊNCIAS

- LIVINGSTON, Paul. Russellian and Wittgensteinian Atomism, in *Philosophical Investigations*, 24: 30–54, 2001.
- PEARS, David. Introduction to B. Russell, *The Philosophy of Logical Atomism*, Chicago: Open Court, 1985.
- PROOPS, Ian, “Wittgenstein’s Logical Atomism”, *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Summer 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/sum2013/entries/wittgenstein-atomism/>>.
- RUSSELL, Bertrand. *The Philosophy of Logical Atomism*, London and New York: Routledge, 2010.
- WITTGENSTEIN, Ludwig. *Tractatus Logico-philosophicus*, Trad. de Luiz Henrique dos Santos. São Paulo: EDUSP, 2008.

Wittgenstein: O Tractatus e a possibilidade das Ciências Sociais

Jonathan Elizondo Orozco

Universidade Federal de Santa Catarina

Um evento ocorre ou não ocorre,
não há meio-termo. TLP, 5,153¹.

INTRODUÇÃO

No presente trabalho apresentarei o marco teórico delineado no *Tractatus Logico-Philosophicus* de Wittgenstein, para mostrar qual é o tipo de Ciência Social que poderia ser construída a partir de seus pressupostos. Posteriormente, utilizarei a distinção de três etapas nas Ciências Sociais proposta por Weber, que procurava fazer com que a ciência cumpra o requisito de ser apolítica e *a-valorativa*. Demonstrarei como a proposta do *Tractatus* se enquadra com a weberiana, e finalmente, questionarei a funcionalidade de uma ciência social que cumpra esses requisitos.

O TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS

Desde sua publicação em 1921, o *Tractatus Logico-Philosophicus* tem sido um marco de referência para os estudiosos da filosofia da ciência. Traçando um limite entre o dizível e o que não pode ser dito,

¹ No presente artigo, utilizar-se-á para os aforismos do *Tractatus* citados a convenção usual sobre citações de dita obra: a referência será TLP seguida do número do respectivo aforismo.

Wittgenstein procurava analisar o que pode ser expresso pelas proposições e, conseqüentemente, o que pode ser conhecido. O que não é possível formular em proposições só poderá ser mostrado. Para ele, o pensamento requer a presença da linguagem, e quando se utiliza a palavra *dizer* significa também *pensar*. O que é dito pode ser submetido a uma verificação de verdade, isto é, a proposição é bipolar: ela deverá ser falsa ou verdadeira: “Para reconhecer se a figuração é verdadeira ou falsa, devemos compará-la com a realidade”, TLP, 2.223.

Nesta etapa Wittgenstein, acredita que é possível traçar um limite linear entre o que se pode e o que não se pode dizer com sentido.

O livro trata dos problemas filosóficos e mostra - creio eu - que a formulação desses problemas repousa sobre o mau entendimento da lógica da nossa linguagem. Poder-se-ia talvez apanhar todo o sentido do livro com estas palavras: o que se pode em geral dizer, pode-se dizer claramente; e sobre aquilo que não se pode falar, deve-se calar (WITTGENSTEIN, 1994, P. 131)².

No *Tractatus*, portanto, a filosofia é uma atividade que pesquisa as condições de possibilidade da linguagem (ou seja, do conhecimento):

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.
A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.
O resultado da filosofia não é “proposições filosóficas”, mas é tornar proposições claras.
Cumpra à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e distintos. TLP, 4.112

O espírito anti-teórico característico de Wittgenstein pode ser achado nesse aforismo: a filosofia não constrói proposições que descrevam estados de coisas [*Sachverhalten*]³, o que compete exclusivamente

² No mesmo sentido deve ser lido o último aforismo do livro: “O que não se pode falar, deve-se calar”.

³ Os conceitos de *Tatsachen*, *Sachverhalten* e *Sachlage* têm sido bastante discutidos pelos estudiosos do *Tractatus*. Segundo Stenius (1964, pp. 29), não existe em inglês uma contraparte para o conceito de *Sachverhalt*, traduzido por Ramsey e Ogden como “atomic facts” [fatos atômicos] e por Lopes dos Santos como “estado de coisas” em português [state of affairs]. Para Stenius *Sachverhalt* faz referência ao “modo como as coisas estão entre si” ou ao “relacionamento entre as coisas”. Estes “estados de coisas” devem ser atômicos (não podem ser subdivididos

à ciência. A tarefa da filosofia é descrever o funcionamento dessas proposições, com ajuda da lógica.

Cumpre-lhe delimitar o pensável e, com isso, o impensável.
Cumpre-lhe limitar o impensável de dentro, através do pensável.
TLP, 4114⁴.

A tarefa a que Wittgenstein se propõe é a de traçar as condições necessárias e universais de qualquer sistema linguístico de representação. Podemos enumerar essas condições a partir de vários aforismos⁵:

Primeira: “A proposição é uma função de verdade das proposições elementares (A proposição elementar é uma função de verdade de si mesma)”. TLP. Aforismo 5.

Segunda: “O que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo afiurá-la – correta ou falsamente – é a forma lógica, isto é, a forma da realidade”. TLP, 2.18. Lembremos os aforismos sobre a figuração:

Figuramos os fatos. TLP, 2.1.

A figuração representa a situação no espaço lógico, a existência e inexistência de estados de coisas. TLP, 2.11.

A figuração é um modelo da realidade. TLP, 2.12.

Não é possível reconhecer, a partir da figuração tão somente, se ela é verdadeira ou falsa. TLP, 2.224.

Uma figuração verdadeira *a priori* não existe. TLP, 2.225.

em outros estados de coisas). *Tatsachen* seriam os “estados de coisas” existentes, sejam complexos ou atômicos. E, finalmente, *Sachlagen* seriam situações de coisas que não precisam ser nem atômicas nem existentes (são possíveis). Concordamos com essa distinção, pois lemos no livro: “Mesmo que o mundo [*Welt*] seja infinitamente complexo, de tal modo que cada fato [*Tatsache*] consista em infinitamente muitos fatos atômicos [*Sachverhalten*], e que cada fato atômico seja composto por infinitamente muitos objetos [*Gegenständen*], ainda assim terá que haver objetos e fatos atômicos.” TLP, 4.2211.

⁴ Vale lembrar a analogia de David Pears sobre a tarefa wittgensteiniana nesta primeira etapa: “Ele dividiu a tarefa em duas fases. Em primeiro lugar, trabalhou a partir da parede da bolha do discurso factual ordinário, dirigindo para seu centro as proposições elementares. A seguir, recorrendo a fórmulas lógicas, operou centrifugamente até o limite de expansão da bolha”. PEARS, 1971, p. 59.

⁵ Segue-se a exposição de Dall’Agnol em DALL’AGNOL, 1995, pp. 32-33.

Terceira: “O sinal proposicional consiste em que seus elementos, as palavras, nele estão, uns para com os outros, de uma determinada maneira. O sinal proposicional é um fato”. TLP, 3.14.

Quarta: “A possibilidade da proposição repousa no princípio da substituição dos objetos por sinais”. TLP, 4.0312. O nome é, pois, um signo que projeta um objeto do mundo. Para Wittgenstein, o nome é um sinal primitivo e não pode ser desmembrado. A unidade mínima de uma proposição é o nome, o seu menor elemento no qual ela pode ser descomposto. A proposição elementar será a menor; nela as proposições complexas podem ser descompostas. *Vide* TLP, 3.26 e 3.221.

Resumindo: Os nomes que compõem as proposições devem representar os objetos. Os nomes se ligam por meio de operações lógicas que criam as proposições. O nome é o elemento básico da análise lógica, mas sempre estará vinculado a outros elementos de forma lógica. Essa forma lógica deve espelhar a realidade para que a figuração possa ser falsa ou verdadeira.

Qualquer sentença que não cumpra alguma dessas condições de sentido será uma pseudo-proposição. Ou seja, não é legítima porque não pode ser submetida à análise de verdade (não é bipolar), seria um contra-senso. Para Wittgenstein, entre essas proposições encontram-se a maioria das afirmações da filosofia comum. Não é possível saber se são verdadeiras ou falsas:

A maioria das proposições e questões que se formularam sobre temas filosóficos não são falsas, mas, existem contra-sensos. Por isso, não podemos de modo algum responder a questões dessa espécie, mas apenas estabelecer seu caráter de contra-senso. TLP, 4.003.

O mesmo acontece com as proposições que tentem dizer aquilo que somente pode ser mostrado. A distinção entre dizer e mostrar⁶ é fundamental para entender a delimitação entre o conhecível e o não

⁶ Dall’Agnol resume as relações que podem ocorrer entre *dizer* e *mostrar*:

“-O dizer sempre mostra (não há dizer que não mostre).

-O que se mostra não pode ser dito;

-Pode-se mostrar sem dizer, por exemplo, as tautologias, as pseudoproposições éticas e a ação;

-finalmente, a tentativa de dizer o que só pode ser mostrado produz contra-sensos”.

DALL’AGNOL, 1995, p. 64.

conhecível no *Tractatus*. Glock (1998, pp. 129-130) elaborou uma lista de grupos de questões que somente podem ser mostradas e não ditas:

- a) a forma lógica comum às proposições e aquilo que afiguram;
- b) o significado dos signos e o sentido das proposições;
- c) as relações lógicas entre proposições;
- d) a categoria lógico-sintática dos signos;
- e) a estrutura do pensamento e do mundo;
- f) o místico.

Dizer, no sentido tractariano, significa que uma figuração, para ser válida, deve cumprir as condições de sentido enumeradas anteriormente. Ela *diz* porque representa a realidade. Existem questões que não podem ser representadas por esse tipo de figuração, pois elas não cumpririam alguma dessas condições de sentido. *Mostrar* significa que essas questões somente podem ser *apontadas*, pois elas *ocorrem, subsistem*, em oposição aos estados de coisas que podem acontecer ou não.

A DISTINÇÃO ENTRE FATO E VALOR NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Depois de entender a diferença entre *dizer* e *mostrar*, podemos retornar aos primeiros aforismos do *Tractatus* para analisar, então, o que é aquilo que pode ser dito. Lemos: “O mundo é a totalidade dos fatos [*Tatsachen*], não das coisas [*Dinge*]”, **TLP**, 1.1; ou seja, a somatória total das coisas, ou sua agrupação aleatória, não constituiriam o mundo. São os fatos [*Tatsachen*] os que o constituem. Um fato é uma coisa [*Ding*] relacionada com outra. Como? Logicamente. Quais são esses requisitos que a coisa deve ter para pode relacionar-se? “É essencial para a coisa poder ser parte constituinte de um estado de coisas [*Sachverhalten*]”, **TLP**, 2.011. “Se as coisas podem aparecer em estados de coisas [*Sachverhalten*], então isto já deve estar nelas”, **TLP**, 2.0121. Pode-se observar como é necessário que o objeto possa se ligar a outro. Uma coisa “sozinha” não existe, pois ela somente pode ser pensada como ligada a outra, mesmo que essa ligação seja possível e não atual (**TLP**, 2.021; **TLP**, 2.0123). Esse poder pertencer a um estado de coisas (ou fato atômico) [*Sachverhalten*] é uma condição formal dos objetos

(TLP, 2.0141). Como se viu acima, não há nada de menor no mundo a não ser o objeto⁷. A sua configuração pode variar, mas eles não (TLP, 2.0271). Como estão os objetos ligados entre si? “No estado de coisas [*Sachverhalten*] os objetos se ligam uns aos outros como elos de uma cadeia”, TLP, 2.03.

Importa aqui entender qual é o conceito ou ideia de fato que achamos no *Tractatus*. Resumindo, podemos dizer que as coisas se podem concatenar de várias maneiras [*Sachlagen*]. A mais simples dessas concatenações, a qual não pode ser decomposta é o estado de coisa atômico [*Sachverhalt*]. Se estes são verdadeiros, eles são fatos [*Tatsachen*]. Os fatos são estados de coisas, atômicos ou complexos, que são atuais.

Depois de compreender o conceito de fato, passemos a analisar a noção de valor no *Tractatus*. A partir do aforismo 6.4 (“Todas as proposições têm igual valor”)⁸, entramos nos últimos aforismos do livro, aqueles que analisam aspectos axiológicos da realidade: a ética, a estética, o Místico, Deus. O aforismo 6.41 diz:

O sentido do mundo deve estar fora dele. No mundo, tudo é como é e tudo acontece como acontece, não há *nele* nenhum valor – e se houvesse, não teria nenhum valor.

Se há um valor que tenha valor, deve estar fora de todo acontecer e ser-assim. Pois todo acontecer e ser-assim é casual.

O que o faz não casual não pode estar *no* mundo, do contrário, seria algo, por sua vez, casual.

Deve estar fora do mundo. TLP, 6.41.

Pode-se inferir com absoluta clareza, então, que as questões valorativas estão entre aquelas de que “nada pode ser dito”, ou seja, só podem ser *mostradas*. Tentar *dizer* algo sobre um valor é ir contra as condições de sentido da linguagem representativa [*Unsinnig*]. O que pode ser dito, com sentido são os fatos. Se a figuração cumpre as condições

⁷ Uma boa análise desta ontologia do *Tractatus* pode ser achada no artigo “*Are there Ultimate Simples*” de Julius R. Weinberg In: COPI, 1966, p. 75. Os objetos são a substancia do mundo, o limite da análise da realidade: “Os objetos formam a substância do mundo. Por isso não podem ser compostos”. TLP, 2.021. “Se o mundo não possuísse substância, para uma proposição ter sentido dependeria de outra proposição ser verdadeira”. TLP, 2.0211. “Seria, pois, impossível traçar uma figuração do mundo (verdadeira ou falsa)”. TLP, 2.0212.

⁸ Para Black, isto significa que “todas as proposições” não tem valor nenhum. Vide BLACK, 1970, 370.

expostas acima, ela espelha a realidade, teria sentido. Qualquer proposição que tente expressar uma valoração careceria de sentido, tratar-se-ia de uma pseudo-proposição: elas nada *dizem*, mas podem mostrar.

Essa é a distinção entre fato e valor como pode ser achada no *Tractatus*. Se uma figuração tem sentido, ela deve ser comparada com a realidade para ver se é falsa ou verdadeira, mas isto é uma tarefa da ciência, e não da filosofia.

CIÊNCIA NO *TRACTATUS LOGICO-PHILOSOPHICUS*

Lemos no aforismo 4.113: “A filosofia delimita o domínio contestável das ciências naturais”. E anteriormente, no 4.11: “A totalidade das proposições verdadeiras é toda a ciência da natureza (ou a totalidade das ciências naturais)”. Como se viu no apartado anterior, a totalidade do mundo são os fatos, que são estados de coisas atuais, o que significa que a totalidade das proposições verdadeiras são as proposições que representam aqueles fatos. A investigação desses fatos compete às ciências, a tarefa da filosofia é delimitar o campo de “trabalho” daquelas: “A filosofia não é ciência da natureza. (A palavra “filosofia” deve denotar alguma coisa que se coloca acima ou abaixo, mas não ao lado das ciências naturais)”. **TLP**, 4.111.

É nesse sentido que devem ser lidos os seguintes aforismos:

Todas aquelas proposições, como o princípio de razão suficiente, o de continuidade na natureza, o do mínimo esforço na natureza, etc., etc., todas são visualizações *a priori* a respeito da possibilidade de enformar proposições da ciência. **TLP**, 6.34.

Os fatos fazem todos parte da tarefa mas não da solução. **TLP**, 6.432.

A teoria de Darwin não tem mais a ver com a filosofia do que qualquer outra hipótese das ciências naturais. **TLP**, 4.1122.

Observe-se que os aforismos discursam sobre as ciências “naturais”. Pareceria claro distinguir, então, que aquilo que hoje é chamado de “ciências formais” (matemática e lógica)⁹ se ocuparia de questões que podem ser mostradas. As ciências naturais ocupam-se dos fatos (que podem ser verdadeiros ou falsos). O seguinte aforismo nos aclara os métodos pertinentes de esses saberes:

⁹ No caso da lógica, o *Tractatus* está se referindo a ela quando alude à filosofia.

O método correto da filosofia seria propriamente este: nada dizer, senão o que se pode dizer; portanto, proposições da ciência natural- portanto, algo que nada tem a ver com filosofia; e então, sempre que alguém pretendesse dizer algo de metafísico, mostrar-lhe que não conferiu significado a certos sinais em suas proposições. Esse método seria, para ele, insatisfatório-não teria a sensação de que lhe estivéssemos ensinando filosofia; mas esse seria o único rigorosamente correto. TLP, 6.53.

Mas, dentro desse marco, qual é o papel das ciências humanas ou sociais? Parece coerente concluir que para enquadrarem-se dentro do *Tractatus*, as ciências sociais somente poderiam dedicar-se a descrever fatos sociais, mas não poderiam *valorar* qualquer resultado obtido nas suas pesquisas. A pergunta pertinente a seguir seria: podemos imaginar uma ciência social desse tipo?¹⁰

A VISÃO CLÁSSICA DE CIÊNCIA SOCIAL

A honestidade intelectual do pesquisador e do docente, defendia Weber (1973, pp. 222 e 223), consiste em manter a clareza sobre quais das asseverações que ele faz são fatos observados empiricamente ou deduzidos logicamente, e quais são valorações. Weber sabia que existem momentos da pesquisa científica nos quais é impossível agir sem fazer valorações:

nenhuma análise científica “objetiva” da vida cultural ou dos “fenômenos sociais” é *independente* de pontos de vista especiais e “unilaterais”, de acordo com os quais aqueles fenômenos são – expressa ou tacitamente- de maneira consciente ou inconsciente – selecionados, analisados ou organizados como objetos de pesquisa (WEBER, 1973, p. 61. Trad. nossa).

O termo usado por Weber é *Wertfreiheit*. Ou seja, *livre de valores*: prescindir dos juízos de valor¹¹. A cientificidade do discurso depen-

¹⁰ É óbvio que devemos clarificar o que é entendido por “ciência” e posteriormente o que é entendido por “ciência social”, para não cair numa argumentação circular. Ou seja, esclarecer a semântica dos termos para evitar confusões desnecessárias. No presente trabalho, perguntamos simplesmente como seria um saber que trate sobre o social e que se enquadre dentro do marco do *Tractatus*, independentemente do nome que ele receba.

¹¹ Para as ciências sociais, a referência padrão é o clássico tratamento feito por Weber da neutralidade com relação ao valor sob as denominações de *Wertfreiheit* [“liberdade de valor”; *value-freedom*], e *Wertbeziehung* [“relação com valor”; *value related*], tal como foram apresentadas principalmente em *A Metodologia das Ciências Sociais* (1973). Cf. HOLLIS, 1994.

derá desta qualidade. Deve distinguir-se um primeiro momento da pesquisa no qual o cientista escolhe seu objeto de estudo, que consiste numa escolha de interesse:

Todo conhecimento da realidade cultural é, como se infere do anterior, sempre um conhecimento que parte desde *pontos de vista especificamente particulares*. E sem ideias de valor do pesquisador não existiria nenhum princípio de seleção do material. (WEBER, 1973, p.71. Trad. nossa).

Existe um terceiro momento no qual o saber gerado pela sua pesquisa será utilizado, que também consiste em um momento de interesse. Weber sabia que ter convicções, políticas, por exemplo, faz parte do que é requerido para quem aplicará as teorias geradas pela ciência, mas estas deviam ficar por fora do conhecimento tido como científico:

Mas a ciência em si está limitada a dar (ou criar) o saber do qual se servirá a política para governar: As ciências, as normativas como as empíricas, podem dar aos políticos e aos partidos em luta um único serviço inestimável. De fato, podem dizer-lhes: 1) quais são as diversas tomadas de posição “últimas” concebíveis respeito desse problema prático, e 2) quais são os fatos que devem ser levados em conta ao optar entre essas posições. (WEBER, 1973, p. 231. Trad. nossa).

O segundo momento, é aquele da pesquisa, o qual não deve ter nenhum tipo de juízo valorativo. É o momento da ciência em sentido estrito, do discurso científico próprio, no qual o cientista deve efetuar seu trabalho totalmente livre de valores [*Wertfreiheit*]. Weber tinha claro que o ser humano deve ter convicções e deve fazer valorações para poder viver socialmente, mas na hora de construir o discurso científico os valores devem ficar de lado para dar vaga somente à “objetividade”:

A confusão continua entre elucidação científica dos fatos e o razoamento valorativo, é uma das características mais difundidas nas nossas disciplinas, mas também a mais prejudicial. Contra esta confusão, precisamente, se dirigem as anteriores considerações, e não contra a intromissão dos próprios ideais. A falta de convicções e a “objetividade” científica nada têm em comum (WEBER, 1973, p. 49. Trad. nossa).

Depois de ter exposto as linhas gerais do *Tractatus Logico-Philosophicus* de Ludwig Wittgenstein, e sua visão de ciência, analisaremos agora qual seria o tipo de saber que implica uma ciência social dentro do marco do livro, para posteriormente contrastar como enquadra a perspectiva wittgensteiniana na visão weberiana apresentada.

CIÊNCIAS SOCIAIS NO *TRACTATUS*

Mesmo que Wittgenstein não fale diretamente em Ciências Sociais, pode facilmente ser observado que para atingir o nível de cientificidade requerido pelo *Tractatus*, qualquer saber precisa ocupar-se dos fatos [*Tatsachen*]. Ou seja, o livro enquadra-se dentro da distinção das etapas weberianas expostas *supra*, pois se o pesquisador se ocupa de *descrever* certos estados de coisas sociais que possam ser comparados com a realidade para testar sua veracidade, ele estaria, então, gerando um conhecimento que se localiza dentro daquilo que pode ser *dito*¹². Em outras palavras, a segunda etapa na qual o cientista social deve trabalhar, segundo Weber, sem deixar valores atrapalhar sua pesquisa, pode ser efetivada dentro do marco teórico que traça o *Tractatus*, toda vez que o saber gerado cumpra as condições de sentido delineadas no livro. Tratar-se-ia de um saber descritivo que teria como objeto de observação certas questões sociais.

Enquadrando o modelo weberiano, pode se concluir que no primeiro e no terceiro momento acontecem atividades das quais não se poderia ter um conhecimento propriamente científico. Parte das decisões que são tomadas implicam questões que somente podem ser mostradas segundo o *Tractatus Logico-Philosophicus*. No segundo momento, a pesquisa feita pelo cientista acontece no marco daquilo que pode ser *dito* com sentido e pode ser comparado com a realidade para ver se é falso ou verdadeiro.

¹² Parece plausível afirmar que com o giro epistemológico que Wittgenstein deu nas *Investigações Filosóficas*, a rigorosidade que achamos no *Tractatus* é abandonada. Podemos, então, falar COM SENTIDO sobre questões valorativas, sempre que sejam respeitadas as regras gramaticais do respetivo jogo-de-linguagem. Vide o parágrafo § 23 das *Investigações*.

CONCLUSÃO

Max Weber dividiu a pesquisa das ciências sociais em três etapas: a primeira consiste na escolha do tema. Escolha que implica juízos de valor. A segunda na qual se dá a atividade científica *per se*: nesta se pesquisa sobre fatos sociais. E a terceira, que é a aplicação do resultado da pesquisa a situações concretas, a qual também implica escolhas valorativas.

O *Tractatus Logico-Philosophicus*, mostra, dentro do viés da distinção entre *dizer* (fatos) e *mostrar* (valores), que o saber científico deve ocupar-se daquilo que ocorre ou não no mundo, ou seja, de estados de coisas, pois estes podem ser representados figurativamente. Podem ser ditos. Os valores escapam a essa representação, e somente podem ser mostrados.

O marco delineado exposto no *Tractatus* enquadra perfeitamente na proposta weberiana, pois o primeiro e o terceiro momento implicam coisas que só podem ser *mostradas*, e o segundo coisas que podem se ditas. O conhecimento gerado no segundo momento da proposta weberiana implicaria saberes científicos *stricto sensu*, os quais tratam sobre descrições de fatos na realidade social. O resultado será uma ciência social descritiva com um corpo de proposições isenta de valorações.

REFERÊNCIAS

- BLACK, Max. *A Companion to Wittgenstein's Tractatus*. Ithaca, Nueva York: Cornell University Press, 1970.
- BUNGE, Mario, *Ética y ciencia*, Buenos Aires: Siglo Veinte, 1976.
- COPI, Irving; BEARD, Robert W. [Ed] *Essays on Wittgenstein's Tractatus*. New York: The Macmillan Company, 1966.
- DALL'AGNOL, Darlei. *Ética e linguagem: Uma introdução ao Tractatus de Wittgenstein*. Florianópolis: Unisinos, 1995.
- GOULDNER, Alvin W., *La sociología actual: renovación y crítica*. Tradução de Néstor Miguez. Madrid: Alianza Editorial, 1979.
- GLOCK, Hans-Johann. *Dicionário Wittgenstein*. Trad. Helena Martins. Rio de Janeiro: Jorge Zahar ed., 1998.
- HABA, Enrique Pedro. *Elementos básicos de axiología general*. San José: Editorial UCR, 2004

HABERMAS, Jürgen. *Teoría analítica de la ciencia y la dialéctica*. México: Grijalbo, 1978.

HEMPEL, Carl G. *La explicación científica*. Tradução de Nestor Míguez Buenos Aires: Paidós, 1979.

MARX, Carlos. *El capital*. Tradução de Vicente Romano García. Madrid: Akal, 1976.

MCGUINNESS, Brian. *Wittgenstein: A life. Young Ludwig 1889-1921*. California: University of California Press, 1988.

LACEY, Hugh. *Valores e Atividade Científica*. São Paulo: Discurso Editorial, 1998.

HOLLIS, Martin. *The Philosophy of social science: An Introduction*. Tradução de Alberto Cupani. Cambridge: Cambridge U.P., 1994.

PEARS, David. *As idéias de Wittgenstein*. Tradução de Octanny Silveira da Mota e Leônidas Hegenberg. São Paulo: Cultrix, 1971.

STRASSER, Carlos. *La razón científica en política y sociología*. Buenos Aires: Amorrortu, 1977.

WEBER, Max. *Essais sur la théorie de la science*. Introdução e tradução de Julien Freund. Paris: Plon, 1965.

_____. *Escritos metodológicos*. Franfort: Fischer, 1968.

_____. *Ensayos de sociología contemporánea*. Barcelona: Martínez Roca, 1972.

_____. *Ensayos sobre metodología sociológica*. Buenos Aires: Amorrortu, 1973.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Investigações Filosóficas*. Tradução de José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. Tradução de Luis Henrique Lopes de Santos. São Paulo: ED. USP, 1994.

A intencionalidade nos parágrafos §20 a §38 das *Observações Filosóficas* de Wittgenstein

Marcio Rodrigo Mello

Universidade Federal de São Paulo – UNIFESP

O problema da intencionalidade aparece na obra *Observações Filosóficas* (no original, “Philosophische Bemerkungen”) de Wittgenstein primeiramente em contraposição à concepção de Russell a respeito da conexão entre pensamento e fato. O termo “intencionalidade” que, no idioma alemão é *Intentionalität* não aparece nos parágrafos analisados aqui, que fazem parte do que foi organizado pelo editor Rush Rhees como o capítulo III desta obra, mas o seu conceito é abordado pelo autor de forma indireta ao ser tratado pelo termo “Intenção”, tal como ele aparece no final do parágrafo §20: “Se você excluir da linguagem o elemento da intenção, toda a sua [da linguagem] função desmorona”. A tradução aqui utilizada para o português¹ traduz o termo *Intention* do texto organizado por Rhees em alemão como “intenção”. Em outras passagens do texto a palavra “intenção” aparece traduzida do alemão *Absicht*, que pode ser traduzida como “intenção”, mas também pode ser traduzido como “propósito” ou “objetivo” de se fazer algo, ou seja, ainda relacionado à ideia de intencionalidade. Dessa forma, tanto *Intention* quanto *Absicht* estão relacionadas a uma concepção de intencionalidade, nesta obra.

¹ Da editora Loyola, 2005.

O terceiro capítulo das *Observações Filosóficas* (a partir daqui chamada somente de *Observações*), formada pelos parágrafos §20 a §38, tem início com dois alertas: em primeiro lugar Wittgenstein afirma que uma concepção errônea sobre o funcionamento da linguagem pode “destruir” toda a lógica da mesma, ou seja, pode resultar em contra sentidos, quando esta é aplicada em seus usos cotidianos. O autor se propõe desfazer equívocos resultantes de tais concepções através da observação da maneira como a linguagem realmente funciona. O segundo alerta é o de que não se deve excluir da linguagem o elemento da intenção (*Intention*). Sendo assim, podemos supor que o autor sustenta uma concepção de intencionalidade e atribui a esta intencionalidade um papel essencial na sua análise sobre a linguagem. No início do parágrafo §21 aparece a tentativa de desfazer os equívocos resultantes de um mau entendimento da linguagem. O alvo prioritário das críticas é a concepção de Russell, desenvolvida na obra *Analysis of Mind*. O texto do capítulo III das *Observações* foi construído como uma contraposição à concepção de Russell, finalizando com a apresentação de outra concepção intencional, de acordo com o verdadeiro funcionamento da linguagem.

Para Russell, um pensamento é verdadeiro quando existe um pensamento, o fato e uma espécie de “reconhecimento”, ou seja, o critério de verdade de uma proposição aparece aqui como um tipo de sentimento de satisfação quando alguém acredita, espera ou deseja algo e se sente satisfeito quando algum evento satisfaz este seu desejo, crença ou expectativa. Para Russell, tal conexão dada através de um tipo de reconhecimento apresenta diversos problemas, que são apresentados por Wittgenstein a partir do parágrafo §22. Aqui, o exemplo para ilustrar a realização de uma expectativa é o da fome: Segundo a crítica de Wittgenstein, na concepção de Russell, se alguém tem o desejo de comer uma maçã e leva um soco no estômago, que tira a sua fome, então era esse soco que a pessoa queria, originalmente. Este exemplo elaborado pelo autor mostra que a realização de uma expectativa não deve depender de um tipo de reconhecimento ou de um tipo de “sensação de satisfação”, e tal exemplo do “soco no estômago” serve para mostrar o quão absurdo é o resultado da aplicação de tal concepção. O principal problema nesta concepção localiza-se na consideração da conexão entre pensamento e fato como uma relação externa, ou seja, que

não se sustenta por si só, mas que precisa de um terceiro elemento, ou seja, um elemento mediador entre pensamento e fato, entre fala e ação, que possa servir de critério para a veracidade de um pensamento ou de uma proposição. Poderíamos ilustrar a concepção de Russell com outro exemplo, usado por Wittgenstein no capítulo II das *Observações*: Alguém tem a expectativa de ver a mesma cor que ela viu ontem, e então ela vê uma mancha vermelha e diz: “isto é o que eu esperava”. Alguém tem uma expectativa de ver uma determinada cor, imagina essa cor, vê uma mancha vermelha, compara-a com a cor vermelha que possui no pensamento e sente-se “satisfeita” com aquela cor ou “reconhece-a”. Esta concepção parte da pressuposição de que a mente possui um tipo de “imagem”, por exemplo, da cor vermelha, com a qual se compara o que se vê. Russell sustenta uma posição muito próxima a esta, que afirma a possibilidade de se afirmar a verdade de um pensamento ou proposição através deste reconhecimento ou sentimento de satisfação e de “confronto” do evento representado com a representação no pensamento, que segundo Wittgenstein, é uma relação externa, já que depende deste “terceiro evento” que nada tem a ver com o pensamento e com o evento acontecido. É quase como se o sujeito da expectativa fosse “surpreendido” pelo evento que a realiza, e que aprendesse pela experiência, ou seja, tendo como critério experimentar uma sensação para que pudesse saber o que realiza a sua expectativa. Isso equivale a dizer, segundo Wittgenstein, que se alguém tem uma expectativa p e espera um tipo de satisfação da sua expectativa, ela espera algo diferente da própria expectativa p , e não a própria realização do evento. E se precisássemos reconhecer algo como a realização de uma expectativa, então seria necessário reconhecer que conseguimos reconhecer uma determinada cor, por exemplo, e assim regredindo ao infinito. Desta forma, segundo as críticas de Wittgenstein, a posição de Russell não se sustenta quando aplicada à maneira como a linguagem é usada no cotidiano, ou seja, da maneira como ela realmente funciona.

A concepção de Wittgenstein do significado de se ter uma expectativa vincula-se com o que ele chamou de uma *relação interna* entre fala e ação, que é anterior a qualquer tipo de relação externa atribuída à expectativa e, como já havia dito no parágrafo §21, o autor admite apenas o pensamento e o fato, ou seja, a expectativa e o evento que a *substitui*.

Portanto, tal conexão entre expectativa e realidade fundamenta-se no evento que substitui a expectativa. Dessa forma, é um contra senso alguém perguntar se “isto era realmente aquilo que eu esperava?” Isso porque a expectativa é definida pelo evento que responde a ela, e não o contrário: não é o evento que é definido através de seu confronto com a mesma, ou seja, como se fosse um confronto com um tipo de paradigma na mente, etc. A relação interna consiste no fato de não ser necessário um terceiro evento que sirva como mediador entre o pensamento e o fato, tal como na concepção de Russell. Não é possível, neste sentido, esperar um contra senso, devido à relação interna já presente entre expectativa e realidade. Nesta relação interna podemos encontrar o que o autor chama de intenção, já que, segundo o parágrafo §24, o autor afirma que a intenção não está na própria figuração do evento, e muito menos estaria em um terceiro evento, estranho aos demais, porém se a intenção já está expressa na maneira como se compara a figuração com a realidade, é porque a relação interna entre pensamento e fato é uma relação intencional. O significado de uma expectativa é o evento que responde a ela porque a expectativa possui a mesma multiplicidade na representação do evento que responde a ela. Dessa forma, contrapondo as concepções de Russell e Wittgenstein, podemos perceber que: o primeiro baseia-se em uma *relação externa*, na qual um terceiro evento mediador é necessário e, sem o qual pensamento e fato permaneceriam desconectados e poderiam ser pensados dessa forma. Porém Wittgenstein vê na *relação interna* entre pensamento e fato uma relação suficiente, de forma que ambos não podem ser pensados fora dessa relação. A realização de uma expectativa é o conteúdo que define a mesma, ao mesmo tempo que a expectativa, enquanto figuração do fato que a realiza, cria um modelo do mesmo em uma relação indissociável.

É necessário ainda explicar de que forma a intenção aparece na relação interna que há entre expectativa e realidade. A ideia de uma intencionalidade presente na relação interna entre pensamento e realidade é fundamentada nas afirmações sobre métodos de verificação que Wittgenstein faz a partir do parágrafo §27. Ele define a expectativa como algo semelhante a uma ação de “procurar algo”, mas é uma procura dentro de um determinado espaço. Sendo assim, quando procuramos algo, sabemos o que vamos encontrar mesmo antes de pro-

curarmos, ou mesmo que o objeto de procura não exista. Sendo assim, se procuramos algo, o fazemos segundo um método, e tal método de verificação é o que define a nossa pergunta ou expectativa por algo. Sendo assim, segundo o exemplo do autor, sabemos que, para medir a altura de alguém precisamos de uma fita métrica, e não de uma balança, por exemplo. Portanto, o método de procura nos direciona ao objeto de nossa procura porque há, nesta relação entre a aplicação de um método de procura e a própria realidade uma relação intencional que possibilita a primeira. Assim, ter uma expectativa significa “preparar um padrão de medição”, ou seja, aplicar uma “régua” à realidade para se comparar a expectativa com o evento. E como saberíamos que é possível a aplicação de um método e não de outro para se “medir” determinado evento? Só é possível através do elemento da intenção presente na relação interna que se estabelece entre a linguagem e a realidade porque a primeira possui a multiplicidade necessária na representação do mesmo evento.

A partir da afirmação de Wittgenstein no parágrafo §20, de que o elemento da intenção não pode ser excluído da linguagem, podemos concluir que o funcionamento da mesma só é possibilitada por esta relação intencional que se estabelece entre pensamento e fato em uma conexão segundo uma relação interna, na qual o evento que constitui a realização da expectativa define a última, também segundo um determinado método de verificação. Segundo essa concepção, Wittgenstein não descarta nas *Observações Filosóficas* um possível vínculo entre pensamento e realidade, ou seja, existe ainda a possibilidade de a linguagem falar sobre o mundo ou descrever o mundo de modo significativo. Nesta obra encontramos a possibilidade de vínculo entre linguagem e mundo através de uma intencionalidade presente entre pensamento e fato, e presente também no funcionamento da linguagem.

REFERÊNCIAS

ENGELMANN, Mauro Luiz. *Wittgenstein's Philosophical Development: phenomenology, grammar, method, and the anthropological view*. London: Palgrave Macmillan, 2013.

MALCOM, Norman. *Wittgenstein's Philosophische Bemerkungen in The Philosophical Review* Vol 76, n.2 (Abril de 1967), p. 220-229.

MEDINA, José. *The Unity of Wittgenstein's Philosophy: Necessity, Intelligibility, and Normativity*. Albany: State University of New York, 2002.

RUSSELL, Bertrand. *The Analysis of Mind*. New York: Macmillan Company, 1922.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Observações Filosóficas*. São Paulo: Loyola, 2005.

_____. *Philosophical Remarks*. Oxford: Blackwell, 1984.

_____. *Philosophische Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1984.

_____. *Some Remarks on Logical Form in Knowledge, Experience and Realism*, Supplementary Volumes, Vol. 9, p. 162-171. Blackwell Publishing on behalf of The Aristotelian Society, 1929.

_____. *Tractatus Logico-Philosophicus*. São Paulo: Edusp, 2001.

A teoria do número cardinal nas *Philosophische Bemerkungen* de Wittgenstein em oposição à teoria fregiana: contrastes e consequências

Anderson Luis Nakano

FAPESP

O tema do qual eu gostaria de tratar nesta ocasião é a relação entre a teoria do número cardinal, esboçada por Wittgenstein nas *Observações Filosóficas*¹ e sua crítica à generalidade, na teoria de Frege, das categorias de “conceito” e “objeto”. Vou partir de algumas considerações gerais sobre o conceito de número, nesta obra, em contraste com a teoria do número exposta no *Tractatus*². O que eu avanço, então, logo de início, são duas teses solidárias: em primeiro lugar, a de que há, a partir das *Observações Filosóficas*, uma revogação do privilégio que a concepção *ordinal* de número gozava à época do *Tractatus*; trata-se, então, de estabelecer uma concepção *cardinal* do número – e da aritmética que a acompanha – que não esteja mais subjugada à concepção *ordinal*; em segundo lugar, a de que esta mudança se faz necessária pois o número deve, ao contrário do que acontecia no *Tractatus*, caracterizar o *sentido* da proposição.

Essa tematização da aritmética dos cardinais faz com que Wittgenstein tenha que se confrontar com a concepção – cardinal – de Frege. Este confronto é explícito em uma passagem do início do manuscrito 105, para a qual eu gostaria de chamar a atenção:

¹ WITTGENSTEIN, L. (1964). *Philosophische Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp. Doravante citada como *PhBm*, seguido do capítulo e do parágrafo da obra. Tradução nossa das citações.

² WITTGENSTEIN, L. (2004). *Tractatus logico-philosophicus*. São Paulo: Editora Edusp.

[Na teoria do número cardinal de Frege], uma relação bijetiva é *construída*. Isto é ilícito e pressupõe uma falsa concepção da identidade. Em segundo lugar uma classe é construída com um certo número de membros e isto é pelo mesmo motivo ilícito. Esta classe fundamental seria, na minha teoria, a classe de substantivos em uma certa correlação (e portanto *in extenso*). Por outro lado, parece que se poderia formular minha teoria de modo que, como Frege diz, a atribuição numérica seja uma asserção sobre um conceito.³

A primeira parte da passagem revela um ponto de desacordo que estaria atrelado à recusa, por parte de Wittgenstein, de se utilizar a identidade para construir relações reais (em particular a relação de equinumericidade entre dois conceitos, fundamental para a definição fregiana do conceito de número). Em contrapartida, a segunda parte da passagem parece anunciar um ponto comum entre ambas teorias – a de Frege e a teoria esboçada às pressas no início do manuscrito 105 –, que é a ideia de que a atribuição numérica é uma asserção sobre um conceito, i.e. que o número é atribuído essencialmente a um conceito (e não a um agregado de objetos). Este ponto comum é logo abandonado: a conclusão das *Observações Filosóficas* é a de que nem toda atribuição numérica é uma asserção sobre um conceito. Antes de ir às razões deste abandono, traçarei algumas considerações sobre a sua importância para a crítica à teoria de Frege⁴.

Em geral, os comentadores que se detém na crítica feita por Wittgenstein, no período intermediário, ao logicismo, concentram-se em mostrar, com o auxílio do texto do filósofo, que a “verdade” ou a “validade” de uma equação numérica não pode ser obtida mediante uma investigação acerca do caráter tautológico de um sinal proposicional, pois uma tal investigação sempre *pressuporia* o conhecimento da verdade da equação. É preciso levar em conta, todavia, que Wittgenstein considerava uma tal crítica insuficiente para mostrar que, ao fim e ao cabo, as noções de “tautologia” e “equação” são distintas. O raciocínio

³ WITTGENSTEIN, L. (1999). *Wiener Ausgabe*. Wien/New York: Springer Verlag. Volume 1, citado doravante como WAI, p. 8. O segundo volume será citado ao longo deste trabalho como WAIi.

⁴ Teoria de Frege tal como vista por Wittgenstein, desconsiderando alguns aspectos que lhe pareciam equívocos manifestos como, p. ex., a ideia de que números são “objetos lógicos”.

é, *grosso modo*, o seguinte: mesmo que uma certa tautologia não fosse a tradução legítima de uma equação aritmética, mas apenas sua *aplicação*, se ela fosse a sua *única* aplicação, então a equação não poderia ser vendida separadamente da tautologia. Neste caso, seria suficiente, para a lógica, prover a forma mais geral da aplicação da equação aritmética, para que a equação fosse, ao fim e ao cabo, identificada, em sua forma aplicada, a uma proposição da lógica, a uma tautologia.

Agora se a transição em A^5 fosse a única aplicação deste esquema aritmético, não se poderia ou não se deveria substituí-lo ou defini-lo pela tautologia? / Isto é, como seria se A fosse a forma geral da aplicação do esquema aritmético? / Se A fosse a única – portanto *essencialmente* a única – aplicação do esquema, então o esquema não poderia por si só significar nada diferente do que, precisamente, a tautologia. / Ou: o esquema ele próprio deveria ser a tautologia e a tautologia nada além do que o esquema. / Então também não se poderia mais dizer que A é uma aplicação do esquema, mas A seria o esquema, por assim dizer não apenas a ferramenta mas a ferramenta com sua alça, sem a qual ela é certamente inútil.⁶

A partir desta constatação, Wittgenstein move argumentos para mostrar que a tautologia não é única aplicação da equação, que há uma multiplicidade de aplicações da equação que não compartilham a mesma forma lógica da tautologia, da transição em A .

Nos manuscritos, logo após concluir que a expressão “ $(3)_x \varphi x \cdot (4)_x \psi x \cdot \neg(\exists x)\varphi x \cdot \psi x \cdot \supset_{\varphi\psi} (3+4)_x \varphi x \vee \psi x$ ” não é o mesmo que a regra de substituição $3 + 4 = 7^7$, o filósofo observa: “Mas a adição de números cardinais aparece realmente somente neste caso? É a sua *única* aplicação? Pois neste caso não teria sentido tratar a adição isolada da sua aplicação lógica. (Aqui, porém, eu penso no fato de que a forma sujeito/predicado não determina nenhuma forma lógica.)”⁸. O início do raciocínio é o mesmo que procuramos expor acima: se a tautologia é a única aplicação da equação, então ambas não podem ser vendidas separadamente. O elemento novo que aparece nesta observação

⁵ A é definido no início do parágrafo 103 como $(\exists || || ||) \text{ etc. } (\exists || || || ||) \text{ etc. } \supset \cdot (\exists || || || || || || || || || ||)$

⁶ PhBm, X-106a-e.

⁷ WAi, p. 67.

⁸ WAi, p. 68.

é a forma sujeito/predicado. Uma leitura atenta dos manuscritos permite ver claramente que a crítica de Wittgenstein à generalidade, na teoria de Frege, da forma conceito/objeto (o que, para Wittgenstein, é o mesmo que sujeito/predicado) mantém uma relação solidária com a crítica à teoria de Frege do número cardinal⁹. Com efeito, ao se mostrar que “conceito/objeto” não é *uma* forma lógica, mas *muitas*¹⁰, demonstra-se que a tese de Frege – segundo a qual toda atribuição numérica é uma asserção sobre um conceito – captura apenas o uso do número na “superfície” da linguagem, e não constitui uma análise lógica do conceito de número naquilo que ele possui de essencial. Essa “generalidade” da forma conceito/objeto, que permite que o número seja vinculado essencialmente a um predicado (a um conceito), é apenas uma característica “acidental” da linguagem, e não o resultado essencial de um processo de análise¹¹.

O filósofo, então, recorre a alguns exemplos para mostrar que nem toda atribuição numérica pode ser entendida como um caso particular da forma $(\exists_n x) \phi x$ e que, portanto, a teoria de Frege não pode ser aplicada quando se trata do resultado da análise lógica (e não de uma norma de apresentação da linguagem ordinária). Para isso, o filósofo procura um critério que permite distinguir casos em que o número cardinal pode ser aplicado – como em $(\exists x, y) \phi x \cdot \phi y$, que pode ser escrito

⁹ Há passagens nos manuscritos em que este vínculo é caracterizado de modo ainda mais forte. Cf., em particular, a observação da página 234 do WAii segundo a qual uma crítica da teoria fregiana do número cardinal deve *começar* com uma crítica dos conceitos “conceito” e “objeto”.

¹⁰ Cf. *PhBm*, IX-93b: “Begriff und Gegenstand, das ist aber Prädicat und Subjekt. Und wir haben gerade gesagt, das Subjekt-Prädikat nicht *eine* logische Form ist”.

¹¹ Cf. *PhBm*, XI-115e-f: “Man kann natürlich die Subjekt-Prädikat- oder was dasselbe ist die Argument-Funktion-Form als eine Norm der Darstellung auffassen und dann ist es allerdings wichtig und charakteristisch, daß sich in jedem Fall wenn wir Zahlen anwenden die Zahl als Eigenschaft eines Prädikates darstellen läßt. Nur müssen wir uns darüber im klaren sein, daß wir es nun nicht mit Gegenständen und Begriffen zu tun haben, als den Ergebnissen einer Zerlegung, sondern mit Normen, in die wir den Satz gepreßt haben. Und es hat freilich eine Bedeutung daß er sich auf diese Norm hat bringen lassen. Aber das In-eine-Norm-Presen ist das Gegenteil einer Analyse. Wie man, um den natürlichen Wuchs des Apfelbaums zu studieren nicht den Spalierbaum anschaut, außer um zu sehen, wie sich dieser Baum unter diesem Zwang verhält. / Daß man das Zusammentreffen von Gerichtsverhandlungen mit Mondesfinsternissen zählen kann, sagt allerdings, daß wir einen Begriff der logischen Form haben, aber es zeigt natürlich nicht daß wir im Besitze einer logischen Analyse dieser Vorgänge sind”.

na forma $(\exists_2 x) \phi x$ – de casos em que o número cardinal não pode ser aplicado – como em $(\exists x, y) \phi x \cdot \psi y$. O critério que Wittgenstein oferece nos manuscritos – e que é aplicado no parágrafo 99 das *Observações Filosóficas*, o qual comento a seguir – é o seguinte: a função proposicional que se encontra dentro do escopo dos quantificadores deve tratar de seus argumentos de modo simétrico, de forma que qualquer permutação entre os argumentos resulte essencialmente na mesma função e, por conseguinte, na mesma proposição.

Pode-se também dizer: ao invés de “ $(\exists xyz\dots)$...”, eu posso então sempre dizer “ $(\exists_n x)$..” se a função de x e y etc. é tal que eu não devo mencionar nenhum dos objetos especificamente, ou também que eu não devo ordenar primeiramente os objetos na função. Que eu não tenho que alocá-los em nenhum lugar. Que eles são como pessoas que eu coloco em um quarto e fico satisfeito se eles estão lá sem me preocupar com suas posições no quarto. (...) A função deve ser tal que eu não preciso designar aos objetos os seus lugares.¹²

Pode-se também dizer: pra começar, depois de “há n coisas” deve sempre seguir “tal que cada...” e não “tal que $x\dots y\dots$ etc”.¹³

Se coisas são contadas, então elas poderiam ser contadas apenas na generalidade e à parte de suas individualidades. E se, em uma proposição, o discurso é sobre n coisas, então a função a respeito destas n coisas deve ser simétrica; isto é, estas coisas devem ocupar, na função, lugares com os mesmos direitos.¹⁴

É fácil observar que este critério é sempre satisfeito quando, em uma soma ou produto lógico, ocorrem todas as permutações de argumentos em relação a uma função qualquer. É precisamente para garantir este critério de igualdade de direitos dos lugares de argumento de uma função proposicional que todas as permutações (logicamente ociosas) são incluídas no exemplo do parágrafo 99b. O exemplo é o seguinte: a proposição “ $(\exists x, y, z) aRx \cdot xRy \cdot yRz \cdot zRb \cdot \vee \cdot aRy \cdot yRx \cdot xRz \cdot zRb \cdot \vee \cdot$ etc.” (em que o “etc.” é somente uma abreviação

¹² WAi, p. 71.

¹³ *ibid*, p. 71.

¹⁴ WAii, p. 12.

para todas as permutações dos lugares de argumento) pode muito bem ser escrita como “ $(\exists_3 x) aRxRb$ ”. Nesse sentido, é perfeitamente possível aplicar o número neste caso, uma vez que o critério é satisfeito. É possível até mesmo construir a série de proposições que se obtém deste modo:

$$\begin{aligned} (\exists_1 x) aRxRb &= (\exists x) \cdot aRx \cdot xRb \text{ Def.} \\ (\exists_2 x) aRxRb &= (\exists x, y) \cdot aRx \cdot xRy \cdot yRb \cdot \vee \cdot aRy \cdot yRx \cdot xRb \text{ Def.} \\ (\exists_3 x) aRxRb &= (\exists x, y, z) \cdot aRx \cdot xRy \cdot yRz \cdot zRb \cdot \vee \cdot \text{etc. (todas} \\ &\text{permutações) Def.} \\ &\dots \end{aligned}$$

Não obstante, é impossível definir um conceito φ de modo que a série de proposições $(\exists_n x) \varphi x$ seja materialmente equivalente à série de proposições acima. Pois, por um lado, se o conceito φ é definido como

$$\varphi(\xi) = aR\xi \cdot \xi Rb \cdot \vee \cdot (\exists x) aRx \cdot xR\xi \cdot \xi Rb \cdot \vee \cdot aR\xi \cdot \xi Rx \cdot xRb \cdot \dots \vee \text{ Def.,}$$

a proposição $aRc \cdot cRb \cdot aRd \cdot dRb$ implica $(\exists_2 x) \varphi x$, mas não implica $(\exists_2 x) aRxRb$. Por outro lado, ao se tentar “consertar” de modo *ad hoc* o caso acima por meio de uma cláusula em cada termo da disjunção, digamos,

$$\varphi(\xi) = aR\xi \cdot \xi Rb \cdot \neg(\exists x, y) aRx \cdot xRb \cdot aRy \cdot yRb \cdot \vee \cdot \dots \text{ Def.,}$$

esta tentativa também falha pois, neste caso, a mesma proposição $aRc \cdot cRb \cdot aRd \cdot dRb$ implica $(\exists_1 x) aRxRb$, mas não implica $(\exists_1 x) \varphi x$. Deste modo, as asserções numéricas acima não podem ser tratadas como asserções sobre um conceito genuíno. O filósofo afirma que, neste caso, nós *constituimos* (bilden) o conceito “membro entre a e b” (coisa entre essas paredes). Esse “conceito”, no entanto, não é o resultado de uma análise lógica, mas apenas uma norma de apresentação da linguagem comum, na qual toda atribuição numérica se deixa apresentar como uma asserção sobre um “conceito”. A linguagem ordinária se apresenta, portanto, como o leite de Procusto do resultado da análise lógica, ao tratar formas lógicas inteiramente distintas

pela norma de apresentação “conceito/objeto”. Se não se quer jogar fora o resultado da análise lógica, no caso do exemplo “membros entre a e b”, é melhor então não falar de um conceito. Deste modo, quando se usa o simbolismo “ $(\exists_5 x) aRxRb$ ” para expressar a proposição “Há 5 membros entre a e b”, o “x” indica uma classe de objetos *in extenso* (i.e. eles não são agrupados na proposição por um conceito), classe que pode ser simbolizada por uma lista da qual o número cardinal é, na teoria de Wittgenstein, uma propriedade interna. Wittgenstein, portanto, recusa uma teoria intensional das classes, i.e., uma teoria em que toda classe é a extensão de um conceito, e se aproxima de uma teoria extensional das classes, i.e., uma teoria segundo a qual uma classe é representada por uma lista. E é precisamente deste modo que as noções de “extensão”, “número”, e sentido proposicional são articuladas no parágrafo 105 das *Observações Filosóficas*: “E agora mostra-se claramente – creio eu – a relação entre a concepção extensional das classes e a concepção do número como traço característico de uma estrutura lógica: uma extensão é uma característica do sentido de uma proposição”.

Um outro exemplo é o da segunda alínea do parágrafo 102, em que a atribuição numérica mais uma vez não se refere a um conceito: “Só 3 dos objetos a,b,c,d possuem a propriedade φ . Isso pode ser expresso por meio de uma disjunção. Obviamente, este também é um caso em que uma atribuição numérica não se refere a um conceito (embora fosse possível fazer parecer que sim usando o ‘=’).”¹⁵. A disjunção a que o filósofo se refere é expressa por “ $\varphi a \cdot \varphi b \cdot \varphi c \cdot \oplus \cdot \varphi a \cdot \varphi b \cdot \varphi d \cdot \oplus \cdot \varphi a \cdot \varphi c \cdot \varphi d \cdot \oplus \cdot \varphi b \cdot \varphi c \cdot \varphi d$ ”. A dificuldade da teoria fregiana para lidar com este exemplo é que só é possível transformar esta proposição na forma $(\exists_3 x) \psi x$ se há um conceito que reúne a extensão formada por a,b,c,d. É claro que, com o uso da identidade, a dificuldade desaparece, já que a seguinte definição seria possível:

$$\psi(\xi) = \varphi(\xi) \cdot (\xi = a \vee \xi = b \vee \xi = c \vee \xi = d) \text{ Def.}$$

Mas, uma vez que se recusa que o sinal de identidade possa ser uma função proposicional legítima, esta estratégia já deixa de ser válida e, por conseguinte, a atribuição numérica não é, também neste caso, – contrariamente ao que acreditava Frege – uma asserção sobre um conceito genuíno.

¹⁵ *PhBm*, X-102b.

Por que Cores são Relevantes para a Filosofia da Lógica?

Marcos Antonio da Silva Filho

Universidade Federal do Ceará

RESUMO

Cores e sua organização peculiar ensinam ao jovem Wittgenstein que a lógica deveria ser muito mais sofisticada que sua lógica tractariana baseada na poderosa, mas restrita noção de tautologia admitiria. Aqui não se trata, primariamente, de uma questão acerca da natureza das cores, sobre sua subjetividade ou objetividade, mas sim de sua lógica, ou seja, do estatuto próprio de suas exclusões e complementariedades. Como operar com a mútua exclusão de cores? É um erro lógico considerar todas as consequências lógicas como tautologias e todas as exclusões como contradições. Isto só poderia ser justificado por um romântico (e desencaminhador) ideal de análise completa. A organização das cores representa o primeiro grave desafio imposto à filosofia do *Tractatus*, sobretudo à sua imagem de lógica. Nenhuma noção de um necessário material é aceita ali, com o efeito que toda necessidade deveria ser uma necessidade tautológica. Entretanto, qual é o estatuto de uma proposição como: “se um ponto do campo visual é azul, logo não é vermelho”? Isto é uma tautologia? Wittgenstein em 1929 mostra uma compreensível insegurança ao tratar deste tipo de proposição como “um certo tipo de tautologia”. Isto acompanha o seu tratamento de “a é vermelho e a é azul” como “um certo tipo de contradição”. Para àquele que só tem um martelo, todo problema parece um prego. A partir de 1929, rapidamente, Wittgenstein começa a chamar este tipo de proposição de regra. Regras que deveriam ser adicionadas ao sistema tracta-

riano, restringindo seu espaço lógico. Mas qual é o estatuto destas regras adicionais? Elas parecem ser necessárias e a priori, mas elas são analíticas? A sua negação engendra uma contradição? Representam um axioma (*ad hoc*) adicional em um formalismo apenas? São evidência da existência de juízos sintético a priori? São princípios fenomenológicos ou um tipo de lei pragmática? É importante notar que este tipo de pergunta se desloca *naturalmente* para o estatuto de uma regra ela mesma.

INTRODUCTION

Nesta contribuição exploraremos o assim chamado Problema da Exclusão de Cores como uma motivação para a mutilação sistemática de linhas da tabela de verdade. Ao considerarmos a característica modal presente neste tipo de exclusão, observamos que as mutilações correspondentes da tabela de verdade podem capturar algumas relações lógicas peculiares. Por um lado, esta investigação preliminar é importante sob um ponto de vista filosófico por explicar por que podemos considerar restrições da verofuncionalidade como ‘regras’. Por outro lado, nossa abordagem também pode ser importante sob o ponto de vista lógico por motivar a expressão de noções modais em tabelas de verdade para capturar distintas relações lógicas de exclusão.

Este trabalho é dividido em duas seções. A seção I examina alguns limites inevitáveis da imagem de lógica tractariana. O tipo de exclusão presente no sistema de cores (e em outros sistemas) impõe severas restrições à verofuncionalidade. Na seção II, é então defendido que o problema motiva a mutilação de tabelas de verdade para capturar algumas relações lógicas especiais geralmente apresentadas no quadrado aristotélico de oposições.

I. O ASSIM CHAMADO PROBLEMA DA EXCLUSÃO DE CORES

Algumas exclusões não podem ser reduzidas em termos de contradições formais, porque elas representam incompatibilidades primitivas. Estas exclusões não-redutíveis são ubíquas. Elas marcam sentenças como “uma mesa não pode ter 3 metros e 4 metros de comprimento” ou “em um refrigerador não pode ser 15°C e 16°C simultaneamente”, ou

“uma garrafa não pode ter exatamente dois e três litros de um líquido de uma vez só”, ou “um ponto do campo visual não pode ser vermelho e azul”. Estas sentenças todas parecem representar truísmos, porque exemplificam exclusões comuns em nosso cotidiano. Wittgenstein em 1929 mostra uma compreensível insegurança ao analisar estas proposições como “um certo tipo de tautologia”. “And the important point here is that these remarks do not express an experience but are in some sense tautologies. Every one of us knows that in ordinary life” (SRLF, p.167). Isto acompanha o seu tratamento de “a é vermelho e a é azul” como “um certo tipo de contradição” (SRLF, p. 168). Para àquele que só tem um martelo, todo problema parece um prego.

É importante notar o comportamento lógico destas incompatibilidades. Estas não expressam uma contradição: embora as duas alternativas expostas em cada uma destas sentenças sejam excludentes, elas não são exaustivas. Considere a sentença: “um ponto do campo visual não pode ser vermelho e azul simultaneamente”. Podemos parafraseá-la como: “não é possível que um ponto do campo visual seja azul e vermelho simultaneamente”. Aqui notamos que as suas sub-sentenças “o ponto do campo visual é azul” e “o (mesmo) ponto do campo visual é vermelho” não podem ser verdadeiras juntas, mas podem ser falsas juntas. Aqui nós podemos observar um caso clássico de contrariedade e não de contradição, apesar de que nós ainda tenhamos um caso de exclusão e incompatibilidade entre alternativas.

Além disso, é uma característica lógica destas alternativas que elas estejam vinculadas a um sistema denso de relações. Por exemplo, uma cor evoca o sistema inteiro de cores com suas oposições e complementariedades. Ou: “a mesa tem 2 metros de comprimento” traz consigo o sistema métrico inteiro. Uma marca presente em exclusões por contrariedade é justamente a ideia de gradações e conseqüentemente uma explosão de inúmeras alternativas ao negarmos algumas sentenças. Afinal, qual é o contrário de ter 3 metros de comprimento? Qual é o contrário de 30°C? Qual é o contrário de ser azul? Há vários contrários possíveis (em alguns domínios, há infinitos contrários possíveis).

Proposições que comportam gradações são claramente mutuamente excludentes, mas elas não são contraditórias porque elas podem ser falsas juntas. Por exemplo, no caso do comprimento de uma mesa,

é possível que ela não tenha nem 4 metros e nem 3 metros de comprimento, embora ela não possa ter os dois comprimentos simultaneamente. Ou: no caso da atribuição de cores a pontos visuais: É possível que um ponto não seja nem azul e nem vermelho, embora não possa ser os dois simultaneamente.

O mesmo vale para outros exemplos, não só comprimentos ou cores, mas temperatura, largura, volume etc. todos estes sistemas admitem gradações e, por conseguinte, podem ser mapeados com índices numéricos e algumas aplicações aritméticas. Alguma coisa não pode ser totalmente verde e amarela, mesmo que o pigmento verde possa ser criado a partir do amarelo. Um meteorologista que dissesse que a temperatura agora em um mesmo ponto é de 30°C e de 31°C não será levado a sério. Nestes casos, os membros de uma conjunção são mutuamente exclusivos, mas são diferentes da exclusão envolvendo uma contradição, porque esta tem a propriedade lógica de ser exaustiva. Por exemplo, 30°C e 31°C não exaurem a escala de temperatura; há muitos outros graus possíveis. “Ter 30°C” ou “não ter 30°C” exaure as alternativas; classicamente: ou bem algo tem uma propriedade ou não tem esta propriedade, sem terceira alternativa. Neste sentido, a exclusão em “chove e não-chove” parece ser mais “radical” que a exclusão em “a temperatura é de 30°C e de 31°C agora”. A primeira é uma contradição e envolve duas alternativas exaustivas que não podem ser verdadeiras juntas e não podem ser falsas juntas. “Ou chove ou não chove agora” (sem terceira alternativa), mas a temperatura pode nem ser de 30°C e nem ser de 31°C, porque há inúmeras outras alternativas.

Há uma questão natural que surge neste contexto: Qual é o papel da negação e da repetição de um item no caso da exclusão por contrariedade? No caso tractariano, onde a negação parece só capturar o comportamento lógico da contradição, só há uma exclusão se houver um a repetição de um item e a sua negação como no esquema “A e não-A”. Comparativamente, no caso da contrariedade existe uma exclusão em função de um compartilhamento semântico entre os termos envolvidos. Uma proposição ou termo não precisa ser repetido e negado, a incompatibilidade entre pares contrários é um resultado do co-pertencimento de termos a um sistema comum [*Satzsystem*], isto é, a exclusão é fundada em uma incompatibilidade primitiva entre ele-

mentos e não em uma mera manipulação simbólica. Há nesta perspectiva da exclusão uma clara característica modal porque podemos definir a contrariedade como a relação entre duas proposições que não podem ser verdadeiras juntas, mas que podem ser falsas juntas.

Brandom (2008) ao tratar de incompatibilidades semânticas também reconhece modalidades irreduzíveis nestes domínios. Esta é a razão pela qual ele chama esse tipo de incompatibilidade de “persistentes”. Apesar de não reconhecer o padrão da exclusão por contrariedade nos domínios próprios de *Satzsysteme* do Middle Wittgenstein, Brandom afirma:

Aiming at maximal generality, I will impose only two conditions on the incompatibility relations whose suitability as semantic primitives I will be exploring here. First, I will only consider symmetric incompatibility relations. This is an intuitive condition because it is satisfied by familiar families of incompatible properties: colors, shapes, quantities, biological classifications, and so on. Second, if one set of claims is incompatible with another, so too is any larger set containing it. That is, one cannot remove or repair an incompatibility by throwing in some further claims. I call this the ‘persistence’ of incompatibility. If the fact that the monochromatic patch is blue is incompatible with its being red, then it is incompatible with its being red and triangular, or its being red and grass being green. (Brandom 2008, p.123)

Estas primitivas incompatibilidades, persistentes ou irreduzíveis, nos levam naturalmente a avaliar negativamente a demanda de independência lógica entre proposições elementares do *Tractatus*. Como podemos esperar independência lógica entre proposições se permitirmos o tipo de exclusão material entre proposições a cerca, por exemplo, de cores ou de disposições de elementos no tempo e no espaço? Curiosamente cor, tempo e espaço são as formas dos objetos tractarianos. O tipo de exclusão por contrariedade parece estar para além do poder de análise tractariano baseado na noção de bipolaridade e levado a cabo pela centralidade do tipo de análise verofuncional de proposições moleculares. O que o Problema da Exclusão das Cores, o qual não é um problema limitado ao sistema de cores, parece nos ensinar é que embora uma base proposicional possa ser significativa esta significatividade

não garante a significatividade ou legitimidade do complexo gerado a partir delas. Dado, por exemplo, p e q como proposições elementares, as suas condições de verdade não são suficientes para determinar, para determinar, o sentido de “ p e q ”, onde ‘e’ representa a usual conjunção clássica. Contudo a situação ainda é mais problemática que isto: as condições de verdade de p e q não são só insuficientes para determinar o sentido da conjunção p e q , em alguns casos, elas são insuficientes para determinar se a conjunção entre p e q é possível!

Ramsey (1923) já havia notado este problema com a exclusividade de se pensar a lógica como compreendendo somente tautologias e contradições, mas sem associar esta insuficiência com medidas, ou com números, com exclusões por contrariedade e mesmo com taxonomias biológicas como aponta Brandom (2008, p.138). Como sugere Ramsey (p. 473), poderia existir outras necessidades que poderiam, sim, ser chamadas de lógicas porque necessárias, mas que não poderiam ser reduzidas às tautologias, como as propriedades do tempo e do espaço, que parecem trazer aspectos semânticos e empíricos para dentro da alegada neutra e combinatória lógica tractariana.

Acompanhando isto, nós podemos aplicar a crítica de Ramsey na identificação de consequência lógica com tautologias ao caso da identificação de exclusões com a contradição. É muito difícil ver como todos os ricos graus de exclusão presentes no paradigma da exclusão por contrariedade, nos *Satzsysteme*, poderiam ser analisados em termos de contradições. Como Wittgenstein reconhece nas *Philosophische Bemerkungen* (§76), há construções lógicas dentro de proposições elementares que não são baseadas em funções de verdade e não podem ser exploradas pela sua notação anterior, as tabelas de verdade.

II. EXPLORANDO UMA MOTIVAÇÃO PARA A SISTEMÁTICA MUTILAÇÃO DE TABELAS DE VERDADE

O problema da exclusão de cores mostra indiretamente a ineptude das tabelas de verdade ou de qualquer esquema de verofuncionalidade em explicar as exclusões materiais ou incompatibilidades persistentes¹. Por exemplo, o produto lógico e a soma lógica não tem poder

¹ SALLES (2002) também defende que estas incompatibilidades primitivas representam problemas para a verofuncionalidade tractariana.

expressivo suficiente para explicar a exclusão de cores. Se nós tomarmos “isto é branco” como p e “isto é preto” como q , o produto lógico não pode ser TFFF (p, q), precisamente porque os conjuntos *não podem* ser verdadeiros juntos. Se p for o caso, q não pode ser o caso e vice versa. Então há uma imagem de exclusão e implicações no mosaico de cores. O resultado disto para *Tractatus* parece ser trivial: se proposições são mutuamente exclusivas, elas não são elementares, portanto deveríamos simplesmente continuar analisando-as para sublimarmos a sua complexidade operacional e mostrarmos as proposições elementares (independentes) em sua base. Entretanto, esta estratégia somente posterga uma solução, ou melhor, um reconhecimento: algumas relações modais devem pertencer à base da linguagem, uma vez que o seu fundamento não poderia ser mais livre de implicações ou exclusões, ou seja, não poderia ser livre de lógica (logic-free).

Neste sentido, é importante notar o que acontece com as tabelas de verdade em 1929. Sob um ponto de vista técnico não é muita coisa, mas sobre um ponto de vista filosófico é tremendo. Nesta altura, Wittgenstein ainda parece manter a tese russeliana de análise completa, mas interessantemente começa a admitir a necessidade de “*laying down some rules*” (Wittgenstein 1929, p. 171). Neste período, o problema não é com o valor de verdade na última coluna de uma tabela de verdade montada para expressar relação a lógica entre, digamos, “ a é vermelho” e “ a é azul”. Não se trata ali de uma simples falsidade. Wittgenstein começa então a reconhecer que a representação da exclusão de cores com uma tabela de verdade completa é uma construção absurda. Aqui é importante observar que a *exclusão* não é absurda, mas a representação dela com uma tabela de verdade que permite a combinação que admite que as proposições possam ser verdadeiras conjuntamente. Nós precisaríamos de uma tabela de verdade como a exposta abaixo para “tornar” a exclusão de cores uma contradição.

A é vermelho	A é azul	A é vermelho e A é azul
T	T	F
T	F	F
F	T	F
F	F	F

É crucial notar neste contexto que o problema está com o esquema de condições de verdade ele mesmo, isto é, o problema se funda na livre distribuição de valores de verdade. O procedimento combinatório deve então seguir naturalmente algumas *regras*. Neste caso, deve seguir regras do sistema de cores. O procedimento de combinação de proposições deve ser contextualmente sensível e respeitar algumas restrições modais. Como mostrado neste caso de cores, a primeira linha da tablea de verdade não é somente falsa; ela é impossível! A primeira linha não é permitida. Consequentemente, uma representação mais adequada seria a seguinte:

A é vermelho	A é azul	A é vermelho e A é azul
⊥	⊥	F
T	F	F
F	T	F
F	F	F

Nós poderíamos também oferecer a tabela de verdade mutilada abaixo, na qual alguns outros sistemas “fenomenológicos” são mencionados. Como nós já discutimos, o problema das cores é muito mais geral, porque cobre o sistema de cores, mas de modo algum é restrito a ele.

A é vermelho A tem 3 metros de comprimento Agora são 28°C (o mesmo para graus de volume, dureza, etc.)	A é azul A tem 4 metros de comprimento Agora são 29°C (o mesmo para graus de volume, dureza, etc.)	A é vermelho e A é azul A tem 4 metros de comprimento e tem 3 metros de comprimento Agora são 28°C and 29°C (o mesmo para graus de volume, dureza, etc.)
T	F	F
F	T	F
F	F	F

Nestes casos, algumas linhas da tabela de verdade devem ser retiradas, bloqueadas, riscadas, ou “mutiladas”, como Von Wright (1996) defende. Algumas combinações devem ser bloqueadas de maneira ad hoc. Isto representa uma virada dramática, uma vez que impor uma restrição à tabela de verdade representa impor restrições à vero-funcionalidade, ou à extensonalidade de conectivos lógicos, típicas características (clássicas) do *Tractatus*. Nós temos que introduzir noções intensionais ou modais para poder capturar algumas relações lógicas.

Aqui nós claramente observamos como a limitação da tabela de verdade mostra a limitação do quadro conceitual do *Tractatus*, e vice versa. Uma conjunção (clássica) de proposições para a atribuição de cores a um mesmo ponto do campo visual não é somente falsa; ela é absurda. A notação tractariana, por sua vez, não previne esta absurdidade. Esta incapacidade em prevenir absurdos é um problema sério por todo o projeto tractariano. Por exemplo, nós podemos analisar um comprimento de 3cm verofuncionalmente com as condições de verdade da conjunção de partes equivalentes à 1cm .1cm .1cm. Mas isto trivialmente significa 1cm, e não 3 cm, como pretendido. Tampouco podemos analisar 3cm como a conjunção 1cm.2cm, porque isto representaria um absurdo. Similarmente, se uma mesa tem 3 metros de comprimento, isto não pode ser analisado como 1metro.2metros.3metros, porque isto significaria que o analisado está no analisando. A sentença “a mesa tem exatamente três metros de comprimento” exclue o fato da mesa ter qualquer outro comprimento. Mas dizer que a mesa mede “ao menos três metros” implica outras possibilidades. Não se pode analisar sentenças sobre a atribuição de graus a qualidade empíricas por meio de produtos lógicos. A característica da adição, essencial para estes sistemas, é portanto, perdida (cf. PB, §76 and §78). Este problema é muito pervasivo, uma vez que toda qualidade empírica pode comportar graus.

Neste sentido, nós temos uma motivação filosófica clara para a sistemática mutilação de linhas da tabela de verdade, porque nós temos que adicionar regras no quadro conceitual realista para restringir o espaço lógico combinatório. Isto segue uma noção intuitiva de regras como restrições (*constraints*). Em outras palavras, isto acompanha a intuição de que regras significam naturalmente restrições de um *Spielraum*. Como consequência, mutilações podem capturar alguns padrões

lógicos usualmente presentes no quadrado aristotélico de oposições. Aqui o objetivo não é só expressar via a tabela de verdade a noção de contrariedade, mas também a de subcontrariedade, assim como a peculiar maneira modal que a contradição é usualmente apresentada neste contexto. Podemos expressar estas relações simulando elementos intensionais a partir da mutilação de uma linha da tabela de verdade: para a contrariedade, riscamos a primeira linha, para a subcontrariedade, a última linha, e para a contradição, a primeira e a última linhas.

p	q
T	F
F	T
F	F

Neste caso acima, ao removermos a primeira combinação de condições de verdade ou a primeira linha da tabela de verdade nós estamos mostrando que p e q não podem ser verdadeiras juntas, mas podem ser falsas juntas.

p	q
T	T
T	F
F	T

Neste segundo caso, ao removermos a última linha da tabela de verdade nós mostramos que p e q não podem ser falsas juntas, mas podem ser verdadeiras juntas.

p	q
T	F
F	T

Nesta terceira tabela de verdade, ao removermos a primeira e a última linhas da tabela de verdade nós estamos dizendo que p e q não

podem ser nem verdadeiras juntas e nem falsas juntas. Neste caso, nós podemos definir a contradição como a combinação de contrariedade e sub-contrariedade.

Uma outra questão natural para ser respondida neste contexto é a seguinte: Estas restrições de verofuncionalidade têm a ver somente com lógica proposicional? Wittgenstein discutindo a objeção de Ramsey em algumas entradas do *Nachlass* aponta:

“... if ‘f(x)’ says that x is in a certain place, then ‘f(a).f(b)’ is a contradiction. But what do I call ‘f(a).f(b)’ a contradiction when ‘p.~p’ is the form of the contradiction? Dões it mean that the signs ‘f(a).f(b)’ are not a proposition in the sense that ‘ffaa’ isn’t? Our difficulty is that we have, nonetheless, the feeling that here there is a sense, even if a degenerate one (Ramsey)” MS112²

Esta passagem mostra claramente que Wittgenstein e Ramsey estavam investigando o Problema da Exclusão de Cores e seus desafios para a lógica formal no começo da década de 30. Este problema não representa um desafio somente para a lógica proposicional, porque predicados interpretados como simples extensões também não vão expressar as peculiaridades modais destas relações lógicas. Alguns conceitos estão ligados de tal forma que a verofuncionalidade deve ser bloqueada ou restrita.

CONCLUSÃO

Apesar de que em 1929 Wittgenstein pareça manter seu projeto tractariano de completo análise da linguagem e de levá-la até uma base atômica, o acento no começo de sua fase intermediária, deve ser posto na procura de uma maior expressividade de sistemas notacionais para capturar a multiplicidade do fenômeno³. Nós podemos perder a decidibilidade das tabelas de verdade, mas não a expressividade em respeito a várias diferentes multiplicidades lógicas (e.g. cores, temperatura, som, altura, comprimento...) ⁴. O corte normativo na fase tractariana

² Tradução de M. Engelmann (2012, p.273)

³ Para outras discussões sobre problemas fenomenológicos neste período recomendo fortemente Prado Neto, 2004.

⁴ Isto pode ser encontrado por todo o capítulo VIII de PB, onde Wittgenstein retorna ao 6.3751 reavaliando sua saída tractariana em termos de diversos sistemas com o mesmo tipo de exclusão encontrada no sistema de cores.

se provou drástico demais. Wittgenstein expressou menos que deveria com sua lógica tractariana. Em um horizonte que só permite tautologias para expressar todas as consequências lógicas e contradições para todas as exclusões, nós podemos ver como esta imagem de lógica pode sub-gerar (*undergenerate*) nossas melhores intuições do que é “seguir logicamente”. Nós temos muito mais tipos de consequências lógicas que tautologias e outros tipos de exclusão necessária diferentes da contradição com diferentes acepções intensionais. Tudo se passa como que se Wittgenstein de fato tivesse que abandonar a visão tractariana purista de uma única lógica abrangedora de tudo depois de enfrentar a cotidiana e, em certo sentido, banal exclusão de cores.

REFERÊNCIAS

BRANDOM, Robert. *Between Saying and Doing: Towards an Analytic Pragmatism*. Oxford University Press Inc., New York, 2008.

ENGELMANN, Mauro. *Wittgenstein's Philosophical Development: Phenomenology, Grammar, Method and the Antropological View*. Hampshire: Palgrave Macmillan, 2013.

PRADO NETO, Bento. *Fenomenologia em Wittgenstein: tempo, cor e figuração*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2003.

RAMSEY, Frank (1923). Resenha ao *Tractatus Logico-philosophicus* de Wittgenstein. Traduzido por Marcos Silva. *Philosophos*, GOIÂNIA, V.17, N. 2, P. 263-288, JUL./DEZ. 2012.

SALLES, João Carlos. *A Gramática das Cores em Wittgenstein*. Vol. 35. Campinas: UNICAMP/CLE, 2002.

VON WRIGHT, Georg Henrik. On Colour: a logic-philosophical Fantasy. In *Six Essays in Philosophical Logic*. *Acta Philosophica Fennica*. Vol. 60, Helsinki, 1996. (pp. 9-16).

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophische Bemerkungen*. Werkausgabe Band 2. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

_____. *Some Remarks on Logical Form*. Proceedings of the Aristotelian Society, Supplementary Volumes, Vol. 9, Knowledge, Experience and Realism (1929), pp. 162-171 Published by: Blackwell Publishing on behalf of The Aristotelian Society.

_____. *Tractatus Logico-philosophicus*. *Tagebücher 1914-16*. Philosophische Untersuchungen. Werkausgabe Band 1. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984.

_____. *Wiener Ausgabe*, Band I. Wien: Springer, 1994.

A morfologia do uso de uma expressão – estética e filosofia no pensamento de Wittgenstein

Nuno Ribeiro

*UFSCar/FAPESP**

O conceito de morfologia constitui-se como um elemento de fundamental importância para a progressiva constituição do método filosófico de Wittgenstein após o seu retorno a Cambridge e à filosofia em 1929. Com efeito, de acordo com o testemunho de Norman Malcolm presente em *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*, Wittgenstein, no decurso das suas lições sobre filosofia da psicologia ministradas entre 1946 e 1947, deixou-nos a seguinte indicação relativa ao seu procedimento filosófico:

O que eu faço é a morfologia do uso de uma expressão. Eu mostro que ela tem usos com os quais vocês nunca sonharam. Em filosofia sentimo-nos forçados a olhar para um conceito de um certo modo. O que eu faço é sugerir, ou mesmo inventar, outros modos de olhar para ele. Eu sugiro possibilidades nas quais vocês não haviam previamente pensado. Pensavam que havia apenas uma possibilidade ou duas no máximo. Mas eu faço-vos pensar noutras. Além disso, faço-vos ver que era absurdo esperar que o conceito se conformasse a essas possibilidades restritas.

* Este trabalho foi realizado no decurso de uma pesquisa de pós-doutorado com o apoio financeiro da FAPESP (2012/12102-0), no âmbito do projeto temático “Wittgenstein em Transição” (2012/50005-6).

Assim, a vossa câimbra mental é aliviada e tem-se liberdade para examinar o campo de uso de uma expressão e para descrever os seus diferentes usos. (MALCOLM, 2001, p.43)¹

Neste texto, correspondente a uma nota tirada por Norman Malcolm nas aulas de Wittgenstein, encontramos uma clara elucidação da importância da morfologia para o desenvolvimento do método filosófico wittgensteiniano após o seu retorno a Cambridge. De acordo com este testemunho, Wittgenstein apresenta a explícita afirmação de que aquilo que a sua filosofia procura fazer é a morfologia do uso de uma expressão e que para tal é necessário sugerir e inclusivamente inventar outros modos de olhar para um conceito. A importância da criação de modos ficcionais de olhar para um conceito é-nos sugerida por uma observação, escrita em 1948 e publicada em *Cultura e Valor*, onde lemos: “Nada é, porém, mais importante do que a construção de conceitos ficcionais que, antes de tudo, nos ensinem a compreender os nossos.” (WITTGENSTEIN, 1998, p.85)² De acordo com esta observação, a construção de conceitos ficcionais constitui-se como um procedimento de especial relevo para compreender o desenvolvimento dos nossos próprios conceitos. A criação de conceitos ficcionais na filosofia de Wittgenstein é realizada através da criação de jogos de linguagem fictícios. Com efeito, na Parte III, observação 115, das *Anotações sobre as cores*, lemos o seguinte: “Eu digo: quem não consegue jogar *este* jogo, não possui *este* conceito.” (WITTGENSTEIN, 1977, p.31)³ Se possuir um certo conceito pressupõe jogar um determinado jogo, a criação de conceitos ficcionais significa a construção de jogos de linguagem fictícios. Na observação 492 das *Investigações Filosóficas* lemos a esse respeito:

¹ As traduções do original são da nossa responsabilidade. Apresentaremos ao longo do texto, em pé de página, os originais cujas traduções facultamos: “What I give is the morphology of the use of an expression. I show that it has kinds of uses of which you had not dreamed. In philosophy one feels *forced* to look at a concept in a certain way. What I do is to suggest, or even invent, other ways of looking at it. I suggest possibilities of which you had not previously thought. You thought that there was one possibility, or only two at most. But I made you think of others. Furthermore, I made you see that it was absurd to expect the concept to conform to those narrow possibilities. Thus your mental cramp is relieved, and you are free to look around the field of use of the expression and to describe the different kinds of uses of it.”

² “Nichts ist doch wichtiger, als die Bildung von fiktiven Begriffen, die uns die unseren erst verstehen lehren“.

³ “Ich sage: Wer *dies* Spiel nicht spielen kann, hat *diesen* Begriff nicht.“

Inventar uma linguagem poderia significar inventar, com base em leis da natureza (ou em consonância com elas), um mecanismo para um determinado fim; mas tem também outro sentido, análogo a esse, em que falamos da invenção de um jogo.

Aqui, afirmo algo sobre a gramática da palavra “linguagem” ao pô-la em relação com a gramática da palavra “inventar”. (WITTGENSTEIN, 2009, p.145)⁴

Nesta observação, Wittgenstein apresenta a explícita conexão entre a gramática da palavra “linguagem” (“Sprache”) e a gramática da palavra “inventar” (“erfinden”), contemplando a possibilidade criativa da invenção de um jogo. É provavelmente essa a razão que leva Wittgenstein a afirmar numa observação, escrita por volta de 1933-1934 e publicada em *Cultura e Valor*: “Penso ter resumido a minha atitude perante a filosofia ao afirmar: a filosofia deveria verdadeiramente apenas poetar-se.” (WITTGENSTEIN, 1998, p.28)⁵ A comparação entre a filosofia (“Philosophie”) e o ato de poetar (“dichten”) é também referida nas “Discussões de Sábado de Wittgenstein: 1946-1947”, publicadas em *Ocasões Públicas e Privadas*, onde lemos: “Um problema filosófico é profundo na medida em que um poema ou uma face ou uma peça de música são profundos.” (WITTGENSTEIN, 2003, p.401)⁶ Mas no caso do método filosófico de Wittgenstein o poetar da filosofia é alcançado através da criação de novos jogos de linguagem que abram novas possibilidades de olhar para um determinado conceito e que inclusivamente possam, em alguns casos, dar origem a novos conceitos. Contudo, para se compreender a relação entre a morfologia do uso de uma expressão e a criação de conceitos ficcionais realizados através de construção de jogos de linguagem fictícios, é necessário ter em consideração a caracterização wittgensteiniana do método morfológico.

⁴ “Eine Sprache erfinden, könnte heißen, auf Grund von Naturgesetzen (oder in Übereinstimmung mit ihnen) eine Vorrichtung zu bestimmtem Zweck erfinden; es hat aber auch den andern Sinn, dem analog, in welchem wir von der Erfindung eines Spiels reden. /Ich sage hier etwas über die Grammatik des Wortes “Sprache” aus, indem ich sie mit der Grammatik des Wortes “erfinden” in Verbindung bringe.”

⁵ “Ich glaube meine Stellung zur Philosophie dadurch zusammengefaßt zu haben indem ich sage: Philosophie dürfte man eigentlich nur *dichten*.”

⁶ “A philosophical problem is deep in the way that a poem or a face or a piece of music is deep.”

O método morfológico wittgensteiniano é o resultado de uma reapropriação do conceito de morfologia presente no pensamento de Goethe,⁷ com o qual Wittgenstein terá entrado em contato no início de 1930 através da leitura do livro *A Decadência do Ocidente – Esboço de uma Morfologia da História Universal* de Oswald Spengler.⁸ A morfologia do uso de uma expressão realizada por Wittgenstein constitui-se, desse modo, como uma aplicação ao domínio da filosofia da linguagem do método aplicado por Goethe ao domínio da ciência da natureza e por Spengler ao campo da história universal. Assim, do conceito de morfologia Wittgenstein retira dois princípios que viriam a estar na base do desenvolvimento da sua filosofia após 1929.

O primeiro princípio morfológico do qual Wittgenstein se reapropria encontra-se expresso na máxima de Goethe citada pelo próprio Wittgenstein na observação 889 do primeiro volume das *Observações sobre a Filosofia da Psicologia*, onde lemos: “Não procuremos nada por detrás dos fenómenos; eles próprios são a doutrina. (Goethe)” (WITTGENSTEIN, 1980, p.157)⁹ Num texto de Goethe, onde o autor alemão nos apresenta uma definição de morfologia, encontramos a seguinte clarificação desse princípio:

Morfologia[:] Reside na convicção de que tudo o que existe se deve também dar a entender e mostrar por si próprio. Afirmamos que este princípio é válido desde os primeiros elementos

⁷ Sobre a relação da filosofia wittgensteiniana com o pensamento goethiano, assim como as questões relativas às leituras que Wittgenstein terá realizado das obras de Goethe, remetem-se para a seguinte referência bibliográfica: SCHULTE, 1990.

⁸ A respeito da leitura de *A Decadência do Ocidente – Esboço de uma Morfologia da História Universal* de Oswald Spengler encontramos nos diários publicados sob o título de *Movimentos de Pensamento* a seguinte indicação datada de 6 de Maio de 1930: “Estou lendo a *Decadência* etc. de Spengler & encontro apesar de muitos detalhes irresponsáveis, muitos pensamentos importantes e significativos. Muitas coisas, talvez a maioria ocupam-se inteiramente com o que eu próprio muitas vezes tenho pensado. A possibilidade de uma grande número de sistemas fechados que uma vez que tenham sido examinados é como se um fosse a continuação do outro.” (Wittgenstein, 2003, p.24: „Lese Spengler Untergang etc. & finde trotz des vielen Unverantwortlichen im Einzelnen, viele wirkliche, bedeutende Gedanken. Vieles, vielleicht das Meiste berührt sich ganz mit dem was ich selbst oft gedacht habe. Die Möglichkeit ~~der~~ ~~ab~~ einer Mehrzahl abgeschlossener Systeme welche wenn man sie einmal hat ausschauen als sei das eine die Fortsetzung des Anderen.“)

⁹ “‘Man suche nichts hinter den Phänomenen; sie selbst sind die Lehre.’ (Goethe.)”.

físicos e químicos, até à exteriorização anímica dos homens.
(GOETHE, 1987, p.349)¹⁰

O princípio de acordo com o qual nada se deve procurar por detrás dos fenómenos viria a encontrar expressão na observação 126 das *Investigações Filosóficas* onde lemos:

A filosofia, com efeito, apenas põe todas as coisas diante de nós e nada explica ou deduz. – Como tudo está à vista, nada existe para explicar. Porque o que, porventura, estiver escondido, não nos interessa. (WITTGENSTEIN, 2009, p.55)¹¹

O segundo princípio morfológico do qual Wittgenstein se reapropria consiste na afirmação de que nenhum fenómeno se esclarece por si próprio isoladamente, isto é, de que o estudo de um determinado fenómeno depende da elucidação das diversas interconexões que esse fenómeno estabelece com outros fenómenos e do modo como essas sucessivas interconexões permitem encontrar analogias entre as várias realidades tidas sob consideração. É justamente esse princípio que encontramos expresso num texto das *Máximas e Reflexões* de Goethe onde lemos: “Nenhum fenómeno se esclarece em si e a partir de si mesmo; somente muitos observados conjuntamente, ordenados metodicamente, nos podem por fim dar algo que possa valer como teoria.”¹² (GOETHE, 1993, p.227) Noutro texto das *Máximas e Reflexões* de Goethe lemos também nesse sentido: “Um fenómeno, um experimento nada consegue provar, ele é um elo de uma grande cadeia, que só tem valor em conexão.” (*Idem*, p.17)¹³ Que Wittgenstein estava ciente deste princípio morfológico é-nos comprovado pela observação 950 da primeira parte das *Observações Sobre a Filosofia da Psicologia*, onde encontramos a menção a esse princípio do pensamento de Goethe. Aí lemos:

¹⁰ “Morphologie[.] Ruht auf der Überzeugung daß alles was sei sich auch andeuten und zeigen müsse. Von den ersten physischen und chemischen elemente an, bis zur geistigen Äußerung des Menschen lassen wir diesen Grundsatz gelten.”

¹¹ “Die Philosophie stellt eben alles bloß hin, und erklärt und folgert nichts. – Da alles offen daliegt, ist auch nichts zu erklären. Denn, was etwa verborgen ist, interessiert uns nicht.”

¹² “Kein Phänomen erklärt sich an und aus sich selbst; nur viele zusammen überschaut, methodisch geordnet, geben zuletzt etwas was für Theorie gelten könnte.”

¹³ “Ein Phänomen, ein Versuch kann nichts beweisen, es ist das Glied einer großen Kette, das erst im Zusammenhange gilt..”

O que é que, no entanto, uma investigação conceptual faz? É ela [uma investigação] da história natural dos conceitos humanos? – Ora, a história natural descreve, dizemos nós, plantas e animais. Mas não poderia acontecer que as plantas tivessem sido descritas em todas as suas particularidades e que só agora alguém pudessem chegar a ver as analogias na sua estrutura que nunca antes tinham sido vistas? Que ele estabelecesse, desse modo, uma nova ordem nessas descrições. Ele diz, por exemplo: “Não comparem esta parte com esta; antes com aquela.” (Goethe queria fazer algo assim.) E com isso ele não fala necessariamente de *derivação*; mas, ainda assim, o novo arranjo poderia dar uma nova direção à investigação científica. Ele diz: “Olha isto *assim!*” – e isto pode ter afinal vantagens e consequências de diferentes tipos. (WITTGENSTEIN, 1980, pp.167-168)¹⁴

A afirmação presente no princípio morfológico de acordo com o qual nenhum fenómeno se esclarece por si só e, por conseguinte, que um determinado fenómeno depende da elucidação das diversas interconexões que esse fenómeno estabelece com outros fenómenos viria a encontrar reflexo na noção de “representação perspícua” (“übersichtliche Darstellung”) desenvolvida por Wittgenstein, o que se torna explícito se tivermos em consideração o que este autor nos diz a respeito dessa noção nas *Observações sobre o Ramo Dourado de Frazer*, onde nos apresenta uma descrição do conceito de “representação perspícua”, acompanhada de uma referência explícita ao nome de Spengler e implícita ao livro *A Decadência do Ocidente – Esboço de uma Morfologia da História Universal*. Com efeito, lemos no texto das *Observações sobre o Ramo Dourado*:

O conceito de representação perspícua é para nós de fundamental importância. Ele indica a nossa forma de representação, o modo como nós vemos as coisas. (Uma forma de ‘mundividência’, como parece aparentemente típico do nosso tempo. Spengler.)

¹⁴ “Was aber tut eine begriffliche Untersuchung? Ist sie eine der Naturgeschichte der menschlichen Begriffe? – Nun, Naturgeschichte beschreibt, sagen wir, Pflanzen und Tiere. Aber könnte es nicht sein, daß Pflanzen in allen Einzelheiten beschrieben worden wären, und nun erst jemand daherkäme, der Analogien in ihrem Baue sieht, die man früher nicht gesehen hatte? Daß er also eine neue Ordnung in diesen Beschreibungen herstellt. Er sagt z.B.: ‚Vergleiche nicht diesen Teil mit diesem; sondern vielmehr mit jenem!‘ (Goethe wollte so etwas tun.) Und dabei spricht er nicht notwendigerweise von *Abstammung*; dennoch aber *könnte* die neue Anordnung auch der wissenschaftlichen Untersuchung eine neue Richtung geben. Er sagt „Sieh es so an!“ – und das kann nun verschiedenerlei Vorteile und Folge haben.“

Esta representação perspícua proporciona a compreensão que consiste precisamente em “vermos conexões”. Daí a importância de encontrar os termos intermediários.

Um elo intermediário hipotético poderia, porém, neste caso fazer não mais do que direcionar a nossa atenção para uma semelhança, uma conexão, dos *factos*. (WITTGENSTEIN, 1993, p.133)¹⁵

Na observação 122 das *Investigações Filosóficas*, lemos também a seguinte passagem a respeito da noção de representação perspícua:

Uma fonte principal da nossa incompreensão consiste em não *vermos perspicuamente* o uso das nossas palavras. – Falta perspicuidade à nossa gramática. – A representação perspícua proporciona a compreensão que consiste precisamente em “vermos conexões”. Daí a importância de encontrar e inventar os *termos intermediários*. (WITTGENSTEIN, 2009, p.54)¹⁶

Nesta observação, Wittgenstein estabelece a importância de encontrar e inventar elos intermediários para alcançar a ‘representação perspícua’. A importância da invenção de elos intermediários, referida na observação 122 das *Investigações Filosóficas*, conjugada com os elementos acima referidos relativos à importância da criação de conceitos ficcionais – por via da construção de jogos de linguagem fictícios – constituem-se como o quadro geral a partir do qual é possível estabelecer uma aproximação entre estética e o método morfológico que viria progressivamente a caracterizar a filosofia de Wittgenstein após 1929. No entanto, a elucidação da relação entre estética e filosofia no pensamento de Wittgenstein deve ser compreendida no quadro da reavaliação da problemática da estética no decurso do retorno de Wittgenstein

¹⁵ “Der Begriff der übersichtlichen Darstellung ist für uns von grundlegender Bedeutung. Er bezeichnet unsere Darstellungsform, die Art, wie wir die Dinge sehen. (Eine Art der ‚Weltanschauung‘, wie sie scheinbar für unsere Zeit typisch ist. Spengler.)/ Diese übersichtliche Darstellung vermittelt das Verständnis, welche eben darin besteht, daß wir die „Zusammenhänge sehen“. Daher die Wichtigkeit des Findens von *Zwischengleidern*./ Ein hypothetisches Zwischengleid aber soll in diesem Falle nichts tun, als die Aufmerksamkeit auf die Ähnlichkeit, den Zusammenhang, der *Tatsachen* lenken.”

¹⁶ “Es ist eine Hauptquelle unseres Unverständnisses, daß wir den Gebrauch unserer Wörter nicht *übersehen*. – Unserer Grammatik fehlt es an Übersichtlichkeit. – Die übersichtliche Darstellung vermittelt das Verständnis, welches eben darin besteht, daß wir die ‘Zusammenhänge sehen’. Daher die Wichtigkeit des Findens und des Erfindens von *Zwischengleidern*.”

a Cambridge e à filosofia. Com efeito, apesar de o *Tractatus Logico-Philosophicus* reduzir a estética ao silêncio,¹⁷ isto é, ao domínio daquilo que não pode ser dito com sentido, mas apenas mostrado, encontramos, no entanto, após o retorno de Wittgenstein a Cambridge e à filosofia em 1929 uma reconsideração das temáticas relativas à estética que, por um lado, abrem a possibilidade de se falar de um discurso da arte e sobre a arte e, por outro lado, nos permitem compreender a importância da estética para o aprofundamento de alguns dos conceitos fundamentais presentes na filosofia da linguagem do autor austríaco, assim como para a elucidação das questões ligadas ao desenvolvimento do estilo filosófico de Wittgenstein após o seu retorno a Cambridge.

A importância da estética para o pensamento de Wittgenstein encontra-se expressa numa observação publicada em *Cultura e Valor*, onde se lê:

As questões científicas podem interessar-me, mas nunca me prendem verdadeiramente. Isso apenas me acontece com as questões conceptuais e estéticas. A solução dos problemas científicos é-me, no fundo, indiferente; mas não aquelas outras questões. (WITTGENSTEIN, 1998, p.91)¹⁸

Esta observação, redigida em Janeiro de 1949 e, por conseguinte, cerca de dois anos antes da morte do autor, revela-nos a importância crucial da estética para o pensamento filosófico de Wittgenstein, uma vez que este pensador coloca lado a lado as questões estéticas e conceptuais como aquilo que constitui o cerne do seu interesse. Com efeito, a relevância da tematização dos problemas estéticos para as questões relativas à filosofia encontra igualmente expressão numa observação escrita em 1937, também publicada em *Cultura e Valor*, onde Wittgenstein nos fala da “estranha semelhança entre uma investigação filosófica (talvez especialmente na matemática) e a da estética.” (*Idem*,

¹⁷ A respeito do caráter inefável da estética no *Tractatus Logico-Philosophicus* veja-se a proposição 6.421, onde, a propósito da comparação entre estética e ética, Wittgenstein alude à impossibilidade de pôr a estética – assim como a ética – em palavras, querendo com isto significar a incapacidade de se produzir proposições estéticas com sentido. Cf.: WITTGENSTEIN, 1961, p.146.

¹⁸ “Wissenschaftliche Fragen können mich interessieren, aber nie wirklich fesseln. Das tun für mich nur begriffliche & ästhetische Fragen. Die Lösung wissenschaftlicher Probleme ist mir, im Grunde, gleichgültig; jener andern Fragen aber nicht.”

p.29)¹⁹ Uma importante pista para se compreender a relevância da estética para o desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein após 1929 é especificamente referida nas “Lições de Wittgenstein em 1930-1933”, publicadas por George Edward Moore nos anos de 1954 e 1955 na revista *Mind*,²⁰ onde lemos:

Ele [Wittgenstein] introduziu toda a sua discussão sobre a Estética ao lidar com um problema sobre o sentido das palavras, com o qual ele disse que ainda não havia lidado. Ele ilustrou esse problema através do exemplo da palavra “jogo”, a respeito da qual ele disse duas coisas (1) que, mesmo que exista algo comum a todos os jogos, não se segue daí que isso é o que nós queremos significar ao chamar “jogo” a um determinado jogo, e (2) que a razão pela qual nós denominamos tantas atividades diferentes de “jogos” não se deve ao facto de existir algo em comum entre todos eles, mas apenas ao facto de existir “uma transição gradual” de um uso para outro, ainda que nada exista em comum entre os dois polos das séries. E ele parece ter defendido definitivamente que não existe nada em comum nos nossos diferentes usos da palavra “belo”, dizendo que nós a usamos “em centenas de jogos diferentes” – que, *e.g.* a beleza de uma face é algo diferente da beleza de uma cadeira ou de uma flor ou da encadernação de um livro. (MOORE, 1955, p.17)²¹

De acordo com o testemunho de Moore nas “Lições de Wittgenstein em 1930-1933”, Wittgenstein introduz a sua discussão sobre a estética ao lidar com o problema do sentido das palavras e ilustrando esse problema através do exemplo da palavra ‘jogo’. O facto de Wittgenstein escolher a palavra ‘jogo’ para ilustrar a discussão sobre a estética

¹⁹ “Die seltsame Ähnlichkeit einer philosophischen Untersuchung (vielleicht besonders in der Mathematik< >) mit einer Ästhetischen. (z.B., was an diesem Kleid schlecht ist, wie es gehöre, etc..)”

²⁰ Cf.: MOORE, 1954; MOORE, 1954a; MOORE, 1955; MOORE, 1955a.

²¹ “He [Wittgenstein] introduced his whole discussion of Aesthetics by dealing with one problem about the meaning of the words, with which he said he had not yet dealt. He illustrated this problem by the example of the word “game”, with regard to which he said both (1) that, even if there is something common to all games, it doesn’t follow that this is what we mean by calling a particular game a “game”, and (2) that the reason why we call so many different activities “games” need not be that there is anything common to them all, but only that there is “a gradual transition” from one use to another, although there may be nothing in common between the two ends of the series. And he seemed to hold definitely that there is nothing in common in our different uses of the word “beautiful”, saying that we use it “in a hundred different games” – that, *e.g.* the beauty of a face is something different from the beauty of a chair or a flower or the binding of a book.”

mostra a importância da estética para o desenvolvimento da filosofia de Wittgenstein após 1929, tendo em consideração que a noção de jogos de linguagem e, por conseguinte, a especificação dos diferentes jogos de linguagem viria a tornar-se o centro da filosofia de Wittgenstein na sequência do seu retorno a Cambridge. No entanto, o testemunho de Moore introduz outro aspecto relevante para a compreensão do sentido do método morfológico wittgensteiniano. Esse aspecto consiste na ideia de ‘transição gradual’ à qual – de acordo com o texto de Moore – Wittgenstein faz apelo.

Com efeito, segundo Moore, Wittgenstein ao introduzir a noção de ‘jogo’ para ilustrar os problemas relativos à estética estabelece dois princípios: primeiro, que aquilo que faz com que chamemos ‘jogo’ a algo não depende de existir um elemento comum a todos os jogos; segundo, que aquilo que determina que caracterizemos tantas atividades diferentes como ‘jogos’ se deve apenas ao facto de existir uma ‘transição gradual’ de um uso para outro, mesmo que nada exista em comum entre os dois polos das séries. A ideia de ‘transição gradual’, referida por Wittgenstein no decurso das suas lições de 1930-1933, corresponde a um dos pressupostos subjacentes ao desenvolvimento do método morfológico e é a chave para compreender o modo como se vão estabelecendo interconexões entre os diversos jogos. É através da progressiva transição gradual de um uso para o outro que se vão estabelecendo conexões entre os diferentes usos das palavras e os diferentes jogos de linguagem, ainda que, como nos diz Wittgenstein, nada exista de comum entre os dois polos das séries de jogos. É nesse sentido que Wittgenstein afirma, segundo o testemunho de Moore, que não existe nada em comum nos nossos diferentes usos da palavra belo e que usamos o termo belo em centenas de jogos diferentes. Nas *Lições de Wittgenstein: 1932-1935*, editadas por Alice Ambrose, lemos também a esse respeito:

A palavra ‘beleza’ é usada para milhares de coisas diferentes. Beleza da face é diferente da das flores ou dos animais. Que estamos jogando jogos absolutamente diferentes é evidente pela diferença que emerge da discussão de cada um. Apenas podemos determinar o sentido da palavra ‘belo’ ao ver como a usamos. (WITTGENSTEIN, 1979, pp.35-36)²²

²² “The word “beauty” is used for a thousand different things. Beauty of face is different from that of flowers and animals. That one is playing utterly different games is evident from the difference that emerges in the discussion of each. We can only ascertain the meaning of the word “beauty” by seeing how we use it.”

A discussão de Wittgenstein acerca da estética no decurso da década de 1930 deve ser, porém, compreendida no contexto da crítica wittgensteiniana ao essencialismo na estética. O essencialismo na estética é caracterizado pela tendência a considerar o adjetivo “belo” como uma propriedade comum a um universo de objetos, isto é, uma propriedade ou atributo pertencente a um grupo de objetos considerados como belos.²³ Lemos, a este respeito, a seguinte observação no início das *Lições sobre Estética*:

O assunto (Estética) é muito vasto e inteiramente incompreendido, tanto quanto eu consigo ver. O uso de uma palavra como ‘belo’ torna-se ainda mais apto a ser incompreendido se olharmos para a forma linguística das frases nas quais ela ocorre, mais do que as outras palavras. ‘Belo’ [e ‘bom’ – R] é um adjetivo, assim estaremos inclinados a dizer: “Isto tem uma certa qualidade, a de ser belo”. (WITTGENSTEIN, 1966, p.1)²⁴

A crítica de Wittgenstein ao essencialismo na estética, traduzida na crítica à ideia de que o ‘belo’ é um atributo ou qualidade pertencente a um conjunto de objetos, faz parte, no entanto, da atitude anti-platônica wittgensteiniana. Segundo o texto das *Lições de Wittgenstein, Cambridge, 1932-1935* editado por Alice Ambrose, que apresenta igualmente a discussão de questões ligadas à estética, a atitude platônica é caracterizada pela crença de que a busca pela essência das coisas consiste na busca das propriedades que compõem uma determinada realidade e que se configuram como ingredientes de uma mistura. Com efeito, no texto do curso intitulado “Philosophy” [“Filosofia”], publicado na edição de Alice Ambrose, lemos a seguinte afirmação:

A ideia de Platão de olharmos para a essência das coisas é muito semelhante à ideia de olharmos para os ingredientes numa

²³ A respeito da temática do anti-essencialismo na estética remetemos para um capítulo de livro, da autoria de Terry Diffey, intitulado “Wittgenstein, Anti-essentialism and the Definition of Art”, publicado no livro *Wittgenstein, Aesthetics and Philosophy*, editado por Peter Lewis, com a seguinte referência bibliográfica: DIFFEY, 2004.

²⁴ “The subject (Aesthetics) is very big and entirely misunderstood as far as I can see. The use of such a word as ‘beautiful’ is even more apt to be misunderstood if you look at the linguistic form of sentences in which it occurs than most other words. ‘Beautiful’ [and ‘good’ – R] is an adjective, so you are inclined to say: “This has a certain quality, that of being beautiful”.”

mistura, como se, porém, as qualidades fossem ingredientes das coisas. Mas falar de uma mistura, por exemplo, de vermelho e verde, não é falar de uma pintura que tem tinta vermelha e verde como ingredientes. (WITTGENSTEIN, 1979, p.34)²⁵

Mas a conexão entre a estética e o desenvolvimento dos conceitos e do método filosófico wittgensteiniano após 1929 tem ainda outro nível. Esse nível diz respeito ao problema do estilo filosófico de Wittgenstein. Como já tivemos a oportunidade de referir, um dos meios mais comuns empregues por Wittgenstein para o desenvolvimento dos seus conceitos consiste na criação de jogos de linguagem fictícios. Ao longo dos diversos manuscritos e datiloscritos, escritos após 1929 e deixados no *Nachlass* de Wittgenstein, encontramos uma pluralidade de exemplos da construção estética de jogos fictícios criados com o intuito de ilustrar e provar o pensamento filosófico wittgensteiniano acerca da linguagem. Encontramos um claro exemplo disso, embora não único, nas diversas versões das *Investigações Filosóficas*, uma obra que ao longo das suas múltiplas versões – desde a “versão originária” [“Urfassung”] (MS142) até àquela que ficou conhecida como “versão tardia” [“Spätfassung”] (TS227a e TS227b) – se encontra estruturada na construção de jogos de linguagem fictícios.²⁶ A pesquisa wittgensteiniana da morfologia do uso de uma expressão produz-se, desse modo, através da invenção de novos jogos de linguagem e de conexões intermediárias que permitem criar novos modos de olhar para um conceito e de estabelecer conexões entre os diferentes usos de uma expressão. Assim, a filosofia abre novas possibilidades de olhar para as coisas aliviando a ‘câimbra mental’ de que nos fala Wittgenstein de acordo com citação apresentada por Norman Malcolm em *Ludwig Wittgenstein: A Memoir*. Por outras palavras, ao criar novos modos de olhar para as coisas e ao apresentar-nos uma representação perspicua das conexões entre os diversos usos das palavras,

²⁵ “Plato’s talk of looking for the essence of things was very like talk of looking for the *ingredients* in a mixture, as though qualities were ingredients of things. But to speak of a mixture, say of red and green colors, is not like speaking of a mixture of a paint which has red and green paints as ingredients.”

²⁶ Para uma elucidação do desenvolvimento das diversas versões das *Investigações Filosóficas*, assim como da sucessiva reestruturação dessa obra, remetemos para a edição crítico-genética de Joachim Schulte, com a seguinte referência bibliográfica: WITTGENSTEIN, 2001.

assim como dos múltiplos jogos de linguagem, “a filosofia aponta as ‘falsas analogias’ no uso da nossa linguagem”, (WITTGENSTEIN, 2005, p.302) ²⁷ para citar a expressão utilizada por Wittgenstein na observação 87 de *The Big Typescript*. Esta é talvez uma das principais razões pelas quais Wittgenstein ressalta a importância de produzir novos modos de olhar e de inventar conexões intermediárias para se compreender a morfologia do uso de uma expressão.

REFERÊNCIAS

- DIFFEY, T. (2004) ‘Wittgenstein, Anti-essentialism and the Definition of Art’, in Peter Lewis (ed.). *Wittgenstein, Aesthetics and Philosophy*. Aldershot/Burlington: Ashgate, pp.37-51.
- GOETHE, J. W. (1987). *Schriften zur Morphologie*, Herausgegeben von Dorothea Kuhn. Frankfurt am Main: Deutscher Klassiker Verlag.
- GOETHE, J. W. (1993). *Sprüche in Prosa*, Herausgegeben von Harald Fricke. Frankfurt am Main: Deutscher Klassiker Verlag.
- MALCOLM, N. (2001). *Ludwig Wittgenstein: A memoir*, with a Biographical Sketch by G. H. von Wright, second edition with Wittgenstein’s letters to Malcolm. Oxford: Clarendon Press.
- MOORE, G. (1954) ‘Wittgenstein’s Lectures in 1930-33 – Part I’, *Mind*, vol.63, pp.1-15.
- MOORE, G. (1954a) ‘Wittgenstein’s Lectures in 1930-33 – Part II’, *Mind*, vol.63, pp.289-316.
- MOORE, G. (1955) ‘Wittgenstein’s Lectures in 1930-33 – Part I’, *Mind*, vol.64, pp.1-27.
- MOORE, G. (1955a) “Two Corrections”, *Mind*, vol.64, 1955a, p.264.
- SCHULTE, J. (1990). *Chor und Gesetz – Wittgenstein im Kontext*, Frankfurt am Main: Suhrkamp.
- WITTGENSTEIN, L. (1998). *Culture and Value/Vermischte Bemerkungen*, ed. G.H. Von Wright in collaboration with Heikki Nyman, revised edition of the text Alois Pichler, tr. Peter Winch. Oxford: Blackwell.
- WITTGENSTEIN, L. (1966). *Lectures and Conversations on Aesthetics, Psychology and Religious Belief*, ed. Cyril Barrett. Oxford: Blackwell.

²⁷ “Die Philosophie zeigt die irreführenden Analogien im Gebrauch unsrer Sprache auf.”

WITTGENSTEIN, L. (2009). *Philosophical Investigations/Philosophische Untersuchungen*, Revised 4th ed. P.M. Hacker and Joachim Schulte, tr. G. E. M. Anscombe, P. M. S. Hacker and Joachim Schulte. Oxford: Wiley-Blackwell.

WITTGENSTEIN, L. (1993). *Philosophical Occasions: 1912-1951*, edited by James C. Klagge and Alfred Nordman. Indianapolis & Cambridge: Hackett.

WITTGENSTEIN, L. (2001). *Philosophische Untersuchungen. Kritisch-genetische Edition*, Herausgegeben von Joachim Schulte in Zusammenarbeit mit Heikki Nyman, Heikki von Savigny und Georg Henrik von Wright. Frankfurt am Main: Suhrkamp.

WITTGENSTEIN, L. (2003). *Public and Private Occasions*, edited by James C. Klagge and Alfred Norman. Lanham / Boulder / New York / Oxford: Rowman & Littlefield Publishers.

WITTGENSTEIN, L. (1977). *Remarks on Colour/Bemerkungen über die Farben*, edited by G. E. M. Anscombe, translated by Linda L. MacAlister and Margarete Schättle, Oxford: Blackwell.

WITTGENSTEIN, L. (1980). *Remarks on the Philosophy of Psychology/Bemerkungen über die Philosophie der Psychologie*, Vol. I, edited by G. E. M. Anscombe and G.H. Von Wright, translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Basil Blackwell.

WITTGENSTEIN, L. (2005). *The Big Typescript*, ed. and tr. C. Grant Luckhardt and Maximilian A.E. Aue. Oxford: Blackwell.

WITTGENSTEIN, L. (1961). *Tractatus Logico-Philosophicus/Logisch-Philosophische Abhandlung*, with a new Translation by D. F. Pears & B. F. McGuinness and with the Introduction by Bertrand Russell. London: Routledge & Kegan Paul.

WITTGENSTEIN, L. (1979). *Wittgenstein's Lectures: Cambridge, 1932-1935*, ed. Alice Ambrose. Oxford: Blackwell.

“Uma imagem da linguagem humana”: os parágrafos 1-65 das *Investigações filosóficas* e suas possíveis interlocuções

Fernando Lopes de Aquino

Unifesp

I.

Dos diferentes aspectos que ajudam a caracterizar as *Investigações filosóficas* como uma obra particularmente notável, um deles, em especial, é o diálogo ininterrupto que atravessa o texto e a sua capacidade de debater uma sucessão de elementos que atingem diretamente algumas de nossas principais concepções filosóficas sobre lógica, linguagem, conhecimento, entre outros.

Não se trata aqui de discutir pontualmente os problemas que se desdobram dessa característica¹, mas de indicar que este diálogo, além de intrinsecamente ligado a um exercício de reflexão e crítica, afasta-se diligentemente de concepções tradicionais sobre o funcionamento da

¹ Algumas destas características são explicitadas pelo próprio Wittgenstein em seu prefácio, mostrando quão complexo é a organização do texto a partir dessa opção formal e como isso problematiza a delimitação de temas: “Redigi todos esses pensamentos como *anotações*, em breves parágrafos. Às vezes como longos encadeamentos sobre o mesmo objeto, às vezes saltando em rápida alternância de um domínio para outro. – Era minha intenção desde o início resumir tudo isso num livro cuja forma foi objeto de representações diferentes em diferentes épocas. Mas parecia-me essencial que os pensamentos devessem aí progredir de um objeto a outro numa sequência natural e sem lacunas. Após várias tentativas fracassadas para condensar meus resultados num todo assim concebido, compreendi que nunca conseguiria isso, e que as melhores coisas que poderia escrever permaneceriam como anotações filosóficas; que meus pensamentos logo se paralisavam, quando tentava, contra sua tendência natural, forçá-lo em *uma direção*” (Wittgenstein, Prefácio).

linguagem, sobretudo a ideia de que elementos como “essência”, “algo comum”, “delimitação rígidas dos conceitos” etc., devem ser *necessariamente* estabelecidos para o uso adequado dos conceitos.

Uma opção metodológica capaz de pontuar os traços dessa contraposição, entre outras possíveis, é a observação da maneira como Wittgenstein lida com os pressupostos aos quais se opõe – além da especificação de alguns parágrafos onde o seu “reposicionamento” parece ser mais explícito. Essa característica é particularmente notória entre os §§1-88, que para além daquilo que os constituem tematicamente, possui um histórico de composição peculiar, permitindo a análise do trecho como um conjunto de textos relativamente autônomo.

Depois de retornar à Cambridge, em 1929, e reiniciar o seu trabalho filosófico, Wittgenstein identificou uma série de problemas no *Tractatus*. Apesar de sucessivas tentativas serem empregadas a fim de reelaborar a obra, ao final, a conclusão foi a de que era preciso se afastar mais radicalmente das principais ideias ali presente. Como parte desse processo, surgiu, então, o *Brown Book*, escrito entre o período de 1934-5. Este texto nada mais era do que anotações ditadas a dois de seus alunos, Francis Skinner e Alice Ambrose, e visavam esclarecer ao próprio Wittgenstein os resultados de seus trabalhos até aquele momento² (Cf. MONK. p.310). O livro traz o método dos *jogos de linguagem*³ e sua aplicação por meio de uma série de “exercícios”, que uma

² Segundo Monk: “Em 31 de julho de 1935, ele (Wittgenstein) escreveu a Schlick descrevendo o livro como um documento que mostra ‘o modo como eu acho que a questão toda deveria ser tratada’. Uma vez que na época ele estava planejando abandonar completamente a filosofia e ir viver como trabalhador braçal na Rússia, é possível que o livro represente uma tentativa de expor os resultados de seus sete anos de trabalho filosófico de uma maneira que permitisse a alguém aproveitá-los” (1995. p.312).

³ Já formulado em um texto anterior, redigido para substituir um curso que Wittgenstein deveria ministrar no ano letivo de 1933-4. Wittgenstein também ditou esse texto para alguns de seus alunos mais próximos, que depois de datilografá-lo foi distribuído aos demais. Por ter suas folhas entre capas azuis, o texto ficou conhecido como *The blue book*. Monk faz o seguinte resumo dessa obra, particularmente importante para o objeto dessa pesquisa: “sob muitos aspectos, *O livro azul* pode ser considerado um protótipo pioneiro de exposições subsequentes da filosofia madura de Wittgenstein. Como todas as demais tentativas futuras de organizar sua obra de forma coerente, o livro começa referindo-se a ‘uma das grandes fontes de desorientação filosófica’, a saber, a tendência de buscarmos coisas que correspondam a substantivos. Por isso perguntamos: ‘O que é tempo?’, ‘O que é significado?’, ‘O que é conhecimento?’, ‘O que é pensamento?’, ‘O que são números?’ etc., na expectativa de conseguir responder essas perguntas nomeando alguma *coisa*. A técnica dos *jogos de linguagem* foi concebida para romper o domínio dessa tendência” (1995. p.305).

vez comparados com a nossa própria linguagem, explicitariam como são criados alguns de nossos equívocos em filosofia.

Diferente do *Brown Book*, nas *Investigações* Wittgenstein constantemente se deu a liberdade de tentar explicar um pouco mais o uso dos jogos de linguagem, como se quisesse impedir o seu leitor de tomar equivocadamente o seu método, como podemos perceber, por exemplo, nos §§130-133:

§130 - Nossos claros e simples jogos de linguagem não são estudos preparatórios para um futura regulamentação da linguagem, como que primeiras aproximações, sem considerar o atrito e a resistência do ar. Os jogos de linguagem figuram muito mais como *objetos de comparação*, que através de semelhanças e dessemelhanças, devem lançar luz sobre as relações de nossa linguagem.

§133 - Não queremos refinar ou completar de modo inaudito o sistema de regras para o emprego de nossas palavras. Pois a clareza (*Klarheit*) à qual aspiramos é na verdade uma clareza completa. Mas isto significa apenas que os problemas filosóficos devem desaparecer *completamente*. A verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar, quando quiser. – A que acalma a filosofia, de tal modo que esta não mais fustigada por questões que coloca ela própria em questão. – Mostra-se agora, isto sim, um método por exemplos, e a série desses exemplos pode ser interrompida. – Resolvem-se problemas (afastam-se dificuldades), não *um* problema.

Logo após escrever o *Brown book* (1936), Wittgenstein decidiu ir à Noruega levando o texto com o propósito de traduzi-lo para o alemão, tarefa que em certo momento foi interrompida, pois como ele mesmo declara em uma carta destinada a Moore, datada de novembro de 1936, tudo - ou quase tudo o que havia feito - era “maçante e artificial”. Como consequência, isto o levou a escrever um novo texto, não mais guiado pela versão do *Brown book*:

*I therefore decided to start all over again and not to let my thoughts be guided by anything but themselves. – I found it difficult the first day or two but then it became easy. And so I'm writing now a new version and I hope I'm not wrong in saying that it's somewhat better than the last.*⁴

⁴ To Moore, 20-11-1936. In “McGuinness, Brian. *Wittgenstein in Cambridge: Letters and Documents, 1911-1951*. 4th ed. Cambridge. 2008. p.257”.

Os primeiros 88 parágrafos das *Investigações Filosóficas* resultam desse intenso trabalho. Wittgenstein estava tão satisfeito com a sua conclusão que no natal de 1936, quando viajou de volta à Viena, presenteou sua irmã com o texto. Ao regressar para Noruega, porém, retomou o trabalho e, em maio de 1937, concluiu o que viria a ser chamado posteriormente de *Urfassung* (MS 142), trecho que corresponde aos §§1-189a das *Investigações*. Estes parágrafos permaneceram praticamente inalterados durante a composição dos textos subsequentes, em particular os §§1-88. Embora possa haver temas que são desdobrados e analisados com maiores detalhes em outras partes das *Investigações*, é quase certo que o seu conteúdo foi visto por Wittgenstein como um texto completo e permanente.

I.I

No contexto dos parágrafos 1-88 Wittgenstein não apresenta uma contraposição a um ou dois protagonistas específicos, antes, volta-se para o “fundamento” de uma determinada concepção, algo que residiria no interior da própria linguagem. Sua opção é apresentar essa ideia mediante uma citação específica das *Confissões* de Agostinho, desdobrando-a com o propósito de encontrar ali elementos que, apesar de tácitos, tornam-se influentes o suficiente para estruturar o nosso modo de conceber a linguagem.

O primeiro parágrafo das *Investigações* é justamente a explicitação desse texto, e logo na sequência a interpretação de Wittgenstein de que nele se encontra “uma determinada imagem da linguagem humana” (*IF* §1). Na passagem podemos acompanhar Agostinho rememorando como aprendera a designar as coisas e a expressar o que desejava:

“Se os adultos nomeassem algum objeto e, ao fazê-lo, se voltassem para ele, eu percebia isto e compreendia que o objeto fora designado pelos sons que eles pronunciavam, pois eles queriam indicá-lo. Mas deduzi isto dos seus gestos, a linguagem natural de todos os povos, e da linguagem que, por meio da mímica e dos jogos com os olhos, por meio dos movimentos dos membros e do som da voz, indica as sensações da alma, quando esta deseja algo, ou se detém, ou recusa ou foge. Assim aprendi pouco a pouco a compreender quais coisas eram designadas pelas pala-

bras que eu ouvia pronunciar repetidamente nos seus lugares determinados em frases diferentes. E, quando habituara minha boca a esses signos, dava expressão aos meus desejos” (AGOSTINHO. *Confissões* I/8)

O que Wittgenstein observa é que nesse trecho há uma imagem bastante específica da linguagem, algo que poderia ser caracterizado como a instauração de estrutura em que as palavras denominam objetos e frases se formam a partir da ligação desses nomes (Cf. *IF* §1). Esta concepção, destacada como a essência da linguagem, se nutriria da ideia de que: “cada palavra tem uma significação. Esta significação é agregada à palavra. É o objeto que a palavra substitui” (*IF* §1). Assim, de uma visão sobre a linguagem presente no trecho de Agostinho se desdobra uma noção do significado das palavras, que por sua vez seria recusada ao longo das *Investigações*.

Segundo Stern, uma observação fundamental que deve ser feita em relação a uma leitura bastante ampla como essa é que a base textual das *Investigações* não é de forma alguma reducionista, ou seja, não podemos tomar essa passagem como o único mote para a leitura daquilo que as *Investigações* criticam, pois o que a obra constantemente enfatiza é que os nossos enganos filosóficos são extremamente diversificados,

E a “imagem particular” do §1b é apenas uma dentre vários equívocos e tentações filosóficas bastante específicas que Wittgenstein discute no restante do texto. (...) Situar essas e outras imagens em uma única “grande imagem” vai em sentido contrário à ênfase de Wittgenstein na diversidade e na multiplicidade de nossos enganos (STERN, 2012. p.78).

Isto não quer dizer, porém, que esta concepção particular da linguagem não introduza um ponto central nesse conjunto de textos, sobretudo entre os primeiros 88 parágrafos.

Retornando à questão, o que se destaca é que Wittgenstein não parte de uma apresentação sofisticada, e de fato as *Confissões* não estão oferecendo uma concepção teórica da essência da linguagem, elas não se constituem como uma obra nestes termos e o que Agostinho faz ali é simplesmente lembrar (a partir de determinados pressupostos) como ele pode desde cedo nomear as coisas e expressar verbalmente

seus desejos. É neste sentido que se coloca em questão a obviedade da imagem, pois é a partir dela que se desdobram diversas teorizações sobre como a linguagem *deve* funcionar.

Adiante no texto Wittgenstein seguirá esta perspectiva, caracterizando essa imagem como algo capaz de nos manter presos, sem que pudéssemos sair, justamente por se conservar no interior de nossa linguagem, repetindo-se para nós “inexoravelmente”, isto é, uma *imagem* da linguagem que nos leva a argumentar sempre da mesma maneira. Apesar de existir uma série de concepções teóricas sobre a linguagem, certos pressupostos estariam sempre presentes, fazendo convergir diferentes perspectivas sobre um assunto a um mesmo ponto. Como consequência, embora diferentes, estas perspectivas produziriam resultados muito semelhantes.

Este é o caso, por exemplo, de quem concebe com grande naturalidade que podemos determinar o significado e o uso de termos gerais a partir do reconhecimento de algo comum ou de sua essência, ou ainda, que a linguagem possui uma estrutura de espelhamento do mundo capaz de ser apreendida pela análise lógica da linguagem (cf. *IF* §65). Ao aceitar esses elementos como fundamento, mesmo que o tema seja abordado por caminhos diferentes, ao final é bem provável que o destino seja o mesmo, isto é, deveríamos reconhecer que não estamos mais próximos do significado da realidade do que Platão, por exemplo, ou que nos incomodamos com os mesmos problemas filosóficos que preocupavam os gregos, tudo porque: “*our language has remained constant and keeps seducing us into asking the same questions*” (2005. *Big Typscript* 424).

De fato, como expõem os parágrafos subsequentes à citação de Agostinho, a imagem esboçada por ele só pode ser feita dessa maneira porque já traz consigo uma visão particular da linguagem,⁵ e é por isso que sequer se trata de uma concepção teórica propriamente, mas de uma análise posterior ao seu aprendizado da linguagem, inclinada a interpretar isto segundo certos pressupostos. Conforme Stern:

⁵ Veja, por exemplo, que a imagem agostiniana da linguagem supõe claramente uma distinção entre linguagem e mundo e que, conseqüentemente, os tipos de relações que poderia haver entre ambos é algo que só se põe *a partir* dessa imagem e não antes.

Wittgenstein está tentando chegar às pré-concepções e pressupostos não examinados que levam os filósofos a argumentar da maneira como fazem. Mas Wittgenstein não vê estas pré-concepções como algo mais, acima e abaixo destas linhas específicas de argumentação, nos termos da “imagem agostiniana”, que seriam os verdadeiros motivos ocultos por detrás daquilo que os filósofos dizem e fazem. Em vez disso, os concebe como presentes nos movimentos que dão início às reflexões filosóficas. Por essa razão, ele começa com exemplos particulares de argumentos filosóficos que apenas parecem simples, de um tipo que aparece com mais frequência em uma discussão em sala de aula do que em um artigo ou livro filosófico (STERN. 2012. p.133).

Por isso mesmo o destaque deve ser dado sobre o modo como alguns elementos são compartilhados, ou ainda, o partilhar disso que pode ser considerado uma “determinada imagem da essência da linguagem humana”, que uma vez cristalizada tende a se repetir ininterruptamente. A contraposição a esta “imagem”, no caso das *Investigações*, não seria tanto a proposta de caminhos alternativos para a solução de problemas que mesma concepção levanta, mas o reposicionamento em relação a isto que se coloca como “fundamento”, “raiz” ou “necessidade” que nos impõe problemas, “a verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar, quando quiser” (IF §133).

Como sugere o §103, há um “ideal instalado definitivamente em nossos pensamentos” e dele não podemos nos afastar, como se a linguagem inevitavelmente nos fornecesse um modo de conceber o mundo, “óculos assentados sobre o nariz, e o que vemos, vemos através deles”. Por isso, mais do que ajustar as lentes (rever certas teorias), seria imprescindível tentar retirar estes óculos, ou ao menos colocar em questão o modo como as palavras são usadas quando se pretende, por exemplo, encontrar através delas algo de essencial.

I.II

Um dos aspectos que se desdobra da concepção de linguagem explicitada através da citação de Agostinho é a pergunta pela significação, que sob a perspectiva projetada deveria ser algo investigado antes do uso de qualquer palavra ou conceito. O §65 parece condensar uma

série de pressupostos relacionados a isto, ao menos em relação ao que tradicionalmente se entende por este tipo de exercício.

Primeiro, o parágrafo se arma apresentando a “busca pela essência da linguagem” como um requisito indispensável e, em seguida, este que parece ser um pressuposto, também se torna o ponto a partir do qual outras concepções a respeito do trabalho conceitual se desdobram, como a ideia de *algo comum* ou a *forma geral da proposição*, ou seja, maneiras diferentes de explicitar os procedimentos necessários para que um conceito realmente seja concebido e compreendido como tal:

Aqui encontramos a grande questão que está por trás de todas essas considerações. Pois poderiam objetar-me: “Você simplifica tudo! Você fala de todas as espécies de jogos de linguagem possíveis, mas em nenhum momento disse o que é essencial do jogo de linguagem, e portanto da própria linguagem. O que é comum a todos esses processos e os torna linguagem ou partes da linguagem. Você se dispensa pois justamente da parte da investigação que outrora lhe proporcionara as maiores dores de cabeça, a saber, aquela concernente à *forma geral da proposição* e da linguagem” (IF §65).

Curiosamente, a sequência do texto mostra como Wittgenstein aquiesce à acusação de seu interlocutor, isto é, ele de fato afirma que não procede segundo os pressupostos apresentados e, portanto, não pretende oferecer nada de essencial ou comum aos diferentes tipos de jogos de linguagem que expôs. Além disso, indica que a linguagem faz parte de um processo muito mais complexo e diversificado, e que o que nos permite conceber todos estes processos como linguagem ou parte dela, não é, por exemplo, uma característica comum, mas uma série de parentescos que ora estão presentes, ora estão ausentes.

E isso é verdade. Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra (IF. §65).

Este é o mote para a noção de *semelhanças de família* ser apresentada, e o núcleo da contraposição presente entre os §§65-88. Na medida

em que a insinuação do interlocutor é corroborada,⁶a questão vai ganhando novas dimensões e levam Wittgenstein a desdobrar este aspecto como um dos elementos centrais de sua perspectiva madura. Visto por esse ângulo, o parágrafo 65 poderia ser considerado uma espécie de “introdução” à oposição de Wittgenstein e síntese de uma perspectiva diametralmente oposta à abordagem tradicional da linguagem. O texto, portanto, carrega alguns dos principais elementos que serão explorados adiante.

A primeira característica do parágrafo a ser sublinhada é a de suspensão do compasso das investigações trilhadas até o §64, constatando uma “grande questão” por trás de todo o percurso e relacionando isto a ideia de que o significado e uso de um conceito deve ser precedidos por sua exata explicitação. Desde o início essa característica se atrela à busca pela natureza da linguagem, também ressaltada no texto como o que outrora havia provocado no próprio Wittgenstein grandes dores de cabeça, justamente por ter sido considerado naquele contexto um procedimento filosófico fundamental, e por isso mesmo indispensável.

A interjeição pondera que o direcionamento das reflexões empreendidas até ali deveria levar este fato em consideração, isto é, deveria adotar o pressuposto de que investigar a essência da linguagem é algo preponderante em todo trabalho filosófico que se considera sério, não podendo ser assim tão subestimado, por isso a força da exclamação: “Você simplifica tudo!” (IF §65). É como se o interlocutor imputasse uma espécie de leviandade ao modo como o tema vem se desenvolvendo, uma vez que até o §64 Wittgenstein faz uso de uma série de *jogos de linguagem*, mas em nenhum momento explicita o que é essencial do jogo e, conseqüentemente, da própria linguagem.

Com isso o texto evidencia que um dos principais elementos discutidos entre os §§1-64 é o próprio tratamento dado à significação das palavras ou conceitos, problematizado a partir da concepção agostiniana. Como contraposição aos pressupostos presentes nesta visão particular, Wittgenstein desenvolve os *jogos de linguagem*,⁷ tomados como modelos para chamar a nossa atenção. Em relação ao que propõe

⁶ Veja p.e. a expressão “E isso é verdade”.

⁷ A noção de jogos de linguagem também será discutida no próximo capítulo. De todo modo, adiantamos aqui um pouco dessa concepção e o papel central que ela desempenha na contraposição apresentada por Wittgenstein.

a citação de Agostinho, os jogos de linguagem servem, por exemplo, para problematizar a concepção de que a significação nos remete a um objeto físico e mental, pois, conforme o §1, “onde e como procurar a palavra ‘vermelho’, e o que fazer com a palavra “cinco”?” (§1).⁸

Mas ainda que este seja um elemento fundamental para legitimar o uso dos jogos de linguagem, é preciso dizer também que eles são mais do que um conjunto de histórias capazes de problematizar a suposição de que há referências para todas as palavras, como no caso colocado pelo §1. Como comenta Stern, os jogos de linguagem possuem a grande vantagem de colocar certos pressupostos às claras e, nesse sentido:

Servem como uma espécie de pantomima comportamental, uma apresentação em um palco público daqueles processos mentais que os filósofos com frequência consideraram que devem estar subjacentes à nossa atuação pública: relacionar a palavra “vermelho” com uma imagem mental da cor vermelha, relacionar nomes de numerais com procedimentos imaginários de contagem. Quando estes processos são apresentados como procedimentos públicos, eles parecem bastante sem vida (2012. p.137).

A partir do §65 a contraposição proposta por Wittgenstein enfatizará cada vez mais esse aspecto, ou seja, irá insistir que a consideração dos vários *jogos de linguagem* apresentados não deve ser conduzida pela suposição de que existe um elemento oculto, como a ideia de essência ou algo comum, subjacente ao nosso uso da linguagem. É exatamente em relação a isto que a noção de *semelhanças de família* se apresenta. A diferenciação é que, se comparado com os diálogos precedentes, o §65 é mais direto e exige que as “cartas” sejam colocadas na mesa, que Wittgenstein de fato se posicione em relação ao que ele pretende com a exposição dos *jogos de linguagem*.

⁸ Notemos, por exemplo, o primeiro jogo de linguagem: “Pense agora no seguinte emprego da linguagem: mando alguém fazer compras. Dou-lhe um pedaço de papel, no qual estão os signos: cinco maçãs vermelhas”. Ele leva o papel ao negociante; este abre o caixote sobre o qual encontram-se o signo “maçãs”; depois, procura numa tabela a palavra “vermelho” e encontra na frente desta um modelo da cor; a seguir, enuncia a série dos números cardinais – suponho que a saiba de cor – até a palavra cinco” e para cada numeral tira da caixa uma maçã da cor do modelo” (IF§1).

De certo modo, é como se este parágrafo em particular estivesse indicando um problema que embora atrelado às discussões anteriores, merecesse um tratamento à parte, sobretudo porque delimita o caminho alternativo trilhado por Wittgenstein, marcando o seu reposicionamento em relação aos pressupostos subjacentes à ideia de significação apresentados desde o início do debate.

Para Wittgenstein, por sua vez, isto que parece uma oposição às suas ideias é na verdade o que lhe permite confirmar a falta de apreço por uma perspectiva que situou as palavras em um tipo de “superfície escorregadia”, distante demais dos “atritos” de nosso cotidiano (cf. *IF* §107). Apesar de ter se colocado em outro contexto como um daqueles que mais contribuíram para que isso se desenvolvesse, basta perceber o lugar e a importância que o *Tractatus* e a sua referida “forma geral da proposição” ocupam na filosofia do século XX, Wittgenstein agora simplesmente dispensa este que parece ser um *locus* comum da tradição – e o modo como se porta diante da objeção parece sinalizar nessa direção, pois embora a pergunta seja reconstruída de vários modos, ele não fornece respostas alternativas a cada uma delas, como se pretendesse substituir um argumento por outro melhor.

Na verdade, o problema é simplesmente abandonado, pois os pressupostos que o levam a ser formulado, como por exemplo a ideia de significação segundo o modelo de representação, presente na concepção de Agostinho, ou mesmo no *Tractatus*, não são tomados como anteparo necessário para o uso da linguagem. É, portanto, nesse sentido que as considerações feitas a partir da noção de semelhanças de família caminham cada vez mais para a explicitação do uso por ele mesmo, e não para uma espécie de formulação “teórica”.

Da mesma forma, embora autores como Frege e Ramsey, por exemplo, sejam citados entre os §§65-88, a ideia de que há algo subjacente a essas perspectivas ainda parece ser a principal característica desse recorte, como se o reposicionamento de Wittgenstein em relação à questão impusesse ao seu interlocutor ter que admitir que o que ele apresenta, ao invés de comprometer apenas alguns andares, é capaz de abalar a estrutura de todo o edifício construído a partir desses pressupostos.

A contraposição de Wittgenstein à ideia de que a *essência* ou *algo comum* são indispensáveis para que fenômenos como jogos ou

linguagem tenham alguma unidade, como se fosse em virtude disso que empregamos para todos a mesma palavra, faz com que o típico exercício que perpassa quase toda a história da filosofia seja simplesmente abandonado:

Em vez de indicar algo que é comum a tudo aquilo que chamamos de linguagem, digo que não há uma coisa comum a esses fenômenos, em virtude da qual empregamos para todos a mesma palavra (*IF* §65).

Sua resposta a essa exigência é rigorosamente direta, afirmando que não há nada comum a esses fenômenos, ao menos não nos termos desejados por seu interlocutor. A linguagem é diversa e se usamos para todos os fenômenos que a compõe uma mesma palavra é apenas porque são *aparentados* uns com os outros de muitos modos diferentes, e nada mais. Por causa de seu parentesco, ou parentescos, chamamos a todos de “linguagem”, mas não há nada que nos permita conceber a unidade ou delimitação precisa como algo necessário.

Se o §65 começa exigindo que Wittgenstein seja franco em relação ao modo como ele procede, isto é, qual o objetivo de expor vários *jogos de linguagem* sem explicitar a sua essência ou que há de comum entre eles, o §66 e §67b ataca diretamente o pressuposto de que há uma exigência a ser cumprida antes de empregarmos a todos a mesma palavra. Wittgenstein, então, pede ao seu interlocutor para que ele considere os processos que chamamos de “jogos”, referindo-se aos jogos de tabuleiro, de carta, de bola etc. Feito isso, é como se o texto apontasse dois modos antagônicos de abordar a questão.

O primeiro modo é aquele adotado pelo próprio interlocutor, e diz respeito ao pressuposto que ele carrega quando declara no começo do §65 que ao se enumerar os elementos que caem sob um conceito devemos especificar a sua essência ou o que é comum a todos eles; o segundo, posto por Wittgenstein, segue esse mesmo mote, mas expõe os exemplos e afirma que apesar de todos serem partes de um conceito não há uma essência ou algo comum que justifique isto.

Apenas para ilustrar a questão, poderíamos nos remeter à tradição grega e dizer que no caso de um diálogo platônico, por exemplo, a maneira como Wittgenstein procede causaria a típica e quase maldosa

ironia socrática quando este recebe como resposta não a coisa em si, mas uma série de casos. Em sua réplica à Teeteto, depois do jovem ter lhe fornecido alguns casos particulares como resposta à pergunta “o que é conhecimento?”, Sócrates diz:

Mas o que te perguntei, Teeteto, não foi isso: do que é que há conhecimento, nem quantos conhecimentos particulares pode haver; minha pergunta não visava a enumerá-los um por um; o que desejo saber é o que seja o conhecimento em si mesmo. Será que não me expreso bem? (PLATÃO. *Teeteto*. 146d).

Assim, no contexto das *Investigações*, é como se Wittgenstein se colocasse como um interlocutor de Sócrates e, ao contrário de aceitar os seus pressupostos, que inclusive é o que garante que os diálogos prossigam, simplesmente recusasse a pergunta, pois, como havia escrito em uma passagem de *O Livro Azul*:

Tal como o problema é posto, parece haver algo de errado com o uso comum da palavra “conhecimento”. Parece que não sabemos o que ela significa e que, por consequência, não temos, possivelmente, o direito de a utilizar (1992. p.60).

O percurso trilhado nas *Investigações* segue este mesmo rastro, isto é, de um lado o interlocutor continua sendo um ávido defensor da delimitação conceitual e, de outro, Wittgenstein, apresentando o uso de exemplos como forma de trazer as palavras de volta de seu uso metafísico para o nosso uso cotidiano (IF §116).

A existência de um elemento capaz de oferecer plena unidade aos conceitos, embora seja um pressuposto caro à tradição, ainda assim é um pressuposto e não algo decorrente de nossa investigação sobre a natureza da linguagem, e isto acaba se tornando um dos aspectos mais decisivos para a compreensão da perspectiva de Wittgenstein neste momento, não sendo poucos os que afirmam que a transição entre a sua primeira filosofia e o que é apresentado nas *Investigações* deve ser compreendida a partir desse ponto, pois agora o filósofo de fato assumiu a posição de quem “não tem nada a dizer, mas apenas a mostrar” (MONK. 1995. p.275).

III. BIBLIOGRAFIA

BAKER, G. P. & HACKER, P. M. S. Wittgenstein: Understanding and Meaning, Volume I, II, III of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations. Oxford: Blackwell, 2005.

BAKER, G. P. and HACKER, P.M.S. Scepticism, Rules and Language. Oxford: Basil Blackwell, 1984.

BOUVERESSE, J. La force de la règle. Paris: Les Éditions de Minuit, 1987.

FOGELIN, R. J. Wittgenstein. London: Routledge & Kegan Paul, 1976, 2nd edition 1987.

GLOCK, Hans-Johann. A Wittgenstein Dictionary. Oxford: Blackwell, 1996.

HACKER, P., Insight and Illusion, Revised Edition. Oxford: Clarendon Press, 1986.

HACKER, P.M.S. Wittgenstein: Meaning and Mind, Volume 3 of an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations – Part I - Essays. Oxford: Blackwell, 1990.

HACKER. Wittgenstein's place in twentieth-century analytic philosophy. Oxford: Blackwell, 1996.

KRIPKE, S. Wittgenstein on Rules and Private Language. Oxford: Blackwell, 1982.

McGINN, Colin. Wittgenstein on Meaning. Oxford: Blackwell, 1984.

McGINN, Marie. Wittgenstein and the Philosophical Investigations. London: Routledge, 1997.

STERN, David. Wittgenstein on Mind and Language. New York, Oxford University Press, 1995.

STERN, David. As Investigações Filosóficas de Wittgenstein: uma introdução. São Paulo: Annablume, 2012.

WITTGENSTEIN, L. The Big Typescript, TS 213 / Ludwig Wittgenstein ; edited and translated by C. Grant Luckhardt and Maximilian A. E. Aue. — German–English scholars' ed. 2005.

WITTGENSTEIN, L. The Blue and Brown Books. Oxford: Basil Blackwell, 1998

WITTGENSTEIN, Ludwig. Philosophical Investigations. Translated by G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1997.

WITTGENSTEIN, L. Tractatus logico-philosophicus. trad. Luiz H. L dos Santos. São Paulo: Edusp, 2001.

Da possibilidade de fazer descrições de atos e estados anímicos

Wagner Teles de Oliveira

UEFS

DA POSSIBILIDADE DE FAZER DESCRIÇÕES DE ATOS E ESTADOS ANÍMICOS¹

Os atos e estados anímicos são inocentemente proclamados como um processo misterioso, cuja compreensão plena estamos muito longe de alcançar. Assim, iniciamos os experimentos, sem que tenhamos, à primeira vista, consciência do que o torna misterioso. Tão logo a aplicação de critérios de verificação, no domínio dos atos e estados anímicos, revela-se inadequada pelo menos duas maneiras de contornar as consequências de tal inadequação figuram como a salvação da lavoura. Em primeiro lugar, a explicação dos fenômenos psíquicos a partir dos processos fisiológicos, como se fosse possível a leitura de fenômenos psíquicos em processos cerebrais. Em segundo, a concepção da alma como uma entidade fantasmagórica à qual pertenceriam os atos e estados anímicos à maneira de objetos. Essas duas maneiras de salvar a lavoura, do ponto de vista da reflexão wittgensteiniana, partilhariam a mesma dificuldade, a saber: reduzir o interior ao exterior, como se nos faltassem categorias. Assim, temos, de um lado, a idéia de que a palavra “anímico” designaria algo no corpo; de outro, a idéia de que o que se passa na alma tem o caráter de incomunicável. A

¹ Trata-se de resultados de pesquisa que integra o PRONEX Filosofia e Ciência (CNPq/FAPESB).

dificuldade partilhada por essas duas diferentes perspectivas, além de ter importância capital na incompreensão dos jogos de linguagem para estados psíquicos, tem uma fonte comum. Aos olhos de Wittgenstein, a dificuldade tem sua origem em imaginarmos que uma vivência, como é o caso da dor, como uma coisa, para a qual teríamos naturalmente um nome e cujo conceito deve ser, por isso mesmo, facilmente apreensível.² A facilidade de compreensão do conceito não é mais do que um resultado da redução dos caracteres interiores a sinais exteriores, que caracterizaria a conexão das palavras com as coisas.

O mapeamento feito por Wittgenstein dos conceitos psicológicos volta-se contra a idéia de que a expressão do mundo da consciência seja determinada por caracteres mentais.³ Ao menos esse é o sentido de dar relevo às diferenças gramaticais, além de se tratar de enfatizar o alvo da investigação lógica. A investigação lógica interessa-se pelas relações entre os conceitos e tais caracteres, mas não se trata de compreendê-los como a causa da qual a expressão seria não mais do que o efeito. Trata-se de reconhecer a ordem que estrutura os conceitos psicológicos e que se caracteriza pelas conexões, contrastes e relações de dependências entre eles.⁴ Antes de mais nada, Wittgenstein admite que a árvore genealógica dos conceitos psíquicos a ser feita por uma tal análise não está comprometida com um modelo de exatidão. Isto sobretudo porque a análise pretende sobressaltar as diversas maneiras como os conceitos estão conectados uns aos outros a partir da exploração da maneira como os próprios conceitos funcionam. Não é o caso de conceber uma estrutura e tentar adequá-los a ela. A forma como Wittgenstein compõe o mapa que norteará a sua investigação manifesta a direção que ela deve assumir. Do ponto de vista desse mapa, um importante traço dos verbos psicológicos é que os enunciados em terceira pessoa são baseados na observação, ao passo que os enunciados

² WITTGENSTEIN, Ludwig. MS 169, p. 69v. (As passagens dos *Manuskripte* (MS) e dos *Typoskripte* (TS) de Wittgenstein tem como referência o **Wittgenstein Nachlass**: The Bergen Electronic Edition).

³ A esse respeito, há um capítulo bastante esclarecedor de Joachim Schulte. Cf. "Classifications of Psychological Concepts". In: SCHULTE, Joachim. **Experience and Expression**, p. 24-36.

⁴ Segundo Schulte, é verdade que as observações de Wittgenstein sobre filosofia da psicologia produzem a impressão de que são desordenadas, o que não é senão efeito de não terem sido revisadas. No entanto, não se trata de uma coleção de considerações aleatórias sobre um objeto indefinido. (SCHULTE, Joachim. **Experience and Expression**, p. 34).

na primeira pessoa não poderiam ser baseados da mesma forma.⁵ Em virtude disso, os enunciados em primeira pessoa devem ser compreendidos como exteriorizações do que pode ser expresso pelos conceitos psicológicos, ao passo que os enunciados em terceira pessoa, somente eles, podem ser compreendidos como informativos.⁶

I.

Uma das principais dificuldades concernidas na compreensão dos conceitos psíquicos consiste em tratar os estados mentais como objetos para os quais teríamos nomes. A gênese dessa dificuldade pode ser traduzida pela tentativa de traçar um paralelo entre os fenômenos físicos e os atos de alma. Tal paralelo tem como condição operatória a concepção de significado subjacente ao modelo de linguagem como constituída por duas partes, uma inorgânica, a manipulação com signos; e uma orgânica, a compreensão desses mesmos signos. Por conseguinte, o tratamento dos estados e atos anímicos à maneira como tratamos os fenômenos físicos desemboca numa imagem da alma como um cenário mental constituído pelas referências para palavras psíquicas que, sendo capaz de dotá-las de um sentido. A estratégia adotada por Wittgenstein, com o claro propósito de relativizar esse modelo de linguagem e, conseqüentemente, a concepção de significado que lhe é subjacente, consistirá em substituir todos os atos de alma por processos de olhar para um objeto, “assim como, em vez de se falar para si próprio, poder-se-ia escrever ou falar em voz alta.”⁷ Trata-se de evitar assim a aparência misteriosa do pensamento e dos processos anímicos a partir da substituição de quaisquer influências do espírito pela análise de objetos físicos. Desse modo, tratar o interno a partir de exemplos de coisas exteriores é uma maneira de fazer o significado independer da relação

⁵ “Psychologische Verben charakterisiert dadurch, dass die dritte Person des Präsens durch Beobachtung zu identifizieren ist, die erste Person nicht. Satz in der dritten Person Präsens: Mitteilung, in der ersten Person Präsens Äusserung. ((Stimmt nicht ganz.))” (WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 232, § 63). “Also etwa alle psychologischen Verben ‘Erlebnisverben’. (‘Erlebniskonzepte’) Ihr Charakteristikum ist dies, daß ihre dritte Person auf Grund von Beobachtungen ausgesprochen wird, nicht aber die erste.” (WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1504).

⁶ WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 232, § 147.

⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. The Blue and The Brown Books, p. 4.

entre um enunciado e os conteúdos de consciência que ele veicularia. A principal consequência indesejável desse modelo de linguagem, do ponto de vista de Wittgenstein, é situar o vínculo entre a palavra e o objeto na mente, compreendendo ser de natureza psíquica o mecanismo de associação pelo qual a palavra passa a ser o nome de um objeto. É verdade também, assim nos parece, que muitas outras consequências são igualmente indesejáveis, como é o caso da compreensão do pensamento como uma atividade psicológica misteriosa da qual o único testemunho que nos resta é aquele pálido reflexo dos signos responsáveis por desencadear a atividade mental em que ele consistiria.

A substituição dos atos misteriosos da alma por elementos exteriores ao mundo da consciência tem o propósito de desmontar o modelo de linguagem associado à compreensão dos atos da alma como misteriosos. Tão logo fazemos a substituição, os estados anímicos que supostamente dotariam as palavras de significado parecem perder o seu caráter misterioso. Esse modelo de significado ao qual se associa a concepção dos estados da alma como misteriosos e responsáveis por conferir o sentido das expressões lingüísticas deve subscrever a idéia de que diante da ordem “Traga-me uma flor vermelha” não haveria como executá-la, a menos que tivéssemos a imagem mental correspondente às palavras que a ordem articula. Na ausência da imagem, não seria possível saber qual ação significaria o cumprimento da ordem. Isto quer dizer que a imagem mental, neste caso, funcionaria como modelo que estabelece o domínio de significação das palavras. E não é senão essa a perspectiva subjacente à idéia de que o funcionamento da linguagem sucede-se de processos anímicos. Wittgenstein não negará estado civil ao exercício da imagem mental como modelo de determinação do significado sem a qual não seria possível sequer saber quais ações poderiam corresponder ao cumprimento da ordem. Mesmo porque a relação entre as palavras e as coisas é um aspecto essencial da significação das palavras, sendo tão estranho que a ação em que consiste o cumprimento de uma tal ordem dependesse da comparação da palavra com uma imagem mental quanto se dependesse da comparação com qualquer elemento que funcionasse como modelo contra o qual o significado da ordem se estabelecesse. Em poucas palavras, não é de modo algum essencial que a imagem seja mental. Poder-se-ia,

por exemplo, usar uma tabela que fizesse corresponder nomes a quadros coloridos. E que a natureza mental da imagem não seja essencial quer dizer, dentre outras coisas, que a definição ostensiva não funciona como se os objetos existissem previamente num cenário mental e pudéssemos batizá-los, conferindo-lhes um nome. Por outro lado, considerá-la essencial significa conceber a reflexão como preparação das ações, como se houvesse um hiato entre a enunciação de uma ordem e a ação que a cumpre, no qual se situaria a interpretação da ordem. E não é que não possa haver um tal hiato entre a ordem e o seu cumprimento, é que ele só tem sentido em situações bastante excepcionais. Se, em vez de exceção, ele fosse a regra, então o processo de execução da ordem “imagine uma mancha vermelha” incluiria, como condição preparatória, imaginar uma mancha vermelha que servisse de modelo para a mancha vermelha que nos pediram para imaginar.⁸

O ponto de vista, segundo o qual a compreensão lingüística não poderia prescindir do mecanismo de associação pelo qual se realizaria o significado, tem como conclusão incontornável a idéia de que aquilo que se acrescenta aos signos inertes e sem o que eles não se transformariam em proposições articuladas deve não só possuir propriedades diferentes das dos signos como deve ser de natureza imaterial.⁹ Parece-nos ser essa a perspectiva que ganha corpo a partir da idéia de que o pensamento é o sentido da proposição, sem o qual ela não passaria de algo inteiramente inerte e trivial. Seja como for, o sentido da proposição não pode corresponder ao acréscimo de signos inorgânicos, como se a significação dependesse de um ato desmaterializado de um sujeito. Enfim, ao substituir processos anímicos por processos situados no exterior, como a tabela com amostras de cor, ou o falar para si mesmo pelo falar em voz alta ou por escrever, Wittgenstein desmonta o modelo de significado que consiste em compreendê-lo como resultado da

⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue and The Brown Books*, p. 3.

⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue and The Brown Books*, p. 4: “Frege ridiculed the formalist conception of mathematics by saying that the formalists confused the unimportant thing, the sign, with the important, the meaning. Surely, one wishes to say, mathematics does not treat of dashes on a bit of paper. Frege’s idea could be expressed thus: the propositions of mathematics, if they were just complexes of dashes, would be dead and utterly uninteresting, whereas they obviously have a kind of life. And the same, of course, could be said of any proposition: Without a sense, or without the thought, a proposition would be an utterly dead and trivial thing.”

relação entre sinais exteriores e processos psíquicos. Tal substituição dá margem para pensar a relação entre as regras de uso simbólico e o conjunto de procedimentos de acordo com elas como não mediada pela reflexão. Não haver um hiato entre a enunciação de uma ordem e a sua execução significa que a compreensão das palavras envolve as competências sem as quais a realização das ações, que porventura se sucede delas, não seria possível. Isto não quer dizer que já haja, nesse contexto em que se trata de compreender o significado da questão “O que é o significado?”, lugar para a idéia, tão característica da obra futura de Wittgenstein, do primado das práticas na constituição do sentido. No entanto, a própria maneira de enfrentar a questão “O que é o significado?”, identificando-a com a questão “o que é a explicação do significado de uma palavra?”, faz-nos pensar que a idéia de primado das práticas na constituição do sentido parece ser um desenvolvimento natural da idéia do significado como uso, que está em jogo nessa maneira de enfrentar a questão “O que é o significado?”.¹⁰

A perspectiva desenvolvida a partir dessa forma de conceber o significado é a de que não é algo como uma esfera oculta e que acompanha os enunciados que lhes confere sentido. Ao contrário, o sentido dos enunciados é constituído no interior da própria linguagem à qual eles pertencem. O ponto de determinação do significado é assim deslocado para o exterior, o que quer dizer que deve ser compreendido como instituído no interior da própria gramática à qual pertence a palavra. Assim,

10 É claro que, em se tratando do *Livro Azul*, está mais em jogo a definição do que seja um problema filosófico do que uma terapia da concepção de significado subjacente à compreensão dos estados psíquicos como inapreensíveis pela linguagem. Com isso, entretanto, não pretendemos subscrever a perspectiva de Rush Rhees segundo a qual, no *Livro Azul*, a origem da metafísica não se encontra em algo relacionado especificamente com a linguagem, ao contrário do que se passa nas *Investigações*, na medida em que o alvo do *Livro Azul* é a distinção entre filosofia e ciência. Isto não quer dizer, no entanto, que discordemos da idéia de que a visão de Wittgenstein a respeito da perplexidade característica de um problema filosófico esteja mais clara nas *Investigações*. (RHEES, Rush, “Prefácio”, In: **The Blue and The Brown Books**, p. x-xi). A despeito de a visão de Wittgenstein acerca da natureza dos problemas filosóficos não estar tão clara no *Livro Azul* quanto nas *Investigações*, naquele a perplexidade que caracteriza as questões filosóficas é um efeito “do uso mistificador da linguagem” (*mystifying use of our language*), tal como o será futuramente nas *Investigações*: “And when we are worried about the nature of thinking, the puzzlement which we wrongly interpret to be one about the nature of a medium is a puzzlement caused by the mystifying use of our language. This kind of mistake recurs again and again in philosophy”. (WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and The Brown Books**, p. 6.)

pode-se dizer, seja o que for que acompanhe a enunciação de uma proposição, isto deve significar não mais do que um outro signo. De acordo com esse espírito, a recomendação wittgensteiniana de substituição da pergunta pelo significado pela pergunta pelo uso tem como um de seus principais efeitos evitar a identificação do significado de uma palavra com o objeto ao qual essa mesma palavra vincula-se nos jogos de linguagem. Uma tal identificação compreenderia a fonte de enganos encerrada pela concepção mentalista do significado: procurar pelo uso, como se ele fosse um objeto correlato ao signo.¹¹ Do ponto de vista dessa concepção de significado, o caráter peculiar do pensamento seria atribuído aos processos mentais que o engendram. Uma vez que esses processos se mantêm ocultos, porque concebíveis somente na mente, então o pensamento e os estados psicológicos apresentar-se-iam como tendo natureza enigmática. Para Wittgenstein, tudo se passa como se não fossemos capazes de captar as causas situadas na mente e das quais o pensamento e os estados psíquicos não seriam mais do que um efeito, mas, na verdade, a pretensão de captar os mecanismos que supostamente engendrariam o pensamento é mais um resultado das confusões conceituais, cuja fonte seria a concepção dos estados psíquicos como coisas para quais devemos ter um nome. Aqui, as observações de Wittgenstein, mais do que erigir uma perspectiva diametralmente oposta a essa, compreendem a relativização dessa perspectiva. Em poucas palavras, tal relativização, sobre a qual tanto insistimos, nesse caso, consiste em compreender a questão como um típico resultado de uma confusão gramatical por oposição ao que se traduziria como um problema científico, reiterando a diferença entre filosofia e ciência. Nada nos impediria de tratá-la à maneira científica. Assim, por exemplo, poder-se-ia ter, como resultado de investigações psicológicas, a construção de um modelo de mente capaz de desvendar eventuais laços causais entre o pensamento e os mecanismos psíquicos que o engendram. Os problemas que a aplicação de um tal modelo estaria em condições de levantar são, todos eles, problemas psicológicos, na mesma medida em que o método em questão é aquele mesmo das ciências naturais.¹² Desta forma, compreender a questão como uma característica confusão gramatical significa, dentre outras coisas, fazê-la prescindir de explicações causais.

¹¹ WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and The Brown Books**, p. 5.

¹² WITTGENSTEIN, Ludwig. **The Blue and The Brown Books**, p. 6.

Feito isso, a perplexidade característica da interrogação a respeito da natureza do pensamento e dos estados mentais passa a significar o efeito do uso mistificador da linguagem, e não um efeito da natureza da mente, concebida como agente mediador entre as palavras e as coisas. A mente concebida dessa maneira seria característica da pergunta pelas eventuais conexões causais entre os sinais em que se manifestaria o pensamento e os mecanismos anímicos responsáveis por engendrá-lo. Compreender o significado como uso compreende uma maneira de reformular a questão acerca do significado, de modo que, ao deixar de compreendê-lo como uma coisa cujo desenvolvimento depende da operação de mecanismos mentais, evita-se a compreensão de que o significado seria determinado por entidades que se ocultam à observação e que, como tais, vemos do exterior mas que nosso olhar não estaria em condições de penetrar. Com efeito, o deslocamento em que consiste a relativização dessa concepção de significado parece tornar possível conceber o pensamento como consistindo, no essencial, pela operação simbólica por oposição à forma de concebê-lo, tributária daquela concepção de significado, como uma atividade mental, assim como parece assinalar a perspectiva segundo a qual os estados mentais devem tornar-se inteligíveis a partir de sua manifestação no exterior.

Conceber o significado como uso é uma maneira de destituir o caráter misterioso do pensamento e dos estados mentais que resulta daquela concepção de significado. Essa concepção de significado seria o ponto de partida da tentativa de explicar a relação das palavras com os mecanismos psíquicos pela apresentação das conexões causais entre os caracteres concernidos no mundo da consciência e os seus sinais exteriores.¹³ A relativização da concepção de significado como a coisa à qual a palavra se refere tem como principal componente a ideia de que o significado das palavras é determinado pela maneira como as empregamos, de tal sorte que os critérios de correção devem ser determinados pela sua conformidade com as práticas de uso. Dentre outros propósitos, a ideia de que o significado é o uso consiste num importante remédio contra o desejo de generalidade no qual parece ter origem problemas filosóficos relativos aos conceitos psíquicos. Assim, por exemplo, o modelo referencialista do significado mostra-se

¹³ STROUD, Barry, "Mind, Meaning, and Practice", p. 304.

de consequências nefastas quando aplicado ao domínio dos estados psíquicos. É verdade também que isto não quer dizer que Wittgenstein subscreveria um tal modelo desde que ele fosse aplicado ao mundo físico. Afinal, desde que tal modelo consista em compreender o significado de uma palavra como sendo o objeto ao qual ela se refere, ele deve colidir frontalmente com a compreensão diretamente associada à idéia de significado como uso de que o vínculo entre palavra e objeto é uma instituição gramatical, que funciona como condição operatória dos jogos de linguagem nos quais determinada palavra tem lugar. Em certo sentido, um tal modelo se mostraria também inadequado em relação às expressões para o mundo físico, mas porque se situa na gênese de uma concepção de linguagem que consiste em reduzi-la a um vasto conjunto de descrições. Dito assim, um tal modelo de significado seria inadequado tanto ao domínio dos estados da alma como ao domínio dos objetos físicos; e pela mesma razão. No entanto, as conseqüências da aplicação de um tal modelo de significado ao domínio dos estados de alma devem ser diferentes daquelas relativas à sua aplicação ao domínio dos objetos físicos. Por exemplo, em virtude de o campo dos objetos físicos compreender a possibilidade de verificação dos estados de coisas que os enunciados representam. Assim, a despeito de em ambas as modalidades de jogos o vínculo entre palavra e coisa estabelecer-se no interior da gramática, o que significa que os critérios de correção do entendimento e de aplicação das expressões são instituídos nas práticas de uso, não dissolvemos a suspeita a respeito da veracidade da expressão de um estado psíquico da mesma maneira que poderíamos resolver a dúvida a respeito da verdade de um enunciado sobre objetos físicos. Não decidimos pois se uma expressão de dor é sincera ou não segundo os mesmos critérios que tornam possível decidir se há ou não três bolas amarelas numa sala, o que é, no mínimo, sinal de que o padrão de verificação não pode ser o mesmo, na exata medida em que se trata de jogos de linguagem diferentes.

A partir da concepção de significado com uso, Wittgenstein nota que aquilo que é relevante à significação de uma expressão qualquer pertence ao próprio jogo de linguagem no qual ela se insere. Seja lá o que for relevante ao sentido, fatos do mundo, intenções, expectativas, atos anímicos, práticas simbólicas e não simbólicas, deve constituir-se

na gramática cujas regras determinam a margem de liberdade de uso das palavras e das ações. Em sendo assim, o combate à aplicação do modelo de significado referencialista, no contexto dos estados psíquicos, representa um importante componente de afirmação da autonomia da gramática. Afinal de contas, as descrições dos estados psicológicos, dado seu caráter oculto, são pródigas em suscitar a idéia de que o sentido linguístico é inapreensível, uma vez que os estados de coisas descritos significam uma importante peça na constituição do sentido. Por um lado, o combate ao modelo referencialista, no contexto da análise das expressões para estados psíquicos, significa que uma palavra não se torna a palavra para um objeto por meio de um mecanismo de associação exterior à gramática na qual tal palavra tem lugar, de tal forma que não seria o objeto, considerado estritamente, que dota a palavra de um significado. Salvaguardadas as diferenças, essa crítica ao modelo referencialista vale tanto no que respeita aos jogos de linguagem dos conceitos psíquicos como no que respeita aos jogos de linguagem que concernem às expressões sobre o mundo físico. Por outro lado, o combate ao modelo referencialista significa que os estados e atos da alma não podem ser tratados exatamente à maneira como tratamos objetos físicos. Afinal de contas, um importante aspecto dos objetos físicos é o fato de que não os observamos com o propósito de alterá-los, pois não é outra coisa o que se significa com a idéia de independência dos objetos em relação à percepção. Do ponto de vista gramatical, em razão do caráter inobservável dos estados anímicos, eles não podem ser considerados como objetos.¹⁴ Assim, a caráter inobservável dos estados anímicos, considerado por Wittgenstein a contrapelo daquele exercido pelos objetos físicos, remonta ao reconhecimento de diferenças entre os jogos de linguagem nos quais objetos físicos ou estados mentais tem relevância. O caráter inobservável dum domínio contraposto à natureza observável de outro deve traduzir-se na diferença entre os papéis que um e outro podem exercer nos jogos de linguagem.

II.

Tudo se passa como se a vida anímica dos homens não se deixasse descrever. O caráter inapreensível da vida anímica seria um re-

¹⁴ WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1751.

sultado do quanto ela tem de extraordinariamente complicada e do fato de ela constituir-se por um gênero de experiência que não se deixa capturar por meio de descrições. As coisas se passariam assim em virtude de a vida anímica “assemelhar-se, em grande medida, a uma formação de nuvens coloridas na qual cada forma é a passagem para outras formas, para outras transições”, de tal sorte que as descrições dos estados anímicos seriam incapazes de captá-los no que eles têm de singular, apreendendo-os apenas em seus aspectos mais gerais.¹⁵ Wittgenstein não nega que a vida anímica possa caracterizar-se por uma tal dinâmica, apenas faz notar que, apesar do caráter aparentemente indeterminado dos estados anímicos, continuamos a elaborar descrições da vida anímica. A dificuldade, aqui, é esclarecer como devem ser compreendidas as descrições de um domínio cuja natureza parece significar um obstáculo incontornável à descrição. A fonte dessa dificuldade não é outra senão a subordinação dos jogos de linguagem em que tem lugar descrições relativas à vida anímica a um modelo de exatidão e de descrição contrabandeado dos jogos de linguagem no qual estão concernidas as descrições sobre o mundo físico.¹⁶

É verdade que a resposta de Wittgenstein à compreensão de que a vida anímica seria constituída por uma modalidade de experiência que não se deixa capturar por descrições, consiste em dizer que, a despeito da natureza da vida anímica, continuamos a descrevê-la. Essa resposta tem o mesmo sentido da observação diante da constatação das razões por que, em última análise, os enunciados que pretendem descrever os estados e atos anímicos não descreveriam objetos, a saber: que, a despeito disso, continuamos a chamar os enunciados sobre atos e estados anímicos de descrições. Por isso mesmo, a dificuldade é como compreender o conceito de descrição aplicado a um contexto no qual não parece haver lugar para descrições. A dificuldade, aqui, tem a forma “a vida anímica não se deixa descrever e, no entanto, eu a descrevo”. Ao notar o contrabando do modelo de exatidão que se pretende aplicar no terreno dos conceitos psíquicos, Wittgenstein parece subscrever a aplicação de um tal modelo como característica da confusão entre o mundo da consciência e o mundo físico. Esse modelo de exatidão parece perfeitamente aplicável ao domínio dos conceitos psíquicos, na medida em que se com-

¹⁵ WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1746.

¹⁶ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1747.

preende que a descrição da vida anímica consiste na descrição de objetos. Nesse sentido, a relativização da aplicação de um tal modelo deve começar pela consideração de que “a descrição da vivência não descreve um objeto”, embora nada impeça que a descrição de uma vivência sirva-se de objetos.¹⁷ E se a relativização deve começar por aí, é em razão de a aplicação de um tal modelo de exatidão teria como resultado capital a idéia de que os conteúdos de consciência são ocultos à observação alheia e, por isso, não seria possível ter certeza acerca dos enunciados que os exprimem. A consideração de que a descrição da vida anímica não compreende a descrição de objetos significa que o resultado da aplicação de um modelo de exatidão contrabandeado do domínio dos jogos de linguagem sobre objetos físicos não poderia ser outro, pois um tal resultado é o efeito da aplicação de critérios de correção inapropriados ao domínio dos conceitos anímicos.

A compreensão dos conceitos anímicos não pode prescindir da gramática cujas regras determinam os usos possíveis desses mesmos conceitos. Assim, ao reportar o sentido dos enunciados dos estados e atos da alma às práticas nas quais a gramática que determina os usos dos enunciados é instituída, Wittgenstein pode identificar o amestramento relativo ao uso de descrições da vida anímica ao aprendizado das descrições de objetos físicos. Aprendemos o jogo de descrição de objetos e, com isto, aprendemos a descrever a vida anímica, mas a descrevemos num outro sentido. Em outras palavras, não fazemos descrições de atos e estados da alma no mesmo sentido em que descrevemos objetos físicos.¹⁸ E que “descrição” não tenha, em ambos os casos, o mesmo sentido parece ter como razão o caráter inobservável da vida anímica. A estratégia de Wittgenstein, também aqui, consiste em situar a diferença de sentido na gramática. Tanto é assim que, depois de estabelecer que não é possível a observação de estados anímicos em virtude de as vivências não constituírem objetos de observação, Wittgenstein assinala que uma tal impossibilidade só pode ser de natureza gramatical.¹⁹ A dificuldade então concernida na idéia de que fazemos descrições da vida anímica, ao passo que, segundo a própria gramática dos conceitos psíquicos, devemos admitir que a vida anímica não se deixaria descrever,

¹⁷ WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1748.

¹⁸ WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1749.

¹⁹ WITTGENSTEIN, Ludwig. TS 229, § 1752.

só pode ser resolvida a partir da consideração de que, a despeito disso, continuamos a chamar de descrição da vida anímica os enunciados que pretendem exprimir estados e atos da alma. Resolver a dificuldade dessa maneira é mais um sinal de que a compreensão dos conceitos psíquicos deve reportar-se à maneira como utilizamos as expressões da vida anímica. Nessa medida, a diferença entre o sentido das descrições de objetos e as descrições da vida psicológica deve ser entendida como situada no plano dos jogos de linguagem e não dos próprios fenômenos, o que não quer dizer, é claro, que não haja diferenças no plano dos fenômenos. Mesmo porque a existência de diferenças no âmbito dos fenômenos só poderia ser reconhecida no lugar em que ela é traçada: no plano da gramática que torna possível a elaboração de enunciados com sentido a respeito desses mesmos fenômenos, pois a diferença concerne ao modo de apresentação das coisas e não às próprias coisas.²⁰ A aplicação do modelo referencialista ao domínio dos conceitos psíquicos envolveria, por essa perspectiva, a desconsideração de que a vida anímica é descrita num outro sentido em que compreendemos um relato sobre objetos como descrições do mundo físico.

Os prejuízos à compreensão produzidos pela aplicação indistinta do conceito de descrição resultam muito menos da idéia de que descrevemos estados anímicos do que da idéia de que os descrevemos à maneira como fazemos descrições de objetos. Com o propósito de evitar que o sentido dos enunciados seja situado no âmbito secreto da alma, Wittgenstein não recusará o caráter de secreto ao que se passa na alma, tampouco subscreve a idéia de que, em razão desse caráter, a descrição da vida da alma não seja possível, a menos que se entenda por descrição uma apresentação geral daquilo cuja produção tem forte marca subjetiva. De tal forma que os enunciados sobre as vivências sempre deixariam algo por dizer, mas que não poderia ser captado por palavras cuja feição é a de uma generalidade. Não se vê negado assim o caráter subjetivo que marca a vida anímica, afinal o alvo da análise gramatical de Wittgenstein, nesse ponto, é a idéia de que tal caráter assinalaria a impossibilidade de descrição do que se passa na alma. Agora, articular o caráter subjetivo da vida anímica com a possibilidade de descrevê-la quer dizer que Wittgenstein não nega a marca

²⁰ Cf. WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*, § 50.

subjetiva dos caracteres da alma, mas, em igual medida, não subscreve o que parece ser a consequência mais natural da afirmação de uma tal marca subjetiva: o que se passa na vida anímica não poderia ganhar expressão em descrições. O título de descrições para os enunciados sobre estados da alma, que Wittgenstein, de modo algum, recusa conceder-lhes, torna-se possível mediante a relativização do conceito de descrição, visto que a descrição do estado psíquico não descreve um objeto. No entanto, o que permite que não seja recusado o título de descrições para os enunciados sobre estados da alma é exatamente o que vale tanto para descrições desses estados quanto para descrições de objetos: as condições de sentido do discurso são, elas mesmas, lingüísticas. Isto quer dizer que tudo o que possa ser relevante à compreensão dos enunciados sobre objetos pertence aos jogos de linguagem que se constituem não à revelia das próprias coisas, mas cujos elementos, que possibilitam o seu funcionamento, devem preservar uma certa autonomia em relação às próprias coisas. A concepção correlata a essa, aplicada ao âmbito dos conceitos psíquicos, significa que tudo o que é relevante à compreensão das manifestações da vida anímica pode ser dito, na medida em que o que é relevante deve pertencer à linguagem. Com feito, se o que chamamos de descrição de uma vivência só pode significar uma descrição da vivência em seus caracteres mais gerais, seja como for, o que se deixa dizer por meio da descrição deve ser mais do que necessário, suficiente à compreensão da descrição. Quanto ao que a descrição deixa para trás por ser incapaz de capturar deve ser subscrito, de maneira geral, na categoria de irrelevante à compreensão. A analogia entre a descrição das vivências e a descrição de objetos é enganadora exatamente por retirar da vida anímica o acento subjetivo cujo sinal é o caráter intrinsecamente indeterminado de certos usos das expressões psicológicas. É verdade que Wittgenstein não compreende ser essa vagueza uma marca reconhecível unicamente nos conceitos psíquicos.²¹ No entanto, compreender as expressões para estados da alma como descrições, a despeito do caráter desses mesmos estados, torna-se possível somente na medida em que o conceito de exatidão aplicado ao âmbito dessas descrições é tão diferente do conceito de exatidão aplicado ao âmbito das descrições de objetos quanto o pró-

²¹ Cf. MORENO, Arley. "Conhecimento e Certeza? Em direção a uma epistemologia do uso", p. 21-24.

prio conceito de descrição. Assim, as descrições do mundo da consciência nem são indeterminadas a ponto de tornar impossível a sua compreensão, nem tampouco seriam exatas à medida como podem ser descrições de objetos.

Uma gramática dos estados psíquicos construída segundo o modelo referencialista do significado não pode senão destinar ao objeto um papel irrelevante na expressão dos estados psíquicos. Isto porque, como já vimos, a descrição de uma vivência não descreve exatamente um objeto, como se, ao nomear uma sensação, estivéssemos nomeando um algo que a palavra nomeadora deve doravante substituir. Além disso, uma gramática construída assim, por fundar-se no contrabando do conceito de descrição e de exatidão característicos dos jogos de linguagem concernentes a objetos físicos, compreende ser a relação entre um conceito psíquico e os estados anímicos como a relação entre um conceito e o conjunto de objetos pertencentes ao domínio de significação do conceito. Desse modo, as palavras das quais se compõem as descrições da vida anímica só poderiam mesmo ter o caráter de gerais, o que quer dizer que jamais lograriam compor enunciados que significassem uma descrição por serem incapazes de exprimir os caracteres que realizam as peculiaridades subjetivas da vida anímica. Por essa perspectiva, a aplicação do modelo de exatidão característico dos jogos de descrição de objetos físicos traduziria uma exigência estranha ao domínio dos conceitos psíquicos e da qual parece resultar inevitável a incerteza como essencial às expressões psicológicas. Afinal, desse ponto de vista, tanto faz a ausência de referência ou o caráter inobservável das vivências, pois, seja como for, faltar-nos-iam critérios segundo os quais discernir o uso correto do uso incorreto das palavras, assim como não haveria critérios com que distinguir as situações nas quais a certeza é perfeitamente aplicável daquelas em que a dúvida sensata é possível.

Ao relativizar tanto o conceito de descrição como o de exatidão, Wittgenstein pretende mostrar então como a expressão para um estado psíquico pode ser compreendida sem abdicar do caráter subjetivo. Tanto a ênfase no caráter subjetivo da vida anímica a ponto de concebê-la como inexprimível como a negação de existência dos estados psíquicos parecem procedimentos distintos a ter uma consequência comum, a de que a vida anímica não se deixa dizer. A consequência

comum, por sua vez, parece ser sinal de que ambos os procedimentos consistem na aplicação dos conceitos de descrição e de exatidão, em certa medida, característicos dos enunciados sobre objetos, e com base nos quais é construída a concepção de linguagem como reduzida ao trabalho de descrição. A associação entre os conceitos psíquicos e as manifestações naturais dos estados da alma, compreendida por Wittgenstein como essencial à relação dos conceitos psicológicos com os estados e atos da alma, permite que a análise wittgensteiniana da gramática das sensações destine um lugar no domínio do significativo às expressões psicológicas que não significa a subtração do que tais expressões têm de peculiar. Por outro lado, isto parece ser tudo o que uma linguagem subordinada ao modelo referencialista, de acordo com a própria análise wittgensteiniana, mostra-se incapaz de fazer, de modo que haver uma conseqüência comum entre o procedimento que consiste em situar o ponto de determinação dos conceitos psíquicos na consciência e o que consiste em negar a existência de uma referência para esses mesmos conceitos significa que ambos pretendem, cada um à sua maneira, compreender a vida anímica com base na analogia com o mundo físico. É verdade que, enquanto construção de gramáticas das sensações, ambos fracassam por razões diferentes, mas também é verdade que, se o que se desenvolve a partir da gênese dos dois procedimentos não coincide, por outro lado, disso não decorre que a gênese não seja comum.

REFERÊNCIAS

- MORENO, Arley R. *Wittgenstien: Apontamentos sobre uma epistemologia do uso*. Salvador: Quarteto Editora, 2013.
- MORENO, Arley. "Conhecimento e Certeza? Em direção a uma epistemologia do uso". In: MORENO, Arley R. (org.). *Wittgenstein: Certeza?* Campinas: UNICAMP, 2010.
- SALLES, João Carlos. *O Cético e o Enxadrista: Significação e Experiência em Wittgenstein*. Salvador: Quarteto Editora, 2013.
- SCHULTE, Joachim. *Experience and Expression: Wittgenstein's Philosophy of Psychology*. Oxford: Clarendon Press, 2003.

STROUD, B. "Mind, Meaning, and Practice". In: SLUGA, Hans & STERN, David. *The Cambridge Companion to Wittgenstein*. Cambridge University Press, 1996, p. 442-476.

TUGEDNHAT, Ernest. *Lições Introdutórias à Filosofia Analítica da Linguagem*. Ijuí: Editora Unijuí, 2006.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Wittgenstein Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, Oxford: Oxford University Press, 2000.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *Philosophical Investigations*. Oxford: Basil Blackwell, 1999.

WITTGENSTEIN, Ludwig. *The Blue and The Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 1998.

Necessidade e pragmática no segundo Wittgenstein

André de Jesus Nascimento

Universidade Federal da Bahia

O anti-realismo é quase um lugar-comum quando se procura esclarecer o estatuto das reflexões sobre a filosofia da matemática no segundo Wittgenstein. Como indica o caráter negativo da expressão, trata-se de uma perspectiva cuja identidade nasce em meio a recusas. Por um lado, a crítica dirigida ao realismo de Frege e do jovem Russell; por outro, o distanciamento em relação a um certo convencionalismo. Neste retrato em negativo em que se opera uma dupla recusa, nada se diz dos aspectos positivos de seu posicionamento. Ainda aqui, tão importante quanto assinalar o simultâneo distanciamento, é reconhecer seu caráter assimétrico. Pois é certo que a censura ao realismo realizar-se de uma perspectiva convencionalista, sendo preciso esclarecer o seu sentido.

O que se trata de criticar no realismo de Frege e do jovem Russell? Marcada pelo reconhecimento do caráter eminentemente convencional da necessidade – seja ela matemática ou não –, a posição de Wittgenstein residiria na crítica à compreensão das proposições necessárias como expressões assentadas na representação de aspectos essenciais da realidade. Enquanto crítica ao realismo, caberia então recusar a tese segundo a qual proposições necessárias descreveriam supostos aspectos essenciais da realidade e cuja descoberta caberia a uma ciência revelar. É isto o que faz a lógica – ao menos tal como a compreende o realismo. Pois se deve ser chamada de ciência, é pelo trabalho de descoberta dos fatos, vale dizer, pela elaboração uma teoria das pro-

priedades mais universais da realidade. Tal como a zoologia, numa descrição rudimentar, resume-se à ciência dos animais, a biologia à ciência dos seres vivos, a lógica, grau máximo da abstração, deixa-se descrever como ciência de todas as coisas, vale dizer, ciência do ser em geral.¹ E é precisamente a esta concepção da lógica enquanto ciência da totalidade das coisas, descrição de supostos objetos em absoluto, que a alternativa convencionalista irá endereçar sua crítica. A lógica, afinal, não trata senão da maneira como nos expressamos acerca dos objetos. A certeza ou validade universal de suas proposições deriva de certos acordos linguísticos elaborados por nós. A necessidade enraíza-se em solo contingente. Não são portanto nas descrições, mas nos acordos relativos ao uso dos símbolos para descrição, que reside a natureza necessária de tais proposições. Por oposição ao realismo de Frege e do jovem Russell, tratar-se-ia de defender uma concepção linguística de necessidade; a contrapelo da compreensão ontológica da necessidade, caberia insistir em sua natureza eminentemente convencional – convenções cujos resultados se expressam na linguagem.

No que diz respeito a essas questões, o que se pode em geral dizer a respeito da lógica pode-se também dizer acerca da matemática. A toda proposição empírica cabe a possibilidade de sua verdade e a possibilidade de sua falsidade. Considerada à luz das regras do simbolismo a que pertence, a verdade dessas proposições resultam de processos de justificação envolvendo critérios cuja aplicação exige mais que o mero exercício da capacidade de compreender a linguagem em que a proposição se formula. Isso, porém, não acontece no caso das proposições matemáticas, em que a definição dos critérios de asserção legítima de suas proposições já contém os resultados de todas as aplicações possíveis desses critérios.

O estatuto necessário das expressões matemáticas residem na expressão de convenções sobre nosso modo de manipulação simbólica. Em outras palavras, as verdades necessárias são consequências dos acordos adotados quanto ao uso de determinados símbolos – tal

¹ O realismo que aqui apresentamos corresponde à descrição fornecida por Hans Hahn em seu *Logic, Mathematic and Knowledge of Nature*. (In: AYER, Alfred (Ed.). *Logical Positivism*. Green Wood Press, 1978.) Não pretendemos, com isso, descrever a posição de Frege e, desse modo, estamos desinteressados na eventual fidelidade da descrição – que de resto acreditamos equivocar-se em alguns aspectos. Importa, contudo, compreender o adversário do convencionalista a fim de melhor esclarecer suas opções teóricas.

como as constantes lógicas e os símbolos matemáticos. Proposições matemáticas, nesse contexto, são nada mais que tautologias, expressões destituídas de conteúdo cognitivo, vazias em sua dimensão informativa. Mas se é assim, qual a função desempenhada por esse conjunto de atividades aparentemente ociosas que denominamos de lógica e de matemática? Uma vez excluído como propósito da atividade simbólica de lógicos e matemáticos a representação de propriedades e relações instituídas num conjunto de coisas que existem, possuem propriedades e mantêm entre si relações independentemente do fato de serem simbolicamente representadas e do modo como são simbolicamente representadas, o que lhes resta?

Sabemos como o convencionalismo responde a essa questão. Se não cabe às expressões lógicas e matemáticas a veiculação de informações acerca da realidade ou de quaisquer objetos, é porque elas se prestam antes a revelar implicações contidas em um determinado uso linguístico. A função da lógica, tanto quanto da matemática, consiste em explicitar tudo o que está implicitamente asserido ao estabelecermos determinadas convenções. Carecemos da lógica e da matemática, pois as transformações tautológicas, ainda que vazias, explicitam as implicações inscritas e não percebidas em nossos acordos mais elementares. “ $3 \times 4 = 2 \times 6$ ” não é uma proposição verdadeira em virtude de representar um suposto fato matemático, cuja realidade consiste em ser ela um dado independente do fato de ser simbolicamente representada e da maneira como é efetivamente representada. Tudo se passa de tal maneira que as definições recursivas da relação de sucessão e da operação de multiplicação já contivessem o necessário para a fundamentação da correção de “ $2 \times 3 = 6$ ” e da incorreção de “ $2 \times 3 = 5$ ”. Em outras palavras, uma vez determinado as regras de manipulação simbólica, tudo se passa como se as regras antecipassem seus casos de aplicação futura.

Se proposições necessárias resultam do estabelecimento de convenções, resta que as consequências delas se seguem não são objeto de escolha. Assim, num exemplo, se o significado da operação simbólica que designamos por “multiplicação” radica nos *acordos livremente estabelecidos* acerca das regras para o uso desta expressão – e não na descrição de uma operação cuja existência independe de nossos acordos –, *não estamos livres*, por isso, para decidir as consequências que

envolvem o uso desta mesma expressão. Agora, é preciso reconhecer a dupla raiz da necessidade: os axiomas de que partem as provas matemáticas são necessários na medida em que consistem na expressão imediata de convenções linguísticas; os teoremas, por consistirem na consequência mediada das convenções linguísticas imediatas expressas pelos axiomas.

O papel conceitual de um ser onisciente desempenha uma função relevante nesse contexto, explicando o interesse pela matemática. Todo cálculo cumpre uma função para seres limitados como nós. Fôssemos oniscientes, dispensaríamos a matemática – caso em que imediatamente reconheceríamos, com independência da remissão a algum cálculo, que proposições necessariamente se seguem das convenções adotadas por nós quanto ao uso dos símbolos matemáticos.

Ocorre que o recurso às convenções não explica as consequências que delas resultam. E é neste ponto que o convencionalismo compartilha uma tese tipicamente realista. Se Deus dispensa a matemática, é porque jamais se afastou a possibilidade de um ponto de vista exterior às práticas (lógicas ou matemáticas) a partir do qual seria possível medir sua correção – comparando-as com objetos cuja vigência independe dos meios de sua expressão. Dadas as definições recursivas da relação de sucessão e da operação de multiplicação, a força coerciva da regra nos obriga, com a força da necessidade, ao reconhecimento da correção de “ $2 \times 3 = 6$ ” e da incorreção de “ $2 \times 3 = 5$ ”. Se o convencionalista compreende os acordos como a fonte da necessidade, resta que as consequências de nossos acordos independe inteiramente de nós, permanecendo possível a correção de seus resultados segundo critérios exteriores às nossas práticas de manipulação simbólica. E é precisamente neste ponto que realistas e convencionalistas afastam-se (igualmente) de Wittgenstein. Pois ambos recusam a ideia de sabermos “tanto quanto Deus em matemática” (LFM, p.104). Qual o significado e consequência filosófica desta afirmação?

À primeira vista, a posição wittgensteiniana estaria marcada pelo reconhecimento do caráter radicalmente convencional da necessidade. Wittgenstein seria, neste contexto, responsável pela condução do convencionalismo às últimas consequências filosóficas, representante incontestado de um certo convencionalismo puro-sangue – *full-blooded*

conventionalism, para nos valermos de uma expressão de Michael Dummett. Dito isto, cumpre reconhecer que é o próprio Wittgenstein quem assim se exprime. Afinal, à “*profundidade* da essência corresponde a *profunda* necessidade de convenção” (BGM I, 74).

Segundo esta leitura, o segundo Wittgenstein escapa da dificuldade que sofre os convencionalistas. Mas o faz na medida em afirma serem todas as proposições necessárias diretamente estabelecidas por nossos acordos. Tanto os axiomas quanto os teoremas são resultados de convenções. A adoção de convenções linguísticas expressas pelos axiomas não determinaria, de antemão e com independência de nossos acordos, a verdade do teorema que delas se segue. É assim que, entre a regra e os casos futuros de sua aplicação, a relação é externa. Dado que os critérios de correção da aplicação da regra não se forjam com independência do uso efetivo de nossas manipulações simbólicas, pode-se dizer que Deus sabe tanto quanto nós em matemática.

Se a versão radical de um convencionalismo explica a necessidade em todas as suas dimensões, ele não escapa à dificuldade de esclarecer aquilo que torna possível a comunicação e que, aliás, parece desde então ser pulverizada na sua multiplicidade. Agora, é a ideia de correção, de aplicação correta das regras, que perde seu sentido. Como reconhecer a maneira pela qual interlocutor compreende o sentido de um enunciado seja ele qual for? A rigor, tudo é possível, pois a uniformidade da aplicação das regras deu lugar a uma multiplicidade cujos casos contrários são igualmente legítimos. Sabe-se contudo que Wittgenstein não abandona a noção de correção. Assim, se a compreensão da regra não contém seus casos de aplicação futura, se a relação entre regra e aplicação da regra é externa, será preciso compreender o sentido da exterioridade dessa relação.

Entre a elaboração simbólica da regra e seus casos de aplicação correta, a relação é externa, visto que mediada por convenções semânticas que conferem significação aos seus símbolos constituintes. É certo que ao aplicar uma regra, sua própria elaboração é tomada como objeto de comparação. Ocorre, no entanto, que todo objeto de comparação pode ser aplicado de diferentes maneiras, segundo diferentes modos de aplicação – uma exterioridade cuja referência a componentes pragmáticos servirá, em Wittgenstein, como dissolução. Assim, a compre-

ensão da regra envolve compreender sua aplicação, mas isso de tal modo que é a *aplicação particular* da regra aquilo que a constitui. Frente ao resultado paradoxal, importa notar que se trata de um problema cuja dissolução encontra-se no recurso aos componentes pragmáticos e cuja tarefa filosófica consiste em descrever.

É assim que a solução das dificuldades suscitadas pela necessidade relacionam-se com o recurso à pragmática, pois é no interior de nossas práticas que se tecem os critérios e padrões de aplicação de nossas regras. Mas se é assim, como preservar a ideia de uma suposta autonomia da gramática? De que maneira afastar, desta vez (tal como pretende Wittgenstein), a ideia de uma determinação antropológica, biológica, psicológica ou de uma outra narrativa causal como condição incontornável para a demarcação do espaço lógico da significação?

Wittgenstein e o idealismo kantiano

Marcelo Carvalho

Universidade Federal de São Paulo

1.

A “Revolução Copernicana” que, segundo Kant, se situa na base de seu projeto crítico, ocupa um lugar bastante singular na filosofia dos dois últimos séculos. Para além de qualquer crítica direta ao idealismo e à filosofia transcendental, a suposição de que a experiência não é “ingênua” ou “passiva” provou ser bastante persuasiva e influente.¹ Isso se torna claro quando descrevemos “inversão” promovida pela “Revolução Copernicana” a partir da explicitação de duas alternativas excludentes apresentadas por Kant: de um lado a suposição de que temos uma experiência passiva e pura (no sentido específico de que não é “contaminada” pelo sujeito que conhece ou por qualquer coisa equivalente a uma “teoria” ou, como se dirá depois, “visão de mundo”). Segundo esta perspectiva, o sujeito que conhece tem contato direto com o mundo *como ele é em si*. Do outro lado está a alternativa oposta, de que de alguma maneira o sujeito não é passivo, e que aquilo que se nos apresenta como *nossa experiência* é o resultado de algum tipo de construção “transcendental”, anterior à *possibilidade* de qualquer *experiência*.² A suposição de uma objetividade pura e forte,

¹ I. Kant, *Crítica da Razão Pura*, B xii-xxi.

² O termo “transcendental” se refere aqui às condições pressupostas à totalidade de *nossa* (qualquer que seja a amplitude atribuída a este termo) experiência.

de um acesso ao “mundo” sem nenhuma mediação, é o que parece difícil de sustentar após Kant e apenas raramente é a opção adotada na filosofia contemporânea. E no poucos casos em que isto ocorre, ela é imediatamente criticada como dogmática ou pouco crítica em sua “incapacidade” de reconhecer o papel desempenhado pela teoria, cultura, ideologia, linguagem, em *determinar* o que se apresenta para nós como o mundo de nossa experiência. A contraposição e recusa da suposição de que é possível um acesso imediato a um domínio de objetividade, remetida aqui a Kant, é o que faz com que o kantismo esteja presente nos mais inesperados contextos. Ele aparece até mesmo associado à rejeição daquilo que se costuma reconhecer mais propriamente como a filosofia de Kant: a suposição de uma subjetividade transcendental, a exposição transcendental dos conceitos de espaço e tempo e a dedução transcendental das categorias. No núcleo dessa “herança kantiana” está a concepção de que aquilo que se apresenta para nós como experiência imediata é antes uma *construção*, e, então, que linguagem, cultura, ideologias, teorias científicas, *epistêmes*, ou algo *equivalente*, determina ou estrutura o que se apresenta para nós como fatos da experiência; o que, ao final, constitui o mundo.³

A lista de herdeiros desta inversão kantiana é bastante longa. Ela inclui a maior parte da filosofia dos últimos dois séculos e se estende da antropologia (a começar por E. Sapir e B. L. Whorf e chegando a C. Geertz e C. Lévy-Strauss) aos conceitos marxistas de ideologia, à concepção popperiana de teoria científica e aos “paradigmas” de T. Kuhn, entre outros. A posição central desta linhagem de concepções é explicitada pela brevidade da lista inversa, de quem não supõe que a experiência seja, de alguma maneira, o resultado de alguma forma de *construção* ou *interpretação*.

No contexto da busca pós-kantiana por candidatos alternativos a condição transcendental de toda experiência possível, a linguagem ocupa, desde cedo, uma posição central. Humboldt e Nietzsche⁴, por exemplo, para citar apenas dois casos relevantes do século XIX, descre-

³ O argumento aqui apresentado parte da leitura de um texto de Rubens Rodrigues Torres Filho e da descrição por ele apresentada da herança kantiana (R. R. Torres Filho, “A *virtus dormitiva* de Kant”, in: *Ensaio de Filosofia Ilustrada*).

⁴ Cf. W. V. Humboldt, *On Language*; F. Nietzsche, “Verdade e Mentira no sentido extramoral” e *Curso de Retórica*.

vem a linguagem como um tipo de limite situado na base daquilo que pode se apresentar para nós como experiência, como fato. O conceito de *Weltanschauung* (visão de mundo) de Humboldt, por exemplo, estabelecido no contexto de suas investigações da linguagem, desempenha um papel importante na recepção contemporânea destas concepções. Ele explicitaria que aquilo que se vemos como *objetividade* é subordinado e derivado de uma perspectiva específica, é uma dentre muitas “construções” ou “interpretações” sobre como o “mundo” é.⁵

A tradição analítica não é imune a essa influência. Nelson Goodman, por exemplo, ao falar da recepção da revolução copernicana de Kant, descreve o lugar em que situa seu livro *Ways of Worldmaking* nos seguintes termos:

Penso neste livro como parte da principal corrente da filosofia moderna, que se iniciou quando Kant substituiu a estrutura do mundo pela estrutura da mente, continuou quando C. I. Lewis substituiu a estrutura da mente pela estrutura dos conceitos e que agora substitui a estrutura dos conceitos pela estrutura dos vários sistemas simbólicos das ciências, da filosofia, das artes, da percepção e do discurso cotidiano. O movimento parte de uma verdade única e de um mundo fixado e dado para a diversidade de corretas e até mesmo conflitantes versões de mundos em construção.⁶

Não precisamos aceitar a narrativa de Goodman sobre estas substituições (a pluralidade à qual se refere já estava presente na filosofia do século XIX, por exemplo em *Sobre a Linguagem* de Humboldt, de 1836). Mas a possibilidade de que se fale sobre “versões conflitantes de mundos” da maneira como Goodman o faz deixa clara uma característica importante desta tradição, diretamente relacionada às escolhas iniciais de Kant: seu “idealismo”, ainda que fortemente mitigado e com frequência ocultado.

A principal característica dessa concepção de experiência é que ela resulta de algum tipo de estrutura preliminar que estabelece os “limites” daquilo que seria a “experiência possível”. A concepção de uma *forma* preliminar da experiência que precede qualquer experiência e prática efetiva consiste, em um sentido amplo, na posição ou afirmação

⁵ D. K. Naugle *Worldview*, chap. 3 and 4.

⁶ N. Goodman, *Ways of Worldmaking*, p. x.

de um pressuposto intelectual, eventualmente mental, a toda experiência. O idealismo que resulta disto é, para usar o vocabulário de Kant, um “idealismo transcendental”, em oposição àquilo que ele chama de “realismo empírico”.⁷ Este idealismo, pelo menos de uma forma atenuada, está amplamente presente na filosofia contemporânea como resultado da suposta impossibilidade de sustentar a única alternativa que se contraporia a ele no cenário desenhado por Kant: a suposição de uma experiência “pura” ou imediata.

É importante notar que o que se nomeia aqui “idealismo” ou “idealismo transcendental” é compatível tanto com uma leitura da herança kantiana a partir da concepção de uma “metafísica da experiência” de Strawson⁸, quanto com a concepção de “idealismo transcendental” estabelecida por H. E. Allison⁹, para citar dois exemplos relevantes. O elemento central na caracterização desta “herança kantiana” consiste na suposição de um sujeito ativo do conhecimento e na recusa de um acesso direto à objetividade. Não se pretende aqui, entretanto, apresentar uma interpretação do idealismo kantiano, mas identificar características do debate filosófico contemporâneo relacionadas a leituras de Kant e a relação entre as *Investigações Filosóficas* e este contexto.¹⁰

2.

Costuma-se dar um lugar central a Wittgenstein nesse debate sobre idealismo e linguagem.¹¹ Ele é usualmente descrito como um paladino da idéia de que a linguagem estrutura ou determina aquilo que reconhecemos como *nossa experiência*. Esta é por exemplo, a leitura usual de citações recorrentes do *Tractatus* (em particular do parágrafo 5.6: “os limites da minha linguagem significam os limites do meu mundo”), e de anotações como a de 1931, publicada em *Cultura e Valor*¹²:

⁷ Kant, *Crítica da Razão Pura*, A367-380.

⁸ Cf. Strawson, *The bounds of sense*, p. 15.

⁹ H. E. Allison, *Kant's Transcendental Idealism*.

¹⁰ Sobre este tema, cf. também M. Carvalho, *Teoria e experiência*.

¹¹ D. K. Naugle *Worldview*, chap. 6.

¹² Wittgenstein, *Culture and Value*, p. 15; Cf. e.g. D. Davidson, *Inquires into Truth and Interpretation*, p. 188.

As pessoas dizem repetidamente que a filosofia não progride realmente, que ainda estamos ocupados com os mesmos problemas filosóficos que ocupavam os gregos. Mas aqueles que dizem isto, não entendem por que tem que ser assim. É porque nossa linguagem permaneceu a mesma, e continua a nos seduzir a fazer as mesmas questões.

Segundo essas leituras, a linguagem delimita e conforma o que se apresentaria para nós como *o mundo*: o mundo é um domínio de fatos pois, segundo a concepção de linguagem do *Tractatus*, só se pode figurar fatos. De forma análoga, a linguagem nos confrontaria de maneira recorrente com os mesmos problemas filosóficos – e, então, não se trataria de tentar resolvê-los, mas de dissolvê-los por meio de ajustes na linguagem.

Sobre as *Investigações Filosóficas*, supõe-se em geral que a maneira correta de compreender o sentido segundo o qual “uma imagem nos manteve presos” [PU, 115]¹³ ou porque “a filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento pelos recursos de nossa linguagem” [PU, 109] é atribuir a Wittgenstein a concepção de que cabe à linguagem algum papel *a priori* em nossa descrição do mundo, e com isto, em nossa compreensão do que se apresenta para nós como fato.

Essa leitura de Wittgenstein não é implausível. Ela parece bastante adequada à concepção de gramática encontrada no *The Big Typescript* (1933) e na *Gramática Filosófica*, textos do chamado “período intermediário” de sua obra¹⁴, e pode também ser associada a interpretações plausíveis do *Tractatus*. Entretanto, como se pretende mostrar aqui, nas *Investigações Filosóficas* Wittgenstein não argumenta em defesa desse tipo de idealismo. Pelo contrário, seu trabalho se contrapõe à alternativa de descrição da objetividade e da linguagem estruturada a partir de Kant. Como contraparte disto, as *Investigações* apresentam uma compreensão da linguagem e de nossas práticas que pretende evitar o recurso a qualquer tipo de idealismo.

¹³ L. Wittgenstein, *Investigações Filosóficas*, parágrafo 115; as demais citações de parágrafos das *Investigações Filosóficas* serão apresentadas no corpo do texto de acordo com o critério utilizado aqui.

¹⁴ Por *Período Intermediário* entende-se aqui a produção de Wittgenstein entre seu retorno a Cambridge, em 1929, e o ditado do *Brown Book*, em 1934, utilizado como base para a primeira versão do início das *Investigações Filosóficas*, de 1936.

Anotações sobre esses temas podem ser encontradas nas discussões de Wittgenstein sobre a relação entre linguagem, regras e prática. Restringiremos aqui nossa atenção à maneira como as *Investigações Filosóficas* se situam fora do contexto da herança kantiana descrita anteriormente, apresentando-se, em um sentido forte, como uma concepção pós-kantiana de linguagem e prática. Mesmo neste domínio restrito, nosso objetivo não é apresentar mais do que algumas indicações a respeito da maneira como as concepções de Wittgenstein sobre significado, regras e prática se desdobram em uma alternativa ao problema kantiano, sem maiores considerações a respeito das polêmicas e dos problemas envolvidos nas interpretações de suas posições.

Para fazê-lo, consideraremos nas partes seguintes deste texto: a plausibilidade das leituras das *Investigações* baseadas no conceito de *Weltanschauung* (3), as principais dificuldades enfrentadas por estas leituras (4), a inversão do debate proposta por Wittgenstein e sua oposição à filosofia kantiana (5) e, por fim, as concepções de linguagem e prática que resultam destas observações (6).

3.

Aqueles que entendem que as *Investigações Filosóficas* apresentam uma concepção transcendental do papel da linguagem na estruturação e determinação de nossa experiência têm, em geral, os parágrafos 89 a 133 do texto como sua principal referência. De fato, estes parágrafos parecem, à primeira vista, oferecer uma sustentação adequada a esse tipo de leitura. Ali Wittgenstein usa uma série de expressões que nos remetem à idéia de *Weltanschauung*: “formas de expressão” [PU, 94], “modos de representação” [PU, 104], “recursos de nossa linguagem” [PU, 109], “imagem” [PU, 115]. Por meio destes termos Wittgenstein parece se referir à linguagem como algo que desempenha um papel ativo, nos “seduzindo” ou nos “impedindo” de ver coisas e nos induzindo à “busca de quimeras”. Estes parágrafos apresentam várias descrições alternativas de ilusões que teriam a linguagem como origem. Ao final, a perspectiva geral apreendida do texto é de que nos encontramos “enfeitiçados” e “cativos” destas imagens ou formas de expressão. Em uma passagem exemplar, Wittgenstein diz a respeito de “nossas formas de expressão”

Que [elas] nos colocam à procura de quimeras, [e] nos impedem de todas as maneiras de ver que nada extraordinários está ocorrendo. [PU, 94]

Em uma outra anotação amplamente conhecida, e que é central a este tipo de interpretação, na qual se elabora a referência à ilusão que seria produzida pela linguagem, lemos que

Uma imagem nos mantinha presos. Nós não podíamos sair dela, pois ela residia em nossa linguagem, e a linguagem parecia apenas repeti-la para nós inexoravelmente. [PU, 115]

Esta parece ser a origem da caracterização singular da filosofia apresentada no parágrafo 109:

A filosofia é uma luta contra o enfeitiçamento de nosso entendimento por meio de nossa linguagem.

A concepção de que a linguagem é como um par de óculos por meio do qual olhamos para o mundo, que estabelece o que é um fato para nós, o que supomos ser real (uma referência à famosa carta de Kleist, de 1801, e, por seu intermédio, a Kant¹⁵), é enfatizada pela apresentação simultânea da filosofia, em um vocabulário curiosamente kantiano, como uma investigação a respeito “da ‘possibilidade’ dos fenômenos” [PU, 90]. De acordo com esses textos, a filosofia trata dos fundamentos “de tudo o que é empírico”, uma investigação na qual não apresentamos nenhum tipo de teoria, na qual nada é hipotético, e que se restringe à descrição.

Por fim, e de maneira impressionante, até mesmo a proposta de buscar uma representação perspicua, de sobrevoo, referida no parágrafo 122, supostamente pretende tornar clara a maneira como nossa linguagem constitui o que seria uma *Weltanschauung*, uma visão de mundo:

¹⁵ Kleist, poeta contemporâneo do fim da vida de Kant, em uma carta de 1801, em que compara o intelecto a óculos coloridos que nunca tiramos, e, então, nunca poderíamos diferenciar o que vemos e o que estaria sendo acrescentado por esta forma de ver. De maneira análoga, nunca poderíamos estar certos de que “é realmente Verdade o que chamamos de Verdade, ou se apenas parece sê-lo para nós”, e, então, todo nosso esforço em busca da verdade se revela em vão.

O conceito de uma representação perspicua (*übersichtliche Darstellung*) é de significação fundamental para nós. Ela caracteriza a maneira como representamos as coisas [*unsere Darstellungsform*], como olhamos para as coisas. (Isto é uma '*Weltanschauung*'?)

Em resumo, o que encontramos aqui parece poder ser descrito da seguinte maneira: nossa *Darstellungsform*, nossa gramática, nossa linguagem, constitui uma *Weltanschauung*, uma visão de mundo que nos mantém presos, que produz ilusões e nos leva a procurar por quimeras. Aquilo que se apresenta para nós como nossa experiência, ou como fatos de nossa experiência, seria determinado pela gramática de nossa linguagem.

4.

Essas idéias e esse vocabulário não são, entretanto, frequentes nas *Investigações*, e não estão presentes fora dessa parte limitada do texto (os parágrafos 89 a 133). Mesmo ali, eles não se apresentam como uma sustentação adequada da concepção da linguagem como uma estrutura transcendental. Não obstante todas as considerações anteriores, pretende-se indicar aqui, em linhas gerais, porque esta concepção transcendental não é o que Wittgenstein apresenta nestes trechos das *Investigações* e que essa não é a maneira como a filosofia madura de Wittgenstein compreende a linguagem.

Em primeiro lugar, a preocupação de Wittgenstein nesses parágrafos (particularmente em 89-108) é apresentar os equívocos que conduzem àquilo que chama de "sublimação de toda nossa descrição da lógica" [*PU*, 94]. Sua estratégia consiste em esclarecer as várias escolhas que conduzem a esta sublimação, apresentando a todo momento referências explícitas ao *Tractatus* (alvo principal desta crítica), juntamente com alguns comentários sobre estas escolhas. Esse texto é uma espécie de "genealogia dos erros" do *Tractatus* de concepções filosóficas assemelhadas. Ele explicita a cada passo as escolhas e as "tentações" que conduzem ao processo de sublimação da lógica. Essa é uma razão plausível para o vocabulário singular que é usado nestes parágrafos, e torna claro que é necessário considerar estas anotações no contexto restrito em que aparecem. Para além disto, entre os parágrafos 109 e

130 encontramos anotações que estão entre as mais antigas do livro, remontando aos manuscritos de 1930-32 e ao *The Big Typescript* (anotações que em geral são usadas em sentidos muito diferentes do original e que, por isto, guardam certa ambiguidade em seu vocabulário).

Para além disso, mesmo nesse fragmento das *Investigações Filosóficas* encontramos indicações, fortemente enfatizadas por Wittgenstein, que apontam na direção oposta de uma compreensão transcendental da linguagem. Wittgenstein fala da linguagem como algo que nos impede de ver alguma coisa, mas ele fala sobre a possibilidade de deixar isto de lado:

[Estas idéias são] como um óculos em nosso nariz por meio do qual vemos tudo para que olhamos. Nunca nos ocorreu tirá-lo.
[PU, 103]

Ele fala sobre a possibilidade de voltar à “fricção”, ao “solo áspero” [PU, 107], sobre *falsas* aparências, e sobre o erro de se supor que o ideal deve estar *na realidade*. Este vocabulário não é facilmente ajustável a um idealismo do tipo usualmente atribuído às *Investigações*. Aqueles que tentam compreender o livro desta maneira devem explicar o sentido em que o texto diz esperar da linguagem que ela não nos envie à busca de quimeras, que ela não produza ilusões. O uso que se faz aqui da ideia de ilusão parece implicar seu oposto – e assim o oposto de uma *Weltanschauung*. Explicita-se sobretudo uma tensão entre esta compreensão da linguagem a partir do conceito de *Weltanschauung* e a concepção de Wittgenstein sobre o papel do uso e da prática na constituição do significado e da linguagem.

Ainda mais difícil de conciliar com essas suposições, como veremos adiante, é a insistência de Wittgenstein de que o uso, a experiência e o *contexto* são extremamente importantes na determinação do significado de um termo ou expressão, ou, melhor, de que sem que se descreva o uso de uma expressão e seu contexto não é possível falar sobre significado.

Essas breves considerações nos apontam para onde olhar à procura de uma resposta adequada para as preocupações apresentadas aqui: para as anotações de Wittgenstein a respeito do contexto, do uso, da determinação (das ações e do uso por meio de regras), da prática.

Elas são centrais para que se compreenda como as *Investigações Filosóficas* se relacionam à herança kantiana aqui descrita.

5.

Em meio a seu comentário sobre como lidar com os erros que resultam da sublimação de nossa concepção de lógica, no §108 das *Investigações Filosóficas*, Wittgenstein diz que

Reconhecemos que aquilo que chamamos de “proposição”, “linguagem”, não tem a unidade formal que eu imaginava, mas é uma família de estruturas mais ou menos aparentadas uma à outra – Mas o que será da lógica agora? Seu rigor parece retroceder. – Mas, nesse caso, a lógica não desaparece por completo? – Como a lógica pode perder seu rigor? É claro que não por barganhar-mos qualquer parte de seu rigor. – A *preconcepção* da pureza cristalina só pode ser removida ao girarmos toda nossa investigação (pode-se dizer: a investigação deve ser girada, mas no eixo de nossa real necessidade).

O giro aqui descrito se refere primariamente ao abandono de elementos centrais de sua filosofia inicial, daquilo que resulta na “sublimação da lógica” descrita no texto imediatamente anterior a esta citação. Mas este giro pode também ser descrito como uma inversão bastante similar à revolução copernicana de Kant, ainda que oposta a ela. Para esclarecer isto consideraremos duas concepções intimamente relacionadas, ambas apresentadas nas *Investigações Filosóficas*, que podem ser descritas de maneira plausível como inversões deste tipo e que possuem consequências importantes para os problemas que tratamos aqui: a descrição da relação entre significado e uso e o chamado “paradoxo das regras”.

De acordo com as *Investigações Filosóficas*, pode-se dizer de modo esquemático que não é o uso de uma palavra que é dado (ou *determinado*) pelo seu significado (por uma regra, por exemplo), mas o significado é que é dado pelo uso da palavra. Na formulação curta (e extremamente problemática) dessa ideia no §43, *significado* “pode ser explicado desta maneira: o significado de uma palavra é seu uso na linguagem”. Se o significado é o uso, então o uso não é dado ou *determinado* pelo significado.

O que encontramos aqui é, em certo sentido, o oposto do idealismo transcendental de Kant. Para esclarecer isso, é necessário considerar como Wittgenstein concebe o “uso” nas *Investigações Filosóficas*. A concepção que encontramos neste texto é diferente, em um sentido muitíssimo relevante, daquela do *The Big Typescript*, de 1933,¹⁶ onde Wittgenstein também diz que o significado é uso, mas supõe que o uso é dado por uma regra. Este é o núcleo do que se apresenta no período intermediário como uma concepção da linguagem como cálculo.¹⁷ “Uso”, nesse contexto, refere-se a “todas as possíveis aplicações do signo dentro de uma linguagem ou cálculo.”¹⁸

A associação entre significado e uso já pode ser identificada no *Tractatus*¹⁹, e provém, em última instância, do princípio do contexto de Frege.²⁰ Isso torna clara a relação entre uso e o lugar da proposição em um sistema. O que é chamado de “uso”, segundo esta concepção inicial de Wittgenstein, resulta do sistema ou cálculo em meio ao qual um termo ocorre. De tal modo que o *Big Typescript* fala sobre uso apenas no contexto de um sistema de regras:

No final das contas, o significado de um signo repousa nas regras que prescrevem seu uso. [(V): regras de acordo com a qual é usado.]²¹

A “inversão” operada por Wittgenstein nesse conceito de uso aparece em meados da década de 1930 (no *Blue Book* e no *Brown Book*). Ela consiste na passagem das possibilidades de uso no contexto de um sistema de regras para o uso efetivo no contexto de nossas práticas – a passagem de um reino ideal de “puro cristal” para o “solo áspero” da prática em meio a nossas vidas. Uma diferença central entre as *Investi-*

¹⁶ E também da revisão deste texto, feita logo depois e em parte publicada postumamente como *Gramática Filosófica*.

¹⁷ Cf. M. Engelmann, *Wittgenstein's Philosophical Development*, Caps. 2 e 3.

¹⁸ J. Medina, p. 60. Cf. e.g. *Wittgenstein's Lectures: Cambridge 1932–1935*, p. 29.

¹⁹ Cf. Wittgenstein, *Tractatus*, 3.3.

²⁰ “The meaning of a proposition, in Frege's sense, is its use”; *The Big Typescript*, p. 425. Cf. M. Marion, *Introdução ao Tractatus*, p. 16 e segs.

²¹ Wittgenstein, *The Big Typescript*, p. 112. “How does grammar explain the word ‘now’? Surely via the rules it gives for its use” (*The Big Typescript*, p. 766); cf. também *The Big Typescript*, p. 1002, sobre o uso de quantificadores na definição de que “ $m > n$ ”: “first we have to know the rules governing its use here (...)”.

gações Filosóficas e esses trabalhos preliminares é que nesse último texto Wittgenstein não concebe o uso ou a prática da linguagem como sendo dada ou *determinada* por regras. Não há mais sentido em supor que a regra precede seu uso. Então, quando encontramos referências ao uso e à prática nas *Investigações Filosóficas*, elas se nos apresentam sob o pano de fundo da recusa da concepção de cálculo do início da década de 1930 e indicam que devemos considerar nossas *práticas efetivas* e o contexto dessas práticas para entendermos como a linguagem funciona. A oposição de Wittgenstein (nas *Investigações*) à ideia de que a linguagem é um cálculo com regras fixas é a contraparte do abandono da concepção de que significado é o uso *de acordo com regras fixas*. O sentido em que a linguagem é uma atividade que segue regras emerge nas *Investigações Filosóficas* como significativamente diferente daquele encontrado na concepção da linguagem como cálculo.

O mesmo tipo de inversão é apresentada na rejeição de que há uma lacuna entre uma regra e seu uso e na descrição feita por Wittgenstein do que é seguir uma regra²², o que evidencia a conexão íntima entre a concepção do significado como uso e o debate sobre seguir regras nas *Investigações Filosóficas*. Para apresentar de modo breve o debate sobre regras nas *Investigações* podemos considerar a questão proposta por Wittgenstein no parágrafo 198. Depois de recusar o recurso preliminar a “interpretações” no entendimento do que seria seguir uma regra ele pergunta: o que a expressão de uma regra – digamos um poste de sinalização – tem a ver com minhas ações?

A resposta vem depois de sua rejeição de que seja suficiente responder que nós apenas reagimos da maneira como fomos treinados:

uma pessoa segue um poste de sinalização apenas na medida que há um uso estabelecido, um costume.

O recurso ao treinamento apresenta “apenas uma conexão causal” e não parece capaz de descrever adequadamente a relação entre uma regra e nossas ações. Por que? Novamente, para responder de maneira rápida, porque não temos uma regra *antes* de nossas ações. Se não é a expressão da regra (sua formulação escrita, por exemplo) que determina nossas ações, e se o significado

²² Cf. *Philosophical Investigations*, 198-201, 341-2.

desta expressão é dado pelo uso que se faz dele, então não se pode distinguir, sem mais, regra e seguir regra (significado e uso). Novamente, o que encontramos é a rejeição da suposição de que o uso vem depois do significado do qual seria derivado. No mesmo sentido em que significado é uso, a regra é seu uso, e a conexão entre uma regra e nossas ações é *interna*, “lógica”, e não causal.

Para restringir nossas referências a uma das passagens mais citadas do livro, o §201 diz:

se todo curso de ação pode estar de acordo com a regra, então ele pode estar em conflito com ela. E então não haveria nem acordo nem conflito aqui.

A questão que se coloca não é apenas esclarecer que o recurso à ideia de uma interpretação não resolve nosso problema, mas que há um “equivoco” em apresentar a questão como uma questão sobre um acordo ou conflito entre uma regra e uma ação, como se eles possuíssem “significados” independentes e como se sua relação fosse mediada por uma interpretação ou alguma coisa similar. Esse argumento se desdobra na explicitação da relação entre significado e nossas práticas: “Eis porque ‘seguir uma regra’ é uma prática.” [PU, 202]. Wittgenstein afirma isso em oposição à concepção de que seguir uma regra é um tipo de processo intelectual ou mental (“pensar que se está seguindo uma regra não é seguir uma regra”).

Nesses dois argumentos, sobre a relação entre significado e uso e sobre seguir regras, encontramos a mesma inversão sendo feita por Wittgenstein: em lugar de supor que nossas ações são o resultado de regras ou significados, ele descreve significados e regras como sendo constituídos através de nossas ações. Nós podemos falar sobre o significado de uma palavra, ou sobre uma regra, *apenas no contexto de nossas ações*, de seu uso efetivo. Não há linguagem fora do contexto de nossas práticas. Nossas ações não são o resultado de, não são determinadas por, significados ou regras. Como descrito em *Sobre a Certeza*, no final das contas, “a prática deve cuidar de si própria”. Mesmo que a linguagem tenha um papel central em nosso ponto de vista sobre nossa experiência ou sobre o que supomos ser o mundo, atrás dela há uma prática *autônoma* – da qual a linguagem é parte .

6.

A “inversão” proposta por Wittgenstein consiste em apresentar *uso e prática* como “fundamento” de uma linguagem particular, de tal maneira que, ao invés de supor que o significado, ou a linguagem, determina nossa apreensão do mundo, tudo o que podemos dizer é que nossas ações atuais estão conectadas com nossas práticas anteriores e, então, que elas ocorrem em um contexto dado.²³

O objetivo de apresentar aqui esses vários pontos polêmicos sobre as *Investigações Filosóficas* de uma forma rápida e resumida é tentar assinalar a maneira segundo a qual Wittgenstein nos dá uma alternativa ao problema kantiano, à escolha entre o que se chama aqui de “idealismo transcendental” e a suposição de um acesso imediato ao domínio da objetividade, e, com isto, a grande parte da discussão contemporânea sobre linguagem e conhecimento. As *Investigações* nem supõem um acesso imediato ao mundo, nem nos apresentam um esquema transcendental alternativo. Ao invés disso, o texto de Wittgenstein recusa algo que parece ser um passo preliminar da formulação kantiana e, ao fazê-lo, *dissolve* todos os problemas metafísicos que se desdobram a partir dele. A dificuldade situada no núcleo desta longa herança kantiana resultaria da suposição de que a única alternativa à suposição de uma experiência imediata, de um acesso direto ao domínio da objetividade, é descrever nossas práticas como situadas em um contexto estabelecido por uma estrutura transcendental.

A inversão apresentada nas *Investigações Filosóficas* recusa que nossas práticas *pressuponha* qualquer tipo de estrutura teórica, linguística ou intelectual. Em termos kantianos, Wittgenstein recusa a concepção usual de que nossas práticas pressupõem teoria. Práticas e experiência não respondem a nada a não ser a si próprias e ao contexto em que têm lugar. Essa descrição evita, ao mesmo tempo, tanto a su-

²³ Um debate que parece similar ao proposto aqui é a crítica de Davidson (D. Davidson, *Inquires into Truth and Interpretation*, cap. 13) à distinção entre esquema e conteúdo e à incomensurabilidade e relativismo que dela resultam. O problema de Davidson é achar um solo básico para fundamentar a tradutibilidade que ele contrapõe à incomensurabilidade associada a esta distinção. Diferente do apresentado por Davidson, o que se propõe aqui é que Wittgenstein compreende a linguagem de uma maneira que *mina* até mesmo esse debate sobre o relativismo, uma vez que rejeita a suposição de que a linguagem estrutura, de modo “transcendental”, o que é um fato e determina nossas ações.

posição de que haja uma experiência pura, quanto a de que haja uma construção transcendental da experiência. A linguagem é parte de uma prática em um dado contexto. O que é um fato para nós depende de nossas ações anteriores, e se situa no contexto de nossas ações presentes. Nós podemos até mesmo descrever esse contexto de práticas compartilhadas como um sistema ou como alguma coisa que se assemelha a um esquema conceitual. Mas ela não pode, no final das contas, por ser a própria prática, se apresentar como uma pressuposição transcendental às nossas ações e descrições – não se trata, aqui, de dar mais um passo para trás. “No final das contas” tudo o que nós podemos dizer é que “nós apenas fazemos dessa maneira” [PU, 1].

Essa concepção sobre uma prática que cuida de si própria certamente não é de fácil²⁴ assimilação e exigiria uma apresentação muito mais cuidadosa. Mas a preocupação aqui não é apresentar essa descrição detalhada de concepções de Wittgenstein sobre uso e prática, mas tentar encontrar uma perspectiva wittgensteiniana da filosofia contemporânea e, para além disso, esboçar de maneira preliminar uma concepção que poderia ser apresentada, de maneira breve, como um perspectivismo wittgensteiniano, dissociado, entretanto, de qualquer relativismo.²⁵

REFERÊNCIAS

CARVALHO, M. “Linguagem sem Regras Fixas: a normalidade da linguagem e a recusa do modelo de cálculo nas Investigações Filosóficas”. In: Smith, P.; Silva Filho, W.J.; Santos, P.. (Org.). *Crença, Verdade e Racionalidade*. Salvador: EDUFBA, 2014, v. , p. 201-224.

CARVALHO, M. *Teoria e experiência*. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2013.

²⁴ Cf. D. Stern’s remarks about the temptation of creating something like a “theory of practice”; cf. Stern, *Wittgenstein’s Philosophical Investigation*, chap. 6.1 and “The Practical Turn”, p. 185.

²⁵ Cf. Santos, L. H. L., p. 453: “Para o segundo Wittgenstein, a única saída é recusar que o contato entre linguagem e mundo seja um confronto entre a linguagem como um sistema estruturado e um mundo estruturado (...). Em outras palavras, recusar que, no produto do contato entre linguagem e mundo, se possam decantar dois pólos, a contribuição da linguagem e a contribuição do mundo, a forma da representação e o conteúdo representado – dois pólos que, embora essencialmente correlacionados, ainda assim seriam discerníveis. Sem essa recusa, não haveria como evitar que a forma da representação fosse projetada no representado como sendo sua estrutura essencial, não haveria como evitar a alternativa: essencialismo ou relativismo.”

- DAVIDSON, D. *Inquires into Truth & Interpretation*. Oxford: Oxford University Press, 1984.
- ENGELMANN, M. L. “Le Langage Comme Calcul dans le ‘Big Typescript’”. *Philosophiques* (Montréal), v. 39, p. 35-55, 2012.
- ENGELMANN, M. L. “What Wittgenstein’s ‘Grammar’ is Not (On Garver, Baker and Hacker, and Hacker on Wittgenstein on Grammar)”. *Wittgenstein-Studien*, v. 2, p. 71-102, 2011.
- ENGELMANN, M. L. *Wittgenstein’s Philosophical Development*. New York: Palgrave Macmillan, 2013.
- GOODMAN, N. *The Ways of Worldmaking*. Indianapolis: Hackett Press, 1978.
- HUMBOLDT, W. von. *On language*. Trans. Peter Heath and ed. Michael Losonsky. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.
- KANT, I. - *Critique of Pure Reason*, translated by N. K. Smith, Macmillan, London, 1929.
- KANT, I. - *Kritik der reinen Vernunft*, Meiner, Hamburg, 1990.
- KANT, I. *Gesammelte Schriften*. Akademie der Wissenschaften. Berlin: W. der Gruyter.
- MARION, M. *Introdução ao Tractatus*. São Paulo: Annablume, 2012.
- MEDINA, J. *The unity of Wittgenstein’s Philosophy*. Albany: SUNY Press, 2002.
- NAUGLE, D. K. *Worldview*. Cambridge: Eerdmans, 2002.
- NIETZSCHE, F. (1980), *Sämtliche Werke*. Kritische Studienausgabe in 15 Bänden, Giorgio Colli/Mazzino Montinari (eds.). Munchen/Berlin: DTV/Walter de Gruyter, 1980.
- SANTOS, Luiz H. L. “A Harmonia Essencial”. In: A. Novaies (org.) *A Crise da Razão*. São Paulo: MINC-FUNART-Companhia das Letras, 1999.
- SAPIR, Edward. *Language: An Introduction to the Study of Speech*, New York: Harcourt, Brace & World Inc, 1949.
- STERN, D. “The Practical Turn.” In *The Blackwell Guidebook to the Philosophy of the Social Sciences*, pp. 185–206, edited by Stephen P. Turner and Paul Roth. Oxford: Blackwell, 2003.
- STERN, David. *As Investigações Filosóficas de Wittgenstein*. São Paulo: Annablume, 2012.
- STERN, David. *Wittgenstein’s Philosophical Investigation*. Cambridge University Press, 2004.

- STRAWSON, P. F. *The Bounds of Sense: An Essay on Kant's Critique of Pure Reason*. London: Methuen, 1966 .
- WHORF, Benjamin Lee. *Language, Thought and Reality: Selected Writings*, ed. John B. Carroll, Cambridge, MA: MIT Press, 1984.
- WITTGENSTEIN, L. *Culture and Value*, ed. G. H. von Wright, rev. 2nd edn, trans. P. Winch. Oxford: Blackwell, 1980
- WITTGENSTEIN, L. *On Certainty*. Ed. G. E. M. Anscombe and G. H. von Wright, trans. D. Paul and G. E. M. Anscombe. Oxford: Blackwell, 1974.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Grammar*. Ed. Rush Rhees, tr. Anthony Kenny. Oxford: Basil Blackwell, 1974.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Grammatik*. Ed. Rush Rhees. Oxford: Basil Blackwell, 1969.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen, Philosophical Investigations*. 4nd ed., Oxford: Blackwell, 2009.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophische Untersuchungen: Kritisch-genetische Edition*. Ed. J. Schulte in collaboration with H. Nyman, E. von Savigny and G. H. von Wright (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001).
- WITTGENSTEIN, L. *Tractatus logico-philosophicus*. trad. Luiz H. L dos Santos. São Paulo: Edusp, 1995.
- WITTGENSTEIN, L. *Vermischte Bemerkungen*. Frankfurt: Suhrkamp, 1994.
- WITTGENSTEIN, L. *Wiener Ausgabe*. ed. Michael Nedo, Wien and New York: Springer 1993-2000.
- WITTGENSTEIN, L. *Wittgenstein's Lectures, Cambridge 1930–32*. Ed. Desmond Lee. Oxford: Basil Blackwell, 1980
- WITTGENSTEIN, L. *Wittgenstein's Lectures: Cambridge 1932–1935*. Ed. A. Ambrose, Blackwell, Oxford, 1979
- WITTGENSTEIN, L. *Wittgenstein's Nachlass: The Bergen Electronic Edition*, ed. Wittgenstein Archives at the University of Bergen (Oxford: OUP, 2000).

O contextualismo de Wittgenstein envolve um ceticismo semântico?

Vinicius de Faria dos Santos

PPGFIL

Meu objetivo no presente texto é ensaiar objeções a duas teses a respeito do Wittgenstein tardio sustentadas por Saul Kripke em sua obra *WRPL*, por um lado, a da expressa contradição performativa entre sua concepção filosófica e sua atividade argumentativa e por outro, a da imputabilidade do ceticismo semântico ao filósofo em resposta ao ‘desafio cético’ por ele formulado. Proponho-me a avaliar em que medida tais teses se sustentam à luz de uma análise mais detida sobre o estilo dialogal do texto das *IF*, proposta por David Stern.

Para tanto, começarei expondo o posicionamento de Kripke e as razões fornecidas para suas teses. Feito isso, objetarei a partir da obra *Wittgenstein’s Philosophical Investigations: an Introduction*, do prof. Stern e, ao final, concluirei pela negação da imputabilidade tanto do ceticismo quanto da contradição performativa ao Wittgenstein tardio.

Não tratarei, contudo, do *conteúdo* da interpretação de Wittgenstein por Kripke (a descoberta do ceticismo semântico, sua cogência e centralidade no texto das *IF*), mas, antes, do seu *método de interpretação* de “apresentar o argumento como ele me afeta (“as its strucks me”), como ele apresentou um problema para mim, e não em me concentrar na exegese de passagens específicas.”¹, método que, ao desconsiderar o caráter dos ‘diálogos’ nas *Investigações*, cometeu sérios equívocos de

¹ KRIPKE: 1982, p. viii.

compreensão do propósito e o lugar do paradoxo na filosofia de Wittgenstein e das frases nas quais sua pretensa interpretação se respaldou.

I. O PROBLEMA

Dentre os intérpretes do Wittgenstein tardio de maior relevo nas últimas décadas está Saul Kripke e seu *Wittgenstein on Rules and Private Language* (1982), o qual inaugura uma leitura assaz polêmica do texto wittgensteiniano, a cética, a partir da formulação do “paradoxo das regras”, contido nos parágrafos 201 e 202 das *IF*, que se caracteriza como um novo e radical tipo de ceticismo – o *semântico* (ou *de regras*) – para o qual não existe um fato ou razão que constitua o significado que damos às palavras, e que justifique, por fim, nossa atribuição de um significado a um termo em detrimento de outro. Kripke expressamente imputa a Wittgenstein tal descoberta e o concebe como que duvidando sistematicamente que seja possível assegurar os fatos do significado por meio de uma estratégia de apelo a regras.

O cético semântico, claramente anti-factualista, duvida da possibilidade de justificação de nossas atuais atribuições de significado aos termos linguísticos tal qual nossa atribuição passada. Para tanto, desafia-nos a que apontemos para tal fato e elucidemos sua natureza sob pena de aceitarmos a ingrata conclusão de que a linguagem como um todo é desprovida de significatividade e inteligibilidade.

Kripke sustenta que a principal contribuição filosófica de Wittgenstein nas *IF* foi apresentar de forma vigorosa um ceticismo novo e radical a respeito de seguir uma regra e que o paradoxo cético seja talvez o problema central das *Investigações Filosóficas*². O ‘Wittgenstein de Kripke’ argumenta que quando empregamos qualquer regra linguística, mesmo uma tão ordinária quanto a da adição, em um novo contexto – como, por exemplo, ao contabilizar uma soma ainda não efetuada – é impossível justificar que se seguiu a regra univocamente. Sempre será possível oferecer duas interpretações contrastantes para

² “O ‘paradoxo’ é talvez o problema central das *Investigações Filosóficas*. Mesmo que haja quem dispute as conclusões aludindo à ‘linguagem privada’ e às filosofias da mente, da matemática e da lógica que Wittgenstein extrai de seu problema, podemos com efeito considerar o problema ele mesmo como uma importante contribuição à filosofia. Ele [i.e., o paradoxo cético] pode ser considerado como uma nova forma de ceticismo filosófico.” KRIPKE: 1982, p.7.

a mesma regra. O cético semântico kripkeano é construído a partir do problema da denotação dos termos nas proposições matemáticas (no caso, '68+57=125'), explicitando tal argumento e o generalizando para os demais jogos de linguagem.

A questão da qual nos ocuparemos em analisar aqui é: como compreender o uso que Wittgenstein faz de tal argumentação dialógica na composição de suas *Investigações*?

Kripke – e alinhando-se à sua interpretação, boa parte dos comentaristas do Wittgenstein tardio – prescindiu da consideração do estilo dialógico presente na composição do texto das *IF* assumindo, conforme salienta o prof. David Stern, que

“É comum que se pressuponha que os diálogos que constituem as *Investigações Filosóficas* tomam a forma de um debate entre duas vozes. Uma delas, frequentemente identificada como ‘o narrador de Wittgenstein’, supostamente apresenta as perspectivas [esclarecidas] do autor, enquanto a outra voz, usualmente identificada como ‘o interlocutor’ desempenha o papel de fantoche inocente ou de bode expiatório”³.

Ato contínuo, Kripke assume que

“Estou inclinado a pensar que o estilo filosófico do Wittgenstein tardio, e a dificuldade que ele encontra (veja-se seu Prefácio) em encadear seu pensamento em um trabalho convencional apresentado com argumentos e conclusões, não é simplesmente uma **preferência estilística e literária**, repleta com um *penchant* por um certo grau de obscuridade, mas se deve em parte à natureza de seu conteúdo.”⁴.

Certamente uma das estratégias argumentativas de Wittgenstein é contrapor, de acordo com esta interpretação, duas vozes, apresentando-as como que num dilema, em que a adoção da ‘d’o narrador de Wittgenstein’ implica na exclusão da outra, de seu pueril ‘interlocutor’. Em síntese, caberia ao intérprete a tarefa depuratória, de explicitação da tese subjacente, “própria de uma voz monológica escondida por de-

³ STERN: 2004, p. 3.

⁴ KRIPKE: 1982, p. 5, grifo meu.

trás da aparente conversa”⁵, apresentando-a de modo suficientemente positivo, rigoroso e claro⁶.

O ‘Wittgenstein de Kripke’, resignando-se ante ao ceticismo semântico⁷, responde ceticamente ao desafio: concluída a inexistência dos fatos constitutivos de nossa atribuição prévia de significado aos termos linguísticos resta-nos apenas “o apelo que a comunidade ordinariamente faz quando usa estes termos”⁸, atitude a que Kripke denomina a ‘solução cética’ do paradoxo das regras. Nesse sentido, a solução está em aceitar a insolubilidade da dúvida cética e apresentar a verificação pública como uma alternativa a ela, muito embora conceda que seja “uma resposta que não resolve de fato o paradoxo”⁹.

No que tange ao debate das duas vozes que compõem o texto das *IF*, Kripke identifica no narrador de Wittgenstein a postura do filósofo austríaco, expressa, ainda que de modo velado, nas astutas investidas argumentativas da personagem, observando que o mesmo “- ao contrário de sua notória e crítica máxima no §128 – sustentou as consequências de suas conclusões na forma de teses definitivas, de modo que teria bastante dificuldade em evitar a formulação de suas doutrinas em uma forma que consiste na aparente negação cética de nossas asserções ordinárias.”¹⁰

Ao modo como inferido da obra de Kripke, Wittgenstein é um cético semântico, cuja dúvida se impôs como o mais radical e amplo tipo de ceticismo filosófico, e, tendo se resignado ante à famigerada conclusão de seu paradoxo cético, forneceu uma precária (e ineficaz) solução cética, além de incorrer numa flagrante contradição performativa. Todavia, será a sua interpretação teoricamente defensável? Decerto que não. Começemos pela última tese, a da contradição performativa.

⁵ Cf. SIQUEIRA: 2009, p. 184.

⁶ Eis a razão porque Kripke reiteradas vezes afirma que apresentará o argumento [e, por consequência, a ‘tese’] “*as its struck me*”, arrogando-se à tarefa depuratória da conclusão e solução do paradoxo cético-semântico. Cf. KRIPKE: 1982, pp. viii, ix, 2, 5. “(...) Hei de admitir que estou expressando a concepção de Wittgenstein na forma mais simples do que o mesmo normalmente se permitiria.” (KRIPKE: 1982. p. 69).

⁷ “Uma solução *cética* de um problema filosófico cético começa (...) pela concessão de que as asserções negativas do cético são irrespondíveis.” (KRIPKE: 1982, p.66)

⁸ *Idem*.

⁹ STERN: 2004, p. 22.

¹⁰ KRIPKE: 1982, p. 69.

II. OBJEÇÕES DE STERN A KRIPKE

A razão primária pela qual parece-me absolutamente indefensável a interpretação do Wittgenstein de Kripke é que se ela vale, então torna-se custoso explicar a aparente contradição performativa entre a tarefa depuratória do conteúdo tético da voz monológica do narrador de Wittgenstein e a sua postura terapêutica resolutamente contrária à teorização e à aspiração cientificista próprias da filosofia analítica tradicional. Veja-se, por exemplo, os parágrafos 128 e 133 do texto das *IF*¹¹, nos quais uma voz que claramente não pode ser imputada ao seu interlocutor, parece se comprometer com a inexistência de teses positivas e um método único na atividade filosófica, sustentando claramente que sua abordagem visa, não a responder teoreticamente aos problemas, mas a dissolvê-los¹², fazendo com que desapareçam em consequência de seu contrassenso.

Em resposta, os intérpretes kripkeanos primeiramente delineiam uma clara distinção entre, de um lado, a prática filosófica de Wittgenstein – “a qual, eles insistem, é cheia de soluções argumentativas”¹³ – e, de por outro, suas reflexões a respeito da natureza da filosofia, diametralmente oposta à sua prática. Traçada a distinção, desdenham das anotações sobre o método e permanecem elogiando a prática do filósofo austríaco. Kripke, desconsiderando deliberadamente o estilo

¹¹ IF§ 128: “Se se quisesse expor *teses* em filosofia, nunca se chegaria a uma discussão sobre elas, porque todos estariam de acordo.”; IF §133: “Não queremos refinar ou completar de um modo inaudito o sistema de regras para o emprego de nossas palavras. Pois a clareza [*Klarheit*] à qual aspiramos é na verdade uma clareza completa. Mas isto significa apenas que os problemas filosóficos devem desaparecer *completamente*. A verdadeira descoberta é a que me torna capaz de romper com o filosofar, quando quiser. – A que acalma a filosofia, de tal modo que esta não mais fustigada por questões que colocam ela própria em questão. – Mostra-se agora, isto sim, um método de exemplos (...) Resolvem-se problemas (afastam-se dificuldades), não *um problema*. **Não há um método da filosofia, mas sim métodos, como que diferentes terapias.**” (grifo meu)

¹² IF §119: “Os resultados da filosofia consistem na descoberta de um simples absurdo qualquer e nas contusões que o entendimento recebeu ao correr de encontro às fronteiras da linguagem. Elas, as contusões, nos permitem reconhecer o valor dessa descoberta.”. Contra a tarefa ‘depuratória’ de Kripke, veja-se IF §126: “A filosofia simplesmente coloca as coisas, não elucida nada e não conclui nada. – Como tudo fica em aberto, não há nada a elucidar. **Pois o que está oculto não nos interessa.** Pode-se chamar também de ‘filosofia’ o que é possível *antes* de todas as novas descobertas e invenções” (grifo meu).0

¹³ STERN: 2004, p. 5.

de escrita do autor das *Investigações*, propõe, conforme citado, que a inaptidão de Wittgenstein em apresentar um trabalho expresso na forma canônica de argumentos conclusivos era devida à “natureza de seu assunto”¹⁴, quer dizer, ao drama de evitar a contradição performativa entre sua veemência em negar a existência de teses filosóficas e sua prática declaradamente argumentativa. Entretanto, não parece razoável atribuir uma contradição tão simplória ao autor sob pena de recusarmos, por exigência lógica, todo o seu trabalho tardio.

Em contrapartida, David Stern alude ao fato de que “o *jogo das vozes* das IF marca um estilo composto por várias vozes mantidas em tensão, e não apenas pela oposição de duas vozes básicas aguardando ser *identificadas*”¹⁵. Para tanto, divisa três tipos de vozes na composição do diálogo nas IF, ressaltando que nenhuma delas pode ser identificada como a autêntica posição do autor.

Ao discutir passagens de diálogo das IF, Stern faz notar que não é o caso de assistirmos a uma *conversa* direta entre Wittgenstein e um outro. Portanto, em substituição ao vil ‘interlocutor de Wittgenstein’, há que se falar numa (1) ‘**voz interlocutória**’, que no mais das vezes cumpre o papel de propositor teórico da filosofia tradicional, cujo trabalho é expor o corpo de teorias filosóficas em face dos problemas que lhes são colocados.

Permanece, contudo, a aparente contradição performativa do cético ‘Wittgenstein de Kripke’, em permanente dilema entre o encadeamento lógico-argumentativo (*aspecto positivo*) e sua recusa veemente à aspiração teorizante da filosofia (*aspecto negativo*). Stern propõe a que atentemos à distinção entre outras duas vozes ao diálogo, quais sejam, (2) a voz do ‘**narrador de Wittgenstein**’ – que Wittgenstein usa para que argumentar em favor de teses e antíteses filosóficas – e (3) a do ‘**comentador de Wittgenstein**’, o irônico ‘terapeuta-gramatical’, que desqualifica problemas filosóficos e os dissolve elucidando seus contrassensos¹⁶, vozes que, sendo indistintamente tomadas como expressões das con-

¹⁴ KRIPKE: 1982, p. 5.

¹⁵ STERN: 5004, p. 22.

¹⁶ O prof. Stern esclarece ainda que “esta terceira voz, que não é sempre diferenciada de forma clara da voz do narrador, apresenta um comentário irônico a respeito dos diálogos, um comentário que consiste em parte de objeções a pressuposições que o debate aceita como dadas, e em parte de obviedades a respeito da linguagem e da vida cotidiana que elas [as vozes] negligenciaram.” (STERN: 2004, p. 22).

cepções de Wittgenstein pelos seus intérpretes de orientação kripkeana, os tornam “incapazes de conciliar as teses contundentes e provocativas advogadas pelo narrador com a rejeição de todas as teses filosóficas pelo comentador”¹⁷. Assumida a presente distinção, a acusação de contradição performativa parece descabida, uma vez que os aspectos positivo (propositor, argumentativo) e negativo (terapêutico, antitético) de seu trabalho filosófico podem ser vistos como “efetivamente complementares e inter-relacionados”¹⁸ na medida em que não há a primazia de uma voz como sendo a essencialmente wittgensteiniana em prejuízo da outra. Ambas as vozes são inextrincavelmente indissociáveis e constitutivas do trato filosófico-gramatical que Wittgenstein aplica aos (pseudo) problemas sobre os quais sua terapia incide.

Poder-se-ia objetar que a multiplicidade de ‘vozes’ a que Stern faz notar acaba por obscurecer a inteligibilidade do texto das *IF*, antes interpretado via o diapasão ‘narrador/interlocutor de Wittgenstein’ e agora tornado uma “infinita variação de cinzas ou uma sala caleidoscópica de espelhos”¹⁹ o que soa relativista, ficando ao leitor a mesma tarefa (kripkeana) depuratória da voz monológica subjacente do autor.

Considerações a respeito da estratégia argumentativa global – quer em escala micro ou macrot textual – a que o estilo dialógico das *IF* dá ensejo se mostram relevantes em resposta à tal investida. David Stern assinala que cada um desses três tipos de vozes contém uma multiplicidade de perspectivas e identifica um padrão de argumento em três estágios que “sugere uma receita mais geral para abalar preconcepções filosóficas” a que denominou, conforme auto referido²⁰, “o método do §2”.

No primeiro estágio, uma voz formula uma *teoria/posição filosófica*, “um jogo de linguagem para o qual esta descrição é realmente válida”²¹; no segundo estágio, uma voz descreve um conjunto apropriado de circunstâncias nas quais a teoria enunciada se aplica; e no terceiro estágio uma voz objeta contra tal posição “alterando apenas o suficiente no caso em questão, acrescentando ou removendo algum

¹⁷ STERN: 2004, p. 23.

¹⁸ STERN: 2004, p. 5.

¹⁹ STERN: 2004, p. 23.

²⁰ Cf. *IF* §48a.

²¹ *Idem*.

aspecto, ou mudando o contexto de nosso ponto de vista, de tal maneira que sejamos jogados contra as limitações da concepção”²². Este esquema geral é sistematicamente aplicado ao longo de toda a composição das *IF* de modo que nem sempre a mudança de voz é nitidamente identificada – não há marcas sintáticas claras da mudança de voz, nem nomeação dos personagens, como, por exemplo, nos diálogos socrático-platônicos –, o que requererá do intérprete um permanente esforço de reconstrução do diálogo e papel das vozes num determinando contexto de discurso²³. Resta ainda considerar a tese da imputabilidade do ceticismo semântico a Wittgenstein.

Assumindo-se a proposta de leitura de Stern²⁴ a partir da argumentação em três estágios pode-se, com efeito, sustentar a não imputabilidade do ceticismo semântico ao filósofo austríaco. Tal atribuição é fruto da interpretação equivocada do caráter e métodos das *IF*. Sua leitura erroneamente identifica, em §201, dois estágios do argumento – num momento, as razões oferecidas pelo narrador de Wittgenstein para supor que o desafio cético (o problema o seguir regras) pode ser respondido e, no outro, uma dúvida cética que o narrador de Wittgenstein constata que a voz interlocutória enfrenta – com a concepção do autor, atribuindo-lhe, então, um caráter cético. Ocorre que identificar a existência de um novo e radical tipo de ceticismo, num contexto dialógico, não implica em comprometer-se com ele, menos ainda em tornar-se cético. Na composição do texto das *IF*, uma das vozes apresenta o ceticismo como o objeto da terapia, não o seu remédio.

Há que se notar que o texto das *IF* resiste à identificação absoluta com qualquer gênero discursivo, muito embora seja constituído mediante o uso de diversos deles. A despeito da postura eminentemente

²² STERN: 2004, p. 10.

²³ Acrescido a isso, o prof. David Stern observa que “também é característico do uso feito por Wittgenstein desse esquema de argumento que todos os três estágios sigam um ao outro de forma bastante rápida. Nos §§1-3 e §§46-48”, cada um dos estágios do argumento é apresentado de forma bastante explícita; em vários outros casos o argumento é apenas esboçado, e o Estágio 3 pode ser deixado como exercício para o leitor. Na medida em que não visa resolver problemas filosóficos, mas desfazê-los ou ‘dissolvê-los’, Wittgenstein frequentemente apresenta os elementos para uma resposta à maneira do Estágio 3 imediatamente antes de apresentar o Estágio 2. A finalidade da resposta no Estágio 3 não é articular uma resposta filosófica à questão proto-filosófica com a qual iniciamos, mas nos levar a abandonar a questão.” (STERN: 2004, p. 11).

²⁴ Cf. STERN: 2004, p. 24.

argumentativa do ‘narrador de Wittgenstein’ não podemos, conforme defendi, identificar o perfil do autor com as passagens nas quais a voz daquele é apontada. O mais próximo que o filósofo austríaco chega de expressar suas próprias convicções, diz-nos Stern, “não está na pessoa de seu narrador, o protagonista agressivamente antissocial que encontramos nos argumentos em três estágios do livro, mas nos momentos em que ele dá um passo atrás (...) e nos apresenta alguma comparação surpreendente ou chama nossa atenção para obviedades que os filósofos não levam a sério.”²⁵.

Os métodos exaustivamente empregados pela terapia gramatical wittgensteiniana não visam falsear ou endossar determinada concepção teórica, mas antes elucidar seu contrassenso. De acordo com minha hipótese, Wittgenstein não se engaja em demonstrar a possibilidade/impossibilidade de uma resposta ao desafio cético-semântico. Em contrapartida, elucidada por meio do método do §2 que as palavras do cientificismo teorético filosófico não realizam absolutamente nada de útil:

“Mesmo a substituição da palavra ‘igual’ por ‘idêntico’ (por exemplo) é um expediente típico da filosofia. Como se falássemos de graduações de significação e como se se tratasse apenas de encontrar, com essas palavras, a nuance correta. E disso se trata ao filosofar, apenas quando nossa tarefa é apresentar, de modo psicologicamente exato, a tentação de empregar um determinado modo de expressão. O que ‘somos tentados a dizer’ em tal caso, naturalmente não é filosofia, mas sim sua matéria-prima. O que um matemático, por exemplo, é tentado a dizer sobre a objetividade e realidade de fatos matemáticos não é uma filosofia da matemática, mas sim alguma coisa de que a filosofia deveria *tratar*.

O filósofo trata uma questão como uma doença.”²⁶.

É defensável argumentar que Wittgenstein não oferece uma ‘solução cética’ ao desafio cético-semântico, mas antes que sua terapia gramatical pretendia dissolver tal problema por meio de um diálogo entre vozes que se contrapõem, no qual as personagens – ‘narrador’, ‘comentador’ e ‘interlocutor’ – estão em paridade de expressão da concepção do autor e a serviço do esclarecimento do sentido. Ao final,

²⁵ STERN: 2004, p. 25.

²⁶ IF §§ 254-5.

Wittgenstein não oferece uma ‘solução cética’ ao paradoxo, mas busca dissolvê-lo atacando seus pressupostos fundamentais e descrevendo, de modo contextual, como as regras disciplinam os múltiplos jogos de linguagem, que refletem uma determinada ‘forma de vida’.

III. CONCLUSÃO

Em conclusão, ocupei-me com o ensaio de duas linhas de objeção à imputabilidade do ceticismo semântico a Wittgenstein, atentando ao estilo dialógico do texto das *IF* e à proposta interpretativa de David Stern. Num primeiro turno, respondi à acusação kripkeana de contradição performativa elucidando as três vozes identificadas nos diálogos – a do ‘narrador de Wittgenstein’, a ‘voz interlocutória’ e a do ‘comentador de Wittgenstein’ – para, em seguida, negar propriamente o caráter supostamente cético do autor das *IF*, descrevendo a estrutura geral de seus argumentos: o método do §2. Sustentei ainda que a mera constatação do ceticismo não o compromete com esse, mas antes é estrategicamente formulado como alvo sobre o qual a terapia gramatical deve incidir.

REFERÊNCIAS

- BYRNE, A. “On Misinterpreting Kripke’s Wittgenstein”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. LVI, nº 2, jun/1996, pp. 339-343.
- FIGUEIREDO, N. M. “Estudo sobre Regras e Linguagem Privada: A divergência de interpretações sobre a noção de regras nas *Investigações Filosóficas*”. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. São Paulo: USP, 2009.
- HEAL, J. “Wittgenstein and Dialogue”. In: SMILEY, T. (ed.). *Philosophical Dialogues: Plato, Hume, Wittgenstein*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on Rules and Private Language: An Elementar Introduction*. Oxford, UK: Blackwell Publishers, 1982. (Tradução espanhola: _____). *Wittgenstein a Propósito de Reglas y Lenguaje Privado*. Trad. de Jorge Rodríguez Marqueze. Madrid: Editorial Tecnos, 2006).
- KUSCH, M. A. *Sceptical Guide to Meaning and Rules: Defending Kripke’s Wittgenstein*. UK: Acumen, 2006.

MARCONDES, D. "Ceticismo, Filosofia Cética e Linguagem". In: SILVA FILHO, W.J. (org.). *O Ceticismo e a possibilidade da filosofia*. Ijuí Unijuí, 2005. pp. 134-158. (Coleção "Filosofia").

SIQUEIRA, E.G. de. "Como ler o Álbum? Pela composição de vozes que nele se deixam ouvir". In: MORENO, A.R. (org.) *Wittgenstein – Como ler o álbum?*. Coleção CLE, v.55, 2009, pp. 183-204. UNICAMP.

STERN, D., *Wittgenstein's Philosophical Investigations: An Introduction*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004 (Tradução brasileira: _____). *As Investigações Filosóficas de Wittgenstein: uma introdução*. Trad. de Marcelo Carvalho e Fernando L. Aquino. São Paulo: Annablume, 2012).

_____. *Wittgenstein on Mind and Language*. Oxford: Oxford University Press, 1995.

_____. "Semantic Realism and Kripke's Wittgenstein". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, vol. 58, nº 1, mar/1998, pp. 99-122.

WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas*. Trad. José Carlos Bruni. São Paulo: Nova Cultural, 1999. (Coleção "Os Pensadores").

_____. *Investigações Filosóficas*. Trad. de Marcos Montagnoli. Petrópolis: Vozes, 2009.

WRIGHT, C. "Kripke's Account of the Argument against Private Language". In *The Journal of Philosophy*, vol. 81, nº 12, dez/1984, pp. 759-778.

Wittgenstein e a prática de seguir regras

Antonio Ianni Segatto

UNESP

Diversos comentadores assinalaram o fato de que há um dilema subjacente às observações de Wittgenstein sobre as noções de regra e seguir uma regra nas *Investigações filosóficas*. Entretanto, eles não parecem concordar acerca a natureza desse dilema e sobre a “solução” que Wittgenstein daria a ele. Kripke, por exemplo, entende o dilema como um paradoxo cético. Com efeito, ele generaliza a crítica quineana do “mito do significado” a toda a linguagem: não haveria nenhum *fact of the matter*, isto é, não haveria nada que fundaria a aplicação das regras, dos conceitos, etc. Sabe-se que essa leitura repousa sobre uma interpretação *sui generis* da §201 das *Investigações*, em que Wittgenstein apresenta – e endossariam segundo Kripke – o seguinte paradoxo: “Nosso paradoxo era o seguinte: uma regra não podia determinar nenhuma forma de ação, pois toda forma de ação pode estar de acordo com a regra” (PU §201).¹ Que se tome, por exemplo, a função matemática de adição. Segundo Kripke, um cético poderia muito bem questionar minha compreensão dessa função dizendo que, quando eu utilizei no passado o símbolo “+”, eu o fiz de um modo diferente daquele que acreditara. Não haveria nenhum fato que determinaria se eu utilizei o

¹ As referências aos escritos de Wittgenstein serão feitos no corpo do texto conforme as abreviações indicadas no final.

símbolo “+” para designar a função “soma” ou alguma outra função, por exemplo, “quoma”. Disso se segue, nas palavras de Kripke, o seguinte:

Uma vez que é impossível responder ao cético que supõe que eu quis dizer quoma, não há nenhum fato sobre mim que diferencia entre eu querer dizer soma e eu querer dizer quoma. Como efeito, não há nenhum fato sobre mim que diferencia entre eu querer dizer uma função específica por “soma” (que determina minhas respostas em novos casos) e não significar nada.²

Segundo o autor, o problema se coloca porque “se uma pessoa é considerada isoladamente, a noção de uma regra como algo que guia a pessoa que a adota não pode ter conteúdo substantivo”.³ A solução cética consistiria, então, em definir o significado de uma regra, de uma palavra, etc. por meio de suas condições de assertibilidade determinadas pela comunidade: se não se pode falar em significado para um indivíduo isolado, a solução estaria no acordo estabelecido pela comunidade sobre as condições de assertibilidade. Tanto o paradoxo quanto a solução apresentados por Wittgenstein se assemelham às considerações de Hume. Ambos formulariam paradoxos céticos no que se refere ao nexos entre passado e futuro. O primeiro questiona o nexos entre a intenção ou significado passado e a prática presente ou futura (a intenção passada quanto à função “soma” e o cálculo presente de, por exemplo, “ $68 + 57 = 125$ ”). O segundo questiona, como se sabe, o nexos causal entre um evento passado e um evento futuro e o nexos entre nossas inferências indutivas. Por outro lado, ambos apresentariam soluções também céticas para os paradoxos, que não consistem na refutação dos argumentos céticos, mas, ao contrário, na aceitação de suas premissas e na posterior análise dos conceitos e práticas comuns: “nossa prática ou crença comum está justificada porque – apesar das aparências contrárias – ela não requer a justificação que o cético mostrou ser insustentável (...) uma solução cética deve envolver a análise ou abordagem cética de nossas crenças comuns para rejeitar sua referência *prima facie* a uma absurdidade metafísica”.⁴ Ao final, ambas as soluções envolvem a referência a algum tipo de costume ou hábito.

² KRIPKE, S. *Wittgenstein on rules and private language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982, p. 21.

³ Idem, p. 89.

⁴ Idem, p. 66-7.

Sabe-se que a interpretação kripkeana foi criticada por diversos comentadores. John McDowell observa, a meu ver corretamente, que Kripke assimila equivocadamente a compreensão de uma regra à sua interpretação. E isso impõe um “dilema intolerável” que consiste em escolher entre uma mitologia fantástica segundo a qual o significado é determinado por uma espécie de máquina super-rígida e o paradoxo segundo o qual o significado não tem substância alguma. McDowell recusa a escolha imposta pelo paradoxo recusando sua premissa, isto é, a assimilação da compreensão da regra à sua interpretação. A esse propósito, ele escreve:

O paradoxo que Wittgenstein formula na §201 não é, como supõe Kripke, o mero “paradoxo” de que, se consideramos um indivíduo isoladamente, não temos meios para dar sentido à noção de significado (...) É o paradoxo genuíno e devastador de que o significado é uma ilusão. Focando no indivíduo isolado de qualquer comunidade lingüística não é o modo como caímos no abismo; é, antes, um aspecto do modo como lutamos para não cair, enquanto mantemos a suposição que gera o dilema.⁵

Seguindo essa abordagem, eu gostaria de apontar em que sentido se deve entender a afirmação de Wittgenstein na seqüência da §201, segundo a qual “há uma apreensão da regra que *não* é uma *interpretação*; mas que se manifesta, em cada caso de aplicação, no que chamamos ‘seguir uma regra’ ou ‘ir contra ela’” (PU §201). Dito de outro modo, eu pretendo mostrar, retomando a interpretação de McDowell, que o paradoxo não é compulsório e porque ele não o é. Para tanto, vou apresentar, de maneira um tanto sumária, um comentário de algumas seções das *Investigações*, notadamente as últimas seções dedicadas às noções de regra e seguir uma regra.

Nas §§238-242 das *Investigações*, Wittgenstein considera novamente o que McDowell chamava de “dilema intolerável”. Na seção 238, Wittgenstein retoma o primeiro lado do dilema exposto no início:

Para que possa me parecer que a regra tenha produzido todas as suas conseqüências de antemão, elas devem ser *evidentes* a mim. Tão evidentes quanto é evidente para mim chamar essa cor de “azul”. (Critério para que isso seja “evidente” a mim). (PU §238)

⁵ McDOWELL, J. “Wittgenstein on following a rule”. In: *Mind, value, and reality*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998, p. 243.

A expressão “que a regra tenha produzido todas as suas conseqüências de antemão” retoma o primeiro lado de um dilema exposto nas seções anteriores das *Investigações*: definida uma determinada regra, parece que, como dizia o interlocutor na §219, “todas as transições já foram, na verdade, feitas”. Aceita essa “descrição mitológica do uso de uma regra”, conforme a caracterização dada na §221, tudo se passaria como se a atribuição de um sentido a uma formulação, por exemplo, “+2”, fizesse com que, simultaneamente, linhas fossem traçadas no espaço e elas determinassem todos os passos que se seguem do ponto inicial da série. Que se lembre a metáfora da seção 218, segundo a qual “poderíamos imaginar trilhos ao invés de uma regra. E trilhos infinitamente longos corresponderiam à aplicação ilimitada da regra” (PU §218).⁶ Dada a formulação de regra “+2”, não apenas estaria determinado que o resultado de sua décima aplicação *deve* ser “20”, mas estaria determinada também a própria série “2, 4, 6, 8, ...”. No entanto, é preciso notar que Wittgenstein admite uma compreensão dessa descrição que não seja mitológica. Em certa medida, é correto dizer que não há escolha. Mas isso deve ser tomado em sentido figurado (*symbolisch*), o que indica que o problema é outro. A idéia de que “todas as transições já foram, na verdade, feitas” pode significar simplesmente que “quando sigo uma regra, não escolho”. E “não escolho”, cumpre dizer, porque não há escolha se não há alternativas. O que se pretende frisar é a idéia de que a determinação do sentido de uma regra exclui qualquer escolha, simplesmente porque não há nada para escolher. Saber o que a regra prescreve significa saber o que é uma aplicação correta da regra.

O mesmo movimento argumentativo comparece obliquamente – já que a voz do interlocutor não é introduzida explicitamente – na seção 238. Embora a expressão “que a regra tenha produzido todas as suas conseqüências de antemão” possa conduzir, analogamente, a uma “descrição mitológica do uso de uma regra”, Wittgenstein admite uma versão não-problemática para ela. Em certa medida, é correto dizer que “para que possa me parecer que a regra tenha produzido todas as suas conseqüências de antemão, elas devem ser *evidentes a mim*”, mas isso deve ser qualificado. As conseqüências devem ser eviden-

⁶ A vinculação entre as seções 238 e 218 é evidenciada pelo TS 228, onde elas aparecem em seqüência.

tes a mim tanto quanto é evidente para mim nomear uma certa cor de “azul”. E isso no sentido de que sei *imediatamente*, isto é, sem hesitar nem duvidar, aplicar a palavra “azul” para caracterizar um certo objeto. As *Observações sobre os fundamentos da matemática* esclarecem que ter um determinado conceito da regra, saber qual é seu sentido, implica saber o que fazer em cada caso – por oposição a um saber que conteria todos os casos –, e que é desse tipo de evidência que se trata:

Eu tenho um determinado conceito da regra. Eu sei o que tenho que fazer em cada caso específico. Eu sei, isso significa que eu não duvido: é óbvio para mim. Eu digo: “evidente”. Eu não posso dar nenhuma razão. (BGM VI §24)

A seção 239 repõe o lado contrário do dilema: se a regra não contém o resultado de cada uma de suas aplicações, parece não haver nenhum vínculo entre a regra e o caso particular. Aceita essa premissa, seria necessário, então, introduzir um intermediário que permitisse fazer a passagem da regra ao caso particular ou, conforme a formulação específica que recebe nesse contexto, um critério que vincule uma palavra que designa uma cor à ação de pegar o objeto com a cor correspondente:

Como ele deve saber que cor escolher quando escuta “vermelho”? – Muito simples: ele deve pegar a cor cuja imagem lhe ocorre ao ouvir a palavra. – Mas como ele deve saber que cor tem “a imagem que lhe ocorre”? É preciso um outro critério para isso? (Há certamente um procedimento: escolher a cor que ocorre a alguém ao ouvir a palavra....).

“‘Vermelho’ significa a cor que me ocorre ao ouvir a palavra ‘vermelho’” – seria uma *definição*. Não uma explicação da *essência* da designação por meio de uma palavra. (PU §239)

A questão posta pelo interlocutor ecoa a questão que abre a seção 198. Em um caso, ela incide sobre a possibilidade de vinculação entre uma determinada palavra e o ato de pegar o objeto designado (“Como ele deve saber que cor escolher quando escuta a palavra ‘vermelho’?”), no outro, ela incide sobre a possibilidade de vinculação entre uma regra e o ato de segui-la (“Mas como uma regra pode me ensinar o que devo fazer *nesse* ponto?”). Um exame mais detido das seções mencionadas

deveria mostrar que o próprio problema deveria ser descartado, já que se revela um falso problema. Uma interpretação não poderia, em última instância, ser um intermediário entre a regra e sua aplicação, pois, sendo uma outra formulação de regra, também deveria ser aplicada e, para isso, precisaria de uma outra interpretação. Do mesmo modo, uma imagem mental – seja lá o que se queira dizer com isso – não poderia ser o critério para alguém pegar o objeto designado por uma palavra. Embora não seja dada uma resposta para a pergunta “É preciso um outro critério para isso?”, ela deveria, do ponto de vista de quem admite o problema, ser positiva. Mas, nesse caso, o regresso se imporá.

Se de um lado do dilema associava-se o sentido da regra ao conjunto total de suas aplicações – atuais ou possíveis, presentes, passadas ou futuras –, agora parece haver uma dissociação completa entre o sentido da regra e sua aplicação, sendo necessário um elemento adicional que os vincule. Mesmo admitindo que as conseqüências da regra devem ser evidentes – saber o que a regra prescreve significa saber o que é uma aplicação correta da regra –, parece ser necessário, ainda assim, haver algo que sirva de instrução para a ação efetiva de seguir a regra ou para a ação de pegar o objeto com uma cor específica. Posto nos termos do famoso “paradoxo céptico”, o problema carece de sentido. No entanto, assim como no caso anterior, há uma versão não-problemática para ele. Ao aplicar uma regra, sua formulação serve de padrão de correção, objeto de comparação em relação ao qual se pode dizer que certos atos estão de acordo ou não. Mas é preciso reconhecer que todo objeto de comparação pode ser aplicado de diferentes maneiras, segundo diferentes métodos. A afirmação anterior de que saber o que a regra prescreve significa saber o que é uma aplicação correta da regra, deve ser complementada pela seguinte colocação: saber o que é uma aplicação correta da regra supõe saber como aplicar a regra em cada caso particular e isso supõe, por sua vez, o domínio de uma técnica de aplicação. Uma formulação de regra qualquer não determina por si só o modo como deve ser aplicada. É preciso que haja, para isso, uma técnica de aplicação. Deve-se apenas ter o cuidado de não entendê-la como algo que atua como intermediário entre a formulação de regra e sua aplicação. Essa suspeita se desfaz se essa técnica for entendida como algo que se constitui no próprio exercício de aplicação da regra.

Ela não é, pois, exterior à relação entre a regra e sua aplicação, nem algo que já está instituído antes do exercício efetivo da aplicação. Trata-se, em suma, do produto da reiteração de um modo de agir específico.

Isso significa que faz parte da definição de regra não apenas o próprio sentido da regra, aquilo que ela prescreve, mas também um certo modo de agir em sua aplicação. Por um lado, aplicações corretas da regra são aplicações corretas porque o que se fez em todas elas foi a mesma coisa, nada mais do que aquilo que a regra prescreve. Mas, por outro lado, o que se fez foi a mesma coisa porque em todas as aplicações procedeu-se do mesmo modo. A identificação da regra e de seus casos de aplicação correta se faz nesse círculo virtuoso. Em uma passagem dos manuscritos, Wittgenstein assinala essa reciprocidade: “‘Aja do mesmo modo’. Mas, ao dizer isso, devo apontar para a regra. Ele já deve, pois, ter aprendido a *aplicar*. Pois, do contrário, o que significa para ele sua expressão?” (Wittgenstein Z §305; 2000 MS 136, p. 125b; TS 233a, p. 63). O que permite a identificação de uma formulação qualquer, a expressão, como formulação de uma determinada regra é não apenas a discriminação do que a regra prescreve – que se deve agir de tal e tal maneira –, mas também a discriminação do modo como se deve aplicá-la.

A partir dessas colocações, é possível ler a seção 240 como uma transição entre as duas seções comentadas e as últimas seções do bloco das *Investigações* sobre seguir uma regra:

Nenhuma controvérsia irrompe (entre os matemáticos, digamos) sobre se alguém procedeu de acordo com uma regra ou não. Não se chega, por exemplo, às vias de fato. Isso faz parte do arcabouço (*Gerüst*) a partir do qual nossa linguagem opera. (Por exemplo, fazer uma descrição). (PU §240)

Essas palavras comparecem *ipsis verbis* nas *Observações sobre os fundamentos da matemática*, mas são precedidas pelas seguintes palavras:

É da maior importância que não surja nunca uma disputa entre os homens sobre se a cor deste objeto é igual à cor daquele; o comprimento desta barra é igual ao comprimento daquela etc. Esse acordo pacífico é o entorno característico do uso da palavra “mesmo”. E algo análogo deve ser dito sobre o proceder segundo uma regra. (BGM VI §21)

Para que se possa dizer que, ao seguir uma regra, ao dizer que determinado objeto possui uma certa cor, ao determinar o comprimento de uma barra etc. é preciso não apenas “agir do mesmo modo”, como foi visto, mas também que haja um certo acordo entre aqueles que aplicam a regra, aqueles que atribuem uma cor a um objeto ou determinam o comprimento de uma barra etc. Isso significa que, além da concordância (*Übereinstimmung*) entre uma regra e suas aplicações deve haver um acordo (*Übereinstimmung*) entre aqueles que aplicam a regra. E faz parte do arcabouço a partir do qual se pode jogar um jogo de linguagem – mas não faz parte do próprio jogo, note-se bem – que exista esse acordo e que nenhuma controvérsia surja a cada aplicação da regra.

No entanto, parece que esse acordo não tem um papel apenas na determinação das condições de sentido de nossas proposições, juízos etc., mas também decide o que é efetivamente verdadeiro ou falso. É contra essa suspeita que se dirige a seção 241:

“Você diz, então, que o acordo entre os homens decide o que é verdadeiro ou falso?” – Verdadeiro ou falso é o que os homens dizem, e os homens concordam na *linguagem*. Isso não é um acordo de opiniões, mas de forma de vida. (PU §241)

Ora, que os homens concordem na linguagem significa que eles concordam não apenas no que diz respeito às definições, às condições de sentido, mas também no que diz respeito aos juízos ou aplicações de regras e conceitos, na aceitação e ratificação de provas matemáticas, nos resultados dos cálculos etc. Tudo isso compõe o que Wittgenstein chama de acordo de forma de vida. Em outro contexto, ele diz algo muito próximo ao que se lê na seção 241, mas com uma variação significativa. Considerando a sugestão de que as verdades da lógica são determinadas por um consenso de opiniões, ele diz: “É isso que estou dizendo? Não. Não há opinião alguma; não é uma questão de *opinião*. Elas são determinadas por um consenso de *ação*: um consenso em fazer a mesma coisa, reagir do mesmo modo. Há um consenso, mas não é um consenso de opinião. Nós todos agimos do mesmo modo, andamos do mesmo modo, contamos do mesmo modo” (LFM, p. 183-4). Essas palavras clarificam um dos aspectos envolvidos na expressão “acordo de forma de vida”: esse acordo é composto por uma série de *atividades* e supõe a regularidade no exercício dessas atividades.

A seção 242 esclarece o que significa dizer que “os homens concordam na *linguagem*”:

Ao entendimento por meio da linguagem pertence não apenas um acordo nas definições, mas (por estranho que possa soar) um acordo nos juízos. Isso parece suprimir a lógica, mas não a suprime. – Uma coisa é descrever o método de medição, outra é encontrar e declarar os resultados da medição. Mas o que chamamos “medir” também é determinado por uma certa constância nos resultados de medição. (PU §242)

Que seja necessário haver um acordo nos juízos parece suprimir a lógica, pois parece fazê-la depender da correção dos juízos. Nas *Observações sobre os fundamentos da matemática*, esse ponto é enfatizado retomando justamente o exemplo da seção 242. Comentando a relação entre as “inferências lógicas” e o “pensar”, Wittgenstein escreve: “não se trata aqui de alguma correspondência do que é dito com a realidade; ao contrário, a lógica é *anterior* a uma tal correspondência; precisamente no sentido de que o estabelecimento de um método de medição é *anterior* à correção ou falsidade de uma medida” (BGM I §156). Cumpre notar que as *Observações sobre os fundamentos da matemática* também retomam a relação entre o acordo nas definições e o acordo nos juízos:

Dizemos que os homens, para se entenderem uns com os outros, têm que concordar entre si a respeito dos significados das palavras. Mas o critério para esse acordo não é apenas um acordo em relação às definições, por exemplo, definições ostensivas, – mas *também* um acordo nos juízos. É fundamental para o entendimento que nós concordemos em um grande número de juízos. (BGM VI §39)

Como fica claro pela leitura das duas passagens, acordo nas definições é condição necessária, mas não suficiente, para que haja o entendimento por meio da linguagem, isto é, para que meros sinais gráficos sejam reconhecidos como palavras com significado, para que um padrão qualquer seja reconhecido como o padrão de uma determinada unidade de medida ou, como já disse, para que uma formulação qualquer seja como formulação de uma determinada regra. É preciso que

haja também um acordo nos juízos, um acordo nos resultados da aplicação de conceitos, unidade de medida, regras etc. A meu ver, trata-se de reconhecer que há uma dimensão reflexionante na relação entre o acordo nos juízos e o acordo nas definições ou, de maneira mais geral, entre a aplicação e a definição do sentido da regra. Essa idéia não é completamente inédita. Bento Prado Jr. observou que “uma regra não pode ser pensada como *anterior* ou *exterior* à sua aplicação: talvez mesmo o contrário, como se a regra só emergisse de sua aplicação, manifestando o caráter reflexionante da linguagem ou do pensamento”.⁷ Em um artigo sobre o juízo reflexionante kantiano como resposta à filosofia humiana, Juliet Floyd, por sua vez, expõe o modo como o problema aparece na filosofia kantiana e propõe um paralelo interessante com Wittgenstein:

Embora Kant insista que deve haver um princípio *a priori* do (bom) juízo, ele também está argumentando que esse princípio *a priori* não pode ser objetivo, sob a pena de um regresso a regras para a aplicação de regras, ou de capacidades de julgar para o exercício do juízo. Se o juízo é a capacidade de aplicar regras a casos particulares, então essa capacidade não pode, ela própria, ser constituída por um conjunto de regras *a priori*. Temos aqui um precursor do tratamento wittgensteiniano de uma concepção equivocada do que é seguir uma regra (...) Wittgenstein, diferentemente de Kant, localizaria a fonte do regresso na própria suposição que Kant faz de que a linguagem e o pensamento e as aplicações dos conceitos estão limitados por regras por todo lado. Mas uma vez que Kant considera todo juiz como, de alguma forma, governado por regras, sua única escapatória do regresso vicioso das regras, ou capacidades do juízo para o exercício do juízo, é postular uma regra que aplica a si mesma ou que interpreta a si mesma, do mesmo modo como uma causa que causa a si mesma põe um fim no regresso.⁸

Se é correta a interpretação de Floyd segundo a qual a resposta de Kant ao problema humiano da indução está nas Introduções à terceira *Crítica*, o paralelo entre Wittgenstein e Kant a partir da noção de reflexionante é uma resposta ao paralelo sugerido por Kripke entre

⁷ PRADO, B. *Erro, ilusão, loucura: ensaios*. São Paulo: Ed. 34, 2004, p. 84-5.

⁸ FLOYD, J. “The fact of judgement: the Kantian response to Humean condition”. In: MALPAS, J. (ed.). *From Kant to Davidson: philosophy and the idea of the transcendental*. London: Routledge, 2003, p. 31-2.

Wittgenstein e Hume e à formulação mesma do problema proposta por ele. A meu ver, é preciso reconhecer que tanto para Kant quanto para Wittgenstein há uma interdependência entre as dimensões determinante e reflexionante.⁹ No caso de Wittgenstein, acredito que a questão possa ser colocada nos seguintes termos: pela dimensão determinante, responde a relação interna entre o sentido da regra e a aplicação correta. O sentido da regra “+2”, por exemplo, determina que em sua décima aplicação o resultado *deve* ser “20”. Definido o sentido de uma determinada formulação de regra, está determinado o que conta uma aplicação correta da regra. Pela dimensão reflexionante responde a relação entre os casos de aplicação correta e a instituição daquele sentido. Vimos que uma formulação só se institui como regra uma vez definida uma técnica de aplicação, e que esta se constitui na própria sucessão das aplicações, na reiteração de um modo de agir. O acordo nos juízos é a expressão justamente da reiteração de um modo de agir, da regularidade no modo de aplicar a regra ou o padrão. Nessa medida, esse acordo traduz “uma certa constância nos resultados da medição”, pois tal constância só é possível porque a regra ou o padrão foram aplicados do mesmo modo, porque agimos do mesmo modo. Se o que chamamos de “medir” é determinado por uma certa constância nos resultados de medição, não é exagerado dizer que o acordo nas definições e, talvez, as próprias definições são determinados pelo acordo nos juízos. Não seria possível que as pessoas (supostamente) concordassem nas definições e discordassem nos juízos, isto é, no modo e nos resultados de aplicação das regras.¹⁰

A certa altura de seus cursos sobre os fundamentos da matemática, Wittgenstein propõe um *Gedankenexperiment*, que se assemelha à suposição de Kripke acerca de uma operação matemática elementar:

⁹ Sobre essa interdependência no caso de Kant, cf. LONGUENESSE, B. *Kant et le pouvoir de juger*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.

¹⁰ Colin McGinn coloca, a nosso ver, corretamente, a questão nos seguintes termos: “se obedecer uma regra particular é aplicar o respectivo sinal de um certo modo ao longo do tempo, então a *mesma* regra consiste precisamente na *coincidência* de tal prática temporalmente estendida. Não é como se o significado fosse inerentemente independente da prática, de tal forma que as pessoas pudessem divergir radicalmente em suas práticas e, ainda assim, concordar em seus significados; antes, o acordo sobre o significado entre pessoas depende essencialmente do acordo sobre a prática” (McGINN, C. *Wittgenstein on meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1987, p. 54).

Suponhamos que nós, nesta sala, estejamos inventando a aritmética. Temos uma técnica de contar, mas até agora não temos a multiplicação. Suponhamos agora o seguinte experimento. Eu proponho uma multiplicação a Lewy. – Nós inventamos a multiplicação até 100; isto é, escrevemos coisas como 81×63 , mas ainda não escrevemos coisas como 123×489 . Eu digo a ele “Você sabe o que você fez até aqui. Agora faça a mesmo tipo de coisa para esses dois números”. – Eu suponho que ele faça o que nós habitualmente fazemos. (LFM, p. 95)

A suposição de que a aritmética está sendo inventada naquele momento impede o recurso a fatos passados como garantia do sentido do sinal de multiplicação. Isso parece confirmar o que propunha o cético de Kripke. No entanto, a seqüência do texto aponta na direção contrária. Ainda que todas as aplicações passadas da regra tenham sido feitas com numerais menores que 100, isso não significa que não saibamos como proceder com numerais maiores que 100. A conjunção dos casos passados de aplicação da regra e do saber agir associado a eles fornece tudo o que precisamos para aplicar a regra no futuro. Para isso, basta que apliquemos a regra *do mesmo modo* como aplicamos no passado, isto é, segundo a mesma técnica de aplicação. Em seguida, Wittgenstein dá um passo além: a partir do momento em que se instituiu um modo como se deve proceder, um modo como se deve aplicar a formulação de regra, “há um certo e um errado. Antes não havia” (LFM, p. 95).

Além disso, não devemos esquecer que Wittgenstein enfatizara que seguir uma regra é parte de um costume: “Seguir uma regra, fazer uma notificação, dar uma ordem jogar uma partida de xadrez são *costumes* (usos, instituições). Compreender uma proposição significa compreender uma linguagem. Compreender uma linguagem significa dominar uma técnica” (PU §199). Costumes não devem ser entendidos como regularidades de comportamento pura e simplesmente; eles são regularidades que tem uma força normativa no conjunto dos atos de seguir uma regra. Por um lado, contra a suspeita de que se trata de uma vinculação meramente causal, é preciso notar que, ao sermos treinados a seguir uma regra e reagirmos de determinada maneira, não o fazemos de maneira puramente mecânica; assumimos um padrão de regularidade. E se seguir uma regra supõe “um uso constante, um costume” (PU §198), esse padrão de regularidade constitui e se manifesta como procedimento repetido ao longo do tempo de um conjunto de ações.

Wittgenstein recusa os dois lados do “dilema intolerável” pela mesma razão. O que constitui a identidade da regra não é algo que acompanha a formulação da regra, mas um modo de aplicar essa formulação, o qual se constitui nos juízos (nas aplicações) e no acordo nestes juízos (na regularidade e constância das aplicações). Isso não significa que a identidade da regra se confunda com um suposto consenso de opiniões, como parecer querer Kripke. A conseqüência dessa concepção é nada mais, nada menos que reconhecer, como diz Cavell, que “conhecer o significado de uma palavra, dominar o conceito expresso por ela, é ser capaz de seguir adiante em novos contextos – aqueles que aceitamos como corretos para ela”.¹¹

REFERÊNCIAS

- CAVELL, S. *The claim of reason: Wittgenstein, skepticism, morality, and tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 1999.
- FLOYD, J. “The fact of judgement: the Kantian response to Humean condition”. In: MALPAS, J. (ed.). *From Kant to Davidson: philosophy and the idea of the transcendental*. London: Routledge, 2003.
- KRIPKE, S. *Wittgenstein on rules and private language*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1982.
- LONGUENESSE, B. *Kant et le pouvoir de juger*. Paris: Presses Universitaires de France, 1993.
- McDOWELL, J. “Wittgenstein on following a rule”. In: *Mind, value, and reality*. Cambridge, Mass.: Harvard University Press, 1998.
- McGINN, C. *Wittgenstein on meaning*. Oxford: Basil Blackwell, 1987.
- PRADO, B. *Erro, ilusão, loucura: ensaios*. São Paulo: Ed. 34, 2004.
- WITTGENSTEIN, L. *Bemerkungen über die Grundlagen der Mathematik* (Werkausgabe Band 6). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984. (Abreviação: BGM)
- _____. *Wittgenstein's lectures on the foundations of mathematics – Cambridge, 1939* (edited by Cora Diamond). Hassocks, Sussex: The Harvester Press, 1976. (Abreviação: LFM)

¹¹ CAVELL, S. *The claim of reason: Wittgenstein, skepticism, morality, and tragedy*. Oxford: Oxford University Press, 1999, p. 122.

_____. *Philosophische Untersuchungen, kritisch-genetische Edition* (Herausgegeben von Joachim Schulte). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2001. (Abreviação: PU)

_____. *Zettel* (Werkausgabe Band 8). Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1984. (Abreviação: Z)

_____. *Wittgenstein's Nachlass: the Bergen electronic edition*. Oxford: Oxford University Press, 2000. (Citado conforme o catálogo estabelecido por George Henrik von Wright)

A estrutura da sentença não pode ser a estrutura da proposição

Vasileios Tsompanidis

UNISINOS

1. A AFIRMAÇÃO DE QUE A ESTRUTURA SINTÁTICA ESPELHA A ESTRUTURA PROPOSICIONAL

Em uma série de publicações, J. King argumenta a favor de uma fina teoria neo-Russelliana sobre proposições estruturadas (King, 2007; King, 2009; King, 2013a; King, 2013b). A teoria identifica proposições com certos fatos conectando itens no mundo, tais como objetos e propriedades, às nossas representações linguísticas de tais itens. Como um exemplo paradigmático, King 2009 sugere que a proposição de que Dara nada, expressa em inglês pela sentença

(D) 'Dara swims'
simplesmente é

p_D : o fato de que o objeto Dara e a propriedade *ser uma nadadora habitual* estão na relação *ser um x e um y tal que há uma linguagem L com itens lexicais α e β onde* (i) x é o valor semântico de α em L, (ii) y é o valor semântico de β em L, (iii) α está na **relação sentencial R** com β , & (iv) R codifica instanciação em L.¹

¹ Por uma questão de simplicidade expositiva, eu deixo de mencionar aqui algumas reformas na teoria de King 2007; 2009, em que nenhuma delas faz uma diferença significativa para o argumento deste artigo. King 2013a segue a mesma estratégia.

O fato p_D torna possível que King ofereça suporte a uma estrutura semântica neo-Russelliana ao manter que um objeto (aqui Dara) e uma propriedade (*ser uma nadadora habitual*) são os componentes básicos da proposição expressa. Tais componentes, além disso, precisam estar ligados de maneira apropriada: em p_D isso se dá por meio da relação R que codifica a instanciação da propriedade *ser uma nadadora habitual* pelo objeto Dara. A sugestão radical de King (2009) é a de que R é exatamente a estrutura sintática da sentença (D) ao nível da forma lógica (de agora em diante FL): algo como a árvore sintática que permanece quando tiramos as palavras vermelhas em itálico na seguinte figura²:

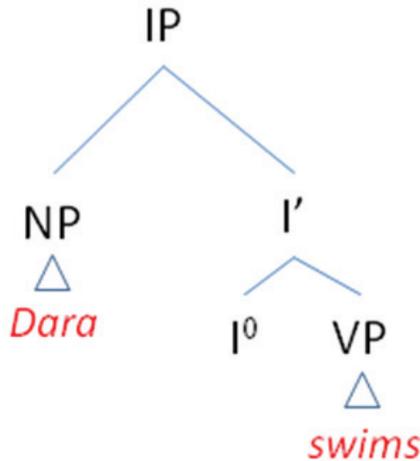


Figura 1: R_D

A afirmação de King é uma afirmação de **Espelhamento**: a estrutura sintática de (D) (ao nível FL) espelha a estrutura da proposição expressa por (D).

A vantagem de tal abordagem é que ela constitui uma maneira muito elegante de individuar proposições de maneira correta. Por

² King (2007) prefere representar a sintaxe por meio de operações MERGE, mas em várias partes ele ilustra (Espelhamento) por meio de árvores como a que eu apresentei. Eu sigo o último método aqui, mas as considerações deste artigo seriam mantidas se tivéssemos optado pelo primeiro método.

exemplo, ela nos oferece uma ferramenta precisa de explicar por que a proposição expressa pela sentença em inglês ‘Dara swims’ seria diferente da proposição (digamos, q_D) expressa pela sentença ‘swims Dara’, se tal sentença fosse possível: somente a relação R de p_D pode apropriadamente codificar a instanciação da propriedade *ser uma nadadora habitual* por parte de Dara. Os mesmos itens mundanos ocorrem na ‘proposição’ q , mas eles não estão relacionados da mesma maneira.

A tese (Espelhamento) também oferece suporte a uma estrutura neo-Russelliana ao revelar que a sentença em inglês (I) apresentada abaixo, quando enunciada por Dara, tem a mesma estrutura sintática, e portanto envolve a mesma relação R, que (D).

(I) ‘I swim’

As sentenças (D) e (I), quando ditas por Dara, codificam a instanciação da mesma propriedade pelo mesmo objeto, exatamente da mesma maneira. Portanto elas podem, assim como elas o fazem, expressar a mesma proposição.

2. UM CONTRA-EXEMPLO EM GREGO MODERNO

A despeito de inicialmente parecer atrativa tal confiança na sintaxe para individuar proposições, faço aqui a objeção de que ela não individua proposições de maneira correta ao ser aplicada a linguagens naturais em geral. Considere o seguinte case:

Minha mãe, uma falante monolíngue do grego moderno, profere:

(NT) Η Ντάρα κολυμπάει

DEF.ART-FEM

Dara

swim-3S

Dara swims

A sentença (NT) é a única tradução possível em grego moderno da sentença (D) ‘Dara swims’, uma vez que naquela língua nomes próprios precisam ser acompanhados por um artigo definido para que a sentença em que eles ocorrem sejam gramaticais.³

³ Em grego moderno (NTU) abaixo seria não-gramatical.

(NTU) *Ντάρα κολυμπάει

De modo surpreendente, isso não é o caso no grego clássico. A sentença ‘Θουκυδίδης συνέγραψε’ é perfeitamente gramatical no grego clássico, mas não-gramatical no grego moderno, mesmo quando as palavras relevantes pertencem ao léxico de ambas línguas.

Intuitivamente, o que a minha mãe expressa ao proferir a sentença (NT) é o que um falante de inglês expressaria ao proferir a sentença (D). Se a mim fosse requerido **traduzir** para o inglês o que minha mãe disse por meio de (NT), eu ofereceria (D) como tradução. Ao confiar na palavra da minha mãe, eu enunciaria em inglês que ela **crê que** Dara nada. Certamente parece que a atribuição ‘minha mãe **crê que** Dara nada’ é **verdadeira** nesse contexto. Sendo um falante bilíngue que confia em sua mãe, eu poderia até mesmo vir a ter a **mesma crença** que ela tem, uma que eu expressaria em inglês ao proferir (D). Por fim, se eu perguntasse a ela quem nada, ela responderia com (1) abaixo; e se eu perguntasse a ela quando Dara nada, ela poderia responder com (2).

(1) Η Ντάρα ‘Dara’.

(2) (Η Ντάρα κολυμπάει) τη.νύχτα ‘(Dara swims) at night’

Com base nessas considerações iniciais, parece que (D) em inglês e (NT) em grego expressam a mesma informação, têm o mesmo conteúdo semântico, e contribuem com o mesmo conteúdo semântico em sentenças maiores que as incluem. Tais considerações indicam que eu e minha mãe cremos na mesma proposição p_D : que Dara nada.

King compartilha dessa intuição sobre diferentes linguagens. Em King (2013b) ele afirma o seguinte sobre a proposição de que Michael nada:

‘Since we want speakers of different languages to in some cases grasp the same proposition, we must be able to make sense of speakers of different languages interpreting the propositional relation of the same proposition/fact.’ (King, 2013b, 3)

Contudo, sua tese (Espelhamento) não permite que ele consistentemente faça a afirmação acima. Uma vez que o fato p_{NT} correspondente à proposição crida pela minha mãe⁴ irá conter três itens lexicais ao invés de dois, e que a relação sentencial R em (NT), representada abaixo, é muito diferente daquela em (D), p_D e p_{NT} serão duas proposições distintas:

⁴ O seguinte é p_{NT} : o fato de que o objeto Dara e a propriedade de ser uma nadadora habitual estão na relação ser um x e um y tal que há uma linguagem L com itens lexicais α , β , e γ onde (i) x é o valor semântico de α em L, (ii) y é o valor semântico de β em L, (iii) o conteúdo semântico de α é definitividade, (iv) α e β estão na relação sentencial RG com γ , & (v) RG codifica instanciação em L.

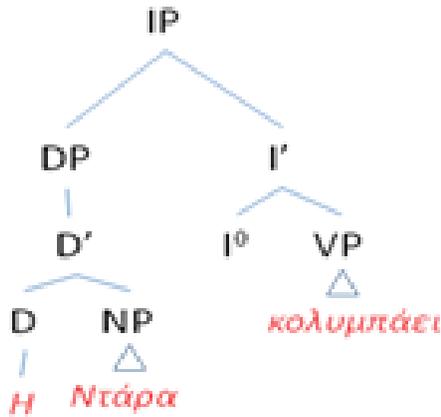


Figura 2: R_{NT}

Até aqui, duas respostas podem ser oferecidas diante dessa objeção: ou desistimos da identidade das proposições no caso apresentado, ou tentamos reformar a análise sintática, de tal modo que as proposições p_D e p_{NT} sejam a mesma. Tratarei da última estratégia logo abaixo, e da primeira na seção 5.

3. TENTANDO ALINHAR A ESTRUTURA SINTÁTICA DAS DUAS SENTENÇAS

Se King deseja manter ambas (Espelhamento) e seu requerimento em (2013b), ele precisa recuperar a identidade de p_D e p_{NT} ao alinhar as análises sintáticas de (D) e (NT). A maneira óbvia de fazer isso seria adotar o que em Linguística é chamado de ‘hipótese DP’:

Hipótese DE: um sintagma nominal aparente (SN) é um determinante (DE) em FL.

A hipótese analisa a sintaxe de (D), e de toda sentença em inglês com um nome próprio ocupando a posição de argumento, como veladamente contendo um determinante zero na posição em que outras línguas tais como o grego contêm um determinante explícito⁵. Se isso é correto, significa que R_D é afinal de contas uma relação entre três itens lexicais: um ‘determinante nulo’ (\emptyset), ‘Dara’ e ‘swims’:

⁵ Veja Abney, 1987; Longobardi, 1994; Matushansky, 2008; Fara forthcoming.

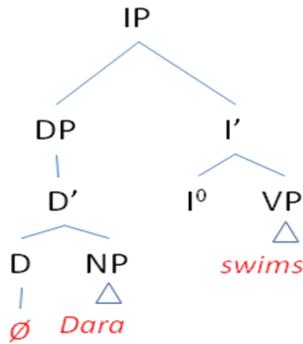


Figura 3: R_D^*

Agora a árvore sintática para o inglês se revela como sendo a mesma que a árvore sintática para o grego mostrada na Figura 2, e p_D pode ser a mesma que p_{NT} .

Argumentarei abaixo que recorrer à hipótese DE não é uma solução adequada ao problema. Primeiro, a hipótese não pode salvar a teoria, uma vez que ela apresenta problemas diante de outras sentenças em grego moderno; segundo, a hipótese traria sérios danos para a teoria de King no que diz respeito a sua motivação e sua conexão com uma teoria neo-Russeliana das proposições.

3.1. *Contra a hipótese*

A verdadeira e exata formulação da hipótese DE é ainda um tópico controverso em Linguística. Bruening 2009 argumenta contra tal hipótese a partir da perspectiva Chomskyana escolhida por King, e Segal 2001 cita evidências substantivas de que há diferenças significativas entre constructos D+nominal e constructos D+nome que parecem negar qualquer argumento positivo para a hipótese DE⁶. Isso é particularmente evidente quando nota-se que o morfema nulo postulado pela hipótese DE em sentenças do inglês, para dar conta do artigo explícito em

⁶ Por exemplo, parece que quando um determinante explicitamente ‘aparece’ nas sentenças em inglês do tipo-Burge (3) abaixo, o determinante é obrigatório e tem significância semântica a mais do que um simples artigo. Mas este seria um estranho resultado caso se tratasse somente de um determinante implícito tornando-se explícito. (Note aqui também que (3) soa muito estranha em ambas interpretações).

(3) I live in ~~the~~_{that} London (pointing outside the window to the city that is London, Ontario)

(4) This is ~~the~~_{John} I mentioned yesterday

sentenças do grego, não é de fato o mesmo que o artigo nulo geralmente aceito em outros constructos nominais comuns na FL de sentenças em inglês: O primeiro sempre será definido, uma vez que é tomado como correspondendo ao artigo definido do grego, enquanto que o último é usualmente tomado como sendo indefinido (veja Matushansky 2008).

Mas vamos conceder a hipótese DE a King, a despeito de seu status controverso e mesmo contra o desejo de King. Penso que mesmo assim ela não cumpriria a função designada, uma vez que ela não é suficiente para explicar as peculiaridades sintáticas de sentenças do grego moderno que envolvem o uso de nomes próprios.

Em primeiro lugar, ela não pode explicar por que nomes próprios em grego contêm um determinante explícito quando aparecem na posição predicativa. Longobardi 1994 apresenta evidência considerável para a idéia de que a hipótese DE é verdadeira para constructos em italiano e francês; mas mesmo em tais línguas o nome próprio aparece exclusivamente na posição N para constructos predicativos:

(5) It was $\text{I}\omega\eta\eta$.

(6) Fu $\text{G}\iota\omicron\upsilon\alpha\eta\eta\eta$.

(7) Clark Kent turned out to be $\text{S}\upsilon\pi\epsilon\rho\mu\alpha\eta$.

(8) Clark Kent s'est avéré être $\text{S}\upsilon\pi\epsilon\rho\mu\alpha\eta$.

Portanto, mesmo em tais línguas, sintagmas nominais em posições predicativas *não* estão embutidos em determinantes. Em constructos predicativos do grego, no entanto, é mais uma vez obrigatoriamente precedido por um D:

(9) Ἦταν ρ .Γιάννης

was-3s DEF:ART-MASC:NOM Giannis:NOM

(10) Ο Κλαρκ Κεντ ἦταν ρ .Σούπερμαν.

DEF:ART-MASC:NOM Clark Kent was-3s DEF:ART-MASC:NOM Superman

O grego moderno também torna possível o uso comum de nomes próprios que divergem significativamente dos paradigmas em inglês e italiano. Por exemplo, quando nomes próprios aparecem sem um determinante, como em (11) e (13) abaixo, sua interpretação semântica preferida é muito diferente de (12) e (14), que são as sentenças correspondentes em inglês com a mesma forma superficial.

- (11) Είχα Γιάννη, πήρα Γιάννη
 had-1s Giannis:ACC, got-1s Giannis:ACC
 I had (been married to) a Giannis, then I got another Giannis
- (12) I had Γιάννης, I got Γιάννης
- (13) Έγινε Γιώργος Παπανδρέου.
 Became-3s George Papandreou
 He/she/it became George Papandreou-like
- (14) He became George Papandreou

Examplos (9-13) mostram que simples nomes próprios em grego moderno simplesmente não funcionam da mesma maneira que simples nomes próprios em inglês, italiano ou francês. Portanto, até mesmo assumir a hipótese DE como um ponto de partida metodológico não será forte o suficiente para dar conta de todas as diferenças sintáticas entre o inglês e o grego moderno, como King precisa. Por exemplo, a proposição que um falante de inglês crê e expressa por meio de (5) não será a mesma proposição que aquela que minha mãe crê e que ela poderia unicamente expressar por meio de (9), e King enfrenta o mesmo problema diante de (D) e (NT).

3.2. Incompatibilidade com King 2007

O problema é ainda mais profundo. Não importando qual é o resultado do debate sobre a hipótese DE, King não pode endossá-la sem causar sérios danos no seu projeto. A razão é que oferecer suporte para qualquer teoria que postule a existência de determinantes nulos diante de nomes próprios, em usos ‘referenciais’, significaria que a proposição-fato expressa pela sentença (D) ‘Dara swims’ faz referência a mais um item lexical, e faz uso de uma relação sintática diferente, em relação a proposição expressa por (I) ‘I swim’ quando proferida por Dara.

Como ‘I’ em inglês não pode ser acompanhada por um artigo explícito ou implícito, R_D e R_I são inescapavelmente diferentes em FL. Portanto, as suas sentenças expressarão proposições distintas.

A essa altura, no entanto, o problema se torna ainda mais grave. Ao invés de individuar proposições de maneira muito fina ao longo de diferentes línguas, uma posição sobre a qual intuições podem variar (veja seção 5), nós individualizamos proposições de maneira muito fina *em inglês*. Além disso, este resultado em particular é totalmente

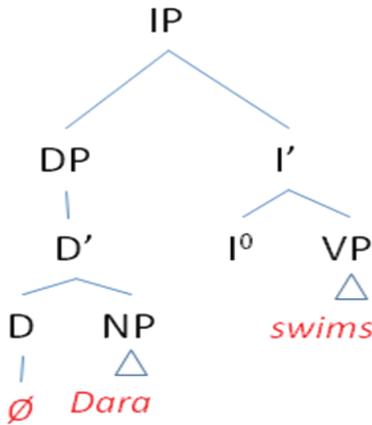


Figura 3: R_D .

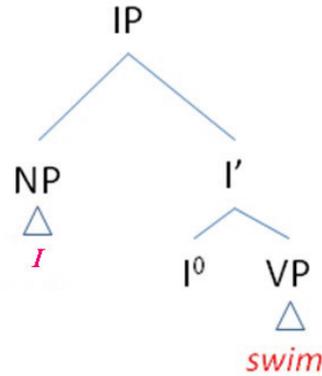


Figura4: R_I .

indesejável, uma vez que ele bloqueia o suporte a proposições neo-Russelianas como quer King. Se Dara não pode acessar a mesma proposição estruturada ao proferir (I) e (D), isso significa que uma dessas proposições contem algo mais do que um objeto e uma propriedade como componente. Isso, por sua vez, bloqueia as reformas contextuais que King oferece em (2007; 2009; 2013b), dado que ao se oferecer tais reformas assume-se que

‘we also wish to talk about the two-place relation that [Dara] stands in to the property of swimming in virtue of the existence of the English sentence “I swim” taken in a context with [Dara] as speaker’ (King 2013b: 5-6).

Se a identidade das proposições expressas por (D) e (I) no contexto assumido for removida, não há maneira fundamentada de entender a definição de proposições-fato para expressões indexicais, e grande parte do projeto de King é arruinada.

4. MAIS CONTRA-EXEMPLOS

Alguém poderia pensar aqui que o caso que eu descrevi é uma estranha exceção em uma estranha linguagem que pode não ser muito

significativa para um esquema teórico geral. Mas isso não é correto: uma rápida pesquisa sobre diferentes línguas mostra numerosas diferenças de sintaxe que poderiam constituir múltiplos contra-exemplos a posição de King.

Primeiro, o problema que encontramos com a proposição p (Dara swims) é infinitamente multiplicado quando consideramos que o mesmo problema aparecerá para *toda* sentença em grego que contém um nome próprio. Conforme notamos anteriormente, no grego o artigo definido é obrigatório: um determinante precisa acompanhar um nome próprio em todos os contextos gramaticais que poderiam expressar uma proposição, provavelmente devido ao fato de que a sintaxe do grego não é tão rígida ao nível de superfície como a sintaxe do inglês.

Não somente todas as sentenças do grego contendo nomes próprios constituem contra-exemplos, mas também todas as sentenças do português brasileiro, alguns dialetos do espanhol, a língua seri (veja O'Meara e Bohmeyer 2008). Além disso, alguns nomes próprios em alemão, alguns dialetos italianos do norte, e em francês são frequentemente acompanhados por artigo definido⁷.

Por fim, a posição de King torna-se extremamente implausível quando notamos que até agora tentamos analisar somente a proposição paradigmática de que Dara nada em distintas línguas, e encontramos uma variação notável ao longo de diferentes línguas – mas nós sequer tocamos em uma variedade de casos, tais como (15)-(17) e (18)-(19) abaixo, onde aparentemente as mesmas proposições são expressas através de distintas línguas com estruturas variantes no que diz respeito ao número de itens lexicais ou a relação sintática entre eles.

(15) Snow is white (English)

(16) Schnee ist weiss (German)

(17) La nieve es blanca (Spanish)

(18) A Dara le gustan las fresas (Spanish)

(19) Dara likes strawberries

⁷ Cada uma dessas línguas tem uma gramática ou regras de produção diferente, e portanto poderia ser o caso que ao nível sintático, idealmente FL, algumas delas são mais similares ao inglês do que ao grego. Até que isso seja demonstrado, no entanto, todos os exemplos acima servem como contra-exemplos a análise que King oferece para (D).

King 2007 e King 2013a explicitamente apresenta (15) como uma exemplo não problemático de identidade de proposição expressa através de diferentes línguas, dado que ela pode ser traduzida para o alemão por meio de (16). Mas em línguas românticas o artigo definido é obrigatório diante de termos de tipos naturais (17), um fato que traz exatamente os mesmos problemas para King que os nomes próprios do grego moderno.

Concluo que *se* algumas das proposições expressas pelas sentenças apresentadas nesta seção são idênticas em diferentes línguas, a teoria das proposições de King está errada, uma vez que ela prediz diferença proposicional.

5. CONTRA A INDIVIDUAÇÃO SUPER-FINA ENTRE LÍNGUAS

Devemos, é claro, ser muito cuidadosos com condicionais pré-teóricos. Poderia ser o caso que o que eu assumi nas seções 2 e 4 esteja errado, e que as proposições expressas por diferentes línguas são de fato diferentes, a despeito de parecer o contrário, exatamente como a teoria de King prediz. Pode-se interpretar King 2007:98-101 e 2013a como assumindo tal estratégia. Ele nota que alguém poderia simplesmente ter de aceitar que a tradução é ‘frequentemente frouxa’, que proposições podem ser diferentes em diferentes línguas, e mesmo intra-linguisticamente, de modo não óbvio a primeira vista.

Eu não quero afirmar aqui que todas as pessoas no mundo, independente da língua que falam, podem crer todas as proposições que podem ser expressas por sentenças em inglês. Traduções são de fato frequentemente frouxas. Contudo, meus contra-exemplos mostram que na teoria de King um falante monolíngue de grego, português brasileiro, ou seri *nunca* poderá crer as proposições expressas por meio de sentenças em inglês contendo nomes próprios em uso referencial. Qualquer sentença em tais línguas que utilizar exatamente a relação R_D de p_D para codificar instanciação (isto é, uma sentença que contém *exatamente dois* itens lexicais) não será gramatical, e portanto não irá expressar uma proposição. Isso, no entanto, é altamente implausível, a própria teoria de King afirmando que estas são as proposições mais simples – elas somente têm uma pessoa nomeada instanciando uma propriedade. Tal

acomodação de afirmações contra-intuitivas requer no mínimo uma teoria do erro, que King não oferece. Como pode ser o caso que falantes monolíngues do grego nunca podem pensar as proposições mais simples que falantes do inglês frequentemente pensam, enquanto que de outro lado falantes do alemão frequentemente podem?⁸

Note além disso que as proposições cridas por mim quando eu profiro as sentenças em grego moderno (B) e (E) abaixo serão também diferentes de acordo com King, uma vez que elas têm sintaxes diferentes tais que nenhuma hipótese DE pode alinhar: R_B três itens lexicais, enquanto que R_E tem apenas dois.

(B) 'Ο Βασίλης κολυμπάει' Vasilis nada

(E) 'Εγώ κολυμπάω' I nado

Isso é problemático, pois significa que uma teoria neo-Russelliana não recebe suporte do grego moderno. Seriam os resultados do projeto de King, no que diz respeito a metafísica das proposições, diferentes se tal língua fossem a única falada no mundo, ou mesmo se o próprio King falasse tal língua? Sem uma teoria do erro, uma resposta positiva a essa questão é provável. É também incompreensível: Teorias sobre a estrutura das proposições não deveriam ser contingentes à língua que o teórico fala. Se o meu raciocínio até aqui está correto, a teoria de King está arbitrariamente restrita ao inglês.

Por fim, e em acordo com King 2013a, meu argumento não conta somente como uma intuição pré-teórica de que quando eu profiro (D) em inglês e minha mãe profere (NT) em grego nós 'parecemos dizer a mesma coisa'. Apresentei um vasto número de considerações adicionais: as sentenças (D) e (NT) deveriam expressar a mesma proposição devido a sua similaridade de conteúdo semântico, formação de crença, atribuições de crenças, condições de verdade e perfil composicional. Tais critérios vão muito além da 'tradução padrão', e eu sinceramente duvido que King poderia encontrar um único contra-exemplo de duas sentenças que cumprem com todos eles mas, a despeito disso, expres-

⁸ Como mencionamos anteriormente, King não pretende manter tais traduções acuradas, tal como a tradução para o alemão de (15) por meio de (16) (King 2007:98), assim como a tradução de 'Michael swims' para o alemão 'Michael schwimmt' (King 2013a). Disso concluo que King não quer endossar qualquer coisa tão radical quanto a tese da não-tradutibilidade de Quine.

sam proposições distintas, como ele faz em King 2013a contra objeções que são superficialmente similares às minhas.

Desde o começo, minha objeção tem sido uma objeção teórica: proposições simples e básicas que contêm pessoas nomeadas instanciando propriedades deveriam estar disponíveis para um sujeito em normal funcionamento com atitudes proposicionais normais, não importando qual língua ele fale. Aquele mesmo sujeito deveria também estar apto a expressar a mesma proposição sobre ele mesmo ao substituir 'I' por seu nome próprio, ou outros nomes próprios que designam ele mesmo. Mas de acordo com a teoria de King, falantes do grego implausivelmente e inexplicavelmente não podem fazer quaisquer dessas duas coisas. Dada tal consideração teórica, eu sugiro que King desista da tese do espelhamento.

REFERENCES

- Abney, S. 1987: The English noun phrase in its sentential aspect. Dissertation, M.I.T.
- Bruening, B. 2009: Selectional Asymmetries between CP and DP Suggest that the DP Hypothesis is Wrong. In. L. MacKenzie (ed.), *U. Penn Working Papers in Linguistics*, 15, 26-35.
- Fara, D. (forthcoming): "Literal" Uses of Proper Names. In Andrea Bianchi (ed) *New Essays on Reference* (volume title is provisional)
- King, J. 2007: *The Nature and Structure of Content*. New York: Oxford University Press.
- King, J. 2009: Questions of Unity. *Proceedings of the Aristotelian Society*, 109, 257-77.
- King, J. 2013a: On Finiteness of Grain. *Philosophical Studies*, 163(3), 763-781
- King, J. 2013b: Propositional unity: what's the problem, who has it and who solves it? *Philosophical Studies*, 165(1), 71-93
- Longobardi, G. 1994: Reference and proper names: A theory of N-movement in syntax and logical form. *Linguistic Inquiry*, 25, 609-665.
- Matushansky, O. 2008: On the linguistic complexity of proper names. *Linguistics & Philosophy*, 21, 573-627.
- Segal, G. 2001: Two Theories of Names. *Mind & Language*, 16, 547-563.
- O'Meara, C. and Bohnemeyer, J. 2008: Complex landscape terms in Seri. *Language Sciences*, 30, 316-339.

A metáfora como caso de borda entre Semântica e Pragmática

Diogo de França Gurgel

Universidade Federal Fluminense

INTRODUÇÃO

Pense em quantas coisas diferentes designamos com o termo “metáfora”. Atente às notórias diferenças que há entre sentenças metafóricas¹ como “João é um porco” e “Discussão é guerra” – poderiam ambas ser chamadas de símiles abreviados? E o que dizer das diferenças entre “Julietta é o sol” e “Nenhum homem é uma ilha” – mereceriam ambas o rótulo de falsidades patentes ou absurdos lógicos? Tampouco se deve afirmar que “Sally é um bloco de gelo” e “Ele vai me comer vivo” sejam, igualmente, predicacões semanticamente impertinentes. E, ainda: se encontramos facilmente uma paráfrase para “Ele estava de cabeça quente”, o mesmo não se aplica à metáfora filosófica “Denomino ideias as pálidas imagens dessas impressões (...)” (HUME, 2000, I, I, I, p.7).

No presente trabalho, focar-me-ei em um tipo peculiar de metáfora, cujas marcas fundamentais certamente não podem ser entendidas a todos os demais tipos de metáfora. As metáforas a que me refiro são: a) não parafra-seáveis; b) não fundadas em similaridade; c) de uso incontornável. Zelando pela clareza de minha exposição, restringir-me-ei também a casos *in praesentia* de ocorrência das mesmas,

¹ Isto é, tomadas como metafóricas em grande parte dos contextos em que ocorrem nossas práticas linguísticas.

nos quais sua forma “S é P” fica explícita². Quando afirmo que tal tipo de metáfora não é parafraseável, afirmo que não se pode encontrar nenhum predicado R, literal, que substitua satisfatoriamente P, e afirmo também que a conjunção comparativa “como” não pode ser acrescentada à sentença original sem mitigar a força de sua asserção. No que diz respeito a não serem fundadas em similaridade, faço minhas as palavras de teóricos da metáfora como Max Black e John Searle: tudo é semelhante a tudo em alguma medida. Semelhança é predicado vácuo e é mais acertado afirmar que “a metáfora cria a similaridade” (BLACK, 2011, p.72) do que o oposto disso. E, no caso das metáforas em questão, como veremos, mostra-se tarefa inglória o estabelecimento de similaridades entre os referentes dos termos. Quanto ao uso incontornável ou necessário de certas metáforas, o que tenho em mente são, sobretudo, ocorrências de metáforas em textos filosóficos e teóricos em geral. Em textos de filosofia da linguagem, por exemplo, uma boa ocasião para a proliferação de metáforas se apresenta quando os filósofos se veem obrigados a tecer explicações acerca da relação linguagem-mundo³. Outra conjuntura argumentativa em que metáforas pululam se dá quando se quer descrever e definir a natureza de nossas faculdades mentais. Recordemos de Descartes afirmando que “Intuição é luz natural”⁴. Em textos científicos as metáforas incontornáveis também são frequentes. O que seria da descrição do sistema circulatório feita por William Harvey sem a metáfora “Coração é bomba hidráulica”?

Os exemplos que apresentei são casos de definição de conceitos e isso é bem a propósito. No tipo de metáfora *in praesentia* que proponho considerarmos, o termo que funciona como S é termo geral. Quero mostrar que tais metáforas, no seu ato de transgressão das regras de

² Emprego a forma aristotélica para evidenciar o verbo de cópula e para travar diálogo com toda uma corrente de teóricos que faz o exame da metáfora nesses moldes.

³ De acordo com Clive Cazeaux, em *Metaphor and Continental Philosophy*, “explanations of how knowledge ‘fits’ the world are invariably metaphorical, for example, talk of knowledge mirroring the world, knowledge as a construction, correspondence and coherence theories of truth, receiving sensory impressions or sense-data.” (CAZEAUX, 2007, p.134)

⁴ O comprometimento ontológico parece ser grande quando Descartes toma como sinônimos “luz natural” e “faculdade de conhecer dada a nós por Deus” (DESCARTES, 2002, 1, XXX; DESCARTES, 1930, III, 12, pp.86-87). A metáfora da luz que nos foi concedida por natureza é sistematicamente coerente com a visão de mundo em que o Deus veraz figura como criador. Note-se que a mesma metáfora da luz é também usada para falar de Deus em pessoa: “adorar a incomparável beleza dessa imensa luz” (DESCARTES, 1930, III, 41, p.98).

uso correntes, têm forma de asserção e o são efetivamente, constituindo definições de conceitos. Não podemos efetivamente discutir seu valor de verdade? Não o fazem Platão e Aristóteles na célebre disputa acerca do emprego metafórico do termo “participação” (*méthexis*)? Perguntavam-se esses precursores: Coisas sensíveis participam ou não participam das Formas?

Assim, peço que atentemos ao uso que os filósofos vêm fazendo de metáforas como essas em seus textos. E peço que atentemos, sobretudo, ao modo como Wittgenstein lança mão dessas metáforas. No *Blue Book*, Wittgenstein chega mesmo a se declarar inventor de novas notações, dizendo ser tarefa do filósofo encontrar analogias entre os usos dos signos, quebrando o feitiço dos usos a que estamos acostumados (WITTGENSTEIN, 1969, p. 23). E o que pode uma metáfora, que serviços pode a mesma prestar à filosofia? Penso ser motivo de perplexidade o grande volume de trabalhos no campo da filosofia da linguagem que se apoiam em uma distinção entre sentido literal e sentido figurado sem antes considerar a seguinte alternativa: não pode ser o caso que certas metáforas atuem no âmbito das nossas mais profundas convicções, sobre o que Wittgenstein já chamou de nossa “imagem de mundo” (*Weltbild*), i.e., sobre um sistema compartilhado de convicções as quais são exprimíveis por meio de proposições cuja verdade é indubitável nas práticas linguísticas em que ocorrem? Se for esse o caso, e se assumirmos o que é defendido no *Sobre a Certeza*, a saber, que o que conta como descrição de fatos está condicionado a uma imagem de mundo (WITTGENSTEIN, 1972, §94 e §103), isso implicaria nos comprometermos com a existência de metáforas capazes de operar sobre as proposições descritivas indubitáveis (proposições gramaticais) que estabelecem condições do que, em cada jogo de linguagem, conta como descrição dos fatos.

Contudo, para atuar nesse nível e desse modo, a metáfora deve ser um recurso capaz de estabelecer categorizações ou, para respeitar o caráter de transgressão (ou defecção) próprio das metáforas, de promover recategorizações⁵. Mas como poderíamos examinar essa possi-

⁵ Assumo aqui que nenhuma metáfora, enquanto metáfora, pode ser tomada como expressão de convicção pacificamente aceita (numa terminologia wittgensteiniana, proposição gramatical), mas que alguma metáfora pode se revelar recurso de alteração de convicções categoriais a partir da apresentação de categorizações alternativas.

bilidade, se se assume, de antemão, que metáforas não são da ordem do dizer?

Posições nesse sentido foram tomadas por importantes nomes da filosofia contemporânea. Davidson é radical, afirmando que metáforas não têm caráter proposicional. Searle é mais moderado, garantindo significado às metáforas, mas alocando-as na ordem do querer dizer, do significado do falante (ou do proferimento), junto a recursos comunicacionais como a ironia e os atos de fala indiretos. E, por essa perspectiva, trabalhamos com a ideia de que há uma clara distinção entre o que é efetivamente dito e o que é de ordem pragmática (chame-se essa ordem de significado do falante, de força ilocucionária, de máximas comunicacionais, ou algo que o valha). Aceita-se, de antemão, a tricotomia estabelecida por Charles Morris em *Foundations of a Theory of Signs*: sintaxe, semântica e pragmática seriam campos de estudo distintos.⁶

Pretendo, neste trabalho, defender que certas metáforas efetivamente dizem algo, sem com isso, deixarem de atuar de outros modos frequentemente tomados como pragmáticos (quero dizer, como proferimentos cujo estudo envolve um atentar ao uso e às condições de uso dos signos). Ou seja, vejo certas metáforas como casos de borda – e de transbordamento – entre os campos da semântica e da pragmática conforme definidos por Morris. Defendo também que seus modos de operar só podem ser devidamente esclarecidos se partirmos de uma concepção de linguagem que dê a devida atenção ao fato de que, em diferentes práticas linguísticas, o que conta como descrição de fatos se altera, de forma que não se faz possível determinar literalidade num sentido forte, restando-nos simplesmente a distinção entre usos canônicos (correntes) e não-canônicos em seu maior ou menor compromisso assertivo. Esse enfoque, assim compreendo, exigirá de nós que consideremos não somente os contrastes entre diferentes sistemas normativos como também os recursos de transferência entre esses sistemas. É precisamente aí que espero encontrar o que estamos procurando. Como se vê, proponho uma concepção de metáfora que renega a um só tempo, o binômio literal x figurado e o binômio semântica x pragmática. Farei de John Searle meu interlocutor justamente por considerar que, dentre os

⁶ De um modo geral, a ideia de Morris é de que a semântica estuda a relação entre o signo e a coisa a que ele se aplica, ao passo que a pragmática estuda a relação entre o signo e seus intérpretes.

autores que negam que a metáfora possa ser uma operação peculiar do dizer, ele é um dos mais contundentes e razoáveis.

I.

Farei, primeiramente, uma breve exposição da concepção de metáfora desenvolvida por Searle em *Expression and Meaning*. O filósofo adota como procedimento fundamental, no capítulo reservado ao tema da metáfora na referida obra, uma distinção entre significado da sentença (SS) x e significado do falante (SF). Essa distinção permeia todos os seus argumentos, inclusive os contundentes golpes desferidos contra as concepções comparacionista e interacionista de metáfora. O momento culminante do texto se dá quando Searle apresenta os três passos que constituem nossa estratégia de interpretação das metáforas. São eles: 1) detecção da defecção do proferimento, 2) computação dos valores de R – assumindo-se que R é predicado literal que apresenta as mesmas condições de verdade que P, 3) determinação, a partir de S, do valor pretendido de R dentre os valores computados no passo anterior. Trata-se, no segundo passo, de esclarecer que princípios pragmáticos estariam atuando na interpretação das metáforas – isso significa um empenho, da parte do filósofo, em estabelecer as máximas ou comandos que poderiam orientar aquele que, diante de uma sentença metafórica na forma “S é P”, procura pelo predicado R não dito, mas intencionado pelo emissor.

O trabalho de Searle, é preciso reconhecer, tem os seguintes méritos: defende a existência de significados metafóricos, desbanca a semelhança como critério fundamental de composição e compreensão de metáforas, pensa a metáfora ao nível da sentença com um todo e admite que o modo peculiar de funcionamento da metáfora não deve ser menosprezado no que diz respeito à sua importância cognitiva. Trata-se de uma lista de conquistas bem considerável se tivermos em vista que, poucas décadas antes (num momento em que os trabalhos seminais de Richards e Black ainda não haviam sido publicados), reinava a tão tradicional quanto equivocada ideia de que metáfora é mera comparação abreviada, sendo a mesma um tema restrito aos estudos acerca do ornamento do discurso.

Contudo, a distinção entre SS e SF leva Searle a inviabilizar um estudo da recategorização via metáfora, da metáfora como possível recurso de barganha semântica e como sentença declarativa efetivamente comprometida com a apresentação do que é atual. O SS, na concepção de Searle, não é senão o significado literal. E literal aí não é somente o uso corrente, canônico, é também o que descreve privilegiadamente, determinando certas condições de verdade. Searle assume que a paráfrase literal sempre é possível no que diz respeito a se manterem as condições de verdade de uma metáfora. Não nego que a possibilidade de paráfrase se aplique a muitas das sentenças que usualmente chamamos de “metafóricas”. Mas Searle peca em supor que tudo o que se pode chamar de “metáfora” proceda da mesma forma.

É preciso, portanto, denunciar os problemas engendrados por essa abordagem. E o que reputo ser o maior desses problemas pode ser exposto assim: Searle preocupa-se demasiadamente com a relação entre P e R e não considera devidamente o que ocorre quando se tem P, e por conseguinte, o próprio S, como motivo de disputa⁷. E, nesse ponto, ele retrocede com relação ao que fizeram interacionistas como Richards e Black. Mostra-se incapaz de ver que a definição metafórica, enquanto asserção, não envolve um R, mas é uma disputa pelo significado de P e S. Afirmo que Searle não pode dar conta das mesmas por carecer de uma concepção agonística de linguagem.

Para que se possa dimensionar a contundência de minha crítica, proponho que busquemos aplicar os princípios estabelecidos por Searle a uma sentença metafórica que, a meu ver, compromete-se claramente com sua forma assertórica, exigindo uma recategorização. Eis um exemplo: “Uma imagem nos aprisionava” (WITTGENSTEIN, 2006, §115) – trata-se de uma sentença empregada por Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas*. Para fins de análise, usemos a sentença atômica “Imagem é prisão” implícita, expondo o verbo de cópula, de modo que fique bem delineada uma proposição categórica. É preciso levar

⁷ Searle já parte do pressuposto de que interpretar uma metáfora envolve encontrar um R, como se pode ver na seguinte passagem: “Para compreender emissões metafóricas, o ouvinte necessita de alguma coisa além do conhecimento da língua, da consciência das condições de emissão e das suposições de base que compartilha com o falante. Ele deve dispor de outros princípios ou de algumas outras informações factuais, ou de alguma combinação de princípios e informações, que o habilitem a imaginar que, quando o falante diz ‘S é P’, ele quer significar ‘S é R.’” (SEARLE, 2011, p.256).

em conta que essa passagem se conecta com diversas passagens dos escritos produzidos pelo filósofo a partir de meados da década de 1930, o que reforça a ideia de que ele assumia, com efeito, que a tarefa filosófica se constitui como uma tarefa de dissolução de imagens que aprisionam, enfeitam nosso entendimento. Wittgenstein afirma, nas *Investigações*, que uma certa imagem (*Bild*) aprisiona os lógicos como já havia aprisionado ele mesmo (o autor do *Tractatus*) e chega a se referir à mesma como a imagem da “pureza cristalina da lógica” (WITTGENSTEIN, 2006, §§107-108)⁸.

Antes de tentarmos aplicar os princípios de Searle à metáfora de Wittgenstein, precisamos levar em conta que o termo que ocupa a posição de sujeito da sentença é o termo “imagem”, um termo próprio de nossa linguagem de sensações (ou de nosso vocabulário psicológico). E esse fator traz uma série de dificuldades para o nosso estudo. A principal delas é a seguinte: como determinar características “salientes, bem conhecidas, e distintivas” (SEARLE, 2011, p.275) de S, i.e., de imagens, de modo que se possa aproximá-las de certas características salientes, bem conhecidas e distintivas de P, i.e., de prisões?. Temos aí duas alternativas: 1) Assume-se que o que está em jogo não são características publicamente determinadas de imagens, e sim que é um esforço introspectivo de determinação das marcas fundamentais de nossas experiências com imagens e das similaridades entre as mesmas e as notas características do conceito corrente de prisão que garante a compreensibilidade da metáfora em questão. Mas essa ideia de que podemos identificar o que se passa em nós para, então, encontrar um modo de exprimi-lo em linguagem pública está intimamente ligada a uma concepção mentalista de significado – contra a qual, é sabido, Wittgenstein desfere golpes incisivos com seus argumentos contra a possibilidade de uma linguagem privada (WITTGENSTEIN, 2006, §§243-316). 2) As-

⁸ Wittgenstein admite ter sido, ele mesmo, vítima de um enfeitamento pelas vias de nossa linguagem, ao deixar-se levar pela convicção de que a lógica, como essência do pensamento, “representa uma ordem, e na verdade a ordem a priori do mundo, isto é, a ordem das possibilidades que deve ser comum ao mundo e ao pensamento. Esta ordem, porém, ao que parece, deve ser altamente simples. Está antes de toda experiência; deve-se estender através da totalidade da experiência; nenhuma perturbação e nenhuma incerteza empíricas devem afetá-la. – Deve ser do mais puro cristal. Este cristal, porém, não aparece como uma abstração, mas como uma coisa concreta e mesmo como a mais concreta, como que a mais dura. (Tractatus Logico-Philosophicus, n.º 5.5563.)” (WITTGENSTEIN, 2006, §97).

sume-se que não é preciso encontrar tais características distintivas de S, pois, correntemente já se admite que “Imagem é R”, de maneira que o enunciado metafórico “Imagem é prisão” é somente um modo tortuoso de fazer lembrar que “Imagem é R”. Essa seria uma boa solução se a busca desse R não nos conduzisse, irremediavelmente, a outras metáforas. Termos como “barreira”, “obstáculo” são termos que poderiam se apresentar como candidatos ao posto de R, mas, como se vê, as sentenças na forma “S é R” formadas a partir dessa substituição seriam paráfrases tão metafóricas quanto aquela que se queria elucidar.

Talvez, diante dessas dificuldades em se trabalhar com semelhanças para tratar da sentença metafórica em questão, Searle nos recomendasse um princípio que não exige uma interpretação fundada em semelhança. O quarto princípio elaborado por ele é formulado assim:

Coisas que são P não são R, nem se parecem com coisas que são R, nem se crê que sejam R; contudo, é um fato de nossa sensibilidade, cultural ou naturalmente determinado, que efetivamente percebemos uma conexão, de modo que P se associa, em nossas mentes, às propriedades R. (SEARLE, 2011, p.277)

Desse modo, buscando compreender o que se passa na computação dos valores R para a interpretação de “Imagem é prisão”, deveríamos procurar pela aproximação que promove nossa sensibilidade (cultural ou naturalmente determinada) entre prisão e propriedades R. Mas aqui não posso me furtar a ceder espaço para a reação de outro especialista em metáforas, Mark Johnson, ao ler essa passagem do texto de Searle que citei acima:

Mas Searle não apresenta nenhuma especificação alternativa de regras para casos que não podem se basear em similaridades. Ele certamente deveria reconhecer que sua tentativa final de formular uma regra para certos tipos de metáforas *não é de modo algum uma explicação!* (...) Dizer que simplesmente “é um fato de nossa sensibilidade” que nós fazemos certas conexões não explica nada. Quando um literalista é forçado a admitir que certas metáforas não são baseadas em similaridades literais entre a fonte e o domínio-alvo, então seu literalismo o deixa sem recursos para explicar de onde vem o significado ou como ele é possível (JOHNSON, 2010, p.46)

Assim, evitando as dificuldades elencadas acima, quem busca aplicar os princípios de Searle a casos de metáforas como o que trabalhamos aqui acaba se defrontando com uma flagrante falta de recursos.

Devo admitir, contudo, que o sexto princípio pragmático apresentado por Searle – o qual indica que se deve procurar R tendo-se em vista que P e R são o mesmo ou similares em significado, mas que um é mais restrito e não se aplica literalmente a S (SEARLE, 2011, p.278) – é um princípio promissor. Ele abre espaço para pensarmos metáforas que se produzem a partir de diferenças de extensão. Mas aqui a pergunta é: por que Searle assume ser necessário falar em um R, quando tudo pode se restringir ao conflito entre acepções diversas de um mesmo P? Ao introduzir o R, como um predicado diverso e tacitamente literal, o filósofo põe a perder o seu único princípio que, a meu ver, poderia dar conta da transgressão calculada da gramática, da inovação propriamente semântica que se pode fazer via metáfora.

Assim, eis meu ponto central: não precisamos recorrer a paráfrases na forma “S é R” para o tipo de metáforas que consideramos. O que ocorre nelas não deve ser tomado simplesmente como desvio de um termo, mas de choque entre regras do dizer literal. E, assim, os princípios estabelecidos por Searle não nos auxiliam em nossa empreitada. Assumindo a cisão SS x SF, nos mantemos sempre confinados em um sistema único de regras do dizer literal, em um sistema fundado em condições assertivas predeterminadas. Em última instância, nos mantemos em uma concepção de linguagem que assume que sempre compartilhamos as mesmas regras de literalidade. E, é preciso notar, essa concepção é carregada de pressupostos frequentemente comprometidos com uma concepção mentalista obscura de sentido literal. O estudo da interpretação de proferimentos⁹ cai, em geral, em algum tipo de mentalismo, como é o caso do trabalho de Searle, que precisa recorrer a um estudo das intenções do falante para caracterizar não somente o significado do falante, mas também para caracterizar o significado da sentença. Em *Expression and Meaning*, ele chega a declarar textualmente: “a noção de significado literal de uma sentença é, em certo sentido, a noção de intencionalidade convencional” (SEARLE, 2005, p.131).

⁹ Como distinto do estudo sobre a compreensão de sentenças.

Os problemas provocados por uma abordagem do tema da metáfora a partir dessa cisão entre SS e SF (ou, numa variação, entre *What is said* e *What is implicated*) ficam bem explícitos em trabalhos recentes que seguem essa linha. É o caso de Elizabeth Camp em “Contextualism, Metaphor, and What is Said”. Nesse trabalho, a autora toma, acompanhando Paul Grice, a metáfora como caso de infração de máxima conversacional – no caso, a chamada primeira máxima da Qualidade: “não diga o que você acredita ser falso”¹⁰. Um dos argumentos de que Camp se vale para defender seu ponto é o seguinte: na metáfora, assim como na implicatura, no sarcasmo e no malapropismo, os interlocutores não são compelidos a aceitar como significativa a suposta asserção figurada ou indireta.¹¹

Mas, ao fazer tal afirmação, ela simplesmente não leva em conta inúmeras situações em que o desafio literalista é efetivamente atestado de incompetência linguística. Tomemos como contraexemplo a ser apresentado a Camp um contexto de disputa política em que um emissor A proferisse, ao telefone, a um receptor B, a seguinte sentença: “Estamos do mesmo lado”. Não se pode dizer que a não cooperação por parte de B seja necessariamente aceitável. Se B assume uma postura literalista radical e séria, proferindo uma resposta como “Não, nós não estamos do mesmo lado. Na verdade, você está em um estado e eu em outro”, podemos dizer que ele falhou em compreender o contexto do proferimento de A e, conseqüentemente, falhou em compreender o sentido daquele proferimento. Ademais, essa abordagem de Camp é ainda mais reducionista que a de Searle. Já vimos que nem todas as

¹⁰ Paul Grice, em *Studies in the Way of Words*, toma a metáfora como um caso de infração da primeira máxima da Qualidade, a saber, “não diga o que você acredita ser falso”. Em uma passagem demasiadamente sumária para um tema tão controverso, ele diz: “Examples like ‘You are the cream in my coffee’ characteristically involve categorial falsity, so the contradictory of what the speaker has made as if to say will, strictly speaking, be altruism; so it cannot be that such a speaker is trying to get across. The most likely supposition is that the speaker is attributing to his audience some feature or features in respect of which the audience resembles (more or less fancifully) the mentioned substance.” (GRICE, 1991, p.34)

¹¹ Isto é, Benvolio sempre pode rejeitar a comparação entre Julieta e o sol que faz Romeu, bradando: “Isso é absurdo!”. Já a recíproca não é verdadeira: Se Romeu insistisse na afirmação de que Julieta é efetivamente o sol, configurar-se-ia um caso de incompetência linguística e, quiçá, de uma perturbação mental a se observar. Ou seja, se Romeu está em plenas poses de suas faculdades mentais e conhece razoavelmente a língua inglesa, ele não acredita realmente que Julieta é o sol.

metáforas se reduzem a falsidades patentes. Lembremos de metáforas como “Uma mão lava a outra” ou “Nenhum homem é uma ilha”, etc.

Contra Camp e Searle, apóio-me na evidência linguística das ocorrências frequentes, tanto em textos teóricos quanto em outras formas de uso da linguagem, de um tipo de metáfora não parafraseável, na forma S é P, e que parece disputar o significado do que é aceito como literal, para desabilitar uma teoria da metáfora fundada em uma cisão entre SS x SF ou entre significado literal e infração de máxima conversacional. E estou ciente de que a objeção mais natural ao meu posicionamento seria: como distinguir uma metáfora na forma S é P que diz S é P e querer dizer justamente S é P de uma simples sentença S é P não metafórica? É disso que trataremos a seguir.

II.

Tendo em vista as dificuldades acima apresentadas, decorrentes da adoção de uma concepção de linguagem que estabelece uma cisão entre SS e SF, proponho que procuremos um outro modo de investigação que seja suficiente para nossos propósitos. Nossa investigação deve romper com os pressupostos problemáticos que nos impedem de abordar devidamente o tipo de metáfora com que nos ocupamos. Nossa tarefa mostra-se agora mais bem orientada, visto que reunimos novos elementos para uma identificação mais precisa desse tipo de metáfora.

Aristóteles, o primeiro teórico da metáfora, foi também o primeiro a notar que a marca fundamental da metáfora é a transferência (*epiphorá*). Mas onde poderia estar a transferência numa sentença que diz S é P e quer dizer S é P? Eis uma sugestão de resposta: é a própria sentença que, ao portar termos de sistemas normativos distintos, exige transição entre contextos – o que implica em pôr toda uma prática linguística em outros termos.

Mas, por enquanto, mantemo-nos na esfera da sugestão. Para avaliarmos a plausibilidade dessa sugestão, precisamos procurar por uma concepção de linguagem que suporte o exame dos conflitos e barganhas de significado. Essa investigação sobre a natureza da metáfora nos faz enxergar o que muitos teóricos da linguagem negligenciam solenemente: “A maior fonte de dificuldade da comunicação é a dificul-

dade de determinarmos o tipo de contexto com que estamos lidando” (PENCO, 2007, p.579).

Defendo que a concepção de linguagem que procuramos nos é ofertada pelo próprio compositor da metáfora com a qual desafiamos Searle, a saber, Wittgenstein. As posições centrais do chamado segundo Wittgenstein nós conhecemos bem. Tomemos como fio condutor de nosso raciocínio a ideia de que compreender o significado de um signo é compreender seus usos nos jogos de linguagem em que ocorre – levando em conta que a mesma implica em se assumir que o estudo de semântica envolve o estudo do aprendizado do uso dos signos. E uso não é senão comportamento linguístico. De modo que investigar o que possa ser compreender uma proposição *p* não deve se restringir a investigar estritamente o que *é dito* por essa proposição – não se admite cisão entre o estudo da face semântica e o estudo da face pragmática da linguagem. Desse modo, não há espaço, na concepção de linguagem apresentada por Wittgenstein, para uma teoria unificada da literalidade – “Pense em quantas coisas diferentes são chamadas de ‘descrição” (WITTGENSTEIN, 2006, § 24). Também não há espaço, nessa concepção, para uma semântica mentalista – o que fica bem explícito nos argumentos contra a possibilidade de uma linguagem privada desenvolvidos nas *Investigações Filosóficas*. As fronteiras entre os significados de dois conceitos (ou entre dois significados de um mesmo conceito) mostram-se, na maior parte das vezes, difusas, dando margem a diferentes critérios do que seja um uso competente do signo.

Outro ganho metodológico considerável que obtemos ao trabalharmos a metáfora partir de uma concepção wittgensteiniana de linguagem consiste em evitarmos o sempre obscuro conceito de contexto: por seu emprego excessivo em teorias as mais diversas, sendo mesmo algumas delas antagônicas entre si, o termo “contexto” tornou-se demasiadamente vago. Desse modo, tornou-se difícil encontrar modos de preservar o conceito a ele relacionado de empregos comprometidos com a ideia de que os aspectos semânticos de uma sentença podem ser analisados isoladamente de aspectos pragmáticos e fonéticos – o que conduz, em geral, a algum tipo de mentalismo semântico. Além disso, a determinação dos domínios de um jogo de linguagem é consideravelmente mais precisa do que a determinação dos domínios de um contex-

to: podemos nos focar nos verbos de ação, como faz Wittgenstein nas *Investigações Filosóficas* (WITTGENSTEIN, 2006, §23)¹². E, falar em jogos de linguagem exige admitirmos a inexistência de critérios que perpassem todos os jogos, o que acarreta a inexistência de uma concepção forte de literalidade – o que em um jogo é fundamento indubitável, em outro pode ser regra dubitável (WITTGENSTEIN, 1972, §96).

Ao nos valermos dos métodos de investigação gramatical desenvolvidos por Wittgenstein, encontramos um modo de abordar o tema da metáfora por uma perspectiva do discurso (do jogo de linguagem) – afastando-nos das abordagens limitadas ao nível da palavra desviada ou ao nível da predicação impertinente – e esse é um fator decisivo. A metáfora aparece como lance no jogo de linguagem (WITTGENSTEIN, 2006, §49) – antecedida e sucedida por outros lances e pode se mostrar recurso discursivo (e conversacional) de mudança de registro semântico.

O quadro se completa se resgatarmos o interacionismo de Richards e Black, tão atacado por Searle, na medida em que ele nos permita investigar o tipo de metáfora que nos interessa aqui: o que se pode querer dizer quando se emprega expressões como “transação entre contextos” (RICHARDS, 1936, p.94) ou “dois pensamentos concomitantemente ativos”¹³ para falar de metáforas?

Se considerarmos que metáforas podem ser recursos discursivos que estabelecem transações *entre* jogos de linguagem (e aqui a preposição deve ser devidamente enfatizada) e que a concomitância de pensamentos não é senão concomitância de dois sistemas normativos distintos em uma mesma sentença, temos o seguinte: a metáfora se mostra recurso de transferência de regras de uso dos signos de um sistema descritivo para outro. O lance de linguagem metafórico começa em um jogo de linguagem e termina em outro (ou em outro nível do mesmo jogo). Ocorre nesse tipo de metáfora o que Nelson Goodman certa feita denominou “erro categorial calculado” (GOODMAN, 1976, p.73). E o cálculo consiste nisso: Eu lhe apresento propositalmente o termo S, numa acepção que lhe é familiar, mas aplico a ele um predicado P,

¹² Refiro-me aqui a uma acepção do conceito de jogo de linguagem que abarca práticas linguísticas complexas, como contar uma piada ou celebrar uma missa e não estou trabalhando com outras acepções também presentes na obra. Não tenho em mente, por exemplo, jogos de linguagem forjados, os quais funcionam como objetos de comparação.

¹³ “dois pensamentos diferentes concomitantemente ativos operando em uma palavra ou frase, cujo sentido é a resultante de sua interação” (RICHARDS, 1936, p.93).

defectivo, transgressor, mas não incompreensível. Decifrar o enigma da metáfora não é senão tornar-se capaz de ver o jogo de linguagem em que ela é literal como o jogo atual (se não falo necessariamente em se deixar convencer pela metáfora, falo, ao menos, em compreender sua implicação direta: a de que tal já era o jogo em questão, ainda que se ignorasse o fato).

Mas, para compreender o que se passa em uma metáfora desse tipo, tomemos mais uma vez como modelo a metáfora filosófica “Imagem é prisão”. Precisamos levar em conta o que nos diz Wittgenstein acerca do aprendizado da linguagem. Em geral, não aprendemos o significado de palavras a partir do fornecimento de definições cabais. Adquirimos o hábito de usar um certo signo de um tal modo a partir de exemplos de uso que nunca nos dão uma noção completa e precisa da extensão desse signo. A vagueza impera e abre brechas para a inovação semântica. Tendo isso em vista, defendo que são usos alternativos permitidos em certos jogos de linguagem (muitas vezes jogos de linguagem primitivos) e posteriormente desabilitados em outros jogos, que são resgatados via metáfora¹⁴. Esses usos alternativos são usos não canônicos do ponto de vista de nossas práticas linguísticas mais frequentes, as quais são, em geral, as posições a partir das quais avaliamos. Uma certa extensão de “prisão”, senão própria, pelo menos admitida em um jogo de linguagem Y (admitida na imagem de mundo que alicerça esse jogo), é resgatada para fins da recategorização a ser promovida em um jogo de linguagem X (ou isso pode se dar em níveis

¹⁴ De acordo com Wittgenstein, o aprendiz participa de um jogo de linguagem, é submetido aos estímulos verbais próprios deste jogo e passa a mimetizar os participantes mais competentes. Quero acrescentar que ele também é levado a arriscar categorizações que lhe parecem coerentes com os desígnios do jogo. Como seu vocabulário, na condição de aprendiz, é ainda muito restrito e como ele não formou os hábitos que permitem aos participantes mais competentes a determinação dos limites de uso dos signos, não raro ele confere aos signos usados uma extensão diversa do que a que lhe cabe segundo as regras do jogo. Assim, por exemplo, não é incomum ouvir da boca de crianças pérolas mitológicas como “É mentira do barulho” (um objeto se quebra dentro do banheiro trancado e a criança exclama, lá de dentro), “Estou com saudade de dormir” (procurando explicar seu comportamento) ou “O gato saiu do gato” (diante do corpo inanimado de um felino atropelado). Ignoram-se certas regras dos níveis habituais de nossos jogos, as quais determinam que o verbo “mentir” só se aplica a seres humanos ou seres conscientes em geral, que o substantivo “saudade” não se aplica ao que se faz com frequência ou que o termo “gato”, quando usado como substantivo, tem que se referir a um objeto físico com tais e tais características (podemos incluir também nessa lista a maior extensão que o verbo “sair” apresenta na última sentença).

X e Y de um mesmo jogo). Como essa recategorização atua sobre uma proposição gramatical e conduz (transfere) a outra, *não apenas uma regra basilar, mas toda uma rede daquelas regras empíricas que se fundam sobre essa regra basilar também é alterada.*

Afirmo que Wittgenstein se vale, portanto, de metáforas categóricas, que são recursos de atuação na gramática profunda (ainda que não se deixem confundir com proposições gramaticais¹⁵), procurando desabilitar metáforas como a da pureza cristalina da lógica. Podemos chamar tais metáforas de “metáforas gramaticais”. A imagem (composição) da filosofia como luta contra o enfeitamento do entendimento pelas vias da linguagem é um exemplo disso (WITTGENSTEIN, 2006, §109). A luta (terapia) wittgensteiniana cunha todo um exército de metáforas gramaticais como essa – é o caso de “Linguagem é jogo” e “Palavra é ferramenta” – para abalar certas convicções de que padecem os filósofos e teóricos em geral acerca dos jogos de linguagem em que acreditam estar situados.

Assim, dizer que o filósofo calcula o erro categorial que pretende imprimir equivale a dizer que ele determina os meios para suprir uma determinada lacuna semântica com a qual se depara. Trata-se de um procedimento cuja execução depende da seguinte competência: perceber quais são os conjuntos de regras que devem ser desabilitados e os termos que, uma vez resignificados, permitem tal desabilitação.

CONCLUSÃO

Foi afirmado, ao início do texto, que certas metáforas podem ser vistas como casos de borda entre semântica e pragmática. Espero que, ao término dessa exposição, tenha ficado claro o que eu quis dizer com isso: se, por um lado, assumo que metáforas gramaticais *dizem* algo, apresentando valor de verdade e todo um comprometimento assertivo, por outro lado, não abro mão de resguardar a face pragmática dessas metáforas. A concepção wittgensteiniana de linguagem nos leva

¹⁵ Proposições gramaticais, de acordo com Wittgenstein, são proposições que apresentam a forma de sentenças empíricas, mas que atuam como fundamentos, como regras de teste de jogos de linguagem. Uma vez explicitadas, tais proposições expressam convicções, mostrando-se indubitavelmente verdadeiras. Do mesmo modo, sua negação não incorre em simples falsidade, mas em proferimento sem sentido.

a considerar qualquer significado como contextualmente dependente. Mas não apenas isso. Não se diferencia, por essa perspectiva discursiva, compreensão do significado da sentença (SS) e compreensão do significado do falante (SF) – na verdade, essa indistinção se funda em uma assunção ainda mais basilar: regras gramaticais são, a um só tempo, regras semânticas e regras de ação (comportamento linguístico).

Nessa conclusão, interessa-me, sobretudo, deixar claro o que compreendo como metáfora gramatical. Trata-se, como foi dito, de um tipo de metáfora de uso incontornável, não parafraseável, não fundado em semelhança e, agora podemos acrescentar, no qual se quer dizer o que se diz. Esse último aspecto merece uma derradeira elucidação. Podemos mesmo atribuir literalidade a esse tipo de metáfora, desde que com o termo “literal” se pretenda denotar não o primeiro significado ou o significado habitual dos termos, mas sim o seu uso comprometido com definições e descrições do que é atual, factual. Deixar-se guiar por uma imagem pode efetivamente estimular certas ações e inibir outras: por exemplo, acreditando na pureza cristalina da lógica, um filósofo pode excluir todo um sistema vocabular de sua teorização. Uma metáfora gramatical não encontra paráfrase literal porque ela própria já é um esforço de literalização. Assim, refiro-me a metáforas que possuem tanto características de catacrese quanto de inovação semântica.

O estudo da transferência metafórica atuante em metáforas gramaticais aqui desenvolvido concentrou-se naquelas técnicas de uso dos signos que dizem respeito ao modo como os mesmos devem ser utilizados para promover o deslocamento entre jogos ou níveis normativos de jogos de linguagem – ou, o que é dizer o mesmo, para conferir relevância a um contexto que já tinha sua atualidade, mas que, por falta de uma ordem sistemática explícita, se ignorava. Por essa via, assim penso, logamos desenvolver um estudo da metáfora que mantém sempre seu cunho de investigação gramatical, evitando certos abismos do mentalismo.

Não abordei, neste trabalho, o espinhoso problema das razões pelas quais um filósofo se vê impelido a lançar mão de metáforas gramaticais. Mas, sobre isso, deixo uma sugestão. Assumo ser parte essencial da tarefa filosófica a compreensão dos modos pelos quais certas palavras e expressões passam a ser usadas como conceitos e dos modos

pelos quais esses conceitos se tornam problemáticos. Amparando-me no bom artigo “Categorias”, de Gilbert Ryle, penso que grande parte da tarefa de elucidação conceitual própria da Filosofia se mostra orientada pela necessidade da resolução de antinomias (RYLE, 1985, pp.33-34). Se isso procede, temos que a oferta de certas inovações semânticas (ou articulações intermediárias, na terminologia de Wittgenstein) seria parte da tarefa filosófica de dissolução de antinomias. Não falo em resolução, mas em dissolução, tendo em vista que o que se pode resolver são problemas especulativos, ou, mais propriamente, problemas científicos especulativos. No âmbito em que a Filosofia atua, o âmbito da determinação e da superação de convicções, o que se faz é dissolver pseudo-problemas. O que se procura fazer é encontrar os meios pelos quais deixamos de ver uma dada configuração problemática.

REFERÊNCIAS

BLACK, M. “Metaphor”. In: JOHNSON, M. (Org.) *Philosophical Perspectives on Metaphor*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2011, pp. 63-82.

CAMP, E. “Contextualism, Metaphor and What is Said”. *Mind & Language*, v.21, n.3, p.280-309. (June, 2006)

CAZEAUX, C. *Metaphor and Continental Philosophy: From Kant to Derrida*. New York: Routledge, 2007.

DAVIDSON, D. “What Metaphors Mean”. *Critical Inquiry*, v.5, n. 1, Special Issue on Metaphor, pp.31-47. (Autumn, 1978).

DESCARTES, R. *Discours de la Méthode suivi des Méditations Métaphysiques*. Paris: Ernest Flammarion Éditeur, 1930.

_____. *Princípios da Filosofia*. Trad. Guido Antônio de Almeida (Coord.). Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2002.

GOODMAN, N. *Languages of Art: An approach to a Theory of Symbols*. Indianapolis: Hackett, 1976.

GRICE, P. *Studies in the Ways of Words*. London: Harvard, 1991.

HUME, D. *A Treatise of Human Nature*. David F. Norton & Mary J. Norton (Ed.). New York: Oxford University Press, 2000.

JOHNSON, M. “Philosophy’s debt to metaphor”. In: *The Cambridge Handbook of Metaphor and Thought*. Raymond W. Gibbs Jr. (Ed.). New York: Cambridge University Press, 2010.

MORRIS, C. *Fundamentos da Teoria dos Signos*. Trad. Milton José Pinto e Paulo Alcoforado. São Paulo: Edusp, 1976.

PENCO, C. "Idiolect and Context". In: AUXIER, R.E.; HAHN (Eds.). *The Philosophy of Michael Dummett*. Chicago: Open Court, 2007, pp.267-590 (The Library of Living Philosophers, v.31)

RICHARDS, I.A. *The Philosophy of Rhetoric*. Oxford: Oxford University Press, 1936.

RYLE, G. "Categorias". Trad. Balthazar Barbosa Filho. São Paulo: Abril Cultural, pp.37-52, 1985.

SEARLE, J. *Expression and Meaning: Studies in the Theory of Speech Acts*. New York: Cambridge University Press, 2005.

_____. "Metaphor". In: JOHNSON, M (Ed.). *Philosophical Perspectives on Metaphor*. Minneapolis: University of Minnesota Press, pp.248-285, 2011.

WITTGENSTEIN, L. *Tractatus Logico-Philosophicus; Tagebücher 1914-1916; Philosophische Untersuchungen*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 2006.

_____. *The Blue and Brown Books*. Oxford: Basil Blackwell, 1969.

_____. *On Certainty*. Trad. Denis Paul e G.E. Anscombe. New York: Harper & Row, publishers, 1972.

A metáfora entre as fronteiras da semântica e da pragmática

Daniel Schiochett

Universidade Federal de Santa Catarina

Atualmente a metáfora é reconhecida entre os filósofos que se preocupam com a linguagem como um fenômeno amplamente presente na linguagem natural. Expressões do tipo “cerveja estupidamente gelada” ou “estou meio pra baixo hoje”, são amplamente usadas no nosso dia a dia para nos comunicarmos. Metáforas poéticas não faltam: “Julietta é o sol” (Shakespeare) ou “Uma atmosfera sombria já envolve quase toda a cidade” (Baudelaire). O discurso científico também é rico em metáforas. Tratar, por exemplo, a radiação eletromagnética como “ondas” ou o DNA como “dupla hélice” são metáforas que de modo algum podem ser lidas a partir do significado mais imediato dessas palavras. Com a filosofia também não é diferente. Wittgenstein se refere à “pureza cristalina da lógica...” e Heidegger afirma que “O pensamento é um ouvir e um ver”. Estes usos metafóricos da linguagem, assim como os anteriores, não servem meramente para ornar a frase. Isso porque essas sentenças têm uma força assertiva que não pode ser parafraseada sem deixá-la de lado. Metáforas estão presentes quer privilegiamos, usando uma dicotomia fundamental para Puntel (2008), a função comunicativa da linguagem quer destaquesmos a sua função expositiva. Em outras palavras, metáforas aparecem quando o contexto comunicativo é fundamental mas também aparecem quando está em jogo o poder referencial da linguagem.

AS FRONTEIRAS DA SEMÂNTICA E DA PRAGMÁTICA

De modo geral, teorias que priorizam a função comunicativa da linguagem são teorias contextualistas ou pragmáticas. Teorias que priorizam a função expositiva da linguagem e consideram que as palavras e frases guardam uma relação mais estreita com seu significado independentemente do contexto, são teorias semânticas. A metáfora, enquanto fenômeno que atravessa esses dois campos, sugere que as fronteiras entre *semântica* e *pragmática*, entre *significado* de proposições e seus *contextos*, são problemáticas quando a questão é apresentar uma noção ampla de linguagem.

Não existe unanimidade acerca das fronteiras da semântica e da pragmática enquanto ramos de pesquisa. Historicamente essas duas disciplinas da linguística se estabeleceram a partir da separação de Morris em 1938 da semiótica em: sintaxe (relação dos signos entre si), semântica (relação dos signos com os objetos a que são aplicados) e pragmática (relação dos signos com os intérpretes). Carnap também dirá: “se numa investigação, faz-se referência explícita ao falante ou para dizê-lo em termos mais gerais, ao usuário da linguagem, então, consignamo-la [a investigação] ao campo da pragmática... Se abstraímos o usuário da linguagem e analisamos apenas as expressões e seus *designata*, estamos no campo da semântica. E, finalmente, se abstraímos também os *designata* e analisamos apenas as relações entre as expressões, estamos no campo da sintaxe (lógica). (Carnap 1938 *apud* Levinson, 2007, p. 3).

Levinson (2007), para estabelecer a diferença entre o objeto da semântica e da pragmática (enquanto ramos da linguística,) apresenta um quadro dos *conteúdos inferidos a partir de um enunciado* para, em seguida, traçar as fronteiras entre esses dois domínios. O conteúdo comunicacional de um enunciado, para Levinson, é dado pelas: 1 – condições de verdade ou acarretamentos; 2 – Implicaturas convencionais; 3 – pressuposições; 4 – condições de felicidade; 5 – implicaturas conversacionais generalizadas; 6 – implicaturas conversacionais particularizadas; 7 – inferências baseadas na estrutura conversacional. A semântica não consegue lidar com conteúdos anuláveis pelo contexto como o das implicaturas conversacionais, pressuposições e condições

de felicidade. Assim, apenas 1 e 2 permitiriam, segundo Levinson, uma teoria semântica mais coerente o que implica basicamente uma teoria semântica vericondicional, isto é, preocupada com uma noção de significado em sentido restrito como aquele já delimitado por Morris. A pragmática, por outro lado, estudaria os fenômenos relativos ao significado em sentido amplo, com limite superior na semântica e inferior em aspectos já não mais diretamente verbais da linguagem humana, como os estudados pela sociolinguística e pela psicolinguística.

Wearing, vai um pouco mais longe e faz a cisão entre semântica e pragmática diferenciando os aspectos linguísticos e *não linguísticos* da significação: “eu faço a distinção entre semântica e pragmática para dividir os aspectos especificamente linguísticos do conteúdo comunicacional daqueles aspectos que envolvem uma competência não linguística. O processo de interpretação semântica, então, envolve os aspectos do ‘significado’ da nossa competência linguística. A interpretação pragmática, pelo contrário, envolve habilidades e informações que não são especificamente linguísticas.” (WEARING, 2013, p. 498). Wearing relega à pragmática todos os aspectos do significado que não cabem em uma teoria semântica. Seriam os aspectos sociais e psicológicos também parte da pragmática?

Se assumimos essa posição, teríamos que aninhar os estudos em linguística cognitivista no seio da pragmática, longe de discussões da semântica linguística. Por outro lado, Lakoff e Johnson (1999) sustentam que os aspetos semânticos da linguagem não se diferenciam dos aspectos semânticos não linguísticos: significatividade não é apenas uma questão de linguagem verbal como a semântica e a pragmática priorizam. Isso porque, para o cognitivismo desses autores, os processos semânticos são *encarnados* e a linguagem é apenas uma das manifestações desses processos cognitivos. O cognitivismo não seria, assim, nem a fronteira inferior dos estudos que falam sobre o significado nem uma das partes da pragmática. O cognitivismo oferece, inclusive, base para a construção de uma semântica cognitiva que não separa aspectos linguísticos e não linguísticos da significação (Cf.: LAKOFF, 1987, p. 269).

Nessa pintura brevemente matizada, as metáforas aparecem como fenômeno que atravessa semântica, pragmática e cognitivismo. Stern (2009) argumenta que é possível alocar a metáfora como um fe-

nômeno estritamente semântico, a partir do quadro do minimalismo semântico. As máximas de Grice são maneiras de tratar a metáfora pragmaticamente. Reimer e Wearing, por outro lado, arguem que a metáfora põe em xeque alguns postulados do minimalismo semântico e da explicação pragmática clássica. Lakoff e Johnson, em outra perspectiva, afirmam que a metáfora depende de processos cognitivos fundamentais. O fato de não termos um tratamento único sobre o fenômeno das metáforas, sugere que as fronteiras entre semântica e pragmática talvez não se mantenham como as erigiu a tradição. Passemos ao tratamento de cada um deles.

A METÁFORA COMO FENÔMENO DO CONTEXTO NO QUADRO DO MINIMALISMO SEMÂNTICO

O Minimalismo Semântico defende que as sentenças têm um significado mínimo, as proposições a que se referem, que é invariável seja qual for o contexto. A proposição é *o que é dito* em uma sentença qualquer. De modo geral, a solução aos problemas levantados pela metáfora são resolvidos seguindo a indicação de Davidson no clássico *What metaphors mean* de 1978. Aí Davidson defende que uma metáfora pode dizer “qualquer coisa”. Isso porque falar sobre metáforas não é falar sobre o significado de uma sentença, mas sobre o seu uso. Nesse sentido, não se pode confundir, segundo Davidson, os pensamentos que uma metáfora provoca em nós com a metáfora mesma. A metáfora, portanto, não é uma questão semântica, mas uma questão contextual.

Enquanto fenômeno contextual, Stern (2009) propõe tratar as metáforas de forma semelhante aos indexicais. A teoria semântica defendida por Stern é o minimalismo semântico apresentado por Capellen e Lepore (2005). O minimalismo semântico não defende ignorar o contexto na interpretação semântica, mas defende que as principais expressões sensíveis ao contexto são do tipo dos indexicais como “eu”, “aqui”, “agora” e assim por diante. Estas expressões contextuais adquirem significado relativamente ao contexto de expressão, mas o *input* ou o dispositivo que captura o contexto é determinado semanticamente. Não é o contexto que muda o significado de um termo ou frase, mas a frase que precisa ser *saturada* contextualmente para poder ser

avaliada como verdadeira ou falsa. Há, então, uma semântica mínima nas sentenças que se mantém invariável depois de isoladas as expressões sensíveis ao contexto. Isso implica que tais dispositivos possam ser gramaticalizados, ou seja, se uma sentença é sensível ao contexto deve ser possível localizar morfologicamente ou sintaticamente a expressão sensível ao contexto.

Se o mecanismo de funcionamento das metáforas é semelhante ao dos indexicais, cabe mostrar que 1) elas são sensíveis ao contexto da mesma forma que os indexicais o são e 2) que é possível gramaticalizar o dispositivo de produção/interpretação de sentenças metafóricas. Para demonstrar o primeiro ponto, Stern recorre aos testes de sensibilidade de contexto estabelecidos por Cappelan e Lepore.¹ Cappelan e Lepore chamam o primeiro teste de “relato intercontextual descitacional indireto” (Inter-Contextual Disquotational Indirect Report): “tome uma elocução *u* de uma sentença *S* em um contexto *C*. Deixe *C'* ser um contexto relevantemente diferente de *C*. Se existir um relato indireto verdadeiro da expressão de *S* em *C'*, então *S* é contextualmente insensível” (STERN, 2009, p. 276). Em outras palavras, para que uma frase não seja sensível ao contexto, ela deve poder ser citada por outra pessoa em um contexto diferente sem que isso implique em mudança do seu valor de verdade. Basicamente, é necessário aninhar a frase dentro da estrutura: “X disse que” e continuar a frase. Por exemplo: se a frase “O sol é uma estrela” é verdadeira, a frase aninhada na seguinte estrutura continua a ser verdadeira quando citada por alguém: “Luiz disse que o sol é uma estrela”.

Outro exemplo, vamos imaginar que Luiz diz no contexto *C*:

(1) (S) Eu não reservei o hotel para o encontro da ANPOF.

Raquel, em um contexto diferente (*C'*) em que Luiz afirmara *S*, relata indiretamente a frase de Luiz dizendo:

(2) (R) Luiz disse que eu não reservei o hotel para o encontro da ANPOF.

Essa frase é falsa: quem não reservou o hotel foi o Luiz e não a Raquel. Isso acontece justamente porque a expressão “eu”, nesta sentença, “bloqueia” o relato intercontextual indireto. Assim, *S*, a sentença dita por Luiz, é sensível ao contexto. Note que se Luiz tivesse dito no contexto C outra sentença, por exemplo:

¹ Cappelen e Lepore (2005) elaboram 3 três testes, sendo que é suficiente tratar do teste que indica que a metáfora é um fenômeno de contexto.

(3) (S) João não reservou o hotel para o encontro da ANPOF, o relato feito por Raquel em contexto diferente (C'), não seria bloqueado por numa expressão e a frase aninhada continuaria verdadeira:

(4) (R) Luiz disse que João não reservou o hotel para a ANPOF.

Segundo Stern, as metáforas não passariam no teste o que implicaria que elas são sensíveis ao contexto e, portanto, um fenômeno tratável semanticamente como os indexicais. Imaginemos uma breve história que é nosso contexto C: Luiz não reservou o hotel pois, como é de costume, se omite de suas responsabilidades. Mas Raquel, sua esposa, também filósofa, o fez. No encontro da ANPOF, Raquel encontra um amigo comum deles, o Paulo. Paulo também sabe que Luiz costuma fugir de suas responsabilidades. Raquel, ao encontrar Paulo afirma:

(5) (S) Luiz é um jundiá.

Neste contexto, Raquel e Paulo compartilham que jundiás são peixes que devido à ausência de escamas e presença de muco são muito lisos e, portanto, escapam da mão quando tentamos agarrá-los. As condições de verdade da proposição acima são

(6) <Luiz, ser que escapa, difícil de ser agarrado>

Temos aí uma interpretação metafórica, mas ela é sensível ao contexto?

Stern propõe aplicar o teste a estas frases do seguinte modo: imaginemos um contexto C' no qual os parentes de Paulo há muito pescam jundiás e sabem que são peixes que precisam de condições especiais para serem fígados: água turva ou ser de noite. Paulo liga para seus pais que também conheceram Luiz e Raquel enquanto estes apenas namoravam. Entre outras coisas, Paulo diz à Mãe a frase de Raquel (Luiz é um jundiá) e sua mãe animadamente reporta para o Pai de Paulo:

(7) (R) Raquel disse que Luiz é um jundiá.

No relato da Mãe de Paulo ao seu Pai, as condições de verdade da frase aninhada são

(8) <Luiz, ser que é fígado com a tática certa>

Duas interpretações metafóricas têm, assim, condições de verdade diferentes que são sensíveis ao contexto do mesmo modo que o são

também os indexicais. Para tratá-los, porém, como os indexicais, Stern introduz o operador “Mthat” que funciona como marcador semântico da interpretação metafórica. Nas palavras de Stern, “uma expressão \emptyset interpretada ou usada metaforicamente pode ser representada (para introduzir um termo de arte) pela ‘expressão metafórica’ ‘Mthat[\emptyset]’. A expressão metafórica ‘Mthat[\emptyset]’ ‘lexicaliza’ a interpretação ou o uso metafórico de \emptyset ” (STERN, 2013, p. 289). Da mesma forma que em uma sentença os indexicais permitem a variação do conteúdo da sentença conforme o contexto, este operador faz com que o conteúdo metafórico varie conforme o contexto.

Assim, dizer que “Luiz é um jundiá” teria, além da leitura literal, outras leituras metafóricas possíveis:

- (9) Luiz Mthat [é um jundiá]
 Mthat [Luiz] é um jundiá
 Mthat [Luiz] Mthat [é um jundiá]
 Mthat [Luiz é um jundiá]

Esse operador “não gera uma nova categoria (sintática ou semântica) de expressões chamadas ‘frases metafóricas’; ele simplesmente lexicaliza a interpretação ou uso de todas as expressões que podem ser gramaticalmente interpretadas metaforicamente” (STERN 2013, p. 290). Em outras palavras, o operador “Mthat” não cria novas proposições assim como a presença de um indexical também não o faz. O conteúdo literal de “Ele é um jundiá” continua presente “sob” qualquer leitura metafórica que se faça da sentença. Não há duas sentenças diferentes, uma metafórica e outra literal. Há uma sentença literal e leituras contextuais possíveis, entre elas a leitura metafórica proporcionada pelo operador “Mthat”. Mas é o significado mínimo da expressão que impele a interação da sentença com seu contexto de uso, assim como o faz o indexical. Dessa forma, Stern consegue mostrar que é possível dar um tratamento à metáfora dentro do minimalismo semântico: metáforas selecionam aspectos do contexto da mesma forma que os indexicais e é possível estabelecer um operador lógico para tratar essa operação no quadro de uma teoria semântica.

METÁFORAS COMO IMPLICATURAS CONVERSACIONAIS SEGUNDO A PRAGMÁTICA

Pragmaticamente, a forma clássica de resolver a questão é recorrer às implicaturas conversacionais, isto é, ao conjunto de implicações que são compartilhadas implicitamente pelos falantes. Estas implicaturas são governadas por um *princípio* e por quatro *máximas*, como as chamou Grice (LEVINSON, 2007), que garantem a cooperação entre os falantes e, portanto, o sucesso do ato comunicativo. Estas máximas são assim expressas:

O princípio cooperativo: faça sua contribuição como for exigido, na etapa na qual ela ocorre, pelo fim ou direção aceitos da troca convencional em que você está envolvido

A máxima da qualidade: tente fazer com que sua contribuição seja verdadeira, especificamente i) não diga o que acredita ser falso ii) não diga coisas para as quais você carece de evidências adequadas.

A máxima da quantidade: i) faça com que sua contribuição seja tão informativa quanto for exigido para os presentes fins do intercâmbio ii) não faça com que sua contribuição seja mais informativo que é exigido.

A máxima da relevância: faça com que sua contribuição seja relevante.

A máxima do modo: seja perspicuo e, especificamente, i) evite obscuridade, ii) evite a ambiguidade iii) seja breve iv) seja ordenado. (LEVINSON, 2007, p. 126-7)

Imaginemos o seguinte diálogo:

(10) Paulo – Oi, Raquel, o Luiz reservou o hotel essa vez?

Raquel – Paulo, parece que você não conhece o Luiz!

A resposta de Raquel não é semanticamente relevante para Paulo na medida em que não dá a informação solicitada por ele. Mas, na medida em que Paulo e Raquel estão cooperando linguisticamente, é de se supor que a afirmação de Raquel deve ser *relevante* para Paulo de alguma forma e tanto Raquel quanto Paulo sabem que o é. Por meio da frase, Raquel lembra a Paulo o que eles sabem sobre Luiz. A frase,

então, *implica* (não logicamente, mas conversacionalmente) um outro conteúdo, a saber, que Luiz não reservou o hotel.

Em uma metáfora, algo semelhante deveria acontecer. Vejamos outro exemplo:

- (11) Paulo – Oi, Raquel, o Luiz reservou o hotel essa vez?
Raquel – Luiz é um jundiá.

Se Paulo e Raquel estão cooperando linguisticamente, isto é, coordenando-se através da fala, é de se supor que a frase “Luiz é um jundiá” deva ser relevante para Paulo de alguma forma. Se ela for compreendida literalmente, não há cooperação. O que acontece aqui é que, tanto Raquel quando usa a expressão quanto Paulo que a compreende, explorariam a máxima da relevância e implicariam a partir da frase literal algo do tipo “Luiz costuma fugir de seus compromissos e não reservou ...”. Não haveria, entretanto, uma alteração na semântica da frase, dado que as implicaturas são aspectos do significado que não dizem respeito ao conteúdo semântico de uma sentença.

A metáfora, segundo a concepção pragmática, é um fenômeno “posterior” assim como as outras implicaturas. O falante deve poder primeiro decodificar o conteúdo expresso, *aquilo que é dito*, para, em seguida, extrapolando uma máxima, implicar um outro conteúdo, *aquilo que é comunicado*. Neste sentido, tanto a pragmática quanto o minimalismo semântico, herdeiro da concepção tradicional presente já em Davidson, mantém a separação entre literal e metafórico: o literal diz respeito à competência semântica dos falantes e a metáfora diz respeito à capacidade dos falantes de, a partir do semântico, capturarem ou implicarem aspectos do contexto.

BORRANDO FRONTEIRAS: FLEXIBILIDADE SEMÂNTICA E CONCEITOS AD HOC

Wearing (2013) vê no tratamento da metáfora dado tanto pela semântica quanto pela pragmática alguns problemas dos quais destacamos dois: o primeiro deles é que uma metáfora não parece ser apenas um fenômeno comunicacional na medida em que há um conteúdo asserido na sentença e não apenas implicado contextualmente. Retome-

mos os diálogos (10) e (11). No primeiro caso, na medida em que é uma implicatura e o conteúdo semântico da sentença “Parece que você não conhece o Luiz!” é diferente do comunicado, Paulo não pode confirmar nem negar a afirmação de Raquel dizendo “Não, eu não conheço ou Luiz” ou “Sim, eu conheço o Luiz”. Mas no caso das metáforas, (11), isso é possível: Paulo pode dizer “Sim, Luiz é um jundiá” que o diálogo continuará coordenado. Para Wearing (2013, p. 494) “nos casos das metáforas, nós respondemos ao conteúdo metafórico como se ele fosse o que estivesse sendo dito, e não como algo implicado”.

O segundo problema nasce de um dado empírico. Em tese, se uma metáfora fosse uma implicatura do conteúdo semântico mínimo da sentença, afirma Wearing, o processo de compreensão dela deveria ser diferente pois, primeiro seria necessário compreender o significado literal da frase para, em seguida, implicar a metáfora. Mas, tem surgindo da neurociência alguns indícios que a atividade neural durante a compreensão de uma metáfora ou de uma frase literal não é significativamente diferente, sugerindo que tanto uma quanto outra implicam os mesmos processos cerebrais (WEARING, 2013).

A proposta de Waering e de Reimer (2009) é, então, borrar as fronteiras entre a semântica mínima e a pragmática clássica. A primeira das autoras sustenta que é inerente a uma sentença uma *flexibilidade semântica*. A segunda defende que uma expressão metafórica e uma expressão literal *expressam diretamente* seu conteúdo, sem que a metáfora se baseie no conteúdo literal. Ambas sustentam sua tese recorrendo à noção de outros mecanismos inferenciais em geral, como conceitos *ad hoc*. “Conceitos *ad hoc* são construídos por meio de processos pragmáticos como enriquecimento e afrouxamento, processos que afetam o conteúdo expressado e não apenas as implicaturas” (REIMER, 2019, p. 242). Exemplos desses conceitos são as sentenças:

- (12) (Enriquecimento) - Eu vou para a universidade.
 (13) (Afrouxamento) - É silencioso aqui.

Tipicamente sentenças do tipo de (12) admitem algum tipo de enriquecimento com referência tácita a algum tempo particular, pois a frase não deixa explícito se “Eu vou para universidade agora” ou se “Eu vou para universidade todos os dias” ou outras leituras possíveis.

Sentenças típicas do caso (13) também podem ser verdadeiras mesmo que não tomadas ao pé da letra, isto é, o ambiente não precisa estar em “silêncio absoluto” para que a sentença tenha condições de verdade verificáveis. Ambas as sentenças necessitam capturar aspectos do contexto, sem que estes aspectos estejam de partida gramaticalizados.

Assim, a sentença “Luiz é um jundiá” não precisaria ser explicada semanticamente pela introdução de um operador que gramaticalizaria a metáfora como defende Stern. Por outro lado, sua compreensão também não dependeria de uma implicatura conversacional. O fenômeno continua a ser um fenômeno semântico, pois depende do significado estabelecido nas sentenças, aquilo que é efeticamente dito, e pragmático, pois o significado é também diretamente dependente do contexto que enriquece ou afrouxa o significado de qualquer termo.

Assim, para entender a metáfora “Luiz é um jundiá”, os falantes estariam de partida dispostos a enfraquecer o significado de “ser um jundiá”, selecionado entre as notas características desse conceito características que pudessem garantir a comunicação com sucesso entre os falantes. A diferença entre a tese de Reimer e de Wearing em relação à tese do minimalismo semântico ou do pragmatismo clássico está em que a seleção das notas características do conceito quando usado metaforicamente não se dá porque há na sentença um dispositivo gramatical, um operador lógico escondido que dispara a leitura metafórica, como afirma a semântica, nem que a leitura metafórica acontece depois, ao modo de uma implicatura, como se o significado literal devesse ser compreendido antes para depois implicar possíveis leituras metafóricas. Reimer afirma:

Dada a habilidade de falantes da linguagem natural invocar contextos na construção de conceitos *ad hoc* a partir do conteúdo semanticamente codificado, não é necessário assumir que o intérprete *primeiro* processa e depois *rejeita* a interpretação literal da expressão inteira. (REIMER, 2009, p. 242)

Borrar as fronteiras entre a semântica e a pragmática leva a uma noção de linguagem que admite de partida a *flexibilidade* dos termos e sentenças de tal modo que tanto metáforas quando expressões literais são possíveis e sua explicação não depende mais em eleger um do-

mínio, semântico ou pragmático, como fundamental para garantir o significado das sentenças.

A tese da expressão direta do conteúdo metafórico de Reimer e a tese da flexibilidade semântica de Wearing acabam recorrendo à habilidade de falantes na construção de conceitos *ad hoc*. Recorrer a tais habilidades é dar mais um passo além das fronteiras da semântica e da pragmática na discussão quer da noção de metáfora quer na defesa de uma noção de linguem. Mas esse passo não diz respeito simplesmente em borrar tais fronteiras, mas assumir como parte importante da nossa capacidade linguística aspectos que antes eram relegados à sociolinguística, e principalmente para a psicolinguística e para neurociência. **Borrar as fronteiras da semântica e da pragmática significa também assumir a possibilidade que nossos processos cognitivos não são dissociados da nossa capacidade linguística e, portanto, o cognitivismo atual teria algo a dizer acerca da noção de metáfora e de linguagem que buscamos.**

O COGNITIVISMO E A APOSTA NAS METÁFORAS CONCEITUAIS

Para o cognitivismo, “todos os aspectos do pensamento e da linguagem, conscientes e inconscientes, são cognitivos” (LAKOFF e JOHNSON, 1999, p. 11). A linguagem, segundo o cognitivismo não é uma faculdade apartada das nossas capacidades cognitivas: ela é apenas a superfície. Para tratar adequadamente as metáforas é necessário, então, levar em consideração o que as ciências cognitivas dizem justamente sobre a nossa “habilidade” de construir conceitos *ad hoc* (afrouxamento e enriquecimento linguístico), na linguagem de Reimer e Wearing.

Quando uso uma metáfora, segundo o cognitivismo estou fazendo uso de um modelo cognitivo já apreendido, expandindo-o para domínios aos quais antes ele não era utilizado. Quando Raquel diz “Luiz é um jundiá”, ela está recorrendo à imagem compartilhada do peixe que de tão liso facilmente escapa das mãos. Essa imagem é exatamente isso: uma imagem, compartilhada entre os falantes porque são portadores de um mesmo aparelho cognitivo que, em última instância, corresponde à constituição do nosso corpo e ao acoplamento desse corpo no mundo. É certo que essa metáfora ainda é bastante complexa e

o falante acaba recorrendo a metáforas mais simples para garantir o sucesso do ato comunicativo e a possibilidade de atribuir um valor de verdade à frase dita por Raquel.

Essas metáforas simples, segundo Lakoff e Johnson (1999) são metáforas que nascem diretamente a partir do processo de categorização da experiência sensório-motora inerente a todos os seres humanos. Metáforas do tipo “afeto é calor”, “importante é grande”, “felicidade é em cima”, “intimidade é proximidade”, “dificuldade é carga”, “mais é em cima”, “categorias são contêineres”, “propósitos são destinações”, “conhecimento é ver”, etc., são esquemas metafóricos, ou *metáforas conceituais* segundo Lakoff e Johnson, compartilhadas por quase todas as culturas humanas pois todos nós, na medida em que possuímos corpos muito similares e relações parecidas com o meio, tendemos a fazer certos tipos de relação.

Assim, a possibilidade de compreensão de um conceito trazido à fala por outro falante é garantida não porque simplesmente dominamos o significado mínimo de cada conceito. Antes, o fazemos porque possuímos esquemas, ou modelos cognitivos na linguagem do cognitivismo, que nos permitem reconhecer na fala do outro experiências sensório-motoras que também são nossas. Isso explica porque grande parte das metáforas são sempre “sensíveis”: na medida em que uma metáfora não evoca um conceito (ou esquema cognitivo) fixamente estabelecido, ela só é feliz na medida em que evoca outros modelos mais simples compartilhados por todos, mais ligados à sensibilidade e à motricidade, para garantir a comunicação e cooperação entre os falantes.

A metáfora, para o cognitivismo, não é uma propriedade semântica ou sintática da linguagem enquanto sistema formal de signos, como o minimalismo semântico pode nos fazer crer, mas também não é uma implicatura conversacional pois ela tem um conteúdo que pode ser avaliado como verdadeiro e falso. Ela revela uma faceta das capacidades cognitivas do homem enquanto portador de um corpo: motricidade e percepção. É importante ao menos indicar que o processo que subjaz à metáfora linguística não é a única capacidade cognitiva de formação de conceitos. Os processos metonímicos, os efeitos prototípicos, estereotípicos e as categorizações radiais também possibilitam, ao lado da metáfora, a ampliação conceitual dos domínios mais ele-

mentares da experiência em direção aos domínios mais afastados: quer quando tratamos de átomos ou buracos negros ou de valores morais ou religiosos. Sempre quando um novo conceito (ou modelo cognitivo) nos é apresentado, tendo ele função comunicativa ou descritiva, seja por meio de uma definição literal ou por meio de uso mais “frouxo”, só inferimos o seu conteúdo porque recorremos a outros modelos cognitivos já formados (metáforas, metonímias, efeitos radiais, etc), expandindo seu domínio de aplicação e estabelecendo um novo modelo cognitivo, isto é, um novo conceito.

A concepção de linguagem que imediatamente emerge é de uma linguagem que funciona como instrumento cognitivo. A linguagem não é simplesmente um conjunto de signos a serem manipulados como também não é simplesmente um conjunto de atos coordenados socialmente. Nem minimalismo, nem pragmatismo. A linguagem aparece como instrumento de interação nossa com o mundo que como tal não é um órgão. Ela é um instrumento fundado nas nossas capacidades cognitivas criado por nós humanos que ampliam e amplificam essas capacidades..

A semântica enquanto estudo das relações formais entre nossos conceitos ainda continua a ter sentido. Mas ela não pode ser tomada como uma explicação *ontológica* do que seja a linguagem. Em certo sentido, a introdução do operador lógico para tratar das metáforas e a exclusão radical do aporte metafísico dentro de uma teoria semântica como defendem Capellen e Lepore (2005) são posições defensáveis e necessárias numa teoria semântica. Muito da discussão entre minimalismo semântico e contextualismo ou, num sentido mais amplo, entre semântica e pragmática, seria evitada se se assumisse que o problema da semântica, antes de oferecer uma teoria ontológica da linguagem, é oferecer um modelo lógico, sem se comprometer que *cognitivamente* nosso cérebro e nosso corpo operem desse jeito.

As metáforas enquanto fenômenos que não podem ser tratados adequadamente nem a partir da pragmática clássica, nem a partir do minimalismo semântico, nos levam forçosamente a uma noção de linguagem que borra tais fronteiras. Borrarr tais fronteiras não significa criar uma teoria mista. Significa pensar o fenômeno linguístico levando em consideração não só as interações pragmáticas e contextuais a que

nós e a linguagem estamos sujeitos, mas também a realidade físico-biológica que é condição inerente da nossa existência. Nesse sentido, a linguagem em que acontecem fenômenos como metáforas só pode ser instrumento e artefato de interação com o mundo e com os outros no qual desde sempre estamos lançados.

REFERÊNCIAS

- CAPPELEN, H. LEPORE, E. **Insensitive semantics** : a defense of semantic minimalism and speech act pluralism. Malden/Oxford: Blackwell Publishing, 2005.
- DAVIDSON, D., What metaphors mean. In. EZCURDIA, M. STAINTON, R. J. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. **Philosophy in the flesh**. New York: Basic Books, 1999.
- LAKOFF, G. **Women, fire, and dangerous things**: what categories reveal about the mind. Chicago: The University of Chicago Press, 1987.
- LEVINSON, S. **Pragmática**. Tradução Luiz Carlos Borges e Aníbal Mari. São Paulo: Martins Fontes, 2007.
- PUNTEL, L. B. **Estrutura e ser** : um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática. Tradução Nélio Schneider. São Leopoldo: Unisinos, 2008.
- REIMER, M. The direct expression of metaphorical content. In. STAINTON R. J. VIGER, C. (eds.). **Compositionality, context and semantic values**, DOI: 10.1007/978-1-4020-8310-5 10, Springer Science+Business Media B.V. 2009.
- STERN, J. **Metaphor and minimalism**. Springer, Science+business Media B.V, 2009. DOI 10.1007/s11098-009-9486-3. Disponível em <http://philosophy.uchicago.edu/faculty/files/stern/MetMinPhilSt09.pdf> <Acessado em 17.11.14. >
- WEARING, C. Metaphor and what is said. In. EZCURDIA, M. STAINTON, R. J. **The semantics-pragmatics boundary in philosophy**. Peterborough: Broadview press, 2013.

Dois níveis de aquisição da linguagem: o ensino e a definição das palavras

Tatiane Boechat Abraham Zunino

UEFS

Nossa argumentação neste texto se regula pela indicação crítica que Wittgenstein lança às teorias referencialistas da linguagem nas *Investigações Filosóficas*, àquelas teorias que veem no enunciado o lugar de encontro do significado de tudo o que é dito. Quando o filósofo se refere a Agostinho no §1, ao afirmar que ele “não fala de uma diferença de espécies de palavras”, entende-se que sua contraposição direciona-se ao esquecimento da multiplicidade de tipos de palavras que ocorrem na linguagem e, de modo geral, a certo achatamento ao nível do igual, da identidade, no modo como percebemos e expressamos as palavras.

Na analogia entre a linguagem e a caixa de ferramentas do parágrafo 11, podemos pensar que, se existe uma multiplicidade de funções para cada ferramenta, haveria também diferentes funções e empregos para os diversos tipos de palavras¹. “Assim como são diferentes as funções dos objetos, são diferentes as funções das palavras (e há semelhanças aqui e ali)” (IF §11). No entanto, o modo como nos habituamos a conceber a linguagem isso não nos é nítido, como bem delatou nosso autor. O que causa certa confusão nesta questão é que tanto as palavras quanto as ferramentas se escondem sob a égide da uniformidade da aparência. Quando busco o significado de algo, direciono-me sempre a uma significação determinada. Quando ditas ou escritas, todas as

¹ As referências às *Investigações Filosóficas* serão feitas pela sigla IF seguido de seu respectivo parágrafo sempre que necessário.

palavras são nomes e significam, assim como “todas as ferramentas servem para modificar alguma coisa” (IF §14). Há certa determinação no significado da palavra e na própria palavra. Tanto a palavra “dois” quanto as palavras “b” ou “dor” são nomes e servem para representar alguma coisa. Uma situação idêntica de uniformidade se aplica ao modo como vemos a coisa denominada. Será que todos nós vemos e nos comportamos de igual maneira em relação a determinado objeto? Todos nós chamamos este objeto de “caneta”, contudo, ela não ocorre do mesmo modo para nenhum de nós como algo igual. As pessoas que estão na primeira fileira veem a parte da frente da caneta, já eu vejo a parte detrás dela. Aquilo que vemos, aquilo com que nos comportamos é sempre algo diverso, ainda que aparentemente o percebamos dentro de sua identidade. Por mais que a orientação espacial possa ser remediada, colocando-se cada um no lugar do outro, ou seja, posicionar-se no meu lugar e ter diante de si esta caneta, ainda assim isso nunca se dará no mesmo momento. Se este momento for o mesmo, então, necessariamente, o lugar é diferente e, portanto, o momento no tempo é necessariamente diverso. Mas ver algo como diverso não ocorre porque o que estamos vendo aí mostra diferenças, mas porque algo do gênero da igualdade está fora de questão. Nunca pode haver indistintamente o igual – nem sob o ponto de vista atual nem no da essência.

E é assim que as teorias referencialistas tomam a significação, dentro de uma uniformidade que advém da correspondência do nome à coisa, deixando de lado a investigação efetiva do que vemos e nomeamos. Com efeito, para que haja julgamentos de identidade é preciso que haja certa regularidade ou uniformidade em questão. Podemos, então, dizer que toda igualdade de algo pressupõe a pluralidade e que cada um de nós não vê a caneta igual, mas todos nós vemos a mesma caneta.

Wittgenstein não entende o nome como uma entidade que se conectaria a outra, mas como um aspecto, no sentido de que o mais próprio de um aspecto é não poder ser extraído daquilo de que ele é um aspecto, pois o aspecto não é algo que se fixa na coisa; tal é o paradoxo do “como”: quando noto a semelhança em uma fisionomia, percebo que a fisionomia mesma não mudou. Vejo dois ou mais aspectos na mesma coisa e estas diferenças não aparecem no objeto. O que vemos diante de nós é a mesma caneta, que traz em si a pluralidade de aspectos, já

que cada um a vê dentro de uma perspectiva tal que ela possa parecer diferente do que ocorre, e na qual podemos nos relacionar com ela acompanhando uma destas perspectivas, por exemplo, a partir de sua forma, de sua cor, de sua espessura, etc; sentado na última fileira não vejo a forma “caneta”, mas a “cor”, o que significa que nos comportamos de maneira diversa em relação ao mesmo, isto pertence a um modo de comportar-se, a uma *praxis*, e não a uma relação lógica de identidade. Pode-se entender, então, que o “mesmo” se dá como apreensão mútua, já que não exclui alteração e, em geral, tampouco diferença, o que se dá é um comportamento em relação ao mesmo pois, nesse processo, cada um vê justamente esse “mesmo” de maneira diversa.

Um jogo de linguagem é sempre o contexto de um comportar-se. Wittgenstein trata do uso linguístico que fazemos de nossos conceitos sob a pressuposição de que para compreendê-los é preciso voltar-se para a linguagem ou jogos de linguagem, lugar onde eles se manifestam de forma articulada com o contexto de jogo. Voltar-se para a linguagem significa, antes de qualquer coisa, indicar as perturbações que as palavras causam em nosso pensamento. Por exemplo, como uma palavra pode significar coisas distintas? Como o discurso que pronunciamos não atinge nosso ouvinte em igual teor significativo das palavras utilizadas por nós? Ou seja, como pode ocorrer o engano entre o falante e o ouvinte ao se usar uma mesma palavra? Já que, aparentemente, uma palavra tem seu significado fixo e determinado. Como é possível a uma palavra abarcar tudo o que se pretende significar com ela? Como uma única palavra pode significar algo tão complexo quanto uma vivência singular? De modo geral, como é possível comportar-se de igual maneira em relação a algo?

A identidade da coisa consigo mesma não é relevante para esta investigação, na medida em que, não é suficiente para tratar do comportamento em relação ao mesmo. O conceito expõe uma identidade que ocorre na coisa, dela com ela mesma, no entanto, essa identidade somente aparece na definição do conceito e não em seu uso. Isso importa a Wittgenstein, pensar “como” algo pode ser tomado dentro de uma identidade por mim e por você, mas que, porém, ao compreendê-lo, o faço numa determinada perspectiva ou emprego algo em um sentido que pode ser diferente do seu. Quando dizemos que muitos se

comportam em relação ao mesmo, obter uma intelecção do sentido da palavra “identidade” não faz a discussão avançar. A questão é: como nos comportamos em relação ao diverso? Como nos voltamos para o mesmo, todos que estamos nesta sala, para esta caneta? A direção a estas questões está no modo do comportar-se em relação ao mesmo e não em relação à identidade aparente do conceito. O “mesmo” aparece no uso da linguagem e não no conceito, este apenas indica uma identidade da coisa consigo mesma que apresenta o nome sob a égide da uniformidade, da fixidez da relação de referência do nome à coisa. Compartilhar algo sem dividi-lo aí em pedaços significa: entregar-se mutuamente algo para o uso e no uso. Essa caneta nos é algo compartilhado no uso que fazemos ou podemos fazer dela. É apenas no uso que ela é algo compartilhado por nós.

II

Ao pensar a partir de jogos de linguagem retiramos os limites, partimos da facticidade, dos acontecimentos que nos rodeiam e do qual não nos desvencilhamos. O fenômeno de significação perfaz-se a partir dos fatos, das situações, da circunstância do jogo. Os jogos de linguagem têm esse perfil acentuado, repelem a noção de essência como a de uma “coisa”, pois aos olhos de Wittgenstein uma ação não é uma coisa, ela não pode ser descrita como um outro objeto ao lado e para além dos objetos que nela estão envolvidos, por exemplo, os movimentos físicos. Não há “uma ação ela mesma”. Sendo assim, pensaremos a questão do mesmo desde um contexto, uma circunstância (*Umstand*), procurando trazer à baila a significação como uma forma de ação desde um conjunto articulado, isto é, desde um jogo de linguagem.

“A linguagem é um instrumento. Seus conceitos são instrumentos” (IF §569), diz Wittgenstein. Fica evidente a natureza contextual do sentido e o traço operatório das expressões (sejam elas: uma palavra, uma proposição, um segmento complexo de discurso ou todos os jogos de linguagem). Isso nos leva a assinalar, sempre repetidas vezes e de vários modos, como fez Wittgenstein, que “todo signo, isolado, parece morto” e que ele só está vivo no uso (IF §432), ou seja, na relação que mantém com todos os momentos do jogo de linguagem.

Isso quer dizer que, pensando a partir do contexto de operação da linguagem (jogos de linguagem), devemos procurar pela significação desde a *praxis* humana. Além disso, não será difícil nos desvencilhar do entendimento de que a linguagem, não mais tomada como um instrumental homogêneo tenha como modo de ligação ao mundo a denominação (IF §383). A denominação é referida ao modelo agostiniano da linguagem, no qual “todas as expressões lingüísticas ou pelo menos as significativas relacionam-se com o que significam na mesma medida em que os nomes das coisas individuais se relacionam com as coisas existentes” (FILHO B.B., 1972, p.94). Em contraponto, procuramos pensar um âmbito de movimento inicial do sentido, no qual a própria denominação dentro destes moldes seja possível. Afinal, a forma “cada palavra da linguagem significa alguma coisa” é nosso próprio modo de agir com a linguagem (IF §13). Ou seja, não se pode perguntar pelo significado do nome sem que um âmbito de acesso a ele esteja previamente aberto. Analogamente ocorre no caso da definição ostensiva da palavra, somente se pode perguntar e utilizar o significado da palavra depois de se considerar esse domínio aberto que, ao que nos parece, depende do treinamento, a *Abrichtung*².

O ensino ostensivo não produz a associação entre palavra e coisa no modo como a imagem se apresenta à representação mental da pessoa quando se ouve a palavra. Ele é sim, uma inserção ao treinamento que consiste em mostrar como ocorre esta relação entre palavra e coisa.

Procuremos perceber o uso que uma criança faz da linguagem quando aprende a falar. É claro que não se ensina uma criança a falar através de explicações lingüísticas, no momento da aprendizagem ela

² Na língua alemã o verbo transitivo “Abrichten” designa “treino” por adestramento e pode ser empregado tanto para animais quanto para homens. Na nossa língua, este termo é, quase que exclusivamente, utilizado para se referir aos animais, contudo, nesta pesquisa e com referências às observações de Wittgenstein, ele está mais próximo do termo “ensinamento”, assim como utilizou Aristóteles no primeiro livro de sua *Ética* para falar da aquisição da aprendizagem como um tipo de “adestramento”, como um modo de educar (Cf. *Ética a Nicômaco*, livro I, cap. 1) Com efeito, a palavra “treinamento” não é um sinônimo perfeito de “Abrichtung”, visto a sua dupla aplicação no português. Aplicada ao homem a partir dos matizes contemporâneos da palavra, o termo “treinamento” dá margem para uma interpretação mecânica e automatizada do homem e da linguagem. Longe de manter por mais tempo a discussão sobre o termo, lançamos mão da interpretação de Balthazar Barbosa Filho, que entende o emprego deste termo “como sendo um artifício enfático deliberado” com a proposta de pôr em relevo este modo de ensino no corpo de sua obra (FILHO, B.B. 1972, p.63).

não dispõe ainda de capacidade intelectual suficiente para assimilar e processar descrições linguísticas. Por outro lado, quando a criança começa a fazer uso das palavras ela nem mesmo precisa ter as razões e justificativas devidas para estar fazendo uso de uma palavra, simplesmente porque a criança ainda não pode supor em seu aprendizado as regras comuns entre os falantes. Quando aprende a falar ela usa algumas formas primitivas de linguagem, todas elas ligadas à aprendizagem por repetição ou por um comportamento relativo à dêixis (do grego *Deiktikós*), isto é, apontar, fazer referência ao próprio contexto situacional, emitindo ruídos, etc. Tanto a repetição de uma palavra e sua posterior aplicação quanto o gesto ostensivo de apontar é exercitado pela criança como um treinamento, diz Wittgenstein, é assim que ela aprende a falar.³

A noção de treino que procuramos salientar difere do sentido demonstrativo restrito que ela possa vir a ter. Tomado em sentido mais amplo, treino é um exercício repetitivo sem a necessidade de explicação ao aprendiz dos procedimentos e nexos causais que possam decorrer deste ato. Ele se mostra como um exercício que, inicialmente, incute algumas relações entre nome e objeto, mas que tem como principal objetivo fazer com que o aprendiz faça uso de tal correspondência em outras circunstâncias e, portanto, empregando um mesmo signo em sentidos variados. A rotulação do significado de que ele vem anexado a uma coisa somente pode ser pensada como uma preparação para o uso da expressão. Com efeito, este signo somente é inteligível e constitui-se como símbolo ao se pressupor um jogo de linguagem previamente dado, como diz Wittgenstein nos §§15, 26, 40 (IF). Por se tratar da significação a partir dos jogos de linguagem, é de extrema importância trazer à memória que o treino pressupõe sempre um contexto de ação e somente como parte dele compete ao instrutor apontar para objetos enquanto profere a palavra e chama a atenção para eles. Lembremo-nos do exemplo do construtor e seu ajudante no §2 das *Investigações Filosóficas*. O ajudante segue ordens, do tipo: “Traga-me uma laje!”, e prontamente as obedece entregando o objeto pedido. No entanto, o ajudante de construção entrega o tijolo ao construtor tendo como pano de fundo um “cenário”, ou melhor, o canteiro da obra, e não um fundo vazio. Encontra-se implícito neste exemplo, o contexto, já que Wittgenstein se refere a ele como um jogo de

³ Cf. WITTGENSTEIN, 2009, §§5-6 e §§ 249-250 e p. 229. FILHO, B. B.1972, p.63.

linguagem. Ou seja, antes de o ajudante entregar o material pedido sob a pressuposição de que o som correspondente à coisa refere-se ao objeto a ser entregue, ele não o faz em vista apenas do som que ouve e da referência embutida nele, antes disso, ele o faz devido a um treinamento que ocorre juntamente ao contexto do jogo de linguagem. A este movimento ou a este momento da aprendizagem, Wittgenstein recusa qualquer modo de definição das palavras, o aprendizado é antes um ensinamento ostensivo de palavras.⁴

No ensino ostensivo, formalmente parte-se dos signos, eles são instrumentos da linguagem, o treinamento faz uso deles. Contudo, há uma precedência do ensino ostensivo em relação à própria denominação. Sua precedência se dá na constituição do sentido que ocorre ao considerar, essencialmente, o contexto dos jogos de linguagem, na medida em que determinam, enquanto tal, a compreensão e aplicação de uma expressão. Ao que nos parece, o ensino ostensivo pensado como treinamento não condena o aprendiz a um modo homogêneo de aplicação da palavra e, por consequência, a assumir a conceituação como sendo o lugar de expressão da identidade que insistentemente pensamos haver em algo, ao contrário, tem como função, justamente, aplicar uma expressão nos vários outros momentos do jogo de linguagem. Seria preciso, portanto, uma “instrução” para poder jogar e participar dele, mas não para aprender *um* lance somente do jogo de linguagem.

No §31, Wittgenstein pede que imaginemos três aprendizes do jogo de xadrez (IF). O primeiro conhece as regras do jogo, portanto, reconhece que há uma peça chamada “rei” e quais são as suas possibilidades de movimentação, mas não sabe qual é a forma da figura do rei, isto é, qual é a figura referente ao “rei” (a correspondência que este aprendiz faz à “forma da figura” de jogo diz respeito apenas a um som ou, no máximo, à forma de uma palavra). Pensemos na situação em que, agora, apresentamos a ele a figura do rei, e vemos que esta apresentação não o torna mais capaz de fazer uso da peça. O fundamental é que ele saiba seu modo de atuação. Tanto para uma demonstração quanto para outra, parece que fica sempre faltando sua contraparte física, a peça, mas isso é apenas aparência.

⁴ Cf. WITTGENSTEIN 2009, §6.

O segundo aprendiz pode jogar em concordância com as regras assimiladas por ter observado diversos jogos de tabuleiro (inclusive o jogo de xadrez) em variadas situações. Ele não obteve, portanto, explicações explícitas das regras, mas se lhe damos a elucidação “Este é o rei”, ainda que a forma da peça não seja comum a ele, esta explicação o auxilia a usá-la corretamente, pois “já estava preparado o lugar no qual ela foi colocada”, ele já reconhecia os movimentos daquela posição. (IF §31). Ele nunca formulou explicitamente essas regras, mas se perguntarmos como a peça do rei se move, ele nos mostrará. Ele não confundirá a posição do rei com a da rainha, contudo, ele os move mesmo sem reconhecer a definição do rei e da rainha no jogo.

O terceiro e último aprendiz apresenta a seguinte situação: quando dizemos “Este é o rei e pode ser movimentado assim e assim, etc., etc.”, ele, por já ter jogado outros jogos ou “observado o jogo de outros ‘com compreensão’”, sabe o que é uma figura de jogo e para ele a definição de “rei e seus movimentos” não passa de uma elucidação de palavras. Portanto, ele não sabe nenhuma regra sobre o jogo de xadrez, mas a sua instrução se deu por ele já estar familiarizado com o jogo, pois ao jogar e assistir a jogos variados, sabe o que é um tabuleiro, uma peça, um comando, uma norma do jogo, etc. É apenas neste momento, diz Wittgenstein, que o aprendiz poderá questionar, com total propriedade, a situação, por exemplo, ao perguntar “Como se chama isto? Esta outra peça?”. Ou seja, não basta o lugar estar preparado para a peça; é preciso que ele tenha uma compreensão do entorno ao jogo, ele precisa “dominar” um *jogo* previamente ao ato de aprender e este jogo é o jogo *da* linguagem ou *das* linguagens. Este domínio aberto pelo treino é o âmbito de nascimento do sentido, domínio que torna possível toda significação. O ensino ostensivo se constitui justamente nesta prerrogativa.

Nos dois últimos casos, os aprendizes já dominam um jogo, tanto um quanto outro já sabem o lugar da figura de jogo, mas no segundo caso o aprendiz *pode (können)*⁵ usar a palavra “figura de jogo”, pois ele sabe como usá-la, seja numa pergunta, seja numa posição no tabuleiro.

⁵ Como bem lembra Baker e Hacker, os conceitos de potencialidade, habilidade e de poder foram centrais para algumas filosofias como as de Aristóteles e as da escolástica medieval, mas foram negligenciados por alguns filósofos, salvo algumas exceções, ao longo dos séculos que vieram. Eles retornam à cena filosófica estimulados por Wittgenstein e Ryle nos anos 60 e 70. Cf. HACKER P.M.S. e BAKER G.P., 2005, p.375.

“‘Dominar’ uma base de significações previamente dadas” pertence a um *können*. Isto é, pertence a uma “capacidade” (prática e não intelectual) de fazer e de poder compreender a palavra. No uso que fazemos da palavra “saber” (*wissen*) ou estar claro (*klar sein*) a compreensão aparece como um poder-fazer (*können*) antes mesmo de um saber-fazer. É nesse sentido que nos dirigimos ao termo “compreensão” daqui a diante. Quando pensamos na compreensão como um *poder*, um ser-hábil-para, parece-nos que o que está em questão é o seu caráter natural de possibilidade. Essa familiaridade com o jogo de xadrez está intrinsecamente unida às circunstâncias de jogar uma partida⁶.

Nestes exemplos, temos duas perspectivas expostas: no primeiro caso, o aprendiz toma a palavra como um signo, um som, na medida em que ele não sabe, ou melhor, ele não conta com um referente para “rei”, mas ainda assim faz uso da peça. No segundo caso, o uso da peça de xadrez só pode ser ensinado quando se compreende o que é “uma figura de jogo”. Isto significa, que ele precisa dominar um âmbito prévio à própria definição ostensiva de “rei”. No entanto, ele “pode” usar essa peça ao compreender a circunstância da sua aplicação – e aqui precisamos assinalar para a importância da noção de compreensão (*Verständnis*) nas *Investigações*. De modo sucinto, pode-se dizer que “compreender” uma expressão significa saber empregá-la adequadamente a partir das condições possibilitadas pelo jogo de linguagem em questão. Assim, saber usar uma expressão antecipa-se à possibilidade de contar com uma denominação, antecipa-se à relação entre o nome e a coisa referente. Afirma Wittgenstein: “uma definição ostensiva explica o uso – o significado – de uma palavra, caso já esteja claro que papel a palavra tem que desempenhar na linguagem” (IF §30). A simples definição da peça “rei” no xadrez ou o simples signo “rei”, não explica com isso o uso da peça e tampouco a que ela se refere ou o que significa. Nesta perspectiva, o significado deve apoiar-se sobre algumas condições prévias. Aprender a usar a regra aparece, em Wittgenstein, mais na sua prática de uso do que naquilo que ela normatiza condicionalmente. Vemos aí, claramente, a influência da compreensão.

É preciso ressaltar, portanto, que a posição de Wittgenstein ao enfraquecimento da formulação clássica do conceito de identidade está

⁶ Cf. WITTGENSTEIN 2009, §33, 35.

diretamente relacionada a uma regra dada na qual a palavra “mesmo” adquire um sentido definido, pois a regra só se perfaz na ação, dentro do jogo de linguagem é que ela aparece, antes disso, ela não regula o jogo de linguagem. É o caso de pensarmos numa distinção no âmbito das regras entre aquelas que constituem o jogo e prescrevem um certo comportamento e as regras que regulam o jogo e que não estão explícitas num manual de conhecimento geral, mas que o regulam desde dentro, abrindo novas possibilidades de comportamento justamente por pertencer à *praxis*. Afirma ele no §225: “O emprego da palavra ‘regra’ está entretecido com o emprego da palavra ‘igual’. (Tal como o emprego de ‘proposição’ com o emprego de ‘verdadeiro’)”.

O problema crucial do princípio de identidade na linguagem é que ele dissimula as relações fundamentais que existem entre aquilo com que nos comportamos, o emprego que dele fazemos e o sentido que dele temos. Quando Wittgenstein diz que a aplicação da regra é a mesma, ele quer dizer que a identidade não é, originariamente, um conceito propriamente dito, mas sim uma operação que a *praxis* da nossa linguagem efetua sobre as coisas. Seria somente enquanto uma descrição da regra que os conceitos permanecem idênticos. Aos olhos de Wittgenstein, o uso da palavra “mesmo” não pode ser explicado por nenhuma descrição. Assim, detalhar o significado de um conceito através da sua gramática específica não significaria aplicar a sua gramática de uso. Do mesmo modo, a tentativa de expor o âmbito de nascimento do sentido como pertencente ao contexto de jogo de linguagem, propõe tomar a significação de uma palavra pensando a partir do contexto de jogo de linguagem, pois todo e qualquer jogo de linguagem possibilita que a significação da palavra seja aberta desde ele, desde um comportar-se.

REFERÊNCIAS

- BAKER, G.P.; HACKER, P.M.S. *Wittgenstein: Understanding and Meaning - an Analytical Commentary on the Philosophical Investigations/ Essays*. Oxford: Blackwell, 2005. v. 1/2, parte 1/2.
- BARBOSA FILHO, B. *Os modos da significação: sobre a noção de significação nas Investigações Filosóficas de Wittgenstein*. 1972. 244 p. Tese (Doutorado em Filosofia) – Departamento de Filosofia da Universidade de Louvain: Bélgica, 1972.
- WITTGENSTEIN, L. *Philosophical Investigations*. Trad. G.E.M. Anscombe, P.M.S. Hacker, Joachim Schulte. Ed. bilíngue. Oxford: Basil Blackwell, 2009.

La actualidad de la distinción entre *analíticos* y *continentales* para la praxis filosófica: una reflexión a partir de la situación de la filosofía analítica en la academia filosófica chilena

Rodrigo López Orellana

Asociación Chilena de Filosofía / Universidad de Valparaíso

RESUMEN

La filosofía analítica, como interés y disciplina distintiva de una *tradición* filosófica, se ha introducido muy recientemente en el ámbito académico filosófico chileno, y latinoamericano. Su irrupción está caracterizada desde la situación especial de que en nuestro país ha existido, por largo tiempo, la hegemonía de una única mirada de lo que se ha entendido por «filosofía» (que obedece a razones históricas que han configurado la *institucionalización* de la filosofía en las universidades chilenas). A propósito de últimos esfuerzos por construir o repensar lo que pueda ser la «historia de la filosofía en Chile», y a propósito de recientes reflexiones acerca de la *identidad* de la filosofía analítica, en este trabajo se reflexionará, brevemente, acerca de su situación local especial, de su historia, sus aportes y su actualidad. La intención aquí no es hacer su apología, sino más bien aportar al debate local acerca de la identidad e historia de la filosofía en Chile, y luego así también en América Latina.



Dibujo de Leif Parsons

Portada de artículo «Bridging the Analytic-Continental Divide» de Gary Gutting,
para *The New York Times* (February 19, 2012)

Hans-Johann Glock reflexiona al respecto de la problemática entre analíticos y continentales en su libro *¿Qué es la filosofía analítica?* del año 2008, y se suma a la idea de D'Agostini (*Analíticos y Continentales. Guía de la filosofía de los últimos treinta años* de 1997) de que «la categoría *analíticos* — como categorías metafilosófica de la diferencia — es bastante expresiva porque recuerda inmediatamente la tendencia de la filosofía analítica de presentarse como la *única* filosofía, la única merecedora de tal designación». Señala que no es una idea que haya dejado de ser influyente en la filosofía analítica, y dice que todavía podemos rastrearla en este último decenio. Nos muestra el siguiente caso de una perspectiva común de la filosofía analítica que aún comporta un «carácter apologetico»:

Una actitud similarmente inspirada pareció prevalecer igualmente en la sesión fundadora de la *Gesellschaft für Analytische Philosophie* (GAP) [Sociedad de Filosofía Analítica Alemana] en Berlín 1990. Tras haber escuchado los fines de la sociedad propuestos, se levantó una voz para decir: «Tal vez no debiéramos establecer una sociedad para la filosofía analítica, sino simplemente ¡una para la buena filosofía!» (GLOCK, 2012: 255).

Este es un pasaje de la comunicación que presentó el filósofo analítico alemán Ansgar Beckermann el 31 de agosto de 2006 para el encuentro de la GAP, que cita Glock. Nos señala que esta actitud es recurrente en esa sociedad. Según Glock, de acuerdo con lo expresado por Beckermann, la filosofía analítica aún mantendría su propuesta de superar a la filosofía disolviendo sus problemas mediante el análisis lógico del lenguaje. Por lo menos en el caso alemán.

Beckermann fue presidente de la GAP durante los años 2000 y 2006.

La crítica es evidente aquí. La identificación de la filosofía analítica respecto a la *otra* filosofía es clara en estos pasajes, e interesante mostrarla en relación a la situación alemana particularmente.

Pero ahora, haciendo un gran salto al vacío, mi intención es preguntar si ¿hay algo de esto en la academia filosófica chilena, o son residuos de problemas metafilosóficos que ocupan solamente a algunos europeos que intentan pensar sobre la identidad de su disciplina? Es ahí donde quiero llegar de alguna manera.

Para llegar a alguna respuesta, primero debe considerarse que la respuesta de Glock a la pregunta “¿qué es la filosofía analítica?” inmediatamente refiere a tres categorías que responden a la pregunta acerca de cuál sería el género de fenómeno histórico que corresponde a la filosofía analítica. La filosofía analítica puede ser considerada como:

1. una escuela,
2. un movimiento, o
3. una tradición.

Decididamente, Glock responde que es una tradición. Y así se inscribe en una posición en metafilosofía que el filósofo chileno M. E. Orellana Benado ha llamado *la posición de la minoría*. Esta es una concepción de la reflexión metafilosófica que lamentablemente no es muy común como se esperaría, a saber, aquella que reconoce que la identidad de las tradiciones filosóficas, de las prácticas filosóficas, no sólo comporta una *dimensión conceptual*, sino también una *dimensión práctica*, o mejor dicho *institucional*. Esta dimensión refiere directamente a las instituciones educacionales, a los departamentos de filosofía, a las escuelas donde se enseña y se practica la filosofía, a los profesores de filosofía, alumnos, los textos que estudian, los planes y programas, etc. Y aquí sigo al profesor Orellana Benado en su texto «Tradiciones y concepciones en filosofía» (2010). La reflexión metafilosófica, de la filosofía de la filosofía, que es más común y que podemos observar en los

manuales de filosofía, en la base los textos de historia de la filosofía, es aquella que sólo resalta su *dimensión conceptual*. Orellana Benado llama también a esta dimensión “el componente *lingüístico* de la filosofía, y de las distintas maneras en las cuales entienden sus asuntos y proceden a abordarlos quienes se dedican a ella” (ORELLANA BENADO, 2010: 2). Aquí la filosofía es *una* (gran) tradición, idéntica a su dimensión conceptual. Nos dice que casi ningún filósofo dedicado a la metafilosofía se preocupó por elucidar qué entendía por *tradición*, confiados en que ocurriría en filosofía lo mismo que en las ciencias, que por sólo el término, la categoría, el *ruido*, se definiría y explicaría su papel teórico.

Esta posición metafilosófica, según Orellana Benado, comprende que el uso del término «tradición» es intercambiable *salva veritate* con el término «concepción», *concepción filosófica*. Y no mucho hace el agregar el plural *tradiciones filosóficas*, o *concepciones filosóficas* si no se entiende que en su pluralismo las prácticas filosóficas pueden ser incluidas dentro de un contexto de *familia* (de los «parecidos de familia») de tradiciones filosóficas, reconociendo a su vez la dimensión política e institucional, que ya comporta el mismo término «tradición». Esta última es la idea de la posición metafilosófica llamada *pluralismo metafilosófico multidimensional* (introducida por Orellana Benado, Bobenrieth M., Verdugo S.; «Pluralismo metafilosófico y paraconsistencia» de 1998). La filosofía aquí se entiende tanto como *empresa racional* y como *comunidad práctica*. Y como comunidad práctica devine su *dimensión política*, esto es en sus relaciones de poder.

Rorty nos cuenta (*Filosofía y futuro*, 2000) que en Estados Unidos los profesionales de la filosofía que trabajan en el área de la filosofía analítica están propiamente ubicados en los departamentos de filosofía de sus universidades, y que los que se dedican a temas de la filosofía continental están ubicados institucionalmente en los departamentos de literatura y arte. Está claro aquí quiénes tienen el *poder* de la filosofía en Estados Unidos. ¡De qué otra manera podría entenderse una tradición!:

[...] la dimensión *política* de las prácticas filosóficas identifica los factores de distinto tipo que confieren y restan poder a los filósofos y en términos de los cuáles forman alianzas y las rivalidades que determinan el curso de sus pugnas. A saber, desde las simpatías o antipatías personales, las habilidades expositivas, argumentativas y de liderazgo así como su dominio de autores,

problemas y temas: el prestigio de las instituciones en las cuales se forman, de aquellas en las cuales se desempeñan así como el reconocimiento que alcanzan tanto su obra como los discípulos cuya formación han supervisado; y hasta el monto de los recursos económicos que controlan y su capacidad de modificar en virtud de éste tanto el diseño de la red institucional como los temas y problemas que son abordados (Orellana Benado, 2010: 3).

En el año 2012 realicé una investigación al respecto molestando a algunos de los principales académicos de los principales departamentos e institutos de filosofía de mi país con preguntas respecto de estas diferencias de las tradiciones al interior de la institución filosófica chilena. Una de las cuestiones con las que me encontré en mis entrevistas es que para muchos esta dimensión institucional de las prácticas filosóficas *no son necesarias* de tratar, y algunos profesores más enérgicos me dijeron que ni siquiera son *dignas* de alguna consideración. ¡Eso *no es* filosofía! Esta posición considera que estas cuestiones no forman parte de lo *filosófico*. Esta dimensión para ellos apunta sólo a aspectos concretos, empíricos, personales, que no pueden pertenecer estrictamente a «lo filosófico». Para ya ir a lo concreto, en mi experiencia como entrevistador la multidimensión de lo *filosófico* fue palpable. Me di cuenta que no es la misma concepción de «filosofía» que se tiene en el departamento de filosofía de la Universidad de Chile que en el departamento de filosofía de la Universidad Católica, menos la idea de filosofía que se tienen en el Instituto de Filosofía de la Universidad de Valparaíso. El pluralismo metafilosófico multidimensional defendido por Orellana Benado podría ser clarificador para revisar el quehacer filosófico en Chile, si es que pueda o no tener alguna identidad.

En términos de Gadamer, la filosofía también es un hecho¹. El *hecho de la filosofía* involucra una multidimensión que debemos tratar, y de la cual debemos hacernos cargo. La posición unidimensional metafilosófica no ha logrado reconocer que la filosofía es también un *hecho*, como lo es el *hecho de la ciencia*. La ciencia no sólo es teorías, o los resultados de las investigaciones, sino que también es una *tarea*, un movimiento, un *quehacer*, personas, intereses, involucra una técnica, y el poder sobre esa técnica, y que hoy se ha convertido en una *cultura*. Lo mismo ocurre con la

¹ Aludo al concepto usado por Gadamer para referirse a la ciencia y sus consecuencias para la modernidad bajo el término que lleva por título su artículo «El hecho de la ciencia», que aparece en el libro *La Herencia de Europa, ensayos*.

filosofía. La filosofía nunca ha sido, ni siquiera con el idealismo alemán, una construcción apriorística, una síntesis *ideal* que organice el conjunto de los saberes, de las ciencias del hombre —ni siquiera ha logrado hacer la síntesis de sí misma. La posición metafilosófica de la mayoría comporta esta pretensión histórica de la filosofía de un universalismo *forzado*. Por este motivo, la posición de la mayoría tiende a hablar de *la* tradición de la filosofía, como si las prácticas filosóficas y concepciones estuvieran agrupadas en una y la misma tradición. El desprecio a las categorías filosóficas como *analíticas* y *continentales*, o de cualquier otro intento de reflexionar sobre lo que pueda ser LA FILOSOFÍA.

Por lo pronto, hay que decir que si la filosofía es un *hecho*, éste tiene su espacio en la academia, en la institución universitaria. Mi interés por las dos tradiciones *analíticas* y *continentales*, como las dos más determinantes de la filosofía contemporánea, radica en el interés por sus significaciones en esa dimensión institucional (política). Orellana Benado señala que desde esta posición podemos comenzar «a tomar en serio el impacto que tuvo la profesionalización de las prácticas filosóficas» a partir del siglo XX, y en particular el impacto que han tenido en la academia chilena. El lugar de la filosofía quedó delimitado, quedó «confinada a los marcos institucionales universitarios». Y a la pregunta en tiempo presente que él hace en su texto: ¿es útil hoy hablar de una tradición *continental* y contrastarla con otra *analítica* en la filosofía del siglo XX?, yo respondo que SÍ, y sobre todo acerca de las prácticas filosóficas en Chile. Sí en función de comprender qué es la filosofía hoy, y qué es la filosofía analítica hoy en Chile, y cuál es su lugar. Algo hay en estas categorías que logran permanecer por lo menos en las clasificaciones académicas. Todavía vemos esfuerzos recientes, o relativamente recientes, por comprender la complejidad que comportan para guiar, dilucidar, asumir, corregir, repensar, el trabajo filosófico. Tenemos *manuales* o *guías* como el libro de D'Agostini (1997) o el del español Luis Sáez Rueda (*El conflicto entre continentales y analíticos* del año 2002); reflexiones como la de Hilary Putnam (*50 años de filosofía vistos desde dentro* de 1997), y también trabajos locales como el de Alex Ibarra Peña con su libro *Filosofía Chilena, la tradición analítica en el periodo de la institucionalización de la filosofía* de 2011, donde critica la tesis mantenida del retraso de la recepción de la tradición analítica por parte de la filosofía en Chile. Y cuando pensaba que era ya sólo una preocupación de sectores como el nuestro, Latinoamérica, España,

Italia, que somos como el reservorio de estas tradiciones, me encuentro con el texto del alemán Hans-Johann Glock, *¿Qué es la filosofía analítica?* del año 2008, donde reflexiona sobre las consecuencias e implicaciones de esta importante división de la filosofía, desde la perspectiva de un filósofo analítico en Alemania.

Y respecto a la situación actual de la filosofía analítica en la academia, llama mucho la atención una entrevista que le hicieran a Hans-Georg Gadamer² en el 2000, casi un año antes de morir, y que es una de las razones personales que tengo para desarrollar este tema, y para encontrar sentido hoy a esta *diferencia*. Comienzan esta entrevista preguntándole por lo que piensa él acerca de lo que pasará con la filosofía en el nuevo milenio. Y responde:

[...] son tiempos difíciles los que vivimos y los que viviremos. Porque una cosa está clara: la filosofía analítica se está afirmando por doquier: en Alemania, en Italia, en toda Europa. Diría que se trata de una verdadera y efectiva ocupación de las universidades por parte de los filósofos analíticos. Europa parece haberse hecho norteamericana, por lo menos la Norteamérica que conocí a comienzos de los años setenta. Es una paradoja. Mientras que nosotros aquí somos, o parecemos ser, pasado, en Estados Unidos, por el contrario, es la filosofía analítica la que está pasando de moda³.

Con esta respuesta de Gadamer varias cuestiones quedan abiertas. Pero respecto a la inclusión de la filosofía analítica, a su notoriedad institucional, en el ámbito del quehacer filosófico en Chile, no podemos sino decir que es muy reciente. En Chile esta notoriedad parte en los años 90, donde se ha dado una visión hegemónica de la actividad filosófica dependiente exclusivamente de la llamada filosofía continental, y esto no ha sido más que una restricción del pensar filosófico auténtico. La irrupción de la filosofía analítica en mi país se ha dado desde una propuesta que yo califico como *apologética*, reconocida por aquellos que han sido pioneros de esta disciplina en Chile. Por ejemplo, les comparto la opinión de Francisco Pereira, fundador de la Sociedad Chilena de Filosofía Analítica:

² Entrevista de la periodista Donatella di Cesare del "Corriere della Sera" (7 de febrero de 2000). Traducción: Douglas A.: <http://www.eluniversal.com/verbigracia/memoria/N90>

³ Entrevista de Donatella di Cesare, del Corriere della Sera, 7 de febrero de 2000.

En Chile la única forma que encontré para hacerme un lugar con los temas que a mí me interesaban, los de la filosofía analítica, era tomando una participación activa como *militante*. Me di cuenta que debía haber una apertura en Chile, y respecto a la filosofía analítica que yo profesaba la única manera era poniéndome en directa disputa con la tradición dominante; creo que muchas veces mis posturas eran irritantes para otros. Tienes que tener presente que yo estudié en una universidad (PUC) donde ni siquiera se escuchaba alguna noticia de una filosofía analítica en ese entonces [...] Creo que el lugar que ocupa la filosofía analítica hoy es gracias a la figura de ciertos *héroes*, por decirlo de alguna manera, que lucharon contra la corriente⁴.

Otro ejemplo de esta impronta es la opinión de José Tomás Alvarado, profesor de la PUC, en nuestra entrevista me señaló lo siguiente:

La filosofía analítica puede enseñar mucho a las otras tradiciones de la filosofía. Creo que es más unificadora, ya que tiende a ser más esclarecedora en la resolución de los problemas filosóficos y esta claridad permite ponernos más de acuerdo. Es difícil a veces comprender qué tipo de verdad puede haber en filosofías como por ejemplo la de Deleuze o Ricoeur, no siempre se logra entender con claridad sus ideas. No quiero desmerecer su valor, pero es más probable que logremos mucho más con actitudes como las de la filosofía analítica, que propone siempre el acuerdo implícita y explícitamente⁵.

Podemos ver que esta opinión algo concuerda con la consigna del filósofo analítico alemán citado recientemente (Beckermann) que propone considerar a la filosofía analítica como la “buena filosofía”. Más radical es la opinión de considerarla como la “única filosofía”.

No obstante, en Chile existe también una opinión más conciliadora, que reconoce los problemas que tiene esta posición de la no relevancia de la distinción y que no duda en reconocer las falencias filosóficas de los que trabajan en la tradición continental. Esta es la opinión de la filósofa Cecilia Sánchez:

Yo me inscribo más bien en la tradición francesa de la filosofía, quisiera alejarme de la tradición continental, que es para mí más alemana. La tradición francesa es aquella que le interesa trabajar

⁴ Francisco Pereira. Entrevista grabada en audio, realizada el 21 de junio de 2012.

⁵ José Tomás Alvarado. Entrevista grabada en audio, realizada el 20 de junio de 2012.

en los problemas filosóficos mismos. La fuerza de la tradición filosófica que se ha dado en Chile ha llevado a comprender la tarea filosófica más como una divulgación: somos meros divulgadores, somos buenos administradores de citas. En Chile ha existido, por mucho tiempo, una base filosófica de un pensamiento hegemónico representado principalmente en el pensamiento heideggeriano, y que ha determinado de alguna manera cómo se hace filosofía aquí. En Chile se hace una tarea de divulgación más que de investigación y reflexión. Esto es algo que aún no hemos discutido, y lo comprobamos en que generalmente las investigaciones, como la tesis de grado, se entienden como «explicar a un autor». Yo aprendí en Francia otra cosa, aprendí cómo trabajar los problemas. Y puedo reconocer que algo he visto de esto en los que trabajan la filosofía analítica en Chile, tengo esa impresión [...] Además, en Chile existe el desprecio en la filosofía, el desprecio por el trabajo de los otros; y no sólo de los otros que tocan temas tan diferentes como los de la lógica, sino que también existe el desprecio por el trabajo de aquellos que están en los mismos temas, o corrientes. Es impresionante ver cómo existe el desprecio solapado entre los que interpretan por ejemplo a Heidegger, Nietzsche o Marx, de una manera y aquellos que los interpretan de otra. Así que estoy segura que habrá más desprecio con aquellos que tienen una mirada de la identidad de la filosofía muy distinta. Esta es una realidad de la filosofía en las universidades chilenas, cuestión que no me tocó ver en Francia.⁶

Pero alguien podría contradecir esto aclarando que en Chile hoy existe una apertura clara y definida para otras tendencias que no han sido predominantes en el ámbito académico filosófico en Chile, que hoy están las condiciones para que distintas corrientes de la filosofía puedan coexistir. Para algunos esto es claro, y puede reflejarse en los cambios curriculares que ha tenido la carrera de filosofía por ejemplo en universidades como la Pontificia Universidad Católica de Chile y en la Universidad de Concepción, donde se han incluido recientemente nuevos profesores para ofrecer de mejor manera seminarios en las áreas de la lógica y la filosofía del lenguaje. Sin embargo, aún es difícil ver cómo se puede superar en la práctica de la filosofía la falta de diálogo.

Podemos decir que el mercado universitario entrega hoy posibilidades para ambas tradiciones. Por ejemplo, en los proyectos Fondecyt hay espacio para ambos tipos de proyectos de investigación, pero no se logra ver todavía el ánimo de la discusión y el diálogo concreto. En

⁶ Cecilia Sánchez. Entrevista grabada en audio, realizada el 24 de mayo de 2012.

el caso de la configuración de las mallas curriculares, según mi investigación, sólo he visto que la discusión se ha dado en Chile en función a la disputa de los créditos curriculares (cupos de trabajo). No hay una discusión teórica, menos acerca de los aportes filosóficos que pueden tener ambas tradiciones. No está la pasión por la concepción filosófica que se adhiere para mejorar el debate filosófico.

Con todo esto, y siguiendo la opinión de Pereira, la filosofía analítica se ha dado paso en función de personas específicas que han contribuido a su inclusión en el ámbito académico. ¿Y de qué otra forma podría ser? Creo que la posición académica de la filosofía analítica en Chile tiene que ver con el convencimiento de la propia posición teórica y metodológica que tenían y tienen los académicos que trabajan esta línea, ellos abrieron un espacio institucional para ella. Estaban convencidos del modelo, esto pasó principalmente en la Universidad de Valparaíso y en la Universidad de Santiago de Chile. Luego vimos que otras universidades alejadas de esta área de la filosofía comenzaban a abrir puertas. Este posicionamiento de la filosofía analítica en Chile tiene que ver con el esfuerzo de personas específicas que estaban decididas a hacer un aporte. En ese sentido, sí podrían considerarse héroes como lo señala Pereira, ya que proponer algo en filosofía y que pueda ser aceptado en un espacio tan reducido, tan necesitado de cupos, como el chileno es algo que merece ser aplaudido. Pero esto no resulta en puro optimismo, hay departamentos de filosofía que todavía no ven la necesidad de la analítica, como lo es el caso de la Universidad de Chile.

La cuestión del posicionamiento de la filosofía analítica en Chile es interesante. Esta apertura a la pluralidad de la filosofía en la mayoría de los centros académicos de filosofía del país, a la que se refieren algunos, es una cuestión que puede aclarar ciertas cosas respecto a la actualidad de la distinción entre analíticos y continentales. Por lo pronto, en mi investigación me encontré con que esta apertura no es tan decidida o aceptada en algunos departamentos de filosofía.

Quisiera terminar compartiéndoles la opinión que el destacado filósofo chileno Humberto Giannini tiene al respecto:

Yo leí el texto de D'Agostini, y me parece que es un texto que necesita leerse. Yo pienso que hay problemas de intimidad filosófica que generalmente no salen a la luz porque no pueden ser resueltos por ninguna de las dos tradiciones desde su perspectiva teórica.

Es necesario así ver en qué estado está hoy esa problemática en la filosofía, principalmente en su dimensión práctica. Y la pregunta sobre su actualidad en Chile es muy buena pregunta, sobre todo con la irrupción de la filosofía analítica. Yo creo que esa apertura que mencionas hacia la filosofía analítica en Chile tiene que ver más con el triunfo de la universidad americana. Se está imponiendo un modelo, el norteamericano, que necesita de elementos que lo complementen. En este sentido la filosofía analítica tiene mejores condiciones para entregar resultados a ese modelo. Los detalles de eso lo pueden responder mejor los analíticos. Yo veo que esto está causando algunos malestares en la academia chilena, en algunos que ven a la filosofía desde un sólo punto de vista. Esto lo he visto en la Universidad de Chile. Por ejemplo, tenemos ahí una disciplina que hace poco se cambió de la cede de filosofía a la cede de medicina, esta es la Bioética. El grupo de investigación en bioética de la Universidad de Chile. Hay ciertamente mucha gente trabajando ahí, filósofos, médicos, biólogos, ingenieros. Este es un sector curioso. Hay que preguntarse ahora aquí qué participación tienen los filósofos. Estando esta disciplina en el departamento de filosofía estaba clara su participación, ahora con este cambio no lo sé. Pero vemos aquí cierta intención, cierta comprensión de la filosofía, respecto a que esa disciplina de la bioética, parece que no es «tan filosófica» que decidieron trasladarla al departamento de medicina. Ahora, respecto a los académicos que se dedican a la filosofía analítica, lógica y filosofía de las ciencias en la Universidad de Chile puedo decir que son muy pocos, y veo que están bastante relegados en el diálogo interno con los demás colegas, principalmente con aquellos que se dedican a la filosofía política, que es lo fuerte en este departamento. No participan mucho los analíticos en las discusiones⁷.

Con este caso que nos cuenta Giannini, podemos ver que la distinción entre analíticos y continentales está, hasta hoy, instalada en la academia filosófica chilena. Si la filosofía analítica, a la manera de Glock, quiere dar cuenta de su identidad, tampoco en Chile puede escapar a esa multidimensión mencionada por Orellana Benado. El quehacer del filósofo analítico en Chile tendrá que dar cuenta de su complicado espacio institucional, al igual que en EEUU o Europa. Pareciera que esto está anclado a la identidad de la filosofía analítica desde sus comienzos. Y si alguien tiene la pretensión de hacer una justa «Historia de la filosofía en Chile» (o en América Latina), tendrá que dar cuenta de ello.

⁷ Humberto Giannini. Entrevista grabada en audio, realizada el 22 de junio de 2012.

REFERENCIAS

- D'AGOSTINI, Franca (2000): *Analíticos y Continentales. Guía de la filosofía de los últimos treinta años*. Ediciones Cátedra. Madrid. Texto original: *Analitici e continentali. Guida alla filosofia degli ultimi trent'anni*. Raffaello Cortina Editore. Milano, Noviembre 1997.
- GLOCK, Hans-Johann (2012): *¿Qué es la filosofía analítica?* Trad. Carmen García Trevijano. Editorial Tecnos. Madrid. Texto original: *What Is Analytic Philosophy?* Cambridge University Press. Cambridge, 2008.
- HACKER, P. M .S. (1998): *The Story of Analytic Philosophy. Plot and Heroes*. Anat Biletzki y Anat Matar (ed). Routledge. New York.
- IBARRA PEÑA, Alex (2011): *Filosofía Chilena. La tradición analítica en el periodo de la institucionalización de la filosofía*. Bravo y Allende Editores. Santiago.
- ORELLANA BENADO, M. E. (1999): «Identidad, filosofía y tradiciones», prólogo a la edición en español de *Filosofía moderna: una introducción sinóptica*, Roger Scruton. Editorial Cuatro Vientos, 1999.
- ORELLANA BENADO, M. E. (2010): «Tradiciones y concepciones de la filosofía», en *Filosofía de la Filosofía. Enciclopedia Iberoamericana de Filosofía*. Edición de Oscar Nuedler. Ed. Trotta. Madrid, 2010.
- ORELLANA BENADO, M. E., BOBENRIETH, Andrés y VERDUGO, Carlos (1998): «Metaphilosophical pluralism and Paraconsistency: From Orientative to Multi-level Pluralism»: <http://www.bu.edu/wcp/Papers/Meth/MethBena.html>.
- PUTMAN, Hilary (2001): *50 años de la filosofía vistos desde dentro*. Editorial Paidós. Barcelona.
- RORTY, Richard (2000): *Filosofía y futuro*. Editorial Gedisa. Barcelona, 2002. Texto original: *Philosophie und die Zukunft*. Fischer Taschenbuch Verlag GmbH. Frankfurt/M., 2000.
- SCRUTON, Roger (1999): *Filosofía moderna. Una introducción sinóptica*. Ed. Cuatro Vientos. Santiago de Chile.

Nota: Las opiniones citadas de los académicos chilenos están recopiladas en mi tesis de licenciatura (2013): *La distinción metafilosófica entre Analíticos y Continentales y su actualidad en la institución académica chilena: una perspectiva diferente acerca de la identidad de la filosofía*, en el Instituto de Filosofía de la Universidad de Valparaíso. Todas las entrevistas han sido registradas en audio.

Linguagem e pensamento

Cid Rodrigo Lourenço Barbosa Leite

Universidade Federal do Rio de Janeiro

I.

A investigação em que a filosofia se lança por entender o que são o pensamento e a linguagem tem sua importância na própria constituição da filosofia. Quando se fala de filosofia, costuma-se dizer, o âmbito privilegiado pelo pensamento e pela linguagem. Sendo assim, o filósofo, o que pratica a filosofia, é o que pensa e usa a linguagem por excelência. Ou ainda, o que tem por tarefa o pensamento e a linguagem. Sem pestanejar dizemos, todo homem pensa e fala. Passam conteúdos na cabeça de todo homem: decisões, dúvidas, afirmações, negações, imagens, e ele os expressa por meio da linguagem. Não há como duvidar que todo homem pensa e possui linguagem. Diante disto, qual seria então a diferença entre o filósofo e os outros homens? Responderemos: a ocupação com o pensamento e a linguagem, o espanto que eles causam e a busca pelo que são.

Desde a origem da filosofia o pensamento e a linguagem são motivos de perplexidade e busca. Aqui, novamente, estes motivos são colocados. O que significam o pensamento e a linguagem?

II.

O ser humano pensa e fala. É inegável que se passam coisas pela mente de todo homem e que ele pronuncia este conteúdo por meio da fala. Algo passou pela mente de Parmênides, filósofo grego do século V a.C., uma vez que ele viveu como homem e pensou como homem. Mas sendo Parmênides filósofo, atribuem-lhe um pensamento distinto à maneira comum de pensar, isto é, uma fala filosófica. Acabamos de dizer: Parmênides pensa de modo filosófico, ou, sua fala é filosófica. Utilizamos pensar e falar como sinônimos; aproximamos assim, pensar e falar. Que significa esta aproximação e de onde ela procede? Se pretendemos falar filosoficamente, ou seja, de modo que o pensar esteja radicalmente implicado em nossa fala, precisamos nos afastar do âmbito comum e nos aproximar daqueles que já assim pensaram. Iniciamos com o próprio Parmênides.

No segundo fragmento do poema *Da Natureza* aparece:

Pois bem, agora eu vou falar, e tu, presta atenção ouvindo a [palavra
acerca das únicas vias de questionamento que são a pensar:
uma, para o que é e, como tal, não é para não ser,
é o caminho de persuasão - pois Verdade o segue -,
outra, para o que não é e, como tal, é preciso não ser,
esta via indico-te que é uma trilha inteiramente insondável;
pois nem ao menos reconhecer-se-ia o não ente, pois, não é [realizável,
nem tampouco se diria: (Parmênides, s/d, p. 23).

Na exortação para que se ouça a palavra estão em jogo as vias de questionamento que são possíveis ao pensamento: uma para o que é, e outra, para o que não é. Ouvindo a palavra sabemos quais vias de questionamento são a pensar. Dizer que uma via é, e como tal, não é para não ser; a outra, para o que não é e, como tal, é preciso não ser. Para nos colocarmos numa posição interpretativa-explicativa, precisamos saber, antes de qualquer coisa, o que guia este fragmento. Explícitamente e sem muito esforço vemos que o elemento que está na base do fragmento é o 'ser'. Se corrermos a fazer a pergunta acerca do ser, colocamos a carroça na frente dos bois, e isto porque, só foi possível

chegar ao elemento do fragmento através da palavra posta diante de nós, e que segundo a exortação, precisamos atentar.

Em *A palavra*, Heidegger coloca “O poder da palavra raia com a con-dição da coisa como coisa. A palavra começa a brilhar como recolhimento que faz vigorar o que é vigente.” e continua “A palavra mais antiga para o poder da palavra, entendido como dizer, é *logos*: a saga do dizer, que num mostrar deixa o ente aparecer em seu “é”, “há”, “dá-se”.” (Heidegger, 2011, p. 188). A palavra, para Heidegger, diz. Este dizer, porém, não pode ser entendido como qualquer pronunciamento de quem fala só por articular sons. O dizer é o essencial da fala e da palavra, pois, dizer é mostrar, é o lugar de aparecimento da coisa como e enquanto coisa. Deste modo podemos afirmar: dizer é aparecimento de realidade como e enquanto realidade. Mas vamos com calma.

Nos textos de 1950 e reunidos sob o título *A caminho da Linguagem*, Heidegger explora a noção de linguagem, como ele mesmo chama, em seu sentido originário, ou seja, a linguagem como poética ou saga do dizer, ou, linguagem enquanto mostrante. Não é à toa que ele trabalha alguns poemas aparentemente distintos, como os de Georg Trakl, Hölderlin, Stefan George, Sófocles. Porque poesia não significa um conjunto de versos organizados segundo uma tradição literária, mas antes, um dizer que se deixa mostrar como que da primeira vez. Por isso o dizer da linguagem é, para Heidegger, poético, isto é, um dizer genuíno, que diz de forma inaugural. “Dizer genuinamente é dizer de tal maneira que a plenitude do dizer, própria ao dito, é por sua vez inaugural. O que se diz genuinamente é o poema.” (Heidegger, 2011, p. 12). O dizer inaugural é aquele que deixa aparecer algo como da primeira vez. Da primeira vez se diz também: princípio, aquilo que ocorre primeiro. Temos então um dizer que mostra, que deixa aparecer algo em seu princípio.

A filosofia, segundo sua tradição histórica, surge com o pensamento calcado na questão sobre o princípio. Tales teria sido o primeiro filósofo, como afirma Aristóteles: “Tales, iniciador desse tipo de filosofia, diz que o princípio é a água (...) Ora, aquilo de que todas as coisas se geram é o princípio de tudo” (Aristóteles, 2002, p. 17). Seria estranho, tratando-se de filosofia, entender este princípio e seu acontecimento enraizado apenas no âmbito da materialidade: “Os que por primeiro

filosofaram, em sua maioria, pensaram que os princípios de todas as coisas fossem exclusivamente materiais.” (Ibid., p. 15). O problema é saber se entendemos bem o que Tales realmente queria dizer ao colocar a água como princípio de todas as coisas, e também, se Aristóteles acerta ao fazer sua interpretação sobre os primeiros filósofos. Todavia, não é este nosso caminho. A questão requer, e já se deu, outra interpretação. A colocação acerca do princípio, que funda a filosofia, foi desdobrada mais dois mil anos mais tarde como aquela que Heidegger chamou a primeira de todas as questões: ““Por que há simplesmente o ente e não antes o nada?” - essa é evidentemente a primeira de todas as questões. A primeira, sem dúvida, não na ordem da sequência cronológica das questões” (Heidegger, 1999, p. 33). É por este fio que prosseguiremos.

III.

Falávamos da linguagem enquanto poética do dizer e passamos para a questão do princípio, temos também em aberto a palavra de Parmênides.

Por que há simplesmente o ente e não antes o nada? A pergunta fundamental da metafísica, antes mesmo de nos perguntar, nos diz algo. Isto que ela diz precisa aparecer junto, ou até mesmo antes, da questão. Ela coloca diante de nós, na nossa cara: há simplesmente o ente. Encarar o ente pressupõe seu aparecimento defronte de nós. Para sairmos dos termos “técnicos” filosóficos e tentarmos visualizar melhor o que queremos entender, podemos dizer, ao invés de ente, as coisas. Elas, as coisas, estão postas diante de nós. Estar diante de nós significa: as coisas aparecem e perduram em seu aparecer como e enquanto coisas. O espanto da aparição e vigência das coisas enquanto coisas para nós homens tem, sua primeira formulação, num poema. O poema data do século VI a. C. e seu autor é Parmênides.

Na exortação para que se ouça a palavra duas vias se mostram: o que é, e não é para não ser; e o que não é, e precisa por isso, não ser. O aparecimento do que é como e enquanto é, eis o espanto primeiro da filosofia. O que é aparece enquanto é, e neste aparecer mostra-se tanto que é como não poderia não ser. A partir daí algo mais espantoso se

dá, a saber, a possibilidade da negação desse *é*. Mas onde reside este espanto? Possibilidade é aquilo que pode ser, e isto porque, já ‘se deu’. O espantoso é, que o que *não é*, apareça como o que ‘se dá’ desde *não ser*. Tentemos exemplificar a partir do ente, ou melhor, das coisas. As coisas, para o homem e só para o homem, aparecem como coisas, e então podemos falar acerca delas. A possibilidade de se falar acerca de qualquer coisa se faz possível uma vez que ela já ‘se deu’, ou seja, deixou ser o que *é*, aparecendo como e enquanto coisa. Mas e o que *não é*, e por isso, *é* preciso não ser - como entendermos? A aparição desta via, deste caminho, ainda que insondável, irrealizável, indizível, no dito de Parmênides, atravessa e fura a barreira lógica, fazendo-a aparecer exatamente em sua insondabilidade, irrealização, infabilidade.

Voltamos então à questão: por que há simplesmente o ente e não antes o nada? A pergunta não exige uma resposta conclusiva, que encerre a questão, mas antes, seu aprofundamento. O que primeiro nos diz a questão é o aparecimento do ente, isto é, o dar-se das coisas como e enquanto coisas, e isto já nos deixa perplexos; prosseguindo, numa interpretação de Parmênides, notamos a aparição do que *não é* desde sua impossibilidade de ser, vigendo como nada, sem dar-se como coisa, porém, aparecendo como nada. E isso não significa que o nada aparece e neste aparecer torna-se algo, passando assim a ser uma coisa, um ente, e que isto o tiraria de seu estatuto de nada. A aparição do nada se dá vigendo como e enquanto nada, desde sua ausência. É a via insondável, irrealizável, indizível. A partir desta suposta contradição lógica o pensamento perde o chão e, assim, aprofunda-se.

Na já citada passagem de Aristóteles encontramos: “Ora, aquilo de que todas as coisas se geram é o princípio de tudo” (Aristóteles, 2002, p. 17). Dado o caminho percorrido até agora, não podemos reivindicar um algo, um ente, do qual todas as coisas derivem. Sem embargo, a colocação de Aristóteles continua na perplexidade acerca do princípio das coisas. A dificuldade que temos para alcançar esta colocação está no próprio alcançar. Se a linguagem se mostra como o lugar instaurador de realidade para o homem, ou seja, o lugar onde se dá, aparece, as coisas como e enquanto coisas, toda a vez que olharmos para este lugar, nós, homens, chegamos onde já estamos - precisamos, ainda, alcançá-lo. Na investigação da realidade só podemos por ela

debruçarmos pois ela já se deu. É o olhar para este fazer-se coisa das coisas, ou, para a realidade em seu realizando-se, que a pergunta sobre a geração das coisas tem seu lugar.

IV.

A palavra, segundo Martin Heidegger, “raia com a con-dicção da coisa como coisa.” (Heidegger, 2011, p. 188). A *con-dicção*, isto quer dizer, a palavra fala de tal modo, que sua maneira de falar é mostrante, ou seja, faz aparecer todo âmbito de possibilidade do homem, dando-se como vigência das coisas como coisas. E também *con-dicção*, pois o aparecer da realidade, ou, o aparecer do ente em seu *é*, dá-se junto ao homem. Isto dá a pensar.

Se linguagem é o aparecimento de realidade para e no homem, o que é o pensamento? Todo o homem, filósofo ou não, participa da realidade. A realidade não é exclusiva de uns ou de outros, e se assim fosse, os privados da realidade agiriam como animais, ou até, nem agiriam (?). É de tal monta pensar o homem privado de realidade que nossas suposições são estapafúrdias. Ainda que todo o homem participe da realidade, o filósofo persegue a estranheza que é participar dela. Neste sentido podemos falar, todo homem possui linguagem, no entanto, o filósofo é aquele que busca alcançá-la. Perseguir a linguagem é possível, uma vez que, sendo aparecimento de realidade, ela nos dá a pensar. A partir desta doação o filósofo se concentra. Concentrar, aqui, significa, insiste o seguir a realidade desde seu princípio, quer dizer, ele pensa. Se o pensamento fosse aqui considerado como os conteúdos que se passam na mente de um sujeito, estaríamos dizendo, o pensar é a linguagem vista de modo derivado e desde os olhos do senso comum. Ou se disséssemos: o pensar é o voltar-se do homem para os conteúdos que lhe assaltam a mente a todo o momento, estaríamos ainda no âmbito corriqueiro e habitual, do qual a filosofia deve afastar-se. O afastamento da filosofia ao lugar comum não ocorre por ser superior a outros âmbitos, mas por sua constituição exigir que se pense a partir da origem, e isto já está afastado do lugar comum, por isto ela precisa distanciar-se do “pensar” comum.

Deste modo, pensar é perseguir o que a linguagem mostra a partir de seu acontecimento originário: a realidade em sua *principiação*. A

aproximação entre linguagem e pensamento quase chega a nos confundir, a acharmos que são apenas uma e única coisa. No início de nossa comunicação também usamos falar e pensar no mesmo sentido. Saímos, porém, do habitual para a filosofia. Desta maneira, caracterizamos a linguagem e o pensar. A linguagem enquanto mostrante dá a pensar, então, o homem segue, ou não, isto que ‘se dá’, em sua principiação. Seguindo o que dá a pensar o homem faz-se pensamento. Assim, faz-se também filosofia.

Finalizamos com um dito de Parmênides, este aparece nos versos 34-36 de seu oitavo fragmento: “O mesmo é o que é a pensar e o pensamento de que é,/ Pois sem o ente, no qual está apalavrado,/ não encontrarás o pensar.” (Parmênides, s/d p. 39).

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *Metafísica II*. Texto grego com tradução ao lado a cura de Giovanni Reale. Trad. Marcelo Perine. Ed. 2a Loyola: São Paulo, 2005.

HEIDEGGER, M. *A caminho da linguagem*. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. 5a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2011.

PARMÊNIDES. *O Poema de Parmênides: Da Natureza*. Edição do texto grego, tradução e comentários, Fernando Santoro. Laboratório OUSIA - Departamento de Filosofia, UFRJ. Rio de Janeiro, s/d.

Bibliografia Geral

HEIDEGGER. *Heráclito*. Trad. Marcia Sá Cavalcante Schuback. Rio de Janeiro, Relume Dumará, 1998.

_____. *Introdução a metafísica*. Apresentação e tradução de Emmanuel Carneiro Leão. 4a ed. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1999.

_____. *Identidade e Diferença: O princípio de identidade*. In: Os Pensadores: Martin Heidegger: Conferências e Escritos Filosóficos. Trad. e notas: Ernildo Stein. Editora Nova Cultural: São Paulo, 2005.

_____. *Que é metafísica?* In: Os Pensadores: Martin Heidegger: Conferências e Escritos Filosóficos. Trad. e notas: Ernildo Stein. Editora Nova Cultural: São Paulo, 2005.

_____. *Que quer dizer pensar?* In: *Ensaio e Conferências*. Trad. Emmanuel Carneiro Leão; Gilvan Fogel; Marcia Sá Cavalcante Schuback. 5a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2008.

_____. *Ser e Tempo*. Trad. revisada e apresentação de Marcia Sá Cavalcante Schuback; posfácio de Emmanuel Carneiro Leão. 5a ed. Petrópolis, RJ: Vozes; Bragança Paulista, SP: Editora Universitária São Francisco, 2011.

Linguagem, método e realidade: algumas considerações ontológicas

Vanice Ribeiro da Silva

Universidade Federal de São Paulo

Tomamos como referência *Logical syntax of language*, 1937, de R. Carnap e *Língua e realidade* de V. Flusser, 1963, para expor dois métodos aplicados no estudo da linguagem, ressaltando as diferenças ontológicas que cada investigação implica como resultado. Não apenas uma abordagem sobre os métodos, trata-se também de apresentarmos como as compreensões de mundo de cada autor estão relacionadas as suas investigações sobre a linguagem e como isso resulta em sistemas filosóficos ontologicamente distintos. Não é intenção afirmar aqui um relativismo ontológico, mas mostrar o quanto a aplicação de dois métodos filosóficos sobre a linguagem tendem para essa finalidade. Em conclusão, podemos afirmar que a abordagem aqui proposta expõe não somente o uso dos métodos pelos dois autores, mas propõe situar esses usos a um contexto social e histórico, revelando um horizonte ético que permeia essas investigações e que permite afirmar definições que descrevem a realidade. Tais descrições definem visões de mundo ontologicamente possíveis por serem, ao menos em tese, sistemas filosóficos válidos e bem construídos.

Carnap apresenta uma abordagem de caráter referencialista ligada à tradição analítica alemã que busca encontrar o correspondente linguístico universal de uma sintaxe lógica da linguagem que no limite designaria o mundo; por outro, em Flusser, encontramos uma visão fe-

nomenológica que permite compreender a linguagem como manifestação variada de caráter cultural e material que em última instância chamaríamos de realidade. Reconhecemos esses dados como relevantes e implicados nas duas perspectivas ontológicas, resultantes do uso de dois métodos filosóficos distintos de investigação da linguagem.

Para apresentarmos o método de Carnap, partiremos do modo como compreende e define a linguagem. Para Carnap, a linguagem é cálculo (*Calculi*),

By a calculus is understood a system of conventions or rules of the following kind. These rules are concerned with elements – the so-called symbols – about the nature and relations of which nothing more is assumed than they are distributed in various classes. Any finite series of these symbols is called an expression of the calculus in question¹ (CARNAP, 1949, p. 04)

É interessante ressaltar que Carnap não entende a linguagem somente como um cálculo (CARNAP, 1949), mas reconhece propriedades do cálculo na linguagem e são essas propriedades que interessam à investigação da sintaxe lógica.

Assim, do ponto de vista ontológico, em Carnap afirmamos uma análise da linguagem enquanto exposição formal de sua estrutura, de caráter lógico. Essa estrutura teria como referência o mundo, cuja configuração possuiria a mesma forma da estrutura lógica da linguagem. Tal entendimento supõe que, apesar dos diferentes modos de expressão das línguas idiomáticas, o que Carnap (1949) chama de “linguagens naturais de palavras” (*natural word-languages*), há uma estrutura formal que pode ser exposta por meio de uma adequada análise lógica da linguagem. Desse modo,

In consequence of the unsystematic and logically imperfect structure of the natural word-languages (such as German or Latin), the statement of their formal rules of formation and trans-

¹ Entende-se por cálculo um sistema de convenções ou regras de um determinado tipo. Tais regras são relacionadas a elementos - os chamados símbolos - sobre a natureza e relações das quais nada mais é assumido além de que são distribuídos por classes. Qualquer série finita desses símbolos é chamada uma expressão. (tradução nossa)

formation would be so complicated that it would hardly be feasible in practice.² (CARNAP, 1949, p. 2)

Aqui Carnap apresenta as limitações das línguas idiomáticas que tornam-se evidentes quando tentamos abstrair a forma das línguas. Afirma uma sintaxe lógica que pode ser capturada e que não se confunde com expressões ou manifestações variadas dessas linguagens. Distingue os termos “sintaxe” e “lógica” e define a lógica como parte da sintaxe, já que a sintaxe possui caráter mais amplo e exato (CARNAP, 1949). A diferença entre “regras de sintaxe” e “regras de dedução lógica” diz respeito às distinções entre “regras de formação” (*formation rules*) e “regras de transformação” (*transformation rules*) e, portanto, designamos como “sintaxe lógica” (*logical syntax*) o sistema que abrange as regras de formação e transformação (CARNAP, 1949, p. 2).

Carnap quer evitar que uma análise lógica seja assumida como uma análise dos significados das sentenças e critica a postura de lógicos que, simpatizantes com a sua própria análise, admitem que a análise lógica se refere a uma investigação sobre as relações entre os significados. Segundo Carnap (1949, p. 1),

[...] even those modern logicians who agree with us in our opinion that logic is concerned with sentences, are yet for the most part convinced that logic is equally concerned with the relations of meaning between sentences.³

E They consider that, in contrast with the rules of syntax, the rules of logic are non-formal. In the following pages, in opposition to this standpoint, the view that logic, too, is concerned with the *formal* treatment of sentences will be presented and developed.⁴ (CARNAP, 1949, p. 1)

² Em consequência da não sistemática e logicamente imperfeita estrutura das linguagens naturais de palavras (tais como o alemão ou o latim), a condição de suas regras formais de formação e transformação seriam tão complicadas que isso seria dificilmente praticável. (tradução nossa)

³ [...] até aqueles lógicos modernos, os quais concordam conosco em nossa opinião de que a lógica está preocupada com sentenças, estão em grande parte ainda convencidos de que a lógica está igualmente

⁴ Consideram que, em contraste às regras da sintaxe, as regras da lógica são não-formais. Nas páginas que seguem, em oposição a esse ponto de vista, a perspectiva de que a lógica, também, está preocupada com o tratamento *formal* de sentenças será apresentada e desenvolvida. (tradução nossa)

A ideia de que as linguagens naturais são “imperfeitas logicamente” surge da afirmação de que as línguas correntes (ou que já foram correntes como o latim) são “conversas” (*conversations*) (CARNAP, 1949). Aqui, veremos adiante, atingimos a diferença pontual entre Flusser e Carnap, já que Flusser tomará como objeto de estudo a linguagem como “conversa”, incluindo aí o discurso filosófico desenvolvido ao longo da história da filosofia (FLUSSER, 1963).

Carnap (1949, p. 3) vê a limitação também em línguas criadas artificialmente, como no caso do esperanto,

And the same difficulty would arise in the case of the artificial word- languages (such as Esperanto); for, even though they avoid certain logical imperfections which characterize the natural word-languages, they must, of necessity, be still very complicated from the logical point of view owing to the fact that they are conversational languages, and hence still dependent upon natural languages.⁵

No entanto, o filósofo não despreza as “línguas naturais”. Para Carnap (1949, p. 8), o método de análise da sintaxe lógica da linguagem pode também ser usado para entendimento das línguas “conversadas”, ainda que com certas dificuldades, preocupada com as relações dos significados entre as sentenças. (tradução nossa)

The method of synthax which will be developed in the following pages will not only prove useful in the logical analysis of scientific theories – it will also help in the *logical analysis of the word-languages*. Although here [...] we shall be dealing with symbolic languages, the syntactical

⁵ E a mesma dificuldade surgiria no caso das linguagens artificiais de palavras (como o esperanto); pois ainda que elas evitem certas imperfeições lógicas que caracterizam as linguagens naturais de palavras, elas devem, por necessidade, ser ainda muito complicadas do ponto de vista lógico devido ao fato de que elas são linguagens de conversação e portanto ainda dependentes das linguagens naturais. (tradução nossa)

concepts and rules – not in detail but in their general character – may also be applied to the analysis of the incredibly complicated word- languages.⁶

Entendemos, diante disso, a definição de Carnap para “sintaxe lógica” (*logical syntax*) presente na Introdução de *Logical syntax of language*, importante para nossa investigação (CARNAP, 1949, p. 1): “by a logical syntax of a language, we mean the formal theory of the linguistic forms of language – the systematic statement of the formal rules which govern it together with the development of the consequences which follow from these rules.”⁷. E,

The prevalent opinion is that syntax and logic, in spite of some points of contact between them, are fundamentally theories of a different type. The syntax of a language is supposed to lay down rules according to which the linguistic structures (e. g. the sentences) are to be built up from the linguistic structures (such as words or parts of words). The chief task of logic, on the other hand, is supposed to be formulating rules according to which judgements may be inferred from other judgements; in other words, according to which conclusions may be drawn from premisses.⁸ (CARNAP, 1949, p. 1)

O método de investigação da sintaxe lógica da linguagem não sugere que postulemos uma divisão essencial entre sintaxe e lógica,

⁶ O método sintático que será desenvolvido nas próximas páginas não somente provará ser útil na análise lógica de teorias científicas – ajudará também na *análise lógica das linguagens de palavras*. Ainda que aqui [...] estejamos lidando com linguagens simbólicas, os conceitos sintáticos e regras – não em detalhe, mas em suas propriedades gerais – pode ser aplicado à análise das incrivelmente complicadas linguagens de palavras. (tradução nossa)

⁷ “por uma sintaxe lógica da linguagem, significamos uma teoria formal das formas linguísticas da linguagem – a condição sistemática das regras formais que as governam junto com o desenvolvimento das consequências que seguem dessas regras”. (tradução nossa)

⁸ A opinião predominante é de que sintaxe e lógica, apesar de alguns pontos de contato entre elas, são fundamentalmente teorias de um tipo diferente. A sintaxe de uma linguagem pretende estipular regras conforme as estruturas linguísticas (as sentenças, por exemplo) que são construídas das estruturas linguísticas (tais como as palavras ou partes de palavras). A principal tarefa da lógica, por outro lado, é formular regras de acordo com determinados juízos que devem ser inferidos de outros juízos; em outras palavras, de acordo com conclusões que devem ser tiradas das premissas. (tradução nossa)

mas a ligação entre elas e sua principal característica é expor e assegurar a propriedade formal da linguagem.

A theory, a rule, a definition, or the like is to be called *formal* when no reference is made in it either to the meaning of the symbols (for example, the words) or to the sense of the expressions (e. g. sentences), but simply and solely to the kinds and order of the symbols from which conclusions may be drawn from premises.⁹ (CARNAP, 1949, p. 1)

Passamos a expor a seguir como isso se distingue do método utilizado por Flusser (1963) em suas consequências e resultados.

Flusser (1963) faz uso do método fenomenológico e afirma que a estrutura ontológica da linguagem é “aquilo que faz com que as frases sejam significativas” (FLUSSER, 1949 p. 83). A estrutura é “algo formal, é um sistema de referência”, e seu caráter é ontológico “porque o significado da língua é a realidade” (FLUSSER, 1963, p. 83, 84). Um dos objetivos de Flusser em *Língua e realidade* (1963) é pensar as condições de tradução entre as diferentes línguas. Segundo Flusser (1963, p. 81),

Os pensamentos filosóficos são, como qualquer pensamento, frases de uma dada língua. São significativos e podem ser compreendidos somente dentro do conjunto dessa língua. Se traduzidos para outra língua, adquirem um novo significado, ligeiramente ou mais que ligeiramente diferente do significado original, porém certamente não pretendido pelo pensador.

E “devemos dizer, pois, que há tantas filosofias quantas línguas que contêm pensamentos filosóficos” (FLUSSER, 1963, p. 82). Assim, a filosofia ocidental seria “uma conversação entre diversas filosofias, conversação essa baseada em traduções mais ou menos falhas” (FLUSSER, p. 82). Flusser parte da afirmação de que a língua está implicada na realidade e “a língua não é estática, mas é algo que cresce e se expande, e que cresce e se expande graças aos intelectos que participam

⁹ Uma teoria, uma regra, uma definição ou algo similar é chamada *formal* quando nenhuma referência é feita ao significado dos símbolos (por exemplo, as palavras) ou ao sentido das expressões (por exemplo, as sentenças), mas simplesmente e exclusivamente aos tipos e ordens dos símbolos das quais conclusões podem ser tiradas das premissas. (tradução nossa)

da conversação” (FLUSSER, 1963, p. 82). Pensa numa variedade de línguas e situa a condição da língua na própria realidade. Entretanto, fazendo uso do método fenomenológico, assume semelhanças entre as línguas e admite ser possível uma estrutura ontológica comum entre elas. A semelhança entre determinadas línguas, por exemplo, das línguas flexionais (como o inglês e o português), permite a comparação entre as estruturas. Reconhece Flusser (1963) que uma semelhança de estrutura permite passar de significado em significado de uma mesma palavra dentro de diversas línguas. Para apresentar o uso que Flusser faz da fenomenologia tomamos como ponto de partida uma análise referente ao “tempo” enquanto parte da estrutura ontológica das línguas flexionais.

Para Flusser (1963, p. 98), “[...] a estrutura ontológica das línguas [...] (e, presumivelmente, de todas as línguas flexionais) produz o significado *tempo*, e este significado varia de língua para língua, de acordo com a respectiva estrutura.” E “podemos, por exemplo, dizer que o *tempo* faz parte da estrutura de todas as línguas flexionais, aproximadamente no mesmo sentido em que podemos dizer que a dama faz parte do jogo de xadrez e do jogo de damas.” (FLUSSER, 1963, p. 85). Existe uma variedade de expressões linguísticas que manifestam o tempo e este varia de língua para língua. No sentido ontológico o tempo é uma forma gramatical variável.

Mesmo admitindo uma diversidade linguística Flusser (1963) afirma a possibilidade de abstração da totalidade dessa diversidade por meio do método fenomenológico, em que passa a ser garantida a possibilidade de abarcar a totalidade das línguas numa perspectiva ontológica, à maneira husserliana. Nesse sentido afirma que “uma análise fenomenológica da língua deverá considerar todas as formas do tempo em todas as línguas, e deverá considerar o mecanismo correspondente naquelas línguas que não dispõem de formas de tempo (FLUSSER, 1963, p. 97).” Flusser (1963) assume as diferentes línguas como diferentes realidades, mas com pontos de contato, os quais possibilitam que traduções entre elas sejam feitas.

Do exposto acima reconhecemos que os dois filósofos por meio de seus métodos apresentam duas perspectivas ontológicas distintas. Carnap entende como condição da linguagem a sintaxe lógica: “the

syntax of a language, or of any other calculus, is concerned, in general, with the *structures of possible serial orders* (of a definite kind) *of elements whatsoever*.”¹⁰ (CARNAP, 1963, p. 6). Flusser, por outro lado, assume a diversidade linguística como realidade e essa diversidade implica um pluralismo em que cada língua possui uma estrutura diferente, ainda que com pontos de contato, cujos elementos são formas gramaticais variáveis. Um elemento da estrutura ontológica, tal como o *tempo*, define Flusser (1963, p. 98), é “uma forma gramatical variável que informa os nossos pensamentos (frases) de acordo com a língua na qual pensamos num instante dado.” Numa “visão de mundo” flusseriana a língua seria a realidade enquanto forma variável em que “o estudo da língua tal como é percebida equivale à pesquisa de um cosmos.” (FLUSSER, 1963, p. 23). O cosmos da língua está relacionado ao símbolo e ao significado: “as palavras são apreendidas e compreendidas como símbolos, e, em consequência, o cosmos da língua é simbólico e tem significado.” (FLUSSER, 1963, p. 24).

Apesar dos dois distintos percursos acima expostos, os dois filósofos buscam uma organização ontológica da linguagem, uma ordem que caracteriza sua condição. Carnap reconhece primeiro um aspecto geral e comum e aplica aos diferentes casos particulares; Flusser parte dos particulares e assume um cosmos comum, uma totalidade, às diversas línguas.

A busca em torno de algo que organiza a linguagem está presente tanto em Carnap quanto em Flusser à medida que ambos assumem uma referência de caráter ontológico que condiciona a linguagem e assegura seu poder de estruturação do mundo e da realidade. As referências ontológicas mostram a ordem ou o cosmos – o modo de organização de ser – da linguagem e conseqüentemente do mundo, da realidade.

As investigações sobre a linguagem aqui abordadas estão relacionadas às investigações filosóficas da linguagem que permeiam a primeira metade do século XX, mais precisamente o período entre os anos 30 e 60. A linguagem tornou-se uma questão filosófica nesse

¹⁰ “a sintaxe de uma linguagem ou de qualquer outro cálculo, está relacionada, em geral, às *estruturas de ordens seriais possíveis* (de um tipo definido) *de elementos quaisquer*”. (tradução nossa)

processo histórico, questão esta não destacada da sensação de esvaziamento dos valores éticos que esse processo traz consigo, no contexto do desenvolvimento do nazismo alemão. Carnap viveu de 1891 a 1970, imigrou na década de 30 para os Estados Unidos; Flusser viveu entre 1920 e 1991, imigrou para o Brasil em meados dos anos 40. Ambos saíram de seus lugares de origem, na Europa, devido ao momento conturbado por causa do poder nazista. A abordagem desses autores sobre a linguagem parece marcada pelo contexto do pensamento do início do século XX, no sentido de que houve uma urgência em se pensar a condição humana e novas perspectivas éticas vinculadas à vida, perspectivas sobretudo ligadas ao paradigma das ciências. A linguagem, ao virar objeto de investigação filosófica, passa a ser tratada como um aspecto essencial do ser humano e por meio dela abriu-se a possibilidade de contemplar uma organização, cuja existência seria ontologicamente independente. Esse dado torna-se relevante quando pensamos que ambas as interpretações cumprem o compromisso filosófico de vislumbrar uma *ordem* ou um *cosmos* diante de um possível caos imanente.

Por fim a abordagem permite uma observação que incita um questionamento sobre o que cada um entende por “mundo” e “realidade”, destacando pontos de vista ontológicos nessas duas investigações da linguagem. Uma pesquisa sobre o que é a realidade em Flusser e o que é mundo em Carnap, partindo da perspectiva ontológico metodológica de cada um, autoriza a afirmação de distintas visões ontológicas concomitantes entre si e que reúnem valores determinantes de uma visão de mundo relativa a certo sistema filosófico bem construído, isto é, possuem como princípio certo sistema filosófico da qual dependem.

Para Flusser (1963, p. 22),

Se definimos a “realidade” como “conjunto de dados”, podemos dizer que vivemos em realidade dupla: na realidade das palavras e na realidade dos dados “brutos” ou “imediatos”. Como os dados “brutos” alcançam o intelecto propriamente dito em forma de palavras, podemos dizer que a realidade consiste de palavras e de palavras “in statu nascendi”. Com essa afirmativa teremos assumido uma posição ontológica.

Carnap permite uma interpretação ontológica de mundo, permeada pelos valores das ciências naturais, na relação entre leis naturais e natureza, vinculada a uma relação entre linguagem e mundo. Numa passagem em que Carnap (1949, p. 8) questiona a validade de uma análise lógica direta das línguas faladas (*natural word-languages*) afirma que estas

Must inevitably fail just as a physicist would be frustrated were he from the outset to attempt to relate his laws to natural things – trees, stones, and so on. In the first place, the physicist relates his laws to the simplest of constructed forms; to a thin straight lever, to a simple pendulum, to punctiform masses, etc. Then, with the help of the laws relating to these constructed forms, he is later in a position to analyze into suitable elements the complicated behaviour of real bodies, and thus control them.¹¹

E ao concluir a Introdução de Logical syntax of language Carnap (1949, p. 8) afirma que

The complicated configurations of mountain chains, rivers, frontiers, and the like are most easily represented and investigated by the help of geographical co-ordinates – or, in other words, by constructed lines not given in nature. In the same way, the syntactical property of a particular word-language, such as English, or of word-languages, or of a particular sub-language of a word-language, is best represented and investigated by comparison with a constructed language which serves as a system of reference. Such a task, however lies beyond the scope of this book.¹²

¹¹ Devem inevitavelmente falhar exatamente como um físico ficaria frustrado se ele desde o início tentasse relacionar suas leis às coisas naturais – árvores, rochas, e assim por diante. Em primeiro lugar o físico relata suas leis às mais simples das formas construídas; a uma fina alavanca reta, a um simples pêndulo, a massas puntiformes, etc. Então, com a ajuda das leis relativas a essas formas construídas, mais tarde está numa posição para analisar em elementos adequados o movimento complexo de corpos reais e, portanto, controlá-los. (tradução nossa)

¹² As configurações complicadas de cadeias de montanhas, rios, fronteiras e similares são mais facilmente representadas e investigadas pela ajuda de coordenadas geográficas – ou, em outras palavras, por linhas construídas não dadas na natureza. Do mesmo modo, a propriedade sintática de uma sub-língua particular, como o inglês, ou de linguagens de palavras, ou de uma sub-língua particular de uma linguagem de palavras, é melhor representada e investigada em comparação a uma linguagem construída que serve como um sistema de referência. Tal objetivo, no entanto, está além do escopo deste livro. (tradução nossa)

Não se trata de assumir uma postura realista para os dois filósofos ou afirmar que suas teses são realistas, o que seria equivocados. Trata-se de um posicionamento que permite apontar para um caráter ontológico que surge na tentativa de explicitar uma ordem ou um cosmos naquilo que é condição humana, isto é, na linguagem. O possível vínculo filosófico entre Flusser e Carnap em torno de suas investigações sobre a linguagem teria como referência seus contextos de vida ligados a questões relacionadas à perseguição nazista e suas consequências culturais. A busca por uma ordem ou cosmos que dê conta do caos aparente e possivelmente imperante pode ser reconhecido pelos métodos de investigação da linguagem dos dois filósofos estudados no presente texto. Como dissemos acima uma pergunta pertinente que se abre nessas investigações sobre a linguagem, levando em conta certos aspectos históricos e sociais que envolvem os autores relacionados, é como cada um define “realidade” e “mundo”, já que ontologicamente os dois assumem uma “regra” (ordem ou cosmos) que complementa o caos, possibilitando uma interpretação ética de seus posicionamentos filosóficos. Esse dado torna-se claro ao confrontarmos os dois métodos tendo em vista o que os dois autores pretendem alcançar numa investigação sobre a linguagem.

REFERÊNCIAS

- CARNAP, R. *Logical syntax of language*. Tradução de Amethe Smeaton. 2. ed. Londres: Routledge & Kegan Paul, 1949.
- FLUSSER, V. *Língua e realidade*. São Paulo: Herder, 1963.

A centralidade da linguagem na filosofia sistemático-estrutural de Lorenz Puntel

Ednilson Gomes Matias

Instituto Federal de Alagoas

INTRODUÇÃO

A Filosofia, para Lorenz Puntel, consiste em uma atividade humana que tem como objetivo específico a produção e a exposição de teorias. O autor exclui as concepções de filosofia como “terapia”, como “conduta de vida”, como “atividade diagnóstica”, p. ex., e a apresenta como um empreendimento estritamente teórico. Neste sentido, a primeira tarefa da filosofia é esclarecer a questão da teoriedade. Em termos gerais, teoria consiste numa forma de discurso metódico e rigorosamente ordenado, cuja pretensão fundamental é a apresentação do mundo.

O mundo do qual a teoria filosófica trata é compreendido como a totalidade dos “objetos” (“campos”, “âmbitos”, “temas”) e sua instância de expressabilidade é a linguagem. Para fazer sentido, uma teoria tem de pressupor que seu objeto de estudo seja expressável (inteligível, compreensível, articulável). Portanto, uma vez que toda teoria se articula na linguagem, esta tem um papel central no empreendimento teórico-filosófico.

Ao elaborar sua teoria, o filósofo precisa explicitar os componentes inelimináveis que configuram as bases nas quais situa suas questões específicas. Estes pressupostos irrenunciáveis inerentes a toda e qualquer teoria, Puntel nomeia de “quadro referencial teórico”. Toda

argumentação, toda afirmação, toda concepção e toda teoria só é compreensível e avaliável na medida em que se coloca no contexto de um quadro teórico.

Em uma definição provisória, Puntel (2008, p. 12) apresenta sua filosofia sistemático-estrutural como teoria das *estruturas universais do universo ilimitado do discurso*. Nesta definição, aparecem duas concepções centrais que serão desenvolvidas no decorrer da exposição, a saber, “estrutura” e “universo do discurso”.

Compreende-se por “universo do discurso” a dimensão que representa a “coisa” de que se trata na filosofia sistemática. Esta dimensão é o “dado¹ abrangente”, que consiste em tudo aquilo que pode ser compreendido e/ou explicado pela filosofia, enfim, em tudo aquilo que pode ser por ela tematizado. Neste sentido, a diversidade de dados é infinita e todos os dados são elementos constituintes do universo do discurso. Nas palavras de Puntel (2011, p. 148), “‘dado’ é o *expressum* de uma sentença, uma ‘proposição’, isto é, um conteúdo informativo previamente dado linguisticamente articulado” e, portanto, concebido como “*candidato à teoria ou à verdade*”.

“Estrutura”, por sua vez, designa “tudo o que a teoria explícita”, portanto, compreender e/ou explicar algo significa elaborar a(s) estrutura(s) deste “algo” (PUNTEL, 2008, p. 14). Veremos, no decorrer da apresentação, que as estruturas gerais ou fundamentais subdividem-se em três planos, a partir dos quais o nível de inteligibilidade dos dados será gradativamente elevado. Nas palavras de Puntel (2011, p. 149), por um lado, “essas estruturas são concretizadas na ‘aplicação’ aos dados” e, por outro lado, “os dados são incluídos ou integrados n(a dimensão d)as estruturas”. Metaforicamente, é como se as estruturas fossem a “moldura” e o universo do discurso fosse aquilo o que é “emoldurado” no quadro (referencial teórico) da filosofia sistemático-estrutural.

1. OS TRÊS PLANOS DE DETERMINAÇÃO DA LINGUAGEM

A linguagem emerge como central no empreendimento teórico-filosófico de Puntel, uma vez que para ele nada existe que não pos-

1 O termo “dado” não tem o sentido de *sense data*, ou seja, “dado aos sentidos”, corrente na história da filosofia, mas sim consiste em um termo técnico utilizado por Puntel para designar aquilo o que é expresso por uma sentença, i. é, uma proposição.

sa ser linguisticamente articulável. Deste modo, na estruturalidade da linguagem se pode conceber a estruturalidade própria do mundo. Puntel faz uma distinção entre linguagem *natural* e linguagem *artificial*. A linguagem *natural* é a linguagem comum, utilizada no cotidiano para a comunicação intersubjetiva. Ela serve de ponto de partida, uma vez que estamos de antemão inseridos num mundo interpretado, cujos “dados” são linguisticamente articulados. No entanto, para a elaboração de teorias, faz-se necessário o desenvolvimento de uma linguagem que supere as concepções prévias acerca do mundo e considere-o enquanto tal. A esta linguagem mais especializada, Puntel chama de linguagem *artificial* (construída), a qual exerce a função de apresentação teórica do mundo. Para Puntel, há três planos de determinação da linguagem, a saber: 1. contextual; 2. pragmático; 3. semântico.

O primeiro plano de determinação da linguagem é chamado de plano *contextual-cotidiano* (cf. PUNTEL, 2008, p. 198). Nesse plano, a linguagem “natural” é usada para a comunicação e proporciona um entendimento mútuo entre seus usuários. A linguagem natural não exige nenhum vocabulário *pragmático* (por exemplo, “eu afirmo”, “nós afirmamos”) e muito menos vocabulário *semântico* (por exemplo, “é verdade que”). Mas não se pode negar que as sentenças da linguagem natural correspondem ao que elas devem significar. Portanto, essa linguagem natural é completamente determinada. No entanto, essa determinidade da linguagem não é explicitada teoricamente, ou seja, não há uma reflexão linguisticamente articulada sobre a linguagem. Ela é simplesmente utilizada. Essa determinidade da linguagem é proveniente do contexto cotidiano de comunicação, o qual é uma dimensão externa à linguagem. Puntel (cf. 2008, p. 199) afirma que as sentenças dessa linguagem natural são antepostas por um operador contextual que proporciona determinidade. Esse operador contextual ocorre de modo implícito, isto é, não articulado, e pode ser expresso da seguinte forma: “Está contextualmente dado que” (por exemplo: “A neve é branca”). Em resumo: no plano contextual-cotidiano, a linguagem é completamente determinada por uma dimensão externa: o contexto cotidiano de comunicação.

O segundo plano de determinação da linguagem é chamado de plano *pragmático-linguístico* (cf. PUNTEL, 2008, p. 199). Esse plano emerge da reflexão acerca da utilização da linguagem natural no contexto

cotidiano de comunicação. A partir dessa reflexão, a linguagem perde sua determinidade externa (proveniente do contexto de comunicação) e adquire uma determinidade “mista”, ou seja, ao mesmo tempo externa e interna à linguagem. Isto ocorre mediante a aplicação do vocabulário pragmático “é afirmado que” (por exemplo, “A neve é branca”). A determinidade semântico-linguística da sentença é dada tanto pela ação de afirmação (fator externo) quanto pela articulação linguística dessa ação (fator interno). De acordo com Puntel (cf. 2008, p. 200), as sentenças proferidas nesse plano são antepostas implícita ou explicitamente por um operador pragmático linguístico que pode ser expresso da seguinte forma: “pragmático-linguisticamente está posto que” (por exemplo: “A neve é branca”). O “significado” (determinidade semântica) das expressões linguísticas é conferido “através de uma ação linguisticamente articulada como operador de sentenças” (PUNTEL, 2008, p. 200). De modo sucinto: no plano pragmático-linguístico, a linguagem é determinada por um fator externo (ação) e por um fator interno (proferimento da ação).

O terceiro, e mais importante, plano de determinação da linguagem é chamado de *plano semântico* (cf. PUNTEL, 2008, p. 200). Esse plano contém o vocabulário semântico e conseqüentemente a expressão semântica central “verdade(iro)”. As sentenças desse plano semântico são antepostas pelo operador de verdade “é verdade(iro) que” (por exemplo: “A neve é branca”), que possui o caráter de determinação da linguagem. Esse plano é fundamental na medida em que o operador “é verdade(iro) que” não faz referência a fatores externos à linguagem: contextos cotidianos, sujeitos, falantes, agentes, ações etc. Nesse sentido, Puntel (2008, p. 200-201) sustenta que o operador de verdade e o vocabulário semântico são a “dimensão determinativo-linguística da própria linguagem”, pois promovem a determinação puramente interna da linguagem. Isso significa que o vocabulário semântico permite a autodeterminação da linguagem. Em suma: no plano semântico a determinação da linguagem é puramente interna, no sentido de que a linguagem interpreta a si própria.

2. OS TRÊS PLANOS DAS ESTRUTURAS FUNDAMENTAIS DA LINGUAGEM

Há um conjunto de elementos teóricos que, embora sejam comumente utilizados na práxis filosófica, não têm seu significado esclare-

cido com exatidão: “‘conceito’, ‘significado’, ‘valor semântico’, ‘categoria’, ‘proposição’, ‘estados de coisas’, ‘objeto’, ‘fato’, ‘regra (lógica)’” entre outros (PUNTEL, 2008, p. 18). Todos esses elementos teóricos são (re)interpretados na filosofia sistemático estrutural como “estruturas”, ou seja, cada um deles pertence a uma das três espécies de estruturas fundamentais: as estruturas formais, as estruturas semânticas e as estruturas ontológicas.

O plano das estruturas formais fundamentais compreende duas disciplinas não filosóficas autônomas, a saber, lógica e matemática. As estruturas formais são as mais abstratas e universais e constituem a dimensão articuladora, ou seja, a configuração básica do discurso. De acordo com Puntel (2008, p. 229), essas estruturas formais fundamentais desempenham um papel irrenunciável no campo da filosofia sistemático-estrutural.

O plano das estruturas semânticas é um plano “intermediador” entre a linguagem e o mundo. As estruturas semânticas apontam para “algo” que está para além delas, isto é, para o plano ontológico. Uma tese central de Puntel (2011, p. 159) defende que “quando as estruturas semânticas (os *expressa* das sentenças teóricas, as proposições) são *plenamente determinadas*, elas se revelam idênticas ao plano ontológico”.

De acordo com Puntel, a semântica comumente adotada na história da filosofia é a chamada “semântica composicional”, intitulada deste modo por se basear no *princípio da composicionalidade semântica* (PCPS), segundo o qual: “o significado (ou o valor semântico) da sentença é uma função dos significados (ou dos valores semânticos) de seus componentes subsentenciais” (PUNTEL, 2008, p. 247). Este princípio da composicionalidade semântica pressupõe que as sentenças são compostas por sujeito e predicado (seus componentes subsentenciais) e que cada um deles possui seu próprio significado (ou valor semântico). Desse modo, o significado da sentença resulta da soma dos significados do sujeito e do predicado. O significado do sujeito² da sentença é designado como o próprio *denotatum* dessa expressão e é chamado de “objeto (real)” na filosofia analítica.

² Para o significado (ou valor semântico) do predicado há duas interpretações: de acordo com a primeira, interpretação “extensional”, o valor semântico de um predicado consiste no conjunto de objetos aos quais tal predicado se aplica; conforme a segunda, interpretação “intencional”, o valor semântico de uma expressão é identificado com o “atributo” (“propriedades” e “relações”).

De acordo com Puntel (cf. 2011, p. 160), este “objeto real”, sujeito da sentença, não passa de uma outra expressão da categoria de “substância” própria da ontologia tradicional. A “substância” designa “algo” (“substrato”) a respeito do qual podem ser predicadas (atribuídas) propriedades e/ou relações, ou seja, suas determinações. Mas esse “algo” (“substrato”) não pode ser predicado de outra coisa (outro “substrato”). No entanto, se a substância for abstraída de todas as suas determinações (seus atributos: propriedades e/ou relações), restará apenas um substrato indeterminado. Esse substrato indeterminado é vazio de sentido e, conseqüentemente, ininteligível. Portanto, a categoria de substância e, conseqüentemente, a ontologia da substância, devem ser rejeitadas.

Puntel (cf. 2011, p. 160) sustenta que “semântica e ontologia constituem os dois lados de uma mesma medalha” e, portanto, “a semântica composicional [...] pressupõe ou implica uma ontologia de substância”. Devido às suas implicações relativas à ontologia de substância, a semântica composicional é inadequada para fins teóricos. A partir disso, surge a necessidade de se formular uma semântica alternativa, que não implique nem pressuponha a categoria da substância. Esta nova semântica deve abandonar as sentenças com a forma de sujeito-predicado e, portanto, deve ser embasada em outro princípio semântico, a saber, o *princípio do contexto* (PCT)³, segundo o qual: “somente no contexto de uma sentença as expressões linguísticas possuem valor semântico” (PUNTEL, 2008, p. 266). Uma vez que a nova semântica proposta por Puntel se baseia nesse princípio do contexto, ela pode ser denominada “semântica contextual”.

Para negar a ontologia da substância é preciso que as sentenças semanticamente aceitáveis na linguagem filosófica não possuam nem sujeito nem predicado⁴. A essas sentenças, Puntel (cf. 2008, p. 18) deu o nome de “*sentenças primas*”. Uma vez que toda sentença teórica expressa uma proposição, sentenças primas expressam proposições primas. De modo mais exato, uma proposição prima é o *expressum* do verbo que ocorre na sentença prima. O sujeito da sentença (o termo singular)

3 Esse princípio do contexto é conhecido na atualidade como “primazia semântica da sentença” no sentido de que estabelece a primazia semântica das questões acerca da verdade em detrimento das questões sobre significado e referência.

4 Puntel (cf. 2008, p. 268) admite que as sentenças com a estrutura “sujeito-predicado” podem continuar sendo formuladas pelos filósofos enquanto “abreviações cômodas” quase inevitáveis de uma variedade de sentenças primas.

deve ser reinterpretado enquanto uma *configuração* complexa de sentenças primas.

Tomemos como exemplo (cf. PUNTEL, 2008, p. 263) a sentença de sujeito-predicado “Sócrates é um filósofo”. Essa sentença pode ser (re)formulada para fins filosóficos a partir de uma configuração de sentenças primas. O sujeito “Sócrates” pode ser reinterpretado, ou seja, pode ser “desmembrado” e compor as seguintes sentenças primas: “é o caso que Sócrates”, “é o caso que grego”, “é o caso que nasceu em 469 a. C.”, “é o caso que mestre de Platão”, “é o caso que filósofo” etc. De acordo com Puntel (2011, p. 162), “o valor semântico total da sentença ‘Sócrates é um filósofo’ [...] é a configuração de todas as proposições primas expressas por meio das sentenças primas”.

Compreendida estritamente como teoria, a filosofia sistemático-estrutural deve cumprir o “critério de teoricidade”, segundo Puntel (2008, p. 118), o “critério linguístico”. Conforme esse critério linguístico, uma teoria é composta por (ou pressupõe) sentenças teóricas, isto é, sentenças declarativas (ou indicativas) que “expressam como algo se comporta” (PUNTEL, 2011, 152).

A estrutura das sentenças teóricas é apresentada por Puntel (Cf. 2008, p. 119) por meio de uma referência a Ludwig Wittgenstein (*Tractatus*, 4.5), segundo o qual: “a forma geral da sentença [teórica] é: é o caso que assim e assim”. Com isto, Puntel (Cf. 2008, p. 120) apresenta o operador teórico “é o caso que...” enquanto partícula que deve ser prefixada (explícita ou implicitamente) em toda sentença teórica.

O operador teórico “é o caso que...” proporciona à sentença um caráter absoluto, na medida em que não faz referência a quaisquer fatores externos (sujeitos, intersubjetividade, falantes, contextos, situações etc.), mas apenas ao próprio estatuto da teoria enquanto tal. Nesse sentido, a filosofia sistemático-estrutural considera o estatuto teórico como totalmente independente de posturas (inter)subjetivas. Desse modo, Puntel (Cf. 2011, p. 153) se posiciona contrariamente à virada epistêmica da filosofia moderna (caracterizada pela centralidade da subjetividade) e promove uma verdadeira “despotencialização do sujeito” (caracterizada pela centralidade da linguagem).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na obra *Estrutura e Ser*, Lorenz Puntel apresenta sua filosofia como a teoria das estruturas mais gerais do universo ilimitado do discurso. A “estrutura” trata de tudo o que pode ser explicitado pela teoria, ou seja, da totalidade dos temas que podem ser linguisticamente articulados, os quais compõem o “universo do discurso”. Nesse sentido, a linguagem emerge como instância de expressabilidade do mundo e como dimensão articuladora de teorias.

Puntel apresenta três planos de determinação da linguagem: o contextual, o pragmático e o semântico. No plano contextual, a linguagem recebe uma determinação externa, proveniente do contexto de comunicação. No plano pragmático, a linguagem recebe uma determinação ao mesmo tempo externa (da ação) e interna (do proferimento da ação). No plano semântico, a linguagem recebe uma determinação puramente interna, na medida em que interpreta a si mesma, sem referência a contextos, nem a ações ou a agentes etc. Por esse motivo, Puntel considera o plano semântico o mais apropriado para o desenvolvimento de teorias.

Para compreendermos a tese central de que semântica e ontologia se implicam mutuamente, fez-se necessário apresentar os três planos das estruturas fundamentais da linguagem. O plano das estruturas formais é o mais abstrato e constitui a configuração básica do discurso. O plano das estruturas semânticas estabelece a relação entre a linguagem e o mundo. O plano das estruturas ontológicas configura o “algo” a ser articulado pelas estruturas semânticas. Puntel rejeita a semântica composicional e a ontologia da substância, fundadas no princípio composicional, e propõe uma nova perspectiva com base no princípio do contexto. A semântica e a ontologia contextuais adotam um tipo específico de sentenças teóricas que não são formadas por sujeito e predicado, a saber, as sentenças primas. Essas sentenças primas pressupõem o operador “é o caso que”, o qual é puramente teórico na medida em que considera o mundo enquanto tal.

Com base nos planos de determinação linguística (contextual, pragmático e semântico) e nas estruturas fundamentais da linguagem (formais, semânticas e ontológicas) podemos compreender a centra-

lidade da semântica para a elaboração de teorias e, mais especificamente, para o desenvolvimento da filosofia sistemático-estrutural de Lorenz Puntel.

REFERÊNCIAS

PUNTEL, Lorenz Bruno. **Ser e Deus**: um enfoque sistemático em confronto com M. Heidegger, É. Lévinas e J.-L. Marion; tradutor Nélio Schneider - São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2011.

_____. El concepto de verdad: esbozo de una teoría semántico-ontológica, in **Revista Portuguesa de Filosofia**, n. 65, 2009, p. 79-102.

_____. **Estrutura e ser**: um quadro referencial teórico para uma filosofia sistemática; tradutor Nélio Schneider - São Leopoldo, RS: Ed. UNISINOS, 2008.

_____. O conceito de categoria ontológica: um novo enfoque, in **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 104, dezembro, 2001, p. 7-32.

_____. The context principle, universals and primary states of affairs, in **American Philosophical Quarterly**, v. 30, n. 2, 1993, p. 123-135.

OLIVEIRA, Manfredo Araújo de. Metafísica estrutural enquanto Teoria do Ser, in **Sapere Aude**, Belo Horizonte, v. 1, n. 2, novembro, 2010, p. 82-107.

_____. Linguagem e Natureza, in **Natureza e Linguagem na Filosofia**, Maria Aparecida P. Montenegro, Clara Virginia de Q. Pinheiro e Ivânio L. de Azevedo Júnior (organizadores) - Fortaleza, CE: Edições UFC, 2008, p. 357-402.

HERRERO, F. Javier. O desafio que a teoria sistemático-estrutural de Puntel coloca à filosofia atual, in **Kriterion**, Belo Horizonte, n. 125, junho, 2012, p. 7-27.

As diferentes noções de analiticidade no pensamento de Quine*

Leonardo Gomes de Soutello Videira

UNICAMP

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como finalidade explicitar as diferentes posições acerca da noção de analiticidade em três diferentes períodos na filosofia de Willard van Orman Quine. Este trabalho faz parte de uma pesquisa maior na qual após considerarmos estas posições, consideramos as consequências dessas mudanças de opinião para outras partes de seu sistema filosófico, como por exemplo, sua teoria holista e sua crítica ao sistema de Carnap. Antes de partirmos para os argumentos de Quine, acredito que um breve resumo das três fases seja bem vindo.

Como é amplamente conhecido, Quine foi o mais notável opositor a distinção entre enunciados analíticos e sintéticos. Ele desejava mostrar que não é possível que um enunciado seja verdadeiro somente por conta dos significados de seus termos constituintes ou que exista algum enunciado que tenha um valor de verdade que esteja a salvo de revisões. Sua campanha começa oficialmente em 1951 com o lançamento de 'Two dogmas of empiricism' (TDE), onde ele ataca a distinção afirmando que a noção de analiticidade era ininteligível, ou seja, que ela não podia ser claramente compreendida, pois não havia meios

* Gostaria de agradecer a FAPESP que financia a pesquisa da qual este trabalho é parte integrante.

de defini-la sem de alguma forma pressupor a própria noção de analiticidade ou alguma outra noção tão obscura quanto ela, como por exemplo, significado ou sentido.

Em seus trabalhos tardios, *Roots of Reference (RR)* e *Pursuit of Truth (PT)*, Quine admite que a noção de analiticidade seja perfeitamente inteligível, mas ainda assim ele afirma que ela não é de profunda importância para uma boa teoria do conhecimento, pois ela não cumpre as funções que seus defensores gostariam que ela cumprisse.

Contudo, há um período intermediário entre essas duas posições distintas, que é o de *Word and Object (WO)*, onde Quine persiste na ininteligibilidade da analiticidade, porém admite que haja algo parecido, o que ele chamará de analiticidade por estímulo (*stimulus analyticity*). Acredito este seja o ponto em que ele começa a ceder. Em *WO* é onde ele nos apresenta as primeiras ferramentas para construir uma defesa sólida da noção em questão.

Passarei por estes três períodos analisando alguns argumentos de Quine contra a inteligibilidade da noção, mas também levantarei alguns pontos em que sua argumentação parece carecer de uma explicação mais detalhada. Por fim, analisarei brevemente alguns pontos tocados pela mudança de opinião.

ANALITICIDADE ININTELIGÍVEL!

Em TDE, Quine apresenta diversas explicações usadas no decorrer da história da filosofia para se esclarecer a noção de analiticidade. Ele argumenta que todas elas tentam esclarecer a noção de analiticidade por meio de noções que, para serem definidas, fazem uso da própria analiticidade, levando-nos a definições circulares. E, quando conseguimos escapar de raciocínios circulares, estaremos fazendo uso de noções tão obscuras quanto a própria analiticidade. Noções que não são claras até os dias de hoje, como por exemplo, significado e sentido. Podemos dizer que as explicações mais relevantes são as seguintes:

As Kantianas: Na introdução de *A Crítica da Razão Pura*, Kant nos apresenta duas explicações distintas da noção de analiticidade. A primeira é caracterizada por dizer que em uma sentença como “solteiro é homem não-casado”, o predicado “homem não-casado” está de al-

guma forma contido no sujeito “solteiro”. Quine nos mostra que o poder explicativo desse tipo de exemplo é baixo, pois é apenas metáfora e não é possível aplicá-la a todos os casos que consideramos enunciados analíticos. Apenas os enunciados do tipo “S é P” e os redutíveis a estes estariam contemplados. Enunciados do tipo “eu sou ou não sou filho da Laura” estariam de fora. Além disso, Quine requer uma explicação mais detalhada do que significa “estar contido”.

A outra forma que Kant define analiticidade é afirmando que enunciados analíticos são aqueles que quando negados nos levariam a contradições¹ (190-1 B). Por exemplo, “solteiros são solteiros”, que possui uma forma análoga a “Fx é Fx”. Ambas as sentenças quando negadas, transformam-se em contradições da forma “ \neg Fx é Fx”, o que é perfeitamente inteligível e coerente². No entanto, essa explicação não serviria para diversas outras sentenças que cotidianamente nós consideramos analíticas como “solteiros são homens não-casados”, pois estas tem a forma “Fx é Gx”, que quando negada, “ \neg Fx é Gx”, não leva a uma clara contradição. O problema com este tipo de sentença levamos então a outro tipo de explicação.

A Fregeana: Essa explicação é amplamente considerada na literatura como fregeana, embora não esteja explícita em Frege (e particularmente me parece incompatível com o que Frege considera que seja analiticidade em ‘Sobre o sentido e a referência’). Um enunciado seria analítico se for uma verdade lógica ou se seus componentes extra-lógicos forem reinterpretados de uma maneira que a sentença seja transformada em uma verdade lógica³.

Contra essa explicação, Quine argumenta contra a noção de sinonímia. Ele questiona a legitimidade de nossa tradução de “Fx” por “Gx” no modelo acima. Uma resposta simples e padrão seria justificá-la pela equivalência de significados entre os termos, porém ele acredita que a noção de significado é tão obscura quanto a noção de

¹ Note que este tipo de explicação nos permite dizer que sentenças de outros tipos que não “S é P” são analíticas, pois “(eu sou ou não sou filho da Laura)” é uma contradição. Isso nos permite dizer que Kant não conseguiu tirar a noção da obscuridade, visto que há um “duplo padrão” para ela.

² Quine deixa claro neste artigo que ele não vê problema algum com a noção de verdade lógica.

³ Dentro do título “fregeana” estão as explicações que usam o advérbio “necessariamente”, as que se baseiam na intersubstituíbilidade salva veritate e todas as outras que se deparam o o problema da mera co-extensividade dos termos *a* e *b*.

analiticidade, como veremos adiante. Portanto, ele desconsidera explicações que fazem uso da noção de significado até que se apresente uma explicação clara dela ou de alguma outra noção constituinte do vocabulário intensional.

A Carnapiana: Para Carnap, um enunciado analítico é um enunciado que é verdadeiro em função dos significados de seus termos constituintes. Mas um enunciado só pode ter significado e, por conseguinte, ser considerado analítico em relação à linguagem que ele integra. Em outras palavras, o enunciado E é analítico em L, se ele for um enunciado dentre os enunciados que formam L. Mas, além disso, é preciso que eles sejam classificados como analíticos, em oposição aos enunciados sintéticos. Para isso, Carnap propõe que na criação da linguagem, o engenheiro responsável pela criação da linguagem estabeleça uma lista *postulados de significado* (ou regras semânticas) que nos dirão o que significa o que e, por conseguinte, quais enunciados são analíticos.

Sendo assim, Quine nos convida a levantar as seguintes perguntas: quem decide quais enunciados serão colocados dentro dessa lista de postulados de significados? O que nos garante que não estamos colocando enunciados não-analíticos nela? E a primeira coisa que nos vem a mente é: para que a lista seja composta apenas de enunciados analíticos, o engenheiro responsável por ela já deve saber quais enunciados são analíticos e quais não são! Logo, esta explicação possui a mesma falha que as anteriores. Ela já pressupõe a noção de analiticidade – ou alguma noção correlata – para explicar o que é analiticidade. Estamos novamente diante de uma definição circular.

Carnap afirma que os enunciados serão analíticos depois de colocados na lista pelo fato de serem colocadas nesta lista. Porém, isso parece inverter a ordem de fatos daquilo que entendemos por ser verdadeiro. Nós estaríamos “fazendo” algo verdadeiro; seria algo como um “crer para ver”, ao invés de “ver para crer”. E isso é claramente inaceitável.

Em TDE, Quine argumenta fortemente contra a noção de verdade em virtude dos significados dos termos constituintes do enunciado. Contudo, ele parece aceitar tranquilamente a noção de verdade lógica, pois ele não apresenta, neste texto, nenhum argumento contra a inteligibilidade ou a existência destas. Aliás, ele apresenta uma definição suficientemente clara destas ao explicar que “todo solteiro é homem

não-casado” não pode ser considerada verdadeira simplesmente sendo transformada em “todo solteiro é solteiro”. Mas não é isso que ele nos apresenta na conclusão do artigo. Uma das teses fundamentais de *Two dogmas* afirma que nenhum enunciado está imune a revisões, nem mesmo as verdades lógicas. Mas ele não nos apresenta argumento algum para duvidarmos da analiticidade das verdades lógicas. Portanto acreditamos que até este ponto é razoável considerar que verdades lógicas são verdadeiras em função de seus significados; mais precisamente dos significados de seu vocabulário lógico (“e”, “todo”, “nenhum”, “não”, “ou”, etc.)⁴, embora Quine tenha concluído que a distinção entre analiticidade e sinteticidade seja apenas “um artigo metafísico de fé”⁵.

ANALITICIDADE INTELIGÍVEL? (WO):

Quine apresenta em *WO* uma postura mais clara acerca da noção de significado ao apresentar uma teoria mais completa que explique como ocorre a significação que permite a ligação entre enunciados e o mundo. Ele propõe que a significação de uma sentença não seja dada por aquilo que chamamos de significado, uma entidade metafísica que não sabemos explicar ao certo o que é e como age. Quine apresenta então sua noção de significado por estímulo (*stimulus meaning*), a qual faz uso apenas de observações comportamentais para explicar o fenômeno da significação. Neste cenário, a única coisa compartilhada entre as linguagens são os estímulos externos percebidos pelo sujeito⁶.

Em *WO*, Quine entende significado da seguinte maneira: “*significado é, supostamente, o que a sentença compartilha com sua tradução; e a tradução no presente estágio gira apenas em torno de correlações com estimulações não-verbais*”⁷. Isso inviabiliza a explicação de significado como sendo um conteúdo mental dividido entre os falantes.

⁴ Este ponto é apresentado em HAACK em ‘Analyticity and logical truth in *The roots of reference*’.

⁵ TDE, p. 37.

⁶ Para que o argumento de Quine funcione, é preciso imaginar um contexto de tradução radical, que é a tradução de uma linguagem completamente desconhecida para uma linguagem a qual já estamos familiarizados. Em um contexto de linguagens que tem uma mesma raiz ou que já conheçamos algo sobre a cultura dos falantes da outra linguagem, eu não acho que a explicação de Quine funcionaria bem. Sendo assim, acredito que apesar da analogia de Quine funcionar bem para explicar a aquisição de uma linguagem, uma crítica pelo flanco do que realmente acontece com traduções reais de linguagens naturais é bem vinda.

⁷ *WO*, p. 32.

Podemos interpretar as estimulações às quais ele faz referência como sendo algo próximo ao que Russell chamava de *sense data*⁸, aquilo que nós recebemos por meio dos órgãos do sentido. Uma característica importante sobre este estímulo é que ao olharmos, por exemplo, para uma árvore com um ninho de passarinhos, não estamos recebendo informações de uma árvore com um ninho de passarinhos, mas de uma situação com uma certa temperatura, uma forma reta, a cor marrom, a cor verde, formas arredondadas (das folhas e frutos), timbres (do canto dos pássaros), uma textura áspera, etc., que nosso intelecto formará a árvore e o ninho de pássaros.

Quine pede para que imaginemos estarmos na seguinte situação: Somos linguistas que entram em contato com uma tribo indígena da qual não conhecemos nada sobre a língua ou a cultura e queremos construir um manual de tradução entre nossa língua e a deles. Segundo Quine, o modo mais intuitivo de fazermos isso seria, ao avistarmos um coelho, apontaríamos para ele e dizemos “Coelho!”. Intuitivamente o nativo diria “Gavagai!”. Ao avistarmos outro coelho, apontaríamos para ele e perguntamos aos índios “Gavagai?” e obteríamos uma resposta positiva⁹. E assim sucessivamente em todas as seguintes aparições de coelhos, de diferentes tamanhos, cores e raças. Quando confrontados com ratos ou macacos ou cobras e perguntaríamos “Gavagai?” e obteríamos respostas negativas. Temos, então, bons motivos para acreditar que “gavagai” no idioma deles é sinônimo de “coelho” em português.

Poderíamos dizer, então, que o significado de “gavagai” é coelho, pois sempre que um coelho é avistado, nós obtemos uma resposta positiva quando perguntamos “Gavagai?”. Quine, contudo, nos alerta para o seguinte problema: e se os nativos estivessem na verdade assentido para a pergunta “Gavagai?” quando confrontados com uma instância da coelhidade, ou com partes conectadas de um coelho, ou com coelhos na floresta no ano de 500 do calendário Uga-Buga (que são coelhos sagrados diferentes dos coelhos de todos os outros anos e lugares)? Quine afirma que essa é uma situação que não podemos contornar, pois apenas o que temos a disposição para criar nosso manual

⁸ *Problems of Philosophy*, cap. 1.

⁹ A esta altura, já sabemos quais palavras são usadas para assentir e quais são usadas para dissentir.

de tradução, são os estímulos e, portanto, a melhor coisa que podemos ter é um significado por estímulo. O significado por estímulo é “a soma de sua disposição para assentir ou dissentir de uma frase em resposta a uma estimulação presente”¹⁰. Ou seja, o que nos dá a significação de “gavagai” é a soma das situações em que eu estive e estaria disposto a assentir ou a dissentir a pergunta “Gavagai?”.

Esta noção de significado por estímulo permite-nos, então, falar de sinonímia por estímulo, pois com certeza duas sentenças podem ter o mesmo espectro de assentimentos e dissentimentos, ou seja, podemos sempre dissentir ou assentir igualmente para duas sentenças distintas, quando confrontados sempre com os mesmos estímulos. No entanto, Quine nos adverte que devido a diferenças de informações colaterais nos estímulos em que percebemos coelhos (como os arbustos em volta do coelho, os sons que o coelho faz, etc.), informações que podem ser relevantes para que uma pessoa assinta para “gavagai” como “coelho na floresta no ano de 500 do calendário Uga-Buga” mas dissinta para “coelho” e para outra seja relevante para assentir apenas para “coelho”; só podemos falar de sentenças sinônimas por estímulo para um mesmo indivíduo. Isso impossibilita usar este tipo de noção para esclarecer a analiticidade, pois o que desejamos ao definir analiticidade é ter sentenças verdadeiras em função de seus significados, as quais os valores de verdade estejam a salvo de revisões, sentenças que sejam eternamente e universalmente verdadeiras *para todos nós*.

Para reforçar esta posição, Quine nos apresenta exemplos mostrando que esse tipo de sinonímia não funciona como nós gostaríamos em todos os casos (por exemplo, a definição de momentum¹¹) e por isso ele continua a descartar esse tipo de noção como possibilidade de esclarecer algo sobre a analiticidade.

Porém ele nos apresenta algo próximo do que desejamos com o conceito de analítico por estímulo. Uma sentença analítica por estímulo – para um determinado sujeito – seria aquela que independentemente dos estímulos apresentados jamais geraria dissentimento quando perguntada a este indivíduo. Sendo assim “solteiro é homem não-casado” jamais seria falseado, pois nenhum estímulo apresentado causaria disposição de dissentimento a um falante que entende o que

¹⁰ WO, p. 34.

¹¹ WO, p. 56-7.

significa “solteiro”, “é” e “homem não-casado”. Em adição, ele afirma que poderíamos chamar a sentença de socialmente analítica por estímulo, caso dentro de uma determinada comunidade linguística o mesmo processo ocorresse. Contudo, Quine nos joga um balde de água fria ao nos lembrar que “existiram cães pretos” também não pode ser falseado por nenhum estímulo que nos possa ser apresentado, pois podemos ser confrontados com qualquer estímulo no mundo atual e nunca teríamos um estímulo relevante para negarmos esta sentença. Mais precisamente, porque nada mudará o fato de que houve cães pretos no mundo. Portanto, pelos critérios estabelecidos perdemos aquela característica que procurávamos atribuir aos enunciados analíticos – e apenas a eles –, a saber, a necessidade.

Deste modo, para salvarmos analiticidade com todos os atributos que desejamos, precisamos combater o modelo de significação proposto por Quine. É precisamente isso que diversos críticos de Quine fizeram. Talvez o que tenha desenvolvido uma posição mais interessante acerca do problema tenha sido Putnam. Na contramão de todos os outros críticos que tentavam reestabelecer a dicotomia entre enunciados sintéticos e analíticos, ele aceita a crítica de Quine à importância exacerbada dada à distinção, bem como alguns de seus argumentos e exemplos relacionados à sinonímia e à analiticidade. Mas ele acredita que o problema esteja em tentar delinear uma dicotomia analítico/sintético. Ele propõe que na verdade exista uma miríade de categorias de sentenças que devem ser levadas em conta, mesmo dentro da categoria de enunciados de identidade¹².

Em adição a isso, uma questão que passa quase sem ser tocada pelos comentadores em tanto em *WO* quanto em *TDE* é a questão da analiticidade das verdades lógicas. Sobre o caso em *TDE*, já apresentamos nossos pensamentos acima. Em *WO*, nos parece que Quine dá um tiro no pé ao afirmar que os conectivos lógicos podem ser traduzidos com sucesso em seu contexto de tradução radical. Essa conclusão por parte de Quine corrobora ainda mais o ponto que levantamos sobre *TDE*. Se assim for o caso, as verdades lógicas podem sim ser consideradas verdadeiras em virtude de seus significados.

¹² ‘The analytic and the synthetic’, p. 64-5.

ANALITICIDADE INTELIGÍVEL! (RR & PT):

Em *RR*, encontramos uma mudança de opinião de Quine acerca da possibilidade de traduzir constantes lógicas com exatidão. Ele agora acredita que não há segurança naquilo que diz respeito à tradução das constantes lógicas também. O que resolveria o problema das verdades lógicas sendo verdades em função dos significados das constantes lógicas. Porém, contrariando as expectativas, ele apresenta uma postura um pouco mais receptiva à analiticidade. Baseado no mesmo modelo de significação apresentado em *WO*, ele propõe que a analiticidade deva ser entendida como algo atribuído ao caráter social da linguagem, e não intrínseco a linguagem em si. Ele diz:

*“Linguagem é social, e analiticidade, sendo a verdade que é baseada na linguagem, deve ser social também. Aqui, então, nós podemos finalmente ter uma ideia do conceito de analiticidade: uma sentença é analítica se todos aprendem que é verdadeira por aprender suas palavras. Analiticidade como observacionalidade, se articulam na uniformidade social.”*¹³

Podemos, então, afirmar que Quine admite que analiticidade é uma noção inteligível e que ela nos fornece, em algum sentido, uma verdade por meio dos significados de suas palavras.

Em *PT*, onde podemos dizer que encontramos a última versão do sistema quineano de pensamento, encontramos passagens que Quine admite a inteligibilidade da noção de sinonímia, o que nos permitiria facilmente construir uma explicação inteligível da analiticidade. Em *PT*, ele escreve: *“Se pudermos intercambiar duas expressões sem perturbar o conteúdo empírico de qualquer contexto testável, não seriam eles similares em significado?”*¹⁴ e *“Sentenças são cognitivamente equivalentes, podemos dizer, se trocarmos uma pela outra não afetar o conteúdo empírico de qualquer conjunto de sentenças”*¹⁵. Quine parece continuar não aceitando a noção de significado, mas ele parece admitir outras noções que cumpririam as funções da noção de significado – ao menos para a discussão da analiticidade –, a saber, a noção de conteúdo empírico e aparentemente uma noção de valor cognitivo.

¹³ *RR*, p. 79.

¹⁴ *PT*, p. 53.

¹⁵ *Idem.* p. 54.

Além disso, encontramos em *PT*, uma explicação da analiticidade que parece explicar perfeitamente como é possível entender a noção do modo que Kant nos explica na introdução da *CRP*: “*Chame um categórico de observação analítico para um falante se, como em ‘tordos são aves’, para ele o significado por estímulo afirmativo de um componente está incluso no outro. Do contrário, sintético.*”¹⁶

Estas passagens nos dão segurança suficiente para afirmar que Quine aceita a inteligibilidade da noção de analiticidade e das noções correlatas do vocabulário intensional.

Agora, não seriam estas concessões suficientes para defensores do modelo carnapiano de significação? Afinal, como acabamos de ver, Quine defende que analiticidade é algo relativo a uma linguagem (ou a um grupo linguístico que aceita determinadas convenções de significados). Isso não seria evidência suficiente para admitirmos que seja possível construir um modelo de teoria do conhecimento aos moldes desejados por Carnap? Acredito que sim, pois a questão da analiticidade não parece mais ser um problema para a teoria carnapiana. Ambas as teorias, tanto a de Carnap, quanto a de Quine, parecem estar no mesmo pé de igualdade na disputa para sabermos qual será nossa teoria do conhecimento vigente. Teremos que escolher por outros critérios, sejam eles simplicidade, elegância ou o que quer que seja, mas não será por ininteligibilidade conceitual em oposição à clareza conceitual.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, passamos por três fases do pensamento de Quine e apresentamos suas diferentes posições acerca da noção de analiticidade, a saber, a primeira encontrada em ‘Two dogmas of empiricism’, onde ele nos propõe que abandonemos a noção e suas noções correlatas sob a acusação de ininteligibilidade; a segunda, em *Word and Object*, onde ele apresenta mais razões para abandonarmos a noção, mas ao mesmo tempo nos apresenta ferramentas para defendermo-la; e a terceira, em *The Roots of Reference* e *Pursuit of Truth*, onde ele admite a inteligibilidade da noção e nos apresenta explicações plausíveis dela e de outras noções do vocabulário intensional. Além disso, apresentamos algumas questões que foram pouco tocadas por comentaristas até

16 *PT*, p. 16.

então, como a ausência de argumentos contra a concepção de verdades lógicas como analíticas nas duas primeiras fases e os efeitos da aceitação da analiticidade para a crítica de Quine à Carnap.

REFERÊNCIAS

FREGE, G. Sobre o Sentido e a Referência. In: _____. *Lógica e Filosofia da Linguagem*. Seleção, introdução, tradução e notas de P. Alcofrado. São Paulo: EDUSP, 2009. 129-158.

HAACK, S. 'Analyticity and logical Truth in *The Roots of Reference*'. *Theoria*, v. 43, p. 129-143. 1977.

RUSSELL, B. *The Problems of Philosophy*.. Oxford: Oxford University Press. 1912.

PUTNAM, H. The analytic and the synthetic. In: _____. *Mind, language and reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975. Philosophical Papers. v. 2.

QUINE, W. O. *From a logical point of view*. Cambridge: Harvard University Press, 1961

_____. *Pursuit of truth*. Cambridge, Mass.; London: Harvard University Press, 1992.

_____. *The Roots of Reference*. La Salle: Open Court, 1973. The Paul Carus lectures, 14

_____. *Word and object*. Cambridge: MIT Press, 1960.

Internismo e externismo semântico

Bruno Fernandes de Oliveira

UNIOESTE-PR

INTRODUÇÃO

Este artigo tem como objetivo apresentar e investigar o problema do significado no âmbito do externismo semântico, proposto por Hilary Putnam, e da teoria internista de John Searle. Tal proposta tem a intenção de mostrar a contribuição de Putnam a favor do externismo e as críticas da teoria internista desenvolvida por Searle.

Em *The Meaning of 'meaning'* (1975), Putnam apresenta suas teses a favor do externismo semântico e suas críticas ao individualismo (ou teoria semântica tradicional), às quais causaram um grande impacto na filosofia da linguagem e da mente. Tais teses têm como objetivo fundamental refutar basicamente toda teoria que, em particular, sustenta que o conhecimento, os estados mentais e os significados das palavras são processos eletroquímicos do cérebro. Anos mais tarde, John Searle publica a obra *Intencionalidade* (2002 [1983]), terceiro livro de uma série de estudos sobre a mente e a linguagem. Nesta publicação, encontramos críticas diretas à teoria externista semântica de Putnam. O objetivo de Searle é desenvolver uma teoria da intencionalidade como solução para os problemas mais discutidos e emblemáticos da história da filosofia, dentre eles, uma teoria do significado, da referência, problema mente-corpo e teoria dos nomes próprios. Ambas as teorias buscam

determinar como podemos instanciar o significado, ou seja, perguntam-se: é através da relação mente humana com o mundo externo que formamos o significado? Os significados são simplesmente produto do nosso cérebro? Será que os significados são produtos da vida biológica ou são formados através de uma relação causal com o mundo externo? Como a linguagem se relaciona com o mundo? O significado é uma entidade privada mental ou pública? No percurso do artigo apresentaremos as contribuições de cada teoria (externista e internista) acerca dos questionamentos levantados.

De acordo com Putnam, os significados dos termos linguísticos e seus correlatos mentais estão relacionados com o mundo físico-social-linguístico, isto é, atribuir significado ao termo depende, ao menos em parte, do mundo físico-social-linguístico. Trata-se, portanto, de uma relação causal da mente humana com o mundo. E para refutar a teoria semântica tradicional, Putnam formulou o experimento mental da Terra Gêmea, mais adiante retornaremos a ele. Em suma, Putnam atribuiu que os significados não são instâncias privadas mentais, ou seja, o único lugar que os significados estão é no mundo externo, ou seja, corte a torta da forma que desejar, os significados não estão na cabeça (PUTNAM, 1975, p. 227)¹.

Por sua vez, Searle afirma que todas as teses externistas são falsas e que não precisamos introduzir uma relação causal-externa para explicarmos a relação das palavras com o mundo. Neste sentido, o filósofo tenta responder aos ataques realizados a tradição internista, ou teoria semanticista tradicional.

A dicotomia internismo e externismo semântico, no atual contexto filosófico, é sem dúvida um dos problemas mais debatidos, muitas teses são desenvolvidas tanto no campo do internismo quanto no externismo. No que segue apresentaremos de forma detalhada as contribuições que as teorias externistas e internistas de Putnam e Searle trouxeram a teoria do significado.

1. EXTERNISMO SEMÂNTICO

O externismo é uma teoria semântica focada nos problemas originados da questão da referência e significado dos termos linguísticos

¹ Cut the pie any way you like, 'meanings' Just ain't in the head!

e seus correlatos mentais. A teoria propõe que os significados das palavras e dos estados mentais estão relacionados com o mundo físico-social-linguístico, isto é, atribuir significado ao termo depende, ao menos em parte, do mundo físico-social-linguístico. Trata-se, portanto, de uma relação da mente humana com o mundo. Saul Kripke e Hilary Putnam foram os primeiros a formular o modelo externista contra a teoria semântica tradicional. Segundo tais teorias, o significado de um termo é determinado através de uma cadeia causal externa que liga o termo a uma sequência de eventos externos ao falante.

Saul Kripke, um dos fundadores do externismo semântico, apresenta em sua obra *Naming and Necessity* (1972) críticas às teorias descritivistas dos nomes próprios. Seus ataques são diretamente ligados ao problema da referência dos termos, e suas teses pretendem solucionar algumas dificuldades das teorias anteriores, como por exemplo, a de Russell. Para os semanticistas tradicionais, nomes próprios referem-se a um objeto em virtude de satisfazer uma descrição definida ou um conjunto de descrições definidas associadas ao nome próprio dos falantes. Kripke apresenta o argumento modal para mostrar a impossibilidade de tal tese. Para ele os nomes próprios são “designadores rígidos”², ou seja, quando fixados aos seus referentes são designadores destes em todas as possíveis situações (como diz Kripke, “mundos possíveis”) em que eles existem. O nome de um falante se refere àquela pessoa mesmo quando outro falante usa o nome e possui crenças profundamente equivocadas acerca do indivíduo que o carrega. Assim, o nome “Platão” refere-se a Platão mesmo quando um falante se engana sobre as classes mais importantes desse nome. Nesse sentido, as descrições podem “fixar a referência” de certo termo, a saber, Platão, mas não são parte do significado do nome e nem asseguram a referência quando do seu uso. No entanto, isso é feito de maneira mais direta, por meio de uma cadeia causal, pela qual o nome é transmitido de um falante para o outro.

² Por designador rígido devemos entender todos aqueles termos (no caso aqui termos para tipos naturais) que designam apenas um objeto, seja ele em qualquer mundo possível, ou seja, quando aponto para um copo com H₂O e digo que dentro do copo contém água, esse líquido que estou afirmando que é água deve ser o mesmo líquido que preenche o copo em todos os mundos possíveis. Além de tipo natural, um nome pode ser um designador rígido, porém sua descrição não. Ou seja, “o autor de *The meaning of ‘meaning’*” é uma descrição que designa Hilary Putnam, porém devemos levar em consideração que “o autor de *The meaning of ‘meaning’*” poderia ser outra pessoa. Logo, ele não designa o mesmo objeto.

Putnam nos seus artigos *Is semantics possible?* (1975), *Meaning and Reference* (1973) e posteriormente de forma mais elaborada em *The Meaning of 'meaning'* (1975) realiza uma crítica à teoria semântica tradicional afirmando que tal teoria se baseia em propriedades falsas das palavras. Putnam afirma que a teoria tradicional se baseia nas seguintes premissas:

(I) Saber o significado do termo consiste apenas em estar num determinado estado psicológico.

(II) A intensão³ (sentido) de um termo determina a sua extensão (referência), ou seja, termos com a mesma intensão, logo, a extensão também será a mesma.

Aqui, Putnam apresenta a incoerência que a teoria semântica tradicional se baseia, ou seja, para os semanticistas tradicionais, são os estados psicológicos, ou estados mentais, dos indivíduos que determinam os significados dos termos de forma isolada, isto é, pertencentes à mente individual. Putnam reconhece nas premissas um viés internista.

De acordo com Putnam, estados psicológicos (ou estados mentais) são estados intencionais (acerca de algo). Podemos caracterizar que estados intencionais são do tipo “*x* deseja que *p*”, isto é, quando um indivíduo possui um conteúdo intencional acerca do que ele deseja. Os estados psicológicos podem também ser divididos em “sentido estrito e sentido lato”. De certa forma, “estados psicológicos em sentido estrito” é o que não pressupõe nada além da mente do indivíduo. Já no estado psicológico em sentido lato os conteúdos dependem do mundo externo para se relacionarem. Putnam vai atribuir que o erro da teoria tradicional é dar importância ao estado psicológico em sentido estrito, assim ele o chama de “solipsismo metodológico” (Cf. PUTNAM, 1975, p. 220).

A teoria tradicional afirma que o conteúdo intencional do indivíduo é totalmente independente do mundo externo. Ou seja, a extensão é determinada independentemente da relação da mente com qualquer coisa exterior. Nesse sentido, são os *estados psicológicos em sentido estrito*

³ É importante destacar a diferença entre “intensão” e “intenção”. Em filosofia da linguagem e semântica utiliza-se o conceito intensão para referenciar um objeto. No entanto, o conceito intensão pode ser o significado cognitivo de uma expressão linguística. É neste sentido que usaremos o conceito de intensão, como o significado cognitivo de uma expressão linguística. Já o conceito de “intenção” é um termo filosófico que vem do conceito de “intencionalidade”.

que determinam a extensão de um termo. Portanto, para a teoria tradicional os significados estão na cabeça.

Na tentativa de refutar a teoria semântica tradicional, Putnam apresenta dois argumentos, a saber: o argumento da Terra Gêmea (*Twin Earth*) e A Divisão Sócio-Linguística (*A socio-linguistic hypothesis*). No primeiro argumento, considerado um dos mais influentes e mais importantes experimentos mentais da filosofia, Putnam apresenta dois falantes, F_1 e F_2 , que se encontram num mesmo estado psicológico, ambos podem cumprir a mesma intensão de um termo, porém o termo cumpre diferente extensão. No segundo argumento, Putnam apresenta que a definição do significado se dá através da coletividade, ou seja, é através da relação de um indivíduo com um especialista que atribuímos significado ao termo de espécie de tipo natural (*natural kinds*). No que se segue trataremos ambos mais detalhadamente.

2. TERRA GÊMEA (*TWIN EARTH*)

Um dos problemas de maior relevância acerca do externismo semântico em filosofia da mente e da linguagem é o seguinte problema: o significado é uma entidade privada mental? Ou seja, quando comunicamos a palavra tigre, o significado de tigre é uma entidade mental, ou o significado ultrapassa o campo do mental, estabelecendo uma relação da mente com o mundo externo?

Putnam, em seu artigo *Meaning and Reference* (1973), afirma que o significado não pode ser uma entidade privada mental e que os semanticistas tradicionais caíram num erro ao rejeitar que os significados são entidades mentais. Segundo Putnam, a doutrina tradicional pensou os conceitos como algo mental, ou seja, o significado de um termo é um conceito ou uma crença que os falantes associam ao termo. É com o intuito de refutar essa teoria que Putnam formulou o experimento mental da Terra Gêmea.

Em *The Meaning of 'meaning'* (1975), Putnam apresentou o argumento clássico a favor do externismo semântico: o argumento da Terra Gêmea⁴. Nessa ficção ou hipótese de pensamento, Putnam faz com que se imagine viajar para um mundo idêntico a Terra. O filósofo pede que se imagine uma Terra idêntica a esta, molécula por molécula, porém,

⁴ Em *Meaning and Reference* (1973) encontramos o argumento da Terra Gêmea.

a água da Terra Gêmea não possui as mesmas propriedades químicas que a água da Terra possui, ou seja, H_2O . Mas ela possui a mesma propriedade fenomênica: é incolor, bebível, corre nos rios, lagos e etc.. A água da Terra Gêmea é composta pelos elementos químicos XYZ. Agora, imagine-se que nessa Terra há alguém fisicamente idêntico a um terráqueo em todos os aspectos. Imagine-se também que esse alguém (Putnam vai chamar esse terráqueo gêmeo de *Doppelgänger*, do alemão para duplo ou gêmeo) e o terráqueo se encontrassem num dia muito quente e acabassem bebendo um copo de água para saciar a sede, ambos têm o pensamento de que a água está refrescante. A questão que surge é: será que ambos pensam a mesma coisa, a referência sendo diferente? O argumento de Putnam que segue é que embora os falantes estejam no mesmo estado psicológico, eles não entendem a mesma coisa, pois o falante da Terra significa a palavra água como sendo H_2O e o gêmeo significa a palavra água como sendo XYZ.⁵ A partir deste ponto, Putnam apresenta seu *slogan* - os significados não estão na cabeça.

Pode-se dizer que os significados das palavras e dos pensamentos dependem em parte das relações com o entorno físico e social, ou seja, a intencionalidade (a direção do pensamento do falante a uma referência) depende do contexto. O que Putnam propõe é que quando o terráqueo diz a palavra água (H_2O) e o seu gêmeo diz a palavra água (XYZ) ambos estão no mesmo estado psicológico, ou seja, a intensão é a mesma, mas a extensão é diversa. Portanto, o estado psicológico de ambos não é suficiente para determinar a extensão da palavra. Logo, os significados não estão na cabeça.

3. A DIVISÃO SÓCIO LINGUÍSTICA

O segundo grande argumento que Putnam apresenta, a saber, a divisão sócio linguística, consiste na relação do indivíduo com o seu entorno social, ou seja, é através do indivíduo com o mundo físico ou social e junto com um especialista que atribuímos significado as espé-

⁵ Segundo Putnam, 1996, p. XVII "O significado é diferente porque o assunto é diferente. E aponte que o falante da Terra e o seu *Doppelgänger* podem estar no mesmo estado cerebral neurônio por neurônio, e ainda assim poderia ser o caso de que o terráqueo significa pela palavra "água" não ser o que o terráqueo -gêmeo significa com a mesma palavra. Foi neste ponto que escrevi: "corte a torta da forma que desejar, os significados não estão na cabeça."" [Tradução nossa.]

cies de tipo natural (*natural-kind*). Putnam parte da tentativa de mostrar que quando falamos em espécies de tipo natural, como por exemplo: árvores, alumínio, água e ouro - podemos estar atribuindo significado a algo que na realidade não é o seu significado original. E para provar que o significado é formado através de uma relação de um leigo com um especialista, o filósofo, nos permite pensar em duas árvores que crescem no leste dos Estados Unidos, a saber: olmo e faia. O que Putnam pretende aqui é mostrar que as árvores apresentam aparências fenomênicas idênticas. No entanto, são espécies distintas. Por sua vez, como podemos atribuir significados as árvores? Como podemos dizer que tal árvore é olmo e a outra é faia? Será que podemos atribuir significados simplesmente a sua forma fenomênica?

Para Putnam isso é impossível, os significados não podem ser atribuídos simplesmente pela sua forma fenomênica, se acaso ocorresse tal possibilidade, poderíamos confundir e atribuir significados errôneos as árvores, portanto, precisamos dos especialistas. Segundo Putnam, quando um falante tem acesso ao olmo e a faia, ele se encontra em um determinado estado psicológico, mas a extensão é diferente. Ou seja, no idioleto de cada indivíduo a intensão é a mesma, mas a extensão é diversa, isto é, faia denota faia e olmo denota olmo. Portanto, estados psicológicos idênticos e extensões diferentes.

Putnam também utiliza um exemplo acerca do ouro, já que o ouro é um objeto muito valioso e importante para pessoas. O ouro representa, para determinadas pessoas, *status* na sociedade, união entre duas pessoas (em forma de aliança), riqueza, felicidade, etc. Sobretudo, o ouro é um símbolo muito importante em uma sociedade. Não é de prática utilizar uma bijuteria ou uma jóia banhada a ouro em uma cerimônia de casamento, é claro. Mas Putnam permite aos seus leitores imaginar que em um casamento, um indivíduo trocasse a aliança por uma jóia sintética, com aparências idênticas e que pudesse confundir os noivos. Dessa forma, partiríamos da seguinte interrogação: será que os noivos, leigos em jóias, podem definir ou podem afirmar que aquela aliança é de ouro?

Tudo leva a acreditar que não. Putnam, parte dessa negação para afirmar que os significados não estão na cabeça. Os significados são atribuídos em comunidade, ou seja, é somente um especialista que poderá afirmar que a aliança dos noivos é realmente de ouro.

De acordo com Putnam, a divisão sócio linguística funciona somente em determinados casos ou quando a ciência já está em sua fase estabelecida e bem projetada, e que termos para tipos naturais têm um componente indexical escondido, é através desse componente que a sua referência é fixada. Putnam também afirma que a referência somente é fixada através de uma “definição ostensiva”. No entanto, é dessa forma que podemos atribuir e explicar o significado para termos de tipo natural.

Aqui segue de forma mais didática as seguintes teses de Putnam:

- Termos para tipos naturais têm um elemento indexical escondido, algo que observamos pelo modo como a sua referência é fixada – por definição ostensiva.
- Termo para tipo natural é apreendido por definição ostensiva.

A noção de indexicalidade na teoria do significado de Putnam toma uma grande proporção. Ele afirma que existem duas maneiras de apreendermos significados para termo de tipo natural, a saber, por “definição ostensiva” e “descrição”. No primeiro caso, ao dizer a alguém o significado de um termo de tipo natural, basta apontar, por exemplo, para um copo de água e afirmar que “isto (líquido) é água”, ou em outro caso, por exemplo, limão; basta apontar para o limão e dizer “isto (fruta) é limão”, na qual as palavras “fruta” e “líquido”, entre parênteses, são para indicar os *marcadores* que podem ser explícitos e implícitos. No segundo caso, Putnam apresenta que a apreensão do significado por descrição pode apresentar da seguinte maneira: “condição necessária” ou “estereótipo”. Ou seja, para que olmo cumpra condição necessária, basta afirmar que é uma árvore muito antiga. Ou no caso de tigre, basta afirmar, é um animal de quatro patas, listas pretas num fundo amarelo, ou vice versa. Em suma, Putnam define que o significado de termos de tipo natural, por descrição, é o mesmo que trocar os “marcadores” pelos “estereótipos”, isto é, os estereótipos cumprem a mesma função dos marcadores, haja vista, que o estereótipo de tigre é “animal”, de água é “líquido” e assim por diante.

A defesa que Putnam apresenta sobre os indexicais é a seguinte: água tem que cumprir a mesma relação de condição em qualquer mundo possível, isto é, água tem que cumprir a relação “mesmo líquido que” em qualquer lugar.

Sendo assim, existe um componente indexical não mencionado para o termo água, ou seja, água em qualquer mundo possível tem que cumprir a mesma relação, “mesmo líquido que”, para ser considerada água. Portanto, palavras de espécie de tipo natural são designadores rígidos.

4. SEARLE E O SIGNIFICADO

Durante o século XX filósofos como Kripke, Putnam e Burge apresentaram suas teorias acerca do problema do significado. Tais teorias se baseiam em experimentos mentais, ou seja, são esses experimentos que mudam o modo de pensar dentro da filosofia da linguagem e da mente, no atual contexto filosófico. Contudo, essas teorias abrem na contemporaneidade, o debate filosófico mais problemático acerca do significado, a saber, a dicotomia entre internismo e externismo semântico. Essas teorias são debatidas no campo da filosofia da linguagem (tomam como posição o conteúdo da frase) e da filosofia da mente (assumem uma posição acerca do conteúdo de crenças), ou seja, a teoria externista e a internista tratam tanto da natureza do significado como da natureza do mental. Sobretudo, essas posições ao explicar o problema do significado, tanto da filosofia da linguagem e da mente, partem de uma explicação um tanto quanto opostas, isto é, a explicação que a teoria internista atribui é que o significado ou o conteúdo mental dependem integralmente do indivíduo; caso oposto acontece com a explicação externista, ou seja, o significado ou o conteúdo mental depende, pelo menos em parte, do mundo, isto é, através da relação do mundo com o indivíduo que se formam os significados. Segundo André Leclerc:

O externismo semântico, em filosofia da mente, é assim uma tese sobre a individuação dos atos, eventos e estados mentais. O externismo corresponde à tese de que pelo menos alguns de nossos estados mentais têm um conteúdo lato; a posse desses

estados mentais pressupõe, portanto, a existência de algo fora do sujeito, tem um caráter “*de re*”: eles são “*existence-dependent*” e “*object-dependent*”. O internismo ou solipsismo metodológico é a tese de que todos os estados mentais têm conteúdo estreito, e poderiam ser possuídos por um cérebro-numa-cuba (LECLERC, 2010, p. 311).

Um dos grandes nomes que defende o internismo e que faz diversas críticas ao externismo semântico de Putnam é o filósofo estadunidense John Searle. Para Searle, os atos de fala, a linguagem, a intencionalidade e os estados mentais são extensões das capacidades biológicas da mente. Segundo Searle:

Penso nos estados, processos e eventos Intencionais como parte da história de nossa vida biológica, do mesmo modo que a digestão, o crescimento e a secreção de bÍlis fazem parte da história de nossa vida biológica. De um ponto de vista evolucionário, da mesma forma como há uma ordem de prioridade no desenvolvimento de outros processos biológicos, há uma ordem de prioridade no desenvolvimento dos fenômenos Intencionais. Nesse desenvolvimento, a linguagem e o significado, ao menos no sentido que lhes é atribuído pelos seres humanos, surgiram bem tardiamente (SEARLE, 2002, p. 223).

O filósofo apresenta em sua obra *A redescoberta da mente* (1997 [1992]) que “os fenômenos mentais são causados por processos neurofisiológicos no cérebro, e são, eles próprios, características do cérebro” (SEARLE, 1997, p.07). Para distinguir tal tese, Searle atribui uma nomenclatura para essa teoria, a saber, “naturalismo biológico”⁶.

O “naturalismo biológico” é uma teoria, na qual, a mente é entendida como fenômeno natural e biológico. O filósofo entende a mente como natural, no âmbito dela ser basicamente como algo físico, ou seja, da mesma categoria das montanhas, camada de ozônio, moléculas, entre outros. Já no sentido biológico, Searle entende a mente como se fosse uma propriedade do cérebro, isto é, como os outros órgãos

⁶ Não é a minha intenção neste artigo tratar prontamente do naturalismo biológico de Searle, pois correremos o risco de estender demais o trabalho. Vamos apresentar de forma singular, porém cuidadosa, o problema do naturalismo biológico para o filósofo estadunidense, e entender a importância do mesmo para a compreensão da teoria do significado internista de Searle.

do corpo humano; por exemplo, o estômago tem como propriedade a digestão. Portanto, a propriedade do cérebro é a própria mente.

Searle ao propor o naturalismo biológico tem como objetivo principal combater as teorias materialistas e dualistas. Para o filósofo, o famoso problema mente e corpo tem uma solução simples, a qual é possível pelo naturalismo biológico.⁷ E por conta de seu naturalismo, Searle atribui que a filosofia da linguagem é um ramo da filosofia da mente (Cf. SEARLE, 1997, p.01). Dessa forma, se os problemas da mente não forem dissolvidos, logo os problemas da filosofia da linguagem não serão também dissolvidos. Segundo Searle:

Algumas vezes, erros na filosofia da mente produzem erros na filosofia da linguagem. A meu ver, uma tese inverossímil na filosofia da linguagem, que vem do mesmo grupo de exemplos que acabamos de considerar, é a concepção de que os significados estão envolvidos não há absolutamente quaisquer fatos significantes além de padrões de comportamento verbal (SEARLE, 1997, p.16).

De certa forma a teoria naturalista de Searle, de que atos de fala, intencionalidade, consciência e estados mentais são meramente produtos da vida biológica do nosso cérebro, ou seja, são causados por processos neurofisiológicos, causa em alguns filósofos materialistas e dualistas um certo desconforto, haja vista que ambas as correntes não partilham de um naturalismo. Searle também critica a ciência cognitiva, de repetir os mais absurdos erros dos behavioristas, de estudar somente os fenômenos observáveis e não dar uma atenção a própria mente, é nesse sentido que Searle afirma que “quando esses cientistas abriram a grande caixa-preta, só encontraram lá dentro uma porção de pequenas caixas-pretas” (SEARLE, 1997, p.03).

Após termos explicado brevemente o naturalismo que Searle atribui a sua filosofia, precisamos entender como ele fundamenta a sua teoria do significado. Para isso, Searle publica as obras: *Atos de Fala* (1994 [1969]), *Expressão e Significado* (1995 [1979]) e *Intencionalidade* (2002 [1983]) uma coleção que busca estabelecer um estudo correlato sobre a mente e a linguagem. Já em *Atos de Fala*, Searle apresenta uma

⁷ Para uma melhor compreensão, vide o capítulo 1, “O que há de errado com a filosofia da mente”, da obra *A redescoberta da mente* (1997) de John Searle.

linguagem ou atos de fala em uma propriedade física, ou seja, quando falamos, o falar está relacionado com o nosso modo de agir.⁸ Sendo assim, devemos nos perguntar, mas o que é ato de fala? Segundo Searle:

Toda a comunicação linguística envolve atos linguísticos. A unidade da comunicação linguística não é, como se tem geralmente suposto, o símbolo, a palavra, ou a frase, ou mesmo a ocorrência do símbolo, palavra ou sentença na execução do ato de fala. Considerar a ocorrência como uma mensagem é considerá-la como uma ocorrência produzida ou emitida. Mais precisamente, a produção ou a emissão de uma ocorrência de frase sob certas condições é um ato de fala, e os atos de fala são a unidade básica ou mínima da comunicação linguística. Um modo de compreender este ponto de vista é perguntar qual a diferença entre considerar um objeto como um exemplo de comunicação linguística e não considerá-lo sob este ângulo. Uma diferença crucial é a seguinte: quando consideramos que um ruído ou uma inscrição numa folha de papel constituem, enquanto mensagem, um exemplo de comunicação linguística, uma das coisas que devemos supor é que o ruído ou a marca foram produzidos por um ser, ou seres mais ou menos semelhantes a nós, e foram produzidos com certas intenções. Se nós considerarmos o ruído ou a marca como um fenômeno natural, tal qual o vento nas árvores ou uma mancha no papel, excluí-los-emos da classe de comunicação linguística, mesmo que o ruído ou a marca não possam ser distinguidos de palavras faladas ou escritas. Além disso, não só devemos supor o ruído ou a marca como produzidos por um comportamento intencional, mas também que estas intenções são de uma natureza muito especial, particular aos atos de fala. Seria, por exemplo, possível comunicar dispondo os móveis de uma peça, de um certo modo. A atitude que poderíamos ter diante de tal disposição de móveis seria, supondo que a “compreendêssemos”, bem diferente da atitude que temos digamos diante da disposição dos móveis dessa sala, embora em ambos os casos nós devêssemos considerar o arranjo como resultante de um comportamento intencional. Apenas certos tipos de intenções são adequadas para o comportamento a que estamos chamando de atos de fala” (SEARLE, 1994, p.26).

⁸ O termo atos de fala iniciou com os filósofos John Austin e Paul Grice. Posteriormente, Searle deu uma nova característica à teoria dos atos de fala. Já em relação do falar estar relacionado com o modo de agir, podemos afirmar que é uma herança da filosofia de Wittgenstein.

Searle ao propor a teoria dos atos de fala tenta separar atos de fala de estado mentais, ou seja, atos de fala são atos e estado mentais são estados. Sendo assim, os atos de fala são caracterizados por emitir sons ou ruídos de nossa boca e fazer traços em um papel, isto é, ele se relaciona com a realidade física. Ora, o problema que o filósofo se depara é como fazemos para passar da física para a semântica? Como a mente impõe a intencionalidade a entidades não intrinsecamente intencionais, como por exemplo, os sons, ruídos e traços no mundo como quaisquer outros? Segundo Searle:

A mente impõe uma intencionalidade a entidades não intrinsecamente intencionais, atribuindo intencionalidade as condições de satisfação do estado psicológico expresso à entidade física externa. (...) Não podemos fazer uma declaração sem expressar uma intenção, pois a condição essencial do ato de fala tem como condições de satisfação as mesmas condições de satisfação que o estado intencional expresso. Assim, imponho uma intencionalidade a minhas emissões, atribuindo-lhes intencionalmente determinadas condições de satisfação que são as condições de satisfação de certos estados psicológicos (SEARLE, 2002, p. 37-38).

Assim, Searle atribui que o significado somente se aplica a sentenças e atos de fala, mas não a estados intencionais (Cf. SEARLE, 2002, p. 38), ou seja, quando expressamos um estado intencional (crenças, desejos...) não faz sentido justificar tais estados, porém faz sentido justificarmos uma expressão ou uma sentença, isto é, atribuímos significado a atos de fala, mas não atribuímos significado a estados intencionais. De forma mais clara, faz sentido perguntarmos pelo significado do enunciado João (aqui queremos saber o que ele quis dizer), já para o enunciado está chovendo não faz sentido justificarmos a sentença. É o mesmo que dizer “João acredita que *p*”, aqui a sentença expressa algo que não precisa de complementação, portanto, é auto-evidente. Já para um enunciado do tipo “João quer dizer que *p*” necessitamos de um complemento, ou seja, é um enunciado que pede um complemento do tipo “ao dizer tal e tal”. Sendo assim, Searle afirma que “querer dizer que *p* não é um estado intencional que pode ser auto-evidente do mesmo modo que acreditar que *p*” (SEARLE, 2002, p.39). Portanto, enunciar é um ato ilocucionário (um ato de emissão), ao contrário de

uma crença ou desejo que não é um ato, ou seja, é o ato ilocucionário que impõe intencionalidade à emissão.

Após termos explicado de forma breve a definição de Searle a respeito do significado, dos atos de fala e do naturalismo biológico, no decorrer do artigo ficará mais claro o motivo das críticas que o filósofo realiza ao externismo semântico, em especial a do filósofo Hilary Putnam.

5. SEARLE E A INTENCIONALIDADE

Em sua obra *Intencionalidade* (2002 [1983]), Searle tem como objetivo desenvolver uma abordagem da intencionalidade a partir da teoria fregeana de *Sinn* para a intencionalidade em geral, ou seja, o filósofo elabora sua teoria da intencionalidade baseada na filosofia da referência de Frege.

Tanto a interpretação fregeana do significado quanto a presente são internalistas no sentido de que é em virtude de um estado mental qualquer na cabeça de um falante e de um ouvinte – o estado mental de apreender-se uma entidade abstrata ou simplesmente ter-se um certo conteúdo intencional – que falante e ouvinte podem entender as referências lingüísticas (SEARLE, 2002, p. 277).

Nesse sentido, Searle apresenta sua teoria afirmando que todas as teses externistas são falsas e que não precisamos introduzir uma relação causal-externa para explicarmos a relação das palavras com o mundo. Contudo, o filósofo tenta responder aos ataques realizados a tradição internista, ou teoria semanticista tradicional.

Searle inicia suas críticas ao *slogan* que causou um grande impacto no contexto filosófico atual, a saber, “os significados não estão na cabeça”. Seu objetivo é defender as teses descritivistas contra os ataques de Putnam, ou seja, o problema estabelecido é explicar como a linguagem se relaciona com o mundo. Para Searle a resposta é a mais óbvia possível, isto é, a linguagem se relaciona com o mundo, porque os falantes assim a relaciona na execução de atos lingüísticos (Cf. SEARLE, 2002, p. 275). Sendo assim, é através da sua teoria da intencionalidade que Searle pretende refutar a teoria externista de Putnam.

A partir da sua proposição, Searle apresenta três teses que podem resumir a teoria do significado de Putnam:

1. O conglomerado associado de conceitos não determina a extensão,
2. A definição indexical determina a extensão,
3. O que está na cabeça não determina a extensão.

Searle afirma que para Putnam possa justificar (3) ele precisa que (3) siga de (1) e (2), mas para isso acontecer Putnam precisa assumir que a definição indexical não está na cabeça. Contudo, segundo Searle, qual a razão de Putnam pensar que os indexicais não estão na cabeça? E por que o que está na cabeça não determina a extensão?

Ora, Putnam parte do pressuposto que uma vez que desconhecemos a microestrutura e, uma vez que é esta que determina a extensão, o que está na cabeça é insuficiente para determiná-la. Uma segunda abordagem de Searle com relação à teoria de Putnam é se dois falantes encontram-se no mesmo estado psicológico, ambos tem que ter a mesma condição de satisfação.

Para Putnam uma descrição indexical “o mesmo líquido que este” ou “isto é água” podem denotar objetos diferentes, isto é, água na Terra é H₂O e água na Terra Gêmea denota XYZ. Todavia, Searle apresenta que tal proposta não se sustenta, no âmbito de que as experiências visuais podem ser de tipo-idênticos, mas os conteúdos que o terráqueo e seu gêmeo têm são auto referenciais.

Segundo Searle, Putnam faz certas pressuposições acerca do modo como os conteúdos intencionais se relacionam com as expressões indexicais e utiliza de uma passagem da obra *The Meaning of 'meaning'*, a qual Putnam afirma que a mesma palavra, “eu”, tem duas extensões diferentes em dois idioletos diferentes. Contudo, Searle afirma que para Putnam, o que está na cabeça, não pode ser aplicado aos indexicais, e o mesmo se dá para os estados mentais de tipo-idênticos, ou seja, se o terráqueo e seu gêmeo estão em estados mentais tipo-idênticos, os estados devem ter as mesmas condições de satisfação. No entanto, Searle argumenta contra esta posição de Putnam atribuindo como pressupostos falsos.⁹

⁹ Para Putnam, os estados psicológicos do terráqueo e do seu gêmeo podem ter diferentes condições de satisfação e conteúdos intencionais, ou seja, seus conteúdos podem ser diferentes, já que ambos estão em uma relação causal externa diferente do outro, a saber, uma relação causal externa acerca de H₂O e o seu gêmeo uma relação acerca de XYZ.

Segundo Searle, as pessoas não saem atribuindo significado a todas as espécies de tipo natural, elas simplesmente acabam usando as palavras para significar e referir a alguma coisa. O mesmo se aplica aos especialistas. Contudo, mesmo se os falantes fazem uso de definições indexicais, eles podem estar significando coisas diferentes, pois seus conteúdos intencionais são auto-referentes às experiências intencionais de ocorrência. Portanto, segundo Searle, mesmo que aceitemos as sugestões e teses da filosofia externista de Putnam, se deve levar em consideração, que ela não prova que os significados estão fora da cabeça, e a contribuição de Putnam foi simplesmente apresentar uma teoria intencionalista alternativa, a qual se baseia em uma apresentação sobre os indexicais.

Em suma, a teoria internista de Searle, defende que o mundo não é necessário quando atribui significados aos termos, isto é, a mente/cérebro em si, o mentalismo biológico, os fenômenos mentais são a maneira condizente para expressar a relação da linguagem com o mundo. No entanto, o argumento que o filósofo apresenta de que os significados são propriedades biológicas do cérebro, deixa a questão linguagem *versus* mundo a explicar, uma vez que, Searle rejeita o mundo.

REFERÊNCIAS

- KRIPKE, S. *Naming and Necessity*. Oxford: Blackwell, 1972.
- LECLERC, André. "Do externismo ao contextualismo". in: SILVA FILHO, W. (org.). *Mente, Linguagem e Mundo*. São Paulo: Alameda, 2010, p. 303 – 319.
- PUTNAM, H. "Introduction". in: Pessin, A. & Goldberg, S. (eds.), *The Twin earth chronicles: twenty years of reflection on Hilary Putnam's*. Armonk, Nova York, Londres: M. E. Sharpe, 1996a, pp. XV- XXII.
- _____. "Is Semantics possible?". in: *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 139 – 52.
- _____. "Meaning and Reference". in: *The journal of philosophy*, 70/19, p. 699-711.
- _____. *Reason, Truth, and History*. Cambridge: Cambridge University Press, 1981.
- _____. *Representation and reality*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1989.
- _____. "The Meaning of 'meaning'". in: *Mind, Language and Reality*. Cambridge: Cambridge University Press, 1975, p. 215-71.

SEARLE, J.R. *Actos de Habla: ensayo de filosofía del lenguaje*. Barcelona: Planeta-Agostini, 1994.

_____. *Expressão e significado: estudos da teoria dos atos de fala*. Trad. Ana Cecília G. A. de Camargo / Ana Luiza Marcondes Garcia. São Paulo: Martins Fontes, 1995.

_____. *Intencionalidade*. Trad. Julio Fischer / Tomás Rosa Bueno. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

_____. *A Redescoberta da Mente*. Trad. Eduardo Pereira e Ferreira São Paulo: Martins Fontes, 1997.

O contextualismo relevantista de David K Lewis

Luis Fernando dos Santos Souza
IFPI

1. INTRODUÇÃO

O filósofo David Lewis deu contribuições importantes em vários segmentos da filosofia analítica na segunda metade do século XX. Ele é amplamente conhecido pelo seu original e controverso Realismo Modal, mas seu espectro filosófico é muito amplo e abarca também: filosofia da mente, lógica, semântica, ética, metafísica, filosofia da linguagem e epistemologia. Nesse texto exploraremos a teoria do conhecimento esboçada por Lewis em *Elusive Knowledge* seu clássico de 1996. Este filósofo propõe uma teoria interessante que une duas fortes intuições epistemológicas contemporâneas, a saber, o Contextualismo e a Teoria das Alternativas Relevantes. Lewis argumentará em favor da infalibilidade do conhecimento e mostrará que, se compreendido pelo viés correto, isto não implica em ceticismo nem fere o uso ordinário que fazemos do conceito ‘conhecimento’. Lewis oferecerá, adicionalmente, um critério de demarcação entre as alternativas relevantes e irrelevantes. Tal critério trará a marca do seu contextualismo. Nosso filósofo buscará, ao estabelecer regras de relevância, fornecer uma inspiradora ferramenta no enfrentamento dos argumentos céticos.

2. CONHECIMENTO E SENSO COMUM

Lewis concorda com a tese amplamente disseminada em nosso senso comum de que temos um conhecimento abundante. Conhecemos muitas coisas e duvidar seriamente disso não parece adequado. Todavia, apesar do fato de que sabemos muitas coisas, quando entramos na epistemologia¹ nos deparamos com um argumento convincente de que sabemos muito pouco ou quase nada. Esses argumentos que advogam em favor da tese de que nada sabemos são os argumentos céticos. Eles são articulados de tal modo que conseguem colocar em suspensão até mesmo nosso conhecimento mais trivial, nosso conhecimento mais ordinário. Segundo Lewis o que o cético parece fazer é exigir infalibilidade² das nossas práticas epistêmicas ordinárias, diz Lewis: “conhecimento deve ser infalível por definição. Se você alega que S sabe que *P*, e você concede que S não pode eliminar certas possibilidades em que não-*P*, certamente parece que você admitiu que S não sabe que *P* no final das contas.” (Lewis, 1999. P. 220-1). Se o cético estiver correto em sua tese, então S sabe que *P* se e somente se a evidência que S dispõe para *P* elimina ‘todas’ as possibilidades de erro. O argumento cético em prol da infalibilidade do conhecimento afeta diretamente nossas pretensões iniciais de conceder que temos muito conhecimento ordinário. Claramente o conhecimento ordinário é do tipo falível, isto é, do tipo que deixa inúmeras possibilidades de erro não eliminadas. Nossas inclinações epistêmicas ordinárias parecem sucumbir ao argumento cético o que nos leva a indigesta conclusão de que não sabemos tanto quanto imaginamos.

Se olharmos com atenção ao nosso redor encontraremos inúmeras possibilidades de erro não eliminadas por nossa evidência. Se deixarmos nos guiar por nossas ‘fantasias paranóicas’, como ludicamente diz Lewis, e imaginarmos conspirações enganadoras, cérebros em cubas tendo ilusões as quais julgam reais, concluiremos que não temos conhecimento, ou ao menos que não o temos de modo infalível.

Lewis proporá um caminho alternativo entre o falibilismo e o ceticismo. Ele defenderá que conhecimento é infalível, ou seja, que quan-

¹ Isto é, “quando fazemos um estudo filosófico sistemático do conhecimento” (Lewis 1999. P. 220).

² Essa intuição já havia sido apresentada e defendida por Peter Unger em *A Defense of Skepticism* de 1971.

do S sabe que *P*, ‘todas’ as possibilidades de erro, possibilidades em que não-*P*, são eliminadas. Mas, como isso será feito sem assumirmos o que ele denominou de ‘paranóia’ epistêmica nem cedermos ao ceticismo é o que veremos a seguir.

3. CONHECIMENTO INFALÍVEL E O APELO AO CONTEXTO

Lewis explicará a infalibilidade do conhecimento por via do contextualismo. Ele argumentará, como veremos, que ‘todas’ as possibilidades que devem ser eliminadas pela evidência de S estão circunscritas a certo domínio, está indexada a um dado contexto. A vantagem da sua abordagem contextualista é o fato de poder dar uma resposta plausível de por que sabemos tanto em um contexto ordinário (de baixos padrões epistêmicos), e quase nada em um contexto filosófico (de padrões elevados).

Talvez a responsável pela nossa carência de conhecimento seja a própria epistemologia, como veremos mais adiante. Pois, se a atribuição de conhecimento se dá a partir de padrões estabelecidos contextualmente e a epistemologia é um contexto em que o padrão para conhecimento é altíssimo, então parece que a epistemologia destrói seu próprio objeto de investigação. Se em nosso cotidiano com baixíssimos padrões epistêmicos nós sabemos muito é por que não estamos fazendo epistemologia.

Se esta suspeita procede, então, Lewis deve explicar através de qual mecanismo a epistemologia destrói nosso conhecimento. E por que, então, ele é elusivo. Para explicá-lo nosso autor fará uso do conceito chave das teorias contextualistas, a indexicalidade ou contexto-dependência.

4. CONTEXTO-DEPENDÊNCIA

Dizemos que uma palavra ou conceito possui a propriedade de ser sensível ao contexto quando seu significado é determinado, ou se deve parcialmente, ao contexto em que fora proferida. Exemplos simples de termos contexto-dependentes são os pronomes pessoais (eu, ele), pronomes dêiticos (aqui, ali) e advérbios de tempo (hoje, agora, amanhã). Existem outros termos em que a contexto-dependência é me-

nos clara, ou mais sutis, como no caso dos adjetivos. Vejamos o caso do adjetivo ‘grande’. Digamos que alguém profere as seguintes sentenças:

A agulha é grande.

&

O avião é grande.

O padrão utilizado para determinar o quão grande é cada objeto varia de uma atribuição para outra. Não podemos utilizar a mesma medida (ou seja, um padrão invariável) para determinar a grandeza de uma agulha e de um avião. Mas, a de se concordar que em domínios específicos cada sentença é perfeitamente legítima e o termo ‘grande’ foi utilizado corretamente em ambas as ocasiões. As regras que regulam a atribuição do adjetivo ‘grande’ em (i) é claramente distinta da que utilizamos para determinar (ii). Como salienta Lewis “Diferentes contexto evocam diferentes padrões de avaliação” (*Idem* P. 221). Essa parece ser a intuição básica dos filósofos contextualistas dos quais Lewis é um dos mais proeminentes.

Para Lewis conhecimento é um conceito que pode ser compreendido como possuindo a propriedade da contexto-dependência, isto é, está indexado a um contexto. Se esta afirmação é verdadeira acerca do conhecimento fica fácil de visualizar por que sabemos muito no contexto cotidiano e nada, ou quase nada, no contexto filosófico.

Segundo Lewis nosso engajamento na epistemologia compromete nossa pretensão epistêmica mais patentes, a saber, ganhar conhecimento. Mas como a epistemologia destrói conhecimento? Para respondermos devemos saber qual dos elementos que o compõe é o responsável pela contexto-dependência, já que é a partir da mudança nos padrões contextuais que perdemos conhecimento.

Tradicionalmente, afirma Lewis, a justificação³ tem sido apontada como o elemento responsável pela sensibilidade do conhecimento. Dretske chegou a defender essa tese em 1981 a partir da exigência de *razões conclusivas* para o conhecimento. Essa ideia é combatida por

3 O termo justificação está sendo empregado aqui no sentido tradicional. Ou seja, como sinônimo de razões disponíveis para o sujeito epistêmico, ao crer que P. Lewis está criticando, portanto, as teorias internalistas da justificação epistêmica.

Lewis porque, para esse filósofo, a justificação⁴ não é o elemento distintivo do conhecimento. Ele acredita que justificação nem é necessária nem (mesmo acrescido à crença verdadeira) suficiente⁵ para se ter conhecimento. Segundo Lewis “a ligação entre conhecimento e justificação deve ser quebrada” (*idem*, p. 222). Se a justificação não é o elemento responsável pela contexto-dependência, então qual é? A proposta de Lewis, como veremos adiante na seção 4.2, está ancorada na ideia de alternativas relevantes que serão estabelecidas contextualmente. Passaremos agora, ligeiramente, à parte propositiva da teoria de Lewis, isto é, apresentaremos sua proposta de análise do conhecimento e veremos como ele harmoniza conhecimento com infalibilidade.

4. PROPOSTA DE ANÁLISE DO CONCEITO DE CONHECIMENTO

Lewis andará com cautela entre o falibilismo e o ceticismo (que exige a infalibilidade para conhecimento). Por isso, ao se perguntar se uma epistemologia infalibilista culminaria em ceticismo sua resposta é taxativa: não, absolutamente. Para este filósofo um “sujeito *S* conhece a proposição *P* se e somente se a evidência de *S* elimina toda possibilidade em que não-*P*” [em que *P* é falsa] (*ibidem*, P. 222-3).

A definição de Lewis é caracterizada como infalibilista por observarmos que ele exige que a evidência de *S* elimine ‘todas’ as possibilidades de erro, ou seja, possibilidades em que não-*P*. Até o momento Lewis parece concordar com o que ele chamou de exigência cética. Mas por que sua proposta não é cética? Como é possível para a evidência de *S* eliminar ‘todas’ as possibilidades em que não-*P*? Vejamos como na seção seguinte.

⁴ Na nota de número 2 do *Elusive Knowledge* Lewis deixa claro que se entendermos o termo ‘justificação’ como aquilo que transforma a crença verdadeira em conhecimento, sem considerar que ela envolva argumentos que sejam suportados por razões, não haverá problemas em utilizar o termo. Para todos os efeitos, tenhamos claro que quando Lewis falar em justificação o que ele tem em mente é que nossa crença verdadeira possui um justificador, mas fica em aberto a questão do que seja tal justificador. Devido às inclinações externalistas de Lewis podemos pensar ‘justificador’ em termos de procedimentos confiáveis de geração e manutenção da crença de *S* de que *P*.

⁵ Casos lotéricos e o problema de Gettier exploram exatamente esta fragilidade.

4.1 Evidência e Eliminação de ‘todas’ as Possibilidades

A abordagem proposta por Lewis acerca da eliminação evidencial de alternativas se assemelha a de Alvin Goldman em *Discrimination and Perceptual Knowledge* de 1976. Para Lewis não é o conteúdo proposicional de P que elimina as possibilidades Ws (onde W representa o conjunto de todas as possibilidades em que não- P), mas é a própria evidência E quem realiza este trabalho [a eliminação é evidencial].

Lewis concebe eliminação pela evidência de modo que o percepto gerado pelo estado de coisas P^* caracterizado por E , ele mesmo, já elimine as possibilidades W . Isto equivale dizer que se W então $\sim E$. Mas, há certas possibilidades que não são eliminadas pela evidência de S . Afirma Lewis acerca disto, “uma possibilidade W não é eliminada se e somente se a experiência perceptual e memória do sujeito em W corresponder exatamente a experiência e memória dele na realidade” (Lewis 1999, p. 224). Ou seja, em casos de engano sensorio massivo W é indistinguível evidencialmente de P . Em termos roubados de Goldman a evidência não elimina possibilidades geradas por ‘*perceptos equivalentes*’ [casos de Gettier exploram exatamente essas possibilidades].

A proposta infalibilista de Lewis afirma que para que S saiba que P , a evidência de S deve eliminar ‘todas’ as possibilidades W . Mas, vimos que certas possibilidades não são eliminadas pela evidência de S . Então, devemos nos atentar para o que Lewis tem a dizer acerca do quantificador ‘todos’ presente em sua proposta de análise do conhecimento, posto que aqui ele apresenta sua tese contextualista.

Para Lewis “um idioma de quantificação como ‘todos’ normalmente é restrito a algum domínio limitado” (*Idem* p. 225). Quando utilizamos o termo ‘todos’ estamos, geralmente, indexando tal termo a algum contexto determinado. Nosso filósofo ilustra o que pretende com um exemplo.

Se digo [que] todos os copos estão vazios, então está na hora de outra rodada. Sem dúvidas eu e meus ouvintes estamos ignorando muitos de todos os copos que existem em todas as partes do mundo durante todo o tempo. Eles estão fora do domínio. Eles são irrelevantes para a verdade do que foi dito. (Lewis 1999, p. 225).

Ao afirmar que ‘todos’ os copos estão vazios Lewis pretende que este quantificador esteja restrito a um domínio muito específico, a saber, os copos que estão sobre a mesa. É a este domínio que devemos nos atentar. Esta manobra permite a Lewis restringir o contexto de significado do quantificador ‘todos’. É nesta observação acerca da restrição semântica do quantificador ‘todos’ que reside a marca peculiar do contextualismo deste filósofo.

Do mesmo modo que ao dizermos em um bar que ‘todos’ os copos estão vazios estamos ignorando, de modo apropriado, muitos copos que existem, parece adequado a Lewis sugerir que em casos de atribuição de conhecimento é legítimo, ou apropriado, ignorar muitas das possibilidades não eliminadas pela evidência de *S*. As possibilidades não eliminadas que estejam fora do domínio em que tal quantificador foi atribuído “são irrelevantes para a verdade do que foi dito”⁶ (Lewis, 1999, p. 225).

Esta nova exigência faz com que Lewis lance mão de uma cláusula a qual denominou *sotto voce* (voz baixa). Com esta cláusula a definição de conhecimento fica deste modo: “*S* sabe que *P* se e somente se a evidencia de *S* elimina toda possibilidade em que não-*P* - psst⁷ - exceto aquelas possibilidades que nós podemos propriamente ignorar.” (Lewis 1999, p. 225).

Com esta nova definição Lewis traz para si algumas complicações filosóficas. Ele deve desenvolver de modo satisfatório a noção do que venha a ser ‘ignorar de modo apropriado’ para que sua teoria se torne epistemologicamente atraente. Com isso em vista Lewis propõe regras que nos dizem o que podemos ou não ignorar propriamente. Isto é, quais alternativas são irrelevantes.

4.2 Cláusula *Sotto Voce* e Alternativas Relevantes.

Quais alternativas *S* pode propriamente ignorar? Quais possibilidades são alternativas relevantes? Essas perguntas são cruciais para a

⁶ Aqui já temos elementos teóricos para afirmar que para Lewis o elemento sensível ao contexto na atribuição de conhecimento não é a justificação, como já dissemos anteriormente, mas o próprio domínio das alternativas relevantes que se reconfigura a partir do próprio contexto de atribuição.

⁷ Uma onomatopeia para um pedido de silêncio. Geralmente vem acompanhado pelo gesto característico: o dedo indicador em riste tocando a boca.

solidez da proposta de Lewis e a resposta não é simples. Lewis nos apresenta um corolário de regras que nos dizem o que nós podemos e o que não podemos ignorar propriamente. As regras são classificadas em três categorias: (i) regras proibitivas (ii) regras permissivas e (iii) restritivas.

As regras proibitivas nos dizem quais possibilidades nós não podemos propriamente ignorar. São elas: *A regra da realidade*, *a regra da crença* e *a regra da semelhança*.

A *Regra da Realidade* tem a função de assegurar a facticidade do conhecimento. Nunca se pode propriamente ignorar a possibilidade que ocorre na realidade. Nas palavras de Lewis a “realidade é sempre uma alternativa relevante”⁸ (Lewis, 1999 p. 225). A segunda regra proibitiva é a *regra da crença*. Esta segunda regra nos diz que aquela possibilidade que o sujeito crê que ocorre (isto é, que crer ser real), não importa se ele está correto ou não, sempre conta e nunca pode ser propriamente ignorada. Também não pode ser propriamente ignorada uma crença que ele deveria ter (dado suas evidências). A terceira proibição, e nos parece a mais importante apresentada até agora, vem através da *regra da semelhança*. Esta regra nos diz que não se pode propriamente ignorar uma possibilidade que é salientemente semelhante à possibilidade real, àquela que é o caso.

Acreditamos que a *regra da semelhança* é um pouco concessiva e se não estreitarmos seus limites ela poderá se tornar, inclusive, uma ferramenta cética. Se empreendermos pequenas mudanças graduais na realidade chegaremos às mais remotas possibilidades céticas. Deste modo dada a semelhança entre tais possibilidades não poderíamos propriamente ignorá-las. Lewis reconhece esta ameaça e ao invés de fechar esta lacuna presente em sua regra, nos pede uma concessão *ad hoc*. Diz Lewis:

Devemos aplicar a Regra da Semelhança com cuidado. Realidade é uma possibilidade não eliminada pela evidência do sujeito. Qualquer outra possibilidade *W* que é igualmente não eliminada pela evidência do sujeito assemelha-se, deste modo, à realidade em um aspecto saliente: a saber, em relação às evidências do sujeito. Isso será assim mesmo se *W* for, em outros aspectos, muito diferente da realidade - mesmo se, por exemplo,

⁸ Lewis nos lembra que tal regra é externalista, ou seja, “o sujeito mesmo pode ser incapaz de dizer o que é propriamente ignorado” (1999, p. 225).

for uma possibilidade em que o sujeito é radicalmente enganado por um demônio. Claramente, não ousamos aplicar as Regras de Realidade e Semelhança para concluir que qualquer tal *W* é uma alternativa relevante – isto seria se render ao ceticismo. A Regra de Semelhança nunca foi concebida para se aplicar a *esta* semelhança! Parece que temos uma exceção *ad hoc* para a regra, embora aquela que faz todo o sentido tendo em vista a função da atribuição de conhecimento. O que seria melhor, no entanto, seria encontrar uma maneira de reformular a regra de forma a obter a necessária exceção, sem *ad hocidade*. Eu não sei como fazer isso. (1999, p. 227-8)

A noção de saliência que é central para a regra da semelhança, ao que nos pareceu, é apresentada de maneira frouxa o que compromete seriamente os resultados pretendidos por Lewis⁹.

Em seguida nosso filósofo apresenta as regras permissivas: *regra da confiabilidade*, *regra do método* e *regra do conservantismo* que, por uma questão de escopo, não trabalharemos aqui. A última regra apresentada por Lewis é uma restrição. Trata-se da *regra da atenção*. Tal regra nos diz que uma possibilidade não ignorada não pode ser propriamente ignorada. Isto quer dizer que se há certa possibilidade que sua evidência não elimina e que você não a ignora, mas ao contrário, dá-lhe atenção, então você não pode ‘propriamente’ ignorar tal possibilidade.

⁹ A expectativa gerada pela regra da semelhança e sua consequente não efetivação chega a ser frustrante. Essa é a confissão que o professor Jonathan Kvanvig faz no blog *Certain Doubts*. Seu post de 4 de abril de 2008 é intitulado *Frustração com “Elusive Knowledge”*. A regra da semelhança, segundo Kvanvig, é altamente dependente da noção de saliência/relevância, mas, diz ele, não faço ideia do que Lewis quer dizer com isso. Levantemos duas hipóteses acerca do que Lewis tem em mente ao falar de saliência/relevância: (i) saliência é uma característica psicológica, isto é, é saliente aquilo que é notado/percebido pelo sujeito e (ii) saliência é algo que está ligado ao caso, é uma característica intrínseca do caso. Se saliência é entendida como (i) então tal noção parece ser desencaminhadora uma vez que em certos casos de Gettier (como o caso do relógio quebrado), o que torna a crença de S acidental é alheio a S, ou seja, o anulador do conhecimento de S não é saliente, neste sentido. Contudo, a realidade é uma possibilidade que não pode ser propriamente ignorada pela evidência de S. Portanto, o fato do relógio estar quebrado, embora não saliente para S, é uma possibilidade que não pode ser propriamente ignorada. Isso nos leva a compreensão da saliência/relevância como apresentada em (ii). Se entendermos saliência como algo relacionado ao fato, algo que lhe seja peculiar, então parece totalmente arbitrário excluir as possibilidades céticas, já que tais hipóteses são salientemente semelhantes ao fato em questão.

Para Lewis dar atenção a uma possibilidade não eliminada faz com que essa possibilidade se torne uma alternativa relevante. A atenção, nos parece, funciona como o termômetro da relevância. Em contextos ordinários não estamos dando atenção para inúmeras possibilidades, principalmente aquelas mais artificiais. Hipóteses céticas do tipo gênio maligno e cérebros na cuba não parecem ser o tipo de possibilidades que temos em mente em alegações/atribuições de conhecimento no cotidiano. Segundo Lewis o que evoca a atenção para certas possibilidades é o próprio contexto.

Contudo, em contextos epistêmicos damos atenção a todas as contra-possibilidades, por isso a epistemologia é um lugar, satiriza Lewis, em que soltamos nossas 'fantasias paranóicas'. A epistemologia é um contexto paranóico, segundo Lewis, por que nele as mais remotas possibilidades recebem atenção. Em uma aula de epistemologia levamos a sério a hipótese do gênio maligno, e ao darmos atenção ela se torna relevante. Dada a sua relevância para esse contexto ela deve ser eliminada pela evidência de S. A evidência de S, contudo, é incapaz de realizar tal tarefa. Logo, para que S saiba seria necessário que ele pudesse propriamente ignorar tal possibilidade, o que é impossível dado à atenção que esta possibilidade requer em contextos especiais, como os da epistemologia.

Dar atenção a uma alternativa em um determinado contexto é o mesmo, para Lewis, que torná-la relevante. Isso fica explícito quando este filósofo afirma que,

Não importa quão artificial/remota possa ser certa possibilidade, não importa quão propriamente nós poderíamos tê-la ignorada em algum outro contexto. Se *nesse* contexto não estamos de fato a ignorando, mas dando atenção à mesma, então, para nós agora ela é uma alternativa relevante. (Lewis 1999, P. 230 *itálico do autor*)

A idéia de relevância está estreitamente ligada à de atenção, como já pudemos observar. Com a inserção de todos esses novos elementos de análise fica fácil de responder a pergunta formulada no final da seção 3.1, a saber, como é que a epistemologia pode nos privar de conhecimento? Basta soltarmos a imaginação para encontrarmos possibilidades não eliminadas de erro em todo lugar. A diferença dos

contextos ordinários para o contexto epistemológico é que no primeiro ignoramos muitas dessas possibilidades remotas de erro, ao passo, que na epistemologia nós atentamos para as mesmas. A epistemologia seria, no final das contas para Lewis, um estudo das possibilidades ignoradas. Contudo, “investigar a ignorância [das possibilidades] seria *ipso facto* não ignorá-las” (*Idem*, p. 231). Segundo Lewis é por isso que o conhecimento é elusivo, pois basta examiná-lo para que ele evanesça.

Esta parece ser uma das regras, junto com a regra da semelhança, mais crucial para se tratar do relevantismo de Lewis, já que, de algum modo, ela explica a razão de algumas alternativas se tornarem relevantes em um contexto e irrelevantes em outro. Ou seja, por que certas alternativas podem ser propriamente ignoradas em um contexto e não em outros.

A grande questão com relação a regra da atenção é justamente definir, de acordo com Lewis, o que significa dar atenção a uma possibilidade. Por exemplo, o mero mencionar de uma possibilidade cética em um contexto ordinário faz com que S, que está nesse contexto, lhe dê a atenção devida a ponto de perder conhecimento? Existiria algum grau de atenção requerida em cada contexto, assim como há graus de crença?

A sugestão de Lewis parece ser a de que a menção de hipóteses céticas em contextos ordinários transforma esses contextos, ao menos de modo temporário, em contextos filosóficos. Sendo assim, a regra da atenção explicaria o forte apelo intuitivo dos argumentos céticos. A manobra cética consiste, tão somente, em chamar a atenção para certas possibilidades não eliminadas pela evidência de S que, uma vez salientes, não podem ser ignoradas e, desse modo, não podem ser propriamente ignoradas. Basicamente, a manobra é transformar alternativas irrelevantes em relevantes através da menção das mesmas.

A cláusula *sotto voce* parece sugerir a Lewis que a regra da atenção é trivial, já que ela pede um ‘psst’, isto é, que não se mencione aquelas possibilidades que estamos propriamente ignorando. Mas assumir esse proviso deste modo pode parecer arbitrário.

As regras listadas por Lewis, como vimos, tiveram a função de demarcar as fronteiras entre as possibilidades que podemos propriamente ignorar (as alternativas irrelevantes) daquelas que não podemos propriamente ignorar (as alternativas relevantes). Apesar do seu traba-

lho excelente parece que a falta de precisão na exposição das regras da atenção e da semelhança faz com que seu relevantismo contextualista se expôia às mesmas críticas recebidas por Goldman e Dretske, dois precursores do relevantismo. Mesmo com a listagem criteriosa das regras Lewis ainda fica a nos dever uma explicação mais sólida do como as alternativas relevantes ajudam analisar o ceneito de conhecimento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A tentativa de David Lewis de fornecer uma explicação satisfatória da relevância epistêmica através de regras nos parece um caminho promissor. A teoria esboçada por ele possui, a nosso ver, algumas vantagens frente às primeiras teorias relevantistas de Dretske e Goldman. A primeira delas é que sua teoria dá conta de explicar o forte apelo intuitivo das hipóteses céticas. Também logra êxito em explicar como certas alternativas que são irrelevantes em um contexto podem se tornar relevantes em outro contexto. Com isso, Lewis parece ter dado conta, adicionalmente, do fato de termos muito conhecimento cotidiano e nenhum, ou quase nenhum, conhecimento filosófico. Além disso, ele consegue oferecer uma análise sofisticada do conceito de conhecimento, sustentando o caráter contextualmente infalível deste conceito, supostamente, sem ceder ao ceticismo.

Contudo, cremos que a solidez da sua teoria necessita de uma definição mais específica, principalmente, das regras da semelhança e da atenção. Como confessado por Lewis, sem aceitarmos uma exceção *ad hoc* da regra da semelhança ela pode servir aos propósitos céticos. Se não for delimitado o alcance desta regra podemos estar fornecendo uma poderosa ferramenta para o principal inimigo da epistemologia, o que seria altamente indesejável. Deve ser estabelecido até que ponto a semelhança entre alternativas as torna relevantes. Dizer que é o contexto quem estabelece tais limites nos parece vago. Por outro lado uma aplicação radical da regra da atenção poderia tolher o conhecimento até mesmo em contextos ordinários.¹⁰ Não ficamos convencidos ainda se o

¹⁰ Nossa desconfiança se dá a partir das implicações da defesa que Lewis faz do PF. “Se analisarmos o conhecimento como uma modalidade [...] não podemos escapar a conclusão de que conhecimento está fechado sob (estrita) implicação” (Lewis, 1999 p. 563). Ele concorda com os defensores deste princípio que se S sabe que P, S sabe que $P \rightarrow \sim HC$, então S sabe $\sim HC$. A

conceito de conhecimento, tal como analisado por Lewis, pode ser atribuído até mesmo em contextos de baixos padrões epistêmicos sem que tenhamos de assumir, de antemão, a irrelevância das hipóteses céticas. Se o preço a ser pago pela manutenção do nosso conhecimento ordinário for a recusa *ad hoc* das hipóteses céticas a teoria deste filósofo estaria em uma situação pouco confortável. Essa desconfiança acerca da possível imprecisão dos conceitos básicos da teoria das alternativas relevantes e o modo aparentemente arbitrário com o qual os relevantistas excluem as alternativas céticas é o que ainda mantém vivo e acirrado o debate.

REFERÊNCIAS

- COHEN, Stewart. *Contextualism, Skepticism, and the Structure of Reasons*. Philosophical perspectives 13: p. 57-89. 1999.
- DEROSE, Keith. *Contextualism and knowledge attribution*. Philosophy and Phenomenological Research 52: p. 913 – 929. 1992. Reimpresso em: Huemer, M ed., *Epistemology: Contemporary Readings*. New York and London: Routledge: p. 491-506. 2002.
- _____. *Contextualism: An Explanation and Defense*. in J. Greco and E. Sosa, ed., *The Blackwell Guide to Epistemology*, Blackwell Publishers: p. 187-205. 1999.
- DESCARTES, René. *Meditações metafísicas*. 1ª ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

questão é que em contextos ordinários HC pode ser propriamente ignorado (já que a evidência de S não elimina HC), ou seja, em tais contextos HC é uma alternativa irrelevante. Assim, em contextos ordinários S deveria saber ~HC. Mas para que S saiba ~HC ele deve crer que ~HC. Sendo assim, ao crer ~HC S passa a dar 'atenção' a tal alternativa e, com isso, ela deixa de ser irrelevante. ~HC parece ser um tipo de alternativa que não pode ser propriamente ignorado em qualquer contexto se o PF for válido como Lewis sustenta. Esse possível problema é explicado por Lewis a partir da seguinte estratégia. Segundo este filósofo há uma mudança de contexto no meio do argumento que faz uso do PF. Quando dizemos em situações cotidianas que S sabe que P estamos utilizando um padrão, mas ao inserirmos HC o padrão é modificado no meio do argumento o que dá a impressão de que o princípio é inválido. Mas, afirma Lewis, se o padrão fosse mantido, então S poderia vir a saber que ~HC em contextos ordinários. Como isso ocorreria sem que S (em tais contextos) cresse que ~HC, ou seja, que desse a devida 'atenção' a HC é o que Lewis deveria explicar. Segundo a regra da atenção aquela possibilidade que não pode ser ignorada não pode ser propriamente ignorada.

DRETSKE, Fred. *Epistemic operators*. in: *The Journal of Philosophy* 67: p 1007 – 1023. 1970; reimpresso em: Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., *Skepticism: A Contemporary Reader*. New York Oxford: Oxford University Press: p. 129-44. 1999.

_____. The Pragmatic Dimension of Knowledge, in: *Philosophical Studies* 40: p. 363 – 378. 1981; reimpresso em: Huemer, M ed., *Epistemology: Contemporary Readings*. New York and London: Routledge: p. 539-551. 2002.

GETTIER, Edmund. Is justified true belief knowledge?, in: *Analysis* 23: p. 121 – 123. 1963.

GOLDMAN, Alvin. *Discrimination and Perceptual Knowledge*. *The Journal of Philosophy* 73: 771-791. 1976. Reimpresso em: Moser, Paul K and Vander Nat, eds., *Human Knowledge: Classical and Contemporary Approaches*, Oxford University Press: 269-281. 1987.

KVANVIG, Jonathan. Frustration with Elusive Knowledge. In: <http://el-prod.baylor.edu/certain_doubts/?p=2192> acessado em 24/06/2011 21:10.

LEWIS, David. Elusive Knowledge. *Australasian Journal of Philosophy* 74: p. 549-567. Reimpresso em: Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., *Skepticism: A Contemporary Reader*. New York Oxford: Oxford University Press: p. 220-239. 1999.

_____. Scorekeeping in a Language Game, in *Journal of Philosophical Logic* v. 8, pp. 339-59. 1979.

PUTNAM, Hilary. Brains in a Vat. In: *Reason, Truth and History*. Cambridge University Press 1981. Reimpresso em: Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., *Skepticism: A Contemporary Reader*. New York Oxford: Oxford University Press: p. 27-42. 1999.

SANFORD, David H. *Knowledge and relevant alternatives: comments on Dretske*, in: *Philosophical studies* 40: p. 379 – 388. 1981.

SCHAFFER, Jonathan. *Knowledge, Relevant Alternatives and Missed Clues*. *Analysis* 61: p. 202-208. 2001 *Research*, 69: p. 138–155. 2004a

SOSA, Ernest. On knowledge and context. In: *The Journal of Philosophy*: p. 584 – 585. 1986.

_____. Relevant alternatives, contextualism included. In: *Philosophical Studies* 119: p. 35 – 65. 2004.

STEUP, Matthias. *Epistemology in the 20th Century*. Forthcoming in the *Routledge Companion to 20th Century Philosophy*: p. 1-38. 2006.

STINE, Gail. Dretske on Knowing the Logical Consequences. In: *Journal of Philosophy* 68: p. 296-299. 1971.

_____. Skepticism, Relevant Alternatives, and Closure. In: *Philosophical Studies* 29: p. 249 – 261. 1976. Reimpresso em: Keith DeRose and Ted A. Warfield eds., *Skepticism: A Contemporary Reader*. New York Oxford: Oxford University Press: p. 145 – 155. 1999.

UNGER, Peter. A Defense of Skepticism. In: *Philosophical Review* 80: p. 198 – 219. 1971.

_____. *Ignorance: a Case for Scepticism*. Oxford: Oxford university press, 1978.

VOGEL, J. The New Relevant Alternatives Theory. *Philosophical Perspectives* 13: p. 155–180. 1999.

YOURGRAU, Palle. Knowledge and Relevant Alternatives, In: *Synthese* 55: p. 175 – 190. 1983.

Propriedades naturais e mundos possíveis

Renato Mendes Rocha

UFSC

1. INTRODUÇÃO

O objetivo geral da pesquisa da qual esse artigo faz parte é investigar o sistema metafísico¹ que emerge dos trabalhos de David Lewis. Esse sistema pode ser decomposto em pelo menos duas teorias. A primeira nomeada como realismo modal genuíno (RMG) e a segunda como mosaico neo-humeano.

O RMG é, sem dúvida, mais popular e defende a hipótese metafísica da existência de uma pluralidade de mundos possíveis. A principal razão em favor dessa hipótese é a sua aplicabilidade na discussão de problemas filosóficos, esse motivo não será diretamente abordado neste artigo. Pois, o foco está em compreender o mosaico neo-humeano e como ele relaciona-se com a metafísica de mundos possíveis. Em outras palavras, o meu objetivo é entender as bases filosóficas que sustentam o realismo modal genuíno.

¹ Pode soar estranho um autor da tradição da filosofia analítica oferecer um sistema metafísico. Isso parece ser contrário as origens da filosofia analítica em que o uso da análise conceitual se opunha a qualquer tentativa de se executar uma filosofia sistemática. Sabe-se, não foi esse o objetivo inicial, nem principal, do trabalho do Lewis. Ele mesmo afirma e comentaristas confirmam que a unidade de seus trabalhos publicados resultaram involuntariamente na emergência de uma filosofia sistemática, no sentido de que, soluções para problema em uma determinada área estão ligados com respostas a problemas de outras áreas.

1.1. Metafísica analítica contemporânea

Em acordo com o objetivo apresentado, essa investigação teve início com o problema dos universais² e uma aparente incompatibilidade do nominalismo defendido por Lewis e o seu realismo modal. No entanto, essa incompatibilidade mostrou-se apenas aparente e resultante de uma compreensão ainda ingênua dos usos dos termos realismo e nominalismo.

Essas duas palavras nomeiam uma diversidade de teorias e posições filosóficas que se aplicam a diferentes áreas e problemas da Filosofia. Particularmente, no que diz respeito ao “problema dos universais” elas designam posições opostas. No entanto, não há apenas uma forma de nominalismo e tampouco apenas uma forma de realismo a respeito de universais.

Esse estágio foi importante para nos informar a respeito do tipo de problema discutido em metafísica e principalmente para compreender a importância de se estabelecer previamente em qualquer debate o esclarecimento do significado e alcance das expressões que estão sendo usadas.

A negligência a esse cuidado transforma o problema inicial em uma mera disputa verbal. Creio que essa tenha sido a razão do descrédito pós-carnapiano dos problemas metafísicos. Penso que o trabalho do filósofo contemporâneo que não queira abandonar os problemas metafísicos seja de trazer luz a esses debates, procurando compreender e discutir os problemas, apresentando e avaliando os argumentos.

Esse, digamos, é o método que conduzirá o trabalho de nossa pesquisa. Como guia para essa pesquisa parto dos trabalhos publicados do filósofo norte-americano David Lewis e da subsequente literatura filosófica que apresenta e problematiza as soluções apresentadas em seus textos.

Lewis é conhecido por desenvolver, ainda que involuntariamente e em pleno século XX, uma teoria sistemática. Por um sistema filosófico compreende-se um conjunto de ideias, teorias e valores que possuem uma base comum e aplicações em diversas áreas. As contribuições filosóficas de Lewis partem da análise das convenções (lin-

² Interessante notar que esse é um dos mais antigos problemas filosóficos e que teve a sua discussão avançada durante o século XX.

guísticas e sociais) usando teoria de jogos, incluem a epistemologia (em que defende uma forma de contextualismo), a meta-ética (resiste ao consequencialismo e defende uma versão da ética de virtudes) e a filosofia da religião (análise do argumento ontológico de Anselmo). Dado a abrangência, a pesquisa apresentar não visa apresentar todas as contribuições. Mas, pelo menos apresentar e discutir o mosaico humeano - que pode ser considerado o núcleo central da filosofia de Lewis e do qual partem explicações sobre temas que envolvem o seu realismo científico.

1.2. A metáfora top-down/bottom-up³

A oposição desse par é utilizado, por exemplo, para explicar o desenvolvimento de uma teoria seja ela filosófica ou científica. Uma teoria pode ser apresentada de duas maneiras: de cima para baixo (*top-down*) ou de baixo para cima (*bottom-up*). Ou seja, uma teoria pode ter como ponto de partida a realidade como um todo ou; analisar os pequenos fragmentos da realidade e a partir disso chegar a um panorama mais geral a respeito da realidade⁴.

Essa metáfora é importante para esclarecer um dos objetivos geral da pesquisa na qual esse trabalho está inserido: apresentar uma explicação *bottom-up* da metafísica *top-down* de David Lewis, cuja noção de propriedade natural desempenha um papel de central.

2. ONTOLOGIA E PROPRIEDADES

Murcho (2012) apresenta a ontologia como uma disciplina da metafísica que tem como objetivo ser uma teoria das categorias. Um exemplo de teoria das categorias seria aquela apresentada por Lowe (2002, p. 16) que divide as entidades em dois tipos: particulares e universais. Para ele, universais podem ser propriedades ou relações, enquanto os particulares podem ser abstratos ou concretos e os particulares concretos podem ser coisas ou eventos.

³ Dois exemplos: i) Dummett (1991, p. 12) defende uma análise *bottom-up* a respeito da centenária disputa metafísica entre realismo e antirrealismo. Segundo ele é preciso primeiro considerar as discordâncias entre os modelos semânticos das duas posições em disputa antes de avaliar a imagem/panorama [*picture*] da teoria como um todo (metafísica); ii) Imaguire (2011) ao apresentar diferentes abordagens ontológicas sobre mundos possíveis.

⁴ Um exemplo de teoria *bottom-up* é a filosofia do atomismo lógico de Russell.

Esses são dois exemplos da perspectiva neo-aristotélica na metafísica analítica contemporânea. No entanto, não quero estabelecer uma teoria das categorias no sentido estrito. Oliver (1996) afirma que propriedades podem ser consideradas uma categoria ontológica básica. Elas são consideradas básicas pois são assumidas como primitivas em uma determinada teoria das quais outras categorias são definidas. A escolha de qual incluir ou não depende da teoria a ser utilizada. Por enquanto, para esse artigo os elementos importantes serão de propriedade e particular. A distinção considerada importante por Lowe, por exemplo, abstrato e concreto será deixada de lado.

A seguir, uma breve exposição sobre ontologia de propriedades, no sentido de apresentar modos de classificar os tipos de propriedades existentes da qual a distinção propriedade natural/não-natural faz parte. Esse será o nosso ponto de chegada do qual esse artigo é o caminho. Assim, farei uma rápida apresentação dos problemas relacionados a uma ontologia de propriedades.⁵

Uma caracterização inicial de propriedade é uma qualidade atribuída a um particular (ou indivíduo), sendo que a classe dos particulares formada por uma propriedade que determina um tipo de entidade geral utilizado para classificar objetos do mundo. Essa classe pode ser associada a um predicado e assim teremos a contraparte semântica da propriedade. Os particulares são os portadores de propriedades. Qualquer objeto ao qual possa se atribuir uma propriedade é um particular. Um leitor mais atento pode notar o problema da circularidade nessa caracterização. Todavia, para fins desse artigo julgo que ainda assim a caracterização é elucidativa:

- Propriedade: qualidade atribuída a um particular (ou indivíduo);
- Particular⁶: portador de propriedades.

⁵ Interessante notar que o correlato semântico da noção de propriedades é a de predicados. Mas, por enquanto estamos a discutir metafísica e não semântica. As noções são semelhantes mas não são equivalentes. Por exemplo, podemos dizer que há mais propriedades no mundo do que predicados em uma linguagem natural.

⁶ Dependendo da teoria, diferentes entidades científicas podem ocupar o lugar de particulares: partículas subatômicas, objetos macroscópicos, apenas um feixe de propriedades, o substrato nu (*bare particular*), pontos no espaçotempo.

A relação de atribuir propriedades a entidades particulares é conhecida como predicção. A predicção é a contraparte linguística dessa operação ontológica. Esse modo intuitivo de caracterizar propriedades é comum e pode ser encontrado por exemplo em (MORTARI, 2001, p. 73), quando constantes de predicado são introduzidas na linguagem da lógica elementar. Nessa linguagem, propriedades são predicados unários e representadas por uma letra maiúscula. Assim, a relação de atribuição de propriedades pode ser exemplificada pelo esquema Fa , no qual temos uma propriedade F que é atribuída a um indivíduo a .⁷

Estabelecendo propriedade como categoria ontológica básica, elabora-se uma ontologia de propriedades, no sentido de apresentar modos de distinguir tipos de propriedades. Inicialmente, podemos considerar as propriedades intrínsecas e extrínsecas, ou internas ou externas. Por um lado, as propriedades extrínsecas são aquelas que os indivíduos possuem em relação com outros indivíduos. Semânticamente são predicados de dois (ou mais) lugares e formalmente são funções binárias (ou n -árias).

Exemplificando, para cada indivíduo é possível encontrar relações espaçotemporais entre esse indivíduo e qualquer outro indivíduo espaçotemporalmente ligado a esse objeto. Portanto, para cada objeto há um número muito grande de propriedades extrínsecas que podem ser atribuídas. Essas propriedades variam cada vez que esse objeto é deslocado no espaço. Por isso, na maioria dos casos elas podem ser consideradas irrelevantes para definir um indivíduo.

Nesse sentido, não são propriedades individuadoras. Por outro lado, as propriedades intrínsecas (ou internas) são aquelas que o objeto possui por ele mesmo e podem ser utilizadas para caracterizar o objeto. Ainda que nem sempre apenas as descrições de propriedades intrínsecas sejam suficientes para identificar um objeto. Basta pensar, no exemplo em que temos muitos objetos que por serem semelhantes entre si compartilham propriedades intrínsecas (duplicados) e que

⁷ A respeito da relação entre propriedades e predicados, considerando que pontos no espaço-tempo são particulares e portanto podem ser portadores de propriedades; e que as linguagens naturais sejam finitamente formadas (R2) e por outro lado que o espaçotempo seja infinito (R3), a cada objeto localizado no espaçotempo podemos atribuir infinitas propriedades externas, estabelecendo relações entre esse objeto e outros pontos no espaçotempo. Assim, parece haver mais propriedades (no mundo) que predicados (na linguagem).

nesse caso um modo de distingui-los é a partir de suas propriedades extrínsecas, ou posição espacial um em relação ao outro.

Outra maneira de classificar propriedades é usando a distinção entre propriedade accidental e essencial. Essa distinção está novamente presente nas discussões contemporâneas⁸, sobretudo após o trabalho de Kripke (1980) e Fine (1994). A definição modal usual de propriedade essencial (é a seguinte:

- Uma propriedade P é essencial a um indivíduo a sse a possui a propriedade P em todos os mundos possíveis em que a existir.
- Uma propriedade P é accidental a um indivíduo a sse a possui a propriedade P no mundo atual e existe um mundo possível em a não possui P .

Essa distinção tem origem na metafísica aristotélica em que a essência (*ousia*) pode ser considerada noção central.⁹ Ela é semelhante entre os pares propriedade contingente/necessária. No entanto, há uma pequena diferença entre ser essencial e ser necessária. Propriedades necessárias são atribuídas a apenas indivíduos necessários, pois a sua definição estabelece que:

- Um propriedade P é necessária a um indivíduo a sse a possui a propriedade P em todos os mundos possíveis.
- A diferença consiste na expressão “em que a existir” presente na primeira e não na segunda definição. Uma propriedade contingente pode ser definida como:
- Uma propriedade P é contingente a indivíduo a sse a possui a propriedade em w_1 e, em outro mundo possível w_2 qualquer em que a exista, a não possui a propriedade P .

A noção de essência é importante pois pode ter um papel decisivo na defesa do realismo científico¹⁰, por exemplo. Contudo, há o problema epistemológico sobre se propriedades essenciais existem, como podemos conhecê-las? Por um lado pode se argumentar que essências sejam apenas um modo humano de classificar o mundo e não uma propriedade metafísica. Por outro lado, há quem defenda que as proprie-

⁸ Cf., por exemplo, os artigos publicados na coletânea Tahko (2012b)

⁹ É o que nos parece defender os aristotélicos de Campinas, cf. Angioni (1997).

¹⁰ Cf. Tahko (2012a) que será apresentado na seção seguinte.

dades essenciais representam modos objetivos de classificar a natureza. Koslicki (2013) ao discutir o tratamento de Fine à noção de essência apresenta alguns candidatos à propriedade essencial de um indivíduo: i) a sua origem, ii) as propriedades mundo-indexadas do Plantinga e ela defende que a melhor opção é baseada na iii) análise hilemórfica (matéria e forma) de indivíduos concretos que assume a forma como um princípio de identidade transmudana de indivíduos concretos.

Por fim, a distinção entre propriedade natural/não-natural usada por Lewis é inspirada na classe natural de Quinon, a saber “uma classe desse tipo seriam as classes cujas partes seriam de um modo representativa do todo da classe.”¹¹ (Quinton, 1957, p. 36). Lewis caracteriza a noção como “propriedades naturais seriam aquelas cujo o fato de dois particulares a compartilharem torna estes particulares semelhantes, além disso devem ser relevantes para explicar poderes causais.”¹² (Lewis, 1983, p. 346). Combinando as duas caracterizações proponho a seguinte definição:

- Propriedade natural =_{df} “uma propriedade é natural sse cada elemento da classe definida pela propriedade for semelhante aos outros elementos dessa classe e cada elemento pode representar outros elementos dessa mesma classe.”

O fato de uma propriedade ser natural é uma questão objetiva e independente de nós. Essa definição pressupõe um realismo metafísico que é pano de fundo pelo qual são conhecidos os filósofos australianos como notamos nessa citação feita por Devitt (2010) na introdução do seu livro “*Australia, [...] continues as stronghold of realists and marsupials*” [HEIL], 1989: 65”

Lewis defende que as propriedades naturais podem ser classificadas em graus em que as entidades fundamentais do espaçotempo podem ser consideradas as propriedades perfeitamente naturais e formariam, segundo ele uma elite minoritária de propriedades. Esse exemplo poder ser elucidador a respeito da distinção de graus de naturalidade. Tome duas classes distintas C e D:

¹¹ “A class of this kind, whose parts are in this way representative of the whole, is what I mean by a natural class.” Essa e as seguintes traduções são minha autoria.

¹² “Natural properties would be the ones whose sharing makes for resemblance, and the ones relevant to causal powers.”

- $C = \{ \text{moeda 1, moeda 2, moeda 3, moeda 4, moeda 5, moeda 6, moeda 7, moeda 8, moeda 9, moeda 10} \}$ e;
- $D = \{ \text{um lenço, uma chave, um ingresso de cinema, um anel, um lapis} \}$.

Sendo que C é formado por 10 objetos físicos distintos que podem estar localizados no seu bolso direito no qual o valor e o sistema monetário a qual pertencem não importa. A classe D é uma classe aleatória formado por cinco objetos pessoais. Intuitivamente, pode-se perceber que a classe A parece ser mais natural que a classe B . Utilizando a definição apresentada anteriormente, podemos concluir que A é uma propriedade mais natural que B , pois cada elemento dessa classe é representativo dos outros elementos daquela classe. Uma moeda é mais semelhante a outra moeda do que um lapis é semelhante a um anel. Ainda que a classe aleatória possa ter uma propriedade extrínseca comum como por exemplo pertencer a uma mesma pessoa.

Resumidamente, apresentei três modos de distinguir tipos de propriedades: intrínseca/extrínseca, acidental/essencial e natural/não-natural. Na subseção seguinte mostro um pouco da utilidade da noção de propriedade natural.

2.1 Utilidade na análise conceitual

Lewis (1983) defende a classificação de propriedades naturais pois ela é útil para análises conceituais. A seguir apresentarei alguma dessas definições:

A noção de cópia ou duplicado pode ser definida tanto usando propriedades intrínsecas (ou internas):

- duplicados $=_{df}$ 'x é um duplicado de y' sse 'x e y possuem as mesmas propriedades intrínseca. (p. 355)

Ou de modo mais preciso, com propriedade natural:

- duplicados $=_{df}$ 'x é um duplicado qualitativo de y' sse 'x e y compartilham todas as suas propriedades perfeitamente naturais. (p. 356)

A definição de duplicado por sua vez é utilizada para definir a propriedade intrínseca e mundos divergentes (p. 359):

- propriedade intrínseca $=_{df}$ 'F é uma propriedade intrínseca de a, sse F é compartilhada por todos os duplicados de a';

- mundos divergentes =_{df} 'dois mundos são divergentes sse eles não são duplicados e compartilham segmentos temporais iniciais'

Sendo esta última importante para definir a tese do determinismo e também uma noção materialismo mínima e causalidade. Para tal começaremos com a definição de evento:

- Evento =_{df} 'um evento é uma propriedade de certas regiões do espaço-tempo',

que é usada na definição de causalidade:

- Causalidade =_{df} 'Um evento A causa o evento B sse o segundo evento depender contrafactualmente do primeiro', que formalmente é:

$$\Box(\neg A \rightarrow \neg B)$$

Para Lewis (1983, p. , as leis da natureza são regularidades acarretadas por uma sistematização de verdades que combina amplitude de cobertura e simplicidade. A simplicidade vai depender do vocabulário utilizado que pode ser encontrada ao adotar **propriedades perfeitamente naturais** como propriedades primitivas. Por exemplo, há dois modelos para explicar o derretimento da manteiga em uma frigideira: i) um modelo que explica a transferência de calor gerado pelo aquecimento de moléculas da frigideira e ii) um Segundo modelo em que o calor é o que desempenha o papel-calorífico (fluido calórico, inanição das moléculas). Esse fluído é transferido à frigideira quando esta é colocada no fogo. A partir desse exemplo simplório como podemos aplicar o critério de amplitude de cobertura e simplicidade? O modelo i) parece oferecer explicações usando leis da termodinâmica para um maior número de eventos observados do que a explicação do modelo ii) que parece não dar conta de explicar o processo de resfriamento de um corpo, por exemplo.

Por sua vez, podemos caracterizar o determinismo usando a noção de mundo divergente e leis da natureza como:

- Determinismo = 'um mundo é determinista se possui um sistema de leis da natureza determinístico, i.e. sse não há dois mundos divergentes em que ambos se adequem a essas leis da natureza'. (LEWIS, 1983, p. 360)

Na discussão sobre materialismo mínimo, cinco definições são elaboradas, das quais apresento a quarta e quinta. A quarta considera a restrição nomenclógica:

- Materialismo-4 =_{df} “Entre os mundos que se adequam as leis da natureza, não há dois mundos diferentes sem serem fisicamente distintos; quaisquer dois mundos que sejam fisicamente semelhantes são duplicados.”¹³

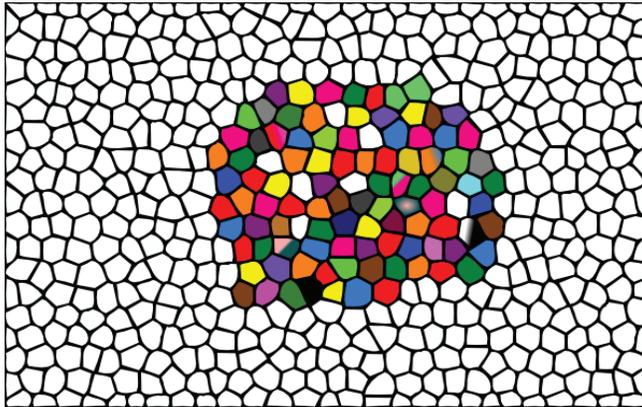
A quinta definição é um pouco mais sofisticada e usa a noção de propriedade natural:

- Materialismo-5 =_{df} “Nos mundos em que não há propriedade naturais alienígenas instanciadas, não há diferença entre dois mundos sem diferença física; quaisquer dois mundos que sejam fisicamente semelhantes são duplicados.”¹⁴

Concluo a segunda seção desse artigo atingindo o objetivo de apresentar a noção lewisiana de propriedade natural e alguns de suas aplicações. Na seção seguinte apresentarei o mosaico humeano.

3. MOSAICO HUMEANO

O mosaico humeano pode ser ilustrado pela seguinte figura:



¹³ “Among worlds that conform to the actual laws of nature, no two differ without differing physically; any two such worlds that are exactly alike physically are duplicates.” (LEWIS, 1983, p. 363)

¹⁴ “Among worlds where no natural properties alien to our world are instantiated, no two differ without differing physically; any two such worlds that are exactly alike physically are duplicates.” (LEWIS, 1983, p. 364)

Ela representa o panorama de um mundo possível visto a partir da distribuição de suas propriedades qualitativas ao longo do espaço-tempo. Propriedades naturais são importantes nesse quadro pois consistem em uma tentativa de ordenar o quadro.

A inspiração humeana consiste na crença de que os constituintes da realidade não possuem qualquer tipo de relação necessária entre si, o que há são apenas regularidades observadas. Em outras palavras, não há conexão necessária entre fatos no mundo - os fatos e as relações entre os fatos do mundo são contingentes. As entidades fundamentais nesse mosaico são propriedades instanciadas no pontos do espaço-tempo (NOLAN, 2007, p. 27).

À esse mosaico está relacionado a doutrina da sobreveniência humeana. Essa teoria afirma que todas as verdades a respeito do mundo podem ser reduzidas à distribuição espaciotemporal de propriedades naturais. Dessa forma, os objetos do senso comum sobrevivem à localização das entidades fundamentais. Por exemplo, uma mesa pode ser descrita como uma certa combinação de propriedades e relações espaciotemporais.

Sobreveniência é um termo técnico da análise filosófica e pode ser definido assim:

- Sobreveniência =_{df} X sobrevém a Y quando a qualquer mudança em Y deve se seguir uma mudança em X.

Exemplo comuns para explicar esse termo é relação entre os pontos no papel e uma fotografia impressa, ou pixels no monitor e a imagem de um monitor. Qualquer mudança na imagem geral deve seguir de uma mudança no nível fundamental. Embora a sobreveniência humeana seja considerada apenas contingentemente verdadeira por Lewis, ele alega que ela possui o seguinte relação é necessário e *a priori*: verdade sobrevém ao ser.

4. DISCUSSÃO SOBRE PROPRIEDADES NATURAIS

Há algum trabalho ainda a ser feito a respeito de propriedades naturais. As seguintes perguntas devem ser respondidas: qual o estatuto lógico das propriedades naturais? Há pelo menos três alternativas de respostas: i) propriedades naturais podem ser assumidas como pri-

mitivos em uma teoria, ou; ii) definidas a partir da noção de *semelhança*; e iii) definidas em um nível mais fundamental (tropos ou universais). Quais são os portadores adequados de propriedades naturais? A essa pergunta a pelo menos duas visões concorrentes. A minimalista que afirma que apenas entidades do nível fundamental são esses portadores, e a visão liberal: entidades de qualquer nível da realidade (Schaffer, 2004; Borghini & Lando, 2011) seriam bons candidatos a propriedades naturais.

Tahko (2012a) apresenta uma distinção entre entidade *bona fide/ fiat* que são análogas à distinção propriedade natural/não-natural. O seu argumento realista a favor de propriedades naturais que consiste no seguinte:

- P1. Há objetos macroscópicos;
- P2. Certas coisas são fisicamente necessárias para a formação de objetos macroscópicos. (Ex. as leis que governam as ligações moleculares);
- P3. As leis relevantes da física exigem que partículas fundamentais possuam propriedades exatas, como carga elétrica.
- P4. Partículas fundamentais possuem estas propriedades por necessidade física;
- P5. Entidades *fiat* não poderiam ter essas propriedades necessárias
- C. Logo, uma vez que há objetos macroscópicos deve haver entidades *bona fide* (naturais).

Esse argumento parece ser válido, as afirmações nas premissas P2 e P4 exigem uma necessidade metafísica das leis da natureza que talvez não seja compatível com a doutrina da sobreveniência humeana e a sua caracterização de alguns fatos nomonológicos (causalidade, leis da natureza). Uma análise mais detalhada e uma possível objeção a esse argumento também espero apresentar em trabalhos futuros. De antemão, afirmo que Tahko é um dos filósofos que tem como projeto de investigação elaborar uma metafísica de forte inspiração neo-aristotélica. O panorama da neo-humeana e neo-aristotélica são bem diferentes, principalmente a respeito da explicação da causalidade e das leis da natureza. Enquanto um acredita que poderes causais fazem parte da natureza do mundo, outro exclui esses poderes causais e os explica usando as relações entre mundos possíveis.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim desse artigo, espero ter oferecido ao leitor elementos o suficiente para compreender alguma das teses importantes ligadas ao RMG, e principalmente o papel desempenhado pelas propriedades naturais em uma metafísica neo-humeana. A teoria parece ser bastante promissora e ao mesmo tempo exigir um bom nível de sofisticação para se colocar páreo a outras metafísicas concorrentes que parecem ser mais favoráveis a intuição do senso comum.

O fato de uma propriedade natural ser um aspecto objetivo e independente da realidade também é algo que pode causar estranheza devido aos inúmeros ataques sofrido pelo realismo metafísico e científico pelas teorias que possuem carácter mais antirrealista na metafísica como por exemplo, o realismo interno de Putnam e mesmo o instrumentalismo na filosofia da ciência liderado por van Fraassen, sem contar ainda as diferentes formas de relativismos e perspectivismos que tem sido cada vez mais populares nas faculdades de humanidades. Há ainda outras promessas que não mencionamos nesse texto mas também pretendemos trabalhar futuramente como uma possível solução ao problema da inescrutabilidade da referência (Quine) e dos predicados projetivos (Goodman). Assim, finalizo acreditando que seja possível levar adiante um projeto que procure resgatar a velha ideia de Platão de encontrar as formas corretas de trinchar a natureza em suas articulações.

REFERÊNCIAS

- ANGIONI, Lucas. (1997). (2000) *A noção aristotélica de ousia*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Universidade de Campinas.
- ARMSTRONG, D. M. (1989). *Universals: an opinionated introduction* _____, D. M. (1978). *Universals and Scientific Realism*. Cambridge University Press.
- BORGHINI A. & LANDO G. - Natural properties, supervenience and mereology. *Humana. Mente*, Issue 19 December 2011.
- DEVITT, Michael (2010). *Putting Metaphysics First: Essays on Metaphysics and Epistemology*. Oxford University Press.

- DUMMETT, M. (1991). *The Logical Basis of Metaphysics*. Harvard University Press.
- FINE, K. (1994). Essence and modality. *Philosophical Perspectives* 8:1-16.
- HALL, N, "David Lewis's Metaphysics", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2012 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2012/entries/lewis-metaphysics/>>.
- IMAGUIRE, G. & JACQUETTE, D. (eds.) (2010). *Possible Worlds: Logic, Semantics and Ontology*. Philosophia.
- KOSLICKI, K. (2013) *Identity and Necessity*. rascunho a ser publicado in: *Metaphysics, Meaning and Modality: Themes from Kit Fine*, edited by Mircea Dumitru. Oxford University Press. Disponível em <<http://www.ualberta.ca/~koslicki/documents/Essence and Identity Spring 2013.pdf>>. Acesso em: 25 nov 2014.
- KRIPKE, S (1980). *Naming and Necessity*. Cambridge: Harvard University Press.
- LEWIS, D. K. (1983) A New Work for a Theory of Universals. *Australasian Journal of Philosophy* Vol. 61, No. 4.
- LOWE, E. J. (2001). *The Possibility of Metaphysics*. Oxford: Oxford University Press.
- MELLOR, D. H. (2012) Nature's Joints: A Realistic Defence Of Natural Properties in *Ratio (new series)* XXV 4 December 2012 pp. 387-404.
- MURCHO, D. (2002) *Essencialismo naturalizado: aspectos da metafísica da modalidade*. Coimbra, Portugal: Angelus Novus. 2002, 100p.
- NOLAN, D. (2005). *David Lewis*. Acumen Publishing.
- OLIVER, A. (1996). The metaphysics of properties. *Mind* 105 (417):1-80.
- QUINTON, A. Properties and Classes. *Proceedings of the Aristotelian Society*, New Series, Vol. 58 (1957 - 1958), pp. 33-58
- ROBERTSON, T. & ATKINS, P. "Essential vs. Accidental Properties", *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Winter 2013 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/win2013/entries/essential-accidental/>>.
- ROCHA, R. M. (2010) *O Realismo Modal de David Lewis: uma opção pragmática*. Dissertação (Mestrado em Filosofia) – UFG, Goiânia, 2012
- SCHAFFER, J. (2004). Two conceptions of sparse properties. *Pacific Philosophical Quarterly* 85 (1):92–102.
- TAHKO, T E. (2012a) Boundaries in Reality. In *Ratio (new series)* XXV 4 December (2012a) pp. 405-424.
- _____ (2012b). (Ed.) *Contemporary Aristotelian Metaphysics* (Cambridge University Press).

Non-deterministic algebras and algebraization of logics

Ana Claudia de Jesus Golzio
Marcelo Esteban Coniglio
UNICAMP

1. INTRODUCTION

Non-determinism was considered in Computer Science since its beginnings: from non-deterministic Turing machines to models of concurrency, event structures and Petri nets, as well as for variants of process languages and of λ -calculus, the use of *multifunctions* instead of ordinary functions (assigning to each element of the domain a set of possible choices, instead of a single value) has revealed to be an extremely useful conceptual tool. Indeed, there is a need for abstraction when modelling computational procedures, by disregarding irrelevant information. Being so, instead of considering all the dependencies on all the possible parameters, they can be represented by (nondeterministic) choices.

In particular, the concept of *non-deterministic algebras* was introduced in Computer Science in order to deal with nondeterminism. Thus, for instance, non-deterministic algebras were proposed as an alternative to define Σ - X -tree-recognizers, which are designed to recognize terms from the free algebra generated by a signature Σ from a set X of generators (cf. [12]). An interesting monograph of non-de-

terminism in Computer Science from an algebraic perspective can be found in [19].

In the realm of Logic, non-determinism was considered mainly as a tool for obtaining alternative semantics. Non-deterministic matrices constitute a good example of this alternative approach.

The non-deterministic matrices (Nmatrices, for short), introduced in [2], [3] and [1], are a generalization of the usual concept of logic matrix¹ and the main feature of this generalization is that the value that a valuation assigns to a complex formula can be chosen non-deterministically from a non-empty set options. That is, Nmatrices are based on non-deterministic algebras, in contrast with the usual logical matrices which are based on standard algebras.

Many propositional logic can be semantically characterized by the use of a single logic matrix (cf. [17]), but according to Avron and Lev [3], many of them have only infinite characteristic matrices and then such matrices do not provide a good decision procedure for these logics. The Nmatrices allow to replace, in many cases, an infinite characteristic matrix (for a given propositional logic) by a finite characteristic Nmatrix and thus obtain metaproperties such as, for example, decidability. Another problem that motivated Avron and his collaborators to introduce non-determinism (cf. [4]) is the fact that the principle of truth-functionality², inherent to the matrix semantics in general and to classical logic in particular, conflicts with the information present in the “real world”, which sometimes may be incomplete, inaccurate and/or inconsistent. Thus, Avron and his collaborators proposed the use of non-determinism (by means of Nmatrices) in order to weaken the principle of truth-functionality as a solution to this problem.

Although Nmatrices have shown their usefulness in many examples, providing a finitary (and thus decidable) semantics for logic without a truth-functional semantics, such as some Logics of Formal Inconsistency - LFIs (cf. [4]) and certain modal logics (cf. [13]), a systematic and rigorous study of the algebraic properties of Nmatrices is still missing in the literature. That is, the theory of Nmatrices has not yet been fully developed, from the point of view of its formal properties and expressive power.

¹ Additional information about logic matrices can be found at [18], [9], [17], [14] e [15].

² Principle in which the truth-value of a formula is determined functionally by the truth-value of its immediate sub-formulas.

Besides the applications to Computer Science mentioned above, there are few studies on non-deterministic algebras from the perspective of the discipline of Universal Algebra. The generalization of notions such as ultra products, reduced matrices and the Leibniz operator, among others, was not studied with full detail in the non-deterministic context. Thus, in this initial paper we propose the formal study of the theory of Nmatrices from the point of view of universal algebra, with the aim of establishing their potential applications in the realm of algebraic semantics.

In particular, we will focus our efforts in the methodology from Abstract Algebraic Logic (AAL, in short), inaugurated by W. Blok and D. Pigozzi (see [7], [8], [6]), extending techniques involving usual matrices for the more general context of Nmatrices. Thus, many of the known results in the literature on the application of the theory of logic matrices (most of these results can be found in [14] and [21]) can be applied to other logics that do not have a characterization by finite matrices.

This paper contains the initial notions and results developed in what we call *Non-deterministic universal algebra*, which is basically a theory designed to analyze from a very general perspective the usual concepts and results in universal algebra in order to adapt them to the non-deterministic context.

2. ELEMENTARY CONCEPTS IN UNIVERSAL ALGEBRA

In this section we present some common results in universal algebra, required for the development of a theory of non-deterministic universal algebra.

Definition 1 (Signature): A *signature* Σ is a family $\{\Sigma_n : n \in \mathbb{N}\}$ where each Σ_n is a set (of *n-ary connectives*) such that, if $n \neq m$, then, $\Sigma_n \cap \Sigma_m = \emptyset$. The elements of Σ_0 are called *constants*. The *domain* of Σ is the set

$$|\Sigma| = \cup \Sigma = \{c : c \in \Sigma_n \text{ for some } n \geq 0\}.$$

Definition 2 (Algebra): Let Σ be a signature. An *algebra* A for Σ is a pair $\langle A, \bar{\sigma} \rangle$ where A is a non-empty set (the *domain* of A) and $\bar{\sigma}$ is

a function that assigns, for every $n \geq 0$ and $c \in \Sigma_n$ an operation $\bar{\sigma}(c): A^n \rightarrow A$ in A .

We will use, throughout the text, the expression $\wp(A)^+$ to denote the set $\wp(A) - \{\emptyset\}$ of all the non-empty subsets of the set A . Also we will often identify one signature Σ with its domain $|\Sigma|$, if the latter is finite and if the arity of the connectives are obvious in the context.

Definition 3 (Formulas): Let Σ be a signature and let Ξ be a countable set $\{\xi_m : m \geq 0\}$ of symbols called *variables*. The algebra freely generated by Σ from Ξ will be denoted by $L(\Sigma, \Xi)$. The elements of $L(\Sigma, \Xi)$ are called *formulas* (or *schema formulas*) over Σ .

From now on, and given the set Ξ of variables, we only consider signatures Σ such that $\Xi \cap \Sigma_n = \emptyset$ for all $n \geq 0$. The set of variables occurring in a formula $\varphi \in L(\Sigma, \Xi)$ will be denoted by $\text{VAR}(\varphi)$.

Definition 4: Let Σ be a signature, and $\Xi' \subset \Xi$. We denote by $L(\Sigma, \Xi')$ the subset of $L(\Sigma, \Xi)$ formed by the schema formulas φ such that $\text{VAR}(\varphi) \subseteq \Xi'$. In particular, if $\Xi_n = \{\xi_i : 0 \leq i \leq n\}$ for $n \geq 0$, then $L(\Sigma, \Xi_n)$ is the subset of $L(\Sigma, \Xi)$ formed by the schema formulas φ such that $\text{VAR}(\varphi) \subseteq \{\xi_0, \dots, \xi_n\}$.

Definition 5 (Total and partial multifunctions): Let A and B be two non-empty sets. A *total multifunction* g from B to A , denoted by $g: B \rightarrow_M A$, is a function $g: B \rightarrow \wp(A)^+$ in the usual sense. A function $g: B \rightarrow \wp(A)$, in turn, corresponds to what we call a *partial multifunction* g from B to A .

Throughout the rest of this text we only use the concept of total multifunction. Thus, a total multifunction will be referred to simply as a multifunction.

Definition 6 (Composition of multifunctions): Let A , B and C be not-empty sets, and let $g_1: C \rightarrow_M B$ and $g_2: B \rightarrow_M A$ be two multifunctions. The *composed multifunction* is the multifunction $g_2 \circ g_1: C \rightarrow_M A$ given by $(g_2 \circ g_1)(c) = \cup\{g_2(b) : b \in g_1(c)\}$, for every $c \in C$.

The proof of the following result is straightforward:

Proposition 7: The partial operation of composition between multifunctions is associative.

3. ND-ALGEBRAS AND ND-HOMOMORPHISMS

In this section we present the formal notions of non-deterministic algebras (or ND-algebras) and of homomorphisms between ND-algebras, which are fundamental for the development of non-deterministic universal algebra.

Definition 8 (ND-algebra): Let Σ be a given signature. A *ND-algebra* A over Σ is a pair $\langle A, \sigma \rangle$ where A is a non-empty set (the *domain* of A) and σ is a function that assigns to each $n \geq 0$ and $c \in \Sigma_n$, a multifunction $\sigma(c): A^n \rightarrow A$ in A , such that $\sigma(c)$ corresponds to an unitary set A , if $c \in \Sigma_0$.

We will write henceforward, for simplicity, c^A instead of $\sigma(c)$. If $c \in \Sigma_0$, the only element of c^A will be denoted by c_A , that is, $c^A = \{c_A\}$. Throughout this text, we can write \bar{a} to denote any n -tuple a_1, \dots, a_n of elements in A . That is, \bar{a} belongs to the Cartesian product A^n .

Avron in [5, p. 162 and p. 163] presents two non-deterministic matrices (or Nmatrices), M_3^B and M_5^B , that semantically characterize the logical system B , which is known in literature as mbC , one of the Logics of Formal Inconsistency (LFI's)³. These Nmatrices will be presented in the following two examples, and subsequently analyzed in the light of the concepts introduced, along with other Nmatrices introduced in the literature.

Example 1: Let $\Sigma = \{\wedge, \vee, \rightarrow, \neg, \circ\}$ and let $M_5 = \langle A_5, D_5, O_5 \rangle$ be the Nmatrix over Σ such that

$$A_5 = \{t, t_f, I, f, f_f\};$$

$$D_5 = \{t, t_f, I\};$$

³ Introduced by W. Carnielli and J. Marcos in [11], and thereafter studied in detail in [10].

For each connective c , the multifunction $O_5(c) = c^{A5}$ is defined by the following tables (here $F = \{f, f_1\}$).

\vee^{A5}	t	t_1	l	f	f_1
t	D_5	D_5	D_5	D_5	D_5
t_1	D_5	D_5	D_5	D_5	D_5
l	D_5	D_5	D_5	D_5	D_5
f	D_5	D_5	D_5	F	F
f_1	D_5	D_5	D_5	F	F

\wedge^{A5}	t	t_1	l	f	f_1
t	D_5	D_5	D_5	F	F
t_1	D_5	D_5	D_5	F	F
l	D_5	D_5	D_5	F	F
f	F	F	F	F	F
f_1	F	F	F	F	F

\rightarrow^{A5}	t	t_1	l	f	f_1
t	D_5	D_5	D_5	F	F
t_1	D_5	D_5	D_5	F	F
l	D_5	D_5	D_5	F	F
f	D_5	D_5	D_5	D_5	D_5
f_1	D_5	D_5	D_5	D_5	D_5

	\neg^{A5}
T	F
t_1	F
l	D_5
F	D_5
f_1	D_5

	\circ^{A5}
T	D_5
t_1	F
l	F
F	D_5
f_1	F

Clearly M_5 induces a ND-algebra $A_5 = \langle A_5, \sigma_5 \rangle$ over Σ such that $\sigma_5 = O_5$.

Example 2: Let $\Sigma = \{\wedge, \vee, \rightarrow, \neg, \circ\}$ and let $M_3 = \langle A_3, D_3, O_3 \rangle$ be the Nmatrix such that

$$A_3 = \{t', I', f'\};$$

$$D_3 = \{t', I'\};$$

For each connective c , the multifunction $O_3(c) = c^{A3}$ is defined by the following tables.

\vee^{A3}	t'	I'	f'
t'	D_3	D_3	D_3
I'	D_3	D_3	D_3
f'	D_3	D_3	$\{f'\}$

\wedge^{A3}	t'	I'	f'
t'	D_3	D_3	$\{f'\}$
I'	D_3	D_3	$\{f'\}$
f'	$\{f'\}$	$\{f'\}$	$\{f'\}$

\rightarrow^{A3}	t'	I'	f'
t'	D_3	D_3	$\{f'\}$
I'	D_3	D_3	$\{f'\}$
f'	D_3	D_3	D_3

	\neg^{A3}
t'	$\{f'\}$
I'	D_3
f'	D_3

	\circ^{A3}
t'	A_3
I'	$\{f'\}$
f'	A_3

Let $A_3 = \langle A3, \sigma_3 \rangle$ such that $\sigma_3 = O_3$. Thus, A_3 is an ND-algebra over Σ .

Example 3: Let $\Sigma = \{\wedge, \vee, \rightarrow, \neg, \circ\}$ and let $M'_3 = \langle A'_3, D'_3, O'_3 \rangle$ be the Nmatrix such that

$$A'_3 = \{t', t'_1, I', f', f'_1\};$$

$$D'_3 = \{t', I'\};$$

For each connective c , the multifunction $O'_3(c) = c^{A'_3}$ is defined by the following tables (here $F' = \{f'\}$).

$\vee^{A'_3}$	t'	t'_1	I'	f'	f'_1
t'	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3
t'_1	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3
I'	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3
f'	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
f'_1	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'

$\wedge^{A'_3}$	t'	t'_1	I'	f'	f'_1
t'	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
t'_1	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
I'	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
f'	F'	F'	F'	F'	F'
f'_1	F'	F'	F'	F'	F'

$\rightarrow^{A'_3}$	t'	t'_1	I'	f'	f'_1
t'	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
t'_1	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
I'	D'_3	D'_3	D'_3	F'	F'
f'	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3
f'_1	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3	D'_3

	$\neg^{A'_3}$
t'	F'
t'_1	F'
I'	D'_3
f'	D'_3
f'_1	D'_3

	$\circ A^3$
t^3	$\{t^3, l^3, f^3\}$
t^3_1	$\{t^3, l^3, f^3\}$
l^3	F^3
f^3	$\{t^3, l^3, f^3\}$
f^3_1	$\{t^3, l^3, f^3\}$

Clearly M^3_3 induces a ND-algebra $A^3_3 = \langle A^3_3, \sigma^3_3 \rangle$ over Σ such that $\sigma^3_3 = O^3_3$.

Definition 9 (Homomorphism of ND-algebras): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras over a signature Σ . A *homomorphism* $h: A \rightarrow B$ of ND-algebras over Σ is a function $h: A \rightarrow B$ such that for all $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n \in A$,

$$h[c^A(a_1, \dots, a_n)] \subseteq c^B(h(a_1), \dots, h(a_n)).$$

In particular, $h(c_A) = c_B$, if $c \in \Sigma_0$.⁴

Notation: We will use the brackets: “[” and “]”, to differentiate when a function is applied on a set of when it is applied to an element of its domain.

Example 4: Let $A_5 = \langle A_5, \sigma_5 \rangle$ and $A_3 = \langle A_3, \sigma_3 \rangle$ be the ND-algebras introduced in examples 1 and 2, respectively. Let $h: A_5 \rightarrow A_3$ be a function such that $h(t) = h(t) = t^3$; $h(l) = l^3$ and $h(f) = h(f) = f^3$. Clearly

$$h[D_5] = D_3 \text{ and } h(F) = \{f^3\}.$$

h defines a homomorphism $h: A_3 \rightarrow A_5$.

On the other hand, the function $h': A_3 \rightarrow A_5$ such that $h'(t^3) = l$; $h'(l^3) = f_1$ and $h'(f^3) = h'(f^3) = t_1$ does not define a homomorphism $h': A_3 \rightarrow A_5$.

Henceforward, and when there is no chance of confusion, we assume that the ND-algebras are defined over a fixed signature Σ .

Proposition 10: Let Σ be a signature. The ND-algebras over Σ , together with their homomorphisms form a category, which will be called ND (Σ).

⁴ Remember that , if $c \in \Sigma_n$ we write $\sigma(c) = c^A = \{c_A\}$.

The proof of this fact is easy: it is enough to show that the usual composition of functions produces a homomorphism and that the identity maps produce the identity homomorphisms.

Definition 11 (Full homomorphism of ND-algebras): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras over a signature Σ . A *full homomorphism* $h: A \rightarrow B$ of ND-algebras over Σ is a function $h: A \rightarrow B$ such that h is a homomorphism and for all $n > 0$, $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n \in A$,

$$c^B(h(a_1), \dots, h(a_n)) \subseteq h[c^A(a_1, \dots, a_n)].$$

That is, h is full homomorphism if, and only if $h[c^A(a_1, \dots, a_n)] = c^B(h(a_1), \dots, h(a_n))$.

for all $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n \in A$, with $n > 0$.

4. SUB-ND-ALGEBRAS AND SUB-ND-UNIVERSES.

Now we analyze the notion of sub-ND-algebra, fundamental to our overall study of ND-algebras.

Definition 12 (Sub-ND-algebra): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras over Σ such that $B \subseteq A$. We say that B is a *sub-ND-algebra* of A over Σ , denoted by $B \subseteq A$, if for every $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $b_1, \dots, b_n \in B$, $c^B(b_1, \dots, b_n) = c^A(b_1, \dots, b_n)$.

As with the usual algebras, a non-empty subset of the domain of a ND-algebra generates a single sub-ND-algebra.

Example 5: Let $A_3 = \langle A_3, \sigma_3 \rangle$ and $A'_3 = \langle A'_3, \sigma'_3 \rangle$ be the ND-algebras introduced in examples 2 and 3, respectively, such that $A_3 \subseteq A'_3$.

By the definition of σ_3 and σ'_3 , is immediate that A_3 is sub-ND-algebra A'_3 , that is, $A_3 \subseteq A'_3$.

Definition 13 (Sub-ND-universe): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over Σ . A *sub-ND-universe* of A over Σ is a non-empty subset B of A that is closed under the operations of A . That is, for any $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $b_1, \dots, b_n \in B$, $c^A(b_1, \dots, b_n) \subseteq B$.

Example 6: Let $A_3 = \langle A_3, \sigma_3 \rangle$ and $A'_3 = \langle A'_3, \sigma'_3 \rangle$ be the ND-algebras introduced in examples 2 and 3, respectively, such that $A_3 \subseteq A'_3$. By the definition of σ'_3 , is immediate that A_3 is sub-universe of A'_3 .

Definition 14 (Generated sub-ND-universe): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over Σ and $\emptyset \neq X \subseteq A$. The *sub-universe of A generated by X over Σ* , denoted by $sg^A_\Sigma(X)$ (or simply $sg(X)$) is defined as follows:

$$sg(X) = \bigcap \{B : B \text{ is a sub-ND-universe of } A \text{ over } \Sigma, \text{ and } X \subseteq B\}.$$

Note that A is always a sub-ND-universe of A over Σ containing X , then $\{B : B \text{ is a sub-ND-universe of } A \text{ over } \Sigma, \text{ and } X \subseteq B\} \neq \emptyset$. Thus, $sg(X)$ is well defined.

Proposition 15: The set $sg(X)$ is a sub-ND-universe of A over Σ .

Proof: Note that $sg(x) \subseteq A$ and $sg(X) \neq \emptyset$, because $\emptyset \neq X \subseteq sg(X)$. Let $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $b_1, \dots, b_n \in sg(X)$. Let B be a sub-ND-universe of A such that $X \subseteq B$. Since $b_1, \dots, b_n \in B$ then $c^A(b_1, \dots, b_n) \subseteq B$. Hence, $c^A(b_1, \dots, b_n) \subseteq sg(X)$, and then $sg(X)$ is a sub-ND-universe of A . ■

As in the case of the usual algebras, it is possible to give a constructive definition of $sg(X)$:

Proposition 16: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra on Σ and $\emptyset \neq X \subseteq A$. Consider the family $\{E^n(X) : n \geq 0\}$ of subsets defined by induction as follows:

$$E^0(X) = X;$$

$$E^{n+1}(X) = E^n(X) \cup \bigcup \{c^A(a_1, \dots, a_k) : k \geq 0; c \in \Sigma_k \text{ and } a_1, \dots, a_k \in E^n(X)\}.$$

$$\text{So, } sg(X) = \bigcup \{E^n(X) : n \geq 0\}.$$

The proof is obtained by showing separately that $sg(X) \subseteq \bigcup \{E^n(X) : n \geq 0\}$ and that $\bigcup \{E^n(X) : n \geq 0\} \subseteq sg(X)$. The first half is easily done by definition, and the second half can be easily proved by induction on n .

Definition 17 (Sub-ND-algebra generated): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over Σ and $\emptyset \neq X \subseteq A$. We say that $\langle A, \sigma \rangle$ is *generated* by X , if $sg(X) = A$.

We can now to define the sub-ND-algebra generated by a non-empty subset of its domain:

Proposition 18: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over Σ , and $\emptyset \neq X \subseteq A$. Then $SG(X) = \langle sg(X), \sigma^X \rangle$ such that $c^{SG(X)}(a_1, \dots, a_n) = c^A(a_1, \dots, a_n)$ for any $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n \in sg(X)$, is the only sub-ND-algebra of A generated by X .

Proof: (Existence) Clearly, $SG(X) \subseteq A$, then, by definition, $sg(X) \subseteq A$ and by definition of $SG(X)$, $c^{SG(X)}(a_1, \dots, a_n) = c^A(a_1, \dots, a_n)$ for any $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n \in sg(X)$.

(Uniqueness) Let X and Y be two sets, such that $X \neq Y$, $\emptyset \neq X \subseteq A$ and $\emptyset \neq Y \subseteq A$.

Assume that $SG(X) = \langle sg(X), \sigma^X \rangle$ where $c^{SG(X)}(a_1, \dots, a_n) = c^A(a_1, \dots, a_n)$ for any $n \geq 0$ and $c \in \Sigma_n$ is a sub-ND-algebra of A generated by X , and $SG(Y) = \langle sg(Y), \sigma^Y \rangle$ such that $c^{SG(Y)}(b_1, \dots, b_n) = c^A(b_1, \dots, b_n)$ for any $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $b_1, \dots, b_n \in sg(Y)$ is a sub-ND-algebra of A generated by Y . Clearly $sg(X) = sg(Y)$ and $c^{SG(X)}(a_1, \dots, a_n) = c^A(a_1, \dots, a_n) = c^A(b_1, \dots, b_n) = c^{SG(Y)}(b_1, \dots, b_n)$, thus $\langle sg(X), \sigma^X \rangle = \langle sg(Y), \sigma^Y \rangle$.

Now we will prove that, if $h: A \rightarrow B$ is a homomorphism of ND-algebras, then the image by $h(X)$ of $SG(X)$ is contained in $SG(h[X])$.

Lemma 19: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras over Σ , $\emptyset \neq X \subseteq A$, and let $h: A \rightarrow B$ be a homomorphism of ND-algebras. If $E^n(X)$ and $E^n(h[X])$ are defined inductively as in Proposition 16, then $h[E^n(X)] \subseteq E^n(h[X])$.

Proof: The proof is by induction on n , for $n \geq 0$. If $n = 0$, $h[E^0(X)] = h[X] = E^0(h[X])$. Suppose that $h[E^n(X)] \subseteq E^n(h[X])$, then

$$\begin{aligned} & h[E^{n+1}(X)] = \\ & h[E^n(X) \cup \{c^A(a_1, \dots, a_k) : k \geq 0, c \in \Sigma_k \text{ and } a_1, \dots, a_k \in E^n(X)\}] = \\ & h[E^n(X)] \cup h[\{c^A(a_1, \dots, a_k) : k \geq 0, c \in \Sigma_k \text{ and } a_1, \dots, a_k \in E^n(X)\}] = \\ & E^n(h[X]) \cup \{h[c^A(a_1, \dots, a_k)] : k \geq 0, c \in \Sigma_k \text{ and } a_1, \dots, a_k \in E^n(X)\} = \\ & E^n(h[X]) \cup \{c^B(h(a_1), \dots, h(a_k)) : k \geq 0, c \in \Sigma_k \text{ and } h(a_1), \dots, h(a_k) \in E^n(h[X])\} = \\ & E^{n+1}(h[X]). \end{aligned}$$

Theorem 20: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras, $\emptyset \neq X \subseteq A$, and let $h: A \rightarrow B$ be a homomorphism of ND-algebras. Then

$$h[\text{sg}(X)] \subseteq \text{sg}(h[X]).$$

Proof: By Proposition 16 we have

$$h[\text{sg}(X)] = h[\cup\{E^n(X) : n \geq 0\}] = \cup\{h[E^n(X)] : n \geq 0\}.$$

Using the previous lemma and Proposition 16 we have again

$$\cup\{h[E^n(X)] : n \geq 0\} \subseteq \cup\{E^n(h[X]) : n \geq 0\} = \text{sg}(h[X]).$$

Therefore, $h[\text{sg}(X)] \subseteq \text{sg}(h[X])$.

Definition 21: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras over a signature Σ , $h: A \rightarrow B$ is a full homomorphism of ND-algebras over Σ , and let $A' = \langle A', \sigma'' \rangle$ be a sub-ND-algebra of A . Then $h(A') = \langle h[A'], \sigma^{h(A')} \rangle$ is the sub-ND-algebra such that, for all $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $b_1, \dots, b_n \in h[A']$,

$$c^{h(A')}(b_1, \dots, b_n) = \cup\{h[c^{A'}(a'_1, \dots, a'_n)] : h(a'_i) = b_i \text{ for } 1 \leq i \leq n\}.$$

Corollary 22: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ and $B = \langle B, \sigma' \rangle$ be two ND-algebras over a signature Σ , $h: A \rightarrow B$ is a full homomorphism of ND-algebras, and $\emptyset \neq X \subseteq A$. Then, the image by h of $\text{SG}(X)$ is a sub-ND-algebra of $\text{SG}(h[X])$.

Proof: It is clear that Theorem 20 is still valid when h is a full homomorphism, thus $[\text{sg}(X)] \subseteq \text{sg}(h[X])$ and for any $n \geq 0$, $c \in \Sigma_n$ and $b_1, \dots, b_n \in h[\text{sg}(X)]$, we have that

$$\begin{aligned} c^{h(\text{SG}(X))}(b_1, \dots, b_n) &= \cup\{h[c^{\text{SG}(X)}(a_1, \dots, a_n)] : h(a_i) = b_i \text{ for } 1 \leq i \leq n\} = \\ &= \cup\{h[c^A(a_1, \dots, a_n)] : h(a_i) = b_i \text{ for } 1 \leq i \leq n\} = \\ &= \cup\{c^B(h(a_1), \dots, h(a_n)) : h(a_i) = b_i \text{ for } 1 \leq i \leq n\} = \\ &= c^B(b_1, \dots, b_n) = c^{\text{SG}(h[X])}(b_1, \dots, b_n). \end{aligned}$$

5. PRODUCTS OF ND-ALGEBRAS.

Now, we analyze the definition of products in the category of ND-algebras, adapting the classic definition of products given in uni-

versal algebra. Thus, it will be shown that the category of ND-algebra over a given signature is closed by arbitrary products.

Definition 23 (ND-Products): Let $A_1 = \langle A_1, \sigma_1 \rangle$ and $A_2 = \langle A_2, \sigma_2 \rangle$ be two ND-algebras over Σ . The (direct) ND-product $A_1 \times A_2$ is the ND-algebra $\langle A_1 \times A_2, \sigma^P \rangle$ over Σ such that $c^{A_1 \times A_2}(\langle a_{11}, a_{21} \rangle, \dots, \langle a_{1n}, a_{2n} \rangle) = c^{A_1}(a_{11}, \dots, a_{1n}) \times c^{A_2}(a_{21}, \dots, a_{2n})$ for any $a_{1j} \in A_1$ and $a_{2j} \in A_2$, with $1 \leq j \leq n$. In particular, if $c \in \Sigma_0$, $c_{A_1 \times A_2} = \langle c_{A_1}, c_{A_2} \rangle$.

Definition 24 (canonical projections): Let A_1 and A_2 be sets. The function $\pi_i: A_1 \times A_2 \rightarrow A_i$ defined by $\pi_i(\langle a_1, a_2 \rangle) = a_i$ for every $a_1 \in A_1$ and $a_2 \in A_2$, is called the *ith- canonical projection* of $A_1 \times A_2$, for $i = 1, 2$.

Proposition 25: Let $A_1 = \langle A_1, \sigma_1 \rangle$ and $A_2 = \langle A_2, \sigma_2 \rangle$ be two ND-algebras on Σ . Then, the canonical projections $\pi_i: A_1 \times A_2 \rightarrow A_i$ ($i = 1, 2$) are full homomorphisms.

The proof is immediate from the definitions.

Proposition 26: Let $A_1 = \langle A_1, \sigma_1 \rangle$ and $A_2 = \langle A_2, \sigma_2 \rangle$ be two ND-algebras over Σ , and let $\pi_i: A_1 \times A_2 \rightarrow A_i$ ($i = 1, 2$) be the canonical projections of $A_1 \times A_2$. Then $\langle A_1 \times A_2, \langle \pi_1, \pi_2 \rangle \rangle$ is the product of A_1 and A_2 in the category $ND(\Sigma)$.

Proof: We have to show that $\langle A_1 \times A_2, \langle \pi_1, \pi_2 \rangle \rangle$ satisfies the following universal property: if $B = \langle B, \sigma' \rangle$ is a ND-algebra and $f_i: B \rightarrow A_i$, for $i = 1, 2$, are homomorphisms, then there is a unique homomorphism $h: B \rightarrow A_1 \times A_2$, such that $f_i = \pi_i \circ h$ for $i = 1, 2$. Thus, consider the function $h: B \rightarrow A_1 \times A_2$ such that $h(b) = \langle f_1(b), f_2(b) \rangle$, for all $b \in B$.

I) $h[c^B(b_1, \dots, b_n)] = \{h(b) : b \in c^B(b_1, \dots, b_n)\} = \{\langle f_1(b), f_2(b) \rangle : b \in c^B(b_1, \dots, b_n)\} \subseteq$

$f_1[c^B(b_1, \dots, b_n)] \times f_2[c^B(b_1, \dots, b_n)]$. As by hypothesis $f_i: B \rightarrow A_i$, for $i = 1, 2$ are homomorphisms, then $f_i[c^B(b_1, \dots, b_n)] \subseteq c^{A_i}(f_i(b_1), \dots, f_i(b_n))$ and, thus $h[c^B(b_1, \dots, b_n)] \subseteq c^{A_1}(f_1(b_1), \dots, f_1(b_n)) \times c^{A_2}(f_2(b_1), \dots, f_2(b_n)) = c^{A_1 \times A_2}(h(b_1), \dots, h(b_n))$. Therefore $h: B \rightarrow A_1 \times A_2$ is a homomorphism.

II) $f_i(b) = \pi_i(\langle f_1(b), f_2(b) \rangle) = \pi_i(h(b))$, for $i = 1, 2$, by the definition of h .

III) Suppose that there are two homomorphisms $h_1: B \rightarrow A_1 \times A_2$ and $h_2: B \rightarrow A_1 \times A_2$ such that $f_i = \pi_i \circ h_j$ for $i, j = 1, 2$. So $\pi_i(h_1(b)) = f_i(b) = \pi_i(h_2(b))$ for $i = 1, 2$ and $b \in B$. Therefore, $h_1 = h = h_2$ and so the homomorphism $h: B \rightarrow A_1 \times A_2$ is unique.

Definition 27 (general canonical projections): Let I be a set and let $(A_i)_{i \in I}$ be a family of ND-algebras over Σ . The function $\pi_j: \prod_{i \in I} A_i \rightarrow A_j$ defined by $\pi_j(a) = a(j)$, is called the *j-th canonical projection* of $\prod_{i \in I} A_i$.

Definition 29 (general products): Let I a set, such that $i \in I$ and $(A_i)_{i \in I}$ is a family of ND-algebras on Σ . The product (direct) $A = \prod_{i \in I} A_i$ is the ND-algebra $\langle \prod_{i \in I} A_i, \sigma^{PN} \rangle$ on Σ such that $c^A(a_1, \dots, a_n) = \prod_{i \in I} c^{A_i}(a_{i1}, \dots, a_{in})$, for all $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n \in \langle \prod_{i \in I} A_i \rangle$.

Proposition 28: The canonical projections $\pi_j: \prod_{i \in I} A_i \rightarrow A_j$ are full homomorphisms.

Proposition 30: Let I be a set, $(A_i)_{i \in I}$ is a family of ND-algebras over Σ , and let $\pi_j: \prod_{i \in I} A_i \rightarrow A_j$ be the *j-th canonical projection* of $\prod_{i \in I} A_i$. Then $\langle \prod_{i \in I} A_i, (\pi_i)_{i \in I} \rangle$ is the product of the family $(A_i)_{i \in I}$ in the category $ND(\Sigma)$.

6. INTERPRETATION OF FORMULAS IN ND-ALGEBRAS.

In this section we define the concept of interpretation of formulas (over a signature Σ) in an ND-algebra (over Σ). To do this, we must use assignments, which will interpret the schema variables occurring in the formula.

Definition 31 (Selector): Let A and B be non-empty sets, $g: B \rightarrow_M A$ is a multi-function, and A^B is the set of all functions from B to A . A *selector* of g is a function $\lambda: B \rightarrow A$ such that $\lambda(b) \in g(b)$ for all $b \in B$. Let $SEL(g) = \{\lambda \in A^B : \lambda \text{ is a selector of } g\}$.

Definition 32 (ND-assignment): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra. A *ND-assignment* in A is a function $\rho: \Xi \rightarrow A$.

Note that, as well as the constants assume a single value in ND-algebras (instead of a multiplicity of values), we will define, in a coherent way, that the variables are instantiated in individual values of the algebra, rather than being instantiated in non-empty sets of elements of the algebra. So, from our perspective, the non-determinism in the ND-algebras only appears in the complex level, that is, when operators (different of the constants) are effectively applied to the elements of the algebra.

Definition 33 (interpretation of formulas in a ND-algebra):

Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra and let ρ be a ND-assignment in A . The multifunction $(\cdot)^{A\rho}: L(\Sigma, \Xi) \rightarrow_M A$ is the *interpretation* of φ in A by ρ is the non-empty subset $\varphi^{A\rho}$ of A defined by induction on the complexity of the formula φ as follows:

$$\begin{aligned} \xi^{A\rho} &= \{\rho(\xi)\}, \text{ if } \xi \in \Xi; \\ c^{A\rho} &= \{c_A\}, \text{ if } c \in \Sigma_0; \\ c(\varphi_1, \dots, \varphi_n)^{A\rho} &= \cup\{c^A(a_1, \dots, a_n) : a_i \in \varphi_i^{A\rho} \text{ for } 1 \leq i \leq n\}, \text{ if } n > 0, c \in \Sigma_n \text{ and } \varphi_i \in L(\Sigma, \Xi), \text{ for } 1 \leq i \leq n. \end{aligned}$$

Notation: If ρ is an ND-assignment in a ND-algebra $A = \langle A, \sigma \rangle$, $\varphi \in L(\Sigma, \Xi_n)$ and $\rho(\xi_i) = a_i$, with $1 \leq i \leq n$, we will write $\varphi^A(a_1, \dots, a_n)$ instead of $\varphi^{A\rho}$.

7. ND-CONGRUENCES AND ND-QUOTIENT ALGEBRAS.

The concepts of congruence and quotient algebra are essential tools in Blok and Pigozzi's theory of algebraization of logical systems. Aiming for possible applications of ND-algebra theory within the algebraic semantics of logical systems, this section will discuss the definition of congruence and quotient algebra in the context of ND-algebras.

Definition 34 (ND-Congruence): Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over a signature Σ and let $\theta \subseteq A \times A$ be a relation in A . We say that θ is a *congruence* in A if, and only if:

- θ is an equivalence relation;
- for all $n > 0$, $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n, b_1, \dots, b_n \in A$, if $a_i \theta b_i$ for all $1 \leq i \leq n$, then:

for all $a \in c^A(a_1, \dots, a_n)$ there is $b \in c^A(b_1, \dots, b_n)$ such that $a\theta b$;
 for all $b \in c^A(b_1, \dots, b_n)$ there is $a \in c^A(a_1, \dots, a_n)$ such that $b\theta a$.

Example 7: Let $\Sigma = \{\wedge, \vee, \rightarrow, \neg, \circ\}$, A'_3 the ND-algebra introduced in Example 3, and let $\theta = \{\langle t'_1, t' \rangle, \langle t', t'_1 \rangle, \langle f'_1, f' \rangle, \langle f', f'_1 \rangle\} \cup \{\langle a, a \rangle \in A'_3\} \subseteq A'_3 \times A'_3$. Then θ is a congruence in A'_3 .

Proposition 35: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over a signature Σ and let $\theta \subseteq A \times A$ be a congruence on A . Then, for all $\varphi \in L(\Sigma, \Xi_n)$ (with $n > 0$) and for all $a_1, \dots, a_n, b_1, \dots, b_n \in A^n$ such that $a_i\theta b_i$ (for $1 \leq i \leq n$), the following holds:

for all $a \in \varphi^A(a_1, \dots, a_n)$ there is $b \in \varphi^A(b_1, \dots, b_n)$ such that $a\theta b$;
 for all $b \in \varphi^A(b_1, \dots, b_n)$ there is $a \in \varphi^A(a_1, \dots, a_n)$ such that $b\theta a$.

The proof can be easily done by induction on the complexity of φ .

Definition 36: Let $A = \langle A, \sigma \rangle$ be a ND-algebra over a signature Σ and let $\theta \subseteq A \times A$ be a congruence on A . The *ND-algebra quotient* of A by θ , denoted by A/θ , is the ND-algebra of universe A/θ with operations $c^{A/\theta}(a_1/\theta, \dots, a_n/\theta) = \{a/\theta : a \in c^A(a_1, \dots, a_n)\}$, where a/θ is the equivalence class of a , also called the *congruence class* of a .

Proposition 37: If $A = \langle A, \sigma \rangle$ is a ND-algebra over a signature Σ and $\theta \subseteq A \times A$ is a congruence on A , then A/θ is indeed a ND-algebra whose operations are well defined.

The proof is straightforward.

8. FILTERS, ULTRAFILTERS AND ULTRAPRODUCTS.

In this section we will show, using our definition of ND-algebra quotient, that it is possible to define the ultraproduct (this is, the reduced product with respect to an ultrafilter) of any family of ND-algebras.

Proposition 38: Let I be a set, $U \subseteq \wp(I)$ an ultrafilter on I , $(A_i)_{i \in I}$ a family of ND-algebras over Σ and $\theta_U \subseteq (\prod_{i \in I} A_i)^2$ defined as follows:

$a\theta_U b$ if and only if $\{i \in I : a(i) = b(i)\} \in U$. Then, θ_U is a congruence on the ND-algebra $A = \prod_{i \in I} A_i$.

Proof: Clearly θ_U is an equivalence relation. Now, we show that θ_U satisfies the definition of ND-congruence. Let $n > 0$, $c \in \Sigma_n$ and $a_1, \dots, a_n, b_1, \dots, b_n \in A = \prod_{i \in I} A_i$, such that $a_j \theta_U b_j$ for $1 \leq j \leq n$. Then, by definition of θ_U and by the properties of U we have that $R = \{i : a_1(i) = b_1(i), \dots, a_n(i) = b_n(i)\} \in U$.

Now, let $S = \{i : c^{A_i}(a_1(i), \dots, a_n(i)) = c^{A_i}(b_1(i), \dots, b_n(i))\} \in U$. Clearly $R \subseteq S$, therefore $S \in U$.

Let $x \in c^A(a_1, \dots, a_n) = \prod_{i \in I} c^{A_i}(a_1(i), \dots, a_n(i))$, and define $y \in A$ such that $y(i) = x(i)$, for $i \in S$, and $y(i) \in c^{A_i}(b_1(i), \dots, b_n(i))$, if $i \notin S$. Since $c^A(b_1, \dots, b_n) = \prod_{i \in I} c^{A_i}(b_1(i), \dots, b_n(i))$, then $y \in c^A(b_1, \dots, b_n)$. Moreover, $S \subseteq \{i : x(i) = y(i)\} = T$ and then $T \in U$. Therefore $x \theta_U y$.

Analogously we can prove that, if $y \in c^A(b_1, \dots, b_n)$, there is $x \in c^A(a_1, \dots, a_n)$ such that $y \theta_U x$.

This shows that θ_U is a congruence on the ND-algebra A .

Definition 39 (Ultraproduct): Let I be a set, $U \subseteq \wp(I)$ an ultrafilter on I , $(A_i)_{i \in I}$ a family of ND-algebras on Σ and $\theta_U \subseteq (\prod_{i \in I} A_i)^2$. The *ultra-product* $\prod_{i \in I} A_i / U$ is the ND-algebra quotient $\prod_{i \in I} A_i / \theta_U$.

FINAL CONSIDERATIONS

The study of the usual logical matrices and Nmatrices, but mainly the fundamental tools of universal algebra, enabled the development of the first original results in what we call *non-deterministic universal algebra*.

In this theory, non-deterministic algebraic structures called *ND-algebras* were introduced, whose non-deterministic operations produce non-empty sets of values, rather than individual values. Several notions and basic constructions from universal algebra were adapted to the non-deterministic framework.

Concerning the next steps, we will focus our efforts in the methodology from Abstract Algebraic Logic (AAL, in short), inaugurated by W.

Blok and D. Pigozzi (see [7], [8], [6]), extending techniques involving usual matrices for the more general context of Nmatrices. Thus, many of the known results in the literature on the application of the theory of logic matrices (most of these results can be found in [14] and [20]) could be applied to other logics that do not have a characterization by finite matrices.

Acknowledgements:

This project was sponsored by FAPESP, Brazil. The second author was also supported by a research grant from CNPq (Brazil).

REFERENCES

- Avron and B. Konikowska. Multi-valued calculi for logics based on non-determinism. *Logic Journal of the IGPL*, 13(4):365–387, 2005.
- Avron and I. Lev. Canonical propositional gentzen-type systems. In *Proceedings of the First International Joint Conference on Automated Reasoning, IJCAR '01*, pages 529–544. Springer-Verlag, London, UK, 2001.
- Avron and I. Lev. Non-deterministic multiple-valued structures. *J. Log. and Comput.*, volume 15, pages 241–261. Oxford University Press, Oxford, UK, June 2005.
- Avron and A. Zamansky. Non-deterministic semantics for logical systems. In Dov M. Gabbay and Franz Guenther, editors, *Handbook of Philosophical Logic*, volume 16 of *Handbook of Philosophical Logic*, pages 227–304. Springer Netherlands, 2011.
- Arnon Avron. Non-deterministic matrices and modular semantics of rules. In Jean-Yves Beziau, editor, *Logica Universalis*, pages 155–173. Birkhäuser Basel, 2007.
- W. J. Blok and D. Pigozzi. Abstract algebraic logic and the deduction theorem. *Bull. of Symbolic Logic*, to appear.
- W. J. Blok and D. Pigozzi. A Characterization of Algebraizable Logics. Internal Report, Univ. Illinois at Chicago, 1986.
- W. J. Blok and D. Pigozzi. Algebraizable logics. *Memories of the American Mathematical Society*, 396, 1989.
- L. Bolc and P. Borowik. *Many-Valued Logics: Volume 1: Theoretical Foundations*. Many-valued Logics. Springer, 1992.

W. A. Carnielli, M.E. Coniglio, and J. Marcos. Logics of Formal Inconsistency. In D. Gabbay and F. Guenther, editors, *Handbook of Philosophical Logic* (2nd. edition), volume 14, pages 1–93. Springer, 2007.

W.A. Carnielli and J. Marcos. A taxonomy of C-systems. In W. A. Carnielli, M. E. Coniglio, and I. M. L. D'Ottaviano, editors, *Paraconsistency - the Logical Way to the Inconsistent*, volume 228 of *Lecture Notes in Pure and Applied Mathematics*, pages 1–94, New York, 2002. Marcel Dekker.

K. Denecke and S.L. Wismath. *Universal Algebra and Applications in Theoretical Computer Science*. Chapman and Hall, 2002.

L. Fariñas del Cerro, M. E. Coniglio and N. M. Peron. Nmatrices for modal logic. To appear.

J. M. Font and R. Jansana. A general algebraic semantics for sentential logics. In *Lecture Notes in Logic*, Vol. VII. Association for Symbolic Logic, 2009.

S. Gottwald. *A Treatise on Many-Valued Logics*. Studies in Logic and Computation. Research Studies Press, 2001.

R. Hahnle. Advanced many-valued logics. *Handbook of Philosophical Logic*, 2:297–395, 2001.

J. Loś and R. Suszko. Remarks on sentential logics. *The Journal of Symbolic Logic*, volume 40, pages 603–604. Dec 1975.

G. Malinowski. *Many-Valued Logics*. Oxford Logic Guides. Clarendon Press, 1993.

S. Meldal and M. Walicki. Nondeterministic Operators in Algebraic Frameworks. Technical report CSL–TR–95–664. Program Analysis and Verification Group Report No. 69. Computer Systems Laboratory, Department of Electrical Engineering and Computer Science, Stanford University, 1995.

J. B. Rosser and A. R. Turquette. *Many-valued logics*. Studies in logic and the foundations of mathematics. Greenwood Press, 1977.

R. Wójcicki. *Lectures on Propositional Calculi*. Pub. House of the Polish Academy of Sciences, 1984.

Completude algébrica da lógica do quantificador “muitos”

Luiz Henrique da Cruz Silvestrini
Hércules de Araujo Feitosa
Camila Augusta Vaine
UNESP

1. INTRODUÇÃO

A lógica trata, grosso modo, da relação de consequência que se estabelece entre premissas e conclusão de um argumento, de modo a determinar a validade do raciocínio ou do argumento tratado. Para se analisar raciocínios ou argumentos, do ponto de vista lógico, é preciso, em geral, o uso de alguma linguagem artificial que não esteja subordinada às questões subjetivas ou a fatores como imprecisão e ambiguidades, inerentes às linguagens naturais. No entanto, devido à aplicabilidade de tais linguagens artificiais, em diversas áreas científicas e técnicas, justamente por seu caráter objetivo e analítico, foram percebidas diversas lacunas que as linguagens lógicas mais usuais apresentam com relação às linguagens naturais e, por conseguinte, surgiu a necessidade de estender tais linguagens.

Motivados por questões relativas ao raciocínio indutivo e a formalização dos conceitos que envolvam expressões do tipo: “muitos”, “a maioria”, “uma boa parte”, etc, surgiram trabalhos com o objetivo de sistematizar e formalizar algumas formas de argumento indutivo.

Carnielli e Grácio apresentaram, em 2008, uma ampla família de sistemas lógicos, a família das *lógicas moduladas*, caracterizada pela inclusão de novos quantificadores generalizados na linguagem da lógica de primeira ordem, chamados de *quantificadores modulados*. Os modelos destas lógicas são estruturas de primeira ordem acrescidas

de estruturas matemáticas específicas para a formalização desses novos quantificadores.

Inspirados pelas lógicas moduladas, as quais são introduzidas num ambiente quantificacional, Feitosa, Nascimento, Grácio (2009), apresentaram uma estrutura algébrica chamada *álgebra do muito*, e neste novo contexto lógico, o *muito* é formalizado através de um novo operador proposicional.

Desse modo, temos, por um lado, os trabalhos de Carnielli e Grácio (1998), em que a lógica *do muito* é apresentada em um ambiente quantificacional, e Feitosa *et al.* (2009), que introduziram uma lógica *do muito* em ambiente proposicional, e, por outro lado, temos as *álgebras monádicas*, introduzidas por Halmos (1962). Para o ambiente quantificacional temos a estrutura matemática denominada *família fechada superiormente própria*, a qual captura a noção de *muitos*, ou seja, o modelo apresentado para a lógica *do muito* é composto de uma estrutura de primeira ordem com o acréscimo da família fechada superiormente própria. Neste trabalho, introduzimos as *álgebras monádicas do muito*, um modelo alternativo, agora de carácter algébrico, para a lógica *do muito* e demonstramos os teoremas de correção e completude para esta nova lógica em uma versão puramente algébrica, segundo a abordagem de Halmos (1962).

2. A LÓGICA DO MUITO

Carnielli e Grácio (2008) estabeleceram uma formalização no ambiente quantificacional para o conceito de *muitos*. A lógica do muito é apresentada como uma extensão da lógica de primeira ordem clássica pelo acréscimo de um novo quantificador para *muitos*, de maneira que uma sentença do tipo $\bar{\cup}(x)\varphi(x)$ deva ser entendida por “muitos indivíduos satisfazem a condição φ ”.

Para a caracterização da lógica *do muito*, denotada por $\mathcal{L}(\bar{\cup})$, acrescentamos um novo quantificador $\bar{\cup}$ na linguagem da lógica clássica de primeira ordem. Dessa forma, temos a linguagem $\mathcal{L}(\bar{\cup}) = (\wedge, \vee, \neg, \rightarrow, \forall, \exists, \bar{\cup})$, aqui o símbolo \Leftrightarrow é definido como usualmente e a lógica do muito é determinada pelos seguintes axiomas:

Ax_0 : Axiomas do cálculo quantificacional clássico;

Ax_1 : $\forall x (\varphi(x) \Leftrightarrow \lambda(x)) \rightarrow (\bar{\cup}x \varphi(x) \Leftrightarrow \bar{\cup}x \lambda(x))$;

$AX_2: \bar{\cup}x \varphi(x) \rightarrow \bar{\cup}y \varphi(y)$, quando y é livre para x em $\varphi(x)$;

$AX_3: \forall x \varphi(x) \rightarrow \bar{\cup}x \varphi(x)$;

$AX_4: \bar{\cup}x \varphi(x) \rightarrow \exists x \varphi(x)$;

$AX_5: \forall x (\varphi(x) \rightarrow \lambda(x)) \rightarrow (\bar{\cup}x \varphi(x) \rightarrow \bar{\cup}x \lambda(x))$.

A partir disso, Carnielli e Grácio demonstraram que a lógica do *muito* é correta e completa, com respeito às estruturas de família fechada superiormente própria.

3. A ÁLGEBRA MONÁDICA PARA MUITOS

Definimos, a seguir, uma álgebra monádica para o quantificador *muitos*. Iniciamos com a álgebra monádica de Halmos.

Halmos (1962) introduziu a seguinte definição: um quantificador universal é uma função \forall de uma álgebra de Boole B nela mesma que satisfaz as seguintes condições: (i) $\forall 1 = 1$; (ii) $\forall p \leq p$; (iii) $\forall(p \wedge q) = \forall p \wedge \forall q$; (iv) $\forall \forall p = \forall p$, e (v) $\forall(\sim(\forall p)) = \sim(\forall p)$.

É possível relacionar o quantificador existencial com o quantificador universal. Para isso, se B é uma álgebra de Boole sobre a qual está definido o quantificador universal, então o quantificador existencial é dado por: $\exists p = \sim(\forall(\sim p))$.

Também a partir do quantificador existencial podemos definir o quantificador universal por $\forall p = \sim(\exists(\sim p))$. Observamos que \forall tem as mesmas relações para o intuitivo “todo” como \exists tem para “alguns”.

Uma álgebra monádica é um par (B, \forall) em que B é uma álgebra de Boole e \forall é um quantificador universal sobre B .

Halmos mostrou a correção e completude da lógica monádica de primeira ordem relativa às álgebras monádicas.

Agora, a definição da álgebra monádica para muitos.

Um quantificador para muito é uma função $\bar{\cup}$ de uma álgebra monádica em si mesma, que satisfaz as condições: (i) $\forall p \leq \bar{\cup}p$; (ii) $\bar{\cup}p \leq \exists p$; (iii) $\bar{\cup}(p \wedge q) \leq \bar{\cup}p$.

Uma álgebra monádica para muitos é uma terna $(B, \forall, \bar{\cup})$ em que (B, \forall) é uma álgebra monádica e $\bar{\cup}$ é quantificador para muitos sobre (B, \forall) .

4. A ADEQUAÇÃO DE $\mathcal{L}(\bar{\cup})$

De modo semelhante à demonstração da adequação para

a lógica monádica feita por Halmos e Givant (1998), mostramos a completude algébrica da lógica monádica para muitos e a álgebra monádica para *muitos*.

Um modelo é uma lógica monádica *do muito* $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$, em que \mathcal{M} é uma álgebra **O**-valorada monádica funcional *do muito* com um domínio não-vazio e \mathbf{F} é o filtro trivial *do muito* $\{1\}$.

Uma interpretação de uma lógica monádica *do muito* $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$ em um modelo $(\mathbf{B}, \{1\})$ é um homomorfismo monádico *do muito* f de \mathcal{M} em \mathbf{B} tal que, se $p \in \mathbf{F}$, então $f(p) = 1$.

Teorema 4.1: A lógica monádica *do muito* $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$ é semanticamente correta se ela tem uma interpretação, isto é, se existe um homomorfismo $f: (\mathcal{M}, \mathbf{F}) \rightarrow (\mathbf{B}, \{1\})$, tal que se $p \in \mathbf{F}$, então $f(p) \neq 1$.

Demonstração: Para todo elemento p_0 , tal que $p_0 \neq 1$, de toda álgebra monádica *do muito* \mathcal{M} , existe um homomorfismo f de \mathcal{M} numa álgebra monádica *do muito* e simples, tal que $f(p_0) \neq 1$. Logo, $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$ é correta apenas no caso do filtro \mathbf{F} ser próprio.

O homomorfismo canônico f é definido de $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$ em $(\mathcal{M}/\mathbf{H}, \{1\})$. Além disso, considerando que \mathcal{M}/\mathbf{H} é simples, pois \mathbf{H} é maximal, então $(\mathcal{M}/\mathbf{H}, \{1\})$ é isomorfo a um modelo $(\mathbf{B}, \{1\})$, Portanto, f é uma interpretação.

Um elemento p de \mathcal{M} é *válido* se é verdadeiro em toda interpretação.

Corolário 4.2: (Correção) Se p é demonstrável em $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$, então p é válido em $(\mathbf{B}, \{1\})$.

Uma álgebra monádica *do muito* é *semisimples* se a intersecção de todos os filtros maximais *do muito* em \mathcal{M} é $\{1\}$.

Uma lógica é *semanticamente completa* segundo um modelo se todo elemento válido é demonstrável na lógica.

Finalmente, podemos enunciar o teorema da completude.

Teorema 4.3 (Teorema da completude semântica para a lógica monádica *do muito*): Toda lógica monádica *do muito* é semanticamente

completa.

Demonstração: Verificamos quando \mathcal{M}/\mathbf{F} é semissimples, ou seja, de fato temos que toda álgebra monádica *do muito* é semissimples.

Desse modo, pelo Teorema 4.3, mostramos que se p é refutável em $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$, então p não é válido em $(\mathbf{B}, \{1\})$. Ou ainda, Se p é válido em $(\mathbf{B}, \{1\})$, então p é demonstrável em $(\mathcal{M}, \mathbf{F})$.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente artigo propusemos as álgebras monádicas *do muito*, inspirados na álgebra monádica de Halmos (1962). Dessa forma, estabelecemos o nosso modelo algébrico, ou seja, as álgebras monádicas *do muito*, adaptando os resultados válidos para modelos algébricos Booleanos para o conceito de *muito*. Com efeito, uma álgebra monádica *do muito* é uma álgebra monádica *à lá* Halmos, com o acréscimo do quantificador $\bar{\cup}$ e, esta, por sua vez, é uma álgebra Booleana.

A partir do modelo proposto, mostramos que a lógica monádica *do muito* é correta e completa.

Referências

- CARNIELLI, W. A.; GRÁCIO, M. C. C. Modulated logics and flexible reasoning. *Logic and Logical Philosophy*, v. 17, n. 3, p. 211-249, 2008.
- FEITOSA, H. A.; NASCIMENTO, M. C.; GRÁCIO, M. C. C. Algebraic elements for the notion of ‘many’. *CLE e-Prints*, Campinas, v. 9, n. 1, 2009. Disponível em:
<<ftp://ftp.cle.unicamp.br/pub/e-prints/vol.9,n.1,2009.pdf>>. Acesso em: 3 mar. 2009.
- HALMOS, P. R.; GIVANT, S. *Logic as algebra*. New York: The Mathematical Association of America, 1998.
- HALMOS, P. R. *Algebraic logic*. Chelsea Publishing Company, 1962.
- VAINE, C. A. Um modelo algébrico para a lógica do muito. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Universidade Estadual Paulista. Marília: 2013.

Composição e identidade são equivalentes?

Rhamon de Oliveira Nunes

Universidade Federal do Rio de Janeiro

INTRODUÇÃO

Mereologia é o estudo da relação ‘ser parte de’. Seu objetivo é descrever rigorosamente o comportamento lógico desta relação de modo a elucidar os conceitos de ‘parte’ e ‘todo’. Dizemos que as partes compõem o todo e de modo inverso, que o todo é composto por suas partes. Por exemplo, podemos afirmar que uma duna é composta por diversos grãos de areia, ou que um carro é composto por diversas peças mecânicas.

Uma questão que surge quando discutimos problemas mereológicos diz respeito à natureza de um todo. Afinal, o que é ele? A resposta imediata é a de que um todo nada mais é do que um objeto que possui partes. Mas que objeto é este? Seria ele distinto de suas partes constituintes ainda que intimamente relacionado a elas? Ou um todo não seria nada mais do que as partes tomadas coletivamente?

Alguns filósofos contemporâneos dão uma resposta positiva à segunda das duas perguntas acima. À tese de que o todo é idêntico às suas partes constituintes chamarei de tese da *Composição como Identidade*. Os defensores desta tese afirmam que o todo não é nada a mais ou além (*over and above*) das partes tomadas coletivamente. De modo mais concreto, tais filósofos acreditam que um carro, por exemplo, não

é nada além de uma pluralidade de partes – suas peças mecânicas, eletrônicas, etc. – tomadas em grupo. Esta tese parece bastante plausível, principalmente se pensarmos em exemplos ainda mais óbvios: imagine um terreno que é dividido em seis parcelas menores. Suponha que o dono deste terreno decida vender as partes do mesmo. Certamente esta pessoa terá também vendido o todo – e vice-versa: não é possível vender o todo sem vender também as partes. Isso nos dá a intuição de que o todo composto pelas seis partes do terreno não é uma sétima coisa a mais ou além das partes em questão.

Numa formulação precisa, os adeptos da Composição como Identidade acreditam que a relação mereológica de composição – a relação que as diversas partes estabelecem entre si na medida em que formam um todo – é equivalente à relação de identidade, a saber, a relação que qualquer objeto estabelece consigo mesmo e com nada além. Daí a afirmação de que o todo é *idêntico* à soma de suas partes. Entre os diversos filósofos que defenderam tal tese encontram-se nomes como Donald Baxter, David Lewis e David Armstrong, entre outros. Lewis dedica uma seção inteira de seu livro *Parts of Classes* para a defesa de que a relação mereológica de composição é análoga à relação lógica de identidade, tendo se tornado uma das principais referências no debate sobre o assunto.

MOTIVAÇÕES

Mas afinal, o quê motiva a sustentação de uma tese como essa e porque diversos filósofos têm discutido esta questão? O problema estritamente lógico sobre a equivalência entre as relações de composição e identidade tem raízes na discussão metafísica a respeito da estrutura dos objetos – em especial dos objetos concretos. De acordo com o que se convencionou chamar de Mereologia Extensional Clássica, dada uma pluralidade de objetos quaisquer, existe um objeto adicional que é a soma ou fusão mereológica dos primeiros, de forma análoga ao que ocorre na teoria de conjuntos. Partindo do pressuposto de que a Mereologia Extensional Clássica é a teoria correta a respeito das relações parte-todo, é no mínimo estranho admitir de forma irrestrita a existência de fusões ou somas mereológicas. Em primeiro lugar porque isso

nos levaria a reconhecer a existência de uma série de objetos que normalmente seriam ignorados, como a soma mereológica de Marte com Júpiter, por exemplo. Em segundo lugar, este aspecto da mereologia a torna uma teoria pouco econômica do ponto de vista ontológico. Onde o senso comum reconhece a existência de dois objetos, o mereólogo adiciona mais um, a saber, a soma dos dois primeiros – em geral, a cardinalidade do universo do mereólogo será sempre 2 elevado ao número de objetos originais, menos 1.

Para os defensores da mereologia este aumento na quantidade de objetos não é problemático porque as somas mereológicas não são nada a mais ou além daquilo que já foi previamente aceito. Ou seja, sendo o todo idêntico às suas partes constituintes, a mereologia é *ontologicamente inocente*, assim como a lógica é ontologicamente inocente.

Em *Parts of Classes* David Lewis tenta deixar este ponto bastante claro ao defender a mereologia das diversas críticas normalmente levantadas contra a teoria, em especial à ideia de fusões irrestritas:

“Se nós aceitarmos a mereologia, nós estaremos comprometidos com a existência de todo o tipo de fusões mereológicas. Mas dado um comprometimento anterior com gatos, por exemplo, um comprometimento com fusões de gatos não é um comprometimento adicional. A fusão não é nada além ou a mais do que os gatos que a compõem. Ela apenas *é* os gatos [it just *is* them]. Os gatos apenas *são* ela [they just *are* it]. Tome-os juntos ou tome-os separados, os gatos são a mesma porção da realidade de qualquer maneira. Comprometa-se com a existência deles juntos ou um de cada vez, será o mesmo comprometimento de qualquer maneira.” (Lewis, 1991, pp. 81)

Lewis contrasta as somas mereológicas com as entidades abstratas na teoria de conjuntos. Nesta última, ao nos comprometermos com a existência de um objeto, estamos nos comprometendo também com a existência de outra entidade, a saber, o conjunto unitário do primeiro objeto, e assim por diante, uma vez que deveremos admitir o conjunto do conjunto unitário, etc. *ad infinitum*. O mesmo não ocorre na mereologia graças à Composição como Identidade. Considerar o todo distinto de suas partes tomadas em grupo seria uma consideração redundante.

FORMULAÇÕES

Existem pelo menos duas formulações da tese da Composição como Identidade. A primeira formulação é chamada de tese *fraca*. Tal tese sustenta que a relação de composição é apenas análoga à identidade. Adeptos desta concepção costumam afirmar que o todo é ‘*por assim dizer*’, idêntico às suas partes tomadas em grupo. A segunda formulação é a tese *forte*, que sustenta que composição é *literalmente* identidade. Lewis defende explicitamente a versão fraca da tese, afirmando que composição é *análoga* à identidade, rejeitando assim a tese mais forte. De acordo com ele, existem pelo menos cinco aspectos de acordo com os quais é possível construir uma analogia entre composição e identidade. Seriam eles:

1. **Inocência Ontológica:** Assim como é redundante afirmar a existência de um objeto x e depois afirmar a existência de um objeto y idêntico à x , também é redundante afirmar a existência de dois objetos a e b e em seguida afirmar a existência de sua fusão mereológica c .
2. **Composição Irrestrita:** Não existem critérios para a existência de um objeto c composto pelos objetos a e b . Se os últimos existem, então o primeiro existe automaticamente. Da mesma forma não existem critérios para a existência de um objeto y idêntico a um objeto x . Se x existe, então existe um y tal que y é idêntico à x .
3. **Singularidade da Composição:** Assim como não podem existir duas coisas diferentes ambas idênticas a um objeto x , também não é possível que existam duas fusões distintas de a e b – de acordo com o axioma de extensionalidade da Mereologia Clássica, dois objetos compostos pelas mesmas partes são idênticos.
4. **Facilidade de Descrição:** Descrever um objeto x completamente significa descrever um objeto y idêntico à x completamente. Descrever dois objetos a e b completamente significa descrever sua fusão, c , completamente.

5. **Co-locação:** O objeto y idêntico ao objeto x existe ocupando o mesmo lugar, tempo ou mundo possível que o objeto x . Da mesma forma, a fusão c dos objetos a e b existe ocupando o mesmo lugar, tempo ou mundo possível que a e b .

CRÍTICAS

A primeira objeção às posições de Lewis é a de que a mereologia não é ontologicamente inocente. Esta objeção vai diretamente contra a tese de Composição como Identidade, sendo assim, a mais relevante. Em seu artigo de 1999, intitulado "Is Mereology Ontological Innocent?" Byeong-Uk Yi sustenta contra Lewis que um comprometimento com fusões mereológicas é sim um comprometimento adicional. O argumento se dá como se segue:

Suponha que Rachel afirme as seguintes sentenças:

- a) "Existe um gato chamado Tom".
- b) "Existe um rato chamado Jerry que é mais esperto que Tom".

Rachel se compromete ontologicamente afirmando a existência de Tom e Jerry. Afirmar a existência de Tom e Jerry são dois comprometimentos distintos porque eles não são idênticos.

De acordo com Lewis, existe ainda um terceiro objeto com o qual Rachel deve se comprometer ontologicamente: a fusão mereológica de Tom e Jerry, que podemos chamar de Genie. Mas apesar disso, argumenta Lewis, como Genie é idêntico a Tom e Jerry tomados coletivamente, então admitir sua existência não é um comprometimento ontológico adicional aos anteriores.

Porém, suponha que Rachel adicione ainda a seguinte sentença:

- c) "Nenhum gato é parte de um rato e nenhum rato é parte de um gato".

Agora a situação parece ser diferente, porque se Tom e Jerry são partes de Genie, então Genie não pode ser nem um gato nem um rato. Ainda, Genie não é idêntico a Tom ou Jerry tomados individualmen-

te – um todo não é idêntico à cada uma de suas partes isoladamente. Assim, Genie, Tom e Jerry possuem propriedades distintas, o que, de acordo com o princípio de Identidade dos Indiscerníveis, já é suficiente para diferenciá-los.

A segunda crítica que poderia ser levantada vai contra a noção de Composição Irrestrita. A discussão a respeito de quando a composição ocorre ou não é paralela à de se o todo é idêntico ou não às suas partes, e normalmente é identificada como *Questão Especial Sobre a Composição*. Uma resposta a essa questão seria uma estipulação de condições necessárias e suficientes para que um objeto seja tomado como parte de outro, e normalmente as respostas variam entre três possibilidades: sempre (universalismo mereológico), às vezes (composição restrita) ou nunca (nihilismo mereológico). Em *On The Plurality of Worlds* Lewis elabora um argumento muito influente na literatura recente contra a composição restrita, chamado de *argumento da vagueza* que o leva a adotar o universalismo mereológico. Porém, rejeitar critérios para a ocorrência da composição não é suficiente para convencer alguém a aceitar o universalismo mereológico, visto que o nihilismo ainda é uma opção a ser considerada. Em outras palavras, qualquer um que negue a ocorrência irrestrita de fusões mereológicas negará que isso pode ser usado como critério de analogia entre composição e identidade. É certo que se existe um objeto x , então existe um y tal que y é idêntico à x , mas não é óbvio que existam fusões mereológicas sempre que existirem objetos quaisquer.

Por fim, o critério de facilidade de descrição no caso de fusões e suas partes é duvidoso. Não parece óbvio que descrever as partes seja suficiente para descrever o todo. Yi aponta o seguinte: “descrevê-los (Tom e Jerry) permite a alguém que aceita a mereologia tirar conclusões a respeito das características de Genie, mas uma coisa é alguém permitir a outro fazer inferências sobre alguma coisa, outra bem distinta é descrever essa coisa” (Yi, 1999 pp. 10).

TESE FORTE DE COMPOSIÇÃO COMO IDENTIDADE

Se a tese fraca de Composição como Identidade levanta tantos problemas, porque Lewis não admite simplesmente a tese forte de que a relação de composição é *literalmente* a relação de identidade?

Existem pelo menos duas razões para isso. A primeira delas é o fato de que seria necessário dar conta da relação clássica de identidade, que é uma relação do tipo um-um. A relação de composição é uma relação do tipo um-muitos – o todo e suas partes. Uma alternativa seria apelar para a quantificação plural, mas mesmo neste caso, a situação é difícil. Normalmente, em lógicas plurais, quantifica-se sobre pluralidades em sentenças do tipo “os F’s são G’s”. Mas o que é necessário no caso da composição é uma quantificação híbrida que toma termos singulares e plurais como em “as partes são o todo”. Mesmo que isso seja possível, outro problema surge: seria necessário desenvolver um tratamento desta identificação que não violasse a Lei de Leibniz. Isso não parece simples uma vez que por definição, o todo é um e as partes são múltiplas. A lei de Leibniz, ou princípio de Indiscernibilidade dos Idênticos nos diz que dois objetos só são idênticos caso compartilhem *todas* as suas propriedades.

Estes dois motivos são suficientes para convencer Lewis de que não é possível admitir a tese forte de que composição é literalmente identidade. Apesar disso, filósofos recentes como Meg Wallace (2009) e Elinar Bohn (2009) têm tentado desenvolver tanto uma linguagem plural híbrida quanto tratamentos da Lei de Leibniz. Com relação a esta última, o artigo clássico de D. Baxter de 1988, intitulado *Many-One Identity* propõe uma revisão radical das nossas intuições a respeito da noção clássica de identidade expressa pela Lei de Leibniz.

CONCLUSÃO

Lewis, entre outros, sustenta que a única maneira de garantir a inocência ontológica da mereologia é mostrando que o comprometimento ontológico com o todo não é nada adicional ao comprometimento com as partes que o compõem. A estratégia consiste em argumentar a favor da ideia de que existe uma relação tão íntima entre o todo e as partes, que é legítimo considerar esta relação como sendo um tipo de identidade. Ainda assim, para ele, a semelhança entre as relações de composição e identidade por mais próximas, são na melhor das hipóteses, analógicas. Lewis tenta garantir esta analogia entre composição e identidade listando aspectos que supostamente aproximam as duas re-

lações em questão. Estes aspectos, no entanto, são bastante controversos e muitas vezes – especialmente no caso da Composição Irrestrita e Singularidade da Composição – levantam outras questões filosóficas contra a Mereologia Extensional Clássica.

REFERÊNCIAS

- BAXTER, D. Many-One Identity. *Philosophical Papers*, vol. 17, n. 3, p. 193-216, 1988.
- HARTE, V. Plato On Parts and Wholes. *Clarendon Press*, Oxford. 2002.
- LEWIS, D. Against Structural Universals. *Australasian Journal Of Philosophy*, vol. 64, p. 25-46, 1986a.
- _____. On the Plurality Of Worlds. *Blackwell Publishers*, Oxford. 1986b.
- _____. Parts Of Classes. *Blackwell Publishers*, Oxford. 1991.
- VAN INWAGEN, P. Material Beings. *Cornell University Press*, Ithaca e Londres. 1990.
- VARZI, A. Mereology. Disponível em: <http://plato.stanford.edu/entries/mereology/>. Acessado em 03/10/2014.
- YI, B.-U. Is Mereology Ontologically Innocent? *Philosophical Studies: An International Journal for Philosophy in the Analytic Tradition*, vol. 93, n. 2, p.141-160, 1999.

Ficcionalismo e aplicabilidade da matemática

Aline da Silva Dias

UFPR

I

Por muito tempo a matemática foi vista de uma perspectiva predominantemente platonista, i.e., foi considerada verdadeira, necessária e objetiva em virtude de seus enunciados fazerem referência a objetos abstratos. Ainda que de um ponto de vista da prática matemática essa perspectiva pareça intuitiva, de um ponto de vista ontológico e epistemológico, ela é problemática. A dificuldade em responder questões sobre como determinar algo a respeito desses objetos e como ter qualquer conhecimento sobre eles acabou por motivar o desenvolvimento de teorias que explicassem a matemática sem recorrer a objetos abstratos. Uma reação platonista a isso se deu com a introdução do chamado “argumento da indispensabilidade Quine-Putnam” no debate, argumento que pode ser resumido como se segue: devemos nos comprometer com a existência de entidades matemáticas abstratas, pois elas são indispensáveis a nossas melhores teorias científicas. Atualmente, este é considerado o melhor argumento em favor do platonismo matemático. Por isso, os antiplatonistas precisam refutar ou, ao menos, contornar este argumento, fornecendo uma explicação da aplicabilidade indispensável da matemática nas ciências empíricas sem pressupor a existência de objetos abstratos. O objetivo deste trabalho é

abordar uma das tentativas antiplatonistas de explicar a aplicabilidade indispensável da matemática, a saber, o ficcionalismo, em específico, aquele sustentado por Mark Balaguer. O ficcionalista em geral afirma que teorias matemáticas são falsas, pois versam sobre objetos abstratos e estes não existem. Apesar disso, Balaguer procura mostrar que ainda assim é possível conciliar a visão ficcionalista com a aplicabilidade indispensável da matemática, sem que haja qualquer prejuízo para as teorias científicas. Procuraremos, portanto, apresentar essa proposta.

II

O platonismo matemático é uma concepção primariamente metafísica que sustenta que existem objetos matemáticos abstratos, i.e., objetos que existem fora do espaço-tempo, não possuem poderes causais, não são físicos nem mentais e existem independentemente de nossa existência. Além disso, os platonistas defendem que teorias matemáticas são descrições (verdadeiras) de um reino de entidades que realmente existem. Analogamente ao que acontece no discurso ordinário, ou mesmo em discursos científicos não matemáticos, nos quais são feitas afirmações sobre objetos – como em, por exemplo, “a grama é verde” – na matemática também são feitas afirmações sobre objetos – como em “2 é um número primo”. Nos dois casos há uma referência a, uma descrição verdadeira de, um objeto, com a diferença residindo no fato de que no primeiro caso o objeto em questão é físico (a grama), enquanto que, no segundo caso, ele é abstrato (o número 2). A linguagem matemática, assim, refere-se diretamente a objetos matemáticos abstratos como números, conjuntos, funções, etc.; entendidos como entidades que não estão localizadas no espaço nem no tempo, não sendo possível verificarmos sua existência por meio de nossa percepção (PARSONS, 2008, pgs. 1-2).

Essa postura com relação à existência de objetos matemáticos foi predominante durante muito tempo na filosofia da matemática, mas tal postura foi desafiada pois parece não dar conta de explicar como obtemos conhecimento matemático, uma vez que não temos acesso ao reino no qual os objetos matemáticos abstratos se encontrariam. Várias foram as tentativas de explicar tal fato, mas a concepção que foi me-

lhor sucedida nessa tarefa foi aquela que afirma que é possível conhecer aqueles objetos abstratos, ainda que não haja nenhum contato com eles. Os defensores de tal concepção se apoiam em um argumento inspirado por alguns dos escritos de Quine (2010; 2010b; 1981) e também de Putnam (1971; 1985; 1995), que ficou conhecido como “argumento da indispensabilidade Quine-Putnam”.

Esse argumento pode ser apresentado como se segue:

P1. Devemos nos comprometer ontologicamente com todas e apenas as entidades que são indispensáveis a nossas melhores teorias científicas.

P2. Entidades matemáticas são indispensáveis a nossas melhores teorias científicas.

Portanto:

C. Devemos nos comprometer ontologicamente com entidades matemáticas. (COLYVAN, 2001, p. 11)

Nos debates mais recentes em filosofia da matemática, este é amplamente considerado como o melhor argumento em favor do platonismo. Esse argumento apela ao fato de que a matemática parece ser indispensável às ciências empíricas. A partir disso deveríamos acreditar na existência de entidades matemáticas do mesmo modo como acreditamos em outras entidades teóricas da ciência, uma vez que a evidência que confirma a existência destas últimas é a mesma evidência que confirma também a existência das primeiras, pois essa evidência confirma a teoria científica como um todo (COLYVAN, 2011).

Como é possível perceber pela apresentação do argumento, ele se fundamenta em duas doutrinas proeminentes nos trabalhos de Quine, a saber, o naturalismo e o holismo confirmacional.¹ O naturalismo é visto por Quine como uma doutrina que nega que haja uma prioridade da filosofia com relação à ciência e que exista um método melhor do que o científico. Assim, na concepção naturalista de Quine, a filoso-

¹ Mark Colyvan faz uma distinção entre holismo semântico e holismo confirmacional em Quine. Holismo confirmacional diz respeito à confirmação de teorias como um todo, enquanto que o holismo semântico refere-se a doutrina de que o significado não está em “uma única sentença, mas em um sistema de sentenças (e, em alguns casos extremos, no todo da linguagem) (COLYVAN, 2011). Para Colyvan, o holismo confirmacional é o único que interessa para o argumento da indispensabilidade.

fia é uma parte contínua da ciência, sendo que ambas partilham dos mesmos objetivos e do mesmo método (empírico), que é, de acordo com Quine, o melhor modo de descrever a realidade. Como afirma Colyvan:

Essa doutrina surge de um profundo respeito pela metodologia científica e um reconhecimento do inegável sucesso dessa metodologia como um modo de responder questões fundamentais sobre toda a natureza das coisas. (...) Para o metafísico, isso significa olhar para nossas melhores teorias científicas para determinar o que existe ou, talvez mais acuradamente, o que deveríamos acreditar que existe. Em resumo, o naturalismo exclui modos não científicos de determinar o que existe. (COLYVAN, 2001, pgs. 12-13)

Junto ao naturalismo encontramos também o holismo confirmacional como sustentação do argumento da indispensabilidade. O holismo confirmacional é a doutrina segundo a qual as teorias são confirmadas como um todo no “tribunal da experiência” (QUINE, 2010). Desse modo, se através do método científico são descobertas evidências empíricas que confirmam e justificam uma teoria, essas evidências confirmarão o todo dessa teoria, tanto sua parte empírica quanto não empírica (sua parte matemática, por exemplo). De acordo com isso, quando uma teoria física é confirmada pela experiência, então a teoria matemática utilizada nessa teoria também será confirmada. Assim, se certos objetos são vistos como indispensáveis a essa teoria física e se esta é admitida como a melhor teoria, então não há razões para não aceitar e acreditar na existência desses objetos.

Existem várias críticas ao argumento da indispensabilidade. Entre elas a de que há muitas teorias matemáticas que não possuem qualquer aplicabilidade nas ciências empíricas, como aquelas que são estudadas na matemática pura. Logo, se aceitamos o argumento da indispensabilidade, a matemática pura não passa de “recreação matemática (...) sem direitos ontológicos” (QUINE, 1986, p. 400 *apud* COLYVAN, 2011), uma vez que ela trata de entidades que não fazem parte de qualquer conjunto de crenças cientificamente confirmadas. Nesse quadro, as entidades da matemática pura não podem ser admitidas como realmente existentes. Contudo, a matemática pura é vista

como um importante ramo da matemática, não podendo ter sua importância reduzida a mera recreação dos matemáticos.

Além disso, o argumento da indispensabilidade não explica muito bem o que significa dizer que a matemática é indispensável às teorias científicas. E é justamente esse ponto que os nominalistas matemáticos procuram enfatizar, essa falta de clareza e o fato de que é possível aceitar a indispensabilidade da matemática, ainda que não seja necessário aceitar a existência de objetos matemáticos abstratos. Como dito, o argumento da indispensabilidade é visto como um dos mais fortes argumentos em favor do platonismo matemático. Portanto, para que os nominalistas sejam bem sucedidos em sua empreitada contra as entidades abstratas, eles precisam lidar com esse argumento, mostrando que ele não precisa ter uma implicação ontológica tal como creem os platonistas.

Os nominalistas procuram, então, seguir por um dos dois seguintes caminhos para lidar com o argumento da indispensabilidade, a fim de enfraquecer seu caráter platonista: i) sustentam que a matemática não é indispensável às ciências, e para isso procuram reformular as teorias e o discurso matemático; ou ii) sustentam que, apesar de indispensável, é possível explicar essa indispensabilidade sem se comprometer ontologicamente com qualquer entidade, não sendo preciso revisar o discurso matemático. O ficcionalismo matemático, que abordaremos nesse artigo, é uma dessas correntes nominalistas que sustentam esses dois caminhos.

III

O ficcionalismo matemático é a concepção que sustenta que, como o platonismo sugere, as proposições e teorias matemáticas se propõem a se referir objetos matemáticos abstratos. Contudo, não há objetos matemáticos abstratos. Logo, as proposições e teorias matemáticas são falsas (BALAGUER, 2013). De acordo com isso, enunciados como “2 é um número primo” são semelhantes a enunciados ficcionais – enunciados do tipo “Harry Potter é um bruxo” – e são, portanto, falsos. Assim como “Harry Potter é um bruxo” é falso por Harry Potter não existir, enunciados matemáticos são falsos porque não existem

entidades matemáticas. Os únicos enunciados verdadeiros, para os ficcionalistas, são os negativos, mas apenas porque eles são vacuamente verdadeiros. Por exemplo, “não há o maior número primo” é vacuamente verdadeiro, pois, uma vez que não existem entidades matemáticas, então de fato não há o maior número primo. Contudo, ainda existe um sentido no qual os ficcionalistas admitem que os enunciados matemáticos são verdadeiros, a saber, quando estes são tomados no interior da história da matemática. Do mesmo modo pelo qual podemos conceber que Harry Potter existe no interior do universo das histórias de J.K. Rowling – e, portanto, em algum sentido pode ser dito que “Harry Potter é um bruxo” é verdadeiro – os enunciados da matemática podem ser ditos verdadeiros quando são considerados como parte da história da matemática. Assim, o ficcionalista pode assumir que é verdadeiro que “de acordo com a aritmética, há infinitamente muitos números primos” (BUENO, 2013). Outro ponto importante a ser ressaltado é que, ainda que o ficcionalista considere os objetos matemáticos como ficcionais, isso não significa que para ele qualquer coisa seja válida no discurso matemático. A introdução de novos personagens (objetos matemáticos) deve ser feita apenas se esta respeitar a coerência da história feita até então (COLYVAN, 2011, p. 1).

Apesar de ser uma visão bastante contraintuitiva, por afirmar que as proposições e teorias matemáticas são falsas, o ficcionalismo apresenta algumas virtudes. Em primeiro lugar, tal como o platonismo, ele oferece uma semântica uniforme para os enunciados matemáticos e não matemáticos. Isso significa que tanto os enunciados matemáticos como os enunciados não matemáticos apresentam o mesmo padrão de condições de verdade, uma vez que eles possuem a mesma estrutura, como pode ser visto no exemplo acima. Sendo assim, proposições do tipo (i) “O elefante é maior que a formiga” e (ii) “3 é maior que 2”, que possuem a mesma estrutura, terão condições de verdade semelhantes, sendo que a proposição (i) é verdadeira e (ii) falsa, em virtude de existirem formigas e elefantes, mas não existirem os números 2 e 3.

Em segundo lugar, essa concepção não precisa se comprometer ontologicamente com quaisquer objetos, o que significa que não é preciso que o ficcionalista dê conta de explicar qualquer coisa a respeito da natureza desses objetos. Ademais, o ficcionalismo também resolve

o problema epistemológico de explicar como obtemos conhecimento matemático. Isso porque afirma que não há nada para saber além da história que é feita em matemática. Sabemos que “2 é um número par”, porque o 2 é considerado como que uma personagem na história da aritmética, e basta conhecermos as partes relevantes dessa história para tomarmos esse enunciado como verdadeiro. Para o ficcionalista, não é preciso apelar para mais nada além disso (COLYVAN, 2011, p. 2).

Essa concepção foi introduzida por Hartry Field em seu livro *Science without Number* (1980), no qual ele empreende um projeto de nominalização da ciência, tentando mostrar que a matemática não é indispensável às ciências, como afirmam os platonistas que se valem do argumento da indispensabilidade,² mas que mesmo assim ela é perfeitamente aplicável.³

Embora seja reconhecido como um passo importante para o nominalismo, o projeto de Field sofreu sérias objeções: ele aparentemente não pode ser aplicado à mecânica quântica,⁴ ele depende de uma aceitação não muito justificada do substantivismo do espaço-tempo, entre outras. Mas a objeção mais importante contra o ficcionalismo é que ele não dá conta de explicar a aplicabilidade indispensável da matemática às ciências empíricas. Com isso, outros ficcionalistas procuram reformular sua concepção, a fim de tentar evitar tais objeções.

IV

Uma maneira de fazer isso é seguindo o segundo dos caminhos indicados anteriormente. Ou seja, defender que a matemática é indispensável, mas que isso não implica na existência de qualquer entidade. Para os ficcionalistas que seguem por essa via, não há nenhum compromisso ontológico em admitir a indispensabilidade da matemática.

² Contudo, é preciso ter em mente o que Colyvan aponta: “Field não advoga fazer ciência sem matemática; ele advoga simplesmente que a ciência *pode* ser feita sem matemática” (COLYVAN, 2011, p. 6).

³ Não entrarei em detalhes aqui a respeito do projeto de nominalização empreendido por Hartry Field, pois este não faz parte do escopo deste trabalho.

⁴ Mark Balaguer procura oferecer um caminho para nominalizar a mecânica quântica em seu artigo “Towards a Nominalization of Quantum Mechanics” (1996).

Balaguer (1998; 2009) é um destes nominalistas. Para ele, há um equívoco em se pensar que o ficcionalista precisa explicar a indispensabilidade da matemática. Segundo Balaguer, o que o ficcionalista precisa explicar é a aplicabilidade da matemática, uma vez que o principal argumento contra o ficcionalismo é que ele não explica a relevância da teoria matemática para a teoria física. Sendo assim, é preciso que o ficcionalista explique tal relevância, tanto para as teorias matemáticas dispensáveis quanto para as teorias aparentemente indispensáveis às ciências.

O modo como Balaguer explica a aplicabilidade da matemática às ciências é sustentando que a matemática não é de fato relevante para as operações do mundo físico, mas apenas para o modo como entendemos o mundo físico. Segundo ele:

Teorias físicas nunca fazem afirmações da forma: ‘o fenômeno físico *X* ocorre *porque* o reino matemático tem natureza *Y*; em vez disso elas fazem afirmações da forma: ‘o comportamento (ou estado) do sistema físico *S* pode ser entendido em termos da estrutura matemática *M* ...’ (BALAGUER, 1996, p. 298)

Na concepção de Balaguer, a matemática funciona apenas como aquilo que fornece um aparato teórico para as ciências empíricas. Tal movimento pode ser feito pelos ficcionalistas, segundo ele, pois estes podem bem sustentar que o conteúdo nominalístico de nossas teorias empíricas é verdadeiro,⁵ enquanto que o conteúdo matemático dessas teorias é ficcional.

De acordo com essa ideia, o ficcionalista pode defender que tudo o que é dito sobre o mundo físico é verdadeiro, enquanto que tudo que é dito sobre o reino matemático é falso. Na ciência, afirma Balaguer, há enunciados mistos, i.e., que envolvem fatos matemáticos (platonistas) e fatos físicos (nominalistas) que são “dois tipos de fatos que são inteiramente independentes um do outro, i.e., que se sustentam ou não se sustentam independentemente um do outro” (BALAGUER, 2009, p. 85). Esses enunciados fazem referência a objetos físicos e a objetos abstratos, como em “a água entra em ebulição quando atinge 100°C”, no qual temos referência à água, ao número 100 e a uma aparente relação

⁵ Balaguer chama isso de “realismo nominalístico”, que é, para ele, um tipo de realismo científico que aceita como verdadeiro tudo o que as teorias empíricas afirmam sobre o mundo físico (BALAGUER, 1996, p. 303).

entre eles. Contudo, é inconteste que objetos abstratos não possuem nenhum poder causal, de modo que não há nenhuma relação entre a água e o número 100. Ainda assim, a ciência empírica é verdadeira. Se sua verdade depende da ocorrência de fatos independentes, então, de acordo com Balaguer:

(...) pode muito bem ser que (a) ocorra um conjunto de fatos puramente físicos do tipo exigido aqui, i.e., o tipo necessário para tornar a ciência empírica verdadeira, mas (b) não haja tal coisa como objetos abstratos e, assim, que não ocorra um conjunto de fatos puramente platonistas do tipo exigido para a verdade da ciência empírica. Em outras palavras, pode ser que o conteúdo nominalista da ciência empírica seja correto, mesmo que seu conteúdo platonista seja ficcional. (BALAGUER, 2009)

Dito de outro modo, se existem objetos matemáticos (o número 100, para seguir o exemplo enunciado acima), eles não são causalmente relevantes para o mundo físico, i.e., o comportamento da água pode ser o mesmo quer exista o número 100, quer não. Tais reinos (físico e matemático), como o próprio platonismo defende, são causalmente independentes.

O que ocorre na sentença “a água entra em ebulição quando atinge 100°C”, por exemplo, é que o uso do número 100 é um meio de expressar certos fatos sobre fenômenos físicos de uma forma simplificada. Sendo assim, a matemática está sendo compreendida apenas como aquilo que fornece aparatos teóricos para as ciências empíricas. O número 100, no caso do exemplo acima, é apenas um artifício heurístico para descrever o fenômeno físico que ocorre quando a água entra em ebulição (BALAGUER, 1996, p. 306). E se isso descreve de modo preciso esse fenômeno físico – mesmo que o número 100 não exista – então podemos considerar que aquela sentença é bem-sucedida em seus propósitos de servir como algo que nos proporciona um entendimento claro daquele fenômeno, a despeito da não existência do reino matemático. Logo, segundo Balaguer, o ficcionalista pode explicar a aplicabilidade da matemática, ainda que sustente que os objetos matemáticos não existem e que enunciados matemáticos sejam falsos.

Com isso, vemos que a proposta de Balaguer oferece vantagens com relação ao platonismo matemático. Em primeiro lugar, ela não en-

frenta os problemas ontológico e epistemológico. Em segundo lugar, ela não parece exigir uma reformulação completa das teorias matemáticas e científicas. Em terceiro lugar, tal como o platonismo, ela apresenta uma semântica uniforme dos enunciados matemáticos e não matemáticos. E, por fim, ela explica a aplicabilidade da matemática tanto para casos em que as teorias matemáticas são dispensáveis às ciências empíricas quanto para casos em que elas são aparentemente indispensáveis.

REFERÊNCIAS

- BALAGUER, M. Realism and Anti-realism in Mathematics. In: IRVINE, A.; GABBAY, D.; THAGARD, P.; WOODS, J. (eds). *Handbook of the Philosophy of Science: Philosophy of Mathematics*. USA: North Holland, 2009.
- _____. A Fictionalist Account of the Indispensable Applications of Mathematics. In: *Philosophical Studies* 83: 291-314, 1996.
- BUENO, O. Mathematical Fictionalism. In: BUENO, O. & LINNEBO, O. *New Waves in Philosophy of Mathematics*. UK: Palgrave Macmillan, 2009.
- _____. Nominalism in the Philosophy of Mathematics. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2013. URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/fall2013/entries/nominalism-mathematics/>>.
- COLYVAN, M. *The Indispensability of Mathematics*. N. Y.: Oxford University Press, 2001.
- _____. Indispensability Arguments in the Philosophy of Mathematics. In: *The Stanford Encyclopedia of Philosophy*, 2011. Edward N. Zalta (ed.). URL = <<http://plato.stanford.edu/archives/spr2011/entries/mathphil-indis/>>.
- PARSONS, C. *Mathematical Thought and its Objects*. NY: Cambridge University Press, 2008.
- PUTNAM, H. *Philosophy of Mathematics: Why Nothing Works*. In: *Words and Life*. USA: Harvard University Press, 1995.
- _____. Philosophy of Logic. In: *Mathematics, Matter and Method: Philosophical Papers* (Vol. 1). Cambridge: Cambridge University Press, pp. 323-57, 1971.
- QUINE, W.V. *From a Logical Point of View*. USA: Harvard University Press, 1953. Tradução “*De um Ponto de Vista Lógico*”, de Antonio Ianni Segatto. SP: Editora UNESP, 2010.
- _____. *Word and Object*. Cambridge, MA: MIT Press, 1960. Tradução “*Palavra e Objeto*”, de Sofia Inês Albornoz Stein e Desidério Murcho. Petrópolis: Editora Vozes, 2010.
- _____. Success and Limits of Mathematization. In: *Theories and Things*. USA: Harvard University Press, 1981.

Grafos Existenciais e Dedução Natural: Uma Análise Comparativa de Sistemas Lógicos Para o Cálculo Proposicional

José Renato Salatiel
UFES

INTRODUÇÃO

Sistemas formais de representação simbólica tornaram-se preponderantes na história da lógica em razão de sua eficácia na obtenção de provas rigorosas, conforme atesta o sucesso da lógica de primeira ordem. Por outro lado, o emprego de diagramas na formalização do raciocínio obteve apenas interesse restrito, como os círculos de Euler e Venn, para silogismos.

Há pelo menos duas décadas, entretanto, surgiram pesquisas sobre as chamadas lógicas *heterogêneas*, que combinam linguagem simbólica e diagramática (ALLWEIN & BARWISE, 1996). Em parte, isso ocorreu devido aos estudos sobre os Grafos Existenciais (GEs) do filósofo norte-americano Charles Sanders Peirce. Os GEs foram criados entre o final do século 19 e o começo do século 20, mas somente tornaram-se conhecidos a partir dos anos 1960 e 1970¹. Eles caracterizam-se por se basearem em regras de inferência, do mesmo modo que os sistemas de dedução natural elaborados, independentemente, por Gentzen e Jaśkowski nos anos 1930; contudo, ao contrário desses, os GEs empregam uma notação *multimodal*.

¹ Em virtude dos trabalhos pioneiros de Jay Zeman (1964) e Don Roberts (1973), seguidos por Sun-Joo Shin (2002), A. V. Pietarinen (2006), Frithjof Dau (2008) e John Sowa (2011).

Neste trabalho faremos uma análise comparativa do sistema de dedução natural de Gentzen com o sistema Alfa dos GEs de Peirce. Ambos os métodos são eficientes para o cálculo proposicional clássico. Justifica-se esta escolha em razão de eles compartilharem estruturas similares e motivações idem por parte de seus autores. O objetivo é verificar possíveis vantagens de uma linguagem heterogênea (sentencial e diagramática), conforme apresentada nos GEs, em relação a uma puramente simbólica, esta última empregada amplamente nos métodos de dedução natural.

1. DEDUÇÃO NATURAL

Os sistemas de dedução natural foram desenvolvidos há exatos 80 anos, independentemente por Stanisław Jaśkowski (1906-1965) e Gerhard Gentzen (1909-1945)², e tornaram-se dispositivos essenciais na teoria da prova e também no ensino de lógica. Apresentaremos aqui apenas o método de dedução natural para cálculo proposicional clássico, conforme desenvolvido por Gentzen, em razão do recorte escolhido para comparação com os GEs de Peirce.

Diferentemente dos sistemas axiomáticos da tradição de Frege-Russell-Whitehead, a dedução natural não usa, de modo geral, axiomas, mas regras de inferências para a demonstração de teoremas. Essas regras consistem em instruções de manipulação de símbolos lógicos que permitem passar de uma sentença a outra, acompanhando o raciocínio passo a passo, das premissas à conclusão. Trata-se de um método que possibilita, de acordo com seus autores, analisar o raciocínio dedutivo de uma forma mais natural e intuitiva (PRAWITZ, 1965, p.7).

Em “Investigações Sobre Dedução Lógica”³ (1934-1935), Gentzen afirma que a motivação para a criação do cálculo de dedução natural, em contraste com o método axiomático de prova, foi “[...] criar um sistema formal que seja o mais próximo do raciocínio real” [...]. (GENTZEN, 1969, p. 68). De fato, a dedução natural, sobretudo suas técnicas de cálculo contemporâneas, parece mais fácil de ser mane-

² Tais sistemas foram propostos por Jan Łukasiewicz (1878-1956) em 1926. As descobertas de Jaśkowski foram publicadas em 1934 em “Sobre as Regras de Suposição na Lógica Formal” (“On the Rules of Suppositions in Formal Logic”, in *Studia Logica* 1, 1934 pp. 5-32) (cf. PRAWITZ, 1965).

³ “Untersuchungen über das logische Schließen”, publicado originalmente em *Mathematische Zeitschrift* em duas partes, em 1934 e 1935.

jada na prova do que os métodos axiomáticos, razão pela qual figura em textos introdutórios de lógica.

O sistema de cálculo de dedução natural, segundo essa proposta original de Gentzen para as lógicas clássica e intuicionista, possui um conjunto de regras sintáticas de transformação (que ele chamou *figuras de inferência*) que funcionam como princípios *primitivos*, a partir dos quais podem ser geradas outras regras derivadas. Essas regras instruem como manipular fórmulas e inferir a validade do argumento.

No cálculo proposicional, o método possibilita provar a validade de argumentos do tipo sentencial baseados em quatro operadores: negação (\neg), conjunção (\wedge), disjunção (\vee) e implicação material (\rightarrow). Usaremos as letras A, B e C como variáveis de fórmulas e uma notação mais moderna em relação à empregada por Gentzen (cf. PRAWITZ, 1965, p. 20).

São usados pares de regras para cada operador, uma para introduzi-lo e outra para eliminá-lo, perfazendo um total de dez regras primitivas:

Regras de Introdução	Regras de Eliminação
[I\wedge] $\begin{array}{cc} A & B \\ \hline A \wedge B \end{array} \quad \begin{array}{cc} A & B \\ \hline B \wedge A \end{array}$	[E\wedge] $\begin{array}{cc} A \wedge B & A \wedge B \\ \hline A & B \end{array}$
[I\vee] $\begin{array}{cc} A & A \\ \hline A \vee B \end{array} \quad \begin{array}{cc} A & A \\ \hline B \vee A \end{array}$	[E\vee] $\begin{array}{ccc} & (A) & (B)^* \\ A \vee B & C & C \\ \hline & C & \end{array}$
[I\rightarrow] $\begin{array}{c} (A) \\ B \\ \hline A \rightarrow B \end{array}$	[E\rightarrow] $\begin{array}{c} A \rightarrow B \\ A \\ B \\ \hline \end{array}$
[I\neg] $\begin{array}{c} (A) \\ B \wedge \neg B \\ \hline \neg A \end{array}$	[E\neg]** $\begin{array}{c} \neg \neg A \\ A \\ \hline \end{array}$

Quadro 1: Regras de inferências diretas de Gentzen para lógica clássica.

* Os parênteses indicam que a sentença é uma suposição.

** Essa regra de dupla negação é rejeitada na lógica intuicionista.

O conjunto de regras primitivas permite demonstrar a validade de raciocínios dedutivos na lógica proposicional. Nem todos os sistemas de dedução natural, é preciso dizer, usam essas mesmas regras de Gentzen; alguns empregam, inclusive, axiomas. Mas a principal diferença, em relação aos sistemas axiomáticos, diz Gentzen, é que as fórmulas não são derivadas a partir de axiomas, mas de *suposições* (*Ibid.*, p. 75; cf. JAŚKOWSKI, 1934, p. 5).

A seguir usamos como estudo de caso a fórmula usada por Gentzen como primeiro exemplo de dedução natural: “[$P \vee (Q \wedge R)$] \rightarrow [($P \vee Q$) \wedge ($P \vee R$)]”. Vejamos a seguinte prova em uma *forma arbórea* adotada por Gentzen (*Ibid.* p. 79):

		1		1		1		1	
		P	IV	P	IV	Q \wedge R	E \wedge	Q \wedge R	E \wedge
						Q	IV	R	IV
2		P \vee Q		P \vee R	I \wedge	P \vee Q		P \vee R	I \wedge
P \vee (Q \wedge R)		(P \vee Q) \wedge (P \vee R)				(P \vee Q) \wedge (P \vee R)			E \vee 1
		(P \vee Q) \wedge (P \vee R)			I \rightarrow 2				
		[P \vee (Q \wedge R)] \rightarrow [(P \vee Q) \wedge (P \vee R)]							

Nesse exemplo, a fórmula a ser demonstrada aparece na base da derivação. Cada fórmula, a não ser a final, é uma fórmula superior de uma figura de inferência (*Ibid.* p. 73). Parte-se da premissa “P \vee (Q \wedge R)”, de onde supõe-se “P” ou “Q \wedge R”. No primeiro caso (“P”), ao lado esquerdo da figura, aplica-se a regra de introdução de disjunção (IV) e obtêm-se “P \vee Q” e “P \vee R”; portanto, pela regra de introdução de conjunção (I \wedge), “(P \vee Q) \wedge (P \vee R)”.

No segundo caso, “(Q \wedge R)”, ao lado direito da figura, aplica-se a regra de eliminação de conjunção (E \wedge), obtendo-se “Q” e “R”, de onde segue-se “P \vee Q” e “P \vee R”, pela regra de introdução de disjunção (IV), e, portanto, “(P \vee Q) \wedge (P \vee R)”, novamente pela regra de introdução de conjunção (I \wedge). A mesma fórmula é obtida aplicando-se a regra de eliminação de disjunção (E \vee) à premissa “P \vee (Q \wedge R)”, e, por fim, a introdução de implicação (I \rightarrow), para chegar ao resultado da prova.

Vejamos a mesma demonstração em uma forma linear:

1.	$P \vee (Q \wedge R)$	Suposição 1
2.	P	Suposição 2
3.	$Q \wedge R$	Suposição 3
4.	Q	3 E \wedge
5.	R	3 E \wedge
6.	$P \vee Q$	4 IV
7.	$P \vee R$	5 IV
8.	$(P \vee Q) \wedge (P \vee R)$	6,7 I \wedge
9.	$P \vee Q$	2 IV
10.	$P \vee R$	2 IV
11.	$(P \vee Q) \wedge (P \vee R)$	9,10 IV
12.	$[P \vee (Q \wedge R)] \rightarrow [(P \vee Q) \wedge (P \vee R)] \quad 1, 11 I \rightarrow$	

Na coluna da esquerda, apresentamos as fórmulas que estão sendo manipuladas, enquanto na da direita, sua justificação. Começamos com as premissas e estabelecemos uma hipótese, para em seguida justificar o raciocínio com as regras de derivação (figuras de inferência). Incorporamos também à prova as linhas que formam um retângulo, dispositivo gráfico usado por Jaśkowski para indicar uma *subprova*, realizada a cada suposição feita (JAŚKOWSKI, 1934).

O principal ponto a destacar em uma prova conseguida por meio desse cálculo é que ele sugere um modo mais *natural* de se manipular as informações do sistema, em relação aos métodos axiomáticos. Por natural entendemos que o procedimento acontece de forma mais intuitiva a partir dos operadores, pois percebe-se facilmente, a cada passo, que regra deve ser usada para a obtenção de dada fórmula: se a premissa contém uma conjunção, ela deverá ser eliminada; se a conclusão contém uma implicação, ela deverá ser inserida em algum ponto da prova, e etc.

A questão que colocamos é se a mesma naturalidade poderia ser adquirida, ou melhor, potencializada, empregando, no lugar de uma linguagem exclusivamente simbólica, uma que incluía também uma sintaxe diagramática ou *icônica*.

2. GRAFOS EXISTENCIAIS: SISTEMA ALFA

Peirce pouco diz a respeito das motivações de sua lógica diagramática, porém, parecem ser muito semelhantes às de Gentzen na formulação dos sistemas de dedução natural:

Inventei vários sistemas de signos diferentes para lidar com relações. Um deles é chamado álgebra geral das relações, e outro, álgebra das relações diádicas. *Finalmente, fui levado a preferir o que eu chamo de uma sintaxe diagramática.* Esse é um modo de colocar no papel qualquer asserção, não importa o quão intrincada, e, uma vez lançadas quaisquer premissas, feitos *apagamentos* e *inserções* (guiados por três [pares de] regras simples), ler diante de nossos olhos a conclusão necessária das premissas (MS 514 *apud* SOWA, 2011, 348).

Peirce, explicitamente, prefere a notação predominantemente diagramática em relação à sentencial por acreditar que é a linguagem que permite visualizar diretamente o funcionamento do processo inferencial dedutivo (CP 4.11). De fato, os grafos existenciais formam um sistema lógico simples e elegante, muito próximo, em sua apresentação, do método de dedução natural. Analisaremos neste trabalho o chamado sistema Alfa, aplicado aos argumentos do tipo sentenciais.

A sintaxe do sistema Alfa bem simples. Constitui-se de apenas dois objetos: o *corte* e a *justaposição*, que correspondem, respectivamente, aos operadores de negação e de conjunção. Um grafo define-se como um signo qualquer inscrito em uma Superfície de Asserção (SA). Exemplos:

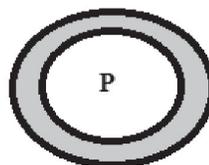
P

Figura 1



$\neg P$

Figura 2



$\neg\neg P$

Figura 3

A figura 1 assevera “P”, a 2 nega o conteúdo do grafo e, na terceira, **há um grafo correspondente à dupla negação**. Portanto, um grafo cercado de cortes **ímpares** (figura 2) nega seu conteúdo, e um grafo cercado de cortes *pares* afirma seu conteúdo (figura 3). Para facilitar a leitura, utilizamos a sugestão de Sowa (2011) e preenchemos de cor cinza a área correspondente aos cortes ímpares.

A partir dessa sintaxe, outros operadores podem ser derivados, como conjunção (figura 4), disjunção (figura 5), implicação material (figura 6) e bicondicional (figura 7):

P Q



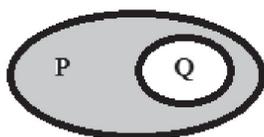
$P \wedge Q$

$\neg(\neg P \wedge \neg Q)$

$P \vee Q$

Figura 4

Figura 5



$\neg(P \wedge \neg Q)$

$P \rightarrow Q$
Figura 6



$(P \rightarrow Q) \wedge (Q \rightarrow P)$

$P \leftrightarrow Q$
Figura 7

A leitura de um grafo é feita de fora para dentro e da esquerda para a direita, tendo como base os dois operadores do vocabulário apresentado. Assim, por exemplo, na figura 7, lê-se “ $\neg (P \wedge \neg Q)$ ”, o que equivale à condicional “ $P \rightarrow Q$ ”⁴.

As provas nos GEs são obtidas por meio de três pares de regras de inferência que permitem inserir ou apagar grafos e cortes (o sistema contém apenas um axioma: uma SA). Essas regras são chamadas de *inserção* (1i), *apagamento* (1e), *iteração* (2i), *deiteração* (2e) e *duplo corte* (3i e 3e):

Regras de Inserção	Regras de Apagamento
1i: Qualquer grafo pode ser inserido em uma área negativa.	1e: Qualquer grafo pode ser apagado em uma área positiva.
2i: Qualquer grafo pode ser copiado na mesma área ou em outra cercada por cortes adicionais.	2e: Qualquer grafo eventualmente gerado por 2i pode ser apagado
3i: Um duplo corte pode ser inserido em qualquer lugar.	3e: Um duplo corte pode ser apagado em qualquer lugar.

Quadro 2: Regras de inferências do sistema Alfa dos GEs de Peirce.

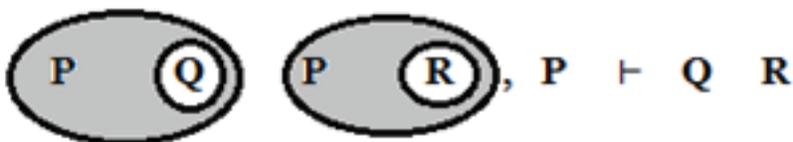
Vejamus a aplicação desse método no seguinte exemplo, primeiro demonstrado no cálculo de dedução natural (PRAWITZ, 1965, p. 17):

⁴ Uma das principais queixas em relação aos Grafos Existenciais refere-se justamente a eventuais dificuldades de leitura dos grafos, surgidas mediante a adoção desse método de leitura tradicional sugerida por Peirce, chamada por ele de *endoporêutica* (Ms. 650, pp. 18-19 *apud*. ROBERTS, 1973, p. 39, n. 13. Shin (2002) sugere outros métodos de leitura, mas para os propósitos deste artigo será suficiente o citado anteriormente.

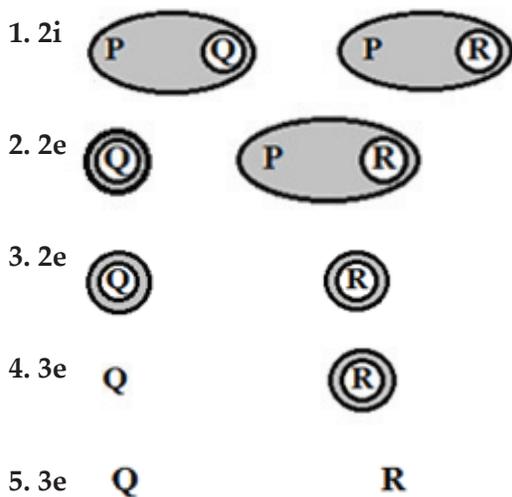
$$(P \rightarrow Q) \wedge (P \rightarrow R), P \vdash Q \wedge R$$

1.	$(P \rightarrow Q) \wedge (P \rightarrow R)$	Premissa 1
2.	P	Premissa 2
3.	$P \rightarrow Q$	1 E \wedge
4.	Q	2,3 E \rightarrow
5.	$P \rightarrow R$	1 E \wedge
6.	R	2,5 E \rightarrow
7.	$Q \wedge R$	4,6 I \wedge

O mesmo argumento pode ser expresso da seguinte forma na linguagem dos grafos:



Segue sua demonstração...



Validamos as etapas desse processo da seguinte forma:

Pela regra de *iteração* (2i), a premissa é desenhada na SA;

Aplicando-se a regra de *deiteração* (2e), a sentença “P”, inserida como resultado da regra 2i, é apagada do segundo grafo;

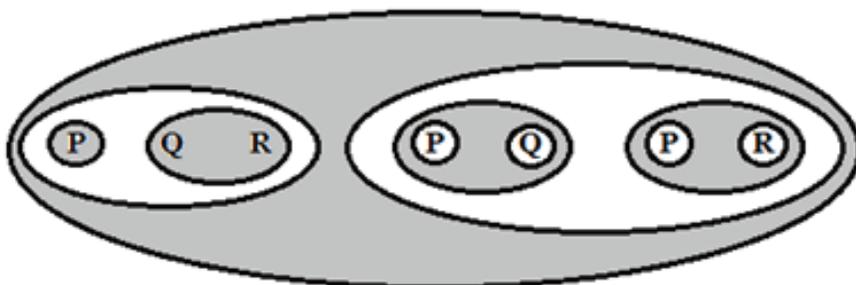
Novamente, pela regra de *deiteração* (2e), a sentença “P” do segundo grafo, na premissa, é apagada;

O *duplo corte* (3e) remove a dupla negação da sentença “Q”;

Por fim, obtêm-se a fórmula “Q ∧ R” mais uma vez empregando-se a regra de *duplo corte* (3e).

Notamos que, em comparação com o cálculo de dedução natural, nos GEs inspecionam-se **não os aspectos sintáticos da fórmula inicial (seus operadores)**, mas os elementos gráficos presentes no grafo, o que permite uma visualização direta da solução. Assim, ao vermos as sentenças “Q” e “R” inscritas na área positiva do grafo correspondente à premissa, sabemos que precisamos usar as regras de deiteração e de duplo corte para chegar à conclusão do argumento.

Agora, o teorema demonstrado anteriormente com o cálculo de dedução natural:



$$[P \vee (Q \wedge R)] \rightarrow [(P \vee Q) \wedge (P \vee R)]$$

A prova desse teorema nos GEs segue os seguintes passos (partindo-se da superfície de asserção como axioma):

Pela regra 3i (*duplo corte*), desenha-se um duplo corte na superfície de asserção;

Pela regra 1i (inserção), insere-se os grafos correspondentes a “P ∨ (Q ∧ R)”, fórmula que serve de suposição, na área negativa;

Pela regra **2i** (*iteração*), copia-se o grafo correspondente a “ $P \vee (Q \wedge R)$ ” na área cercada por cortes;

Novamente, pela regra **2i** (*inserção*), insere-se o grafo correspondente à fórmula “ $P \vee (Q \wedge R)$ ” na área cercada por cortes;

Pela regra **2e** (*deiteração*), apaga-se a sentença “ R ” grafo correspondente à fórmula “ $P \vee (Q \wedge R)$ ”;

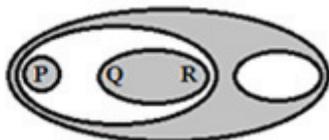
Finalmente, usando a regra **2e**, apagam-se o grafo “ Q ”, obtendo-se, deste modo, o teorema.

A seguir, a prova completa em diagramas:

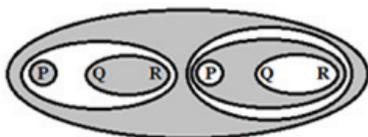
1. - 3i



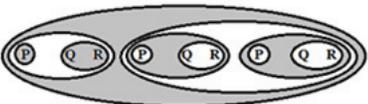
2. - 1i



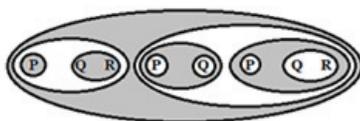
3. - 2i



4. - 2i



5. - 2e



6. - 2e



Comparando-se com a prova por meio do cálculo da dedução natural de Gentzen, observa-se o seguinte: Na primeira derivação, obtida pelo método de dedução natural, a *naturalidade* provém da própria constituição sintática da fórmula, com suas letras sentenciais e operadores, que fornece indicações para a escolha das regras de inferência (cf. SHIN, 2002, pp. 80-81). Desse modo, observando-se a suposição “ $P \vee (Q \wedge R)$ ” e fazendo-se a suposição “ $Q \wedge R$ ”, sabemos que precisamos, primeiro, de uma regra para eliminar a conjunção, obtendo “ Q ” e “ R ”, e depois uma regra para introduzir um operador disjuntivo, obtendo assim “ $P \vee Q$ ” e “ $P \vee R$ ”. Por fim, nota-se que, na fórmula original, o principal conectivo é a condicional, e deste modo, sabemos que, na conclusão, teremos que ter uma regra de introdução deste operador, para assim gerarmos a fórmula completa.

No caso da derivação no sistema Alfa dos GEs, a *naturalidade* não advém, ao contrário da dedução natural, da formação sintática da fórmula e dos operadores lógicos que a compõem, mas das características visuais dos grafos desenhados (*Ibid.*, pp. 92-93). É preciso, também, inspecionar o grafo, mas o raciocínio, aqui, caracteriza-se por ser mais direto, pois não é oriundo das convenções de símbolos proposicionais, mas do caráter associativo dos signos icônicos⁵ presentes no grafo. Observando-se o grafo correspondente à fórmula inicial, vimos que era necessário desenhar a fórmula “ $(P \vee Q) \wedge (P \vee R)$ ” no grafo, mas, para isso, era preciso obter uma área negativa. Dessa forma, primeiro procedemos copiando a suposição “ $P \vee (Q \wedge R)$ ” pelas regras de iteração e inserção, para depois apagar os grafos sobressalentes, com as regras de deiteração e apagamento. Por fim, para obter a condicional, recorreremos à regra de duplo corte.

CONCLUSÕES

A comparação entre dois sistemas formais com diferentes registros sígnicos, um deles simbólico e outro heterogêneo (combinando

⁵ Peirce classifica os signos, no que concerne à relação entre signos e objetos, em ícones, índices e *simbolos*. Símbolos são signos que representam seu objeto por uma convenção e correspondem, por isso, à linguagem sentencial, ao passo que os ícones representam seu objeto por semelhança, sendo equivalentes à lógica diagramática. Há muito mais para se dizer sobre as bases semióticas dos GEs e a teoria dos diagramas de Peirce, mas deixamos isso para futuros trabalhos.

símbolos e ícones), mostra que os GEs, ao menos no chamado sistema Alfa, permitem observar de modo mais direto o raciocínio dedutivo em todas as suas etapas, graças aos elementos icônicos presentes nos grafos⁶. Do ponto de vista teórico, isso abre uma perspectiva interessante para a análise e teoria lógica e da teoria da prova, conforme o queria Peirce (CP 4.373), uma vez que expande o escopo semiótico da representação de inferências e torna o processo mais intuitivo.

Por outro lado, o cálculo seria mais “econômico” em muitas demonstrações da lógica proposicional, na medida em que apresentaria um número menor de passos na prova, conforme verificado nos exemplos expostos neste trabalho. O conjunto de regras inferenciais mais simples seriam outro atrativo dos grafos, sobretudo para estudantes de lógica. A mesma facilidade de domínio, porém, não é encontrada no sistema Beta, para a lógica de predicados de primeira ordem, o que nos leva a sugerir a continuidade desta investigação.

REFERÊNCIAS

ALLWEIN, Gerard and BARWISE, Jon. *Logical reasoning with diagrams*. New York and Oxford: Oxford University Press, 1996.

DAU, Frithjof. *Mathematical logic with diagrams: based on the Existential Graphs of Peirce*. TU Dresden, Germany, January 23, 2008. Disponível em: <http://www.dr-dau.net/publications.shtml>.

GENTZEN, Gerhard. *The collected papers of Gerhard Gentzen*. M. E. Szabo (ed.). North-Holland Publishing Company: Amsterdam-London, 1969.

JĄSKOWSKI, Stanislaw. “On the rules of suppositions in formal logic”, in *Studia Logica* 1, 1934, pp. 5-32. Disponível em: <http://www.logik.ch/daten/jaskowski.pdf>.

PEIRCE, Charles Sanders. *Collected papers*. 8 vols. Charles Hartshorne, Paul Heiss e Arthur Burks (eds.). Cambridge: Harvard University Press, 1931-1958. [Citado como CP, seguido do volume e do número do parágrafo.]

PIETARINEN, A.V. *Signs of logic: peircean themes on the philosophy of language, games, and communication*. Dordrecht: Springer, 2006.

PRAWITZ, Dad. *Natural deduction: a proof theoretical study*. Stockholm:

⁶ A estrita identificação entre ambos os signos nos GEs e as propriedades de cada um deles dentro deste sistema, entretanto, exige maiores esclarecimentos, que serão também deixados para a próxima pesquisa.

Almqvist & Wiksell, 1965.

ROBERTS, Don. *The Existential Graphs of Charles S. Peirce*. The Hague: Mouton, 1973.

SHIN, Sun-Joo. *The iconic logic of Peirce's graphs*. Cambridge: MIT Press, 2002.

SOWA, John F. "Peirce's tutorial on Existential Graphs", *Semiotica*, 186:1-4, pp. 345-394, 2011. Disponível em: <http://www.jfsowa.com/pubs/egtut.pdf>.

ZEMAN, J. Jay. *The graphical logic of Charles S. Peirce*. PhD. Dissertation. Department of Philosophy: University of Chicago, 1964. Disponível em: <http://www.clas.ufl.edu/users/jzeman/>.

O Paradoxo do Mentiroso e Lacunas de Valores de Verdade

Ederson Safra Melo

Uma simples sentença que afirma sua própria falsidade e já estamos diante do Mentiroso: uma sentença que é verdadeira se e somente se for falsa. O intrigante em tal paradoxo, além da facilidade em estabelecê-lo, consiste no fato de que, a partir de princípios intuitivamente aceitáveis, chegamos a uma conclusão aparentemente inaceitável. Diante disso, somos levados a questionar se tais princípios (tanto os da lógica quanto aqueles que supostamente governam o uso do termo ‘verdadeiro’) são, de todo, aceitáveis ou se nossas intuições de uso de ‘verdadeiro’ são, de fato, inconsistentes. Além de suscitar tais questões, neste texto pretendemos defender que parece razoável manter lacunas de valores de verdade (*truth-value gaps*) diante do problema do Mentiroso.

1. O PARADOXO DO MENTIROSO

A origem do paradoxo do Mentiroso é atribuída ao filósofo Eubúlides, que viveu na Grécia por volta do século IV a.C. Tal paradoxo foi discutido intensamente no período medieval por lógicos, como John Buridan, como um dos *insolubiliūm*. Contemporaneamente, o Mentiroso desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da lógica contemporânea e hoje é objeto de intensas pesquisas em lógica e filosofia. O Mentiroso recebe esse nome da formulação em que um fa-

lante afirma, direta ou indiretamente, que sua própria afirmação é uma mentira. Uma simples formulação poderia ser a seguinte: “eu estou mentindo agora” ou, simplesmente, “eu estou mentindo”. Todavia, a mentira introduz várias questões estranhas, tal como a intenção do falante em enganar, que não são essenciais ao paradoxo¹. O crucial no Mentiroso pode ser mantido pela seguinte sentença (P) que afirma sua própria falsidade.

(P): (P) é falsa.

Pois bem, (P) é verdadeira ou falsa? Vamos supor, inicialmente, que (P) seja verdadeira; então ela é como ela diz que é, portanto (P) é falsa. Agora, vamos supor que (P) seja falsa; como ela diz exatamente isso, a saber, que ela é falsa, temos que (P) é verdadeira. Assim, temos que (P) é verdadeira se e somente se (P) é falsa. Como toda sentença é verdadeira ou falsa, temos que (P) é verdadeira ou falsa e, em qualquer um dos casos, como vimos acima, (P) é verdadeira e falsa. O intrigante é que podemos chegar nesse resultado, supostamente inaceitável, através da lógica com base em princípios intuitivos tanto da lógica quanto naqueles que supostamente governam o comportamento do termo ‘verdadeiro’.

Vamos ver mais detalhadamente como isso pode se dá. Começamos com o princípio que tem sido amplamente tomado como aquele que supostamente governa o comportamento do termo ‘verdadeiro’. Para tanto, recorremos aos trabalhos de Tarski. Em sua teoria da verdade, Tarski queria capturar as intuições clássicas do conceito de verdade, isto é, aquelas intuições que são expressas pela máxima aristotélica:

Dizer do que é que não é, ou do que não é que é, é falso, enquanto que dizer do que é que é, ou do que não é que não é, é verdadeiro. (ARISTÓTELES, *Metaphysica*, livro G 1011b).

Tarski toma uma sentença qualquer, como ‘a neve é branca’, e pergunta sob quais condições essa sentença é verdadeira. Se tomarmos por base a concepção clássica, diríamos que a sentença destacada acima é verdadeira se a neve é branca e falsa caso a neve não seja branca. Desse modo, temos que a sentença ‘a neve é branca’ é verdadeira se e somente se a neve é branca. A frase “a neve é branca” (entre aspas),

¹ Cf. BARWISE & ETCHEMENDY, 1987, p. 3.

que ocorre do lado esquerdo da equivalência, é um nome da sentença ‘a neve é branca’, que ocorre do lado direito da equivalência. Diante disso, Tarski expõe seu famoso esquema:

(T) XX é verdadeira se e somente se AA

Onde AA substitui alguma sentença na linguagem e X substitui o nome de A

Nem o esquema (T), nem alguma instância particular dele, é considerado uma definição de verdade. Tarski toma esse esquema para determinar o critério de adequação material que, junto com os critérios de correção formal, são usados para construir sua definição de verdade². Uma definição de verdade é adequada materialmente se ela implica logicamente todas as instâncias do esquema (T).

Parece razoável aceitar que uma teoria que pretenda capturar as intuições ordinárias do predicado verdade teria que, para qualquer sentença AA da linguagem, AA implica que AA é verdadeira e vice e versa. Desse modo, se temos um predicado verdade TT e nomes para as sentenças da linguagem (para uma determinada sentença AA , ‘ A ’ é o nome de AA), temos que o predicado verdade se comporta do seguinte modo: de $T('A')T('A')$ temos AA e de AA temos $T('A')T('A')$.

Como sabemos, a autorreferência é um traço característico das línguas naturais. Podemos, por exemplo, usar o português e dizer coisas tais como ‘este texto está escrito em português’, ‘esta sentença tem cinco palavras’, ‘esta sentença não é verdadeira’ e por aí vai. Nas linguagens formais também temos meios para produzir autorreferência, por exemplo, via diagonalização³. Com isso, podemos tomar uma sentença PP que diz de si mesma que ela não é verdadeira $P = \neg T('P')$ $P = \neg T('P')$. Com isso e com mais algumas regras bem assentadas nos princípios da lógica clássica, podemos construir o Mentiroso em uma linguagem formal. Vamos colocar, então, os ingredientes que vão possibilitar chegar a contradição a partir da sentença do Mentiroso.

² Na teoria da verdade de Tarski, enquanto a condição de adequação material é colocada para salvaguardar a intuição expressa pela máxima aristotélica, as condições de correção formal são postas para garantir precisão e evitar paradoxos semânticos como o do Mentiroso. Na próxima seção, vamos evidenciar as condições de correção formal colocadas por Tarski para evitar o Mentiroso.

³ Cf. HECK, 2012.

(T) $T('A') \dashv\vdash AT('A') \dashv\vdash A$.

Terceiro excluído (TE): $A \vee A \vee \neg \neg AA$

Introdução da conjunção (\wedge): Se $A \vdash BA \vdash B$ e $A \vdash CA \vdash C$, então $B \wedge CB \wedge C$

Princípio da disjunção (\vee): Se $A \vdash CA \vdash C$ e $B \vdash CB \vdash C$, então $A \vee B \vdash CA \vee B \vdash C$

Com base nisso, conseguimos o argumento de que a sentença $P = \neg T('P')P = \neg T('P')$ leva a contradição⁴:

$T('P') \vee \neg T('P')$	$T('P')T('P') \vee \neg T('P')$	TE
$T('P')$	$T('P')$	Hipótese
PP	PP	2; (T)
$\neg T('P') \rightarrow T('P')$	$\neg T('P')$	3; Def. PP
$T('P') \wedge \neg T('P')$	$T('P') \wedge \neg T('P')$	2,4; \wedge
$\neg T('P') \rightarrow T('P')$	$\neg T('P')$	Hipótese
PP	PP	6; Def. PP
$T('P')$	$T('P')$	7; (T)
$T('P') \wedge \neg T('P')$	$T('P') \wedge \neg T('P')$	6,8; \wedge
$T('P') \wedge \neg T('P')$	$T('P') \wedge \neg T('P')$	1- 9; \vee

Existem várias versões do Mentiroso, usando princípios diferentes⁵. Neste ponto, queremos apenas destacar que de princípios intuitivamente aceitáveis, seguindo leis da lógica clássica, chegamos a uma situação supostamente inaceitável. Essa situação fica bastante clara considerando o seguinte entedimento de paradoxos de Sainsbury: “uma conclusão aparentemente inaceitável derivada através de um raciocínio aparentemente aceitável a partir de premissas aparentemente aceitáveis” (SAINSBURY, 2009, p.1). Tomando essa noção de paradoxo, temos que os princípios usados na derivação do Mentiroso não são de todo aceitáveis ou a conclusão não é de fato inaceitável. Um teórico de posição dialeteísta, como Priest (1984), ficaria com essa última possibilidade. Priest usa o Mentiroso como uma testemunha para defender sua posição metafísica dialeteísta de que há contradições reais.

⁴ A seguinte prova é uma adaptação da prova de Beall e Glanzberg presente no verbete ‘Liar Paradox’ da *Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Cf. BEALL & GLANZBERG, 2014, p. 11, versão PDF).

⁵ Para outras versões ver, por exemplo, BURGESS & BURGESS, 2011, p.127 e HECK, 2012, p. 36.

Para Priest não há problemas em afirmar uma contradição (passo 10 da derivação acima). O problemático, segundo o autor, é acatar que de uma contradição tudo se segue (famoso princípio clássico da explosão: $A \wedge \neg A \vdash BA \wedge \neg A \vdash B$)⁶. Consideramos que um teórico de posição dialeteísta terá o problema de oferecer respostas filosoficamente razoáveis para aceitar que existem contradições reais e não somente acatar o Mentiroso para defender sua posição metafísica. Há várias discussões sobre o dialeteísmo, não iremos tratar de tais discussões aqui, na medida que isso sairia do escopo do presente trabalho⁷. Voltamos, então, a nossa discussão considerando, na próxima seção, o diagnóstico clássico do Mentiroso apresentado por Tarski.

2. A ABORDAGEM TARSKIANA: MENTIROSO E FECHAMENTO SEMÂNTICO

Nesta seção iremos apenas evidenciar a análise de Tarski diante do Mentiroso que serviu de base para a construção de teoria semântica da verdade apresentada no seu célebre artigo *O conceito de verdade nas linguagens formalizadas*. Diferentemente da posição mencionada no final na última seção, Tarski não acata o Mentiroso. Ao considerar as atitudes diante do problema, Tarski deixa claro que não irá se reconciliar com as antinomias semânticas como a do Mentiroso.

Pessoalmente, como um lógico, não posso reconciliar-me com as antinomias como um elemento permanente de nosso sistema de conhecimento; entretanto, não estou disposto a tratá-las de forma superficial. O aparecimento de uma antinomia é, para mim, sintoma de uma doença. Começando com premissas que parecem intuitivamente óbvias, recorrendo a formas de raciocí-

⁶ Priest (1984) desenvolve uma lógica paraconsistente chamada LP (Lógica do Paradoxo) em que o princípio da explosão não vale. Assim, a presença de uma contradição não trivializa o sistema. Todavia, o uso de LP para os problemas que Priest tinha em mente não está isento de problemas. Uma crítica bastante interessante foi desenvolvida por Slater no artigo 'Paraconsistent logics?'. Em tal artigo, Slater mostra que aquilo que Priest considera uma contradição não é, a rigor, uma contradição (cf. Slater, B. H. Paraconsistent logics? *Journal of Philosophical Logic*, 24, 1995. pp. 451-454)

⁷ Para uma discussão ampla sobre o dialeteísmo, ver Graham PRIEST, JC BEALL, and Bradley Armour-GARB (eds.), *The Law of Non-Contradiction: New Philosophical Essays*, Oxford University Press, 2004. Essa coletânea reúne tanto artigos a favor da tese dialeteísta quanto artigos que criticam tal posição.

nio que parecem intuitivamente certas uma antinomia nos leva ao sem-sentido, a uma contradição. Sempre que isso acontece, temos que submeter nossos modos de pensar a uma completa revisão: rejeitar algumas premissas nas quais acreditávamos ou melhorar algumas das formas de argumentação que vínhamos usando (TARSKI, 2007, [1969], p.214).

Dito isso, Tarski diz que devemos analisar as características da linguagem comum que constitui a “real fonte” do paradoxo do Mentiroso⁸. Ao analisar tal fenômeno nas linguagens naturais, Tarski conclui que a contradição surge de: aceitarmos as leis da lógica e do fato da linguagem ordinária ser *semanticamente fechada*, isto é, a linguagem, além de conter predicados semânticos, como ‘verdadeiro’ e ‘falso’, contém meios para se referir a suas próprias expressões⁹. Sendo assim, na perspectiva de Tarski, se quisermos evitar o paradoxo, ou temos que negar as leis da lógica, coisa que Tarski não pretende fazer, ou rejeitamos as linguagens semanticamente fechadas como objeto das definições de verdade, o que, na perspectiva do autor, deve ser o procedimento adequado¹⁰.

Frente a isso, Tarski elabora as seguintes condições de adequação formal: (I) A linguagem-objeto *L* (linguagem para qual se define o predicado verdade) deve ser semanticamente aberta, isto é, *L* não deve conter predicados semânticos, tais como ‘verdadeiro’ e ‘falso’, que se referem às suas próprias expressões. Devido a essa condição de adequação, foi preciso estipular a seguinte condição de adequação formal: (II) A definição de verdade em *L* terá de ser dada em uma metalinguagem *M* (linguagem na qual a definição de verdade é construída). Visto que pela condição (I), a linguagem não pode ser autorreferente, foi necessário que Tarski estipulasse essa separação entre *linguagem-objeto* e *metalinguagem*.

Respeitando tais condições de adequação formal, os paradoxos semânticos se dissolvem. Por exemplo, a sentença do Mentiroso ‘(P) é

⁸ Cf. TARSKI, 2007, [1969], p.217.

⁹ “A análise das antinomias mencionadas mostra que os conceitos semânticos simplesmente não têm lugar na linguagem à qual eles se relacionam, que a linguagem que contém sua própria semântica, e na qual valem as leis usuais da lógica, inevitavelmente deve ser inconsistente” (TARSKI, 2007 [1936], p.150).

¹⁰ Cf. TARSKI, 2007, [1944], p.168-169.

falsa' não pode ser construída, segundo os critérios tarskianos. A rigor, o que temos é apenas uma espécie de abreviação para '(P) é falsa-em-L' que, por sua vez, deve ser uma sentença de uma metalinguagem *M* da definição, pois ela contém um predicado expressando uma propriedade semântica de uma expressão de *L*, e a linguagem-objeto, pela cláusula (I), não possui tais predicados. Sendo uma expressão da metalinguagem *M*, ela não pode ser falsa na linguagem objeto *L*, porque ela não está nessa linguagem. Desse modo, na abordagem tarskiana, qualquer sentença **AA** equivalente a $\neg T('A') \rightarrow T('A')$ não é sintaticamente bem formada. Portanto, como não temos meios legítimos para formar a sentença do Mentiroso, na abordagem tarskiana, não há paradoxo do Mentiroso¹¹.

3. CRÍTICAS AO TRATAMENTO TARSKIANO: O MENTIROSO E A NOÇÃO DE VERDADE.

Embora a teoria de Tarski tenha sido muito bem recebida e se tornado prática habitual em lógica, várias críticas foram feitas a ela desde o seu surgimento. Aqui, não temos por objetivo fazer uma discussão detalhada a respeito de tais críticas. Nesta seção, vamos nos concentrar nas críticas que dizem respeito à intuição do termo verdade – sobretudo aquelas oferecidas por Kripke – para abrirmos o caminho para as discussões que serão traçadas na próxima seção.

O procedimento de Tarski para evitar o Mentiroso, através do artifício da exclusão do fecho semântico, tem recebido críticas por sua 'artificialidade'¹². Tarski não tem uma justificativa independente para postular a abertura semântica, exceto para resolver o problema com os paradoxos semânticos. Diante disso, temos que a abordagem tarskiana oferece uma solução formal, mas não filosófica ao problema do Mentiroso¹³.

Além disso, os filósofos têm suspeitado da abordagem tarskiana como uma análise de nossas intuições de uso do termo verdade¹⁴. Através do artifício tarskiano para lidar com o Mentiroso é formada uma

¹¹ Para uma apresentação acessível da teoria da verdade de Tarski, ver BURGESS and BURGESS, 2011, cap. 2; SOAMES, 1999, cap. 3.

¹² Cf. BARWISE e ETCHEMENDY, 1987, p. 6; HAACK, 2002, p.196.

¹³ HAACK, 2002, p.196.

¹⁴ Cf. KRIPKE [1975], p. 694-695.

hierarquia de linguagens $L_0, L_1, L_2, L_3, \dots$, em que o predicado verdade de cada L_n só estará disponível na linguagem seguinte L_{n+1} . Nessa hierarquia, haveria diferentes predicados ‘verdade’ subscritos com o nível da sentença sendo determinado gramaticalmente pelos diferentes tipos de índices subscritos. Todavia, Kripke destaca que nossa língua contém apenas uma palavra ‘verdade’ e não uma sequência de expressões distintas, ‘verdade_n’.

Kripke reconhece que Tarski não responderia essa objeção justamente por ter dispensado as línguas naturais como um todo. Porém, Kripke ([1975], p. 695) considera uma resposta contra a sua objeção de um suposto defensor de posição tarskiana que poderia replicar dizendo que “a noção de verdade é sistematicamente ambígua: seu nível em uma ocorrência particular é determinado pelo contexto de proferimento e pelas intenções do falante”. Se imaginarmos que a palavra ‘verdadeiro’ em uma determinada língua é ambígua, com predicados subscritos representando seus diferentes possíveis significados, então podemos tomar o significado de um predicado como um caso de homonímia. Nessa visão, efetivamente o português, ou qualquer outra língua natural, conteria infinitamente muitos predicados ‘verdade₁’, ‘verdade₂’,... com diferentes significados. Aqui, à maneira de Tarski, o nível de qualquer sentença seria determinado gramaticalmente pelo predicado que ela contém. Um proferimento pode então ser atribuído a uma sentença com base no predicado subscrito que o falante pretende estar usando.

Na perspectiva de Kripke, essa proposta de inspiração ortodoxa não seria viável, já que não é possível que um falante implicitamente correlacione o predicado-verdade usado a um nível apropriado. Isso é assim devido ao fato de que, em diversas circunstâncias, o nível que se deve atribuir ao predicado verdade usado no proferimento de uma determinada sentença depende de fatos que o falante pode não conhecer. Tomemos o mesmo exemplo usado por Kripke para defender essa ideia:

- (1) Todas as declarações de Nixon sobre Watergate são falsas.

Segundo Kripke, ordinariamente, o falante não tem nenhuma maneira de conhecer os níveis dos proferimentos relevantes de Nixon.

Desse modo, por exemplo, Nixon poderia ter dito: “Dean é um mentiroso” ou “Haldeman disse a verdade quando disse que Dean mentiu”. O nível desses proferimentos pode ainda depender dos enunciados de Dean, e assim por diante. Com esse exemplo, Kripke evidencia que se o falante é obrigado a atribuir de antemão um nível a (1), ele pode não estar seguro acerca de quão alto deve ser o nível de sua atribuição. Assim, se o falante, ignorando o nível dos proferimentos de Nixon, escolhe um nível muito baixo, o seu proferimento de (1) falha em seu propósito. Com base nisso, Kripke argumenta que o nível de (1) não depende apenas de sua forma e, também, não poderia ser atribuído antecipadamente pelo falante, e sim que o seu nível depende de fatos empíricos relativos aos proferimentos de Nixon. Nas palavras de Kripke, “isso significa que, em algum sentido, deve se permitir que um enunciado encontre seu próprio nível, alto o suficiente para dizer o que se propõe a dizer. Não deve ter um nível intrínseco fixado antecipadamente, como na hierarquia de Tarski” (KRIPKE, [1975], p. 696).

Kripke destaca que há outra situação que é ainda mais difícil de acomodar dentro dos limites da abordagem tarskiana. Em determinadas circunstâncias, é logicamente impossível atribuir consistentemente níveis às sentenças relevantes. Novamente com os exemplos de Kripke, suponhamos a circunstância na qual Dean afirma (1) enquanto que Nixon, por sua vez, afirma (2):

- (1) Todas as declarações de Nixon sobre Watergate são falsas.
- (2) Tudo que Dean disse sobre Watergate é falso.

Na circunstância suposta, Dean ao afirmar a sentença abrangente (1) inclui em seu escopo a afirmação (2), por ela ser uma das declarações de Nixon sobre Watergate. Nixon, por seu turno, ao afirmar a sentença (2), inclui (1) como uma declaração de Dean sobre Watergate. Desse modo, na circunstância suposta, as sentenças (1) e (2) estariam em um nível metalinguístico uma em relação à outra, o que destrói a possibilidade da distinção entre linguagem-objeto e metalinguagem como uma solução do Mentiroso. Diante disso, Kripke destaca que em uma abordagem, como a de Tarski, que pretende atribuir níveis intrínsecos aos enunciados, de modo que um enunciado de determinado

nível possa apenas falar da verdade ou falsidade dos níveis inferiores, é obviamente impossível que as afirmações (1) e (2) tenham êxito. Entretanto, Kripke atenta ao fato que intuitivamente podemos com frequência atribuir a tais afirmações valores de verdade não ambíguos e conclui que “parece difícil acomodar estas intuições dentro dos limites da abordagem ortodoxa” (KRIPKE, [1975], p. 697)¹⁵.

Consideramos que as críticas mais incisivas à abordagem tarskiana são aquelas que advêm do tratamento oferecido por Kripke ao Mentiroso em linguagens semanticamente fechadas. Barwise e Etchemendy dizem que Kripke, ao fornecer uma teoria para as linguagens semanticamente fechadas, convenceu as pessoas que o problema apresentado pelo Mentiroso nas linguagens ordinárias não era intrinsecamente intratável¹⁶. Segundo esses teóricos, o tratamento tarskiano não oferece um diagnóstico preciso ao paradoxo do Mentiroso. Nos termos de Barwise e Etchemendy: “o tratamento de Tarski do paradoxo não chega ao coração do problema, ele não fornece um diagnóstico genuíno ao paradoxo” (BARWISE e ETCHEMENDY, 1987, p. 7).

4. ABORDAGEM KRIPKEANA: MENTIROSO E LACUNAS DE VALORES DE VERDADE

Em seu influente artigo *Outline of a theory of truth*, Saul Kripke oferece um tratamento alternativo ao de Tarski possibilitando uma teoria da verdade para as linguagens semanticamente fechadas. Para tanto, Kripke faz uso de lacunas de valores de verdade (*truth-value gaps*). Com isso, o autor consegue separar finamente dois tipos de patologias distintas (sentenças paradoxais e sentenças infundadas) salvaguardando interessantes intuições de uso do termo ‘verdadeiro’ em linguagem natural¹⁷. Vejamos as intuições que Kripke pretende capturar com o conceito de sentença fundada para, com base nisso, considerarmos o Mentiroso em tal abordagem.

¹⁵ Kripke usa a expressão “abordagem ortodoxa” para se remeter ao tratamento tarskiano.

¹⁶ Na próxima seção vamos fazer um esboço da abordagem kripkeana.

¹⁷ Cf. MELO, 2014, para as intuições subjacentes a teoria de Kripke.

4.1 O aprendiz da verdade e a noção de sentença fundada

Suponhamos uma situação na qual temos a tarefa de explicar a palavra ‘verdadeiro’ para um determinado indivíduo que não a entende. A fim de cumprir nossa tarefa, estabelecemos como princípio explicativo que só estamos autorizados a afirmar que uma dada sentença é verdadeira precisamente enquanto estamos em posição de afirmá-la. Do mesmo modo, só estamos autorizados a afirmar que uma sentença não é verdadeira se estamos em posição de negá-la¹⁸.

Como base nessa explicação, nosso suposto aprendiz terá condições de entender o que significa atribuir verdade a uma determinada sentença. Desse modo, se tal indivíduo está em posição de afirmar uma sentença como, por exemplo, (3) “A neve é branca” ele pode, então, como base no princípio explicativo exposto acima, atribuir verdade a (3). Caso um suposto indivíduo não conheça a palavra ‘verdade’, pode ainda ficar confuso em atribuir um valor de verdade a sentenças que contenham a palavra ‘verdade’. Diante disso, seguindo as convenções acima, o sujeito pode ir gradualmente tornando clara a noção de verdade. Tomemos como exemplo uma sentença envolvendo a noção de verdade, que ainda não está clara ao suposto aprendiz:

(4) “Alguma sentença impressa no artigo ‘A concepção semântica da verdade’ é verdadeira”.

Assim, se (4) não está clara, tampouco estará:

(5) “(4) é verdadeira”.

Agora, se o nosso aprendiz está disposto a afirmar (3), como supomos acima; ele poderá afirmar que (3) é verdadeira. Supondo que (3) seja uma das sentenças impressa no artigo ‘A concepção semântica da verdade’, ele já estará em condições de afirmar (4) e, por conseguinte, poderá também afirmar (5). Tendo isso em vista, o aprendiz eventualmente será capaz de atribuir ‘verdade’ a mais e mais enunciados. Com base nisso, Kripke delinea a noção intuitiva sentença fundada nos seguintes termos: “nossa sugestão é que sentenças fundadas podem ser caracterizadas como aquelas que eventualmente tomam um valor de verdade nesse processo” (KRIPKE [1975], p. 701).

¹⁸ Cf. KRIPKE, [1975], p. 701.

As sentenças que não possuem um caminho reconstruível até suas bases são infundadas e, de acordo com a convenção linguística exposta acima, não podemos atribuir verdade nem falsidade a elas. Como um exemplo de sentença infundada, tomemos a sentença do narrador de verdade (*Truth-teller*).

(N): (N) é verdadeira.

Com base nas intuições expostas acima, (N) nunca será chamada de “verdadeira”. Mas, nosso suposto aprendiz não pode expressar isto dizendo “(N) não é verdadeira”. Essa afirmação entraria diretamente em conflito com a estipulação de que se deve negar que uma sentença é verdadeira precisamente sob a circunstância em que se negaria a própria sentença (KRIPKE [1975], p. 701). Como se percebe, a noção de sentença fundada exprime a relação de dependência semântica: o status da afirmação de que uma sentença *AA* é verdadeira depende do *status prévio* (*SP*) de *A.A*. Para tentar deixar mais claro, considere o narrador de verdade como sendo: $N = T('N')N = T('N')$. Temos que para afirmar que (N) é verdadeira – isto é, $T('N')T('N')$ – precisamos do *SP* “N”, ou seja, “ $T('N')T('N')$ ”. O mesmo ocorre com o Mentiroso $P = \neg T('P')P = \neg T('P')$: “ $\neg T('P')\neg T('P')$ ” tem como *SP* “ $T('P')T('P')$ ” que, por seu turno, tem como *SP* “ PP ”, isto é, “ $\neg T('P')\neg T('P')$ ”. Temos, portanto, que a sentença do narrador de verdade e a sentença do Mentiroso são infundadas. Mas, então, qual é a diferença entre esses dois tipos de sentenças? A resposta para essa pergunta não é tão direta. Para respondermos isso, vamos precisar da noção de ponto fixo na abordagem de Kripke.

4.2 Pontos fixos e patologias semânticas

Nesta seção, vamos dar uma breve noção informal de como Kripke lida com as sentenças infundadas e com as sentenças paradoxais em sua abordagem. Em sua construção dos pontos fixos, Kripke usa vários recursos formais que não vamos reproduzir aqui, visto que consideramos que uma ideia geral (sem muitos detalhamentos técnicos) do procedimento de Kripke já é suficiente para os propósitos deste texto¹⁹.

¹⁹ Para uma apresentação formal da teoria de Kripke, ver o artigo de CARDOSO: ‘O Paradoxo do Mentiroso: uma comparação de hierarquias semânticas’ presente neste volume.

De acordo com as intuições do conceito de sentença fundada, algumas sentenças serão destituídas de valores de verdade, ou porque ainda não estão em uma condição de recebê-los ou porque não receberão um valor de verdade e serão classificadas como infundadas. Tendo em vista que nem todas as sentenças serão verdadeiras ou falsas, Kripke faz uso de linguagens que possibilitam lacunas (*gaps*) de valores de verdade.

Para lidar com isso, Kripke oferece uma interpretação parcial predicado-verdade. Tomando uma linguagem L , sem predicado-verdade e um domínio DD de uma estrutura, um predicado PP é *parcialmente definido* se e somente se sua interpretação é dada por um par (S_1, S_2) de subconjuntos disjuntos de DD . S_1 é a *extensão* e S_2 é a *antiextensão* de PP . $PxPx$ será verdadeira para os objetos em S_1 , falsa para os de S_2 , e indefinida para aqueles que estão no complemento da união de S_1 com S_2 . Feito isso, Kripke estende a linguagem L para uma linguagem LL , por meio da adição do predicado-verdade cuja interpretação é parcialmente definida em (S_1, S_2) . Assim, a partir de alguns recursos formais que não serão expostos aqui, Kripke constrói uma hierarquia de interpretações na qual, no primeiro nível, todas as expressões de LL são totalmente definidas em DD , exceto o predicado-verdade que é indefinido (isso corresponde ao estágio inicial no qual o aprendiz ainda não tem uma noção do termo ‘verdade’). No nível seguinte, avaliando as sentenças que não envolvem o predicado-verdade – considerando a interpretação dada pelos outros predicados mais as regras de atribuição de K_3 –²⁰ algumas sentenças podem ser definidas como verdadeiras ou falsas, outras continuam indefinidas (ou seja, algumas sentenças caem na extensão ou na antiextensão e outras permanecem no complemento da união da extensão com a antiextensão do predicado-verdade). Assim, a interpretação do predicado-verdade em um determinado nível é dada no nível subsequente. Dessa forma, a cada nível, as sentenças às quais foram atribuídos os predicados ‘verdadeiro’ e ‘falso’ no nível precedente mantêm esses valores e novas sentenças que eram indefinidas no nível anterior vão recebendo valor no processo até chegar no *ponto fixo*. No ponto fixo todas as sentenças da linguagem LL que poderiam entrar na extensão ou na antiextensão do predicado-verdade já terão entrado. Assim, o valor de verdade, ou a falta dele, de qualquer senten-

²⁰ Com a lógica trivalente forte de Kleene (conhecido como K_3), pode-se atribuir valor às sentenças compostas a partir da atribuição, ou falta de atribuição, de seus componentes.

ça no ponto fixo permanecerá fixo para os níveis subsequentes. Assim sendo, a interpretação do predicado-verdade no ponto fixo coincide com a interpretação do nível subsequente. Portanto, a interpretação da linguagem \mathcal{L} no ponto fixo resulta semanticamente fechada (KRIPKE, [1975], pp. 699-705).

Começando com a interpretação do predicado-verdade vazia (isto é, $S_1 = \emptyset$ e $S_2 = \emptyset$), tem-se o *ponto fixo minimal*. Podemos construir outros pontos fixos começando com uma interpretação do predicado-verdade diferente do vazio.²¹ Para exemplificar isso, podemos tomar a sentença do (N) do narrador de verdade. Intuitivamente temos que (N) não é paradoxal, porém ela resulta infundada na abordagem kripkeana. Caso começarmos com a interpretação do predicado-verdade vazia, (N) não assumirá um valor de verdade no ponto fixo. Entretanto, se começarmos a hierarquia colocando (N) na extensão do predicado-verdade, ela resultará verdadeira no ponto fixo, tendo em vista que na ascensão dos níveis as sentenças que foram definidas como verdadeiras ou falsas mantêm seus valores nos níveis subsequentes. Contudo, não é possível começar com a sentença do mentiroso (P) na interpretação do predicado-verdade sem cairmos em contradição.

Com isso, Kripke fornece definições formalmente precisas de sentença fundada e de sentença paradoxal. Uma sentença s será *fundada* se e somente se possui um valor de verdade no ponto fixo minimal, de outra maneira s é *infundada* ([1975], p. 706). Uma sentença s será *paradoxal* se e somente se não possuir um valor de verdade em nenhum ponto fixo, ou seja, s será paradoxal se não for possível atribuir a s um valor de verdade consistentemente ([1975], p. 708). Portanto, repetindo uma metáfora comum, o Mentiroso cai nas brechas entre o verdadeiro e o falso, por se expressar através de sentenças infundadas; uma vez nas brechas não poderá sair, justamente por se expressar através de sentenças paradoxais no sentido definido por Kripke.

²¹ Kripke define outros pontos fixos, diferentes do minimal, como o ponto fixo maximal e o ponto fixo intrínseco. Não faremos considerações desses outros pontos fixos, na medida em que isso sairia do escopo deste texto.

Para uma apresentação das provas da existência dos pontos fixos, ver HECK, R. *Kripke's Theory of Truth*, disponível em: <http://www.frege.org/phil1890d/pdf/KripkesTheoryOfTruth.pdf>

5. LACUNAS DE VALORES DE VERDADE

Diante do que foi exposto, o Mentiroso, na abordagem de Kripke, não é nem verdadeiro nem falso. Todavia, tal abordagem não pode estabelecer este fato, como nela não pode resultar verdadeiro que $\neg T('P') \rightarrow T('P')$. Entretanto, parece que é desejável termos uma teoria em que possamos expressar que a sentença do Mentiroso é um *Gap* (nem verdadeira, nem falsa), mas ao introduzirmos um predicado *Gap* na linguagem abrimos caminho para uma construção mais forte do Mentiroso (*Vingança do Mentiroso*)²². Alguns autores defendem que o fato da linguagem não expressar $\neg T('P') \rightarrow T('P')$ é um fato que vai além do que o predicado verdade precisa expressar²³. Soames, por exemplo, defende que nossas convenções linguísticas não autoriza afirmação, nem a negação, do Mentiroso. A razão seria justamente a noção de dependência semântica que, como tentamos mostrar, parece muito razoável do ponto de vista intuitivo.

Como vimos, quando a dependência semântica pode ser rastreada a partir de uma sentença contendo o predicado verdade por todo caminho de volta para as sentenças que não contém tal predicado (sentenças de base), a sentença original será determinada a ser verdadeira ou será determinada a não ser verdadeira. Quando a dependência não pode ser traçada de volta nessa maneira, as regras para caracterizar sentenças como verdadeiras, ou como não verdadeiras, irão simplesmente ser inaplicáveis (SOAMES, 1999, p 176). A proposta de silenciarmos a respeito da sentença do Mentiroso parece plausível já que na linguagem natural (e linguagens formais também) é razoável a introdução de termos na linguagem sob convenções²⁴.

Nessa perspectiva, o Mentiroso motiva a existência de lacunas de valores de verdade. Consideramos que lacunas de valores de verdade não são artifícios inventados apenas para evitar os paradoxos, eles existem independente na linguagem. Além disso, lacunas resultam de um conjunto plausível de instruções para introduzir o predicado

²² Para uma ampla discussão sobre o problema da vingança, ver JC BEALL. *Revenge of the Liar: New Essays on the Paradox*. Oxford University, Press. 2007.

²³ Cf. BEALL e GLANZBERG, 2014, p. 21.

²⁴ Soames (1999, p164) oferece um exemplo bem elucidativo. O autor estabelece as convenções linguísticas do termo '*smidget*' explorando a ideia de predicados parciais.

verdade, o caráter ‘*gap*’ das sentenças infundadas é uma consequência automática, e não premeditada, dessas instruções. Assim, lacunas fornecem uma explicação de como podemos rejeitar a afirmação que o Mentiroso é verdadeiro e também rejeitar a afirmação que ele não é verdadeiro. Além disso, há outros pontos que motivam a pressuposição que as línguas naturais possuem lacunas de valores de verdade, como, por exemplo, falhas de denotação, pressuposição, futuros contingentes e erros categoriais²⁵.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como apontamos, ao excluir as linguagens semanticamente fechadas, Tarski formula uma hierarquia de linguagens estratificada em que o predicado-verdade de cada linguagem estará disponível apenas em outra linguagem mais rica. Todavia, como vimos através dos argumentos de Kripke, essa estratégia produz alguns resultados que não se adequam a algumas intuições de uso do termo ‘verdadeiro’ em línguas naturais. Diferentemente da abordagem de Tarski, a proposta de Kripke usa apenas um predicado-verdade que cresce até alcançar o ponto fixo, e não vários predicados desse tipo dispostos em uma hierarquia de linguagens. Outra característica bastante atraente na abordagem de Kripke é fato dela garante importantes intuições, na medida em que se aproxima das línguas naturais que, como sabemos, são semanticamente fechadas. Como vimos, Kripke salvaguarda importantes intuições de uso do predicado ‘verdadeiro’ ao admitir lacunas de valores de verdade. Além disso, outros fenômenos, diferentes do Mentiroso, motivam o caráter *gap* das línguas naturais.

Diante disso, podemos nos perguntar se a semântica para linguagens formais deve levar em conta intuições de uso do predicado ‘verdadeiro’. Talvez alguém poderia responder que não, alegando que podemos ter objetivos puramente formais. O problema agora está em entender a expressão “puramente formal”. Vamos conceder, por um momento, como muitos autores defendem, que Tarski tinha objetivos

²⁵ Para motivações de lacunas de valores de verdade, ver Blamey, S. *Partial Logic*. *Handbook of Philosophical Logic* — Volume III. Reidel 1986, pp. 275- 285.

puramente formais com sua teoria semântica da verdade²⁶. Diante disso, se levarmos em conta, por exemplo, as críticas dirigidas ao tratamento tarskiano que dizem que o autor propõe uma solução puramente formal (não filosófica) ao problema do Mentiroso, parece que uma solução razoável ao problema deva levar em conta uma teoria da verdade que salvasse as intuições ordinárias do predicado ‘verdadeiro’.

Como Beall e Glanzberg sugerem, podemos colocar duas vias diante dessa discussão: a via destinada a lidar com contradições (caminho lógico) e a via destinada a lidar com questões relativas a natureza da verdade (caminho da natureza). Embora esses dois caminhos possam tomados como independentes, parece que um tratamento sensato do Mentiroso deve ser feito na intersecção desses dois caminhos. Como os autores colocam:

Sustentamos que o caminho da natureza não apenas motiva as visões sobre o caminho lógico; mais do que isso, em alguns aspectos, ele dita as respostas disponíveis ao paradoxo e as visões disponíveis da lógica da verdade (BEALL & GLANZBERG, 2008, p. 180).

Diante disso, se considerarmos que a lógica deva capturar as intuições do predicado ‘verdadeiro’ e se tivermos razões filosóficas suficientes (consideramos que não há outra via) para supormos que as línguas naturais nos motiva a admitirmos lacunas de valores de verdade, devemos – para salvaguardar essas intuições – adotar uma lógica para-completa? Claro, por outro lado, poderíamos ter razões filosóficas diferentes. Por exemplo, poderíamos ter razões filosóficas dialeteístas diante do problema Mentiroso e, se assim for, teríamos que adotar uma lógica para-consistente (como foi feito por Priest)? Ao contrário de Priest, consideramos – como tentamos mostrar neste texto – que uma abordagem que aceita lacunas de valores de verdade diante do problema do Mentiroso é filosoficamente atraente, mas consideramos plausível, como faz Priest, adotarmos uma lógica motivada por nossas concepções filosóficas. Além disso, se levarmos em conta as críticas dirigidas aos tratamentos “não filosóficos”, consideramos que uma resposta razoável ao Mentiroso deve levar em conta a intersecção entre lógica e natureza da verdade.

²⁶ Esse ponto não é pacífico. Embora alguns autores defendam que Tarski tinha objetivos puramente formais, consideramos que Tarski pretendia salvaguardar intuições de uso do predicado ‘verdadeiro’ (Cf. MELO, 2012).

REFERÊNCIAS

- ARISTÓTELES. *Metaphysica*. Oxford University Press, 1973
- BARWISE, Jon and ETCHEMENDY, John. 'The Liar' In. *The liar: An essay on truth and circularity*. New York: Oxford University Press, 1987. Cap. 1
- BEALL, Jc. *Spandrels of Truth*. Oxford, UK: Oxford University Press, 2009.
- BEALL, Jc and GLANZBERG, Michael. 'Where the Paths Meet: Remarks on Truth and Paradox' in *Midwest Studies in Philosophy, Volume XXXII: Truth and Its Deformities*, ed. P. A. French and H. K. Wettstein, Blackwell, 2008, pp. 169-198.
- _____. 'Liar Paradox', *The Stanford Encyclopedia of Philosophy* (Fall 2014 Edition), Edward N. Zalta (ed.), URL = <http://plato.stanford.edu/archives/fall2014/entries/liar-paradox/>
- BURGESS, Alexis and BURGESS, John, *Truth*, Princeton University Press, 2011.
- HAACK, Susan. *Filosofia das Lógicas*. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora da UNESP, 2002
- HECK, Richard. 'A Liar Paradox', *Thought* 1, 2012, pp. 36-40.
- KRIPKE, Saul. 'Outline of theory of truth' In *The journal of philosophy*, Vol. 72, Issue 19, Seventy-Second Annual Meeting American Philosophical Association. 1975, pp. 690-717.
- MELO, Ederson Safra. A verdade e a concepção semântica: a abordagem ortodoxa e a não ortodoxa (Dissertação de Mestrado). Florianópolis, 2012
- _____. 'O Mentiroso e as intuições acerca da noção de verdade na perspectiva de Saul Kripke'. In *Temas em filosofia contemporânea / Jaimir Conte, Cezar A. Mortari (orgs.)* Florianópolis: NEL/UFSC, 2014. pp. 134-147.
- PRIEST, Graham "Logic of paradox revisited", *Journal of Philosophical Logic*, 13,1984, pp.153-179.
- SAINSBURY R. M. *Paradox*. Cambridge University Press, 2009.
- SOAMES, Scott. *Understanding Truth*. Oxford University Press, 1999.
- TARSKI, Alfred. [1933]'O conceito de verdade nas linguagens formalizadas', In: C. Mortari e L.H. Dutra orgs. Alfred Tarski: *A Concepção Semântica da Verdade. Textos clássicos*. SP: Ed. UNESP, 2007.
- _____. [1936] 'O estabelecimento da semântica científica', In: C. Mortari e L.H. Dutra orgs. Alfred Tarski: *A Concepção Semântica da Verdade. Textos clássicos*. SP: Ed. UNESP, 2007

_____ [1944] 'A concepção semântica da verdade e os fundamentos da semântica', In: C. Mortari e L.H. Dutra orgs. Alfred Tarski: *A Concepção Semântica da Verdade. Textos clássicos*. SP: Ed. UNESP, 2007.

_____ [1969] 'Verdade e Demonstração', In: C. Mortari e L.H. Dutra orgs. Alfred Tarski: *A Concepção Semântica da Verdade. Textos clássicos*. SP: Ed. UNESP, 2007.

O Paradoxo do Mentiroso – Uma comparação de hierarquias semânticas

Guilherme Araújo Cardoso

Universidade Federal de Minas Gerais

No artigo *Outline of a Theory of Truth* (1975), Kripke introduz um novo *framework* para tratar importantes fenômenos semânticos associados à autorreferência e ao Paradoxo do Mentiroso. O significado profundo dos resultados por ele obtidos, entretanto, são obscurecidos pela relação íntima que têm com tópicos formais e técnicos usualmente negligenciados em debates filosóficos. A meu ver, os pontos fixos de operadores monotônicos de conjuntos de sentenças constitui um novo *framework* para a discussão em torno dos paradoxos semânticos, de teorias da verdade e da compreensão dos fenômenos de autorreferência. Tal *framework* também permite extrair importantes conclusões a respeito destes tópicos e constitui um núcleo comum às propostas alternativas de solução aos paradoxos. Com intuito de esclarecer tais pontos, pretendo, em **1**, apresentar o Paradoxo do Mentiroso de um modo parcialmente formal, introduzindo elementos da abordagem de Kripke. Em **2**, irei apresentar o núcleo formal do trabalho de Kripke, os pontos fixos do operador *Jump*

Up e o significado destas coisas para os paradoxos e fenômenos relacionados. Finalmente, em **3**, irei retomar rapidamente as razões pelas quais defendo que embora não caracterize uma solução aos paradoxos, os pontos fixos podem ser vistos como um refinamento do diagnóstico fornecido por Tarski a respeito do Mentiroso.

1

A autorreferência é um traço das linguagens naturais cuja elucidação está longe de ser bem estabelecida. Chamemos autorreferenciais, inicialmente, àquelas sentenças que se referem a si mesmas, que dizem algo sobre si mesmas¹. Um pouco mais precisamente, a existência de sentenças autorreferenciais testemunha a não-irreflexividade da relação “*xx* refere-se a *yy*” (ou “*xx* é sobre *yy*”). De maneira geral, a autorreferência pode ser obtida nas linguagens naturais em virtude de generalizações, pelo uso de expressões descritivas, pelo uso de demonstrativos e indexicais ou simplesmente pelo modo como nomeamos sentenças, como podemos ver nos exemplos seguintes:

- (1) Todas as sentenças do Português podem ser traduzidas para o Inglês.
- (2) Esta própria sentença é muito interessante.
- (3) (3) é uma sentença autorreferencial.

Em (1) temos uma sentença que diz algo sobre todas as sentenças do Português, classe que inclui, obviamente, a sentença (1) ela mesma. Alguns usos de (2) não são autorreferências, por exemplo, eu poderia afirmá-la enquanto aponto para a sentença (1). Mas, certamente, alguns usos de (2) indicam (2) ela mesma como objeto

¹ Estou ignorando a distinção entre enunciados, sentenças e proposições. A princípio, sentenças não dizem nada (são sons ou símbolos concatenados), apenas o uso de uma sentença em uma circunstância determinada diz algo, refere-se a algo e é passível de uma atribuição de valor verdade. Seguindo Kripke (1975), adoto a estratégia de me manter neutro sobre tais distinções, adotando as sentenças como *relata* legítimos da relação de referir e como portadores de verdade (*truth bearers*). Nenhum dos resultados aqui mencionados são alterados pela possível ilegitimidade dessa posição, já que podemos facilmente interpretar as expressões “*AA* é uma sentença verdadeira” e “*AA* refere-se a si mesma” como “aquilo que é dito por *A* é verdadeiro” e “aquilo que é dito por *AA* refere-se a si mesmo”.

referido pelo indexical “esta”. (3), por outro lado, nomeia diretamente a sentença

“(3) é uma sentença autorreferencial”, que, por sua vez, afirma que (3) é autorreferencial, ou seja, (3) diz de si mesma que é autorreferencial.

Poderia parecer que a autorreferência depende sempre, enquanto fenômeno das linguagens naturais, de coisas extrínsecas à sentença ela mesma, sejam circunstâncias empíricas favoráveis ou mesmo certo uso das expressões ou escolha de nomes. É possível mostrar, entretanto, que a autorreferência pode ser obtida mesmo em linguagens estritamente formais cuja interpretação é fixada de maneira estável e onde termos indexicais não ocorrem. Este é o significado de um importante resultado destacado por Carnap² como passo essencial na derivação dos teoremas de incompletude de Gödel e o teorema da indefinibilidade de Tarski, o Lema Diagonal.

Lema Diagonal: Seja Σ uma teoria de primeira ordem clássica que representa todas as funções recursivas e $A(x)$ uma fórmula de Σ em que apenas a variável x ocorre livre. Existe, então, uma sentença G de Σ , tal que: $\Sigma \models G \leftrightarrow A(\ulcorner G \urcorner) \Sigma \models G \leftrightarrow A(\ulcorner G \urcorner)$.

Não convém detalhar a prova do Lema neste texto, mas podemos ver claramente que ele é uma contraparte formal da autorreferência. Para qualquer fórmula $A(x)A(x)$ da linguagem, teremos uma sentença GG que é materialmente equivalente à sentença que diz de GG que ela é AA , ou seja, em certo sentido, é como se GG dissesse de si mesma que ela é AA .

Algumas observações são necessárias. Em primeiro lugar, por uma teoria de primeira ordem clássica $\Sigma\Sigma$ entendo qualquer extensão da Lógica de Primeira Ordem com Identidade ($LPO=LPO^=$), onde temos, para toda sentença GG da linguagem de $\Sigma\Sigma$: i) Princípio da Bivalência (**PB**) – $\Sigma \models G \Sigma \models G$ ou $\Sigma \not\models G \Sigma \not\models G$. ii) Princípio do Terceiro Excluído (**PTE**) – $\Sigma \models G \vee \neg G \Sigma \models G \vee \neg G$. iii) Princípio de Não-Contradição (**PNC**) – $\Sigma \not\models G \wedge \neg G \Sigma \not\models G \wedge \neg G$. Uma teoria é dita inconsistente se ela não obedece tal princípio, ou seja, se ela inclui contradições verdadeiras. iv) Princípio de Explosão (**PE**) – $\Sigma \cup \{G \wedge \neg G\} \models H \Sigma \cup \{G \wedge \neg G\} \models H$

² A essência do procedimento utilizado no Lema Diagonal foi explorada tanto por Tarski, quanto por Gödel em seus importantes resultados metalógicos de limitação. Foi Carnap, entretanto, no *The Logical Syntax of Language* (1934), quem caracterizou o lema na maneira como irei introduzir aqui.

, para qualquer fórmula HH da linguagem de $\Sigma\Sigma$.

Em segundo lugar, a consequência prevista pelo Lema Diagonal pode ser derivada em qualquer teoria na qual todas as funções recursivas podem ser representadas. Não há espaço para definir e discutir a noção de representabilidade aqui, mas basta notar que certas funções podem ser representadas em teorias expressas em linguagens totalmente distintas. A função *concatenação de expressões* (que toma duas expressões $\mu\mu$ e $\theta\theta$, retornando como valor $(\mu, \theta)(\mu, \theta)$), ou seja, a expressão formada pela junção da primeira expressão seguida da segunda) é uma função representável em certas teorias aritméticas: associamos as expressões $\mu\mu$ e $\theta\theta$ a dois números (a rigor, expressões da linguagem que denotam números) mm e nn , $(\mu, \theta)(\mu, \theta)$ por um número ll e associamos a função concatenação a uma função sobre números ff , tal que $f(m, n) = lf(m, n) = l$, sempre que a concatenação de $\mu\mu$ e $\theta\theta$ for $(\mu, \theta)(\mu, \theta)$. As funções recursivas são todas aquelas que podem ser computadas por uma Máquina de Turing. Supondo a tese de Church-Turing, todas as funções efetivamente computáveis (computáveis por algoritmo) são recursivas. Outro importante resultado, estabelecido por Tarski, Mostowski e Robinson (1953) diz que todas as funções recursivas são representáveis na aritmética de Robinson (Q). Logo, todas as extensões de Q (uma teoria aritmética bastante fraca) derivam a consequência do Lema Diagonal. A rigor, seria suficiente representar a função concatenação, que é intuitivamente computável, e, portanto, pela Tese de Church-Turing, também recursiva. Apenas tal função já nos permitiria obter a autorreferência, mas não há espaço para detalhar tais coisas³.

Em terceiro lugar, o Lema Diagonal não foi apresentado aqui em toda sua generalidade. A rigor, o mesmo enunciado vale para fórmulas da linguagem da teoria em que mais variáveis ocorram livres, mas esta versão é suficiente para nossos propósitos e facilita uma compreensão mais intuitiva do Lema.

Por fim, vale destacar, esta é a versão fraca do Lema. Na versão forte temos que existe uma expressão $\lambda\lambda$ da linguagem de $\Sigma\Sigma$, tal que: $\Sigma \models \lambda = "F(\lambda)" \Sigma \models \lambda = "F(\lambda)"$. Neste caso, temos autorreferência de modo ainda mais claro, pois $F(\lambda)F(\lambda)$, de fato, diz

³ Todos estes resultados podem ser encontrados em Boolos *et al* (2007).

de si mesma que ela é FF . Note ainda que pela Lei de Leibniz⁴ a versão forte do lema implica a versão fraca do lema, pois temos que $\Sigma \models \lambda = "F(\lambda)" \Sigma \models \lambda = "F(\lambda)"$, então (pela Lei de Leibniz), teremos que $\Sigma \models F(\lambda) \leftrightarrow F("F(\lambda)") \Sigma \models F(\lambda) \leftrightarrow F("F(\lambda)")$, e aqui $F(\lambda)F(\lambda)$ desempenha o papel da sentença GG na versão fraca. Nas teorias aritméticas a versão fraca é (por necessidade) predominante. Como estou tratando da autorreferência em um quadro mais geral, entretanto, não irei me restringir à versão fraca.

Acontece que na presença de predicados semânticos, como o predicado $T(x)T(x)$ (leia-se “ xx é verdadeira”), a autorreferência (assim como sua contraparte formal, o Lema Diagonal) abre caminho para coisas muito estranhas. Vejamos alguns exemplos:

$$\begin{array}{ll}
 (4)(4) & \neg T((4))\neg T((4)) \\
 (5)(5) & T((5))T((5)) \\
 (6)(6) & \neg T((4)) \vee G \neg T((4)) \vee G \\
 (7)(7) & T(7) \rightarrow GT(7) \rightarrow G \\
 (8)(8) & T((8)) \vee \neg T((8))T((8)) \vee \neg T((8))
 \end{array}$$

Considerando as fórmulas $\neg T(x)\neg T(x)$, $T(x)T(x)$, $\neg T(x) \vee G \neg T(x) \vee G$, $T(x) \rightarrow GT(x) \rightarrow G$ e $T(x) \vee \neg T(x)T(x) \vee \neg T(x)$, vemos que a existência das sentenças (4) – (8)(4) – (8) em uma linguagem que inclui tais fórmulas e representa as funções recursivas é garantida pelo Lema Diagonal Forte (resultam de diagonalizarmos sobre tais fórmulas). Intuitivamente, entretanto, tais sentenças não se comportam de acordo com nossas expectativas clássicas. Supor que (4)(4) é verdadeira nos levaria a admitir que (4)(4) não é verdadeira⁵ (admitir aquilo que é dito por (4)(4)). Por outro lado, se (4)(4) não é verdadeira, então, isto confirma a verdade de (4)(4). Logo, (4)(4) é verdadeira sse (4) (4) não é verdadeira, mas isto implica que (4) (4) é verdadeira

⁴ Ouseja, o seguinte esquema de teoremas $\models a = b \rightarrow F(a) \leftrightarrow F(b) \models a = b \rightarrow F(a) \leftrightarrow F(b)$, para todos os a, ba, b , onde $F(a)F(a)$ e $F(b)F(b)$ são fórmulas da linguagem idênticas exceto pela substituição em ambas, respectivamente, de aa por bb e bb por aa .

⁵ Algumas abordagens não-clássicas distinguem “é falsa” de “não é verdadeira”. Para os meus propósitos tal distinção é irrelevante, como dito na nota 4.

e (4) (4) não é verdadeira, ou seja, uma contradição⁶. (4)(4) é a versão clássica do Mentiroso (*The Liar*). A suposição de que (5)(5) é verdadeira ou não-verdadeira não leva a contradições. A estranheza neste caso consiste no fato de que não há quaisquer razões para tomar (5)(5) como verdadeira ou como não-verdadeira. (5)(5) é conhecida na literatura como *Truth Teller*. Se (4)(4) é paradoxal, o que dizer a respeito de (6)(6), que inclui (4)(4) como um disjuncto? Será que isso depende da sentença GG ? Se, por um lado, (5) (5) não é paradoxal, por outro, (7)(7), que de alguma forma assemelha-se a (5)(5), não tem a mesma sorte: (7)(7) não pode ser falsa, pois isto implicaria a verdade de (7)(7) (pela interpretação clássica do condicional). Mas se (7)(7) é verdadeira, GG é verdadeira, e isto vale para qualquer sentença G G . Disto obtemos a trivialidade, resultado ainda mais devastador do que a contradição, que, aliás, é pressuposta no **PE**. (7)(7) é também uma versão famosa dos paradoxos, o Paradoxo de Curry. Por fim, (8) (8) é uma instância do **PTE** que envolve autorreferência. Note que (8) (8) não pode ser avaliada como falsa, mas se ela é verdadeira, seu primeiro disjuncto é verdadeiro; e o segundo, falso.

Estes casos expressam importantes particularidades a respeito da autorreferência e dos paradoxos. Por esta razão, irei retomá-los mais tarde. Antes, irei destacar o significado formal destes paradoxos, aquilo que Tarski estabeleceu como um resultado de limitação decorrente da autorreferência, o Teorema da Indefinibilidade de Tarski.

Uma característica essencial do predicado **TT** (característica que foi, aliás, pressuposta implicitamente nas considerações dos casos estranhos anteriormente abordados) é que **TT** alegadamente satisfaz àquilo que Tarski chamou Critério de Adequação Material. Segundo Tarski, uma definição materialmente adequada do predicado de verdade deve ter como consequências todas as instâncias do seguinte esquema:

⁶ Pois $A \leftrightarrow \neg A \equiv A \wedge \neg AA \leftrightarrow \neg A \equiv A \wedge \neg A$. Um modo mais direto de explicitar a prova disso é utilizando o **PTE**, porém essa consequência vale mesmo em lógica minimal, pois depende apenas das regras de introdução e eliminação dos conectivos sentenciais (\rightarrow , \vee , \wedge , \perp), tratando $\neg A \neg A$ como $A \rightarrow \perp A \rightarrow \perp$: Primeiro provamos $\neg A \neg A$ (ou seja, $A \rightarrow \perp A \rightarrow \perp$) por $\rightarrow^+ \rightarrow^+$, assumindo AA como hipótese e derivando daí \perp . Agora obtemos AA (de $A \leftrightarrow \neg AA \leftrightarrow \neg A$ e $\neg A \neg A$, por $\leftrightarrow^- \leftrightarrow^-$).

Esquema TT :

$$T("G") \leftrightarrow GT("G") \leftrightarrow G$$

Uma definição de verdade que capture a noção intuitiva de verdade deve acarretar todas as instâncias deste esquema, portanto, se $\Sigma\Sigma$ é uma teoria de primeira ordem na qual podemos definir o conjunto ($TRUE$) de todas as sentenças verdadeiras da linguagem de $\Sigma\Sigma$ e se TT é o predicado de verdade da sua linguagem (ou seja, " $G \in TRUE \leftrightarrow G \in TRUE$ sse $T("G") \leftrightarrow T("G")$ "), então, para toda sentença GG de $\Sigma\Sigma$, temos que: $\Sigma \models T("G") \leftrightarrow G \leftrightarrow \Sigma \models T("G") \leftrightarrow G$.⁷

Pois bem, já dissemos que teorias bem fracas representam funções recursivas e vimos também que o Esquema TT captura a noção intuitiva de verdade. Acontece que teorias nas quais temos estas duas coisas são inconsistentes. Este resultado é o núcleo do Teorema da Indefinibilidade de Tarski, e pode ser visto também como a contraparte formal do Paradoxo do Mentiroso.

Teorema da Indefinibilidade: Seja $\Sigma\Sigma$ uma teoria de primeira ordem clássica na qual podemos representar as funções recursivas. Assim, não podemos definir (de modo materialmente adequado) o conjunto das sentenças verdadeiras de $\Sigma\Sigma$.

Esboço da Prova (por Redução ao Absurdo – RAA):

- i. Suponha que possamos definir $TRUE$ de modo materialmente adequado.
- ii. Então, $\Sigma \models T("G") \leftrightarrow G \leftrightarrow \Sigma \models T("G") \leftrightarrow G$, para toda sentença GG da linguagem de $\Sigma\Sigma$ [Esquema TT].
- iii. Mas existe uma sentença GG de $\Sigma\Sigma$, tal que: $\Sigma \models \neg T("G") \leftrightarrow G \leftrightarrow \Sigma \models \neg T("G") \leftrightarrow G$ [Lema Diagonal]⁸.
- iv. Assim, $\Sigma \models \neg T("G") \leftrightarrow T("G") \leftrightarrow \Sigma \models \neg T("G") \leftrightarrow T("G")$, para alguma sentença GG de $\Sigma\Sigma$ [ii e iii].
- v. Logo, não podemos definir $TRUE$ de modo materialmente adequado.

⁷ Note que $\Sigma \models T("G") \leftrightarrow G \leftrightarrow \Sigma \models T("G") \leftrightarrow G$, para alguma sentença GG , independente de T ser interpretado como predicado verdade, desde que $\Sigma\Sigma$ represente as funções recursivas (de acordo com o Lema Diagonal).

⁸ TT é o predicado verdade da linguagem de $\Sigma\Sigma$, portanto, $\neg T(x) \leftrightarrow T(x)$ é uma fórmula da linguagem de $\Sigma\Sigma$ sobre a qual podemos diagonalizar.

Colocando o resultado anterior em outros termos, podemos dizer que não é possível construir uma linguagem de primeira ordem que contenha o seu próprio predicado de verdade TT e para a qual possamos oferecer uma interpretação clássica e consistente que viabilize as funções recursivas e o Esquema TT . O ponto central do trabalho de Kripke acerca do Mentiroso (1975) consiste em explorar uma possibilidade explicitada por este resultado, construir uma interpretação parcial (portanto, não-clássica) de uma linguagem que satisfaça as condições anteriores e que não permita a derivação de contradições anteriormente explicitada⁹. Obviamente, tal interpretação não viabiliza o Esquema TT , portanto, Kripke precisa apresentar uma alternativa que semelhantemente respeite nossa concepção intuitiva de verdade¹⁰.

Considere uma linguagem de primeira ordem LL que contém o predicado TT e o símbolo de função " ... "" ... " que forma os nomes das sentenças de LL (em teorias aritméticas, esta função é aquela que fornece os números de Gödel das sentenças). Vamos construir uma interpretação (modelo) de LL , que consiste em um par $(D, i)(D, i)$, onde DD é o domínio e i a função interpretação sobre os nomes, relações e símbolos funcionais de LL . Note que LL contém os nomes de suas sentenças, assim, sua interpretação (modelo) deve incluir todas as suas sentenças no domínio. Vamos manter a interpretação usual para todas as sentenças atômicas nas quais o predicado TT não ocorre. A novidade consiste na interpretação de TT e também nas novas regras para operadores, conectivos e quantificadores.

A motivação para adotar regras alternativas quanto às sentenças complexas consiste no caráter parcial da interpretação que iremos construir. Iremos admitir sentenças que não são verdadeiras nem

⁹ Outra possibilidade interessante, que não irei explorar aqui, é a de fornecer uma interpretação total para uma linguagem que contenha seu próprio predicado de verdade, mas que não viabilize o Esquema TT , ou seja, procurar alternativas ao Esquema TT possivelmente consistentes.

¹⁰ Na apresentação da teoria de Kripke, estou me apoiando fundamentalmente em *handouts* produzidos (porém, não publicados) pelo Prof. Richard Heck em um curso de Teorias da Verdade pela *Brown University* na Primavera de 2013. Este material, entretanto, está disponível para download em sua página web pessoal, conforme indicado nas referências.

falsas (*truth value gaps*), portanto, a Bivalência não pode ser mais presumida na interpretação de sentenças complexas. Kripke adota em seu artigo a Lógica Trivalente Forte de Kleene (K_3K_3), mas outras lógicas seriam permitidas como veremos mais tarde. Vejamos como K_3K_3 determina as regras para a negação, a disjunção de sentenças e a quantificação sobre fórmulas:

Negação:

- i) " $\neg G \text{ e } \neg G$ " é verdadeira sse " $G \text{ e } G$ " é falsa.
- ii) " $\neg G \text{ e } \neg G$ " é falsa sse " $G \text{ e } G$ " é verdadeira.
- iii) De outro modo, " $\neg G \text{ e } \neg G$ " é indefinida (não tem valor de verdade).

Disjunção:

- i) " $G \vee H \text{ e } G \vee H$ " é verdadeira sse " $G \text{ e } G$ " é verdadeira ou " $H \text{ e } H$ " é verdadeira.
- ii) " $G \vee H \text{ e } G \vee H$ " é falsa sse " $G \text{ e } G$ " e " $H \text{ e } H$ " são ambas falsas.
- iii) De outro modo, " $G \vee H \text{ e } G \vee H$ " é indefinida (não tem valor de verdade).

Quantificador Universal:

- i) " $\forall x(F(x)) \text{ e } \forall x(F(x))$ " é verdadeira sse " $F[o \setminus x] \text{ e } F[o \setminus x]$ " é verdadeira, para todo objeto oo do domínio¹¹.
- ii) " $\forall x(F(x)) \text{ e } \forall x(F(x))$ " é falsa sse " $F[o \setminus x] \text{ e } F[o \setminus x]$ " é falsa, para todo objeto oo do domínio.
- iii) De outro modo, " $\forall x(F(x)) \text{ e } \forall x(F(x))$ " é indefinida (não tem valor de verdade).

Como usualmente feito na semântica clássica, podemos definir os outros conectivos e o quantificador existencial a partir destes acima descritos e das equivalências bastante conhecidas.

O que faremos agora quanto ao predicado TT ? $i(T)i(T)$ deve retornar um conjunto de nomes de sentenças de LL . Nossa resposta será satisfatória se $i(T) = TRUEi(T) = TRUE$, pois, neste caso, LL tem o seu próprio predicado de verdade. Note, todavia, que a cada conjunto

¹¹ Onde $F[F[o \setminus x]]$ é o resultado de substituir em FF todas as ocorrências livres de xx por oo , sendo oo o nome de um objeto do domínio DD e FF uma fórmula na qual a única varável livre (se houver) é xx .

AA escolhido como interpretação de TT , um novo $TRUE_A TRUE_A$ é gerado. Por exemplo, se “a grama é verde” $\in i(T) \in i(T)$, então TT (“a grama é verde”) é verdadeira (ou seja, tal nome pertence a $TRUE TRUE$), mas disso não se segue que “a grama é verde” é verdadeira. Lembre-se que não temos mais o Esquema TT . O principal resultado de Kripke consiste em mostrar que existem conjuntos de nomes de sentenças de LL tais que, se $i(T) = Ai(T) = A$, então $i(T) = TRUE_A$ $i(T) = TRUE_A$. Neste tipo de interpretação, a extensão de TT coincide com o conjunto dos nomes das sentenças verdadeiras de LL , portanto, LL não apenas tem seu próprio predicado verdade, mas preserva parte essencial do antigo Esquema TT , são as chamadas Regras TT :

$$\begin{aligned} \text{Capture: } G \vDash T("G")G \vDash T("G") \\ \text{Release: } T("G") \vDash GT("G") \vDash G \end{aligned}$$

Irei esboçar a prova da existência de tais interpretações, por meio da introdução do operador *Jump Up*. Como veremos em seguida, este é um operador monotônico que, por isso, tem pontos fixos. Seus pontos fixos serão interpretações de TT que satisfazem as Regras TT ; e sua construção elucida coisas importantes a respeito das hierarquias semânticas.

Operador *Jump Up*: Seja SS o conjunto dos nomes de todas as sentenças de LL e $FP(S)FP(S)$ o conjunto de todos os subconjuntos finitos de SS . O operador ***Jump Up*** é a seguinte função $T : FP(S) \rightarrow FP(S)FP(S) \rightarrow FP(S)$: Para cada $A \in FP(S)A \in FP(S)$, $T(A) = TRUE_A T(A) = TRUE_A$.

Ou seja, $T(A)T(A)$ é o conjunto dos nomes das sentenças de LL que resultam verdadeiras quando interpretamos o predicado TT com o conjunto AA . Não irei falar como Kripke em conjunto dos nomes das sentenças falsas (ou, simplesmente, “não-verdadeiras”) de LL dada a interpretação AA para TT , ou seja, $F(A)F(A)$. A rigor, $T(A)T(A)$ e $F(A)F(A)$ são mutuamente determinados: em cada um destes conjuntos encontram-se os nomes de todas as sentenças equivalentes às respectivas negações dos nomes das sentenças

presentes no outro conjunto. Vamos nos restringir à escolha de conjuntos consistentes de nomes de sentenças, ou seja, conjuntos que não tenham como membros " $G \rightarrow G$ " e " $\neg G \rightarrow \neg G$ " para alguma sentença GG . Neste caso, a interpretação pode não ser exaustiva (ou seja, $T(A) \cup F(A) \subset ST(A) \cup F(A) \subset S$), mas é certamente exclusiva (ou seja, $T(A) \cap F(A) = \emptyset$, $T(A) \cap F(A) = \emptyset$).

Acontece que TT é um **operador monotônico**. A noção de operadores monotônicos (ocorrente também na Álgebra e na Teoria de Ordens, ou mais especificamente, na Teoria de Reticulados (*Lattices*)) pode ser definida conjuntisticamente. Uma ordem parcial é um par (D, R) , onde D é um conjunto; e R , uma relação reflexiva, antissimétrica e transitiva¹² em D . Uma função $f : D \rightarrow D$, neste caso, é monotônica sse em todo caso que $(A, B) \in R$ (sendo A e B membros de D), temos $(f(A), f(B)) \in R$ (também membros de D). A operação monotônica preserva a ordem em questão.

Vamos introduzir mais algumas definições: um membro A de D é dito **sound** sob uma determinada operação monotônica Φ de uma ordem R sse $(A, \Phi(A)) \in R$. Note que esta exigência não é condição para a monotonicidade de Φ . Finalmente, dada uma ordem parcial (D, R) e um operador monotônico Φ de R , dizemos que um **Ponto Fixo** de Φ em D é qualquer membro A de D , tal que $A = \Phi(A)$. Note ainda que todo ponto fixo é um membro *sound* do conjunto parcialmente ordenado (pela reflexividade da ordem parcial).

Um bom exemplo de ordem parcial é a relação de inclusão (\subseteq) sobre conjuntos de conjuntos. Mostrarei agora que operadores monotônicos de \subseteq definidos sobre conjuntos enumeráveis e aplicados a membros *sound* dão origem a hierarquias, e que tais hierarquias possuem pontos fixos. Posteriormente, veremos o operador **Jump Up** como um caso particular destes operadores.

Seja A um membro *sound* sob determinado operador monotônico Φ de uma ordem parcial (D, \subseteq) , onde D é um

¹² R é reflexiva em D sse xRx para todo $x \in D$. R é antissimétrica em D sse, todo caso em que xRy e yRx , temos que $x = y$. R é transitiva em D sse, quando xRy e yRz , então temos xRz .

conjunto enumerável¹³ de conjuntos. $\Phi\Phi$ dá origem a uma sequência infinita quando aplicado a AA : $(A, \Phi(A), \Phi(\Phi(A)), \Phi(\Phi(\Phi(A))), \dots)$. $(A, \Phi(A), \Phi(\Phi(A)), \Phi(\Phi(\Phi(A))), \dots)$. Ora, sabemos que $A \subseteq \Phi(A)$ $A \subseteq \Phi(A)$, pois AA é *sound*. Isto, por sua vez, dada a monotonicidade de $\Phi\Phi$, nos garante que $\Phi(A) \subseteq \Phi(\Phi(A))$ $\Phi(A) \subseteq \Phi(\Phi(A))$. Novamente, esta última, dada a monotonicidade de $\Phi\Phi$, estabelece que $\Phi(\Phi(A)) \subseteq \Phi(\Phi(\Phi(A)))$ $\Phi(\Phi(A)) \subseteq \Phi(\Phi(\Phi(A)))$, e assim por diante. Podemos definir, por recursão transfinita, a hierarquia gerada por $\Phi\Phi$ a partir de um conjunto *sound* AA :

$$I_{\Phi}^0 = AI_{\Phi}^0 = A$$

$$I_{\Phi}^{\alpha} = \Phi(I_{\Phi}^{\alpha-1})I_{\Phi}^{\alpha} = \Phi(I_{\Phi}^{\alpha-1}), \text{ quando } \alpha\alpha \text{ é um ordinal sucessor.}$$

$$I_{\Phi}^{\alpha} = \Phi(\bigcup_{\delta < \alpha} I_{\Phi}^{\delta})I_{\Phi}^{\alpha} = \Phi(\bigcup_{\delta < \alpha} I_{\Phi}^{\delta}), \text{ quando } \alpha\alpha \text{ é um ordinal limite}^{14}.$$

Deste modo, a cada estágio da hierarquia gerada por $\Phi\Phi$ a partir de AA , temos um ordinal associado. *n vezes* *n vezes*
estágio 0, $\Phi(A)\Phi(A)$ corresponde ao estágio 1, ..., $\overline{\Phi \dots (A)}$ $\overline{\Phi \dots (A)}$
corresponde ao estágio nn , e assim por diante.

Podemos mostrar¹⁵ agora que $\Phi\Phi$ tem um ponto fixo que inclui AA , ou seja, existe um conjunto $P \supseteq AP \supseteq A$, tal que, $\Phi(P) = P$ $\Phi(P) = P$. Vamos supor (por RAA) que não existe tal ponto fixo, ou seja, não existem ordinais $\alpha, \beta\alpha, \beta$, tais que, $I_{\Phi}^{\beta} = I_{\Phi}^{\alpha}I_{\Phi}^{\beta} = I_{\Phi}^{\alpha}$. Assim, $I_{\Phi}^{\beta} \subset I_{\Phi}^{\alpha}I_{\Phi}^{\beta} \subset I_{\Phi}^{\alpha}$, para todo $\beta < \alpha\beta < \alpha$, pela monotonicidade de $\Phi\Phi$ e por AA ser um conjunto *sound*. Intuitivamente, se não há um ponto fixo, a cada estágio da hierarquia acrescentamos novos elementos, a hierarquia não para de crescer. Ora, dissemos que a cada ordinal corresponde um estágio da hierarquia e que a cada estágio da hierarquia acrescentamos novos elementos. Mas há um resultado fundamental da Teoria de Conjuntos *standard* (ZFC), segundo o qual,

¹³ Também podemos provar o fato mais geral, que vale mesmo quando DD não é enumerável, mas vamos nos restringir à versão mais fraca, pela economia de complexidades técnicas.

¹⁴ $\alpha\alpha$ é um ordinal sucessor sse $\alpha = 0\alpha = 0$ ou existe um ordinal $\beta\beta$, tal que, $\alpha = \beta + 1$ $\alpha = \beta + 1$. De outro modo, $\alpha\alpha$ é um ordinal limite. Exemplos de ordinais limite são: $\omega, \omega^{\omega}, \omega^{\omega^{\omega}}, \omega^{\omega^{\omega^{\omega}}}, \omega^{\omega^{\omega^{\omega^{\omega}}}}$, etc.

¹⁵ Irei apenas expor o argumento informal.

a classe dos ordinais não é enumerável¹⁶, portanto, se a cada estágio $\Phi\Phi$ acrescenta-se ao menos um elemento à hierarquia, e se esta hierarquia associa um estágio a cada ordinal, existe um ordinal $\gamma\gamma$, tal que $I_{\Phi}^{\gamma}I_{\Phi}^{\gamma}$ não é enumerável. Entretanto, pressupusemos inicialmente que $\Phi\Phi$ é uma função de DD em DD e que DD é enumerável. Neste caso, $I_{\Phi}^{\gamma} \subseteq DI_{\Phi}^{\gamma} \subseteq D$, DD é enumerável e $I_{\Phi}^{\gamma}I_{\Phi}^{\gamma}$ não é enumerável. Mas podemos provar (ainda em ZFC) que todo subconjunto de um conjunto enumerável é ele mesmo enumerável¹⁷. Portanto, provamos uma contradição, qual seja: $I_{\Phi}^{\gamma}I_{\Phi}^{\gamma}$ não é enumerável e $I_{\Phi}^{\gamma}I_{\Phi}^{\gamma}$ é enumerável. Logo, existe um ponto fixo de $\Phi\Phi$ que inclui AA .

Um caso importante de ponto fixo de $\Phi\Phi$ (para qualquer operador monotônico $\Phi\Phi$) definido sobre qualquer ordem parcial $(D, \subseteq)(D, \subseteq)$, onde DD é um conjunto enumerável de conjuntos é o ponto fixo iniciado por $\emptyset\emptyset$. Note que $\emptyset\emptyset$ é *sound*, pois $\emptyset \subseteq \Phi(\emptyset)\emptyset \subseteq \Phi(\emptyset)$ pode ser estabelecido como um teorema de ZFC. Além disso, para qualquer conjunto *sound* $C \in DC \in D$, $\emptyset \subseteq C\emptyset \subseteq C$, logo, todo ponto fixo que inclui CC também inclui $\emptyset\emptyset$. Vamos chamar de **Ponto Fixo Minimal** (*MinMin*) ao ponto fixo obtido quando $I_{\Phi}^0 = \emptyset I_{\Phi}^0 = \emptyset$. Temos, então, que para todo ponto fixo PP de $\Phi\Phi$, $Min \subseteq PMin \subseteq P$.

Retornemos agora ao operador **Jump Up** (TT). TT é um operador monotônico definido sobre $FP(S)FP(S)$, que é um conjunto enumerável de conjuntos parcialmente ordenado pela relação $\subseteq\subseteq$. Pelo resultado anterior, sabemos que para todo $A \in FP(S)A \in FP(S)$, tal que AA é *sound*, existe um ponto fixo PP de TT , tal que $A \subseteq P$ $A \subseteq P$. Neste caso, entretanto, vamos impor uma condição adicional. Queremos determinar pontos fixos consistentes de TT , portanto, iremos procurar por conjuntos consistentes e *sound* para os estágios iniciais de cada hierarquia de TT .

¹⁶ A rigor, o conjunto de todos os ordinais enumeráveis não é ele mesmo enumerável, e a classe de todos os ordinais não é um conjunto, é uma classe própria, pois se fosse um conjunto, seria ela mesma um ordinal e pertenceria a si mesma. Entretanto, todo ordinal é bem ordenado por $\in\in$, o que implica (entre outras coisas) que $\in\in$ é irreflexiva neste conjunto, portanto, não pode pertencer a si mesmo. Uma prova deste fato pode ser encontrada em Hrbacek e Jech (1999).

¹⁷ Uma enumeração de um conjunto é uma função sobrejetora dos naturais neste conjunto. Note que se um conjunto AA é enumerado por uma função ff , todos os seus subconjuntos são enumerados por partes de ff .

A noção de conjuntos *sound* para os elementos de $FP(S)$ sob o operador TT tem um significado especial. Lembre que $T(A) = TRUE_A T(A) = TRUE_A$, ou seja, $T(A)T(A)$ é o conjunto das sentenças que resultam verdadeiras em um modelo que determina A como a interpretação do predicado TT . Assim, o requisito de que A seja um conjunto *sound* (ou seja, $A \subseteq T(A)A \subseteq T(A)$) consiste em garantir a regra *Release* anteriormente introduzida. Relembrando as sentenças estranhas que enumeramos na parte 1, o leitor pode verificar por si mesmo que: i) $\{(5)\{(5)\}$ é um conjunto consistente e *sound* de sentenças, portanto, há um ponto fixo em que $(5)(5)$ é verdadeira. ii) $\{\{a \text{ negação de } (5)\}(5)\}$ também é um conjunto consistente e *sound* de sentenças, ou seja, há um ponto fixo em que a negação de $(5)(5)$ é verdadeira. iii) $\{(4)\{(4)\}$ não é um conjunto consistente e *sound* de sentenças. Não há um ponto fixo consistente que tenha $(4)(4)$ ou sua negação como verdadeiras, pois todo ponto fixo em que ao menos uma delas é verdadeira é também inconsistente. iv) $\{(6, G)\{(6, G)\}$ e $\{(7, G)\{(7, G)\}$ são também conjuntos consistentes e *sound* de sentenças, existem pontos fixos nos quais $(6)(6)$ e $(7)(7)$ sejam verdadeiras, embora, suas respectivas negações não possam ser verdadeiras em nenhum ponto fixo. v) $\{(8)\{(8)\}$ é um conjunto consistente e *sound* de sentenças, ou seja, $(8)(8)$ é verdadeira em algum ponto fixo, mas não pode ser falsa em nenhum ponto fixo. vi) $\{"T(5) \vee \neg T(5)"\{"T(5) \vee \neg T(5)"\}$ não é um conjunto *sound* de sentenças, embora $\{"T(5) \vee \neg T(5)", (5)\{"T(5) \vee \neg T(5)", (5)\}$ seja um conjunto consistente e *sound* de sentenças. Note que há, portanto, pontos fixos em que $"T(5) \vee \neg T(5)"$ tem valor de verdade, e em todos eles ela é verdadeira, assim como $(8)(8)$.

O **ponto fixo minimal de TT ($MinMin$)** é aquele que obtemos iniciando a hierarquia com \emptyset . Dizemos que as sentenças que possuem valor em $MinMin$ são bem fundadas (*grounded*) e aquelas que não possuem são mal fundadas (*ungrounded*). Das sentenças anteriormente mencionadas, temos que apenas $(6)(6)$ e $(7)(7)$ são bem fundadas, desde que " G " seja verdadeira. Algumas sentenças, como vimos, são verdadeiras em alguns pontos fixo e falsas (não verdadeiras) em outros, como a sentença $(5)(5)$ e sua negação. Tais

sentenças são chamadas de *up for grabs*. Outras sentenças não possuem valor em nenhum ponto fixo, como (4)(4). Estas são as sentenças paradoxais. Repare ainda que se " G " " G " é falsa, (6)(6) e (7)(7) são paradoxais. A estes casos damos o nome de sentenças extrinsecamente (ou contingentemente) paradoxais. Sentenças como (8)(8) são mal fundadas, mas verdadeiras em todos os pontos fixos que possuem algum valor de verdade.

Finalmente, não temos como verdadeiras todas as instâncias do Esquema TT em nenhum ponto fixo, pois quando " G " " G " é paradoxal, " $T("G")$ " " $T("G")$ " é paradoxal e, assim, " $T("G") \leftrightarrow G$ " " $T("G") \leftrightarrow G$ " também é paradoxal. Porém, podemos preservar as regras *Capture* e *Release*. Note que em todo ponto fixo PP , temos que $\Phi(P) = P$ $\Phi(P) = P$, ou seja, o conjunto das sentenças que resultam verdadeiras em um modelo que toma PP como a interpretação de TT é idêntico ao conjunto PP ele mesmo (ou seja, $TRUE_P = i(T) = PTRUE_P = i(T) = P$). Assim, se " G " " G " é verdadeira, " $G \in T$ " " $G \in T$ ", logo, " $T("G")$ " " $T("G")$ " é verdadeira. Por outro lado, se " $T("G")$ " " $T("G")$ " é verdadeira, " $G \in T$ " " $G \in T$ ", logo, " G " " G " é verdadeira.

Deste modo, somos capazes de construir uma interpretação parcial para uma linguagem que contenha seu próprio predicado de verdade. Obviamente, nesta interpretação, algumas sentenças são indefinidas, portanto, não temos uma interpretação clássica. Também não podemos preservar o Esquema TT , mas uma versão inferencial parcialmente equivalente pode ser preservada, de modo que, pode-se alegar, nem tudo está perdido. A meu ver, entretanto, estas não são as principais vantagens do trabalho de Kripke. Irei falar um pouco sobre isto na próxima e última seção deste texto.

3

A principal contribuição do trabalho de Kripke, a meu ver, consiste em ter elaborado uma espécie de *framework* onde podemos compreender importantes similaridades e diferenças no que diz respeito aos fenômenos associados à autorreferência, ao fechamento semântico, às sentenças infundadas, às sentenças paradoxais, extrinsecamente paradoxais, etc. A princípio, estas diferenças e

similaridades são condições necessárias para uma boa abordagem aos problemas filosóficos levantados pelos paradoxos da família do Mentiroso. Importantes resultados têm sido obtidos a partir do *framework* dos pontos fixos de Kripke para o operador *Jump Up*, como Burge, T. (1979), Gupta (1982), Fitting (1986), Barwise and Etchemendy (1987), etc.

Estes mesmos resultados podem ser vistos sob o prisma de uma comparação de hierarquias. Cada uma destas abordagens alternativas e posteriores ao trabalho de Kripke exploram diferentes comportamentos de operadores monotônicos como o *Jump Up*, ou diferentes pontos fixos destas hierarquias, ou mesmo diferentes intuições apreendidas por diferentes hierarquias, como a ideia de sensibilidade contextual, a dinâmica de revisão de interpretação de sentenças, a inserção de sentenças em situações, a relação entre hierarquias semânticas e informacionais, etc. De uma maneira bastante persistente, o diagnóstico oferecido por Tarski a respeito do Mentiroso ainda parece delimitar profundamente os caminhos e alternativas possíveis. Não podemos construir uma interpretação clássica para uma linguagem que contenha seu próprio predicado de verdade de modo a viabilizar tanto as funções recursivas quanto a adequação material desta mesma definição. Kripke, entretanto, mostrou que podemos construir interpretações parciais de tal linguagem, e com isso, viabilizar algo semelhante ao Esquema *TT*, juntamente com as funções recursivas.

É um engano tomar a possibilidade explorada por Kripke como uma proposta de solução ao Mentiroso, já que Kripke, ele mesmo, anteviu a principal limitação de uma solução assentada em tais resultados. O fato de que possamos construir uma interpretação parcial para tal linguagem, não torna tal interpretação e tal linguagem suficientemente fortes para assentar as bases de uma teoria imune ao poder ofensivo dos paradoxos. Sabidamente, a atribuição de valores alternativos (incluindo aí “ausência de valores”) às sentenças paradoxais faz-se acompanhar de dilemas ainda mais poderosos. Por exemplo, se “*x* é indefinida” passar a figurar como uma fórmula disponível da nossa teoria, e se esta representa funções recursivas, então, podemos obter (pelo Lema Diagonal) a seguinte sentença: “esta sentença é falsa ou

indefinida”. Agora não podemos mais apelar à categoria *indefinida* para resolver paradoxos. Esta sentença, também conhecida como *Mentiroso Fortalecido*, não pode ser avaliada como verdadeira, nem como falsa, nem como indefinida. De maneira geral, *gaps* abrem o caminho para versões fortalecidas dos antigos paradoxos. O único modo de evitar este problema em interpretações assentadas nos pontos fixos de Kripke é abrindo mão do caráter expressivo da teoria, ou do caráter supostamente universal das linguagens que de maneira local e parcial podem conter seu próprio predicado de verdade. Este problema foi chamado por Kripke de *Problema da Vingança*.

O Problema da Vingança, a meu ver, impede que possamos adotar irrestritamente algum dos pontos fixos elencados por Kripke como uma possível dissolução dos paradoxos da família do Mentiroso. Porém, o *framework* dos pontos fixos de operadores monotônicos sobre conjuntos de sentenças tem sido explorado com importantes e fecundos resultados. Importantes semelhanças e diferenças têm sido destacadas, e é só a partir delas que considerações relevantes e acertadas a respeito dos paradoxos serão apresentadas.

Considerando, assim, a possibilidade explorada por Kripke em relação ao diagnóstico de Tarski, do ponto de vista das distinções e similaridades que ela permite desdobrar, podemos, talvez, tomar seus resultados de uma maneira mais positiva, como um refinamento ao diagnóstico clássico fundamentado no Teorema da Indefinibilidade de Tarski.

REFERÊNCIAS

- BARWISE, J and ETCHEMENDY, J. (1987). *The Liar. An Essay on Truth and Circularity*. Oxford U. P.
- BOOLOS, G. JEFFREY, R. e BURGUESS, J. (2007). *Computability and Logic. Fifth Edition*. Cambridge University Press.
- BURGE, T. (1979). *Semantical Paradox*. In *Recent Essays on Truth and the Liar Paradox*. Edited by Robert L. Martin (1984). Oxford U. P.
- FITTING, M. (1986). *Notes on the Mathematical Aspects of Kripke's Theory of Truth*. In *Notre Dame Journal of Formal Logic. Volume 27, Number 1*.

GUPTA, A. (1982). *Truth and Paradox*. In *Journal of Philosophical Logic*, Vol. 11, No. 1, *Truth and Semantical Paradoxes*, pp. 1-60.

HECK, R. (2013) *Kripke's Theory of Truth*. Handout disponível em: frege.org/phil1890d/pdf/KripkesTheoryOfTruth.pdf

_____, R. (2013) *Formal Background for Incompleteness and Undefinability Theorems*. Handout disponível em: frege.org/phil1890d/pdf/FormalBackground.pdf

_____, (2013) *Truth and inductive definability*. Handout disponível em: frege.org/phil1890d/pdf/TruthAndInductiveDefinability.pdf

HRBACEK, K and JECH, T. (1999). *Introduction to Set Theory. Third Edition*. CRC Press.

KREMER, M. (1988) *Kripke and the Logic of Truth*. *Journal of Philosophical Logic*, vol 17 no.3.

KRIPKE, S. (1975) *Outline of a Theory of Truth*. In Martin, R. (1984) *Recent Essays on Truth and The Liar Paradox*.

Por detrás do roblema das Reduções

Antonio Marmo da Cunha Oliveira

INTRODUÇÃO

No paradigma da lógica única e clássica, o objeto de estudo da Lógica eram basicamente os raciocínios (corretos em oposição às falácias). A partir do advento da pluralidade de lógicas, os próprios sistemas lógicos passaram a ser também objeto dos estudos lógicos. Assim, além de construir tais sistemas, os lógicos devem idealmente ser capazes de os relacionar, pelo menos no caso daqueles sistemas que forem presumivelmente comparáveis. Trata-se de uma demanda de alta relevância filosófica e que de certo modo é facilitada por (i.) procedimentos de praxe e (ii.) por pressupostos que delimitam o escopo das comparações, como, por exemplo, quando os sistemas em questão se baseiam no mesmo tipo de linguagem, etc. As comparações, de modo geral, objetivam detectar quais propriedades duas ou mais lógicas têm em comum, ou quais as diferenciam. Tais comparações requerem que se diga ou em que sentidos as lógicas serão comparáveis, ou por quais parâmetros se pode afirmar que um sistema conterà ou não outro. Assim, os procedimentos comparativos auxiliam a discussão filosófica, mas não a podem substituir, nem aplinar o pluralismo filosófico subjacente à diversidade de sistemas lógicos.

O próprio pluralismo lógico, todavia, que não se desenvolveu sem reações, é também objeto de estudo dos lógicos e já levantou muitas questões e teses importantes a investigar. De plano, colocou em causa a tese do absolutismo lógico, segunda a qual deve existir provavelmente não mais que uma lógica certa. Não há argumentos cabais contra ou a favor da visão absolutista ou da sua rival, a relativista. Além disso, há visões intermediárias, como a tese da primazia da lógica bivalente sobre as demais, ou seja, de que as demais lógicas são construídas de algum modo a partir dela, ou a tese da proeminência da lógica clássica, isto é, dentre todas esta seria a mais importante. Aqui não julgaremos o mérito dessas teses objetivando resolver as controvérsias em que se inscrevem. Muito mais modestamente, queremos mostrar que certos modos de abordar tais questões **não** são adequados sequer para as discutir, tampouco podem resolvê-las como alguns pretendem. Mostraremos que certos argumentos oferecidos **não** têm a força que seus proponentes imaginam, notadamente como os de Roman Suszko.

Por outras palavras, o presente trabalho procura salutarmente criticar algumas ideias duvidosas, mas cada vez mais repetidas nos meios lógicos, que supostamente teriam suporte em um tipo de procedimento para comparar duas ou mais lógicas. Mais especificamente, queremos desmistificar a ideia de que, por meio de discutível artifício, já se teria provado que toda lógica é no fundo bivalente e clássica. Não atacamos as teses do absolutismo, da primazia ou da proeminência da lógica clássica em si, mas sim a noção de que tudo se reduz a questões instrumentais. Na seção 1 trataremos do pano de fundo mais geral da nossa discussão, que é a relação entre os aparatos ditos instrumentais e as discussões doutrinárias assim na construção como na comparação dos sistemas lógicos. Nas seções 2 e 3 apresentamos, de modo mais específico, algumas considerações sobre os instrumentais concernidos, nomeadamente a concepção e classificação dos valores aléticos e, bem assim, os métodos comparativos lógicos. Não pretendemos evidentemente elaborar uma lista exaustiva dos sistemas lógicos e dos recursos para sua comparação, mas apenas os poucos que nos parecem mais relevantes. Nas seções 4 e 5 analisamos a articulação tentativa dos argumentos de Suszko contra as lógicas multivalentes. Das seções 3 a 5, aliás, mostramos passo a passo como o uso de instrumentais desconsiderando as questões doutrinárias não engendra resultados fiáveis. Após estas análises, colocamos, na seção 6, o contexto histórico da questão, inclusive apresentando desenvolvimentos ulteriores divergindo da Tese de Suszko. Ao contrário de outros trabalhos a abordar os mesmos temas, aqui preferimos explicações mais simples para, sobretudo, clarificar ao invés de obscurecer os pontos, através de uma linguagem mais acessível.

1. DAS INQUIETAÇÕES LÓGICAS

1.1 Considerações Gerais

Encontram-se na literatura manifestações de autores contra o emprego sem o devido fundamento filosófico de conceitos que comumente se consideram apenas técnicos ou *instrumentais*. Deste ponto de vista, os ditos meios técnicos da lógica (inclusive aqueles emprestados da matemática) podem produzir **poucos** resultados corretos, interessantes ou úteis, se os seus usuários não tiverem consciência do que fazem com eles. (Strawson, 1952) pronunciou-se nesse sentido através da célebre passagem abaixo:

Many such books, excellent as they often are in their expositions of the technical and systematic aspects of logic, deal comparatively sketchily, and often rather misleadingly, with the relations between the formal systems they expound and the logical features of ordinary discourse. As a result of this omission, the true character of formal logic itself is apt to be left obscure.

(Kripke, 1976) aprofunda o tema, como vemos na seguinte passagem:

I have more than once heard philosophical arguments in which a technical result-sometimes mathematically garbled, sometimes technically sound-has been cited as if it directly led to a philosophical conclusion without the necessity of other premisses. It is not even always clear whether or not the proponent regards his argument as enthymematic. Yet when the argument is interesting, it is as often the suppressed philosophical premisses as it is the mathematical result, which ought to be the focus of the dispute. And, of course, readers should take care not to be cowed by complicated-sounding symbolic argument in the manner of the legendary Diderot.

Acrescenta ademais o seguinte:

Logical investigations can obviously be a useful tool for philosophy. They must, however, be informed by a sensitivity to the philosophical significance of the formalism and by a generous admixture of common sense, as well as a thorough understanding both of the basic concepts and of the technical details of the formal material used. It should not be supposed that the formalism can grind out philosophical results in a manner beyond the capacity of ordinary philosophical reasoning. There is no mathematical substitute for philosophy.

Um exemplo deste tipo de uso filosoficamente pouco consciente de meios técnicos é a já muito conhecida tese de Suszko que discutiremos a partir da quarta seção.

Nesta seção oferecemos alguns subsídios para entender que o bom uso pelos lógicos de instrumentos e conceitos técnicos, seja na construção, aplicação ou comparação de sistemas lógicos, ou em outra tarefa afim, não é cego, nem arbitrário ou aleatório, e menos ainda filosoficamente neutro. Começamos por explicar que a construção do pluralismo lógico se deveu diferentes visões sobre alguns temas filosóficos relevantes. Depois de brevemente pincelar as divergentes visões filosóficas subjacentes às diferentes lógicas propostas, colocamos ademais a impossibilidade de cancelar tais divergências por meio da pura e simples troca de alguns instrumentos técnicos por outros.

1.2 Um Paradoxo/Problema que Dividiu os Lógicos

Somente são úteis ao debate filosófico aqueles instrumentos que permitem o melhor entendimento das posições assumidas pelos interlocutores. No caso dos estudos lógicos, as diferenças entre tais posições começam com os diferentes prismas pelos quais se examinam paradoxos historicamente propostos. A partir da satisfação ou insatisfação com determinado tipo resposta ao mesmo problema é que se foram buscar noções anclares para implementar determinados pontos de vista.

Deveras, embora reconhecido como o instaurador da lógica clássica bivalente, talvez terá sido o próprio Aristóteles quem primeiro reconheceu um limite às suas contribuições para a lógica no *problema dos futuros contingentes*, outrossim chamado de *problema da batalha naval*, que se acha na sua obra *Da Interpretação*. O problema está associado ao princípio do terceiro excluído, uma das três leis básicas do pensamento. Muito se discute acerca de qual seria a exegese correta do texto referido, porém, vale observar que posteriormente houve (1^o) quem tentasse diretamente resolver o problema e (2^o) quem se dedicou a examinar as suas consequências gerais mais graves, ou seja, buscaram saber até que ponto tal problema colocava a própria lógica aristotélica

em xeque. Em todo caso, ambas reações inevitavelmente requereram muitas discussões acerca de quais deveriam ser os princípios da lógica como disciplina. Assim, historicamente houve muitos lógicos e filósofos (i.) que, inobstante esse problema, procurassem desenvolver os princípios do *Organon*, donde veio tradição da lógica clássica, e (ii.) também outros que, a partir do mesmo problema, procurassem desenvolver ao menos uma dentre duas linhas de respostas, a saber: [a] ou recorrendo à noção de modalidades, donde vieram as lógicas modais, [b] ou abandonando o chamado binarismo em favor do desenvolvimento das lógicas multivalentes. Além dessas, outra vertente lógica, representada notadamente pelo intuicionismo, chegou mesmo a propor a abolição do princípio do terceiro excluído e a partir disso refazer a lógica tradicional.

Para entender os fundamentos das lógicas multivalentes, ou seja, para se ter uma ideia geral do que significou o desenvolvimento destas, podemos, em poucas linhas, recolocar o problema da batalha naval como um paradoxo. Considere as asserções:

- *A platina é um gás nobre ao contrário do ouro que é metal. (a)*
- *A platina e o ouro são o mesmo metal. (b)*
- *O metal platina custa mais caro que o metal ouro. (c)*

Intuitivamente supomos que as três acima não se equivalham, considerando seus significados que se excluem, o que podemos tentativamente representar em linguagem proposicional assim:

1.1. Hipótese. $a \neq b; a \neq c; b \neq c$.

Ora, embora seja defensável que as proposições a , b e c acima de fato se excluem, (1.1) não é um resultado possível na forma da lógica clássica.¹ Isso se mostra pelas valorações respectivas: Suponha que a disjunção exclusiva seja dada pela diferença em módulo e que tenhamos para o caso mencionado o seguinte: $a \neq b = 1, a \neq c = 1$, com o sinal “=” denotando a valoração da fórmula. Logo, $a - b = a - c$, donde se conclui que $b = c$. Mas, se $b = c$, então $b \equiv c$, apesar de termos inicialmente suposto que $b \neq c$. Eis o que podemos chamar provisoriamente de *paradoxo das in-equivalências*.²

Pode-se arguir, do ponto de vista das lógicas multivalentes, que o paradoxo da equivalência acima e o problema dos futuros contingentes de Aristóteles sejam um mesmo tema para pesquisa, porém descritos de formas algo diferentes. São paradoxos ou problemas relativos a julgamentos aparentemente conflitantes sobre as mesmas proposições, ou sobre proposições equivalentes. Como bem a propósito comenta (Deleuze, 1969):

Le bon sens est l'affirmation que, en toutes choses, il y a un sens déterminable; mais le paradoxe est l'affirmation des deux sens à la fois.

Para mais ilustração, consideremos as seguintes asserções:

¹ Na verdade, $(a \equiv b) \vee (a \equiv c) \vee (c \equiv b)$ é uma tautologia bivalente clássica.

² Poderíamos dar outra interpretação à disjunção exclusiva, donde talvez dissolvêssemos o paradoxo das in-equivalências supramencionado e justificássemos (1) plenamente. Mas, como arguiremos na sexta seção, isto não se produz prontamente se não houver um argumento filosófico para tal releitura. Digamos, por exemplo, que, numa outra lógica a considerar, os valores aléticos fossem outros, e definíssemos “ a não equivale a b ” **não como** a diferença em módulo entre a e b . Ao adotarmos definições técnicas alternativas, encaminharíamos uma aparente solução para o problema posto por (1), mas não o explicaríamos, salvo se esclarecêssemos que fundamentos filosóficos norteiam esse encaminhamento.

- *Um sismo abalará Lisboa ao 1º dia de novembro de 1755. (p)*
- *Um sismo abalou Lisboa ao 1º dia de novembro de 1755. (q)*

Se considerarmos que as asserções p e q são proferidas respectivamente a 31 de outubro e a 2 de novembro de 1755, elas referem-se ao mesmo evento (ainda que visto de diferentes perspectivas temporais), donde devíamos pensar que se equivalham:

1.2. Hipótese. $p \equiv q$

Deveras, tanto no dia anterior ao sismo quanto no seguinte, julgar-se-ia válida a equivalência em (1.2). No entanto, a 31 de outubro não se podia julgar nem falsa nem verdadeira p , isto é, tratava-se de uma proposição indeterminada, enquanto q , a 2 de novembro, teria de ser ou falsa ou verdadeira.

Quiçá, nenhuma das lógicas na literatura tenha logrado plenamente justificar como se podem atribuir diferentes valores aléticos a uma mesma asserção ou a asserções intuitivamente tidas como equivalentes, como no caso de (1.2). Mas, o esforço para resolver o paradoxo criou uma “riqueza” para os lógicos. Entre tantas lógicas, as multivalentes oferecem meios de descrever e possivelmente afrontar o problema/ paradoxo acima ou definindo as valorações das proposições e fórmulas como aplicações multivaloradas (ou conjuntos de valores ao invés de somente valores individuais), ou a ampliando o número de valores aléticos para além de dois, e bem assim diversas formas de reinterpretar os conectivos proposicionais. Estas permitem reconhecer mais de um tipo de implicação, de conjunção (normas-T), disjunção (co-normas-T), equivalência, etc., e assim mostram a relatividade dos conceitos de tautologia e contradição e das relações de consequência.

1.3. (Im-) Possibilidade de Reconciliação entre Diferentes Lógicas

Aqui esposamos a tese de que as diversas reações ao problema da batalha naval ou paradoxo das in-equivalências, à **medida que** refletem visões filosóficas tão distintas, ainda que sejam comparáveis, não podem coalescer. Destarte, os sistemas lógicos forjados a partir delas não podem por meios naturais ser reduzidos uns aos outros, ou seja, não há meios seguros para os identificar totalmente ou, sem prejuízos, igualar. Aliás, as referidas diferenças filosóficas já se manifestam na construção dos meios que os lógicos empregam, mesmo no caso de conceitos emprestados à matemática.

Para exemplificar tais afirmações, vejamos os conceitos que explicamos na seção subsequente: nela já se observa que a existência de funções características não exclui a de conjuntos difusos ou de funções de pertinência. Ou seja, ambas coexistem (notadamente na matemática) e não faz sentido querer justificar a exclusão de uma ou outra (com base pretensa em argumentos matemáticos). Mas, há outra questão a colocar: o que, afinal de contas, significaria uma proposta tal que definisse uma função característica para determinar um conjunto difuso? Ou ainda, qual é o sentido de querer tratar todo conjunto difuso como ordinário? Não seria isso minimamente algo estranho? Diremos aqui que filosoficamente esse tipo de proposta não faria sentido e não tem como prosperar, porque é apenas um modo para desentender as coisas, i.e., um meio para distorcer os fundamentos e preocupações filosóficos da lógica difusa por um prisma inadequado.

De um modo geral, há que se levar em conta um ponto fulcral sobre as lógicas: o de que elas não são desprovidas de significado. Ou seja, não pode haver um tipo de lógica puramente abstrata, ou “tão austeramente formal” a ponto de ser não-interpretada. De fato, podem existir sistemas formais não interpretados em diversos campos de estudo, como, por exemplo, a geometria *pura* por contraste com a geometria *física* (isto é, fisicamente interpretada), ou os sistemas de cálculo

aritmético, porém tais sistemas puros não se qualificam como sistemas lógicos. Só se pode falar de um sistema como uma lógica, se, a partir de algum momento, se desenvolve sua interpretação semântica para este, envolvendo conceitos como significado e verdade de proposições, as relações de inconsistência e consequência, etc. Assim, um sistema lógico deve portar uma estrutura de inferência e raciocínio, mas de modo a sistematizar algumas intuições informais iniciais. Tais intuições devem, sempre que possível, enunciar-se ou ser enunciáveis na forma de alguns princípios lógicos que podemos chamar de “pressistêmicos”. Esses princípios pressistêmicos fazem parte da doutrina lógica que norteia a construção das ferramentas que os podem sistematizar.

Pois bem, dadas as considerações acima, podemos agora dizer em que sentido dois sistemas ou duas famílias de sistema se diferenciam, pois, certamente, algumas diferenças podem gerar num conflito real entre dois ou mais sistemas lógicos, enquanto outras tantas apenas aparentemente conflitam. As primeiras correspondem aos aspectos doutrinários das lógicas e as últimas aos instrumentais por elas utilizados.

Os conflitos doutrinários envolvem conjuntos de asserções que têm entre si incompatibilidades ou mais moderados ou mais fortes. Um conflito doutrinário entre dois sistemas se diz *moderado* quando um sistema *assevera P* e o outro *não assevera P*. Mas, se um deles assevera *P* e o outro *assevera não-P*, então se diz que o conflito é *forte*.

Por outro lado, quando dois ou mais sistemas se baseiam em ferramentas conceituais diferentes ou descrevem procedimentos diferentes para empreender uma tarefa, diremos que estes diferem apenas com relação aos seus *instrumentais*. Diferenças instrumentais representam diferentes abordagens relativas somente a assuntos práticos, ou seja, às coisas a fazer e não entre teses diferentes. Donde não se pode afirmar que uma tese, verdadeira de acordo com um sistema, seja falsa de acordo com outro simplesmente por conta das diferenças instrumentais entre eles. Mas, o contrário pode frequentemente acontecer, isto é, uma discussão limitada às instrumentalidades pode mascarar um conflito entre teses subjacentes.

Em suma, por esse prisma, os conflitos doutrinários são reais, mas os conflitos entre instrumentais são aparentes. Assim, quando diferentes lógicas parecem confrontar-se, precisamos de indagar se o que está em jogo é um conflito doutrinário ou uma diferença de instrumental. No caso dos conflitos doutrinários, é plausível discutir qual doutrina é certa, se supusermos que deva haver pelo menos uma seta. No caso de diferenças instrumentais, já não fará sentido esse tipo de discussão: aí o que se deve avaliar é qual opção se mostra mais eficaz para atingir os propósitos que se têm em mente. Exames mais próximos dos sistemas lógicos revelam que, à medida que os sistemas discordam apenas no seu instrumental e não nas suas doutrinas, sempre é possível encará-los como fragmentos de um mesmo sistema mais inclusivo. Por outro lado, o choque doutrinário não se poderá resolver pelo caminho inverso, ou seja, não é pelas similaridades ou reduções instrumentais que este necessariamente se pode diluir. Conforme explica (Kripke, 1976):

Of course, an argument, once it is stated, can be refuted only after a detailed examination of it. It is not sufficient to dismiss the methodology as insane or counter-intuitive, even though my plea is that common-sense considerations ought to guide technical work more than they do.

Enfim, com isso queremos dizer que uma mesma doutrina pode promover a harmonização entre diferentes instrumentais, mas a tentativa de usar instrumentais para dissolver conflitos doutrinários não tem sólida perspectiva. Um exemplo disso será o caso que analisaremos na Seção 4.

Na seção subsequente tentaremos, ainda que parcialmente, apresentar aspectos filosóficos dos sistemas multivalentes, mostrando que ideia de haver três ou mais valores aléticos não é um mero artefato ou ficção técnica para efetuar cálculos, mas tem fundamento e significado profundos.

O tema da terceira seção abrange minimamente dois aspectos da comparação entre lógicas que a localizam dentro dos debates filosóficos: (i.) saber as motivações para a comparar duas ou mais lógicas, e (ii.) saber como as comparar de modo seguro, ou seja, sem mascarar as diferenças ou semelhanças entre elas. Parece-nos que a maior parte dos problemas relativos a (ii.) começam já pela falta de consciência relativa a (i.). A exposição na segunda e na terceira seções preparam o terreno para a discussão na quarta e na quinta.

2. DOS VALORES ALÉTICOS

2.1 Entre Verdade e Falsidade há mais coisas

Antes de passarmos aos métodos de comparação que nos concernem, convém abordar a noção de valores alético e as noções a eles subjacentes, usualmente pouco explanadas. Para tentar definir o que sejam verdade e falsidade, sempre se pode tomar qualquer uma dessas como noção primitiva. Isto não garante que não se definam outras noções mais a partir delas. Ao contrário, em princípio nada obsta que se possa pensar em uma noção mais fraca ou aparentada à de verdade, como a de verossimilhança. Tampouco a oposição entre falsidade e verdade impede que a cada uma delas se associe um conjunto de muitos valores aléticos e não apenas um. Para a parte instrumental, aliás, é possível propor regras de formação dos valores aléticos. O mais importante será, todavia, depois organizá-los adequadamente na forma da doutrina que os norteia. Enfim, há muitos modos de formular e responder as questões filosóficas atinentes e de implementar tais respostas no formato de sistemas de valores aléticos.

Se pensarmos primeiramente que verdade e falsidade são duas noções primitivas básicas e não-definíveis, ainda assim temos de definir a relação que entre elas há. Mesmo supondo que elas sejam necessariamente opostas, não se dirá tudo a respeito. Afinal, são estas contraditórias ou contrárias entre si? Não é óbvio que haja uma resposta pronta para tal indagação, mas para cada resposta possível há consequências a aferir. Se dissermos que verdade e falsidade são noções contraditórias, teremos de indicar quais seriam suas correspondentes contrárias e subalternas. Se dissermos que elas são contrárias, teremos de então dizer quais são as noções contraditórias. Assim, resta claro que filosoficamente ao supor a existência das noções opostas de verdade e falsidade se fica a precisar de outras noções no mesmo âmbito que se lhes oponham por outras relações.

Dentre muitas hipóteses diferentes a cogitar, parece-nos razoável primeiro começar por aquela segundo a qual a verdade é um caso mais forte ou particular de verossimilhança. Por essa mesma maneira relacionamos as noções de falsidade e inverossimilhança. Se aceitarmos essa visão, então temos de ser capazes de capturar no nosso instrumental não apenas a verossimilhança e a inverossimilhança, mas também falar das proposições que não são verossímeis, mas tampouco inverossímeis.

2.2 Formação e Classificação dos Valores

Assim como nas lógicas multimodais são necessárias as regras de formação dos vários operadores modais, também nas lógicas multivalentes os valores aléticos devem ser dados por

princípios que os gerem. Esses princípios respondem a indagações filosóficas básicas subjacentes.

Primeiramente, as noções de verdade (ou verossimilhança) e falsidade (ou inverossimilhança) correspondem cada uma a um valor alético individual ou a um conjunto destes? Existem graus de verdade (verossimilhança ou acuidade) ou não? Se a resposta à segunda questão for afirmativa, então naturalmente a resposta à primeira será que à cada noção alética corresponde um conjunto de valores. Em tal caso, os princípios instrumentais para a formação dos valores aléticos são dados, por exemplo, pelos conceitos de conjunto difuso e grau de verdade enunciados adiante, sendo os valores aléticos representados pelos números reais no intervalo $[0,1]$, ou por subintervalos do mesmo, etc.

Entretanto, se respondermos negativamente à segunda questão, ainda assim não temos impedimentos instrumentais para pensar que cada noção alética abarca conjuntos. Senão vejamos: suponha que haja dois valores não-definidos 1 (verdadeiro) e 0 (falso), então ainda assim pode haver outros valores não-primitivos e definidos por eles. Basta supor que a cada proposição indeterminada, isto é, que não seja uma verdade/ falsidade absoluta, corresponda, por exemplo, um conjunto de valores, digamos um trio ordenado $\langle v_i; v_j; v_k \rangle$, tal que um membro do trio seja diferente dos demais. Em tal caso, geralmente se supõe que a lógica subjacente é o produto cartesiano $\Pi_3(C2)^3$ da lógica bivalente $C2$, sendo possível formular os seguintes princípios:

2.1. $\Pi_3(C2)$

- a. Para cada proposição $p, p = \langle v_1; v_2; v_3 \rangle$ tal que $v_i \in \{1,0\}$;
- b. $\neg \langle v_1; v_2; v_3 \rangle = \langle \neg v_1; \neg v_2; \neg v_3 \rangle$;
- c. Seja C um conectivo binário: $\langle v_1; v_2; v_3 \rangle C \langle v_4; v_5; v_6 \rangle = \langle v_1 C v_4; v_2 C v_5; v_3 C v_6 \rangle$.

Na forma de (1) acima, pode-se, entre outras, construir a tabela da negação:

p	$\langle 1; 1; 1 \rangle$	$\langle 1; 1; 0 \rangle$	$\langle 1; 0; 0 \rangle$	$\langle 0; 0; 0 \rangle$	$\langle 0; 0; 1 \rangle$	$\langle 0; 1; 1 \rangle$
$\neg p$	$\langle 0; 0; 0 \rangle$	$\langle 0; 0; 1 \rangle$	$\langle 0; 1; 1 \rangle$	$\langle 1; 1; 1 \rangle$	$\langle 1; 1; 0 \rangle$	$\langle 1; 0; 0 \rangle$

Ou seja, mesmo a partir da bivalência é sempre possível construir sistemas plurivalentes, de modo que os valores aléticos **diferentes de** falso e verdadeiro sejam perfeitamente definíveis. Todavia, continua mais prático, como no caso hexavalente de $\Pi_3(C2)$, usar de letras (com ou sem índices) ou de números reais no intervalo $[0,1]$ para denotar cada trio ordenado.

Assim, os princípios para formação dos valores aléticos podem variar, ainda que a doutrina subjacente seja a mesma. Mas, a classificação dos valores faz parte dos próprios princípios meta-lógicos e não pode ser descaracterizada salvo se não for compreendida corretamente.

Um modo minimamente correto de classificar os valores aléticos, do ponto de vista multivalente, envolve juntá-los em pelo menos duas coleções: a dos valores da verossimilhança, mais usualmente ditos *designados*, e os da inverossimilhança, ditos *anti-designados*. Denotemos o conjunto não-vazio de valores aléticos de uma lógica de mais de dois valores por V : um **erro comum é simplificar o quadro** supondo tão somente que $V = D \cup U$ para os conjuntos disjuntos $D = \{d_1, d_2, \dots\}$ e $U = \{u_1, u_2, \dots\}$ de valores designados e *indesignados*⁴. Se fosse assim, de fato os princípios doutrinários das lógicas multivalentes não difeririam muito dos das

³ Vide (Jaskowski, 1936). Outra alternativa é pensar que a lógica em tela seja equipada com produtos de conectivos binários, como, por exemplo, $p[\wedge \times \rightarrow]q = \langle p \wedge q; p \rightarrow q \rangle$.

⁴ Cf. (Scott, 1974): *Is not the division of statement types into the designated and undesignated [sic] just a truth valuation?*

bivalentes. Como argumentamos no começo dessa seção, essa visão não bastaria para descrever as relações de oposição entre verossimilhança e inverossimilhança. Na verdade, valores anti-designados e não-designados não são necessariamente o mesmo.

Da mesma forma, todo valor designado é não-anti-designado, mas nem todo valor não-anti-designado é designado. Um mesmo valor não pode ao mesmo tempo ser designado e anti-designado, mas pode haver valores que são não-anti-designados e não-designados. Um exemplo de valor não-designado que também é não-anti-designado é o valor I do sistema de Bochvar B3, referido na literatura.⁵ Vejamos outro exemplo, pensando num sistema $\Pi_k(C2)$ qualquer: se definirmos o valor de uma proposição p como $p = \langle a_0; \dots; a_k \rangle$, tal que cada a_i ou é 1 ou é 0, diremos que se na k -upla $\langle a_0; \dots; a_k \rangle$ houver mais 1s que 0s, p é verossímil (recebe um valor designado), e se houver mais 0s que 1s, então p é inverossímil (recebe um valor anti-designado), mas se houver o mesmo tanto de 1s e 0s, então p será neutra (recebe um valor que não é designado, nem anti-designado).

Usando de ideias de vários autores⁶, apresentamos o seguinte esquema de oposições para melhor entendermos estas diferenças sutis:

2.2. Esquema A.



Esse hexágono representa fielmente a ideia de que a verossimilhança e a inverossimilhança são contrárias e não contraditórias. Também fica fácil ver que a verossimilhança acarreta a não-inverossimilhança, por que a última ser a subalterna da primeira, assim como a inverossimilhança a não-verossimilhança. Dentro desse arcabouço, o construtor dos sistemas lógicos deve arbitrar quais valores considera designados e quais considera anti-designados, deixando espaço para os demais. Essa arbitragem é necessária como medida da mesma forma que a convenção de que “a água congela a 0°C ou 32F” para estabelecer as escalas de medida de temperatura. Um modo usual de arbitrar essa questão é dizer que todo valor maior ou igual a um valor x é designado e que os valores menores que y são anti-designados, sendo neutros valores entre menores ou iguais a x e maiores que y . Um sistema que não tivesse valores não-designados seria trivial, já um sistema que não tivesse valores não-anti-designados seria “vazio”, ou melhor, sequer seria uma lógica.

2.3 Observações Finais desta Seção

A maneira de definir a valoração das proposições e fórmulas e bem assim os conectivos lógicos resulta diretamente das opções doutrinárias. Considerando especificamente o caso das lógicas multivalentes, suas principais diferenças filosóficas com a tradição bivalente não se limitam à crença de quantos podem ser os valores aléticos, mas, igualmente, envolvem concepções diferentes de operações lógicas. Conforme explica (McGee, 1996), a tradição bivalente busca

⁵ Os valores anti-designados são geralmente indicados pelo sinal da subtração e os designados pelo da adição no começo dos trabalhos, mas depois essa notação pode ser omitida.

⁶ Entre os quais, (Sesmat, 1951), (Blanché, 1953), (Béziau, 2012b), (Dale & Béziau, 2012) e (Wólenski, 2009).

formular operações lógicas que produzirão resultados invariantes com relação aos valores dados a constituintes de uma fórmula. Já as lógicas multivalentes tendem a buscar funções de *agregação*, ou seja, que preservam cotas máximas e mínimas e respeitam a monotonicidade⁷. Pensemos em um conjunto U e sobre a questão (doutrinária primeiramente) do que significa um elemento pertencer a U (ou a um subconjunto seu). Dizemos usualmente que um subconjunto ordinário A de um conjunto U se determina por uma **função indicadora** ou **característica** χ_A :

$$2.3. \chi_A(x) = \begin{cases} 1 & \text{se } x \in A \\ 0 & \text{se } x \notin A \end{cases}$$

Ou seja, a função indicadora de um subconjunto A de um conjunto U especifica se um elemento está ou não em A de modo bivalente. Matematicamente, porém, esse não é o único modo de responder à questão “ x pertence a Y ?”. A noção acima pode ser ampliada em se permitindo que as respostas à tal questão estejam no intervalo $[0,1]$ ao invés de restritas ao conjunto binário $\{0,1\}$ (ou mesmo, outro conjunto finito). No caso, não se indaga se x pertence ou não a Y , mas *em que medida x pertence a Y* . Uma lógica multivalente que trabalha com a ideia de graus de pertinência, por exemplo, é a lógica difusa. No caso, um *subconjunto difuso de um conjunto U* é uma função $U \rightarrow [0, 1]$.⁸ É comum também referir à função $\mu_A: U \rightarrow [0,1]$ como **função de pertinência** e ao valor $\mu_A(u)$ como o **grau de pertinência de u ao conjunto difuso A** .⁹

Os conectivos lógicos, então, são todos definidos preferivelmente em termos de regras que dão os valores das fórmulas (por exemplo, $\alpha \wedge \beta = \min \{ \alpha, \beta \}$, $\neg \alpha = 1 - \alpha$, $\alpha \neq \beta = |\alpha - \beta|$ etc.) ao invés de um conjunto de primitivos não definidos (como $\{\Rightarrow, \neg\}$). Acima descrevemos o quadro em que esses conectivos e as valorações das proposições e fórmulas são definidos vero-funcionalmente. Há outras formas de lógica que não se atêm à vero-funcionalidade e que são multivalentes do mesmo modo, como mencionamos na quinta seção.

Desafortunadamente, não poderemos mais estender-nos sobre este tópico, razão pela qual, recomendamos para uma ulterior discussão a leitura de (Béziau, 2012a) e (Béziau, 2010), entre outros. Na próxima seção explicamos as razões pela qual os meios para comparação entre lógicas devem respeitar e reconhecer ao menos as relações esquematizadas no hexágono acima.

3. PRAXES PARA COMPARAÇÃO ENTRE LÓGICAS

3.1 Do Método das Supressões

Vários métodos conhecidos e imagináveis há para comparar lógicas, como, por exemplo, alguns se baseiam em traduções possíveis, feitas segundo regras que relacionam enunciados de uma linguagem a outra. Todos têm suas vantagens e limitações, e tampouco se descartam possíveis equivalências entre dois ou mais deles. Mas, na presente Seção esquematizamos, do modo bem simples, apenas alguns deles. Deveras, as comparações bem-sucedidas tomam alguns dentre tais procedimentos, mas não todos, aplicando-os segundo certos pressupostos e não cega ou livremente. Geralmente é possível interpretar a comparação entre lógicas como uma construção

⁷ Cf. (Beliakov, Pradera, & Calvo, 2007).

⁸ Com base em tal noção é que se diz que subconjuntos ordinários são casos especiais de conjuntos difusos.

⁹ Obviamente, para um mesmo conceito difuso, diferentes funções de pertinência podem ser consideradas e escolher uma ou outra depende de contexto.

(tentativa) de hierarquias, embora, do nosso ponto de vista, tal construção possivelmente seja muito mais o resultado de uma investigação do que propriamente um caminho a percorrer.

Aqui mais nos interessam os meios que permitem a comparação entre lógicas tanto de valências iguais quanto diferentes. O modo mais evidente de comparar dois ou mais sistemas lógicos consiste em cotejar tautologias (isto é, fórmulas bem-formadas que sempre tomam um valor designado num sistema) e/ou contradições (aquelas que sempre tomam um valor anti-designado no mesmo sistema). Se todas as tautologias em um sistema X são tautologias em outro Y , há que se afirmar que X está T -contido em Y , isto é, contido por tautologias. Alternativamente, podemos também cogitar se YC -contém X (quer dizer, contém-no por contradições). Ou então, os sistemas são disjuntos. A chamada *continência-T* (alternativamente, *continência-C*), todavia, não indica como se pode obter um sistema a partir de outro. Outros procedimentos comparativos, por outro lado, como os que envolvem supressões, compressões e/ou expansões, precisamente buscam engendrar sistemas lógicos a partir da modificação de outros e podem ser relacionados à continência-T.

As *supressões* são procedimentos que se aplicam diretamente à construção de tabelas aléticas para conectivos comuns aos sistemas e que consistem na eliminação pura e simples de linhas e colunas encabeçadas por valores de um sistema X que não são valores de outro Y . Esse procedimento testa se assim é possível obter tabelas de Y a partir das de X .

3.1. **Exemplo:** A supressão abaixo descrita, aplicada a um sistema tetravalente I^* com vistas ao sistema $K3$ de Kleene.

Para a compreensão do exemplo em tela e dos demais posteriores, damos as tabelas de $K3$:

Sistema $K3$ de Kleene

p	$\neg p$	$p \setminus q$	$p \wedge q$			$p \vee q$			$p \Rightarrow q$			$p \Leftrightarrow q$		
			T	I_1	F	T	I_1	F	T	I_1	F	T	I_1	F
T	F	T	T	I_1	F	T	T	T	T	I_1	F	T	I_1	F
I_1	I_1	I_1	I_1	I_1	F	T	I_1	I_1	T	I_1	I_1	I_1	I_1	I_1
F	T	F	F	F	F	T	I_1	F	T	T	T	F	I_1	T

I^* tem como valores T, I_1 , I_2 e F. Considere as tabelas abaixo:

Sistema tetravalente I^*

p	$\square \neg p$	$p \setminus q$	$p \wedge q$				$p \vee q$				$p \Rightarrow q$				$p \Leftrightarrow q$			
			T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F
+T	F	+T	T	I_1	I_2	F	T	T	T	T	T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F
I_1	I_1	I_1	I_1	I_1	I_2	F	T	I_1	I_1	I_1	T	I_1	I_2	I_1	F	I_1	I_1	I_1
I_2	I_1	I_2	I_2	I_2	I_2	F	T	I_1	I_2	I_2	T	I_1	I_1	I_1	I_2	I_1	I_1	I_1
F	T	F	F	F	F	F	T	I_1	I_2	F	T	T	T	T	F	I_1	I_1	T

Conforme mostram as células sombreadas, se suprimirmos as colunas e linhas encabeçadas por I_2 , o sistema que corresponderá às tabelas resultantes será o K3 de Kleene, que está, portanto, S-contido no sistema tetravalente inicial.

De resto, pode-se afirmar que a continência-S por supressões) força a continência-T (por tautologias) reversa. Por exemplo, o fato de que $\mathcal{L} \ 3 \ S\text{-contém} \ C2$ implica que $\mathcal{L} \ 3$ está T-contido em C2. Tal fato é previsível: se para algumas tabelas de verdade uma fórmula toma um valor alético designado sempre, então deve continuar a tomar o mesmo valor nas tabelas após a supressão.

3.2 Compressões e Identificações

O método de comparação por supressões tem, entretanto, significantes limitações. Primeiramente, vale observar, que esse método não garante que sempre a tabela resultante será uma tabela de um dos sistemas em comparação, ou seja, pode-se, por ele, concluir que os sistemas não guardam uma relação de continência entre si. Outro fato notável é que a continência-T reversa, nomeadamente, o fato de que X está T-contido em Y , não acarreta a continência-S, ou seja, que $X \ S\text{-contém} \ Y$. Pode-se ver por um exemplo, que não será o caso:

3.2. **Exemplo:** Existe na literatura uma família de sistemas S_n^{\Rightarrow} , referida como *Variante da Sequência Padrão Sn*. As tautologias do sistema S_4^{\Rightarrow} são todas tautologias de K3, ou seja, S_4^{\Rightarrow} é T-contido em K3. Mas, S_4^{\Rightarrow} não S-contém K3, como se vê prontamente pelas tabelas envolvidas.

S_4^{\Rightarrow} tem como valores T, I_1 , I_2 e F. Consideremos as tabelas do sistema S_4^{\Rightarrow} apresentadas abaixo. Claramente, se pensarmos que I_1 é valor de K3, mas não I_2 , veremos que a supressão das linhas e colunas encabeçadas por I_2 não engendrará tabelas de K3 ainda assim.

Sistema S_4^{\Rightarrow} da sequência padrão-variante

p	$\neg p$	$p \wedge q$	$p \vee q$				$p \Rightarrow q$				$p \Leftrightarrow q$							
			T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F				
+T	F	+T	T	I_1	I_2	F	T	T	T	T	I_1	I_2	F	T	I_1	I_2	F	
I_1	I_2	I_1	I_1	I_1	I_2	F	T	I_1	I_1	T	I_1	I_2	I_2	F	I_1	I_1	I_2	
I_2	I_1	I_2	I_2	I_2	I_2	F	T	I_1	I_2	I_2	T	I_1	I_1	I_1	I_2	I_1	I_1	
-F	T	-F	F	F	F	F	T	I_1	I_2	F	T	T	T	T	F	I_2	I_1	T

Veja-se, para tanto, se aplicarmos as supressões indicadas pelo sombreado, eliminando as linhas e colunas encabeçadas por I_2 , ainda assim nas células indicadas por caixas, há resultados com valor I_2 , que não é valor de K3.

Há outro meio, porém, pelo qual poderíamos buscar obter tabelas de um sistema X a partir de outro Y , tentando *identificar* os valores de Y com os de X . Esse método é o das *compressões naturais* ou *identificações* e aplica-se não diretamente às tabelas, mas primeiro a conjuntos de valores aléticos, para depois proceder à construção de tabelas. Esse método diferencia-se do das *compressões inaturais* do modo que explicamos a seguir.

Quando se define uma relação entre um conjunto de valores aléticos maior e outro menor, ambos não-vazios, na forma descrita mais adiante, diz-se que se *comprime* uma lógica em outra, como, por exemplo, a compressão de uma lógica tetravalente em uma bivalente. As compressões podem

ser facilmente descritas usando-se de uma língua natural, sem necessidade de linguagem técnica mais rebuscada, como no exemplo abaixo:

3.3. Exemplo. Compressão de S_4^{\Rightarrow} para K3:

- a. T vai para T; b. I₁ vai para I₁;
- c. I₂ vai para I₁; d. F vai para F.

Na forma compressão descrita acima, basta substituir nas tabelas de S_4^{\Rightarrow} as ocorrências do valor I₂ por I₁ e as tabelas resultantes serão todas de K3. A compressão exemplificada é natural.

Uma compressão será natural se tiver as seguintes características:

3.4. Compressão natural

- a. **Sempre** leva valores designados a valores designados e **nunca** leva valores não-designados a valores designados;
- b. **Sempre** leva valores anti-designados a valores anti-designados e **nunca** leva valores não-anti-designados a valores anti-designados.

À inobservância de qualquer uma das condições acima, a compressão resultará **inatural**. Quando é possível comprimir naturalmente um sistema X em outro Y, diz-se que *X I-contém Y* (ou seja, diremos que *um sistema X contém outro Y na forma da compressão efetuada por certas identificações de valores aléticos*, possivelmente colapsando vários valores de X no processo). Por outro lado, se a compressão não for natural, então não se pode afirmar que um sistema contenha outro. Aliás, pelas compressões naturais todas as tautologias e contradições do sistema pré-comprimido devem incluir-se sempre entre aquelas do sistema comprimido. Esclarecemos tais colocações com o auxílio de mais exemplos.

Seja V3 um sistema trivalente, tal que +1 e +2 são valores designados e 3 um valor não-designado (mas, não necessariamente anti-designado), e seja F2 outro sistema bivalente, tal que +1 é seu valor designado e -0 o anti-designado, com as seguintes tabelas:

Sistema trivalente V3

p	$\Rightarrow p$		$p \wedge q$			$p \vee q$		
	$\Rightarrow p$	$p \wedge q$	1	2	3	1	2	3
+1	3	+1	1	2	3	1	1	1
+2	3	+2	2	2	3	1	2	2
3	1	3	3	3	3	1	2	3

Sistema bivalente F2

p	$\Rightarrow p$		$p \wedge q$		$p \vee q$	
	$\Rightarrow p$	$p \wedge q$	1	0	1	0
+1	0	+1	1	1	0	0
-0	1	-0	1	0	0	1

Então, consideremos o seguinte exemplo:

3.5. Exemplo. Compressão inatural do Sistema trivalente V3 para o bivalente F2.

- a. 1 vai para 0; b. 2 vai para 0;
- c. 3 vai para 1.

Neste exemplo, por meio da compressão descrita acima, transformam-se as tautologias de V3 em contradições de F2 e as contradições de V3 em tautologias de F2. Claramente a compressão acima descrita não é natural, porque leva os dois valores designados +1 e +2 de V3 a 0, o valor anti-designado de F2, e um valor não-designado 3 a um designado 1. Observe-se, então, que, na forma das tabelas assinaladas, os resultados obtidos são evidentemente desconcertantes: " $\alpha \wedge \alpha$ " é uma tautologia do sistema bivalente F2, mas não do sistema trivalente V3 no exemplo acima. Bem assim, " $\Rightarrow (\alpha \wedge \alpha)$ " é uma tautologia do sistema trivalente V3, ainda que não o seja

do bivalente $F2$. Eis que a compressão descrita não preserva o carácter tautológico ou contraditório das fórmulas iniciais na conversão de um sistema a outro. Por outras palavras, não há uma continência por “identificações adequadas” entre os sistemas $V3$ e $F2$ considerados, se o caminho adotado passa por (3.5).

Sem nos alongarmos mais, os exemplos acima atingem um ponto nevrálgico: o procedimento das compressões inaturais não é sempre adequado nem muito seguro para a Lógica, porque, num sentido mais amplo, é um procedimento *trivializante*, quer dizer, por meio de tais compressões qualquer resultado se pode engendrar.

Já as compressões naturais nos permitem seguramente verificar se um sistema contém outro por identificações e possuem limites para sua aplicação que respeitam a fundamentação filosófica dos sistemas.

De modo geral, há que se observar que nenhuma lógica multivalente, que, como as trivalentes que consideramos, contenha um valor $v = \neg v$, pode I-conter o sistema bivalente clássico $C2$, visto que v não se pode identificar com F , nem tampouco com T . De um modo mais geral, um valor não-designado e não-anti-designado não se pode naturalmente identificar com valores designados ou anti-designados. Em rápidas pinceladas apontamos ademais: a aplicação de compressões inaturais não acarreta a continência- T reversa. A continência- I , obtida por compressões **naturais**, acarreta a continência- T reversa, mas a continência- T não acarreta a continência- I reversa. Por fim, a continência- S não acarreta a continência- I , nem a continência- I acarreta a continência- S .

3.3 Expansões

Na subsecção anterior restou claro que supressão e compressão são métodos comparativos muito distintos, embora ambos engendrem sistemas menores a partir de maiores. O outro lado não menos importante da questão é conseguir o inverso, ou seja, engendrar sistemas maiores a partir de menores.

3.6. Definição. Seja X um sistema e Y uma extensão de X : diz-se que um sistema Y é uma *expansão* de X se as seguintes condições são satisfeitas:

- a. Existe uma multifunção dos valores de X para os de Y , (mas dos valores de Y para os de X é uma função, mais precisamente uma sobrejeção) que respeita as regras de naturalidade em (3.4);
- b. Trocando-se cada valor de uma tabela de Y pelo seu correspondente em X , a tabela resultante simplificada será uma tabela de X .

Nem toda extensão de um sistema é uma expansão do mesmo. Se Y expande X nesse sentido, então se pode supor, do mesmo modo, que exista um caminho de volta, por exemplo, uma compressão natural que aplicada a Y engendre X .

Um modo simples de expandir sistemas, portanto, consiste em primeiro definir conjuntos de valores e sobrejeções entre eles na forma das alíneas a e b acima, e na sequência construir tabelas para os dois sistemas a comparar e na sequência averiguar se a alínea c é o caso.

Se Y é uma expansão de X , então X T -contém (ou C -contém) Y , mas não necessariamente vice-versa. Quando um sistema X e sua expansão Y T -contém um ao outro, então se diz que Y é uma *expansão característica* de X . Quando X e sua expansão Y T -contém e C -contém um ao outro, então se diz que Y é uma *expansão fortemente característica* de X . Há, portanto, razões para suspeitar que um sistema Y seja expansão de outro X quando estes são T -equivalentes.

4. UMA POLÊMICA TESE

4.1. Resumo da Arguição de Suszko

Em seu artigo de 1977, *The Fregean Axiom and the Polish Mathematical Logic in the 1920's*, Roman Suszko esboça em 4 páginas o que constituiria sua visão contra a ideia de lógicas multivalentes. O texto tem um tom um tanto panfletário, a começar pela acusação inicial que chega mesmo a enunciar como sua principal tese:

Łukasiewicz is the chief perpetrator of a magnificent conceptual deceit lasting out in mathematical logic to the present day.

Após o quê, busca substanciar tal acusação por meio de várias afirmações, a maioria das quais muito sintéticas, mas remissivas a obras da literatura. Ainda que haja uma pletera de ideias e conceitos na narrativa que se segue em (Suszko, 1977), podemos reconhecer em linhas gerais cinco tipos de argumentos gerais do referido artigo que condensamos de um modo que mais nos parece claro:

- I. **argumento do fundamentalismo filosófico**– a ideia de lógicas com mais de dois valores contraria o princípio que Suszko chama de “axioma fregeano”;
- II. **argumento histórico**– a construção da chamada lógica matemática clássica, empreendida pelos seus grandes autores, como Tarski e Lindenbaum, entre outros, assim na parte da criação dos sistemas lógicos propriamente ditos, como no estudo de álgebras a eles associadas, toda se fez somente com dois valores e o trabalho de Łukasiewicz se coloca fora dessa tradição;
- III. **argumentos técnicos**– toda valoração é uma função característica, toda relação de consequência é tarskiana;
- IV. **argumento epistemológico**– Łukasiewicz desejou construir lógicas com mais de dois valores, mas não conseguiu por que isso seria impossível;
- V. **argumento pessoal (ad hominem)**– Łukasiewicz teria problemas de personalidade (sic).

Como veremos a seguir, nenhum dos tipos de argumento acima é suficientemente desenvolvido no texto em comento. Apesar dos tons até subjetivos do discurso de Suszko, é possível extrair dele uma tese mais tratável que é a seguinte:

4.1. **Proposição.** Toda lógica (tarskiana) é bivalente.

Para Suszko, na verdade, a expressão “lógica tarskiana” é redundante. Ademais, segundo o mesmo, toda lógica fregeana é bivalente e toda lógica é fregeana, donde toda lógica é bivalente. A proposição (4.1) acima vem enunciada no referido artigo assim:

In short, every logic is (logically) two-valued. This general statement can be easily exemplified in case of Łukasiewicz's three-valued sentential logic, Ł3.

Não se encontra propriamente uma demonstração de tais afirmações ou da proposição (4.1), mas um esboço do que poderia ser tal demonstração, assente em citações da literatura, invocadas conforme ele as interpreta.

As reações à tal tese desde então têm sido tantas, tão variadas e tão complexas, que, no espaço de um artigo, é impossível resenhar a maioria delas. Há até mesmo alguma simpatia ou tolerância da parte de alguns autores que seriamente tentaram melhorar a arguição apresentada, ou que ainda enxergaram nela vários tópicos a aprofundar, notadamente nos seus aspectos ditos matemáticos.

4.2. Da Sustentação Inicial

Esmiucemos um pouco mais a arguição de Suszko. Primeiramente, o que ele chama de “axioma fregeano” se trata de um princípio filosófico assente na distinção entre sentido e referência (Frege F. L., 1892a), ou ainda entre conceito e objeto (Frege F. L., 1892b), e que Suszko enuncia assim:

*The semantical assumption that all true (and, similarly, all false) sentences describe the same, i.e., have a common referent (**BEDEUTUNG**) is called the Fregean Axiom.*

Suszko tenta representar esse princípio pela fórmula

The main thesis of this talk is twofold
(1) *The construction of so called meaning*

Porém, nem sequer usa essa fórmula mais adiante para quaisquer fins demonstrativos. Suszko entende que é a partir desse princípio filosófico que se constroem tanto os próprios sistemas lógicos quanto as suas linguagens e a sua interpretação algébrica, sem explicar em mais detalhes porque não se pode rejeitar o princípio fregeano, nem construir diferentes sistemas lógicos e álgebras. Ou seja, no fundo apenas defende que os estudos e conceitos lógicos não devam afastar-se muito do estudo da álgebra booleana. Tacitamente, suas posições mesmo excluem a possibilidade de que os lógicos justifiquem suas teses em termos que não passem pela construção de álgebras, como notadamente fez Aristóteles e outros mais.

Por outro lado, aduz à sua preleção o argumento de que a valoração lógica e a valoração algébrica são funções muito diferentes, pois, na forma do pensamento fregeano, a primeira relaciona as asserções à sua verdade ou falsidade e a segunda referentes para estas. Não há muitos argumentos de por que os valores algébricos possam ser mais de dois, mas os valores aléticos não, além de declarações como *obviously, any multiplication of logical values is a mad idea* (sic). Outrossim, não examina a possibilidade de que se possa ter outros tipos de valorações para além das alética e algébrica¹⁰.

Assim, Suszko imputa a Łukasiewicz ter usado na verdade valorações algébricas para uma álgebra adequada sobre um conjunto de três elementos (como $\{0, \frac{1}{2}, 1\}$), e, de novo em outra passagem, diz que $0, \frac{1}{2}, 1$ são valores algébricos e que não são os valores aléticos típicos de Ł3, mas apenas representam referentes admissíveis em Ł3. Enfim, por afirmações repetitivas, Suszko acusa Łukasiewicz de não entender os conceitos da lógica bivalente e não ter criado novo valor alético para além dos usuais “verdadeiro” e “falso”. Suszko chega mesmo a recorrer a argumentos *ad hominem*, imputando problemas de personalidade a Łukasiewicz:

Because of Łukasiewicz unusual personality, the possibility and creative freedom were his dearest intellectual idols. But, how could he confuse the truth and falsity with what the sentences describe?

4.3. Da Produção Tentativa da Prova

Depois de elencados os argumentos acima, o próximo passo que se esperaria na construção de Suszko seria uma demonstração da proposição (4.1). Todavia, a prova que apresenta não versa exatamente sobre esta, mas defende algo ligeiramente diferente: a de que somente podemos ter certeza de que o sistema Ł3 se trata de uma lógica de fato porque podemos a ele atribuir uma semântica bivalente, nomeadamente o *cálculo sentencial com identidade*. É a cavalo disso, porém, que Suszko alega já estarem disponíveis na literatura os meios para viabilizar essa conversão de

¹⁰ (Frege F. L., 1892a), aliás, reconhece que além dos valores aléticos das asserções, elas têm diferentes valores cognitivos, como no caso das diferenças entre as igualdades $1=1$ e $\sin \theta^2 + \cos \theta^2 = 1$.

sistemas. Também fica subentendido, mas não desenvolvido, que o tratamento bivalente dado a Ł3 deva ser extensivo ao exame de outros sistemas, convertendo-os preferencialmente em lógicas clássicas.

Assim, a proposição que Suszko tenta demonstrar podemos enunciar em (4.2) com o esboço de demonstração extraído do seu próprio texto:

4.2. **Proposição.** Ł3 é na verdade uma lógica bivalente clássica.

Esboço da prova tentado por Roman Suszko.

- (i) Pode-se reformular Ł3 como uma relação de inferência \vdash , na forma de (Wójcicki, 1973),
- (ii) donde se revela, na forma de (Suszko, 1975), que Ł3 é uma lógica bivalente e, ademais, clássica, no sentido de (Bloom & Brown, 1973), na verdade uma forma particular do cálculo sentencial com identidade forte na forma de (Bloom & Suszko, 1972) e (Suszko, 1975)).

O cálculo sentencial com identidade, apresentado em (Bloom & Suszko, 1972) é sintaticamente o cálculo proposicional clássico com dois operadores de equivalência: um operador primitivo \equiv , também dito de identidade, e outro \leftrightarrow definido usualmente como a conjunção de duas implicações materiais. A leitura deste outro artigo, porém, revela que todos seus axiomas são tautologias clássicas, de forma que o primitivo \equiv não tem propriedades interessantes excepcionais, tópico ao qual retornaremos mais adiante.

Os esforços para melhorar ou entender mais claramente a arguição descrita acima não pararam e se espalharam na literatura. Um exemplo disto é são as formulações da chamada *Redução de Suszko*, a técnica pela qual teria sido possível converter Ł3 ao cálculo bivalente clássico (com identidade). Uma apresentação simplificada de tal redução se encontra em (Malinowski, 1993a):

4.3. **Redução de Suszko.** Seja A uma álgebra similar a uma linguagem proposicional L e Ds um conjunto não-vazio de valores designados, então uma matriz M é um par (A, Ds) . Se adotarmos alguma definição pela qual valorações são funções (homomorfismos) das linguagens às matrizes, então, diremos que uma fórmula α toma um valor alético 1, ou seja, $v(\alpha) = 1$ se uma dada função $h(\alpha) \in Ds$, mas se $h(\alpha) \notin Ds$, então $v(\alpha) = 0$. O procedimento assim descrito é a chamada redução de Suszko.

As demais tentativas de demonstrar a tese mais geral de Suszko (4.1) que se encontram na literatura conjugam da técnica acima à chamada *Redução de Wójcicki*, comumente enunciada assim:

4.4. **Redução de Wójcicki.** Toda lógica tarskiana $\mathcal{L} = \langle \mathbb{L}, \models \rangle$ é n -valente, para algum $n \leq |\mathbb{L}|$.

Onde “ $|\mathbb{L}|$ ” é a cardinalidade do conjunto \mathbb{L} e “ \models ” a relação de consequência tarskiana. O leitor pode por si mesmo esboçar como seria tal prova, que, pelos problemas fundamentais que veremos na seção seguinte, não vale a pena aqui apresentar.¹¹

Eis o relatório da polêmica. Exaremos agora nosso parecer: o pleito de Suszko **não** merece acolhimento. Obviamente, a questão não pode ser dirimida por meio de falácias *ad hominem*, como “Suszko era um grande matemático” ou “Łukasiewicz era muito criativo mas não tinha talento para lógica”, tampouco por diferentes tipos de fundamentalismos como “a filosofia de Frege é a que se deve seguir” ou “sempre se fez assim, não há que se fazer de modo diferente”. O que se há de examinar é a validade da sua arguição e a pertinência ou relevância dos meios propostos e conclusões pretendidas. Isto pressupõe que devemos perguntar a respeito da

¹¹ Consultar, entre outros, (Caleiro, et ali, 2003) para mais detalhes.

segurança do método de redução. Ademais, como veremos na sexta seção, há resultados demonstrados que caminham em sentido contrário às teses de Suszko.

5. CONTRA-EXPOSIÇÃO

5.1. Preliminares desta Seção

Primeiramente estabeleçamos o seguinte: um *bom argumento* se assenta numa conclusão verdadeira obtida por um método seguro. Quando o método é seguro mas a conclusão falsa, então o argumento será *inválido*. Um argumento constituído de uma conclusão falsa ou verdadeira e um método questionável é *válido* mas não bom. Nesta seção, mostramos que o argumento de Suszko não é bom, no máximo será válido. Para tanto, examinaremos primeiro a proposição mais específica sobre Ł3 ser redutível ao cálculo proposicional clássico (com um ou dois operadores de equivalência) expressa em (4.2). Depois passaremos a comentar a própria metodologia da redução. Por fim, iremos pouco a pouco elucidando a questão referente à proposição mais geral (4.1), ou seja, de que toda lógica é no fundo bivalente.

Para a compreensão do restante desta seção, damos as tabelas de Ł3:

Sistema Ł3

p	$\neg p$	$p \wedge q$	$p \wedge q$	$p \vee q$	$p \vee q$	$p \Rightarrow q$	$p \Rightarrow q$	$p \Leftrightarrow q$	$p \Leftrightarrow q$
T	F	T	T	T	T	T	T	T	T
T	F	F	F	T	T	F	F	F	F
F	T	T	T	F	F	T	T	T	T
F	T	F	F	T	T	F	F	F	F

Acima, \Rightarrow e \Leftrightarrow denotam a implicação e a equivalência fracas, os demais conectivos sendo os usuais. A implicação e a equivalência fortes, denotadas por \rightarrow e \leftrightarrow , coalescem com as fracas na lógica bivalente clássica, mas não em Ł3, sendo suas tabelas as seguintes:

$p \wedge q$	$p \rightarrow q$	$p \rightarrow q$	$p \leftrightarrow q$	$p \leftrightarrow q$
T	T	T	T	T
T	F	F	F	F
F	T	T	T	T
F	F	F	F	F

As linhas e colunas sombreadas nas tabelas acima indicam primeiramente diferenças entre as tabelas de Ł3 e as da lógica bivalente clássica (C2).

5.2. Da Proposição acerca de Ł3

O que significa a proposição (4.2) ou, mais precisamente, a alegação de que o sistema Ł3 seria na verdade o cálculo sentencial com identidade (SCI), uma variante de C2? Ou o que (Suszko, 1977) quer dizer ao afirmar que SCI é uma semântica para Ł3? No contexto referido, tais afirmações querem simplesmente dizer que SCI caracteriza Ł3, ou seja, que tais sistemas são T-equivalentes (e possivelmente C-equivalentes). É sabido que não é o caso.

Primeiramente, em (Bloom & Suszko, 1972) encontramos a formulação de SCI que inclui, entre outros, os axiomas TFA e a regra *modus ponens* de SCI, pelos quais vemos que C2 é T-contido e C-contido em SCI, pois toda fórmula que em C2 é tautologia e toda que nele é contradição também o são em SCI. (Embora não fique claro se os proponentes de SCI pretendiam que este tivesse

tautologias diferentes C2, ou que C2 e SCI cálculos se caracterizassem.) Assim, de qualquer modo, qualquer sistema caracterizado por SCI ao menos T-conterá C2.

Todavia, é fato que C2 T-contém Ł3, mas Ł3 não T-contém C2. De um modo geral, observando as tabelas dadas anteriormente, podemos evocar exemplos disso:

- (1) A tautologia clássica " $\alpha \Leftrightarrow \alpha$ " não é uma tautologia do sistema Ł3, pois toma o valor I quando α é I;
- (2) Tampouco é uma tautologia de Ł3 " $\alpha \vee \neg\alpha$ ", embora o seja de C2, pelas mesmas razões que acima;
- (3) Não é " $\alpha \wedge \neg\alpha$ " uma contradição em Ł3, nem sua negação uma tautologia, como é o caso em C2.

Assim, claramente não é o caso que Ł3 T-contenha C2, donde SCI não caracteriza Ł3 e, assim, a proposição (4.2) não é verdadeira. Logo, o argumento de Suszko não é bom, mas pode ainda ser válido ou inválido.

5.3. Da Metodologia das Reduções

O que significa reduzir uma lógica trivalente, como por exemplo Ł3, a outra bivalente, como C2 ou SCI? Se aplicada a Redução de Suszko a Ł3 o que se obtém será mesmo C2 ou SCI? Três hipóteses razoáveis podemos aventar inicialmente para responder essas duas questões, (A) e (B) principalmente para a primeira e (C) para a última:

- (A) Ł3 S-contém C2 (ou uma das suas variantes, como SCI);
- (B) É possível comprimir Ł3 em C2 (ou SCI);
- (C) Ł3 é uma expansão de C2 (ou SCI).

Sobre a hipótese (A): De fato, é possível obter C2 a partir de Ł3, por meio de supressões, conforme as tabelas acima indicam: basta que as células sombreadas sejam suprimidas que as tabelas resultantes serão as de C2. Como era esperado, temos que Ł3 S-contém C2, e C2 T-contém e C-contém Ł3. Se considerarmos o método de supressões seguro, dado que a conclusão de Suszko é falsa, seu argumento é inválido. Mas, aqui há que se ter em conta também questões de relevância: a continência-S não acarreta que C2 caracterize Ł3. Outrossim dado que a continência-T não acarreta a continência-S, e dado que as supressões aplicadas a sistemas multivalentes não necessariamente engendram C2, conforme vimos na Seção 3, não haveria garantias de que pudéssemos extrapolar esse resultado para todas as lógicas multivalentes T-contidas em C2.

Sobre a hipótese (B): A redução de Suszko como vimos na seção anterior não é, todavia, um método de supressões. Claramente, tal redução é na verdade um esquema geral de compressão na seguinte forma:

5.1. Compressão-Esquema A (de Suszko).

- a. Todo valor designado vai a T.
- b. Todo valor não-designado vai a F.

Como em b acima, todos os valores não-designados se confundem com os anti-designados, vê-se nitidamente que se trata de uma **compressão inatural**. Estipular uma compressão como a acima não acarreta a conclusão de que uma lógica se reduz a outra. Aliás, outra compressão igualmente inatural poderia também ser definida:

5.2. **Compressão-Esquema B.**

- a. Todo valor não designado vai a T.
- b. Todo valor designado vai a F.

De (5.2) acima não se seguiria que, por exemplo, uma lógica como Ł3 seria reduzível a um sistema bivalente em que as tautologias de Ł3 fossem contradições, como no caso do exemplo de B3 para F2 exposto na seção 2 deste trabalho. Compressões inaturais não provam que um sistema esteja contido ou equivalha a outro.

Neste caso poderíamos dizer que o argumento de Suszko é válido apenas no sentido de que aporta uma conclusão falsa por um método inseguro, o das compressões inaturais. Tampouco é um argumento útil e permite engendrar até mesmos resultados contraditórios.

Sobre a hipótese (C): Finalmente, por via das dúvidas, porém, poderíamos indagar se, apesar dos problemas supramencionados, de fato a Redução de Suszko pode a partir de Ł3 engendrar SCI ou até C2. Ou será que não é esse o resultado que se obtém? Ora, se tal redução produz mesmo o resultado pretendido, podemos supor que Ł3 seja uma expansão de SCI ou C2. O único modo de averiguar tal suposição é procedendo como descrito na seção 3, o que consiste pelo menos em substituir nas tabelas de Ł3 o valor I por F, conforme sugere a Redução de Suszko, e ver que tabelas resultam disso.

Efetuando tais substituições, obtemos as seguintes tabelas para a negação e os conectivos fracos:

Sistema Sz2

p	¬p	p\q			p∧q			p∨q			p⇒q		p⇔q	
		T	F	F	T	F	F	T	F	F	T	F	F	F
T	F	T	F	F	T	T	T	T	F	F	T	F	F	
F	F	F	F	F	F	T	F	F	T	F	F	F	F	
F	T	F	F	F	T	F	F	T	T	T	F	F	T	

Acima as colunas e a linha sombreadas indicam onde fizemos as substituições de I por F e as caixas marcam as células com resultados inusitados. Todavia, pronto se vê que, se tendo assim procedido, o que obtivemos não são tabelas de C2, nem de SCI (que, aliás, tem as mesmas tabelas que C2 para os conectivos em comento). Eis que, nas tabelas resultantes, o valor alético F tem um comportamento nada clássico, podendo as linhas e as colunas por ele encabeçadas dar mais de um resultado. Este sistema não é C2, nem SCI, mas outro que aqui chamamos de Sz2, que tem em relação ao C2 uma diferença fundamental: é um tipo de lógica proposto notadamente por (Zawirski, 1935) e que (Rescher, 1962) batizou de quase-vero-funcional. Simplificando as tabelas acima, vemos mais claramente essa propriedade de Sz2:

Sistema Sz2 (tabelas simplificadas)

p	¬p	p\q		p∧q		p∨q		p⇒q		p⇔q	
		T	F	T	F	T	F	T	F	T	F
T	F	T	F	T	T	T	F	T	F	T	F
F	{F, T}	F	F	F	F	T	F	T	{F, T}	F	{F, T}

Destarte, a hipótese C não se confirma. Isto quer dizer que a Redução de Suszko além de ser uma compressão inatural, não produz o resultado pretendido.

Aliás, esses resultados não surpreendem, pois, sabe-se, pelo menos desde a década de 1960, que todo sistema proposicional quase-vero-funcional com dois valores tem uma expansão fortemente característica vero-funcional com mais de dois valores. Porém, isto não serve para validar os argumentos de Suszko.

5.4. Consequências Mais Gerais

Como consequência da crítica acima acerca da inaturalidade da redução de Suszko, colocam-se em dúvida as tentativas de provar a versão mais geral da tese de Suszko, a proposição 4.1, combinando tal redução com a de *Wójcicki*. Na verdade, tal proposição não pode ser entendida fora de contexto: o que se objetiva com ela é prover mais um passo para concluir que todo sistema lógico somente pode ser viável se for uma variante ou um fragmento de C2, ou, em última análise, se corresponder a C2. Ou seja, Suszko tentou resolver um conflito doutrinário por meio de instrumentais. Mas, alternativamente, tal proposição pode ser rejeitada com base em um ou mais contraexemplos. Para tanto, o sistema T3 que apresentamos na sequência já nos há de bastar:

Existe mais de um tipo de operador de consequência e as lógicas podem ser classificadas de acordo com os tipos de consequência. Segundo algumas visões, uma lógica pode ser entendida como um par constituído por um conjunto qualquer X e um operador de consequência C_n sobre o conjunto das partes desse conjunto $\wp(X)$. Na verdade, o conjunto X usual ou preferivelmente é uma linguagem formal e suas partes são conjuntos de fórmulas da linguagem. Com este pano de fundo, podemos convenientemente definir dois deles:

- 5.3. **Definição.** Chama-se de *Operador de Tarski* à aplicação $C_n: \wp(X) \rightarrow \wp(X)$ tal que, para todo $A, B \subseteq X$, as seguintes propriedades se satisfazem:
- Reflexividade ($A \subseteq C(A)$);
 - Monotonicidade (Se $A \subseteq B$, então $C_n(A) \subseteq C_n(B)$);
 - Idempotência ($C(C(A)) \subseteq C(A)$).

Uma lógica cujo operador de consequência é Tarski é dita *tarskiana*. Entende-se daí que operadores de consequência imprimam suas propriedades às suas lógicas respectivas. Pois bem, o que tradicionalmente se considera em lógica como um sistema viável é de modo geral um sistema que é ortodoxo no sentido acima. Fácil é ver que o operador de consequência de C2 guarda as propriedades da idempotência, da reflexividade e da monotonicidade, e sabe-se, ademais, que este coalesce com a implicação material. Porém, muito comumente também se imagina que um sistema ortodoxo seja sempre uma variante de C2, notadamente um subsistema (fragmento) deste, ou seja, há de estar T-contido em C2. Ora, de nenhum modo se questiona que muitos dos sistemas na literatura tenham essa propriedade. Sem embargo, isto não é inevitável. Por exemplo, considere as tabelas a seguir para a negação, disjunção e *implicação* de um sistema trivalente que aqui chamaremos de T3:

Sistema T3

p	$\neg p$	$p \wedge q$	$p \vee q$			$p \rightarrow q$		
			T	I	F	T	I	F
+T	F	T	T	T	T	T	I	I
I	I	I	T	T	T	T	T	T
-F	T	F	T	T	F	T	T	T

Claramente o sistema T3 não é trivial: muitas de suas fórmulas não serão tautologias, tais como " $\alpha \rightarrow \neg\alpha$ ". As tabelas de verdade de \neg e \vee são normais, no sentido que concordam com as bivalentes clássicas quando se consideram apenas os T's e os F's. Mas, o mais interessante são as propriedades da implicação:

- 5.4. A relação de implicação é:
- Reflexiva, a saber, $p \rightarrow p$ sempre toma valor designado;

- b. Transitiva, ou seja, se $p \rightarrow q$ e $q \rightarrow r$ tomam valores designados, então $p \rightarrow r$ toma valor designado;
- c. Tal que *modus ponens* vale, qual seja, quando p e $p \rightarrow q$ tomam valor designado, então q também toma valor designado.

Ademais, como na implicação material clássica, a implicação de T3 é não-simétrica, quer dizer, $q \rightarrow p$ não toma valor designado quando $p \rightarrow q$ toma valor designado. Ora, se definirmos um operador de consequência C_0 para T3, tal que C_0 coalescesse com a implicação de T3 supramencionada, então, facilmente se vê, tal operador seria tarskiano. Assim, T3 tem todas as propriedades importantes de uma lógica tarskiana, aliás, várias das principais propriedades de C2, mas não se reduz a C2: confirmar isto, basta verificar pelas tabelas acima que T3 tem tautologias que não são de C2. Citemos uma: $(\alpha \rightarrow \beta) \vee (\alpha \rightarrow \gamma)$, pois, na forma das tabelas de verdade dadas acima, notamos que $p \rightarrow q = (T\text{-ou-I})$ e que $(T\text{-ou-I}) \vee (T\text{-ou-I}) = T$. Mas, facilmente vê-se que “ $(\alpha \rightarrow \beta) \vee (\alpha \rightarrow \gamma)$ ” não é uma tautologia bivalente clássica. Assim, T3 constitui um exemplo de sistema multivalente ortodoxo, mas que não caracteriza C2, nem é nele T-contido.

Em suma, a proposição (4.1) significa que toda lógica (tarskiana) se caracteriza por um modelo bivalente. Suszko propõe que todo sistema pode ser equipado com uma relação de consequência de Tarski, se já não a tiver, donde, por tal engenhosidade, se mostraria sua natureza bivalente e principalmente clássica. Ou seja, na verdade (4.1) e (4.2) seguem o estereótipo de que todo sistema lógico viável tem, por algum modo, de ser uma variante de C2. Mostramos que tal não procede por um exemplo de sistema trivalente que não caracteriza C2, nem é subsistema seu, ainda que guarde com este suas propriedades principais. Agora, devemos voltar à observação de que existe mais de um tipo de operador de consequência.

O operador de consequência tarskiano é apenas um dentre os vários operadores de consequência que podem ser formulados. Por exemplo, como explicam (Scheer & D’Ottaviano, 2006), o operador de consequência tarskiano pode ser estendido pela noção de *operador cumulativo*. (Malinowski, 1993b), por outro lado, introduz o conceito de *q-consequência*. Mas, foram (Rosser & Turquette, 1952) que mais aprofundaram uma noção de consequência que se baseia na ideia de fórmulas assumindo valores designados. (Wansing & Shramko, 2008) bem recordam que um sistema lógico pode comportar mais de uma relação de consequência. Não é necessário limitar sempre a 1 o número desses operadores, ou mesmo a um número finito para um sistema ou família de sistemas, nem é sempre o caso que tais operadores sejam todos inter-definíveis para tais sistemas. Podemos definir mais de um tipo desses operadores para cada sistema finito-valente ou infinito-valente, ou mais de uma cláusula para determinar quando uma conclusão se segue de um conjunto de assunções, sem um teto apriorístico. Expliquemos a última observação:

Nas lógicas multivalentes os raciocínios classificam-se em vários tipos: estritamente tautológicos (sempre assumem o grau máximo de verdade), tautológicos *latu sensu* (sempre assumem um valor designado), aceitáveis (nunca assumem um valor anti-designado), etc. Quando se diz, por exemplo, que determinada fórmula é uma *tese* de um sistema multivalente S , é preciso especificar em que sentido dos anteriores se afirma tal. Idem para o caso das deduções. Conforme cada sentido, é possível estabelecer uma cláusula para o operador de consequência correspondente. Assim, se tivermos os operadores $\models_1, \dots, \models_\kappa$ para um mesmo sistema ou uma família de sistemas, estes representarão diversos pontos de vista sobre a noção de consequência.

Portanto, definir um operador de consequência tarskiano para uma lógica multivalente não é nada excepcional, antes trata-se de mais uma dentre muitas possibilidades. Não é porque essa possibilidade existe dentre tantas que se desfaz o cariz multivalente de uma lógica.

Para concluir a presente seção: não é verdade que SCI (ou C2) caracterize Ł3. A Redução de Suszko não serve para provar a proposição (4.2), nem a proposição (4.1), porque é uma compressão inatural. Aliás, a aplicação de tal redução a Ł3 não engendra o sistema SCI, mas outro sistema, Sz2, que é quase-vero-funcional. Não é verdade que sistema equipado com uma relação de consequência tarskiana seja sempre um fragmento ou variante de C2, como exemplificado por T3. Definir uma relação de consequência tarskiana para um sistema multivalente é apenas uma dentre muitas possibilidades de o entender e tal não anula seu cariz multivalente.

6. RETROSPECTOS E SUPLEMENTARES

6.1. Breve Histórico

Consideram-se textos seminais da lógica multivalente no seu formato atual os artigos de Hugh MacColl, nomeadamente a partir de (MacColl, 1877) até (MacColl, 1908), e (Pierce, 1902). Frequentemente e com razão também se incluem na lista supra os trabalhos capitais de Ian Łukasiewicz e Nikolai Vasil'ev a partir de 1910. As apresentações mais influentes, todavia, são (Rosser & Turquette, 1952), (Zinov'ev, 1963), (Ackermann, 1967) e, sobretudo, (Rescher, 1969)¹². O desenvolvimento de tais lógicas nunca se desacelerou desde então, inclusive com a aparição de um grande ramo multivalente, a lógica difusa, instaurada por (Zadeh, 1965).

O pleito de (Suszko, 1977), pela sua radicalidade declarada, tinha evidentemente pretensões de mudar o curso dos estudos lógicos. No entanto, seu impacto dos anos 1980 em diante foi quase zero, os praticantes de lógica multivalente em geral o tendo ignorado simplesmente. Isto porque, do ponto de vista destes, as análises que Suszko faz das lógicas multivalentes têm problemas de compreensão (que vimos anteriormente) e não são originais. Deveras, suas reações à lógica multivalente têm precedentes vários muito anteriores na literatura, pelo menos desde o surgimento das lógicas multivalentes, ainda que o seu artigo em comento tenha sido muito referido ultimamente: nas Atas do Congresso de Filosofia Científica de Paris de 1935 já lemos respostas dos proponentes dos sistemas multivalentes a muitos dos argumentos e dúvidas que, entre outros, (Suszko, 1977) e (Scott, 1974) repetem muitos anos mais tarde. O que parece é que os adversários da lógica multivalente não a criticam com base nas obras dos lógicos que a praticam, mas numa interpretação ou em inferências que imputam a estas. Na seção 2 deste trabalho esperamos ter afastado já algumas dessas confusões.

A década de 1970 foi talvez o último período em que se produziram as reações mais fortes às lógicas não-clássicas, com outras tentativas de as reduzir à lógica clássica, considerando apenas as questões instrumentais. Podemos citar outro exemplo célebre: em (Priest, 1976) e (Priest, 1977) existe uma tentativa de negar a existência das lógicas modais, alegando que se trata tão somente de usar a lógica clássica como meta-lógica, tendo a própria lógica clássica como lógica-objeto (o operador de necessidade na meta-lógica seria tão somente ao operador de consequência da lógica-objeto incorporado à linguagem da meta-lógica). Assim, Suszko e Priest estariam afinados num movimento de reação, que o último abandonou posteriormente.

6.2. Alguns Resultados Contra

Contra a ideia de que toda lógica tem uma semântica bivalente já se tinham, antes da década de 1970, as demonstrações dos teoremas de (Gödel, 1933) para a lógica intuicionista e (Dugundji,

¹² Para apresentações posteriores, ver (Gabbay & Woods, 2007), (Grandy, 2002), (Grim, Mar, & Denis, 1998), (Malinowski, 2002), (Minari, 2003), (Mundici, 2011), e (Reghis & Roventa, 1998).

1940) para as lógicas modais de Lewis, segundo os quais tais lógicas não podem ser caracterizadas por matrizes finitas, e, portanto, tampouco o serão por matrizes bivalentes.

Os protestos de Suszko não apenas foram desprezados após a década de 1970, mas em 1997 se provou um teorema em sentido contrário à ideia de reduzir Ł3 a uma lógica com menos valores, o qual enunciamos abaixo, conforme consta em (Nguyen & Walker, 2006):

6.1. Teorema de Gehrke & Walkers.

O cálculo proposicional trivalente de Łukasiewicz Ł3 e o cálculo proposicional para a lógica difusa, que é infinito-valente, são o mesmo.

Dem. Consequência das proposições (6.2) e (6.3) abaixo.■

O significado do teorema supra é que o cálculo trivalente Ł3 é no fundo uma lógica infinito-valente, contra da alegação de Suszko. A prova do teorema feita pelos próprios autores encontra-se em (Gehrke, Walker, & Walker, 1997), mas é longa demais e complexa para caber no presente trabalho, apesar de interessante, e fundamenta-se no argumento de que duas ou mais fórmulas logicamente equivalem em Ł3 se, e somente se, equivalem na lógica proposicional difusa.¹³

Todavia, podemos prover argumentos alternativos mais simples. Para tanto, suporemos que Ł3 e a lógica difusa tenham as mesmas variáveis proposicionais e os conectivos definidos do mesmo modo, apenas diferindo quanto aos conjuntos de valores, ou seja, para a primeira o conjunto finito $\{0, \frac{1}{2}, 1\}$ e para a última os reais no intervalo $[0,1]$. Eis que então os fatos muito simples abaixo nos levarão às mesmas conclusões de Gehrke e dos Walkers:

6.2. Proposição. *Todas as tautologias da lógica proposicional difusa são tautologias de Ł3.*

Dem. Trivial, pois, se no caso infinito, uma fórmula π sempre toma um valor designado, então também tomará um valor designado no caso trivalente.■

6.3. Proposição. *Todas as tautologias de Ł3 são tautologias da lógica proposicional difusa.*

Dem. Consequência da proposição (6.7) e do fato de que as regras de inferência preservam o caráter tautológico.■

Para conveniência do leitor, podemos expandir o segundo ponto: para mostrar que Ł3 é T-contida na lógica difusa, como assevera (6.3), é preciso que se enunciem os axiomas de Ł3. Usemos a seguinte axiomática:

6.4. Axiomática de Wajsberg.

Regras de inferência (substituição e *modus ponens*), mais as seguintes fórmulas:

- a. $\alpha \rightarrow (\beta \rightarrow \alpha)$ [W1];
- b. $(\alpha \rightarrow \beta) \rightarrow [(\beta \rightarrow \gamma) \rightarrow (\alpha \rightarrow \gamma)]$ [W2];
- c. $(\neg\alpha \rightarrow \neg\beta) \rightarrow (\beta \rightarrow \alpha)$ [W3];
- d. $[(\alpha \rightarrow \neg\alpha) \rightarrow \alpha] \rightarrow \alpha$ [W4].

Explicitemos as definições de implicação e disjunção fortes comuns aos dois sistemas:

6.5. Implicação forte.

$$\phi \rightarrow \pi = \min\{1, (1 - \phi + \pi)\}$$

Donde inferimos que se $\phi \leq \pi$, a implicação terá valor 1.

6.6. Disjunção forte.

$$\phi \nabla \pi = \min\{1, (\phi + \pi)\}$$

¹³ Mai Gehrke e o casal Walker estão na verdade interessados em questões algébricas relacionadas à lógica difusa, enquanto aqui nos interessam mais os temas lógicos.

Sabidamente, também se obtém que $[(\phi \rightarrow \pi) \rightarrow \pi] \equiv \phi \nabla \pi$.

Teremos de agora examinar a seguinte proposição:

6.7. Proposição. *Todas as fórmulas de Wajsberg são tautologias da lógica proposicional difusa.*

Dem. Basta perscrutar as fórmulas em comento e veremos que elas sempre tomam valores designados.

[W1] Há duas hipóteses a considerar e, em ambas, o valor será o grau máximo de verdade.

- Hipótese 1: Se $q \leq p$, então $q \rightarrow p = 1$, e, como $p \leq 1$, $p \rightarrow (q \rightarrow p) = 1$.
- Hipótese 2: Se $q > p$, então $q \rightarrow p = (1 - q + p)$. Vejamos o caso “mais crítico”: em simplificando a expressão, obtém-se $p \rightarrow (q \rightarrow p) = 1 - p + (1 - q + p) = 2 - q$. Como $0 \leq q \leq 1$, $2 - q \geq 1$. Logo, $\min \{1, (2 - q)\} = 1$.

[W2] Para análise da implicação $(p \rightarrow q) \rightarrow [(q \rightarrow r) \rightarrow (p \rightarrow r)]$, basta considerar que se $p \leq q$ e $q \leq r$, então obviamente $p \leq r$. (Se ainda restar dúvida, em se considerando o “pior cenário”, tem-se que: $1 - (1 - p + q) + [1 - (1 - q + r) + (1 - p + r)] = 1$, donde $(p \rightarrow q) \rightarrow [(q \rightarrow r) \rightarrow (p \rightarrow r)] = \min \{1, 1\} = 1$.)

[W3] A contraposição é sabidamente válida na lógica proposicional difusa: Se $x \leq y$, então claramente $1 - y \leq 1 - x$. Por outro lado, $x \leq y$ força que $x \rightarrow y$ e $1 - y \leq 1 - x$ força que $\neg y \rightarrow \neg x$, o que basta para mostrar o fato.

[W4] Sabe-se que $[(p \rightarrow \neg p) \rightarrow p] \rightarrow p$ equivale a $(p \rightarrow \neg p) \nabla p$. Por sua vez, obviamente, $(p \rightarrow \neg p) \nabla p = \min \{1, ((p \rightarrow \neg p) + p)\}$.

- Hipótese 1: Suponha que $p \leq 1 - p$, donde necessariamente $p \rightarrow \neg p = 1$. Logo, $(p \rightarrow \neg p) \nabla p = \min \{1, (1 + p)\} = 1$.
- Hipótese 2: Suponha que $p > 1 - p$. Então, $(p \rightarrow \neg p) = 2 - 2p$, donde se obtém que $(p \rightarrow \neg p) \nabla p = \min \{1, (2 - p)\} = 1$. ■

Portanto, os axiomas propostos por Wajsberg são tautologias assim de Ł3 como da lógica proposicional difusa. Como as regras de inferência preservam o caráter tautológico, todos teoremas de Ł3 são também tautologias difusas, o que nos leva à proposição (6.3). Com isto se mostra que Ł3 e a lógica proposicional difusa T-contêm uma a outra, na forma das proposições (6.2) e (6.3), donde se segue o teorema (6.1).

O Teorema de Gehrke e Walkers auxilia as perquisições na lógica difusa, pois basta testar as hipóteses para o caso trivalente em Ł3 para obter os resultados para o caso infinito-valente difuso. Mas, também revela uma dimensão mais interessante: a de que os valores 0, $\frac{1}{2}$ e 1 são representantes das suas classes, o que corresponde mais claramente às intuições filosóficas que motivaram a construção das lógicas multivalentes. Por outro ângulo, diremos que o resultado referido é coerente com a intuição de que ao admitirmos um terceiro valor alético podemos admitir a existência de infinitos valores aléticos.

6.3. Remates

As lógicas multivalentes tiveram e ainda têm grande sucesso aplicativo no desenvolvimento da ciência e da tecnologia. Porém, muito antes disso já havia questões filosóficas que demandavam a construção de lógicas alternativas às lógicas clássicas, e que ainda estão presentes e quiçá nunca se ausentarão das preocupações dos filósofos. Um tema capital para a lógica, assim como para toda a filosofia, é como chegar à verdade ou como proceder a partir da verdade.

Nos seus *Esboços Pirrônicos*¹⁴, Sexto Empírico explica que, depois de perquirir algum tema filosófico, sempre há ao menos três posições possíveis dentre as quais se adota uma: ou se crê ter acesso ou ser possível aceder à verdade (que ele chama de “posição dogmática”), ou se afirma que nunca se acede à verdade (“posição acadêmica”), ou então se declara que ainda estamos investigando o tema (“posição cética”). Entre filósofos dogmáticos, ou seja, que adotam a primeira posição, curiosamente, ele coloca Aristóteles e os Estoicos que desenvolveram as raízes da tradição clássica da lógica.

De fato, tal não será mero acaso: a lógica clássica bivalente, ou seja, que trabalha com não mais que dois valores e sempre do ponto de vista vero-funcional, espelha perfeitamente a posição de que se pode chegar à verdade. Nela as proposições são ou falsas ou verdadeiras e qualquer conexão entre elas (isto é, qualquer operação que se efetue com elas) dará um resultado ou falso ou verdadeiro. É discutível se tal lógica pudesse, do modo mais adequado, auxiliar às três posições dialogarem entre si. Não que um filósofo cético ou um acadêmico não a utilizassem como instrumento de trabalho, mas a necessidade de modelar as três posições demanda mais.

As lógicas multivalentes aceitam a pluralidade de valores aléticos ou a suspensão da vero-funcionalidade justamente porque podem dar voz e corpo também às posições de que a busca pela verdade sobre uma proposição ou é contínua ou impossível. Elas servem naturalmente tanto como instrumento de trabalho quanto para modelar as diversas posições, inclusive em questões bem pontuais. Duas dessas ideias bem pontuais são os paradoxos da implicação material e da inequivalência.

Vejamos o caso das intuições daqueles que questionam o chamado paradoxo da implicação material, a saber, a ideia de que a falsidade do antecedente acarreta a verdade da implicação. As tabelas abaixo representam duas alternativas para redefinir a implicação sem o referido paradoxo:

$p \Rightarrow q$ (não-paradoxal)

		Alternativa 1		Alternativa 2	
$p \backslash q$	T	F	T	F	
T	T	F	T	F	
F	I	I		{T, F}	

No caso da alternativa 1, admite-se a existência de um terceiro valor alético, I, mas cada célula apresenta um e apenas um valor alético na entrada e na saída. A esta abordagem se pode chamar de (vero-) funcional. No caso da alternativa 2, há a possibilidade de aparecer numa mesma célula um ou dois valores aléticos: diz-se que esta abordagem é quase-vero-funcional, cujos detalhes estão bem explicados em (Rescher, 1962). Na verdade, a intuição filosófica subjacente é a mesma em ambas alternativas, elas diferem apenas como modos de implementar tal intuição. Ora, a rejeição ao paradoxo da implicação material deve ser um ponto caro a debater assim para os filósofos (que Sexto Empírico chamou de) acadêmicos como para os céticos, embora antagonize com os (por ele chamados de) dogmáticos.

01. $x \neq y = 1$ sse $x - y = 1$;
02. $x \Leftrightarrow y = 1$ sse $x - y > 0,05$;
03. $x \Leftrightarrow y = 1$ sse $x \neq y$;
- ...

Não será difícil ver que em se supondo apenas dois valores as definições acima coalescem. Porém, em se admitindo infinitos valores, é possível modelar a intuição de que duas ou mais proposições podem ser não-equivalentes em mais de um sentido. E tal intuição é capital para a discussão do paradoxo das in-equivalências.

Assim, diremos, de um modo mais amplo, que se, por um lado, as lógicas multivalentes têm sua origem motivada pelo problema da batalha naval, sua aplicação, por outro, revela-se útil também para o exame de muitas outras questões pontuais ou até mais gerais. Pode mesmo auxiliar a escrutinar e comparar as três grandes posições relativas à verdade supramencionadas, com uma facilidade de que não dispõe a lógica bivalente. Ora, mas se tais lógicas têm motivações e utilidade filosóficas amplas e múltiplas, qual seria o sentido de reduzir tais instrumentos a um só? Será essa redução mesmo viável diante do fato de que as posições em debate não são redutíveis umas às outras?

Neste sentido, o problema com a interpretação tentativa das lógicas multivalentes empreendida Suszko é que sua preleção incorre justamente naquilo que (Kripke, 1976) e (Strawson, 1952) criticaram: ele elabora seus instrumentais mas não de modo suficientemente sensível às questões filosóficas subjacentes e, por isso mesmo, os resultados (que imagina ter alcançado) são ou desconcertantes ou equivocados. Ainda que ele brevemente aluda à filosofia de Frege, não levanta o montante de informação necessário para desenvolver suas objeções de modo objetivo, e nem sequer organiza direito os poucos dados de que dispõe. Em resumo, evade-se de discutir as questões nos termos em que estas se colocam.

Obviamente, as colocações anteriores não fecham as muitas controvérsias entre a tradição clássica bivalente e as vertentes multivalentes. Aliás, é improvável que tais debates filosóficos se encerrassem de modo tão fácil, e tal nem sequer pretendíamos. Porém, mostramos que não será viável debater tais temas por meio da incompreensão ou descaracterização das ideias alheias. Só se pode combater ou defender as ideias da lógica multivalente em se aprofundando nelas, como é o caso em todo debate.

Isso tudo dito, as comparações entre lógicas podem ser ou proveitosas ou inúteis para os debates filosóficos, dependendo dos meios que se empregam. Preferivelmente, os principais meios para comparação devem vir de métodos desenvolvidos pela própria lógica, embora os recursos oriundos de outras disciplinas também se possam usar ancilarmente às intuições filosóficas. Mas, o mais importante é que os resultados esclareçam as semelhanças e diferenças entre os sistemas lógicos, e não as mascarem, nem desenhem um resultado distorcido.

BIBLIOGRAFIA

- Łukasiewicz, J. (1910). On the Principle of Contradiction in Aristotle. *Bulletin international de l'Académie des sciences de Cracovie*, 15-38.
- Łukasiewicz, J. (1920). On three-valued logic. *Ruch filozoficzny*, 5, 170-171.
- Łukasiewicz, J. (1930). Philosophical Remarks on Many-Valued Systems of Propositional Logics. *Comptes rendus des séances de la Société des Sciences et des Lettres de Varsovie*, 23, 51-77.
- Ackermann, R. J. (1967). *An Introduction to Many-Valued Logics*. Nova Iorque: Dover Publications.

- Beliakov, G., Pradera, A., & Calvo, T. (2007). *Aggregation Functions: A Guide for Practicioners*. Berlim: Springer-Verlag.
- Béziau, J.-Y. (2012a). A History of Truth-Values. In: D. M. Gabbay, F. J. Pelletier, & J. Woods (Eds.), *Handbook of the History of Logic: Logic: A History of its Central Concepts* (pp. 235-307). Elsevier.
- Béziau, J.-Y. (2012b). The Power of the Hexagon. *Logica Universalis*, 6, 1-43.
- Béziau, J.-Y. (2010). Truth as Mathematical Object. *Principia*, 14 (1), 31-46.
- Blanché, R. (1953). Sur l'opposition des concepts. *Theoria*, 19.
- Bloom, S. L., & Brown, D. J. (1973). Classical abstract logics. *Dissertationes Mathematicae* (102), 43-52.
- Bloom, S. L., & Suszko, R. (1972). Investigations into the Sentential Calculus with Identity. *Notre Dame Journal of Formal Logic* (13), 289-308.
- Caleiro, C., Carnielli, W., Coniglio, M. E., & Marcos, J. (2003). *Suszko's Thesis and dyadic semantics*. CLC/CMA, Department of Mathematics, IST, Lisbon, Portugal.
- Caleiro, C., Carnielli, W., Coniglio, M. E., & Marcos, J. (2005). The humbug of many logical values. In: J.-Y. Béziau, *Logica Universalis*. Basileia: Birkhäuser.
- Costa-Leite, A. (2003). *Paraconsistência, modalidades e cognoscibilidade*. Tese de Mestrado, Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Filosofia.
- da Costa, N. C. (1974). On the theory of inconsistent formal systems. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, 15 (4), 497-510.
- Dale, J., & Béziau, J.-Y. (2012). *Around and Beyond the Square of Opposition*. Basileia: Birkhäuser (Springer).
- Deleuze, G. (1969). *Logique du Sens*. Les Éditions de Minuit.
- D'Ottaviano, I. M. (1990). On the development of paraconsistent logic and da Costa's work. *The Journal of Non-Classical Logic*, 7 (1), 89-152.
- Empiricus, S. (1725). *Les Hipotiposes pirroniennes*. (T. p. Huart, Trad.)
- Frege, F. L. (1892b). Über Begriff und Gegenstand. In: P. Geach, & M. Black, *Translations from the Philosophical Writings of Gottlob Frege* (P. Geach, Trad.). Oxford: Blackwell.
- Frege, F. L. (1892a). Über Sinn und Bedeutung. *Zeitschrift für Philosophie und philosophische Kritik* (100), 25-50.
- Gabbay, D. M., & Woods, J. (Eds.). (2007). *Handbook of the History of Logic: The Many Valued and Nonmonotonic Turn in Logic* (Vol. 8). Amsterdam: North-Holland.
- Gehrke, M., Walker, C., & Walker, E. (1997). A mathematical setting for fuzzy logic. *International Journal of Uncertainty, Fuzziness and Knowledge-Based Systems*, 5 (3), 223-238.
- Grandy, R. (2002). Many-Valued, Free, and Intuitionistic Logics. In: D. Jacquette (Ed.), *A Companion to Philosophical Logic* (pp. 531-544). Oxford: Blackwell.
- Grim, P., Mar, G. R., & Denis, P. S. (1998). *The Philosophical Computer: Exploratory Essays in Philosophical Computer Modeling*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press.
- Jaskowski, S. (1936). Recherche sur le système de la logique intuitioniste. *Actes du Congrès International de Philosophie Scientifique*, VI, 58-61.
- Kripke, S. (1976). Is There a Problem About Substitutional Quantification? In: G. Evans, & J. McDowell, *Truth and Meaning: Essays in Semantics* (pp. 325-419). Oxford: Clarendon Press.

- MacColl, H. (1908). 'If and 'Imply'. *Mind*, 17, 151-152.
- MacColl, H. (1877). The Calculus of Equivalent Statements and Integration Limits. *Proceedings of the London Mathematical Society*, 9, 9-20.
- Malinowski, G. (1993b). Inferential Many-Valuedness. In: J. Wolenski (Ed.), *Philosophical logic in Poland*.
- Malinowski, G. (2002). Many-Valued Logic . In: D. Jacquette (Ed.), *A Companion to Philosophical Logic* (pp. 545-561). Oxford: Blackwell.
- Malinowski, G. (1993a). *Many-valued Logics*. Oxford: Clarendon Press.
- McGee, V. (1996). Logical Operations. *Journal of Philosophical Logic*, 25 (6), 567-580.
- Minari, P. (2003). A note on Łukasiewicz's three-valued logic. *Annali del Dipartimento di Filosofia*, 9, 163-189.
- Mundici, D. (2011). *Advanced Łukasiewicz calculus and MV-algebras*. Heidelberg: Springer.
- Nguyen, H. T., & Walker, E. A. (2006). *A First Course in Fuzzy Logic* (3rd Edition ed.). Boca Raton, Florida: Chapman & Hall/CRC.
- Pierce, C. S. (1902). Minute Logic. In: C. Hartshorne, & P. Weiss, *Collected Papers of Charles Sanders Pierce* (Vol. IV). Cambridge, Mass.: Harvard University Press.
- Priest, G. (1977). A Refoundation of Modal Logic. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, XVIII (3).
- Priest, G. (1976). Modality as a Meta-Concept. *Notre Dame Journal of Formal Logic*, XVII (3).
- Reghis, M., & Roventa, E. (1998). *Classical and Fuzzy Concepts in Mathematical Logic and Applications*. London: CRC Press.
- Rescher, N. (1969). *Many-Valued Logic*. UK: McGraw-Hill.
- Rescher, N. (1962). Quasi-Truth-Functional Systems of Propositional Logic. *The Journal of Symbolic Logic*, 27 (1).
- Rosser, J. B., & Turquette, A. R. (1952). *Many-Valued Logics*. Amsterdam: North-Holland Publishing Company.
- Scheer, M. C., & D'Ottaviano, I. M. (2006). Operadores de consequência cumulativos e traduções entre lógicas cumulativas. *Revista Informação e Cognição*, 4, 47-60.
- Scott, D. (1974). Completeness and axiomatizability in many-valued logic. *Proceedings of the Tarski Symposium [Proceedings of Symposia in Pure Mathematics]*, Volume 25, pp. 411-435. Providence.
- Sesmat, A. (1951). *Logique II. Les raisonnements, la logistique*. Hermann & Cie.
- Strawson, P. F. (1952). *Introduction to Logical Theory*. Londres: Methuen.
- Suszko, R. (1975). Abolition of the Fregean Axiom. *Logic Colloquium, Lecture Notes in Mathematics* (453), 169-239.
- Suszko, R. (1975). Remarks on Łukasiewicz' three-valued logic. *Bulletin of the Section of Logic, Polish Academy of Sciences, Institute of Philosophy and Sociology*, 4 (3), 87-90.
- Suszko, R. (1977). The Fregean Axiom and the Polish Mathematical Logic in the 1920. *Studia Logica*, 36 (4), 377-380.
- Wansing, H., & Shramko, Y. (2008). Suszko's Thesis, Inferential Many-Valuedness, and the Notion of a Logical System. *Studia Logica*, 88 (3), 405-429 .

Wójcicki, R. (1973). On matrix representation of consequence operations of Łukasiewicz' sentential calculi. *Logik und Grundlagen der Mathematik* (19), 239-247.

Wólenski, J. (2009). The Principle of Bivalence and Suszko Thesis. *Bulletin of the Section of Logic* , 38 (3/4), 99-110.

Zadeh, L. A. (1965). Fuzzy Sets. *Information and Control* , 8, 338-353.

Zawirski, Z. (1935). Les rapports de la logique polyvalente avec le calcul des probabilités. *Actes du congrès international de philosophie scientifique. IV*. Paris: Herman & Cie, Éditeurs.

Zinov'ev, A. A. (1963). *Philosophical Problems of Many-Valued Logics*. Dordrecht: D. Reidel Publishing Co.

Sobre a quase-verdade de Newton da Costa e a teoria pragmática de Peirce

Roque Pires Vercesi

Faculdade de Filosofia e Ciências- UNESP Marília

Uma das questões que possui grande importância no meio filosófico é determinar o que é a verdade ou estabelecer um critério de verdade.

Nesse sentido, como podemos caracterizar algo como verdadeiro, ou ainda, o que nos possibilita afirmar que o que está sendo dito é uma verdade?

Muitos estudiosos, no decorrer dos anos, buscam estabelecer uma configuração mais eficaz do que de fato seja o real e o que determina algo como verdadeiro, e assim, encontrar um “critério de verdade”.

Entre as principais teorias da verdade, a Teoria Pragmática possui grande relevância nos estudos voltados a encontrar quais os melhores critérios de verdade a serem utilizados.

O pragmatismo foi desenvolvido inicialmente nos EUA, nos primeiros anos da década de 1870, por jovens pensadores de Cambridge (Massachusetts), que se reuniam para debater temas filosóficos. Muitos desses debates tiveram como base a definição de crença de Alexander Bain, que descreve a crença como “aquilo com base em que um homem está preparado para agir” (Wall, 2007, p. 12).

Dentre os pensadores do pragmatismo, os que mais têm se destacado são: Peirce (1934), Dewey (1991) e James (1909).

O pensamento pragmático foi desenvolvido em torno da ‘máxima pragmática’, como manifestada por Pierce em 1934, a qual pode ser considerada como:

Considere quais efeitos, que concebivelmente poderiam ter consequências práticas, concebemos ter o objeto de nossa concepção. Então, a concepção destes efeitos é o *todo* de nossa concepção do objeto (Ibri, 1992, p. 96).

Conforme a “máxima pragmática”, “o significado de um conceito deve ser dado pela referência às consequências ‘práticas’ ou ‘experimentais’ de sua aplicação” (Haack, 2002, p. 140), ou seja, as consequências práticas são os resultados das nossas ações sob influência da ideia, isto é, a ideia só possui um significado quando esta se funda em suas consequências sobre a experiência humana.

Peirce, diz que a verdade é o fim de uma investigação, uma opinião que todos os cientistas irão concordar ou que persistisse o suficiente.

A relevância dessa tese resulta da teoria da investigação de Peirce, que será apresentada brevemente: “Peirce toma a crença como uma disposição para a ação, e a dúvida como a interrupção de tal disposição por uma resistência por parte da experiência” (Haack, 2002, p. 140).

A investigação é estimulada pela dúvida, que faz a situação perturbadora e a coloca na busca de alguma crença já estabelecida. Peirce diz que o método científico torna as crenças estáveis, enquanto que outros métodos, como o método da tenacidade, o método da autoridade, o método *a priori* são inerentes e instáveis. Desse modo, a ciência faz com que não se tenham dúvidas sobre a crença.

O conhecimento científico, segundo Peirce, é o único entre todos os métodos que se baseia em uma realidade independente das crenças das pessoas, tornando-a mais eficaz de modo a conduzir para um consenso. Partindo-se do princípio de que a verdade é uma crença possivelmente determinada pelo método científico e sujeito à realidade, então a verdade possui correspondência com a realidade. Dessa forma, a verdade satisfaz a crença, pois ela é estável, sem dúvidas ou perturbações.

James expõe, em sua teoria, que o benefício de nutrir crenças verdadeiras é que “fica-se assegurado contra a experiência recalcitrante, enquanto as crenças falsas seriam eventualmente apanhadas” (Haack, 2002, p. 141). A partir daí ele acrescenta um novo elemento, a coerência, que busca explicar o modo como as crenças se ajustam com o aparecimento de experiências, otimizando a permanência do grupo de crenças já existentes e reforçando a consistência. Para James, as crenças

verdadeiras são aquelas que possibilitam a verificação e, com o decorrer do tempo, são confirmadas pela experiência.

Dewey considera a definição de verdade de Peirce como a mais bem elaborada. Ele considera melhor a utilização do termo “assertibilidade garantida” à “verdade”, e adiciona a tese de que “(. . .) é precisamente a assertibilidade garantida que caracteriza aquelas crenças às quais damos o título honorífico de conhecimento” (Haack, 2002, p. 141).

Segundo J. Corcoran, a filosofia pragmática se caracteriza a partir das opiniões distintas sobre três questões:

(1) Significado, (2) verdade e (3) conhecimento. Devido à grande variação das filosofias pragmáticas, é simplista considerar-se qualquer combinação de opiniões como típica. Todavia, a seguinte combinação pode ser tomada como exemplo: (1) O significado de uma proposição identifica-se como seu significado experimental e prático, isto é, com a totalidade da experiência que ela prediz; (2) A verdade da proposição consiste na verificação, ao longo do tempo (passado, presente e futuro), de seu significado; (3) A crença na verdade da proposição está garantida na medida em que for testada na prática e encontrada satisfatória (por uma pessoa ou comunidade que sustente a crença) (apud da Costa, 1999, p. 130).

Em uma visão geral das várias concepções pragmáticas, todas buscam o significado prático da crença, isto é, saber se a crença é capaz de se manter com o decorrer do tempo e garantir a sua veracidade a partir de testes práticos feitos pela comunidade que sustenta tal crença.

O PRAGMATISMO DE PEIRCE

A partir de uma concepção semiótica, Peirce caracteriza a verdade como uma relação de correspondência e coerência entre os fatos do mundo e nossa crença. Ele acreditava que sua filosofia era mais um método ou critério de significação, do que uma teoria da verdade. “O que se deseja, então, é um método capaz de determinar o verdadeiro sentido de qualquer conceito, doutrina, proposição, palavra, ou outro tipo de signo” (Peirce, 1983, p. 6). Ele considera que seu pragmatismo seria uma técnica que auxiliaria na compreensão de problemas científicos e filosóficos.

Partindo deste princípio, de que o pragmatismo é um método ou critério de análise, surge uma questão relevante sobre o assunto: o que seria esse método?

Sabe-se que todo método implica um objeto, portanto o pragmatismo é um método para investigar o que, qual objeto e como ele pode afetar nossas crenças.

O método mais apropriado para a fixação de uma crença é o método científico, que se baseia na elaboração de hipóteses, as quais são submetidas à verificação, de acordo com suas consequências.

Através de sua máxima pragmática, Peirce nos apresenta uma maneira, ou método, para definir o significado de nossos conceitos. Nesse período, a filosofia de Peirce nos mostra que nossas crenças são, na verdade, regras da ação, pois para justificarmos nossos pensamentos é necessário que se conheça os efeitos práticos de nossas condutas.

Ele acreditava que a verdade seria o fim da busca científica. Quando esta acarretar em um sistema de crenças estáveis, que não sofra mudanças com o decorrer do tempo e com o progresso científico, então teremos alcançado a verdade.

Para que seja possível a consolidação da crença, no ponto de vista lógico, ela deve acontecer por intermédio de três tipos de raciocínio, segundo a forma de três argumentos lógicos, que são a dedução, a indução e a abdução.

A Dedução é o único raciocínio necessário. Ela é o que constitui o raciocínio da matemática. Ela principia de uma hipótese, cuja verdade ou falsidade nada tem a ver com o raciocínio; óbvio é que suas conclusões são igualmente ideais... *A Indução* é o teste experimental de uma teoria. Sua justificação é que, embora a conclusão, em qualquer estágio da investigação, possa ser mais ou menos errônea, a aplicação continuada do mesmo método deve corrigir o erro. A única coisa que *Indução* perfaz é determinar o valor de uma quantidade. Ela parte de uma teoria e avalia o grau de concordância da teoria com os fatos. Ela nunca pode dar origem a qualquer ideia que seja. Nem o pode fazer a *Dedução*. Todas as ideias da ciência surgem através da *Abdução*. A *Abdução* consiste em estudar os fatos e delinear uma teoria para explicá-los. Sua única justificação é que, se pretendemos, de algum modo, compreender as coisas, tal deve ser conseguido por aquele caminho (Ibri, 1992, p. 112-3).

Peirce (1934, v. 2, p. 624) apresenta-nos exemplos destas três formas de argumento:

1. **Dedução**

Regra - Todos os feijões deste pacote são brancos

Caso - Estes feijões são deste pacote

Resultado - Estes feijões são brancos

2. **Indução**

Caso - Estes feijões são deste pacote

Resultado - Estes feijões são brancos

Regra - Todos os feijões deste pacote são brancos

3. **Hipótese**

Regra - Todos os feijões deste pacote são brancos

Resultado - Estes feijões são brancos

Caso - Estes feijões são deste pacote

Dos três tipos de raciocínio, o dedutivo é o mais simples e autêntico. Ele é constituído de uma premissa maior, uma menor e conclusão. Para esse tipo de raciocínio não há necessidade de criatividade, pois não adiciona nada além do que já é do conhecimento, porém é útil por aplicar regras gerais a casos particulares.

O raciocínio indutivo ou sintético, para Peirce, é mais do que um simples emprego de uma regra geral a um caso particular. A indução é a inferência de uma regra a partir do caso e do resultado.

O raciocínio abduutivo é característico de todas as descobertas científicas revolucionárias. A abdução é a adesão comprovadora da hipótese. Todas as ideias científicas surgem através dela. Esse raciocínio baseia-se em estudar fatos e criar uma teoria para explicá-los, ou seja, é um processo para formular hipóteses explicativas.

A diferença entre os raciocínios indutivos e abduativos é que na indução a teoria é utilizada na busca de fatos que fundamentam sua veracidade, enquanto que a abdução utiliza os fatos em busca de uma teoria, isto é, origina-se da experiência observada para a construção do conceito.

Posteriormente, Peirce sente-se decepcionado com a interpretação da corrente pragmática e se põe a divulgar sua própria versão. Ele crê que mediante o excesso de termos e o uso inadequado, o mais apropriado para preservar a sua filosofia seria nomeá-la de *pragmaticismo*.

TEORIA DA QUASE-VERDADE DE NEWTON DA COSTA

Inspirado por autores pragmáticos como W. James e C. S. Peirce, da Costa, acredita que as ciências tendem a alcançar a verdade, mas que um dos maiores problemas existentes sobre a temática, são as várias concepções de verdade, ou seja, teorias que são consideradas incompatíveis entre si explicando o mesmo fenômeno,

Às vezes, teorias opostas entre si são usadas simultaneamente, e não de modo separado, na explicação dos fenômenos. Isto acontece, *v.g.*, com o átomo de Bohr e com a teoria do plasma. Nestes dois casos, invocamos, ao mesmo tempo, a mecânica de Newton e a teoria eletromagnética de Maxwell, teorias incompatíveis entre si (da Costa, 1999, p.22).

E há também algumas teorias consideradas como verdadeiras, mas com o decorrer do tempo podem deixar de ser verdadeiras, ou seja, são falíveis.

De uma forma superficial, não há como dizermos que o conhecimento adquirido seja verdadeiro, pois não sabemos de tudo sobre ele, sendo assim, nosso conhecimento é parcial ou incompleto. Mas com as informações que vamos coletando com o decorrer do tempo, é possível dizer que algo pode ser verdadeiro, ou seja, quase-verdadeiro.

Embora sofra influencia e mantenha características do conceito de verdade pragmática, o conceito de quase-verdade ou verdade pragmática, que da Costa e colaboradores desenvolveram, não possui a intenção e não é uma formalização daquele conceito.

Baseado na concepção semântica de verdade Tarski, que associa sentenças de uma linguagem com elementos de uma estrutura matemática correspondente, da Costa propõe uma definição formal de quase-verdade, utilizando um tipo especial de estrutura matemática denominada “estrutura parcial”.

A partir de uma abordagem diferente da feita por Tarski, na qual dizia que

(...)as linguagens são interpretadas em estruturas que a, grosso modo, se compõem de um conjunto A , denominado universo da estrutura e de certo conjunto R de relações, envolvendo objetos de A . (...) por exemplo, se tivermos uma relação binária, em R , então dados os dois objetos x e y quaisquer de A , eles estão ou não ligados por essa relação (Abe, 1991, p.168).

Na teoria proposta por da Costa e Chuaqui, isso não acontece, pelas seguintes razões:

(...) os objetos de x e y de A podem estar ligados por uma relação de R , podem não estar ligados pela relação ou, finalmente, podem não estar definidos se eles possuem a relação entre si (Abe, 1991, p.168).

Não há como dizermos que uma teoria particular sobre o conjunto A é verdadeira. Mas é possível dizer, que o conjunto de elementos que adquirimos sobre A , nos permite considerar a teoria como uma quase-verdade ou verdadeira pragmaticamente. Da Costa e seus colaboradores introduziram o conceito de quase-verdade como uma estrutura formal para desempenhar a noção de verdade no âmbito da Filosofia da Ciência.

De acordo com da Costa e French (2003), a ciência é melhor compreendida como a busca por teorias quase-verdadeiras, ou seja, teorias que descrevem parcialmente os fenômenos que elas supostamente acomodam, mas não apoderam-se de todos seus aspectos.

Entendemos que as teorias científicas mesmo bem fundamentadas, em aspectos correspondenciais, podem ser falseadas. Por este motivo, a ciência precisa de uma concepção de verdade que reconheça a incompletude e a natureza parcial das representações científicas, o

que não é levado em conta pela teoria correspondencial tradicional, e a quase-verdade provavelmente atinge, de uma maneira satisfatória, esta questão.

Uma boa razão para defender a quase-verdade reside no fato de que ela não exclui a teoria correspondencial; na verdade, pode ocorrer que a quase-verdade tenda, como o decorrer do tempo, como alias desejava Peirce, para a verdade estrito senso, ou seja, que as proposições quase-verdadeiras tornem-se verdadeiras em sentido correspondentista (Krause, 2009, p.116).

Nesse sentido, da Costa nos mostra que a ciência é uma busca por quase-verdades, e sempre que possível, a verdade como correspondência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho faz uma breve exposição de duas teorias importantes no contexto pragmático, as teorias de Peirce e de Newton da Costa. Peirce acreditava que sua filosofia era mais um método, ou critério de significação, do que uma teoria da verdade. Por outro lado, Newton da Costa e colaboradores, sobre grande influência de autores desta corrente filosófica, desenvolvem uma nova concepção nessas questões sobre verdade, no âmbito da Filosofia da Ciência, denominada teoria da quase-verdade.

REFERÊNCIAS

- ABE, J. M. Verdade Pragmática. *Estudos Avançados*. São Paulo, v. 5, n. 12, p. 161-171, 1991.
- da COSTA, N. C. A. *O conhecimento científico*. São Paulo: Discurso Editorial, 1999.
- da COSTA, N. C. A. ; FRENCH, S. *Science and partial truth*. Oxford: Oxford University Press, v. 1, p. 272, 2003.
- HAACK, S. *Filosofia das Lógicas*. Tradução de Cezar Augusto Mortari e Luiz Henrique de Araújo Dutra. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

HIFUME, C. *Uma teoria da verdade pragmática: a quase-verdade de Newton C. A. da Costa*. Dissertação (Mestrado em Filosofia). Departamento de Filosofia, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2003.

IBRI, I. A. *Kósmos noëtós: a arquitetura metafísica de Charles S. Peirce*. São Paulo: Perspectiva; Hólon, 1992.

KRAUSE, D. Newton da Costa e a filosofia da quase-verdade. *Principia*, v. 13 (2), p. 105-128, 2009.

MIKENBERG, J. ; da COSTA, N. C. A. ; CHUAQUI, R. Pragmatic truth and approximation to truth. *The Journal of Symbolic Logic*, v. 51, n. 51, p. 201-221, 1986.

PEIRCE, C. S. *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Cambridge: Harvard University Press 2-4, 1934.

PEIRCE, S. C. *Escritos coligidos*. Tradução de Armando Mora D'Oliveira e Sérgio Pomeranglum. 3ª ed. São Paulo: Abril Cultural, 1983. (Os Pensadores).

WALL, C. *Sobre pragmatismo*. Tradução de Cassiano Terra Rodrigues. São Paulo: Loyola, 2007.